

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



### **Percurso de vida em Portugal**

O impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares

**Vasco Miguel dos Santos Ramos**

Orientadora: Professora Doutora Karin Elizabeth Wall Gago

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia,  
Especialidade de Sociologia das Desigualdades, das Minorias e dos Movimentos Sociais

2015



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



**Percurso de vida em Portugal**

O impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares

**Vasco Miguel dos Santos Ramos**

Orientadora: Professora Doutora Karin Elizabeth Wall Gago

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia  
Especialidade de Sociologia das Desigualdades, das Minorias e dos Movimentos Sociais

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Vogais: Docteur Eric Widmer, Professeur Ordinaire, Faculté de Sciences Sociales de la Société, Universidade de Genève

Doutora Magda Lalandia Mira Nico, Professora Auxiliar Convidada, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL

Doutora Karin Elisabeth Wall Gago, Investigadora Coordenadora, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Doutora Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglez, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Esta investigação foi realizada com o apoio institucional da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da concessão de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/78501/2011), financiada por fundos nacionais do MEC e com a duração de quarenta e oito meses.

2015



## Agradecimentos

---

É um lugar-comum dizer que uma tese de doutoramento resulta de uma longa jornada de trabalho individual, muitas vezes percorrida de forma solitária. Mas se as palavras aqui escritas têm apenas um autor, muitos me apoiaram ao longo destes quatro anos de trabalho. Receando ficar aquém do que lhes devo, a todos gostaria de expressar a minha gratidão.

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para a minha orientadora Karin Wall. Em primeiro lugar, por me ter dado a oportunidade de trabalhar no projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais”, que acabou por ser o ponto de partida para esta tese. Em segundo lugar, pela orientação e pelo apoio que me deu ao longo da investigação. As suas reflexões críticas e sugestões sábias foram essenciais para a construção desta tese e para a minha aprendizagem ao longo destes anos. Em terceiro lugar, pela sua sensibilidade e respeito pela autonomia que me ajudaram a chegar a bom porto.

Ao Instituto de Ciências Sociais, por me ter apoiado em termos institucionais, logísticos, científicos e financeiros, permitindo o desenvolvimento da investigação e a divulgação de resultados junto da comunidade científica nacional e internacional. Em particular agradeço, à Comissão de Estudos Pós-Graduados na pessoa de Maria Goretti Matias e Ana Nunes de Almeida e à equipa da biblioteca - Elvira Costa, Madalena Reis, Paula Costa e Andreia Parente.

À equipa do projeto no ICS, Sofia Aboim, Cátia Nunes e Lia Pappámikail, pelo muito que me ensinaram no trabalho quotidiano. Aos investigadores suíços, Nicolas Muller, Jacques-Antoine Gauthier e Eric Widmer, pela formação e estímulo que me deram.

Aos meus colegas de trabalho no ICS-UL, Mafalda Leitão, Leonor Bettencourt, Rui Lopes, Sofia Marinho, Sónia Correia, Susana Atalaia e Rita Morais pela boa disposição diária.

À Rita Gouveia, amiga solidária com quem partilhei este percurso académico. À Vanessa Cunha, pelo encorajamento e também pelas revisões críticas sempre construtivas e atentas.

Ao Tiago Carvalho, Magda Nico, Marianna Tamburlini, Madalena Raimond, Patrícia Dias da Silva e José Pedro Monteiro que mesmo à distância me animaram diariamente. Aos amigos André, Celina, Mafalda, Eduardo, Emília e Inês. À minha família, Lúcia, Isaura, Gonçalo, Clara e André.

À Sónia, companheira de vida, pela paciência e força que me deu em todos os momentos.



## Resumo

---

O objetivo principal desta tese é identificar características paradigmáticas do percurso de vida no Portugal Contemporâneo. A pesquisa articula a perspectiva teórico-metodológica do percurso de vida com a problemática das desigualdades e das mudanças sociais. Especificamente, analisa-se a construção das trajetórias familiares e profissionais em contextos sociais e históricos distintos, mapeando a diversidade dos percursos individuais e a forma como os mesmos são moldados pela classe e pelo género. A discussão enquadra-se nos debates contemporâneos sobre as transformações nos percursos de vida nas sociedades ocidentais ao longo das últimas décadas, nomeadamente o pressuposto da erosão das bases institucionais, sociais e políticas da modernidade organizada, que se crê estar na génese do aumento da variabilidade (inter)individual nas trajetórias familiares e profissionais (*pluralização*) e do desaparecimento de padrões sequenciais fixos e previsíveis (*individualização e destandardização*).

Estes temas são abordados com recurso a uma metodologia extensiva, retrospectiva e ego-centrada das trajetórias familiares e profissionais. A investigação assenta em resultados de um inquérito nacional sobre trajetórias familiares e redes sociais, que foi aplicado a uma amostra representativa de homens e mulheres de três coortes etárias (1935-40, 1950-55 e 1970-75), correspondentes a diferentes tempos sociais e históricos da sociedade portuguesa. A reconstrução das trajetórias individuais desmantela algumas idealizações acerca do passado recente. Desafia igualmente a narrativa contemporânea da escolha ou do declínio familiar, questionando a *oposição entre individualização e estandardização* do percurso de vida. Os resultados apontam ainda para uma *pluralização limitada e socialmente estruturada* do percurso de vida, em que classe social e o género continuam a desempenhar um papel fundamental.

**Palavras – Chave:** Percurso de vida; trajetórias; família; vida profissional; classe social; género; coortes; análise sequencial; optimal matching, Portugal





## Abstract

---

The main objective of this thesis is to identify key features of the life course in Contemporary Portugal. Our conceptual framework combines life course theory and methods with research on inequalities and social change. We namely: analyse how family and work careers are constructed in different social and historical contexts; map the diversity of individual trajectories; and investigate the role of class and gender as shaping factors. The research is embedded in contemporary debates on the transformation of life course patterns in western societies over the last decades. Namely around the assumption that the institutional, social, and political foundations of organized modernity have eroded, leading to increasing inter-individual variability in family and work careers (*pluralisation*), and to the disappearance of fixed and predictable patterns (*individualisation* and *destandardization*).

These issues are addressed using an extensive methodology, which develops a retrospective and ego-centred outlook on family and professional careers. This research draws on a national survey on family trajectories and social networks, which was applied to a representative sample of men and women from three birth cohorts (1935-40, 1950-55 e 1970-75), representing different social and historical periods in Portuguese society. The reconstruction of individual trajectories dismantles some idealizations about the recent past. It also challenges the contemporary narrative of choice or family decline, by questioning an opposition between *individualization* and *standardization* of the life course. Results point to a *limited and socially structured pluralisation* of the life course, wherein social class and gender continue to play a critical role.

**Keywords:** Life course; trajectories; family; professional life; social class; gender; cohorts; sequence analysis; optimal matching



---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>PRIMEIRA PARTE .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
A PERSPETIVA DO PERCURSO DE VIDA .....	12
PRINCÍPIOS ORIENTADORES E A RELEVÂNCIA DO TEMPO.....	14
Do ecletismo teórico ao pluralismo metodológico .....	18
Estruturas, instituições e o percurso de vida .....	20
O percurso de vida enquanto sequência de papéis e posições.....	22
O PERCURSO DE VIDA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS .....	24
Do percurso de vida institucionalizado... ..	24
Trabalho e trajetória profissional.....	26
Família e trajetória familiar .....	30
....Ao percurso de vida autodeterminado?.....	35
Da carreira estável às novas incertezas no trabalho e no emprego .....	37
Transformações na vida familiar .....	41
DESIGUALDADES SOCIAIS E PERCURSO DE VIDA.....	46
A persistente influência da classe social.....	49
A reconfiguração das desigualdades de género .....	52
Da determinação à cumulatividade.....	55
RECENTRANDO A PESQUISA .....	60
<b>CAPÍTULO II - OPÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>63</b>
A PESQUISA E O PROJETO “TRAJETÓRIAS FAMILIARES E REDES SOCIAIS” .....	65
População-alvo e amostra .....	66
Questionário e trabalho de campo.....	68
A ANÁLISE QUANTITATIVA DO PERCURSO DE VIDA: TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES.....	69
A Análise Sequencial e das trajetórias de vida .....	74
A atribuição de custos .....	76
Procedimentos estatísticos complementares .....	78
OPERACIONALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS E INDICADORES .....	80
A trajetória familiar de coresidência .....	80
A trajetória de trabalho e de emprego.....	80
Os indicadores de classe social .....	83
Atitudes face à vida familiar e aos papéis de género .....	88
Informação sociodemográfica acerca dos grupos domésticos (de origem e atual) .....	89

<b>SEGUNDA PARTE .....</b>	<b>91</b>
<b>CAPÍTULO III - CONTEXTOS SOCIAIS E NORMATIVOS DAS COORTES ETÁRIAS .....</b>	<b>93</b>
AS COORTES ETÁRIAS: CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS E FAMILIARES .....	94
OS GRUPOS DOMÉSTICOS DE ORIGEM .....	98
A dimensão socioprofissional e a classe social.....	99
A dimensão socio-educacional e os capitais escolares.....	100
A POSIÇÃO INDIVIDUAL NO ESPAÇO SOCIAL DAS CLASSES.....	102
A dimensão socioprofissional e os lugares de classe individuais .....	102
A dimensão socio-educacional e os capitais escolares individuais .....	105
O CONTEXTO NORMATIVO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	107
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	117
<b>CAPÍTULO IV - CONTINUIDADES E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL PORTUGUESA AO LONGO DOS ÚLTIMOS 50 ANOS .....</b>	<b>119</b>
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A CRONOLOGIA .....	121
AS DINÂMICAS MACROSSOCIAIS DA DEMOGRAFIA FAMILIAR: PRIVATIZAÇÃO, PLURALIZAÇÃO E INFORMALIZAÇÃO .	124
O EIXO QUALIFICACIONAL: ESCOLARIZAÇÃO TARDIA E ASSIMÉTRICA .....	130
O EIXO ECONÓMICO-LABORAL: ÊXODO RURAL, TERCIARIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO .....	135
Do Estado Novo a 1974 .....	135
A Revolução e o mundo do trabalho .....	137
De 1974 a 2010.....	138
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	143
<b>CAPÍTULO V - AS TRAJETÓRIAS FAMILIARES DE CORESIDÊNCIA.....</b>	<b>145</b>
PLURALIZAÇÃO DA VIDA FAMILIAR: CONTEXTOS E LIMITAÇÕES .....	145
ESTRUTURAS DOMÉSTICAS E TRAJETÓRIAS FAMILIARES EM PORTUGAL .....	146
ANALISANDO AS TRAJETÓRIAS FAMILIARES: ESTRATÉGICA METODOLÓGICA.....	149
Atribuição dos custos, cálculo das distâncias e critérios usados na identificação da tipologia das trajetórias familiares.....	153
UM RETRATO DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES DE TRÊS COORTES .....	155
CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES .....	157
AS TRAJETÓRIAS FAMILIARES E ALGUNS INDICADORES DE INDIVIDUALIZAÇÃO.....	165
TRAJETÓRIAS FAMILIARES E DESIGUALDADE SOCIAL .....	167
CARTOGRAFIA SOCIAL DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES.....	174
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	176

<b>CAPÍTULO VI - AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E DE EMPREGO .....</b>	<b>183</b>
ANALISANDO AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO: ESTRATÉGICA METODOLÓGICA.....	186
Procedimentos metodológicos e dimensões de análise .....	187
Atribuição de custos e cálculo das distâncias entre trajetórias de trabalho e emprego .....	189
Critérios para a identificação da tipologia de trabalho e emprego.....	191
UM RETRATO DO TRABALHO E DO EMPREGO NAS TRÊS COORTES.....	192
Entrada no mercado de trabalho e a relação laboral.....	192
As atividades profissionais.....	195
CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO.....	196
TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO E OS EIXOS DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	205
CARTOGRAFIA SOCIAL DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO .....	213
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	216
<b>CAPÍTULO VII - A IN(TER)DEPENDÊNCIA ENTRE FAMÍLIA E TRABALHO E A HIPÓTESE DA (D)ESTANDARDIZAÇÃO DO PERCURSO DE VIDA.....</b>	<b>221</b>
A INTERLIGAÇÃO ENTRE TRAJETÓRIAS FAMILIARES E AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO .....	221
RETOMANDO O DEBATE SOBRE A (D)ESTANDARDIZAÇÃO DO PERCURSO DE VIDA.....	227
ALGUMAS PISTAS RECENTES PARA O DEBATE.....	229
COMO MEDIR A ESTANDARDIZAÇÃO: DADOS E MEDIDAS .....	230
ENTROPIA(S), COORTES ETÁRIAS E SEXO.....	233
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	237
<b>CAPÍTULO VIII - TEMPORALIDADE E CRONOLOGIA NA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA .....</b>	<b>241</b>
CALENDÁRIOS, NORMAS E PAPÉIS SOCIAIS .....	242
TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA EM PORTUGAL: TENDÊNCIAS RECENTES .....	244
DIMENSÕES DE ANÁLISE E CONCEITOS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA .....	250
RECONFIGURAÇÃO DAS TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA .....	253
Os calendários: convergências e divergências .....	253
Amplitude dos períodos transicionais .....	258
Prevalência das transições: da antecipação ao adiamento .....	260
Número de transições .....	266
Alterações à sequência normativa na transição para a vida adulta .....	268
SÍNTESE CONCLUSIVA .....	272

<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>277</b>
RESULTADOS EMPÍRICOS .....	278
IMPLICAÇÕES TEÓRICAS .....	282
Uma pluralização limitada e socialmente estruturada.....	282
As desigualdades sociais e uma convergência inacabada dos percursos de vida .....	283
Do tempo histórico ao tempo individual.....	285
ASPETOS INOVADORES DA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	288
LIMITAÇÕES E PISTAS PARA FUTURAS PESQUISAS .....	289
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>293</b>

## Índice de Figuras

FIGURA 1 BREVE CRONOLOGIA HISTÓRICA .....	67
FIGURA 2 ÍNDICE GLOBAL POR CLASSE SOCIAL DO INDIVÍDUO.....	114
FIGURA 3 ÍNDICES PARCIAIS POR CLASSE SOCIAL DO INDIVÍDUO .....	114
FIGURA 4 ÍNDICE GLOBAL POR CLASSE SOCIAL (INDIVÍDUO) E POR COORTE ETÁRIA.....	115
FIGURA 5 DENDOGRAMA E COEFICIENTE SILHOUETTE DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES.....	154
FIGURA 6 TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR COORTE.....	156
FIGURA 7 TIPOLOGIA DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES .....	159
FIGURA 8 CARTOGRAFIA SOCIAL DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES ( <i>ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS</i> ) .....	175
FIGURA 9 DENDOGRAMA E COEFICIENTE SILHOUETTE DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO .....	191
FIGURA 10 TRAJETÓRIAS DE EMPREGO POR COORTE.....	193
FIGURA 11 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS POR COORTE .....	195
FIGURA 12 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESTÁVEL NA INDÚSTRIA (17,9%) .....	197
FIGURA 13 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESTÁVEL NOS SERVIÇOS (15,1%) .....	198
FIGURA 14 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESPORÁDICO (14,5%) .....	199
FIGURA 15 TRAJETÓRIA DE EMPREGO PRECÁRIO NA INDÚSTRIA E SERVIÇOS (13,6%) .....	200
FIGURA 16 TRAJETÓRIA DE EMPREGO INFORMAL NA INDÚSTRIA E SERVIÇOS (10,3%) .....	201
FIGURA 17 TRAJETÓRIA DE EMPREGO INFORMAL DESQUALIFICADO (10,1%) .....	202
FIGURA 18 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESTÁVEL QUALIFICADO (9,9%) .....	203
FIGURA 19 TRAJETÓRIA DE EMPREGO POR CONTA PRÓPRIA (8,6%) .....	204
FIGURA 20 CARTOGRAFIA SOCIAL DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO ( <i>ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS</i> ) .....	215
FIGURA 21 DISTRIBUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE TRABALHO E EMPREGO PELA TRAJETÓRIA FAMILIAR .....	223
FIGURA 22 DISTRIBUIÇÃO DA TRAJETÓRIA FAMILIAR PELA TRAJETÓRIA DE TRABALHO E EMPREGO .....	223
FIGURA 23 CORRESPONDÊNCIA ENTRE TRAJETÓRIAS FAMILIARES E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO ( <i>ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS</i> ) .....	226
FIGURA 24 ENTROPIA TRANSVERSAL POR COORTE ETÁRIA ENTRE OS 8 E OS 35 ANOS DE IDADE .....	233
FIGURA 25 ENTROPIA TRANSVERSAL POR COORTE ETÁRIA E POR SEXO ENTRE OS 8 E OS 35 ANOS DE IDADE.....	234
FIGURA 26 ENTROPIA LONGITUDINAL POR COORTE ETÁRIA, ENTRE OS 8 E 35 ANOS DE IDADE .....	235
FIGURA 27 ENTROPIA LONGITUDINAL POR COORTE ETÁRIA E POR SEXO, ENTRE OS 8 E 35 ANOS DE IDADE.....	236
FIGURA 28 IDADE MÉDIA DAS TRANSIÇÕES .....	253
FIGURA 29 AMPLITUDE EM ANOS ENTRE PRIMEIRA E ÚLTIMA TRANSIÇÃO PARA OS INDIVÍDUOS QUE TÊM 4 OU 5 TRANSIÇÕES ATÉ AOS 35 ANOS POR COORTE ETÁRIA E SEXO .....	259
FIGURA 30 AMPLITUDE EM ANOS ENTRE PRIMEIRA E ÚLTIMA TRANSIÇÃO PARA OS INDIVÍDUOS QUE TÊM 4 OU 5 TRANSIÇÕES ATÉ AOS 35 ANOS POR COORTE ETÁRIA E CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM .....	259
FIGURA 31 EVOLUÇÃO DAS TRANSIÇÕES POR PERCENTIL E POR COORTE ETÁRIA.....	262
FIGURA 32 EVOLUÇÃO DAS TRANSIÇÕES POR PERCENTIL E POR SEXO .....	262
FIGURA 33 EVOLUÇÃO DAS TRANSIÇÕES POR PERCENTIL E POR CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM .....	265
FIGURA 34 NÚMERO DE TRANSIÇÕES OCORRIDAS .....	266
FIGURA 35 PROPORÇÃO DE QUATRO OU CINCO TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 35 ANOS DE IDADE POR COORTE ETÁRIA E SEXO (PCT.).....	267
FIGURA 36 PROPORÇÃO DE QUATRO OU CINCO TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 35 ANOS DE IDADE POR COORTE ETÁRIA E CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.).....	267
FIGURA 37 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES) POR SEXO E POR COORTE ETÁRIA .....	269
FIGURA 38 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES) POR COORTE ETÁRIA E SEXO .....	269
FIGURA 39 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES), POR CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM.....	271
FIGURA 40 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES), POR COORTE ETÁRIA E CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM.....	271

## Índice de Quadros

QUADRO 1 SÍNTESE DOS MÉTODOS, TÉCNICAS E DADOS UTILIZADOS .....	64
QUADRO 2 ALFABETO DO INDICADOR DE SITUAÇÃO DE CORESIDÊNCIA .....	75
QUADRO 3 REGISTO DA SEQUÊNCIA DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATUAL .....	75
QUADRO 4 EXEMPLO DE DISTÂNCIAS EMPARELHADAS NAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES ENTRE OS 7 E OS 35 ANOS .....	77
QUADRO 5 EXEMPLO DE REGISTO DE TRAJETÓRIA DE CORESIDÊNCIA .....	81
QUADRO 6 EXEMPLO DE REGISTO DE TRAJETÓRIA DE TRABALHO E EMPREGO .....	82
QUADRO 7 MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES DE CLASSE INDIVIDUAIS – INDICADOR SOCIOPROFISSIONAL DE CLASSE .....	86
QUADRO 8 MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR FAMILIAR DE CLASSE.....	86
QUADRO 9 TIPOLOGIA DE CLASSES INDIVIDUAL E FAMILIAR .....	87
QUADRO 10 ESCALA DE ATITUDES EM RELAÇÃO À VIDA FAMILIAR E AOS PAPÉIS DE GÉNERO .....	88
QUADRO 11 DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR SEXO DENTRO DAS COORTES (PCT.) .....	94
QUADRO 12 SITUAÇÃO FAMILIAR E ESTADO CIVIL ATUAL (PCT.) .....	95
QUADRO 13 CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO POR SEXO EM CADA COORTE (PCT.).....	96
QUADRO 14 SITUAÇÃO NA PROFISSÃO POR SEXO EM CADA COORTE (PCT.).....	97
QUADRO 15 DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR REGIÃO E MOBILIDADE GEOGRÁFICA (PCT.).....	98
QUADRO 16 INDICADOR FAMILIAR DE CLASSE (PCT.) .....	99
QUADRO 17 INDICADOR FAMILIAR DE CLASSE SIMPLIFICADO (PCT.) .....	100
QUADRO 18 RECURSOS SOCIO-EDUCACIONAIS NO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.) .....	100
QUADRO 19 POSIÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL DAS CLASSES (POSIÇÃO INDIVIDUAL – TOTAL DA AMOSTRA) (PCT.) .....	102
QUADRO 20 POSIÇÃO DOS INDIVÍDUOS NO ESPAÇO SOCIAL DAS CLASSES (POSIÇÃO INDIVIDUAL POR COORTE) (PCT.).....	104
QUADRO 21 RECURSOS SOCIO-EDUCACIONAIS DOS INDIVÍDUOS (PCT.) .....	106
QUADRO 22 ATITUDES FACE À VIDA FAMILIAR E AOS PAPÉIS DE GÉNERO, SEGUNDO A COORTE ETÁRIA .....	112
QUADRO 23 MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR NOS ÍNDICES ATITUDINAIS (GLOBAL E PARCIAIS).....	116
QUADRO 24 COORDENADAS SOCIODEMOGRÁFICAS - INDICADORES DEMOGRAFIA FAMILIAR .....	128
QUADRO 25 COORDENADAS SOCIO-EDUCACIONAIS - INDICADORES EDUCAÇÃO .....	134
QUADRO 26 COORDENADAS SOCIOECONÓMICAS - INDICADORES EMPREGO .....	142
QUADRO 27 CORRESPONDÊNCIA ENTRE TIPOLOGIAS .....	152
QUADRO 28 MATRIZ DOS CUSTOS DE SUBSTITUIÇÃO .....	153
QUADRO 29 ESTRUTURA DE AGREGADOS DOMÉSTICOS POR COORTE (TEMPO ACUMULADO EM CADA ESTADO) .....	157
QUADRO 30 IDADE COM QUE COMPLETOU TRANSIÇÕES FAMILIARES, POR TIPO DE TRAJETÓRIA E POR SEXO.....	163
QUADRO 31 ESTRUTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE TRAJETÓRIA (TEMPO ACUMULADO) .....	164
QUADRO 32 TRAJETÓRIAS FAMILIARES E MARCADORES DE INDIVIDUALIZAÇÃO, POR COORTE (PCT.) .....	166
QUADRO 33 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR COORTE ETÁRIA (PCT.).....	167
QUADRO 34 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR SEXO (PCT.).....	168
QUADRO 35 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR SEXO EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.) .....	169
QUADRO 36 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES PELA CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.) .....	170
QUADRO 37 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO NO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.).....	171
QUADRO 38 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PCT.) .....	172
QUADRO 39 DISTRIBUIÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR TIPO DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.)* .....	173
QUADRO 40 MEDIDAS DISCRIMINANTES DAS DIMENSÕES DA ACM .....	174
QUADRO 41 CORRESPONDÊNCIA ENTRE SITUAÇÃO NA PROFISSÃO E RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO .....	188
QUADRO 42 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO NO EMPREGO .....	190
QUADRO 43 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO ENTRE GRUPOS PROFISSIONAIS .....	190



<b>QUADRO 44</b> INDICADORES DA TRAJETÓRIA DE EMPREGO .....	194
<b>QUADRO 45</b> SITUAÇÕES PROFISSIONAIS POR TIPO DE TRAJETÓRIA (TEMPO ACUMULADO).....	196
<b>QUADRO 46</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR COORTE ETÁRIA (PCT.) .....	206
<b>QUADRO 47</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR SEXO (PCT.) .....	206
<b>QUADRO 48</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR SEXO EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.).....	208
<b>QUADRO 49</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO PELA CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.).....	209
<b>QUADRO 50</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO NO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.).....	210
<b>QUADRO 51</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PCT.) .....	211
<b>QUADRO 52</b> DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.)* .....	212
<b>QUADRO 53</b> MEDIDAS DISCRIMINANTES DAS DIMENSÕES DA ACM .....	213
<b>QUADRO 54</b> DISTRIBUIÇÃO CRUZADA DAS TIPOLOGIAS (PCT.)* .....	222
<b>QUADRO 55</b> MEDIDAS DISCRIMINANTES DAS DIMENSÕES DA ACM .....	224
<b>QUADRO 56</b> SIGNIFICÂNCIA DAS DIFERENÇAS NA ENTROPIA POR COORTE E POR SEXO.....	236
<b>QUADRO 57</b> CORRELAÇÃO ENTRE ENTROPIA FAMILIAR E DO EMPREGO.....	237
<b>QUADRO 58</b> ÍNDICES RELATIVOS DOS EVENTOS TRANSICIONAIS* .....	252
<b>QUADRO 59</b> MEDIDAS DE DISPERSÃO DAS TRANSIÇÕES POR COORTE .....	254
<b>QUADRO 60</b> MÉDIA DAS TRANSIÇÕES POR COORTE E POR SEXO* .....	255
<b>QUADRO 61</b> MÉDIA DAS TRANSIÇÕES POR CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM .....	258
<b>QUADRO 62</b> TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 25, 30 E 35 ANOS (PCT.) .....	261
<b>QUADRO 63</b> TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 30 ANOS POR CLASSE SOCIAL DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.) .	263



## Introdução

---

Esta é uma tese que lança luz sobre características fundamentais do percurso de vida no Portugal Contemporâneo. Mais especificamente examinam-se as trajetórias profissionais e familiares de portugueses pertencentes a diferentes coortes etárias: a primeira nascida nos anos 30 do século XX; a segunda nascida nos anos 50; e a terceira nascida nos anos 70. É dada especial atenção à relação entre desigualdades sociais, nomeadamente de classe e de género, e a construção dos percursos individuais. O trabalho empírico tem por base os dados recolhidos através do inquérito de âmbito nacional realizado para o projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais: O percurso de vida numa perspetiva intergeracional” (TFRS 2010).

A investigação iniciou-se aquando da nossa participação no referido projeto, coordenado por Karin Wall no ICS-ULisboa. O TFRS 2010 propunha-se relacionar tempo familiar e biográfico com tempo histórico e social, através da comparação das trajetórias de vida de homens e mulheres nascidos em três coortes etárias e, simultaneamente, aferir em que medida se pode falar de *pluralização* e de *destandardização* do percurso de vida em Portugal ao longo das últimas décadas. Compreensivelmente, os nossos objetivos teóricos e empíricos estão vinculados às interrogações e às opções metodológicas que emanam do projeto, nomeadamente ao seu desenho amostral quantitativo segmentado por coortes e à orientação para uma investigação de vocação extensiva e representativa da realidade social portuguesa.

Este trabalho conclui também um percurso académico reiniciado em 2009. O interesse pelas questões da desigualdade social, de classe mas não só, e dos processos que a produzem e reproduzem esteve presente desde o início. Tendo como pano de fundo as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa, num primeiro momento procurámos retomar a profícua fileira de trabalhos sobre a mobilidade social e a recomposição da estrutura de classes<sup>1</sup>. Comparámos, então, as trajetórias individuais de classe social em contextos socio-históricos distintos, relacionando-as com o lugar social ocupado pelas famílias de origem e com a respetiva estrutura de recursos económicos e culturais (Ramos 2014).

---

<sup>1</sup> Por exemplo os trabalhos de Machado e Costa (1998), Cabral (1998) ou Estanque e Mendes (1998).

Estas circunstâncias familiarizaram-nos com as potencialidades da perspetiva teórica-metodológica do percurso de vida<sup>2</sup>. Em particular com os seus princípios paradigmáticos<sup>3</sup>, a sua conceção holística do percurso de vida<sup>4</sup> e a atenção que dedica à regulação institucional, no quadro das sociedades capitalistas contemporâneas<sup>5</sup>. A partir de certo momento, tornou-se claro que os nossos interesses de pesquisa se reorientavam para a estrutura, os ritmos e os padrões das múltiplas dimensões do percurso de vida, o que combinava inteiramente com o propósito de apreender o desigual acesso às oportunidades de construção biográfica<sup>6</sup> em função da classe social e do género. Empenhados nas esferas mais relevantes de participação na vida social, elegemos como objeto de análise os percursos profissionais e familiares.

Iniciámos este trabalho motivados pela aspiração de conhecer o impacto das recentes transformações sociais sobre a estrutura dos percursos de vida, em particular sobre as trajetórias familiares e profissionais. Na primeira modernidade, diversos fatores – a transição demográfica, a nuclearização da vida familiar, a emergência do Estado moderno, a racionalização do trabalho industrial – contribuíram para a elevada previsibilidade, homogeneidade e linearidade dos percursos no emprego e na vida familiar. Deste ponto de vista, o processo de modernização social correspondeu à *institucionalização* de um determinado padrão biográfico ou regime de percurso de vida, altamente normalizado e regulado<sup>7</sup>. Este regime caracterizou-se pela associação dos eventos relevantes (estudar, cumprir serviço militar, trabalhar, casar, ter filhos) a uma ordem cronológica previsível e a um calendário relativamente rígido.

Em termos estruturais, a institucionalização de biografias-tipo levou à *standardização* do percurso de vida. Esse processo foi reforçado por um vasto conjunto de normas – formais e informais - relativamente aos ritmos de transição entre fases da vida, bem como de expectativas em relação ao desempenho dos diferentes papéis sociais. Enquanto a *institucionalização* do percurso de vida contribuiu para a internalização do controlo social, a sua *standardização* foi uma consequência da racionalização económica e social do

---

<sup>2</sup> Para uma introdução ver: Elder, Johnson, & Crosnoe (2002); Heinz & Krüger (2001); ou Mayer (2005).

<sup>3</sup> Que sintetizam as preocupações-chave do Interacionismo Simbólico - comparação, variação, situação, contexto e significado.

<sup>4</sup> Enquanto sequências de *participação*, *posição* e *papéis sociais* em esferas da vida interdependentes, reguladas por lógicas (institucionais e outras) específicas (Levy 2013a).

<sup>5</sup> Argumento desenvolvido por Kohli (2009 [1986], 2007).

<sup>6</sup> Para usar a expressão de Nico (2011, 4).

<sup>7</sup> Sobre o conceito de *regimes de percurso de vida* ver por exemplo: Mayer (2004) ou Leisering (2002).

funcionamento das sociedades sob o capitalismo de tipo *fordista*, que assentava na coordenação do sistema produtivo com a vida familiar.

Mesmo na prática científica, os pressupostos deste paradigma de percurso de vida foram frequentemente evidenciados pela utilização de metáforas como a ‘escada rolante em que todos caminham’ ou o ‘elevador que sobe e desce’<sup>8</sup>. Estas metáforas<sup>9</sup> reificavam uma associação entre percursos de vida bem-sucedidos e o sentido da trajetória (que era ascendente, no caso da mobilidade social, ou que se concretizava em certas transições, no caso das trajetórias familiares), muito mais próxima da ideologia do liberalismo do que da realidade social (Levy e Widmer 2013b, 1).

Crê-se que as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas - a Segunda Transição Demográfica, a terceirização e globalização da economia, o recuo do papel regulador do Estado, a flexibilização das relações laborais, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o alargamento dos períodos formativos - provocaram um abalo contundente na estrutura dos percursos de vida. Com o declínio do *fordismo* e sob o novo espírito do capitalismo<sup>10</sup>, o mundo do trabalho tornou-se mais complexo, fragmentado e imprevisível. A produção especializada veio substituir a produção em massa. A exigência de constante adaptação à mudança, por parte das organizações e das empresas, cria o fetiche da flexibilidade do trabalho, da qual é protagonista o *novo trabalhador* que incorpora os imperativos da empregabilidade, da autonomia, da versatilidade e do envolvimento<sup>11</sup>. Sob o manto retórico das “novas oportunidades” na economia globalizada, a segurança e a estabilidade das carreiras profissionais têm sucumbido perante a precarização das relações laborais, acrescentando ruturas geracionais às fraturas classistas.

Também as relações afetivas/íntimas se tornaram mais contingentes e frágeis, em função da maior liberdade que os indivíduos têm para fazer escolhas que não se subjugam à regulação exterior (familiar, religiosa, social...). Crê-se que tal contribuirá para a diversificação das modalidades de coresidência e para uma pluralização das trajetórias familiares. Essas mudanças são frequentemente integradas numa narrativa do declínio da importância das relações familiares e da menor relevância dos laços de parentesco e de suporte familiar (Gouveia 2014).

---

<sup>8</sup> Ver exemplos em: Strauss (1971), Almeida (1981), Soronkin (1994 [1927]) ou Gonçalves (1998).

<sup>9</sup> Aliás mobilizadas tanto para falar no estudo da mobilidade social como da totalidade do percurso de vida.

<sup>10</sup> Seguindo a leitura proposta por Boltanski e Chiapello (1999) ou Sennett (2006).

<sup>11</sup> Sobre o processo de construção ideológica desse *homem novo* ver: Matos (2013).

Tem sido adiantada a hipótese de que estas alterações correspondem a um corte radical, *i.e.* à passagem de um percurso de vida institucionalizado e estruturalmente determinado para um percurso de vida crescentemente autodeterminado. Essa é a leitura de uma hipótese aliás mais ampla, proposta pelas variantes mais influentes das teorias da modernidade reflexiva<sup>12</sup> e da individualização social<sup>13</sup>, que inclusivamente questiona a pertinência das categorias nucleares da modernidade organizada - classe, género, nação - e das desigualdades que lhes estavam subjacentes para as biografias contemporâneas. Sob as condições da modernidade tardia, os percursos de vida estariam em vias de *pluralização*, de *individualização* e de *destandardização*.

A reflexão em torno da pertinência epistemológica, teórica e empírica dessa hipótese atravessa toda a investigação. De forma a contextualizar os pressupostos da rutura nas bases institucionais do percurso de vida, nomeadamente nas esferas da vida familiar e da vida profissional, mobilizamos um conjunto de saberes, de dentro e de fora da sociologia, que problematizam os seus fundamentos. Mais precisamente, que questionam que níveis e dimensões de análise são influenciados pelo aprofundamento dos princípios da individualização e pela transformação da natureza dos laços sociais.

O questionamento acerca do presente levou-nos também a interrogar os pressupostos de *estabilidade*, *previsibilidade* e *normalidade* das trajetórias de vida em décadas mais longínquas. No caso português, a rutura política, social e institucional de 1974 redefiniu possibilidades e criou novas expectativas, num país até aí governado por uma ditadura fascista que o subjugava, propalando um ideário nacionalista, conservador e tradicionalista. A democratização, e mais adiante a entrada no espaço europeu, em múltiplos aspetos aceleraram a aproximação aos padrões europeus. Não obstante, a transição de Portugal para a modernidade permanece inacabada (Machado e Costa 1998), persistindo traços de uma sociedade semiperiférica (Santos 1993).

Este olhar para o passado foi particularmente importante e contribuiu para que formulássemos a hipótese de que as mudanças nos percursos profissionais e familiares, nomeadamente a sua diversificação, são um processo socialmente estruturado, limitado pela evolução do contexto sociopolítico e filtrado pela persistência e reconfiguração das desigualdades de classe e de género. Esta é uma hipótese mais abstrata, que equipondera elementos de mudança e de continuidade e que é concretizada em cada um dos capítulos empíricos (ver adiante).

---

<sup>12</sup> Entre as quais pontificam Archer (2003) e Giddens (1997).

<sup>13</sup> Referimo-nos a Beck & Beck-Gernsheim (2002).

Procurando identificar a diversidade das trajetórias individuais na intersecção dos contextos históricos, sociais e biográficos, nesta pesquisa examinamos as trajetórias profissionais e familiares de forma diacrónica. Estudamos os percursos em função do posicionamento individual (em termos de *papéis* e *posições*) no seio das estruturas ao longo do tempo. Este ponto de partida permite-nos abordar empiricamente algumas das questões de pesquisa centrais na mais recente literatura sobre o percurso de vida, articulando-as com a problemática das desigualdades sociais.

Situando a pesquisa no contexto da sociedade portuguesa contemporânea, que não obstante a sua evolução recente permanece fortemente familialista e profundamente desigual em termos distribuição de recursos, *o objetivo desta tese é perceber de que forma se constroem as trajetórias familiares e profissionais individuais, em cada contexto social e histórico, e de que forma evolui a relação entre esses dois domínios.* Definindo as trajetórias familiares e profissionais como objeto de análise, *iremos comparar os percursos de homens e mulheres de três coortes etárias, que nasceram, cresceram e fizeram a transição para a vida adulta em contextos históricos e sociais muito distintos.*

A este objetivo central acrescem, então, quatro questões de pesquisa complementares:

- Em termos mais gerais, *identificamos as trajetórias familiares e profissionais mais representativas da realidade portuguesa, caracterizando-as em termos de sequência, calendário de transições associado, etc.;*
- *Aferimos em que medida as trajetórias familiares e profissionais se diferenciam em função da classe social de origem e do género.* Especificamente estudamos a relação entre trajetórias e processos de acumulação de vantagens/desvantagens herdadas e adquiridas.
- Recorrendo à comparação entre coortes etárias e entre géneros, *investigamos as hipóteses da estandardização e da individualização dos percursos familiares e profissionais.*
- Focando a nossa atenção no período de transição para a vida adulta e examinando a heterogeneidade interna de cada coorte etária, *aferimos em que medida têm provimento as hipóteses do adiamento e do alargamento deste período.*

Em termos metodológicos, recorreremos a uma pluralidade de métodos quantitativos. Acompanhando os avanços mais significativos nesta área, nomeadamente a evolução da uma leitura isolada de eventos isolados para uma leitura holística de cada percurso individual, sobressai na nossa pesquisa a *Análise Sequencial*.

Em relação à estrutura, esta tese de doutoramento está organizada em duas partes. A Primeira Parte é composta pelos **Capítulos I e II**; e a Segunda Parte é composta pelos **Capítulos III a VIII** e pela **Conclusão**.

O **Capítulo I**, ‘Enquadramento Teórico’, contém, mas não esgota, as contribuições mais relevantes para esta pesquisa. Referimo-nos ao arsenal teórico-conceptual da perspetiva do percurso de vida e às suas potencialidades de articulação com a problemática das desigualdades sociais, nomeadamente através dos processos de acumulação de vantagens e desvantagens. Apresentam-se as características paradigmáticas do percurso de vida no auge da modernidade organizada e discutem-se os pressupostos da erosão das suas bases institucionais, económicas e políticas ao longo das últimas décadas.

No **Capítulo II**, ‘Opções Metodológicas’, discutem-se os fundamentos da análise quantitativa das trajetórias de vida e apresenta-se uma proposta que combina métodos, nomeadamente a *Análise Sequencial* e a *Análise de Clusters*. Revelam-se igualmente os objetivos e as motivações do projeto TFRS. Por fim, apresenta-se o instrumento de recolha de informação, exemplificando a operacionalização de conceitos e indicadores-chave.

No **Capítulo III**, ‘Contextos sociais e normativos das coortes etárias’, descreve-se a amostra em função de várias dimensões analíticas. Olhando para o nível micro (individual e familiar), avaliam-se as circunstâncias pessoais e familiares dos indivíduos das coortes etárias estudadas, bem como o contexto estrutural e normativo em que os indivíduos se inserem.

O **Capítulo IV**, ‘Continuidades e mudanças na estrutura social portuguesa ao longo dos últimos 50 anos’ lança um olhar abrangente sobre as alterações na estrutura social portuguesa ao longo das últimas décadas. Recorrendo a dados secundários, traçam-se as principais linhas de evolução nos domínios da vida familiar, do emprego e do ensino. Esta evolução descobre as oportunidades e os constrangimentos que se colocam para a concretização das biografias individuais em diferentes circunstâncias históricas. Por outro lado, os modelos culturais estabelecidos, inscritos nas representações e orientações sociais, dão pistas para a dimensão subjetiva que subjaz à ação individual. Este capítulo serve de pano de fundo para a subsequente análise dos dados primários do projeto TFRS.



A análise de dados primários distribui-se por quatro capítulos autónomos, de leitura complementar, que incidem sobre diferentes níveis de análise, dimensões e fases do percurso de vida. Distinguem-se também pelas preocupações teóricas e estratégias metodológicas implementadas.

No **Capítulo V** analisam-se ‘As trajetórias familiares de coresidência’. Informada pela História e pela Demografia da Família, a análise recusa definições apriorísticas ou institucionalistas de família e de ciclo de vida. Examinam-se e tipificam-se as sequências de posições ocupadas pelos indivíduos nos agregados domésticos em que viveram ao longo das suas vidas. Posteriormente avalia-se em que medida as mesmas se pluralizaram e se individualizaram.

No **Capítulo VI** consideram-se ‘As trajetórias de trabalho e de emprego’ a partir dos critérios da profissão e da relação com o mercado de trabalho. Também aqui a caracterização dos percursos profissionais culmina numa tipologia de trajetórias. Neste caso, a tipologia é articulada com a evolução das qualificações, com a estrutura do mercado de trabalho e com a regulação institucional das relações laborais.

O **Capítulo VII** discute ‘A in(ter)dependência entre família e trabalho e a hipótese da (d)estandardização do percurso de vida’. Num primeiro passo identificam-se as modalidades de intersecção entre tipologias de trajetórias familiares e profissionais. Num segundo momento, a questão é recentrada no debate mais amplo em torno da regulação institucional e da sua evolução em décadas recentes. Metodologicamente, esta análise sustenta-se numa Análise de Entropia, procedimento complementar à leitura holística da Análise Sequencial, que quantifica a heterogeneidade de situações.

Por fim, o **Capítulo VIII** é dedicado à ‘Temporalidade e cronologia na transição para a vida adulta’, atenção particular que se fundamenta em dois motivos: constitui uma fase crítica do percurso de vida, rica em transições e diferentes dinâmicas entre escola-trabalho-vida familiar; e é o único período em relação ao qual podemos estabelecer comparações entre todas as coortes consideradas no projeto. Metodologicamente, este capítulo recorre às técnicas da *Event History Analysis*.

Conclui-se com uma síntese dos principais resultados, que retoma as principais questões de pesquisa. Fazem-se também algumas considerações sobre as implicações epistemológicas, teóricas e metodológicas do trabalho, lançando pistas para futuras investigações sobre o percurso de vida.



## **Primeira Parte**

---



## I

### **Capítulo I - Enquadramento teórico da investigação**

---

Neste capítulo apresentamos a perspetiva e os questionamentos teóricos mais relevantes para a construção do objeto de estudo desta investigação: a relação entre percurso de vida, nomeadamente trajetórias familiares e profissionais, e desigualdade social em Portugal.

O capítulo está dividido em três pontos. No primeiro ponto, a nossa reflexão teórica incide sobre os princípios paradigmáticos da perspetiva do percurso de vida. A partir das premissas lançadas por autores provenientes da Escola de Chicago, esta perspetiva teórico-metodológica tem-se consolidado ao longo das últimas décadas. Entre os aspetos mais pertinentes da perspetiva estão: a consideração das vidas individuais como um todo integrado de sequências interdependentes de participação em diversos campos da vida social (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002); a relevância outorgada à contextualização *temporal* (individual, histórica, social) e à relação sequencial entre passado, presente e futuro (Dannefer 2002); e o destaque conferido aos efeitos da regulação institucional sobre a organização dos percursos de vida (Levy 2009). São aqui apresentadas também algumas das suas potencialidades metodológicas.

No segundo ponto, começamos por apresentar algumas das características paradigmáticas do percurso de vida no auge da modernidade organizada. Introduzimos os conceitos de trajetória familiar e de trajetória profissional apoiando-nos em contributos da História e de diferentes perspetivas sociológicas, nomeadamente interacionistas e funcionalistas. Seguidamente considera-se em que medida os padrões da vida profissional e familiar foram afetados pelas transformações sociais, económicas e institucionais das últimas décadas.

No terceiro ponto, questionamos em que medida a diversificação do percurso de vida se articula com fatores estruturantes. Reconhecemos a validade das críticas ao determinismo subjacente às perspetivas estruturalistas sobre a estratificação social e os limites da agência individual das abordagens individualistas. Em alternativa, advogamos uma leitura diacrónica da relação entre desigualdades de classe e de género e trajetórias profissionais e familiares.

### ***A perspetiva do percurso de vida***

O interesse pela organização e pelo desenvolvimento das vidas humanas está na génese daquilo que se tem convencionado denominar por “perspetiva do percurso de vida”. As abordagens científicas ao percurso de vida têm as suas raízes no período entre as duas grandes guerras mundiais (Mayer 2009). Até esta época os trajetos de vida temporalmente e localmente situados não eram um tema de estudo. Pouco se sabia de como as pessoas viviam as diferentes fases da vida e pouca importância era atribuída ao contexto social e histórico (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 3-4). A obra *The Polish Peasant in Europe and America (1918-1920)* de Thomas e Znaniecki (1984 [1928]) foi um dos primeiros trabalhos a chamar a atenção para a necessidade de uma investigação sociológica profunda das histórias e trajetórias de vida.

Em meados da década de 1960, as pistas lançadas por este trabalho pioneiro começaram a ser seguidas. As Grandes Guerras Mundiais e a Grande Depressão forneceram um campo de inquirição propício para que diversos autores comessem a lançar as bases teórico-metodológicas da perspetiva do percurso de vida (Ryder 1965; Elder 1974; Hogan 1978). Diversos avanços teóricos fomentaram a consolidação de uma perspetiva sociológica do percurso de vida autónoma das teorias psicológicas do desenvolvimento humano (Mayer 2009): num primeiro momento, com a autonomização de um conceito sociológico de diferenciação etária, distinto do entendimento de idade característico da psicologia; posteriormente, com o desenvolvimento do conceito de estratificação etária, que articula a idade não só com papéis e funções sociais mas também com as desigualdades sociais (Riley et al. 1972; Neugarten 1974). Retomado o contributo da proposta de Mannheim<sup>14</sup> ([1927] 1952) estabeleceu-se também o conceito de geração enquanto construção cultural e o conceito demográfico de coorte (Ryder 1965; Alwin e McCammon 2002).

A perspetiva do curso de vida tem vindo a expandir-se e a sua utilização abrange um conjunto amplo de temáticas. Embora tenha sido adotada sobretudo em países com forte tradição nos métodos quantitativos ou na demografia (Nico 2011, 12) constitui atualmente um campo autónomo e eclético das ciências sociais, que cruza barreiras disciplinares (sociologia, psicologia, história), áreas temáticas (família, trabalho, envelhecimento, etc.) e que dispõe de um arsenal de métodos próprios (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 4; Mitchell 2007 [2006]).

---

<sup>14</sup> Num texto clássico, Mannheim ([1927] 1952) lançou as bases para uma sociologia das gerações. Segundo o autor, as biografias individuais são moldadas pela localização geracional e por uma maior ou menor participação nos eventos desse tempo. A geração, tal como a posição de classe, baliza modos de comportamento, sentir e pensar.

Originalmente desenvolvida nos EUA e posteriormente na Alemanha é com naturalidade que aí se encontrem os seus esteios, muito embora com orientações e interesses diferenciados (mais orientados para a compreensão do papel das instituições sociais no caso alemão, mais interessados nos percursos individuais no caso Americano). Sobretudo nos países de língua germânica, o interesse pelas estruturas e instituições sociais tem sido articulado com o estudo do papel do Estado na organização e regulação social das vidas individuais (Mayer e Schoepflin 1989; Leisering 2002; Mayer 2004). Esta linha de investigação abriu as portas a uma sociologia comparativa dos regimes de percurso de vida (entre sociedades, regiões, períodos históricos e/ou tipologias de Estado-providência) (Mayer 2005, 2009).

A promessa da perspectiva do percurso de vida constitui uma espécie de *holy grail* sociológico. Em termos teóricos propõe que se ultrapasse a dialética entre ação e estrutura, almejando compreender o percurso de vida considerando tanto os “fatores objetivos da situação” como a subjetividade da circunstância individual (Chamberlayne, Rustin, e Wengraf 2002, 2). Em termos metodológicos procura responder à insatisfação gerada com o estudo a-histórico das estruturas sociais com base em dados agregados. Propõe a combinação de métodos sincrónicos, que preconizam uma análise causal do contexto sobre o indivíduo, com métodos diacrónicos (ou *movie-like*) que consideram a narrativa individual e/ou coletiva (Giele e Elder, 1998 citados por Nico 2011, 12-13).

As últimas décadas têm sido marcadas por um número crescente de pesquisas sobre o percurso de vida, merecendo essa proliferação uma reflexão crítica no que concerne ao seu estatuto epistemológico (enquanto paradigma, lente, perspectiva, teoria) (George 2002). No entanto, existe uma distinção relevante entre as pesquisas que tomam o percurso de vida enquanto “orientação teórica” e enquanto “fenómeno/constructo” (Elder e O’Rand 2009, 431; Nico 2011, 10). Essa distinção revela a dupla função que o percurso de vida pode adquirir enquanto objeto científico. Enquanto *perspetiva teórico-explicativa* visa compreender o efeito das experiências prévias e das suas condições de ocorrência no rumo posterior do percurso de vida (George 1993; Dannefer 2002; Elder e O’Rand 2009). Deste ponto de vista, o percurso de vida é uma orientação teórica no sentido mertoniano, *i.e.*, um campo de investigação comum que fornece o enquadramento para pesquisas de tipo descritivo/explicativo, a identificação e formulação de problemas, a seleção de variáveis relevantes e a definição de estratégias analíticas (Merton 1945; Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 4). Encarada como *constructo*, foca-se na organização das biografias individuais, sobretudo no que diz respeito à estrutura etária, à temporalidade e à sequência dos eventos (Mitchell 2007 [2006]).

Em todo o caso, a perspetiva do percurso de vida não constitui um paradigma teórico *per se*, sendo antes uma ferramenta heurística suficientemente ampla para acomodar diferentes contributos teóricos e desenvolver conjuntamente abordagens empíricas sobre um mesmo tema geralmente consideradas em separado (Levy 2013a, 15). É um campo a que ainda falta organização conceptual e que sofre frequentemente de problemas de implementação metodológica (Dannefer e Kelley-Moore 2009, 390). Ainda segundo Levy “for many sociologists (...) the life course is hardly more than an idea about the chronological location of significant events in individual or group lives” (2013a, 14). Elder et al. (2002, 4-9) exemplifica esse problema referindo que o termo *percurso de vida* é ainda com frequência confundido com expressões como *life span*, *life history* ou *life cycle*. A expressão *life span* (duração de vida) refere-se à amplitude temporal considerada para a análise (por exemplo: vida adulta). *Life cycle* (ciclo de vida) diz respeito a uma modalidade de evolução diacrónica da família, *i.e.*, ao processo de reprodução geracional. *Life history* (história de vida) diz respeito à ordem cronológica de eventos e atividades em que um indivíduo se envolve ao longo da vida. Apresentamos seguidamente alguns princípios e conceitos básicos desta perspetiva.

### ***Princípios orientadores e a relevância do tempo***

Segundo Elder (2002), o autor que mais contribuiu para a sua sistematização e formalização, a perspetiva do percurso de vida organiza-se em torno de quatro princípios: o princípio da *localização histórica e temporal*; o princípio da *agência*; o princípio do *timing*; e o princípio das *vidas ligadas (linked lives)* <sup>15</sup>.

O *princípio da localização histórica e temporal* afirma que o percurso de vida materializa-se e é construído nos tempos e contextos geográficos em que os indivíduos nascem e vivem as suas vidas (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 11-14). Este princípio liga-se com o nível macrosociológico do percurso de vida, estruturalmente caracterizado pela institucionalização de um conjunto de regras, estatutos e papéis sociais e culturalmente caracterizado por representações e ideologias coletivas em torno das biografias (Buchmann 1989, 16).

---

<sup>15</sup> Elder (2002) avança um quinto princípio estruturante: o desenvolvimento ao longo da vida. Segundo este princípio o desenvolvimento humano (social, biológico e psicológico) é um processo ininterrupto que não termina com a chegada à vida adulta. Uma vez que este princípio se articula sobretudo com a psicologia do desenvolvimento não é para nós relevante.



É através do conceito de coorte etária que podemos estabelecer a relação entre transformações no nível macro (societal) e micro (individual). A *coorte etária* corresponde ao conjunto de pessoas nascidas num determinado intervalo tempo e no seio de uma cultura partilhada (Ryder 1965; Alwin e McCammon 2002). As biografias individuais estão interligadas pela *casualidade do nascimento*, uma vez que “people born in a certain year are members of a birth cohort, with a particular historical experience and range of life opportunities that depend on geographical location” (Elder e Giele 2009, 9).

O *princípio da agência* reconhece o papel dos indivíduos na construção das suas biografias. Este princípio traduz a ideia de que os percursos de vida resultam da ação e escolha individual, balizada pelos constrangimentos das estruturas sociais e pelos contextos socio-históricos em que os mesmos se inserem (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 11-14). Trata-se portanto de uma agência invariavelmente contextualizada e relacional, pois as ações dos indivíduos simultaneamente condicionam e são condicionadas pelas ações daqueles que os rodeiam. A agência individual pode ser analisada de forma bidirecional: como transformadora das estruturas sociais; e enquanto produto de contextos históricos e sociais concretos (Giele e Elder 1998; George 2002). Por outro lado, a capacidade de agenciamento dos indivíduos pode ser interpretada, de um ponto de vista objetivo, enquanto prática ou conduta, e, de um ponto de vista subjetivo, enquanto percepção, representação, motivação e significado.

O *princípio do timing* estabelece que os antecedentes e as consequências futuras de diferentes transições, eventos e padrões comportamentais variam de acordo com o seu calendário de ocorrência no percurso de vida individual (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 11-14). O pressuposto é que o mesmo acontecimento tem impactos diferentes segundo o momento de vida de cada indivíduo. Isto é, a temporalidade relativa de cada evento diferencia a sua (potencial) influência sobre a restante trajetória de vida. A idade é o elemento chave para compreender o calendário dos eventos: em termos absolutos permite situar um evento, transição ou comportamento na trajetória individual; em termos relativos permite situar um marco face a outros eventos. Outros elementos essenciais para compreender o *timing* são a duração, a sincronia, a sequência e a reversibilidade de transições e eventos. Por exemplo eventos disruptivos como a separação/divórcio ou a morte de um cônjuge têm consequências potencialmente muito distintas, em função da presença/ausência de crianças no agregado doméstico ou da duração da relação.

Por fim, o *princípio das vidas ligadas* estabelece que as vivências dos indivíduos são interdependentes e que a influência do contexto socio-histórico se manifesta através da rede de relações interpessoais (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 11-14). Dito de outra forma, o percurso de vida individual está sempre ligado com o percurso de vida de outros indivíduos. Daqui decorre a necessidade de situar os indivíduos no contexto das suas relações sociais significativas (familiares, profissionais e outras). Um evento crítico na vida de um indivíduo pode implicar ajustamentos na vida daqueles a que está vinculado (Gouveia 2014, 46). Por exemplo, para uma criança pequena a separação dos pais implica mudanças a vários níveis (mudança do agregado doméstico, eventual mudança de local de residência, alteração da frequência do contacto com um dos progenitores, etc.). O reconhecimento deste princípio não se cinge à esfera familiar e envolve a interligação entre as múltiplas esferas da vida (trabalho, família, etc.) (George 2002, 672).

Como temos evidenciado, a dinâmica temporal é um aspeto central nesta perspetiva, sobretudo pela importância que assume na relação entre processos ao nível individual ou micro (na família, no trabalho) e processos ao nível macro (da mudança social e histórica). Essa ênfase na dimensão temporal-contextual (e na *path dependency*) confere à perspetiva as propriedades de um método essencialmente histórico (Kok 2007, 205).

A análise da estrutura temporal das vidas concretas envolve a distinção entre vários conceitos de tempo (*histórico/geracional, social e individual*) e da relação entre eles (Elder 1975). O tempo histórico condiciona a materialização do tempo social e do tempo individual (Elder 1975; Settersten e Mayer 1997). Muito embora as gerações<sup>16</sup> não constituam necessariamente grupos sociais coesos ou formais, a original contribuição de Mannheim ([1927] 1952) identificou na idade uma (potencial) estrutura de poder social baseada na partilha de sistemas de valores. Cada coorte etária corresponde a uma localização comum no processo histórico a que potencialmente correspondem experiências partilhadas e modos de pensamento comuns. Por exemplo, cada geração cruza as diferentes fases do seu percurso de vida tendo como parâmetro as normas etárias e os comportamentos demográficos de gerações anteriores.

---

<sup>16</sup> A polissemia do conceito de geração levou a que, nas pesquisas sobre percurso de vida e mudança social, se usasse preferencialmente o conceito demográfico de coorte (Ryder 1965).

O tempo social refere-se ao calendário socialmente ditado, no qual estão inscritos os valores e as normas que circunscrevem a ação humana (Settersten e Mayer 1997; Nico 2011, 17). De facto, a forma como os indivíduos de uma determinada coorte etária lidam com a sua circunstância histórica torna-se frequentemente no padrão normativo que, racionalizado pela sociedade, influencia o percurso de vida de coortes subsequentes (Alwin e McCammon 2002, 27). A normatividade associada ao tempo social manifesta-se nas expectativas relativamente aos calendários da vida, à ordenação ideal dos eventos e às trajetórias desejáveis (Elder 1975; Hogan 1978; Rindfuss, Swicegood, e Rosenfeld 1987, 786). É tendo esse aspeto em mente que percebemos a génese de apreciações como “precoce” ou “tardio” para caracterizar alguns acontecimentos nos percursos de vida individuais (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 10). Já a ideia de tempo individual remete para o processo de envelhecimento biológico e para a idade cronológica (Elder 1975). Assim, a idade desempenha uma tripla função: situa o indivíduo no seu *life span*; localiza-o no processo social e histórico; é um índice relativamente às expectativas normativas acerca do percurso de vida (Ryder 1965; Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 10). Por estes motivos a análise dos percursos de vida concretos tem um enorme potencial nomeadamente para conceptualizar a interdependência entre desenvolvimento individual e mudança social (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002, 15).

A comparação entre coortes etárias tem sido a estratégia utilizada para reconhecer a variabilidade histórica das trajetórias de vida e trazer o *tempo* (individual, social, institucional) para o centro da pesquisa sobre as vidas vividas. No entanto, a sobreposição de efeitos *idade-período-coorte* complexifica a interpretação da causalidade nas comparações entre coortes etárias (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002; Alwin e McCammon 2002). Na maior parte dos casos, os estudos empíricos lidam com dados transversais (*cross-sectional*), que correspondem a um momento específico e não ao acompanhamento de um indivíduo ao longo do seu trajeto profissional ou familiar. Embora os dados transversais permitam considerar a situação de diferentes coortes, não permitem distinguir o efeito de coorte do efeito de idade (ou envelhecimento), uma vez que idade e coorte são aí equivalentes. O mesmo acontece relativamente ao período histórico. Por outro lado, mesmo quando existem dados de tipo longitudinal, a mera comparação entre coortes tem limitações. A negligência da variabilidade intra-coortes produz uma amálgama que tende a reificar um tipo de percurso como específico de uma geração e alimenta a “reiteração narrativa das diferenças intergeracionais” (Aboim e Vasconcelos 2014, 12).

### **Do ecletismo teórico ao pluralismo metodológico**

Ficou claro que a perspectiva do percurso de vida preconiza uma leitura multidimensional das trajetórias de vida em que a temporalidade é explicitamente incorporada no desenho de pesquisa, de forma a captar os efeitos da agência individual em novas transições ou sequências de transições (O'Rand 1998, 73; Nico 2011, 22). O interesse pelas múltiplas dimensões da trajetória individual implica a identificação dos aspetos a medir, bem como a forma de os medir e interpretar. A ênfase que é dada à temporalidade faz dos dados longitudinais o material empírico por excelência no âmbito desta perspectiva.

O “pluralismo metodológico” (Nico 2011, 22-28) e a utilização estratégica de materiais empíricos é uma das características desta perspectiva em que é comum o recurso, isolado ou em conjugação, aos painéis retrospectivos, às histórias de vida ou às histórias de eventos (O'Rand 1998, 55 e 69). Mas tal como em outros domínios da sociologia, também nesta perspectiva a relação com a empiria organiza-se em torno de métodos quantitativos e qualitativos. Enquanto a reconstrução do percurso de vida através de métodos qualitativos remonta às próprias origens da *perspetiva do percurso de vida*, o desenvolvimento dos métodos quantitativos foi mais tardio<sup>17</sup>.

Apesar de alguns trabalhos combinarem métodos quantitativos e qualitativos, conciliando a carreira objetiva e subjetiva ou a vida vivida e a vida contada (Bühlmann 2008; Nico 2011), a dicotomia entre métodos ainda perdura. De um lado, uma fileira de análises de cariz mais “objetivo”, orientadas pela análise das estruturas, e que metodologicamente assentam em estudos de cariz sobretudo quantitativo. Do outro lado, uma outra linhagem mais “subjetivista”, orientada para a reconstrução da narrativa biográfica e que se sustenta mais em métodos qualitativos. Desta dicotomia decorrem também diferentes níveis de explicação: enquanto as primeiras dão primazia à explicação a partir de aspetos estruturais/institucionais, as segundas dedicam maior atenção aos aspetos (inter)individuais.

O recurso aos diferentes métodos obviamente não é fortuito, traduzindo diferentes preocupações teóricas e ambições explicativas. Por outro lado, cada abordagem metodológica confronta-se com problemas distintos, que resultam da natureza dos dados. Por exemplo, o método biográfico e a história oral defrontam-se com as armadilhas ideológicas que resultam

---

<sup>17</sup> O método biográfico foi uma das ferramentas por excelência do interacionismo simbólico e da escola de Chicago. O método foi mais tarde recuperado por diferentes correntes teóricas dentro da sociologia (Cachón Rodríguez 1989). Já os estudos longitudinais só conheceram avanços a partir da década de 1960, com o lançamento de uma série de projetos que visavam acompanhar e reconstituir a multidimensionalidade do percurso de vida, quer através de painéis prospetivos quer através de recolha de informação retrospectiva (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002; Levy 2013a).

da *ilusão biográfica*, nomeadamente no que diz respeito à “coerência”, à “ordem cronológica e lógica”, ao suposto “sentido da existência narrada” ou à “intenção” (Bourdieu 1997).

A hegemonia do paradigma metodológico-causal nas ciências sociais resulta nalgum subaproveitamento das técnicas qualitativas (narrativas, biografias, histórias de vida) nos estudos sobre as trajetórias sociais, que obviamente não deriva da sua menor adequação à análise do percurso de vida (Abbott 1998). Mas a hegemonia também se manifesta no seio dos métodos quantitativos, prevalecendo as análises probabilísticas da ocorrência de eventos e transições sobre as análises holísticas das trajetórias sociais (Aisenbrey e Fasang 2010, 424).

No âmbito dos métodos quantitativos aplicados à análise do percurso de vida identificam-se duas tradições, com fundamentações teóricas, práticas metodológicas e ambições explicativas claramente distintas. O conjunto de técnicas denominadas como *Event History Analysis* (EHA) define, como conceitos-chave, os *eventos* e as *transições* entre fases e papéis (Blossfeld, Hamerle, e Mayer 1989). Exemplos típicos de eventos considerados são a saída de casa dos pais, a entrada no mercado de trabalho, na conjugalidade e na parentalidade, em função da centralidade dos mesmos na estrutura das vidas individuais<sup>18</sup>. A *Sequence Analysis* (SA) concentra-se no conceito de *trajetória*, alternativamente definido como *carreira*, isto é, a “sequência interligada da experiência” (Pollock 2007, 167). Neste caso, a pesquisa empírica orienta-se para a identificação dos padrões de similaridade e diferenciação ao longo dos trajetos individuais.

A distinção entre estas duas abordagens “encerra igualmente uma distinção da natureza do tempo envolvido” (Nico 2011, 172). Enquanto a transição alude ao tempo curto (*momento*), a trajetória implica o tempo longo, compreendendo o conjunto das mudanças, continuidades e sobreposições ao longo da estrutura etária (*movimento*). Teoricamente, em linha com o princípio do desenvolvimento ao longo da vida e importância das continuidades temporais, a perspetiva do percurso de vida tenderia a conferir superioridade teórico-analítica ao conceito de *trajetória* face ao conceito de *transição* (Aisenbrey e Fasang 2010; Nico 2011, 171). No entanto, nem sempre tem sido essa a prática mais comum. Esta discussão é retomada no **Capítulo II**, a propósito das opções metodológicas que norteiam a nossa análise.

---

<sup>18</sup> Cada evento “discreto” ou “finito” constitui um *marcador* que altera a condição de dependente para autónomo, a de solteiro para casado e a de filho para pai, (usando os exemplos anteriores).

### **Estruturas, instituições e o percurso de vida**

A relação entre estruturas ou instituições sociais e percurso de vida é, como já referimos, um dos temas centrais na sociologia do percurso de vida, sobretudo em países de língua alemã. A pesquisa tem salientado a importância de um conjunto amplo de instituições (escola, mercado de trabalho, serviço militar, estrutura familiar), não apenas enquanto instâncias de regulação mas também enquanto mecanismos que, incorporando a dimensão estrutural e cultural, estabelecem a ligação entre o nível macro e micro da ação social (Heinz, 1991 citado por Kohli 2009 [1986], 207; Leisering 2002).

O entendimento predominante de *instituição* é fortemente devedor do construtivismo social de Berger & Luckmann (1987) e da conceção de estruturas como resultado de um processo triangular de externalização, objetivação e internalização (Levy 2013a, 28-32). Deste ponto de vista, as instituições, embora socialmente construídas, tornam-se reais ou “objetivadas” através de um conjunto amplo de mecanismos estruturais que produzem regularidade na agência, para lá da volição individual. Este movimento é eminentemente biunívoco, pois são os indivíduos que, através das suas estratégias, reproduzem e/ou transformam as instituições, resultando a sua ação agregada em novos modelos com alguma estabilidade temporal.

A relação entre instituições e comportamentos individuais ou colectivos ao longo do percurso de vida implica uma leitura multinivelada da estrutura (considerando o nível macro e a estrutura de oportunidades disponíveis). É, no entanto, necessário identificar quais os mecanismos que estabelecem a ponte entre os dois níveis. Começando pelo nível macro, Krüger (2001) propõe que consideremos três mecanismos-chave: *faseamento*; *relacionamento* e *suporte*. O *faseamento* decorre da participação obrigatória dos indivíduos em várias instituições interdependentes. A *localização histórica e temporal* é o princípio teórico mais determinante para perceber este mecanismo institucional. No exemplo clássico da literatura, as instituições mais relevantes no faseamento são a tríade escola, mercado de trabalho e reforma, que, ancoradas no critério etário, contribuíram para a tripartição do percurso de vida (Kohli 2009 [1986]).

A expansão, retração ou reconfiguração dos diferentes sectores institucionais (nomeadamente da escola e do mercado de trabalho) altera a proporção de indivíduos envolvidos, bem como os mecanismos de recrutamento e progressão (Levy 2009, 196 e segs). Assim, os ciclos económicos e as flutuações no mercado de trabalho (em termos de disponibilidade de empregos) têm impacto na probabilidade de os indivíduos passarem por situações de desemprego. Já as alterações em termos de regulação laboral influenciam a segurança e

previsibilidade associada aos percursos profissionais. Do mesmo modo, o alargamento da escolaridade obrigatória ou a expansão da rede universitária altera não só a duração dos períodos formativos, como os calendários de entrada no mercado de trabalho e de outras transições familiares. No entanto, o acesso a estas “novas oportunidades” não pode ser dado por adquirido e tem de ser problematizado em função do sexo ou das origens sociais dos indivíduos.

A vida familiar é o domínio institucional mais relevante para compreender o mecanismo *relacional*. Este mecanismo articula-se com o princípio das *vidas ligadas*. Os indivíduos de uma mesma família estão vinculados de múltiplas formas: pelos laços de parentesco (consanguinidade, aliança e afinidade); pela coresidência; e pelas obrigações de solidariedade intergeracional (por exemplo, de cuidado aos mais jovens e aos mais velhos). Os grupos domésticos constituem, também, centros de coordenação do tempo, recursos e planeamento das expectativas e dos imperativos que emanam dos vários campos sociais em que os seus elementos estão envolvidos (Levy 2013a, 31). Também este domínio institucional é afetado por múltiplas pressões externas (do Estado, da Igreja, de grupos de interesse, etc.) no sentido da sua regulação, pressões essas que produzem efeitos em aspetos tão díspares como a definição de parentesco, a autorização de quem pode contrair matrimónio ou adotar, as políticas fiscais, etc..

O mecanismo de *suporte* refere-se às instituições que, ao longo da vida, apoiam ou chamam a si uma série de tarefas e obrigações. A disponibilidade e acessibilidade a estas instituições, que tanto podem ser públicas como privadas, formais (creches/lares) ou informais (avós/apoio doméstico), é particularmente importante para a organização e distribuição das tarefas no interior das famílias (Levy 2013a, 31)<sup>19</sup>.

O conceito de estruturas de oportunidade ajuda-nos a perceber a relação entre as configurações institucionais, os ciclos económicos e os percursos individuais (Mayer 2004). Originalmente proposta por Merton (2000), esta ideia tem sido utilizada na sociologia política para perceber a relação entre as condições objetivas e subjetivas subjacentes aos processos de mobilização política (Eisinger 1973; Tilly e Tarrow 2007). Mais recentemente o conceito foi

---

<sup>19</sup> Dois mecanismos adicionais complementam o enquadramento institucional do percurso de vida (Levy 2013a, 31). As instituições de *segundo plano* incluem as infraestruturas públicas e privadas (como os transportes e as vias de comunicação aos sistemas de saúde, entre outros), cuja disponibilidade, localização e funcionamento interfere com a organização das vidas individuais e familiares. Uma derradeira função é desempenhada pelas instituições de *reparação* ou *retificação* (prisões, centros educativos, etc.).

também utilizado na análise de carreiras profissionais (Bühlmann 2008) e da mobilidade social (Hillmert 2015), o que inspirou a sua utilização na nossa pesquisa.

Adequando esta ideia ao percurso de vida, as estruturas de oportunidade podem ser entendidas como as possibilidades objetivas que estão disponíveis ou vedadas aos atores ao longo das suas trajetórias pessoais, mas que também se traduzem na desejabilidade cultural e social de certos percursos (Bühlmann 2008, 297). A existência de oportunidades não determina a concretização das mesmas, mas só pode ser compreendida em função do volume e da composição dos capitais disponíveis. Em termos analíticos, compreender a evolução dos percursos de vida implica, então, olhar a também para os processos de reconfiguração das estruturas de oportunidade ao longo do tempo.

### **O percurso de vida enquanto sequência de papéis e posições**

Outra pedra de toque da perspetiva do percurso de vida é a consideração das vivências individuais enquanto um todo integrado de participação em campos interdependentes regulados por lógicas específicas (Elder 1985; Elder, Johnson, e Crosnoe 2002; Levy 2013a). Ao longo das suas vidas, os indivíduos ocupam posições num espaço social relacional, envolvendo-se ativamente nos múltiplos campos que constituem as sociedades contemporâneas (Bourdieu 2002 [1972]). O conceito bourdieusiano de campo refere-se aos espaços de interação social, estruturados em torno da produção e distribuição de bens (capitais), e das relações de poder que se desenvolvem pelo controlo sobre os mesmos<sup>20</sup>. Metaforicamente, os campos podem ser caracterizados de diversas formas: como *mercados*, na medida em que são espaços de competição por capital; como *jogos*, na medida em que implicam o conhecimento das regras que o regulam; e como *espaços hierárquicos*, organizados em função das relações de poder, dominação e das legitimidades simbólicas específicas de cada campo.

A *participação* dos indivíduos em cada um dos campos da vida social está associada a diferentes *posições/estatutos* e *papéis sociais* (Levy 2013a, 22). A noção de *participação* implica o conhecimento do funcionamento do campo (em termos de expectativas normativas, regras de funcionamento, oportunidades/constrangimentos e representações sociais). A *posição* dá conta do lugar que cada indivíduo ocupa na estrutura interna do campo (em termos dos capitais e outros recursos que possui, do prestígio de que goza ou da posição hierárquica que ocupa). A *posição* (e suas propriedades intrínsecas) tem implicações que extravasam os

---

<sup>20</sup> Bourdieu (2002 [1972]) definiu capital enquanto um conjunto de posses sociais relacionalmente definidas, identificando quatro tipos principais de capital (económico, cultural, social e simbólico).



limites do campo, uma vez que cada indivíduo está sincronicamente envolvido em múltiplos campos. A noção de *papel* traduz as expectativas e os deveres, bem como as recompensas e os direitos, associadas a cada posição.

O percurso de vida pode ser concebido como a sequência cronológica de *posições* ocupadas em cada um dos campos da vida social em que cada indivíduo está envolvido (Levy 2013a, 22-23). Os diferentes campos gozam de autonomia relativa, que é tanto maior quanto mais socialmente legitimada for a sua ordem interna (*i.e.*, institucionalizada). Mas os diferentes campos que compõem a estrutura social também se intersectam, o que possibilita a “análise da pluralidade dos constrangimentos estruturais como analiticamente independentes, ainda que articuláveis e hierarquizáveis” (Pires 2007, 37). E uma vez que os campos resultam de um longo desenvolvimento, é imperativo que olhemos para o processo histórico para entender o seu estado atual e a sua lógica de funcionamento.

Nas sociedades contemporâneas os dois campos mais relevantes na organização das vidas individuais são a vida familiar e o campo económico. Enquanto orientação sociológica geral (Merton 1945), a perspetiva do percurso de vida não apresenta nenhum prognóstico relativamente ao desenvolvimento das trajetórias individuais em qualquer dos campos. Deste modo, a forma como olhamos para as trajetórias profissionais e familiares terá de recorrer aos contributos teóricos desenvolvidos no âmbito de várias sociologias temáticas.

### ***O percurso de vida nas sociedades contemporâneas***

Apresentámos a matriz teórico-metodológica que norteia a nossa pesquisa, situando o nosso trabalho no âmbito da perspectiva do percurso de vida, tal como sistematizada por Elder (2002). Salientámos a importância que a regulação institucional exerce sobre o percurso de vida, destacando o papel das instituições formais e informais (Estado, mercado de trabalho, escola, família, etc.) concebidas enquanto causa e consequência das estruturas sociais e da ação individual. Uma das perguntas que está na génese do nosso trabalho é em que medida o modelo de percurso de vida institucionalizado, apresentado na literatura sobre as sociedades da Europa Central, se aplicou alguma vez a Portugal. Para responder empiricamente a essa questão, ao longo das próximas secções fixamos algumas das premissas subjacentes às trajetórias familiares e profissionais no auge da modernidade organizada. Introduzimos também alguns conceitos fundamentais para a pesquisa, nomeadamente os de *trajetória familiar* e *trajetória profissional*. Na secção seguinte discutimos em que medida é que as recentes transformações na esfera privada e no mundo do trabalho modificaram essas premissas. Posteriormente, o debate em torno das transformações no percurso de vida é articulado com o debate em torno das desigualdades sociais, em particular com as desigualdades de classe e de género, e com a pressuposta importância decrescente das características herdadas na determinação das trajetórias sociais.

#### **Do percurso de vida institucionalizado...**

A *institucionalização* da estrutura do percurso de vida característica da modernidade organizada é um processo que tem sido relacionado com as bases burocráticas de eficácia social do capitalismo (Levy 2013a, 15; Kohli 2009 [1986]). A dinâmica institucionalizante foi potenciada por vários processos concomitantes que incidem sobre as diferentes fases da vida (Brückner e Mayer 2005). Em primeiro lugar resultou da expansão do sistema de ensino, que se converteu em instituição de preparação e distribuição dos indivíduos pelo mercado de trabalho em função das suas qualificações. Em segundo lugar foi possível num contexto em que se desenvolveram carreiras profissionais estáveis e mecanismos de mobilidade ascendente, graças ao crescimento económico de longo prazo e ao compromisso entre organizações patronais e sindicais. Em terceiro lugar, a expansão do Estado-Providência criou mecanismos de proteção em situações de transição e fragilidade (desemprego, doença, etc.), bem como na reforma (Brückner e Mayer 2005, 29).

A cristalização do percurso de vida em torno do sistema produtivo e da relação salarial conduziu a uma *tripartição* das fases da vida, em função da relação com o mercado de trabalho (preparação, atividade e reforma): a primeira fase corresponde a um período de aprendizagem, formação e preparação para a vida ativa; a segunda fase delimita o período de vida ativa; e a terceira fase corresponde à reforma, *i.e.*, ao período que sucede a saída do mercado do trabalho. Através dos mecanismos de faseamento, a idade tornou-se uma característica individual com implicações estruturais profundas (*temporalização*), em função da qual os indivíduos evoluem na estrutura social de forma relativamente sincrónica (*sincronização*) (Kohli 2009 [1986]). Esta distinção entre as fases da vida, bem como a sua ordenação sequencial ou os calendários de transição entre elas, não é adquirida nem invariável e resulta dos parâmetros (modernos) de temporalização (Elchardus e Smits 2006). Com efeito, a *tripartição* do percurso de vida, apesar de evidente na atualidade, é um facto histórico e uma construção social bastante recente (Kohli 1989).

As consequências deste processo são múltiplas e têm impacto tanto ao nível estrutural como ao nível cultural. A pesquisa tem salientando o peso crescente das diversas instituições (escola, mercado de trabalho, serviço militar, família) sobre o percurso de vida não apenas enquanto instâncias de regulação mas também enquanto mecanismos que, incorporando a dimensão estrutural e cultural, estabelecem a ligação entre o nível macro e micro da ação social (Leisering 2002; Heinz, 1991 citado por Kohli 2009 [1986], 207).

Estabilidade e previsibilidade constituem importantes premissas para as modernas formas de controlo social, a partir do momento em que se rompem os tradicionais vínculos ao local e à família de origem (Kohli 2009 [1986], 81). A ação dos Estados foi decisiva no fomento da previsibilidade e segurança nas trajetórias de vida. Por efeito dos sistemas organizacionais e das regras formais e informais, a *institucionalização* do percurso de vida assegurou a manutenção da ordem social assente na estabilidade da relação laboral e no quadro de um capitalismo triunfante (Kohli 2009 [1986], 286). A integração do domínio familiar e do domínio profissional foi lograda através de uma divisão sexual do trabalho (pago e não-pago), que garantia a reprodução social (Bertaux 1978) pelo influxo permanente e previsível de mão-de-obra para o mercado de trabalho (Kohli 2007).

No auge da “modernidade organizada” era expectável que os percursos de vida individuais se organizassem como um conjunto de etapas intercaladas por transições lineares entre os diferentes papéis e estatutos sociais (Aboim 2010a, 108). Os efeitos da delimitação das fases do percurso de vida sobre o indivíduo eram relativamente independentes do grau de adesão voluntária aos mesmos (Heinz e Krüger 2001, 404). Os sistemas de estratificação etária, impostos, através da regulamentação pública de uma série de aspetos (idade legal para casar, para entrar e sair da escola, para cumprir o serviço militar ou para começar a trabalhar), consolidaram a *standardização* dos percursos de vida, comparativamente com a imprevisibilidade observada nas sociedades pré-modernas. Enquanto à organização sequencial das fases da vida profissional correspondia uma “normal work biography”, que resultava da estabilidade e previsibilidade dos percursos profissionais masculinos, na vida privada estabeleceu-se a norma de um ciclo familiar ou de uma “normal family biography”, em que a fase produtiva pressupunha casamento, parentalidade e uma divisão do trabalho pago/não pago *genderizada* segundo moldes tradicionais (o modelo do *male breadwinner*) (Kohli 2007, 258).

### ***Trabalho e trajetória profissional***

Com o *fordismo* estabeleceu-se uma articulação entre as relações de produção e os modos de consumo que conduziu à estabilização relativa das relações laborais e à universalização do trabalho assalariado (Aglietta 1976; Eli da Veiga 1997). O Estado detém um papel central nesta época “pelo papel que assumia na regulação da economia (influência do keynesianismo)<sup>21</sup>; nas provisões sociais e na garantia de bem-estar social (consolidação do Estado-providência); quer enquanto agente regulador dos conflitos de classe e de um normativo jurídico-laboral assente no princípio da segurança de emprego e de rendimentos” (Casaca 2010, 262). Sob a égide do Estado, estabeleceu-se um contrato social entre trabalho e capital que assegurou um longo período de crescimento económico, pleno emprego, produção e consumo de massas, prosperidade e menor conflitualidade social.

---

<sup>21</sup> Neste período, a força dos Estados concretizava-se também através da condução económica, uma vez que os governos controlavam importantes sectores da economia (transportes, energia, comunicações, sectores industriais).

Na generalidade dos países da Europa Ocidental desenvolveu-se a regulamentação jurídica da relação laboral. Muito embora assumisse características diferenciadas em função dos sectores económicos, a tendência foi para que a relação entre contrato de trabalho e acesso ao Estado-Providência se universalizasse, independentemente da categoria socioprofissional dos assalariados. Esta institucionalização das relações laborais foi consolidada através dos mecanismos de negociação coletiva entre entidades patronais e organizações representativas dos trabalhadores, mediadas pelos governos. A institucionalização da relação laboral não só conferia direitos sociais aos trabalhadores, como permitia a integração social por via da participação económica, do acesso ao bem-estar e à segurança material e do sentimento de utilidade social (Paugam 1996; Casaca 2005).

A estabilidade das relações laborais contribuiu para que, em muitas áreas de atividade, o *trabalho* passasse a ser sinónimo de *emprego* (Casaca 2005; Castel 2012). Durante este período, uma parte relevante da força de trabalho pode desenvolver percursos profissionais ordenados e previsíveis (Kalleberg 2009). É nesse contexto que emerge a noção de carreira, enquanto a sequência de posições profissionais ocupadas pelos indivíduos ao longo do seu percurso profissional (Hughes 1937). Às sucessivas posições na *carreira* estavam associados, por um lado, diferentes estatutos, responsabilidades e desempenhos e, por outro lado, diferentes níveis salariais, de poder e de prestígio (Spilerman 1977).

Sabe-se que a possibilidade de progressão profissional, de acordo com a experiência adquirida e o desenvolvimento de competências técnicas, foi uma realidade em muitas organizações no quadro do capitalismo *fordista*, desde a indústria aos serviços (DiPrete, Goux, e Maurin 2002). A possibilidade de desenvolver uma *carreira* tinha também implícita a promessa da mobilidade social ascendente. Não era incomum que o percurso profissional fosse integralmente desenvolvido numa única empresa ou organização, sendo a lealdade recompensada através de progressões previsíveis<sup>22</sup>, o que não deixou de produzir poderosos e duradouros efeitos ideológicos.

---

<sup>22</sup> Por um lado, os métodos de trabalho eram relativamente específicos às empresas, organizações ou sectores de atividade. Por outro lado, à medida que os trabalhadores dominavam os métodos tornavam-se mais valiosos para as empresas, o que justificava a distribuição de melhores remunerações, também para desincentivar a procura de outro emprego (DiPrete, Goux, e Maurin 2002).

Em todos o caso, vale a pena frisar que a generalização da relação de emprego teve uma abrangência significativamente menor do que é por vezes idealizado. De facto, os pressupostos associados à noção de carreira profissional (previsibilidade, mobilidade ascendente) estavam confinados às profissões mais prestigiadas e mais bem remuneradas. Na prática, a relação salarial e contractual *fordista* terá sido experimentada por um grupo privilegiado de trabalhadores, sobretudo homens, brancos e com qualificações escolares e/ou profissionais (Bradley et al. (2000) citado por Casaca 2010, 265-266)<sup>23</sup>. Por outro lado, o contexto normativo e institucional do *fordismo* consolidou uma divisão fortemente genderizada entre trabalho assalariado e trabalho familiar (Krüger e Levy 2001). Esta divisão cristalizava-se no modelo de *male breadwinner* e no seu equivalente modelo de cuidador feminino (*female homemaker*), que tinha uma relação intermitente com o mercado de trabalho. Segundo Casaca (2005), a conceção de trabalho que se impôs neste período assentava em critérios economicistas e produtivistas e remetia as formas de trabalho não-assalariado (doméstico, familiar, parental) a um estatuto social inferior, não obstante a sua inegável utilidade social.

As abordagens funcionalistas à sociologia das profissões procuraram diferenciar entre ocupação e profissão. As ocupações correspondiam a “qualquer função socialmente reconhecida (e contemplada nos instrumentos técnicos da contabilidade social (...))”, já as profissões designavam um “conjunto mais limitado e característico a que só correspondiam certas e determinadas ocupações” (Freire 2002, 320). Transparecia uma preocupação em construir uma abordagem ao “profissionalismo” de um conjunto limitado de domínios profissionais estabelecidos e socialmente legitimados (medicina, direito, ensino e tecnologia), na medida em que os mesmos constituía um “modo de regulação economicamente eficaz e moralmente desejável” (Parsons 1959; Cruz 2008, 191-192).

A atenção dedicada a um conjunto restrito de profissões não permitia captar a profissionalização como tendência de fundo nas sociedades modernas, estabelecendo uma distinção marcadamente ideológica entre os “profissionais” (as profissões autónomas e responsáveis) e os “assalariados” (as profissões dependentes, oprimidas e marginais) (Cruz 2008, 193-195). A distinção fundamentava-se, assim, em argumentos que iam da maior complexidade e responsabilidade envolvida, à utilidade social dos saberes profissionais, passando pela formalização do seu ensino e pela autorregulação da sua prática, culminando no

---

<sup>23</sup> Por exemplo, segundo Matos (2013, 146) “A possibilidade de ascensão na carreira, princípio base da relação social fordista, contribuía para que o jovem contratado identificasse no operário mais velho a imagem do seu futuro.”

altruísmo atribuído aos profissionais (Dubar e Tripier 1998). O objetivo era desenvolver uma análise sociológica “imparcial” das profissões, distanciada da escola de Chicago que desde a sua génese se comprometera com os grupos mais vulneráveis (Cruz 2008, 190).

As abordagens interacionistas contrapuseram um olhar crítico à perspectiva funcionalista sobre as profissões. Uma das principais diferenças é o reconhecimento de igual dignidade e interesse sociológico em todas as atividades e trajetórias de trabalho. Por outro lado, estes autores consideravam que, ao longo do percurso profissional, independentemente do tipo de atividade, todos os indivíduos desenvolvem conhecimentos que mobilizam no sentido de valorizar a sua posição (Hughes (1981[1958]) citado Cruz 2008, 193-194). O interesse dos interacionistas dirigiu-se tanto para as atividades “marginais” como para as atividades “estabelecidas”, entendendo a profissionalização como um processo aberto de construção que combina elementos individuais e coletivos. A dinâmica temporal/processual era a principal preocupação, seja do ponto de vista das biografias socioprofissionais dos indivíduos, seja do ponto de vista dos grupos profissionais. Enquanto do ponto de vista dos indivíduos os aspetos a reter eram as regularidades e as singularidades observadas na construção de diferentes carreiras biográficas, do ponto de vista dos grupos profissionais interessavam os processos de constituição, organização e legitimação social (Dubar e Tripier 1998; Cruz 2010).

Valorizando os diversos contributos teóricos, propomos um entendimento de trajetória profissional que olha para a sequência de acontecimentos e de situações profissionais vividas pelos indivíduos ao longo do seu percurso de vida, relacionando os padrões de regularidade das carreiras com as escolhas individuais e a evolução do sistema de emprego (Hughes 1937; Hareven 1982; Dubar 1991). A trajetória profissional é definida a partir da relação individual com o mercado de trabalho, sendo a sua participação (ou exclusão) um *proxy* de integração social. O conceito que apresentamos está mais próximo da ideia de *trajetória ocupacional objetiva* do que dos conceitos de carreira ou de *achievement career*<sup>24</sup> (Spilerman 1977).

---

<sup>24</sup> Esses conceitos implicam maior especificação tanto em termos de expectativas partilhadas (em termos de mobilidade ascendente, ordem, ritmo de progressão e lealdade face a uma entidade empregadora), como de representações biográficas e de interpretações individuais relativamente à trajetória vivida (Bühlmann 2008).

### ***Família e trajetória familiar***

O modelo parsoniano de família nuclear procriativa cristalizou a estabilidade das trajetórias familiares na América de meados do século XX. Deste ponto de vista, o conceito de família correspondia ao núcleo (intacto) de pai, mãe e filhos. Esta estrutura doméstica assentava numa diferenciação “naturalizada” de funções: ao homem, considerado mais apto para as funções instrumentais, era confiada a obtenção de recursos económicos; à mulher, considerada mais apta para funções expressivas, eram confiadas as tarefas de cuidado e de integração social dos elementos do grupo doméstico (Parsons 1971 [1949]). Este foi o paradigma dominante no imaginário intelectual da sociologia, contribuindo também para a centralidade da família enquanto unidade de análise (Gouveia 2014, 25-26).

Foram profundas, as implicações deste modelo baseado na divisão complementar e funcional dos papéis de género entre o homem ganha-pão e a mulher doméstica e cuidadora. Em termos estruturais, o modelo assentava na exclusão das mulheres face ao mercado de trabalho a partir da entrada na conjugalidade, em particular ao acesso a posições de maior responsabilidade e qualificação. Em termos práticos, o pressuposto dessa exclusão resultava ainda em políticas sociais que restringiam a disponibilidade das instituições de suporte, recaindo essas tarefas sobre as mulheres (Levy 2013a, 25-26). Implicava igualmente a existência de um vínculo estrutural entre a domesticidade feminina e a carreira masculina, não só na interação entre o casal, mas também porque era a exclusão das mulheres do mercado de trabalho que potenciava as oportunidades de carreira para os homens (Bühlmann 2008, 42). Em termos culturais, a institucionalização deste modelo resultava nos estereótipos sexuais, desde logo corporizados nas funções intrínsecas a cada género, ideais esses que, em alguns casos, foram inclusivamente reforçado pelo enquadramento jurídico-legal<sup>25</sup>. Resultava, por fim, em *scripts biográficos* acerca do que constituía um percurso de vida “normal” e de quais eram as expectativas em relação a uma série de transições e mudanças (Mayer 2003; Settersten 2002; Kohli 2009 [1986]).

---

<sup>25</sup> Refira-se a título de exemplo o caso da Alemanha (Ocidental) em que o desenho do Estado-Providência durante muito tempo favorecia explicitamente o modelo do ganha-pão masculino, inclusivamente através do sistema fiscal (Ostner e Schmitt 2008).



Os conceitos de “ciclo de vida familiar” e mais tarde de “desenvolvimento familiar” foram usados para conceptualizar as funções, as tarefas e os papéis desempenhados pelos indivíduos ao longo da sua vida familiar (Duvall 1957; Rodgers e White 1993; Widmer e Gauthier 2013). Os critérios usados na identificação de cada estágio refletiam a importância conferida à família, enquanto instância de socialização primária, bem como a forte divisão dos papéis de género. O nascimento dos filhos, a sua emancipação residencial e a saída (do homem) do mercado de trabalho constituiriam os momentos-charneira entre os diferentes estágios, tanto mais que cada uma destas transições acarretava a redefinição de responsabilidades, papéis e tarefas dos diferentes elementos do agregado familiar (Aldous 1996).

O mérito da teoria residiu no entendimento da família enquanto entidade dinâmica e na conceptualização de um calendário das suas alterações ao longo do tempo (Aldous 1990). Embora esses elementos assegurassem popularidade entre cientistas sociais interessados no estudo da vida familiar, os conceitos operativos para compreender o *ciclo familiar* eram estáticos e prescritivos: a cada *posição* na estrutura familiar corresponderia um *papel social* específico, ao qual estaria associado um conjunto de *normas* e de *expectativas* no que diz respeito a comportamentos e aos seus calendários (Rodgers e White 1993). Os pressupostos subjacentes a este entendimento de família e de trajetórias familiares reproduzem uma definição historicamente situada de família, modelo que corresponde à realidade de algumas sociedades ocidentais entre o segundo e o terceiro quartel do século XX.

Posteriormente foi avançado o conceito de *carreira familiar*<sup>26</sup> (Rodgers 1973), aproximando a ideia de ciclo de vida familiar da perspetiva do percurso de vida. Os conceitos tornaram-se mais dinâmicos. Importavam as *transições* entre *estágios* qualitativamente diferenciados e o tempo despendido em cada um deles. E também o calendário das transições, na medida em que o mesmo estava associado às normas sociais e institucionais e produzia efeitos tanto na trajetória individual, como nas trajetórias dos restantes elementos da família (Rodgers e White 1993)<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Para Aldous (1996), a *carreira familiar* decompõe-se num conjunto de subcarreiras, em função do papel de cada elemento do agregado familiar (carreira marital, carreira parental, carreira fraternal). Todas estas carreiras são influenciadas por carreiras externas à família, como a carreira profissional, educacional ou habitacional.

<sup>27</sup> Outros critérios foram considerados, sendo adiantadas várias desmultiplicações e refinamentos do desenvolvimento familiar. Alguns autores procuraram desenvolver variantes adaptadas a outros tipos de famílias, como às famílias monoparentais ou às famílias recompostas (Hill 1986; Mederer e Hill 1983; Mattesich e Hill 1987).

A polémica em torno do estatuto teórico e da relevância empírica dos conceitos de ciclo e de desenvolvimento familiar tem sido acalorada (Klein, Aldous, e Nock 1979; Spanier, Sauer, e Larzelere 1979; Kapinus e Johnson 2003). Em termos teóricos, a ideia de ciclo familiar é uma teleologia circular, *i.e.*, assume a existência de um desenvolvimento familiar com uma finalidade última (a família procriativa). Daí resulta um elevado grau de determinismo e uma causalidade moralizadora e prescritiva (Rodgers e White 1993, 227). Sociologicamente, a predominância num determinado período histórico da família consanguínea, heterossexual, patriarcal e nuclearizada não pode ser encarada como decorrente da natureza humana. Os ideais de família, parentesco ou intimidade são um terreno de batalha moldado por séculos de estratégias conflituantes de agentes com definições ortodoxas e heterodoxas acerca do que constitui uma família ou um agregado doméstico (Atkinson 2014).

A própria perspectiva do percurso de vida foi desenvolvida em contrafogo relativamente à ideia de que existe um ciclo de vida familiar homogéneo e invariável, acentuando a sua heterogeneidade e elevada contingência histórica face às dinâmicas sociais, institucionais e políticas. Ao questionamento teórico em relação aos pressupostos de universalidade destas definições de família e de ciclo familiar, acresce a dissonância com uma realidade mais diversa e dinâmica, tanto na atualidade como no passado (Laslett 1972; Hammel e Laslett 1974; Hareven 1991a, 1991b). Um dos mitos tinha que ver com a própria estrutura das famílias europeias entre a Idade Média e a Revolução Industrial. Acreditou-se durante bastante tempo que no passado predominara a família multigeracional de três gerações. Teria sido a industrialização a impor a família moderna, caracterizada pela limitação da família (*nuclearização*) (Shorter 2001 [1975]).

Influenciados pela história social e demográfica francesa, autores do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* propuseram a reconstituição taxionómica da família, a partir de critérios de consanguinidade, aliança e afinidade, bem como do tipo e número de núcleos familiares que constituem o agregado (entre outros, autores como Hammel e Laslett 1974; Laslett 1972). O conceito proposto por Laslett não foi o de família nuclear mas antes o de *agregado doméstico*<sup>28</sup>. O trabalho empírico deste autor demonstrou, assim, as continuidades na estrutura e na dimensão dos agregados domésticos na Europa desde o século

---

<sup>28</sup> Laslett (1972) propôs a distinção entre: “I) agregados domésticos de pessoas sós, incluindo aqui as pessoas que vivem efetivamente isoladas (...); II) agregados domésticos de várias pessoas (aparentadas e/ou não aparentadas) sem núcleo familiar e a viver em economia comum (...); III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pai/mãe a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento com ou sem outras pessoas)” (Wall, Cunha, e Ramos 2014, 45).

XVI (Laslett 1972). A constatação do predomínio da família nuclear ao longo dos séculos fez cair por terra o mito da família multigeracional do passado. Outras pesquisas em contextos medievais e pré-industriais questionaram o papel da industrialização, uma vez que a nuclearização precedeu largamente a Revolução Industrial (Hareven 1991a). A industrialização terá inclusive contribuído para o aumento da complexidade familiar nos meios operários, marcados pela pobreza e pela exiguidade do espaço habitacional.

Apesar da continuidade nas estruturas familiares predominantes, a observação detalhada revelou que os agregados domésticos pré-industriais incorporavam uma grande diversidade etária em termos de composição e era frequente a presença de hóspedes (Hareven 1991a, 104). A analogia entre “família” e “casa” ou “habitação” terá pouco mais de 150 anos (Hareven 1991a, 1991b). Foi apenas quando o trabalho profissional se autonomizou do espaço doméstico que a habitação se *privatizou* e se fechou sobre a família. A criação de esferas distintas, para a qual contribui certamente a industrialização e o assalariamento mas também a urbanização, alimentou a domesticação da família e uma separação mais vincada dos papéis de género (Hareven 1991b, 264)<sup>29</sup>.

A utilização subsequente do esquema de Laslett deparou-se com o problema da variação da estrutura familiar ao longo do tempo. A composição dos agregados domésticos revelava-se dinâmica, estando a sua evolução indexada ao tempo e aos eventos individuais e familiares. Os nascimentos, as mortes, os casamentos, o acolhimento de parentes ou hóspedes eram, portanto, transformadores da estrutura doméstica. Em outros casos, o recurso ao conceito de ciclo de vida na história permitiu entender o movimento dos indivíduos por várias estruturas e agregados domésticos, ao longo do tempo e das condições sociais e históricas (Hareven 1978). O conceito foi útil para identificar fases de maior vulnerabilidade económica, bem como a expansão ou retração da composição do agregado em fases de transição das trajetórias individuais. Mas as limitações da aplicação da ideia de ciclo familiar à história também se tornaram incontornáveis. Os estados *a priori* correspondem a uma matriz que deriva de um ideal da família americana de classe média, sem eco no passado.

---

<sup>29</sup> Historicamente o peso simbólico associado ao local da residência familiar é uma generalização da experiência das classes médias urbanas, tanto mais que as famílias das classes trabalhadoras preservaram uma utilização mais flexível e diversa do espaço doméstico, tanto em meio rural como urbano, mesmo quando adotaram o ideal doméstico. Essa flexibilidade na utilização podia implicar acolher de pessoas estranhas ao parentesco, usar a casa como recurso para gerar rendimento e poupança ou para preservar a autonomia no fim da vida (Hareven 1991b, 284; Shorter 2001 [1975])

Assumir os pressupostos do ciclo familiar de forma acrítica é sociologicamente inaceitável. Para além dos problemas teóricos e da questionável certificação empírica (Spanier, Sauer, e Larzelere 1979; Klein, Aldous, e Nock 1979), o modelo impõe um “filtro epistemológico” (Widmer e Gauthier 2013, 57) que ofusca a diversidade das formas de organização familiar e a sua variabilidade geracional. Existem potencialidades de articulação entre a perspetiva do percurso de vida e as premissas do ciclo de vida, nomeadamente para explorar a solidez das estruturas familiares face às transformações na intimidade ou a evolução do papel da família enquanto mecanismo relacional e de suporte ao longo do percurso de vida (Aldous 1990), no entanto têm sido escassas as tentativas de articulação (Widmer e Gauthier 2013, 53)<sup>30</sup>.

Em nosso entender é possível recorrer à matriz de ciclo familiar para a análise da evolução das estruturas domésticas enquanto ferramenta heurística “fractal” (Abbott 2004), *i.e.* contrapondo o pressuposto da sua realidade e estabilidade à ideia de que é um fenómeno permanentemente (re)construído na interação. Para tal, a grelha analítica deve ser expandida de forma a captar a variabilidade das configurações familiares e das carreiras individuais. Por outro lado, é imperativo que se analisem as transições entre estados, bem como os papéis associados, considerando a sincronização entre as transições individuais e a mudança na estrutura familiar enquanto unidade coletiva (Hareven 1978, 100). Só assim podemos captar as situações que não encaixam no modelo dominante: pessoas vivendo sós, casais em coabitação sem filhos, casais com e sem filhos a viver em situações de complexidade, casais homossexuais com ou sem filhos, entre outras. Adicionalmente é possível relacionar a suposta ordem universal do desenvolvimento familiar com os efeitos de classe social, género ou geração nas trajetórias e transições.

---

<sup>30</sup> Para além dos problemas teórico-metodológicos enunciados, isso resultará de interesses e níveis de explicação diferentes. Enquanto a perspetiva do percurso de vida é mais ambiciosa e procura compreender como se orquestram os eventos familiares e a participação dos indivíduos em diferentes esferas da vida, a teoria do desenvolvimento familiar olha sobretudo para o tempo interno das famílias (Aldous 1990, 574-576).

### ....Ao percurso de vida autodeterminado?

Mayer (2004) tem proposto uma distinção entre quatro regimes ou tipos-ideais de regulação institucional do percurso de vida ao longo dos últimos 200 anos<sup>31</sup>. Até ao início do século XX vigorava um regime tradicional. A unidade básica de regulação residia na economia familiar tradicional, mas marcada pela instabilidade e imprevisibilidade das vidas. A primeira metade do século XX foi dominada pelo modelo industrial, organizado em torno do trabalhador assalariado. As vidas tornaram-se um pouco mais previsíveis mas ainda muito expostas a uma relação laboral paternalista e ao desemprego. A vida familiar conhecia então o adiamento das transições e um acentuado declínio da fecundidade.

No período *fordista*, que marca o período entre a II Guerra Mundial e meados da década de 1970, a unidade básica de regulação institucional era a família nuclear, organizada em torno do *male breadwinner*. Esta fase corresponde ao pico da *standardização* e da *institucionalização* do percurso de vida. Num período posterior a 1973 desenvolve-se um modelo *pós-industrial* ou *pós-fordista*, cuja unidade básica de regulação é o indivíduo. Admite-se que este período tem sido caracterizado pela diferenciação crescente dos *percursos de vida* individuais.

Beck e Beck-Gernsheim (2002) têm destacado a importância que a (re)configuração das condições institucionais desempenha na construção de percursos de vida menos regulados (aquilo que denominam por formas de *individualismo institucionalizado*). Embora as contradições e os riscos continuem a ser socialmente produzidos, nesta fase o dever e a necessidade de lidar com eles passam a ser imputadas aos indivíduos (Beck e Beck-Gernsheim 2002, xiv). Os modos de vida tradicionais e as modalidades que se consolidaram na era industrial deixaram de fornecer um refúgio identitário com a entrada na era da modernidade tardia (nomeadamente Igreja, estruturas familiar, Estado-Nação, classes sociais, sindicatos) (Giddens 1992, 1997). Como consequência, irrompem os modos de vida alternativos à anterior norma social ou as “biografias eletivas” (Beck e Beck-Gernsheim 2002, 24), em que os indivíduos são responsabilizados e se responsabilizam pelas suas vidas.

O incremento da variabilidade interindividual e o desaparecimento de padrões sequenciais fixos e previsíveis que decorrem das novas possibilidades teriam como consequência a *destandardização* do percurso de vida. A conexão entre o conceito mais amplo de *individualização* e a ideia de que os percursos de vida se encontram em processo de

---

<sup>31</sup> Esses regimes distinguem-se em função da unidade básica de regulação, da previsibilidade das vidas e das características da educação, emprego e família.

*destandardização* reforçou-se ao longo das últimas décadas (Elchardus e Smits 2006; Nico 2011, 207). Os dois fenómenos são articulados, admitindo que as sequências e os calendários associados ao ciclo de vida deixaram de estar dependentes a regras socialmente prescritas, sendo cada vez mais resultado de escolhas individuais (Beck e Beck-Gernsheim 2002; Furlong e Cartmel 2007 [1997]).

A *institucionalização* do percurso de vida ocorreu em paralelo com o processo mais amplo de produção de indivíduos no sentido moderno, *i.e.*, progressivamente libertos dos constrangimentos resultantes das suas origens familiares, geográficas, sociais. A contradição entre as pressões exercidas pela *estandardização pública* e a dinâmica da *individualização social* tem, aliás, sido considerada como um dos aspetos críticos na pesquisa sobre os percursos de vida contemporâneos (Kohli 2009 [1986]). A transformação de modos de vida espontâneos em modalidades caracterizadas pela internalização das restrições foi uma transformação de enorme alcance (Elias 1991). Enquanto nas sociedades tradicionais o controlo social era sobretudo exercido externamente, as sociedades modernas são caracterizadas por um controlo social internalizado, que implica simultaneamente capacidade para adiar a gratificação de necessidades individuais e para gerir a perspetiva biográfica de longo prazo.

A elevada padronização dos percursos individuais e a linearidade das suas fases, da infância à terceira idade, terá sido um período relativamente breve, uma “era dourada”, antecedida e sucedida por tempos e vidas mais turbulentas (Brückner e Mayer 2005, 31). Após o período de estabilização do pós-II Guerra Mundial, crê-se que as transformações sociais das últimas décadas têm vindo a impulsionar a diversificação dos percursos de vida e a alterar as temporalidades que tradicionalmente organizavam as biografias (Aboim 2010a, 108).

A regularidade do percurso de vida observada no terceiro quartel do século XX seria portanto um *outlier* histórico, indiciando algumas tendências recentes para o retorno a uma situação mais complexa e imprevisível, bem documentada tanto pela História como pela Demografia (Kohli 2009 [1986], 258). Mas as lógicas subjacentes à(s) turbulência(s) pré-moderna e pós-moderna são substancialmente distintas e a hipótese do retorno ao passado tem sido contestada por dois motivos. Por exemplo, apesar do desgaste dos rituais de passagem e de confirmação dos estatutos sociais (Pais 2010), a delimitação entre períodos de vida e a cronologização das vidas individuais está ainda fortemente ancorada na regulação institucional formal, não só em termos práticos, como em termos simbólicos (Elchardus e Smits 2006). Em segundo lugar, as modalidades de decisão são substancialmente distintas.

Enquanto a complexidade de épocas remotas resultava fundamentalmente das estratégias de adaptação à escassez de recursos e às pressões sociais, na contemporaneidade resultaria da escolha biográfica entre múltiplas opções (Kohli 2009 [1986], 258-259).

Diversos processos na esfera das relações laborais, das relações familiares/íntimas e das relações entre indivíduo e Estado contribuíram para o desgaste das referências institucionais que presidiam à organização dos percursos de vida no auge da modernidade organizada. Nas duas próximas subsecções olhamos para as alterações recentes nos domínios do emprego e da vida privada.

### ***Da carreira estável às novas incertezas no trabalho e no emprego***

A reconfiguração do papel do Estado e as transformações do capitalismo na era pós-industrial são particularmente importantes para enquadrar os percursos profissionais contemporâneos (Lash e Urry 1987; Boltanski e Chiapello 1999; Leisering 2002). Com o choque petrolífero de 1973 instalou-se uma profunda crise económica, a partir da qual declina o regime de acumulação *fordista* e a relação salarial que lhe era característica<sup>32</sup>. O modelo de produção *fordista* que imperara durante breves décadas, apoiado na gestão científica *taylorista*, tem vindo a ser substituído por um modelo dito flexível ou *pós-fordista* (Kumar 1997; Harvey 2000). Este movimento foi intensificado pelos desenvolvimentos tecnológicos e, no domínio político, pela redefinição defensiva do papel do Estado, concretizada através da privatização dos recursos públicos, da desregulação do trabalho e da adoção de soluções orientadas para o mercado (Pierson 2003).

A flexibilidade tornou-se o conceito-chave para entender a reorganização da produção massificada em produção para nichos, o achatamento das estruturas organizacionais hierarquizadas, a dissolução da perspectiva de emprego para a vida e o alastrar da insegurança laboral pela estrutura ocupacional (Atkinson 2010). À lógica *fordista*, em retração mas ainda importante em vários sectores de atividade e países, acrescenta-se uma nova lógica de *lean*

---

<sup>32</sup> Por outro lado, irromperam movimentos de crítica e contestação à trilogia trabalho–produção–consumo gerada pelo capitalismo *fordista*, que recusam um modo de vida alicerçado em trabalhos homogéneos, repetitivos e pouco edificantes (Matos 2013, 18). Uma hipótese alternativa para o abandono do modelo *fordista* no mundo industrializado é que o crescendo de conflitos no seio das grandes unidades de produção terá tornado inevitável a dispersão e fragmentação do trabalho industrial (Matos 2013, 241-242).

*production*<sup>33</sup> que irradia da periferia para o centro (Antunes e Alves 2004; Estanque 2009; Castel 2012).

Os desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas e a mundialização da economia conduziram a uma reestruturação espacial do trabalho à escala global. No emprego, os serviços suplantaram largamente a indústria em termos de importância relativa. Menos constrangidas pelo espaço e pelo tempo, as empresas têm atualmente enorme facilidade em deslocalizar rapidamente a sua atividade em busca de mão-de-obra mais barata. Os processos de reestruturação e os consequentes despedimentos, anteriormente um desfecho indesejado, passaram a fazer parte do leque das estratégias de gestão que visam maximizar o lucro e enfraquecer o poder negocial coletivo dos trabalhadores, sob a proteção de um enquadramento jurídico favorável.

A participação feminina no mercado de trabalho intensificou-se, ainda que esteja frequentemente associada a condições mais precarizadas e a significativas desigualdades salariais e hierárquicas (Casaca 2010). Inúmeras atividades, que durante o período fordista eram asseguradas na esfera doméstica pelas mulheres (cuidado a crianças e idosos, trabalho doméstico, etc.), foram mercantilizadas. Nas décadas mais recentes, o crescimento do denominado “terceiro sector” tem sido potenciado pela retração dos Estado-providência (Antunes e Alves 2004).

A incerteza associada ao trabalho não é uma originalidade de tempos recentes<sup>34</sup>. Como demonstram Goodwin e O’Connor (2005; 2015) mesmo no contexto fordista do pós-guerra subsistiam as fases de instabilidade, embora a precariedade laboral fosse menos manifesta e mais circunscrita ao início da vida profissional. Mas as dinâmicas recentes conduziram a que, na contemporaneidade, a incerteza associada ao trabalho adquira contornos substancialmente distintos da instabilidade característica das eras pré-industrial e industrial. Desde logo, porque a desregulamentação das relações laborais e a generalização das formas precarizadas de emprego quebrou as expectativas de linearidade associada às trajetórias profissionais e a um certo conceito de *carreira*, marcado pela progressão automática e previsível nas empresas ou organizações e pela expectativa de mobilidade social ascendente.

---

<sup>33</sup> A *lean production* é uma inversão da lógica massificada fordista que foi desenvolvida pela Toyota, seguindo “uma clara estratégia de sedução dos mercados (...), cuja rentabilidade exige a permanente auscultação dos consumidores e a capacidade de resposta aos seus interesses”. (Matos 2013, 129)

<sup>34</sup> As suas origens são tão remotas quanto o recurso ao trabalho assalariado enquanto meio de subsistência. Até meados do século XX, mesmo nos países industrializados, predominavam as relações laborais de tipo informal, em que a instabilidade e a imprevisibilidade no trabalho estavam presentes (Kalleberg 2009)



Seguindo uma estratégia de “mercantilização dos riscos”, o patronato reserva os empregos seguros para os trabalhadores mais qualificados, transferindo os riscos de mercado para os menos qualificados, que assim se perpetuam no mercado de trabalho secundário (Breen 1997; Barbieri 2009). A pesquisa tem demonstrado que, de uma forma transversal, a adaptação dos mercados de trabalho às mudanças socioeconómicas recentes comporta o aumento das disparidades salariais e a criação de uma zona cada vez mais numerosa de empregos precários e tendencialmente pouco qualificados (DiPrete et al. 2006).

A adoção das modalidades de trabalho característica da produção flexível conduz à diferenciação dos ativos em dois segmentos (Casaca 2010): o primeiro é constituído pelo núcleo duro de trabalhadores das organizações, dos quais se espera flexibilidade de tipo funcional (adquirindo novas competências e estando disponíveis para reciclar os seus planos de carreira) em troca de segurança no emprego (Matos 2013, 167-168); o segundo é constituído pelos trabalhadores em modalidades flexíveis e tendencialmente precarizadas de emprego, como o emprego a tempo parcial, o trabalho no domicílio e o teletrabalho, o emprego por conta própria, o emprego temporário, o outsourcing/subcontratação, ou o trabalho *on-call*. Este grupo periférico vê-se gerido por uma flexibilidade numérica em função da “existência de uma praticamente inesgotável reserva de trabalhadores desempregados”(Gorz 1989, 67 citado em Matos 2013, 168). Os períodos de alternância entre emprego e desemprego tornam-se mais comuns ao longo dos percursos profissionais e não se confinam à transição da escola para o trabalho.

Sendo uma tendência de fundo, a diferenciação entre trabalho seguro e inseguro manifesta-se de formas diversas: nos países mais centrais, a precarização resulta em diferenças ao nível da segurança na relação laboral, da vulnerabilidade face aos despedimentos e da exposição às modalidades precárias de trabalho; nos países periféricos ou em vias de desenvolvimento, o trabalho em condições precárias é a norma e está frequentemente ligado à informalidade (Kalleberg 2009). O crescimento da insegurança laboral tem sido relacionado com o agravamento das desigualdades na esfera do trabalho (Kóvacs 2005b; Casaca 2010; Sá 2010). A persistência da precariedade laboral na atualidade tende a cristalizar-se num “precariado”, *i.e.*, um estrato infra-salarial na divisão do trabalho que transporta a insegurança para outras esferas da vida social (Pinto 2006; Cruz 2010; Matos, Domingos, e Kumar 2010; Matos e Domingos 2012). As formas precarizadas de emprego são também “poderosos vetores de segregação sexual no mercado de trabalho contemporâneo” que, incidindo sobre as mulheres, perpetuam as desigualdades de género (Casaca 2010, 283).

Segundo Castel (2013) estamos perante uma profunda transformação social. O epicentro das transformações radica na já identificada desregulação do trabalho e no recuo da condição *salarial* de tipo fordista. A erosão da solidez da condição salarial não resulta apenas da disseminação das modalidades flexíveis e precarizadas de trabalho, mas também da massificação do desemprego, que exerce uma pressão permanente para que os trabalhadores aceitem trabalho disponível independentemente das condições<sup>35</sup>. A diminuição do alcance dos sistemas de proteção social edificados com base na solidez da condição salarial (e no pleno emprego) decorre destas transformações.

A função integradora que o trabalho vinha desempenhando desde a primeira modernidade é posta em causa com a vulnerabilização das relações laborais (Castel 2012, 2013). A degradação do trabalho e da proteção social que lhe estava associada produz uma *double disconnection* (Castel 2000), um conjunto de efeitos em outras esferas da vida, nomeadamente a erosão dos vínculos sociais e a degradação do próprio indivíduo, que vê diminuída a sua capacidade para agir de forma independente na sociedade.

A crescente complexidade fragmentária do trabalho, repleta de novas e velhas clivagens, tem efeitos paradoxais. Está associada ao aumento do desemprego, da precariedade e da flexibilidade laboral, à estagnação ou redução dos salários reais, à desregulação dos diferentes mercados de bens e serviços. E ocorre em paralelo com uma regressão do papel regulador ou corretor do Estado e a privatização dos sistemas públicos de proteção social. Mas segundo Giddens (1996a, 372 e segs.), o trabalho e a relação laboral deixaram de constituir o núcleo da vida social, também porque a escassez material tende a desaparecer no mundo em geral e no Ocidente em particular. É nesse contexto de uma *post-scarcity society* que podemos entender a emergência dos valores pós-materiais e a centralidade para a agenda política das denominadas questões da “política da vida”, que têm uma expressão paradigmática nas relações íntimas e na vida familiar.

---

<sup>35</sup> Essa diminuição é dupla pois resulta não apenas da menor base financeira de um sistema com base contributiva, como do surgimento de importantes franjas da população desprotegidas, por via da sua débil relação com o mercado de trabalho.

### ***Transformações na vida familiar***

A contração dos grupos familiares e a emergência da família conjugal, composta por casal e descendentes, fora já uma adaptação aos traços mais marcantes da mudança social da primeira modernidade, como por exemplo a industrialização, a urbanização e a complexificação das relações sociais (Durkheim 1975 [1882]). Essa transformação face aos imperativos do parentesco, da comunidade ou da tradição (e a diluição do modelo de família patriarcal) foi associada a movimentos de privatização, de sentimentalização e de democratização das relações familiares (Ariès 1988 [1960]; Giddens 1996b; Shorter 2001 [1975]). A privatização das relações familiares refere-se à autonomia crescente da vida privada face à vida pública, *i.e.* à possibilidade de os indivíduos agirem de forma independente, seja na escolha do cônjuge, seja na forma como organizam a vida familiar ou educam os filhos. Numa primeira fase, esse movimento introduziu o princípio de participação e autorregulamentação dos indivíduos no seio das famílias (Elias 1991). Os processos de individualização “teria(m) iniciado uma pluralização gradual dos quadros normativos, institucionais e simbólicos das sociedades”, introduzindo maior fluidez e abertura nas identidades individuais e nos papéis sociais (Marinho 2011, 27).

A privatização dos comportamentos familiares está intimamente relacionada com a sua sentimentalização, *i.e.* com a importância crescente que os afetos desempenham nas relações conjugais e parentais (Ariès 1988 [1960]; Shorter 2001 [1975]). Com o movimento de sentimentalização das relações familiares surge a representação da família enquanto espaço de realização individual por via dos afetos (Kellerhals e Perrin 1982; Bawin-Legros 1996; Attias-Donfut, Lapierre, e Segalen 2002; Marinho 2011, 28). É verdade que os afetos sempre estiveram presentes na vida familiar mas foi na primeira modernidade que se legitimou a escolha amorosa enquanto critério de formação do casal (Aboim 2006a, 801). A domesticidade e a importância atribuída à qualidade dos laços transformaram a natureza das relações conjugais e parentais, uma vez que daí emergiram, por um lado, o companheirismo conjugal e, por outro lado, uma maior proximidade entre progenitores e descendentes (Marinho 2011, 28-29).

Na primeira modernidade, os movimentos de privatização e sentimentalização dos comportamentos familiares reforçavam-se mutuamente, inclusivamente por via do enquadramento legal entretanto edificado. Na modernidade tardia, os dois fenómenos começam a estar dissociados e, em muitos contextos, a formalização institucional das relações conjugais tornou-se acessória (Singly 2007). A busca da *relação pura*, regida pelo ideal do

amor confluyente, espelharia uma ampla mudança social no sentido de formas de autoidentidade ancoradas na intimidade (Giddens 1996b). As relações familiares deixaram de ser definidas em função de um grupo de relações circunscrito e determinado por estatutos individuais e legais, passando a ter por referência um conjunto de normas que valorizam tanto a expressão individual como a vida partilhada (Singly 2007). As próprias relações pessoais são atualmente menos dependentes da conjugalidade atual ou do parentesco imediato e envolvem os laços de amizade, vizinhança, conjugalidades anteriores, arranjos para o cuidado a familiares, etc. (Allan 1996, 2001; Widmer 2010; Morgan 2011; Gouveia 2014).

A aceleração das transformações na esfera familiar e nas relações de género é indissociável da alteração do papel das mulheres na sociedade. O reconhecimento social das mulheres enquanto indivíduos e não meramente enquanto “membros de uma família” ou “esposas e mães” está estreitamente relacionado com os desenvolvimentos no seio da sociedade salarial (Beck e Beck-Gernsheim 2002; Kohli 2007; Singly 2007). Uma multiplicidade de fatores contribuiu para a evolução desse estatuto: a sua entrada em massa no mercado do trabalho a partir da II Guerra Mundial, o acesso à escolarização, o papel dos movimentos sociais feministas, o acesso à contraceção hormonal (que concorreu para libertar a mulher do risco eminente da conceção), entre outros.

Este quadro contribuiu para que a vida privada no contexto contemporâneo se tenha tornado mais fluída, informalizada, imprevisível, instável e menos coletivamente determinada (Buchmann 1989; Brückner e Mayer 2005; Beck e Beck-Gernsheim 2002). São múltiplos os sinais dessa tendência. A difusão de formas de organização alternativas ao modelo de família nuclear é reveladora da crescente contingência das relações afetivas/íntimas (Beck e Beck-Gernsheim 2002). O aumento do divórcio contribui igualmente para uma crescente pluralização de situações numa “segunda fase” da vida adulta, com a possibilidade de novas conjugalidades e novas parentalidades (Widmer e Gauthier 2013). Em termos da divisão do trabalho pago/não pago, na generalidade dos países do Ocidente a organização da família deixou de ser dominada, quase em regime de exclusividade, pelo modelo do *male breadwinner*, i.e. a divisão de papéis de género tradicionais. Por fim, são também significativas as mudanças na temporalidade associada às transições familiares. As entradas na conjugalidade ou na parentalidade tendem a ocorrer atualmente mais tarde do que há algumas décadas atrás, sendo igualmente mais variáveis tanto os calendários como a sequência destas transições (Liefbroer 2009, 316 e segs.).

Do ponto de vista da demografia, estes desenvolvimentos têm sido interpretados como configurando uma Segunda Transição Demográfica (SDT) (Lesthaeghe 1995, 2010). Segundo os pressupostos teóricos da SDT, todas as populações experimentarão os efeitos cumulativos da secularização, da redução da dependência face às famílias de origem e uma crescente ênfase na realização pessoal (Billari e Liefbroer 2010, 60). Entre os aspetos mais evidentes da SDT está o declínio da fecundidade, que se mantém abaixo do nível de reposição das gerações em consequência de novas práticas contraceptivas, de mudanças nos estilos de vida e de novas orientações face à vida familiar. Outros sinais são o aumento da conjugalidade sem casamento, dos nascimentos fora do casamento, do adiamento ou recusa do casamento e da parentalidade e uma crescente preferência pela vida a solo.

Na sociologia, a individualização social tem sido apontado como o processo mais amplo através do qual os indivíduos vêm assumindo um papel cada vez mais central na organização das suas vidas (Elias 1991). A autonomização face aos interesses dos grupos de pertença manifesta-se em aspetos tão díspares como na escolha do cônjuge e das formas de organização familiar ou nos ritmos das transições familiares. Deste ponto de vista, o aspeto mais distintivo da situação contemporânea é a erosão dos modelos prontos-a-usar, não propriamente o desaparecimento dos vínculos ou das normas sociais (Beck e Beck-Gernsheim 2002; Furlong e Cartmel 2007 [1997]).

Têm sido avançados vários prognósticos acerca dos efeitos da individualização sobre a organização do percurso de vida, e em particular sobre a vida familiar. A leitura mais radical considera que, com a ultrapassagem do período fordista do capitalismo, se deu uma quebra histórica nos padrões institucionais consolidados ao longo da primeira modernidade. Diversos autores defendem que o percurso de vida previsível e *standardizado*, característico do auge da modernidade organizada, sofreu um desgaste irreversível na medida em que as biografias se tornaram cada vez mais produto de escolhas individuais inclusivamente no que diz respeito ao ritmo e à sequência dos eventos (Elchardus e Smits 2006). Em linhas gerais, esta tese antecipa uma redução da linearidade e previsibilidade das trajetórias familiares, observável por exemplo, no aumento da variância em relação à idade média nas transições familiares, na diversificação das configurações dos grupos domésticos e na pluralização das trajetórias familiares dos indivíduos.

Com matizes diferentes, essa leitura é advogada pelas propostas teóricas da modernidade reflexiva e da segunda modernidade (Beck, Giddens, e Lash 1994; Beck e Beck-Gernsheim 2002). A regulação social tornar-se-ia menos estrita, sendo o percurso de vida uma construção

biográfica e “cada vez mais uma questão do foro pessoal, um exercício de liberdade individual, não obstante a estreita cumplicidade entre os cursos de vida e as formas de regulação pública da sociedade” (Aboim 2010a, 109). Como consequência, o percurso de vida, nomeadamente a vida familiar, tenderia a perder a sua feição *standardizada* em que facilmente se identificava um percurso modelo em torno de papéis e etapas claramente definidas (Aboim 2010a; Shanahan 2000).

Segundo um outro ponto de vista a atual tendência desinstitucionalizante corresponderia ao regresso a tendências históricas de longo curso, bem conhecidas no âmbito da sociologia e história da família (Kohli 2007, 258-259). Ainda assim não propriamente um regresso ao passado, mas o retorno a condições que configuram maior complexidade e maior pluralidade na organização da vida familiar.

Uma derradeira interpretação é a de que os desenvolvimentos observados nos tempos mais recentes não colocam em causa o papel das instituições (em sentido lato) na forma como as biografias se estruturam, sobretudo se entendermos o percurso de vida como unidade e não como conjuntos de domínios institucionais particulares (Kohli 2007, 259). Nesse sentido, “a pluralização contemporânea das biografias marca(ria) o fim de um período histórico mais breve do que frequentemente suposto, mas cujos efeitos na constituição de sistemas de cronologização da vida foram incontornáveis” (Aboim 2010a, 108). Também do ponto de vista dos laços conjugais, a família contemporânea não se opõe necessariamente à família do apogeu da primeira modernidade, correspondendo antes ao aprofundamento dos princípios da individualização e de transformação da natureza dos laços sociais (Singly 2007, 21).

Atualmente os indivíduos têm acesso a uma estrutura de modelos culturais e de oportunidades muito diversificada, o que potencia a diversificação das suas biografias familiares (Singly 2000, citado em Marinho, 2011: 57). Mas a suposta fragilização das relações familiares ou o declínio da importância do parentesco nas sociedades contemporâneas tem sido empiricamente contrariadas (Allan 2001; Smart e Shipman 2004; Gouveia 2014). Por outro lado, o alcance das transformações na intimidade, nomeadamente a democratização das relações e o conceito de relação pura, têm sido contestado na medida em as desigualdades sociais continuam a permear as relações entre cônjuges e entre pais e filhos (Jamieson 1999; Gouveia 2014). Como refere Marinho “a norma da autenticidade fundamentada nos ideais do subjetivismo e da importância do clima afetivo nas relações familiares, não anula as funções mais clássicas da família - como a troca de serviços - nem exclui posições, estatutos ou lugares, apenas modifica as suas justificações (2011, 57).

Singly (2007, 28 e segs.) propõe que pensemos na vida familiar contemporânea a partir da contradição entre uma série de princípios, normas e interesses. A tensão entre os interesses individuais e os da vida comum decorre da natureza eminentemente social do processo de individualização, uma vez que os comportamentos e as escolhas continuam a ser regulados por normas sociais (de que é exemplar a persistência da homogamia). A tensão entre privatização e normalização das relações familiares decorre da contradição entre a menor subordinação a obrigações institucionais e a persistência da sujeição dos indivíduos e das famílias ao controlo da esfera pública, que inclui uma crescente psicologização das relações conjugais e parentais.

A fragilidade das relações conjugais constitui uma outra zona de tensão na vida familiar contemporânea. A maior instabilidade do casal e da vida familiar não constituem o advento de uma sociedade “líquida” sem correspondência no passado (Bauman 2000). Mas a subjetivação da relação com as origens significa que o mesmo é criticamente revisto na construção do presente. As tensões entre vida em comum e autonomia individual atravessam os diferentes modelos de funcionamento familiar (de relações conjugais e parentais) (Kellerhals, Widmer, e Levy 2004). Em alguns casos os arranjos expõe de forma mais evidente as brechas do processo de individualização, através de uma distribuição muito genderizada dos seus “benefícios” (Singly 2007).

Em todo o caso e independentemente dos prognósticos em relação à sua evolução futura, a verdade é que a evolução da demografia familiar colocou em cheque a noção de uma trajetória familiar unívoca e sequencial, ancorado nos pressupostos da família conjugal da primeira modernidade. O crescimento do divórcio e da recomposição familiar, a queda da fecundidade, a informalização das relações conjugais ou o aumento dos casais sem filhos conduziriam à pluralização do panorama dos arranjos familiares ao longo vida adulta mas também na infância. Modell et al. (1976) avaliara que, irradiando das classes médias, o processo de individualização seria passível de incorporação em ritmos e modalidades diversas em diferentes grupos sociais, constituindo por isso um tema por excelência para a ciência social (Hareven 1991a, 108). A aceleração do processo de individualização social e as recentes transformações na vida familiar não podem deixar de produzir impactos na própria prática sociológica. Estimulam o questionamento teórico acerca das categorias sociológicas clássicas e uma postura de incerteza metodológica relativamente à estabilidade das entidades, grupos e famílias (Singly 2007, 26).

### ***Desigualdades sociais e percurso de vida***

Face às recentes transformações nas esferas do trabalho e da vida familiar e à presumida perda de poder prescritivo das tradicionais instâncias de controlo social, a pergunta que colocamos é: *Em que medida a pluralização dos percursos biográficos está relacionada com as desigualdades sociais, nomeadamente com as desigualdades de classe, de género e da intersecção entre estes fatores estruturantes? Ou, alternativamente, estará este processo essencialmente ancorado em critérios de preferência individual, sendo independente da lógica das desigualdades?*

O conteúdo eminentemente moral e político do tema da desigualdade remeteu-nos num primeiro momento para o debate acerca da (i)legitimidade e consequências das desigualdades sociais. Em cada sociedade coexistem sistemas de valores contrastantes no julgamento das desigualdades e que, mesmo quando ambivalentes ou contraditórios, estão implícita ou explicitamente presentes nas opiniões individuais, nas formas de ação coletiva e nas respostas institucionais (Costa 2012, 17)<sup>36</sup>. Mas tal como defende Bertaux, a discussão em torno deste conceito enreda-se frequentemente numa ideologia meritocrática que “leva a comparar *quantitativamente* coisas que se é levado a supor serem *qualitativamente idênticas*” e “desvia a atenção do essencial: as diferenças estruturais de *condição*”(Bertaux 1978, 39-40). A verificação, associada à denúncia e à crítica, dos efeitos da desigualdade sobre os destinos individuais assenta no pressuposto de que as origens diferentes correspondem orientações, valorizações e ambições similares.

Do ponto de vista sociológico, o mais relevante é compreender os mecanismos que produzem e distribuem os indivíduos pelo espaço social e analisar as instâncias que material e ideologicamente regulam esse processo (Bertaux 1978). O objetivo desta dissertação é exatamente perceber em que medida os percursos de vida são diferencialmente construídos em função de coordenadas sociais, nomeadamente em função das origens de classe, do género e da coorte etária.

---

<sup>36</sup> Expressam os contextos relacionais, sociais, culturais, políticos e também o percurso biográfico do investigador. Em última análise correspondem a expressões irredutíveis de parâmetros cognitivos (Costa 2012). Nesse sentido, as orientações valorativas podem constituir um viés que ilumina ou privilegia um conjunto de domínios, enquanto simultaneamente obscurece ou ignora (in)conscientemente outras manifestações e domínios.



A tensão entre aspetos cognitivos e valorativos do que constitui a desigualdade expressa-se, desde logo, na forma como a mesma é definida (Costa 2012). Uma das confusões comuns é entre *diferença social* e *desigualdade social*. No entanto, a distinção é clara se levarmos em consideração que as *diferenças* surgem por efeitos de *categorização social* assentes em características intrínsecas (origem étnica, sexo, orientação sexual, etc.) ou extrínsecas aos indivíduos (profissão, ideologia política, convicção religiosa, etc.). Já a *desigualdade* designa uma relação entre posições categoriais e vantagens, que não só é sistemática como se reproduz através da ação social (Tilly 2005; Therborn 2006). Bihr e Pfefferkorn (2008) consideram que a *desigualdade social* resulta de uma distribuição desigual, no sentido matemático da expressão, dos recursos disponíveis numa sociedade entre os elementos que a integram<sup>37</sup>. À assimetria de acesso aos recursos está associado um sentimento de injustiça entre os integrantes dos diferentes grupos sociais (Bihr e Pfefferkorn 2008, 8 e segs.). Esta definição relaciona de forma lógica a desigualdade com a posse de algum recurso mensurável ou quantificável, seja sobre a forma de bens, rendimentos ou direitos. Por outro lado, ao recorrer a uma contabilização ou enumeração dos recursos possibilita comparações em espaços e tempos sociais diferenciados.

A produção/reprodução da desigualdade resulta de múltiplos mecanismos da ação humana, tanto ao nível individual como coletivo. Decorre do funcionamento das sociedades e é gerado ao nível das relações de produção, dos regimes de propriedade, da divisão social (e sexual) do trabalho, das estruturas e formas de organização política (Bihr e Pfefferkorn 2008; Tilly 2005; Therborn 2006). Mas se é certo que a desigualdade é socialmente produzida, a ação coletiva também pode funcionar no sentido da eliminação ou mitigação da desigualdade, através do Estado, seja pela via da ação redistributiva, seja através da eliminação de mecanismos que sistematicamente beneficiem um grupo social (por exemplo: diferença salarial entre homens e mulheres) (Therborn 2006, 10 e segs.).

---

<sup>37</sup>Esses recursos são de várias ordens: *materiais* (rendimentos e património disponível/mobilizável), *políticos* (relações e redes de conhecimentos e de socialização, poder de fazer valer os seus interesses e direitos, representação institucional) e *simbólicos* (diplomas escolares, saberes culturais, capacidade de se impor e fazer respeitar no mundo) O acesso desigual aos recursos resulta em desigualdades a três níveis: na ordem do *ter*, *i.e.*, distribuição da riqueza socialmente produzida; na ordem do *poder*, *i.e.*, capacidade de defender interesses e direitos, influenciar a organização da sociedade e o decurso dos eventos históricos; e na ordem do *saber*, *i.e.*, domínio de saberes e conhecimentos acerca do mundo, com implicações na capacidade de propor e legitimar escolhas, relações e práticas.

Embora a ação redistributiva interfira sobre as desigualdades sociais, as várias configurações de Estado-providência não eliminam os mecanismos de (re)produção das desigualdades. Existem alguns mecanismos sociais que colmatam as insuficiências da ação estatal, ajudando os indivíduos a enfrentar a escassez de recursos económicos e de apoio social, seja ao longo da vida, seja em períodos de crise social ou de transição entre diferentes fases da vida. Referimo-nos às solidariedades informais, que incluem as redes familiares, e aos múltiplos tipos de apoio que proporcionam (material, em serviços, emocional) (Wall 2005a; Portugal 2014; Gouveia 2014). No entanto, o acesso a este tipo de redes é também ele assimétrico e reproduz desigualdades preexistentes que radicam nas diferenças de classe social, género e fases do percurso de vida (Wall et al. 2001).

A análise das desigualdades tem sido habitualmente conduzida recorrendo a um conjunto diversificado de instrumentos teórico-metodológicos que caracterizam a distribuição de recursos e atributos numa determinada população<sup>38</sup>. Uma das abordagens clássicas às desigualdades é aquela que as relaciona com *categorias sociais*. Este tipo de análise discute a distribuição de recursos pelos diferentes grupos sociais em função de características como: género (*desigualdades de género*), idade (*desigualdades etárias, geracionais ou de coorte*), local de nascimento ou residência (*desigualdades geográficas ou residenciais*), etnia (*desigualdades étnicas*), classe social (*desigualdades de classe*). As várias características podem ter diferentes graus de sofisticação e elaboração teórica, com consequências significativas tanto em termos metodológicos como em termos de análise empírica.

Os sistemas categoriais utilizados podem remeter para categorias de utilização corrente na sociedade estudada (em termos culturais, institucionais, etc.), para categorias que traduzem uma perspetiva teórica ou na combinação das duas anteriores (Costa 2012, 42-43). O maior potencial heurístico que as abordagens de síntese entre teoria e prática apresentam tem como contrapartida uma maior dificuldade na operacionalização e delimitação das categorias sociais.

---

<sup>38</sup> Entre os instrumentos mais lineares destacam-se: os *indicadores de rendimento* e os *indicadores de escolaridade*, que captam duas das suas dimensões contemporâneas mais importantes: a desigualdade económica e a desigualdade educativa (Costa 2012, 33); as medidas de desigualdade que comparam a distribuição de recursos económicos (Costa 2012, 40-41).

### **A persistente influência da classe social**

Na sociologia, os sistemas categoriais das classes sociais são um instrumento clássico. Nas últimas décadas, em termos internacionais, a produção de literatura sociológica sobre a problemática das classes sociais tem sido organizada sobretudo em torno de duas escolas de pensamento: uma tradição marxista (Wright 1985, 1997) e uma tradição weberiana (Erikson e Goldthorpe 1992; Goldthorpe 2005)<sup>39</sup>.

As definições de classe propostas por estes autores diferem essencialmente no ponto de partida que lhes subjaz (exploração vs. mercado) e nas consequências do mesmo (Wright 2005). Contudo, as duas propostas convergem em vários aspetos (Atkinson 2010, 3 e ss). Teoricamente debatem a definição precisa de estruturas objetivas de classe e das barreiras/fronteiras entre frações de classe, para as quais é privilegiado o domínio económico, pela via do mercado ou pela via do lugar nas relações de produção (ambos utilizam como indicadores-chave essencialmente a profissão e a situação na profissão). Em segundo lugar, a discussão incide sobre a relação entre essas estruturas objetivas de classe e um conjunto de consequências ao nível da educação, do rendimento, das atitudes e dos comportamentos políticos, para os quais se invocam teorias utilitaristas da ação humana<sup>40</sup>. No plano empírico, estas duas linhas de investigação têm inspirado programas de pesquisa empírica que assentam usualmente em dados de cariz *quantitativo*, suportados em amostras robustas e analisadas com recurso a técnicas estatísticas avançadas.

Desde meados da década de 1980 que contundentes objeções à utilidade do conceito de classe social têm sido levantadas pelas teorias pós-modernistas e sobretudo pelas teorias da *individualização* (Beck 1992; Beck e Beck-Gernsheim 2002; Bauman 2008) e da *reflexividade* (Beck, Giddens, e Lash 1994; Giddens 1997; Archer 2003)<sup>41</sup>. Estas propostas teóricas não descartam o conceito de classe, enquanto categoria factual, nem negam o papel das relações de produção sob o sistema capitalista na configuração das sociedades<sup>42</sup>. Crê-se,

---

<sup>39</sup> Considerando sobretudo a realidade anglo-saxónica. Por exemplo, as categorias socioprofissionais francesas, obtidas através dos inquéritos FQP (*formation et qualification professionnelle*), são um instrumento de análise com uma longa e respeitável linhagem, embora dificilmente convertíveis a outras realidades nacionais (Merllié e Prévot 1991; Bihl e Pfefferkorn 2008; Bertaux 1978).

<sup>40</sup> Seja pela teoria dos jogos em que Wright se inspirou (Roemer 1982), seja pela variante de teoria da ação racional que Goldthorpe desenvolve (Boudon 2003).

<sup>41</sup> Ainda que os conceitos e a estrutura argumentativa avançada por estes autores não seja totalmente, é lícito que os consideremos como fazendo parte de uma *tendência* dentro da sociologia. Tanto mais que o seu trabalho, como um todo, tem servido para a legitimação teórica dos detratores do conceito de classe social (Atkinson 2010, 8 e segs.).

<sup>42</sup> Por exemplo, Giddens nem sempre foi um *adversário* de uma análise classista da sociedade, tendo inclusive trabalhado amplamente sobre o tema no âmbito da teoria da estruturação (Atkinson 2007a; Giddens 1984).

no entanto, que tem um peso cada vez menor o seu potencial de determinação no percurso de vida dos indivíduos, assim como na sua identidade.

O conceito de individualização e a ideia de reflexividade do *self* têm, de facto, questionado o potencial explicativo das categorias tradicionais da modernidade sobre as biografias contemporâneas, como a classe social, mas também o género e a nação (Atkinson 2010). A oposição à utilidade do conceito de classe social para entender as trajetórias individuais é, aliás, quase tão antiga quanto a própria sociologia e ciclicamente se repetem investidas e elegias fúnebres à utilidade deste conceito sociológico (Nisbet 1959; Clark e Lipset 1991; Pakulski 1996; Clark e Lipset 2001)<sup>43</sup>. Nalguns casos resulta de leituras mais ou menos impressivas de resultados empíricos. Noutros fundamentam-se em divergências teóricas de fundo acerca da legitimidade da desigualdade social e dos seus efeitos. Mais recentemente são fruto do *zeitgeist* do mundo contemporâneo.

Segundo Beck et al., essas são atualmente categorias “zombie”, um lastro da sociedade industrial sem potencial prescritivo na contemporaneidade (Beck 1992; Beck e Beck-Gernsheim 2002). Apela-se ao desenvolvimento de novos conceitos para dar conta dos processos de mudança social e compreender as biografias individuais. Em versões mais simplificadas, algumas destas leituras ressoam intensamente no discurso político. Têm-se revelado adversários de peso, uma vez que as propostas analíticas dominantes têm dificuldade em responder a alguns dos argumentos teóricos que apresentam (Atkinson 2010). A linha de argumentação utilizada pelos sociólogos para demonstrar o fim das classes baseia-se num diagnóstico simples e linear:

“(…) baisse des inégalités économiques et éducatives, affaiblissement des frontières sociales en termes d'accès à la consommation et aux références culturelles, mais aussi croissance de la mobilité, moindre structuration des classes en groupes hiérarchiques distincts, repérables, identifiés et opposés, moindre conflictualité des classes et conscience de classe affaiblie.” (Chauvel 2001, 319)

Giddens (1997) ou Beck & Beck-Gernsheim (2002) têm defendido que a aceleração do processo de individualização na modernidade tardia impele os indivíduos a libertarem-se dos constrangimentos estruturais que família, trabalho e Estado configuravam, seguindo assim um

---

<sup>43</sup> Já na década de 1960 se popularizou no contexto britânico a tese do aburguesamento da classe trabalhadora (Goldthorpe et al. 1968). A tese foi refutada, sendo argumentado que a estruturação classista da sociedade se mantinha e se expressava na instrumentalidade do trabalho, em diferentes orientações face à família, nas *life-chances* e nas *life-experiences*. Não negando os efeitos das transformações culturais sobre a situação de classe, Goldthorpe et al. optaram por falar em processos de “convergência normativa parcial”, nomeadamente entre os elementos das classes trabalhadoras e os das classes médias (Goldthorpe et al. 1968; Scott 1996; Erikson e Goldthorpe 1992).

percurso menos circunscrito pelas suas origens sociais. As divisões entre os indivíduos radicariam atualmente mais no consumo e no lazer, também porque as formas de organização do trabalho permitiriam agora mais tempo livre (Pakulski 1996). Estas alterações estariam ligadas àquilo que Inglehart (1997) defende ser a transformação dos valores individuais, anteriormente centrados em dimensões materiais (de subsistência física e material), no sentido de uma crescente procura de autonomia e de expressão individuais, concretizada por excelência no domínio das práticas culturais e dos estilos de vida.

Esta interpretação tem sido sujeita a apreciações críticas (ver em Atkinson 2007a, 2007b). A leitura das mudanças recentes assume uma tonalidade demasiado impressiva, da qual está ausente a verificação empírica. Por outro lado, o conceito de classe utilizado é teoricamente superficial, inconsistente ou contraditório. Isso conduz à generalização da experiência das classes médias, repercutindo o clima neoliberal prevalecente (Savage 2000; Skeggs 2004).

Autores como Beck ou Giddens têm também adotado uma posição voluntarista a que faltam elementos para compreender que motivações teriam os indivíduos para fazer opções biográficas diferentes daquelas que a sua inserção na estrutura social tornaria mais prováveis (Atkinson 2007a, 2007b)<sup>44</sup>. Fica por responder como é que a individualização ou a reflexividade se conciliam com as práticas do dia-a-dia ou com as decisões de fundo de cariz familiar ou profissional. *Não continuam as trajetórias de vida, enquanto resultado de rotinas, a ser influenciadas por disposições não questionadas que o ator tem acerca do mundo que o rodeia? Será o percurso de vida atualmente menos influenciado pelos constrangimentos estruturais?*

Empiricamente continua a ser inequivocamente demonstrado o efeito estruturante da classe social sobre múltiplas dimensões e fases do percurso de vida. As desigualdades de classe continuam a marcar aspetos tão díspares como: os calendários e as circunstâncias em que se dão transições para a vida adulta, nomeadamente a entrada na vida profissional, a saída de casa dos pais ou a transição para a parentalidade (Furlong e Cartmel 2007 [1997]; Schoon 2010; Guerreiro e Abrantes 2004; Cunha 2007); o sucesso escolar (Seabra 2009); a mobilidade social (Ramos 2014; Hillmert 2015); os ritmos de saída do mercado de trabalho e a vivência da reforma (Radl 2013); ou o acesso a redes de solidariedade informal longo da vida (Wall et al. 2001).

---

<sup>44</sup> Beck (2007) responde a esta crítica argumentando que não se trata do fim das desigualdades sociais, bem pelo contrário, mas antes do recrudescer das mesmas sob formas mais extremadas e cosmopolitas.

### **A reconfiguração das desigualdades de género**

Nas pesquisas sobre o percurso de vida, tem sido utilizado o conceito de *master status* (Hughes 1945) para designar características individuais com poder estruturante sobre as escolhas individuais, a forma como os indivíduos são percebidos pelos outros e como constroem as suas próprias identidades. Neste quadro, o género é incontornável para compreender os percursos de vida, uma vez que o seu impacto é estruturante das relações sociais e se faz sentir em todos os campos de interação (Connell 1987; Bourdieu 1999; Levy 2013a). Tal como em eras anteriores, a *genderização* dos percursos familiares e profissionais de homens e mulheres foi uma característica central do tipo-ideal da biografia normal do período áureo da modernidade organizada (Hareven 1982; Moen 2001). A divisão do trabalho em função do género, que contemporaneamente designaríamos como *tradicional*, solucionava uma série de questões de controlo social, de sucessão económica e de integração da vida profissional e familiar (Kohli 2005).

Em termos culturais, a institucionalização do percurso de vida estava ancorada nos estereótipos de género e na segregação de tarefas subjacente ao modelo parsoniano de família (Levy 2013a, 25-27). O modelo normativo do ganha-pão masculino e da cuidadora feminina estava inclusivamente incorporado na estrutura dos sistemas de previdência social que assumiam a exclusão das mulheres em relação ao trabalho pago e nelas depositavam as tarefas de cuidado (das crianças, dos idosos, etc.) (Scott, Crompton, e Lyonette 2010).

Deste modo, as biografias familiares e profissionais de homens e mulheres eram diferentes nos ritmos e circunstâncias associados às transições para a vida adulta (Shanahan 2000; Billari 2001a) e para a terceira idade (O'Rand 1996; Moen 2001), bem como na participação no trabalho pago ou no envolvimento nas tarefas familiares ao longo da vida (Drobnič, Blossfeld, e Rohwer 1999; Brückner e Mayer 2005). Comparações internacionais revelam ainda que as diferenças nos percursos biográficos de homens e mulheres eram muito variáveis em função dos sistemas do Estado-Providência e das diferenças culturais neles inscritas (Bang, Duncan, e Pfau-Effinger 2000; Heinz e Krüger 2001; Pfau-Effinger 2004).

Um dos pressupostos das recentes mudanças no percurso de vida é o de que, não obstante a persistência de processos de socialização de género muito marcados, há uma tendência para a *desgenderização* ou para uma *destraditionalização* de género, *i.e.*, a supressão de um duplo padrão de papéis e destinos (Furstenberg 2002; Furlong e Cartmel 2007 [1997]; Nico 2011, 67-68). De facto, algumas comparações têm evidenciado o esbatimento das diferenças de género nos percursos familiares e profissionais nas coortes etárias mais recentes (Elzinga e Liefbroer 2007; Widmer e Ritschard 2009; Nico 2011).

As recentes transformações na organização dos percursos de vida, inclusivamente alguns traços daquilo a que se tem chamado *destandardização* do percurso de vida, corroboram a ideia de que existe uma reconfiguração das desigualdades de género a nível societal (Widmer e Ritschard 2009; Schoon 2010). A maior participação das mulheres na esfera pública altera a lógica das assimetrias de género. No entanto, às mulheres é simultaneamente exigida flexibilidade no mercado de trabalho e capacidade para conciliar os domínios profissional e familiar (Krüger e Levy 2001). Também no domínio familiar permanecem ainda diferenças claras, continuando as mulheres a percorrer trajetórias mais “rápidas” e lineares (por exemplo entrando mais cedo na conjugalidade e na parentalidade) (Billari e Liefbroer 2010). Por conseguinte, a aproximação tem ocorrido sobretudo pelo lado das trajetórias profissionais e educacionais. De facto, na generalidade dos países ocidentais as últimas décadas foram marcadas por uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, amplamente promovida pelas políticas públicas (Scott, Crompton, e Lyonette 2010). A convergência entre homens e mulheres em termos de remuneração ou nas oportunidades para a progressão profissional no interior das empresas tem sido mais lenta e irregular (Ferreira 2010; Casaca 2010). Por outro lado, a crescente instabilidade ao longo da vida profissional incide de forma mais intensa sobre as mulheres, que estão sobre-expostas ao desemprego, às formas precárias de emprego, ao trabalho a tempo parcial involuntário (Brückner e Mayer 2005; Widmer e Ritschard 2009; Casaca 2010).

A feminização do mercado de trabalho tem sido também relacionada com o “conflito entre vida profissional e vida familiar” e com a existência de um segundo turno para as mulheres (Hochschild e Machung 1997). O sucesso na redução desse conflito e a adoção de novas modalidades de divisão familiar do trabalho depende de múltiplos fatores, entre os quais se destacam as políticas públicas, mas também aspetos culturais e assunções normativas relativamente à masculinidade e feminilidade, inclusivamente na divisão do trabalho doméstico (Crompton 2006; Wall 2007b).

No contexto europeu, a adaptação dos Estado-providência tem sido lenta e diferenciada, variando significativamente em função dos recursos disponíveis, do compromisso político com a igualdade de género ou dos contextos culturais (Crompton 2006; Scott, Crompton, e Lyonette 2010). Nalguns casos, nomeadamente em países classificados nos regimes continental e liberal de *welfare state*, os pressupostos da biografia normal e da divisão sexual do trabalho continuam a estar relativamente institucionalizados (por exemplo, é promovido o regime de trabalho feminino em *part-time*, as instituições de suporte são insuficientes, as políticas de conciliação família-trabalho e as licenças para cuidar dos filhos são exclusivamente destinadas às mulheres, etc.). Noutros casos, nomeadamente nos países nórdicos, têm sido implementadas políticas mais ambiciosas de conciliação entre vida profissional e familiar, que envolvem o duplo emprego, a provisão de serviços de apoio à infância e medidas que incentivam os homens a assumir uma maior parcela do trabalho doméstico e nos cuidados aos filhos.

Em nosso entender, a relação entre desigualdades de género e percurso de vida deve ser articulada com a relação entre desigualdades de classe e percurso de vida. Um exemplo paradigmático dessa triangulação é dado pelas estratégias adotadas para equilibrar vida profissional e vida familiar com base nas preferências em relação ao grau de envolvimento com o trabalho. Essas estratégias têm sido claramente diferenciadas em termos de classe social, não só em termos de recursos materiais como também em termos da capacidade de manobrar a arquitetura do sistema (Scott, Crompton, e Lyonette 2010, 10-11). Se as mulheres com menores recursos dificilmente podem prescindir do emprego a tempo inteiro, também as profissionais mais qualificadas acabam por estar muito pressionadas pelas exigências dos dois domínios. No entanto, em muitos casos dispõe de recursos suficientes para pagar a delegação de tarefas (geralmente a outras mulheres – migrantes, etc.).



### **Da determinação à cumulatividade**

A contestação a alguns conceitos clássicos da análise sociológica é reveladora de uma tensão mais ampla, aliás patente em diversos domínios das ciências sociais e em particular na sociologia, entre agência e estrutura ou entre os níveis micro e macro da ação social. As perspetivas dos indivíduos foram um aspeto negligenciado em boa parte das pesquisas empíricas sobre as trajetórias de vida ou a mobilidade social. Isso desencadeou um conjunto de críticas à insuficiente ponderação da capacidade que os indivíduos têm para, dentro de certos parâmetros, escolher, decidir e agir. Por outro lado, as abordagens centradas no indivíduo, partindo do pressuposto de que os fatores estruturais têm uma influência decrescente, tendem a conceber as trajetórias sociais como resultado exclusivo das preferências e dos estilos de vida ou das ações e estratégias individuais, às quais estão subjacentes cálculos enquadráveis nas teorias da escolha racional.

A importância do tempo e a sua relação com contextos sociais, históricos e institucionais em que os indivíduos se inserem tem sido um aspeto insuficientemente ponderado nas abordagens acima mencionadas. Quando invocamos a dimensão temporal referimo-nos não só à dinâmica dos indivíduos, como à evolução das próprias estruturas e das normas sociais ao longo do tempo. Se as perspetivas estruturalistas tendem a encarar as estruturas como um dado constante e imutável, independente da ação dos indivíduos, as perspetivas individualistas concebem a ação como historicamente invariável e autónoma de qualquer determinação pelas estruturas sociais. Esta situação é paradoxal face à evidência de que cada vida individual atravessa diferentes períodos históricos, bem como circunstâncias sociais e políticas em permanente reconfiguração.

Independentemente do paradigma teórico em que se filiem, a generalidade das pesquisas que lidam com as desigualdades sociais assenta em comparações de tipo sincrónico, não incorporando uma perspetiva de percurso de vida (Burton-Jeangros e Widmer 2009). Essa estratégia tende também a enfatizar a importância dos anos formativos e em particular da socialização primária enquanto determinantes das desigualdades que mais tarde caracterizam a vida adulta (Bourdieu 1984).

Bourdieu (2002 [1972], 178) definiu a internalização da estrutura a partir do conceito de *habitus*, *i.e.*, do sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de perceções de apreciações e de ações. As disposições são os “mecanismos generativos das interpretações e das ações com o formato de esquemas acionáveis por analogia” (Pires 2007, 37). Embora

durável e estável, o *habitus* é passível de reconfiguração em virtude da trajetória pessoal e em função da experiência histórica, não sendo insensível face à alteração das estruturas familiares, à expansão da formação escolar, aos contatos sociais do indivíduo ou à sua mobilidade social e geográfica (Casanova 1995, 61). Mas isso corresponderá mais a um afinamento do que à redefinição dos fundamentos que estruturam as percepções e as disposições.

A primazia estrutural outorgada por Bourdieu ao campo económico resulta numa “tensão irresolúvel” entre os pressupostos de uma estrutura interna holista (*habitus*) e a conceção de estrutura externa composta por múltiplos campos (Pires 2007, 37-38). Segundo Lahire (2001), a complexidade e a variabilidade da ação individual no tempo e no espaço resulta de (re)composições variáveis de disposições adquiridas nos múltiplos contextos de interação e de socialização em que o indivíduo se vê envolvido. Esta ideia é contrária à suposição de que existe um *habitus* coerente e unificado de disposições e práticas sociais, cristalizado na socialização primária. Aliás, a sistematicidade das relações entre disposições deve constituir um problema analítico e não um *a priori* conceptual (Pires 2007). Por outro lado, a incorporação da estrutura é simultaneamente um processo de constituição social e de individualização dos agentes sociais, pelo que a sistematicidade das relações entre disposições, será social e historicamente variável e condicionada (Pires 2007, 38).

As trajetórias paralelamente desenvolvidas nos diversos campos da vida social podem inclusivamente ser marcadas pela incoerência entre posições e papéis desempenhados, pela assincronia das transições ou pela descoincidência dos ritmos de cada trajetória individual (Levy 2013a; Lesnard 2014). Isso faz com que também seja possível que as disposições revelem idiosincrasias, que resultam de incompatibilidades entre a posição e a experiência em cada *campo*, que ocorre quando o indivíduo ocupa posições que não são homólogas em diferentes *campos*.

O levantamento de dúvidas acerca da exclusividade das origens sociais (*habitus*, capitais transmitidos e herdados no grupo doméstico de origem) enquanto mecanismos generativo das desigualdades sociais, não implica a menorização dos constrangimentos externos, nomeadamente os de classe e de género, enquanto princípios estruturantes das vidas individuais. Pelo contrário, impõe que consideremos como é que as diferentes posições e papéis dos agentes sociais nos múltiplos campos da estrutura social se relacionam com processos de acumulação de (des)vantagens sociais.

As leituras estáticas da desigualdade social tornaram-se problemáticas precisamente porque encapsulam as forças sociais num determinado ponto de observação, o que equivale a dá-las por adquiridas (Dannefer e Kelley-Moore 2009). Esta opção revela uma insuficiente ponderação do tempo, *i.e.*, da relação dinâmica entre os indivíduos e os contextos sociais, históricos e institucionais em que os mesmos se inserem. O verdadeiro teste ao impacto das forças sociais e à alteração nas limitações estruturais implica verificar em que medida as mesmas resultam em trajetos individuais díspares. “It is only through these divergent pathways that we can truly observe the ‘long arm’ of social structure” (Dannefer e Kelley-Moore 2009, 395).

Em nosso entender, a relação diacrónica entre desigualdade social (nomeadamente de classe e de género) e percurso de vida pode ser conceptualizada recorrendo ao conceito mertoniano de vantagens e desvantagens cumulativas (Dannefer 1987, 2003; Pallas e Jennings 2009). Merton (1968, 1988) recorreu à “parábola dos talentos” para justificar o desigual desenvolvimento das carreiras científicas, uma vez que esse processo:

“directs our attention to the ways in which initial comparative advantages of trained capacity, structural location, and available resources make for successive increments of advantage such that the gaps between the haves and the have-nots in science (as in other domains of social life) widen until dampened by countervailing processes” (Merton 1988, 606).

Dannefer (1987) mobilizou este conceito para explicar a diferenciação, entre percursos de vida, que é observada ao longo do processo de envelhecimento. Contrariando boa parte da literatura científica sobre o percurso de vida, que atribuía a heterogeneidade das trajetórias individuais a traços psicológicos, definiu o processo como “the *systemic tendency* for *interindividual divergence* in a given characteristic (e.g., money, health, status) with the passage of time” (Dannefer 2003, S327).

É a partir das duas proposições inerentes ao conceito que podemos entender os processos de diferenciação do percurso de vida e relacioná-los com as desigualdades de partida (sem os considerarmos determinados pelas mesmas). Em primeiro lugar, a *tendência sistemática* para a heterogeneidade indica que a diferenciação resulta de mecanismos sociais que operam ao longo do tempo e não apenas da transmissão de recursos no momento zero. Em segundo lugar, *divergência inter-individual* implica que as (des)vantagens cumulativas não são uma característica dos atores sociais mas de grupos (coortes etárias, classes sociais, grupos étnicos, géneros) em relação aos quais é possível estabelecer um ranking na distribuição dos recursos que indicam vantagem ou desvantagem. Podemos considerar duas modalidades de

acumulação de vantagens (DiPrete e Eirich 2006). A primeira modalidade, estrita ou rígida, resulta do crescimento diferencial de um recurso com uma distribuição inicialmente já assimétrica. Nesse caso o fator mais importante é o *path dependency*, tendendo as pequenas diferenças de partida a alargar-se com o passar do tempo, independentemente de eventos aleatórios exógenos (Pallas e Jennings 2009, 214). A segunda modalidade, interativa ou dependente da condição, é muito mais comum nos estudos sobre o percurso de vida e observa os efeitos diretos e indiretos no percurso de vida, considerando características conhecidas dos indivíduos e dos grupos sociais, como seja o sexo ou as origens de classe (Dannefer 2003; Pallas e Jennings 2009).

São múltiplos os mecanismos que, operando nos níveis macro e meso, geram e reforçam a divergência biográfica em função das posições ocupadas, da posse de capitais e da competição em campos e organizações em que os recursos são escassos. A generalidade dos mecanismos clássicos da desigualdade social é pertinente para compreender tanto a produção de novas desigualdades como a reprodução das desigualdades já existentes ao longo do percurso de vida.

As múltiplas formas do capital (económico, cultural, social e simbólico) são intrinsecamente conducentes à cumulatividade, uma vez que o capital não consumível acumula enquanto stock disponível conduzindo, assim, ao aumento das desigualdades existentes (Levy 2013a, 33)<sup>45</sup>. As (des)vantagens cumulativas despontam frequentemente em transições cruciais da vida, pois a capacidade para aproveitar oportunidades proporcionadas por um evento depende de recursos disponíveis e acumulados (capitais). Alguns períodos transicionais, nomeadamente a transição para a vida adulta, são momentos em que as vantagens acumuladas por uns e as desvantagens herdadas por outros geram maiores desigualdades dentro dos indivíduos de uma mesma coorte (Sapin, Spini, e Widmer 2007). Por exemplo, as qualificações, *i.e.*, o capital cultural adquirido, resultam em diferentes capacidades para lidar com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para aceder, *a posteriori*, a um conjunto de recompensas e de recursos diferenciado.

Através dos mecanismos de *distanciamento*, as vantagens obtidas numa arena da vida social contribuem para o afastamento entre as condições dos grupos ou indivíduos. Assim, a posse

---

<sup>45</sup> Segundo Bourdieu (1987) a acumulação de capital económico é a mais linear e a sua transmissão intergeracional está institucionalizada pelo direito hereditário. Já o capital cultural é mais complexo. Tal como em outros capitais existe sob três formas: incorporado, enquanto disposições; objetivado, enquanto bem cultural; institucionalizado sob a forma de graus académicos. A sua aquisição e manutenção marca fortemente as estratégias de reprodução e conversão do capital, uma vez que este recurso é essencial para a aceder às posições dominantes nas sociedades contemporâneas.

de qualificações à entrada no mercado de trabalho pode contribuir não só para diferenças substanciais na trajetória profissional, como também na trajetória familiar, eventualmente conduzido a uma polarização das transições (Schoon 2010, 28-29). A transferibilidade de vantagens entre diferentes domínios da vida será, por exemplo, observável entre os indivíduos com trajetórias profissionais mais instáveis e inseguras. E a maior dificuldade para acumular recursos terá consequências tanto nos diferentes calendários (de autonomia residencial, de entrada na conjugalidade, etc.), como também nas modalidades da trajetória familiar.

A relação entre as (des)vantagens cumulativas e a desigualdade ao longo do percurso também decorre dos mecanismos de *hierarquização* que impõem esquemas de tratamento diferenciado a indivíduos ou grupos sociais. Podemos enquadrar aqui não só a desigualdade de género no mercado de trabalho (remuneratória e hierárquica, por exemplo) como outras formas de atribuição sistemática de vantagens e de desvantagens cumulativas. Um exemplo paradoxal de como a hierarquização se estabelece ao longo do tempo resulta da contradição entre a ideia de carreira profissional ou de mobilidade social enquanto escadas rolantes ascendentes, ideia que pressupõe guiar e motivar os indivíduos, e a organização das estruturas organizacionais, geralmente enquanto pirâmides (Dannefer 2003, S331). A tendência para que a diversificação das trajetórias dos elementos de uma coorte se associe ao aumento da desigualdade entre indivíduos e grupos sociais resulta da própria natureza hierarquizada das estruturas organizacionais (e, generalizando, de qualquer estrutura ou campo institucional analiticamente relevante).

Os processos de *exclusão* estão na base de outro mecanismo gerador da desigualdade ao longo da vida, nomeadamente através do estabelecimento de barreiras a indivíduos ou grupos sociais no acesso a bens, serviços ou outros. Podemos considerar neste âmbito um vasto conjunto de situações que, grosso modo, se enquadram nas estratégias de fechamento social. Por exemplo, as tendências para a homogamia na formação dos casais, para a homofilia nas relações sociais ou para alguns processos de seleção profissional homossociais reproduzem desigualdades já existentes (Almeida, Ferrão, e Sobral 1997, 896; Dannefer 2003, S330; Levy 2013a, 34). Mas também a distância face aos centros urbanos, a segregação espacial das cidades, a regulação de grupos ocupacionais ou o fechamento das estruturas organizacionais contribuem para a diferenciação das trajetórias sociais. Em particular a segmentação do mercado de trabalho entre *insiders* e *outsiders* tem sido reputada como um mecanismo gerador de novas desigualdades entre classes sociais, géneros e grupos etários (Kóvacs e Casaca 2007; Barbieri 2009; Casaca 2010).

### ***Recentrando a pesquisa***

A nossa pesquisa sobre as transformações nos percursos de vida contemporâneos intersecta duas abordagens teóricas distintas: as perspectivas estruturalistas sobre a desigualdade social; e a perspectiva teórico-metodológica do percurso de vida.

As perspectivas estruturalistas sobre a relação entre percurso de vida e desigualdade social, exemplificadas por Bourdieu (1984) Bertaux (1978), têm acentuado o peso da família de origem e da socialização primária, concebendo essas características como determinantes nas trajetórias dos indivíduos. Desse ponto de vista, os fluxos entre posições sociais, observados na comparação intergeracional, corresponderiam às trajetórias sociais mais verosímeis. O aspeto modal das trajetórias não seria uma mera agregação estatística, mas o resultado da determinação dos destinos pessoais produzidos pela estrutura de classes, resultantes dos aparelhos de reprodução social e das estratégias de classe. Neste sentido, as trajetórias individuais seriam trajetórias de classe, na medida em que as possibilidades de circulação dos agentes pelo espaço social correspondem a um leque de trajetórias “equiprováveis”, dependentes do volume e da composição dos capitais, bem como da sua posição no espaço social das classes (Bourdieu, 1984).

Críticas posteriores questionaram a exclusividade da socialização primária e da transmissão linear dos capitais na origem enquanto determinantes únicos das desigualdades que irão caracterizar a vida adulta. Esses processos são insuficientes para perceber a variabilidade dos percursos individuais e as suas premissas deterministas levantaram uma série de problemas sobre a aplicabilidade de pressupostos teóricos que assumem a unidimensionalidade dos indivíduos numa sociedade multidimensional (Lahire 2001).

Uma outra crítica afirma que os processos sociais e históricos característicos da modernidade avançada, nomeadamente a aceleração da *individualização*, conferiram ao indivíduo um papel central na organização da sua vida e proporcionam condições institucionais para que a mesma se organize de forma menos estatuída (Giddens 1997; Beck e Beck-Gernsheim 2002). Na modernidade tardia ocorreria uma situação paradoxal em que as “fundações coletivas da vida social” perdurariam, enquanto estruturas que circunscrevem a experiência individual, apesar de obscurecidas por poderosas transformações sociais e complexificadas pela subjetividade reflexiva dos agentes (Furlong e Cartmel 2007 [1997], 138-139).

Segundo este ponto de vista, os percursos de vida contemporâneos tenderiam a flexibilizar-se e a diferenciar-se segundo lógicas sociais distantes dos imperativos da tradição, do hábito ou do constrangimento estrutural. A hipótese alternativa à determinação estrutural das trajetórias sociais seria a da emergência de um “caleidoscópio de microculturas” (McDonald, 1999 citado por Furlong e Cartmel 2007 [1997], 138), *i.e.*, a fragmentação da experiência assente no pressuposto de que a classe social ou o género se tornaram conceitos com pouca importância para enquadrar os percursos de vida contemporâneos.

É inequívoco que as mudanças sociais das últimas décadas transtornaram significativamente diversas dimensões da vida contemporânea, por comparação com o passado. Mas também as preocupações da sociologia se alteraram radicalmente. Uma série de *viragens*<sup>46</sup> trouxeram para o centro da agenda de pesquisa sociológica a experiência individualizada e implementaram um conjunto de dispositivos teórico-metodológicos capazes de a traduzir. Alguma sociologia incorporou, inclusivamente, uma prática altamente sensível ao discurso hegemónico que dá primazia à escolha individual e às novas oportunidades, subestimando as continuidades, nomeadamente dos constrangimentos institucionais, estruturais e culturais (Elchardus e Smits 2006, 320-322; Furlong e Cartmel 2007 [1997], 12; Dannefer 2009, 195 e 204). Esse raciocínio conduz à denominada *falácia epistemológica da modernidade tardia*<sup>47</sup>:

“Although social structures, such as class, continue to shape life chances, these structures tend to become increasingly obscure as collectivist traditions weaken and individualist values intensify. As a consequence of these changes, people come to regard to social world as unpredictable and filled with risk which can only be negotiated on an individual level, even though chains of human interdependence (Elias, 1978, 1982) remain intact” (Furlong e Cartmel 2007 [1997], 2).

Em termos científicos, a interpretação dos percursos de vida contemporâneos segundo uma lente *pós-moderna* tem contribuído para estabelecer uma dicotomia passado/presente que, exagerando as mudanças, é relativamente omissa no que diz respeito às continuidades face a gerações anteriores. Os percursos de vida do passado são apresentados de uma forma esquemática, simplista e pouco problematizada. Mais do que facto observado, a dicotomia entre um passado marcado por vidas *standardizadas* e um presente *destandardizado* assenta frequentemente num artifício metodológico (Nico 2011, 38). Esse artifício resulta da

---

<sup>46</sup> Podemos falar num *biographical turn* (Wengraf, Chamberlayne, e Bornat 2002) e num *cultural turn* (Crompton 2003).

<sup>47</sup> Essa *falácia epistemológica* gera também uma série de efeitos ideológicos nomeadamente no que diz respeito à responsabilidade individual pelos eventos biográficos e ao papel do Estado (Furlong e Cartmel 2007 [1997], 144; Nico 2011, 40).

substituição da análise do impacto das estruturas sociais por uma análise individualista<sup>48</sup> que cria uma *self-fulfilling prophecy* (Nico 2011, 39). Em nosso entender, comparar épocas históricas recorrendo a dispositivos teórico-metodológicos distintos produz um contraste que é, no mínimo, um (d)efeito da perspectiva.

Seguindo uma orientação processual e socio-genética, ao invés de assumir acriticamente uma dicotomia entre passado e presente, é necessário levantar questões tais como: “como chegámos aqui?”; “em que medida estes fenómenos estão relacionados?”; e “quais são as cadeias de interdependência mais amplas que estão envolvidas nestes processos?” (Goodwin e O'Connor 2015, 39).

Como vimos ao longo das secções iniciais deste capítulo, a perspectiva do percurso de vida propõe, justamente, um conjunto de princípios teóricos e de estratégias metodológicas que valorizam as circunstâncias individuais mas sempre em função da sua inscrição histórica, social e institucional. Teoricamente, os princípios paradigmáticos da perspectiva do percurso de vida permitem desenvolver um olhar que dá “protagonismo à individualização e à modernidade mas simultaneamente mante(m) a atenção pelas teorias geracionais e de reprodução social” (Nico 2011, 9). A utilização da teoria das (des)vantagens cumulativas (Merton 1988, 1968), para relacionar percurso de vida e desigualdade social, é exemplar deste raciocínio diacrónico e retrospectivo.

Em termos metodológicos, a perspectiva do percurso de vida advoga uma leitura diacrónica das trajetórias individuais, considerando tanto o tempo individual como o tempo coletivo. Em nosso entender, é por essa via que podemos validar ou infirmar os pressupostos teóricos acerca das transformações na estrutura dos percursos de vida, nomeadamente a pressuposta importância decrescente das características herdadas na determinação das trajetórias sociais (Pakulski e Waters 1996; Scott 2002; Atkinson 2010). Esse empreendimento terá outra potencialidade significativa: ao situarmos os agentes sociais nas suas circunstâncias individuais e coletivas estamos mais perto de evitar entendimentos voluntaristas de agência e de entender a relação entre *self* e *outside world* (Furlong e Cartmel 2007 [1997], 144), evitando uma dicotomia já amplamente criticada por autores como Elias (1991) ou Bourdieu (1984).

---

<sup>48</sup> Que é frequentemente sustentada em pesquisa de cariz qualitativo (Elchardus e Smits 2006, 305).



## II

### Capítulo II - Opções metodológicas

---

Neste capítulo apresentamos a estratégia e os métodos a que recorremos para responder às nossas questões de pesquisa. Começamos por apresentar a pesquisa empírica, nomeadamente o projeto de investigação de onde provém parte substancial dos dados, bem como o desenho de pesquisa (população-alvo e amostra). Desenvolvemos também uma pequena reflexão em torno das possibilidades (e das limitações) de uma análise quantitativa do percurso de vida. Explicitamos os principais procedimentos metodológicos implementados na categorização e análise da informação recolhida. A partir do instrumento de recolha de informação, exemplificamos os procedimentos utilizados na construção dos principais conceitos (trajetória familiar e de emprego). Revelamos ainda as nossas opções teórico-metodológicas relativamente à operacionalização do conceito de classe social (do próprio e do grupo doméstico de origem), bem como apresentamos outros indicadores utilizados na pesquisa.

Um aspeto que deve ser clarificado desde já é que o desenho da pesquisa e as opções metodológicas por nós seguidas decorrem, em grande medida, do contexto de produção da tese, isto é, do nosso envolvimento no projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais: O Percurso de Vida numa perspetiva intergeracional” (TFRS 2010)<sup>49</sup>. O trabalho de investigação empírica que levámos a cabo, presente nos capítulos subsequentes, foi desenvolvido no âmbito desse projeto<sup>50</sup>. Como é compreensível, os objetivos teóricos e empíricos a que nos propomos estão vinculados às grandes linhas que orientaram esse projeto de investigação.

Optámos por desenvolver a nossa análise recorrendo exclusivamente ao material extensivo. Desde logo, porque a informação recolhida no âmbito do projeto é muito substancial e permite desenvolver um conjunto de olhares distintos mas complementares para responder às nossas interrogações sobre a relação entre desigualdades sociais e percurso de vida em Portugal. Por outro lado, alguns dos procedimentos que incorporámos na nossa estratégia metodológica têm potencialidades heurísticas que nos interessava explorar e demonstrar.

---

<sup>49</sup> Projeto financiado pela FCT (PTDC/SDE/65663/2006) e coordenado por Karin Wall no Instituto de Ciências Sociais.

<sup>50</sup> Desenvolvemos trabalho de bolseiro de investigação neste projeto ao longo do ano de 2011.

A pesquisa empírica que apresentamos na segunda parte desta dissertação organiza-se em torno de conceitos-chave que resultam do cruzamento dos feixes teóricos introduzidos. O **QUADRO 1** sistematiza as fontes, dimensões amostrais, âmbitos, níveis de análise, objetivos, conceitos-chave e principais técnicas utilizadas nos capítulos empíricos desta dissertação. Em cada capítulo é feita uma apresentação mais detalhada de objetivos, métodos e técnicas utilizadas. No **Capítulo III** caracterizamos a nossa amostra. No **Capítulo IV** apresentamos a evolução das estruturas sociais analiticamente relevantes. Nos dois capítulos seguintes (**V** e **VI**) abordamos em detalhe as trajetórias familiares e profissionais. Posteriormente, no **Capítulo VII** desenvolvemos uma leitura sintética e combinada das trajetórias profissionais e familiares de forma a avaliar em que medida podemos falar de processos de (d)estandardização do percurso de vida no caso português. No **Capítulo VIII** a nossa atenção foca-se na transição para a vida adulta. A inserção deste capítulo justifica-se por este ser um tópico já clássico nos estudos sobre o percurso de vida, uma vez que esta fase da vida constitui uma janela de observação privilegiada para entender a articulação entre os eixos profissional e familiar.

**QUADRO 1 SÍNTESE DOS MÉTODOS, TÉCNICAS E DADOS UTILIZADOS**

	<b>Capítulo IV</b>	<b>Capítulos V, VII e VIII</b>	<b>Capítulo VIII</b>
<b>Fonte</b>	<i>Fontes Secundárias</i> Censos Estatísticas do Emprego, Educação, Emigração Outros dados estatísticos	<i>Fonte Primária</i> Trajetórias Familiares e Rede Sociais (2010) Questionário	
<b>Ano, N e Formato</b>	Anos 1960-2012  Dados de acesso público	TFRS, 2010, n=1500 n=500 por cada coorte (1935-1940; n=1950-1955; 1970-1975) Base de Dados em SPSS	
<b>Âmbito, Nível e Técnicas</b>	Nacional, Macro, Extensivo	Nacional, Macro/geracional e Extensivo	
<b>Objetivo</b>	<i>Enquadramento</i>	<i>Descritivo</i>	
<b>Conceito-chave</b>		<i>Trajetória</i>	<i>Transição</i>
<b>Unidades de Análise</b>	i) País	I) Indivíduos II) Coortes etárias	
<b>Análises</b>	Análise estatística descritiva. Variáveis de controlo: sexo, grupo etário, classe social, nível de escolaridade	Análise estatística descritiva e indutiva com recurso à <i>Análise Sequencial</i> . Variáveis de controlo: sexo, coorte etária, classe social de origem, nível de escolaridade	

### ***A pesquisa e o projeto “Trajetórias familiares e redes sociais”***

Como referido, a produção desta tese teve lugar no âmbito do projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais: O Percurso de Vida numa perspetiva intergeracional” (TFRS 2010). Uma das premissas subjacentes ao projeto é de que nas sociedades ocidentais a modernização social, em geral e da vida familiar em particular, tem contribuído para a diversificação dos percursos de vida dos indivíduos, levando a que a construção biográfica seja atualmente menos constrangida que no passado. Este é o ponto de partida para as hipóteses de trabalho que atravessam esta pesquisa.

Também a sociedade portuguesa se transformou rapidamente ao longo das últimas décadas, aproximando-se em muitas dimensões da realidade das suas congéneres europeias. As transformações da demografia familiar, com a queda da nupcialidade e da natalidade, o aumento dos divórcios e dos recasamentos, bem como a emergência de modos alternativos de viver em casal terão alterado o formato das trajetórias familiares, bem como a forma como se entrelaçam indivíduo e família. Do ponto de vista da educação e do emprego, a abertura do ensino superior, a terciarização da economia ou a feminização do mercado de trabalho resultaram no alargamento dos períodos formativos e na diversificação das trajetórias profissionais. Mas em que medida é que estes processos estão relacionados com a reconfiguração das desigualdades sociais e com a evolução do enquadramento institucional, nomeadamente do papel do Estado? Serão os percursos individuais menos dependentes das origens sociais ou do género? De que forma é que os processos de mudança social (na estrutura económica-produtiva, no domínio da vida familiar ou ao nível institucional) interferem com o *locus* de produção antroponómica e alteram a sua influência relativa?

Os nossos objetivos de investigação convergem com os objetivos do TFRS 2010. Apesar de só nos termos envolvido no projeto já em fase da recolha de informação (portanto após a sua conceção geral e o desenho do instrumento de pesquisa), o desenho da pesquisa do projeto permite dar resposta às principais preocupações teóricas presentes na literatura científica e às nossas interrogações empíricas sobre a sociedade portuguesa. A estratégia adotada, que combina uma abordagem macrosocial, que coloca as trajetórias de vida num contexto social e geracional, com uma abordagem micro, centrada nos percursos individuais, adequa-se perfeitamente à inquirição em torno do triângulo mudança social, percurso de vida e desigualdade social.

Um dos objetivos do projeto TFRS 2010 visava precisamente uma reconstrução multidimensional das trajetórias individuais. Pretendeu-se ultrapassar o retrato estático da realidade, característico da generalidade dos inquéritos sociológicos e dos recenseamentos populacionais. A opção pelo questionamento sistemático de alguns tópicos – como a composição do grupo doméstico, a condição perante o trabalho, a profissão – tinha sido já ensaiada num projeto anterior sobre a vida familiar, em que se consideraram alguns momentos-chave da vida familiar (Aboim 2005b). Desta feita, não só a operacionalização da temporalidade foi mais ambiciosa, como se pretendeu reconstruir a totalidade do percurso de vida em várias dimensões (nomeadamente familiar, afetiva/relacional, profissional, residencial e escolar). Esse constitui um dos elementos mais inovadores na nossa pesquisa<sup>51</sup>.

### **População-alvo e amostra**

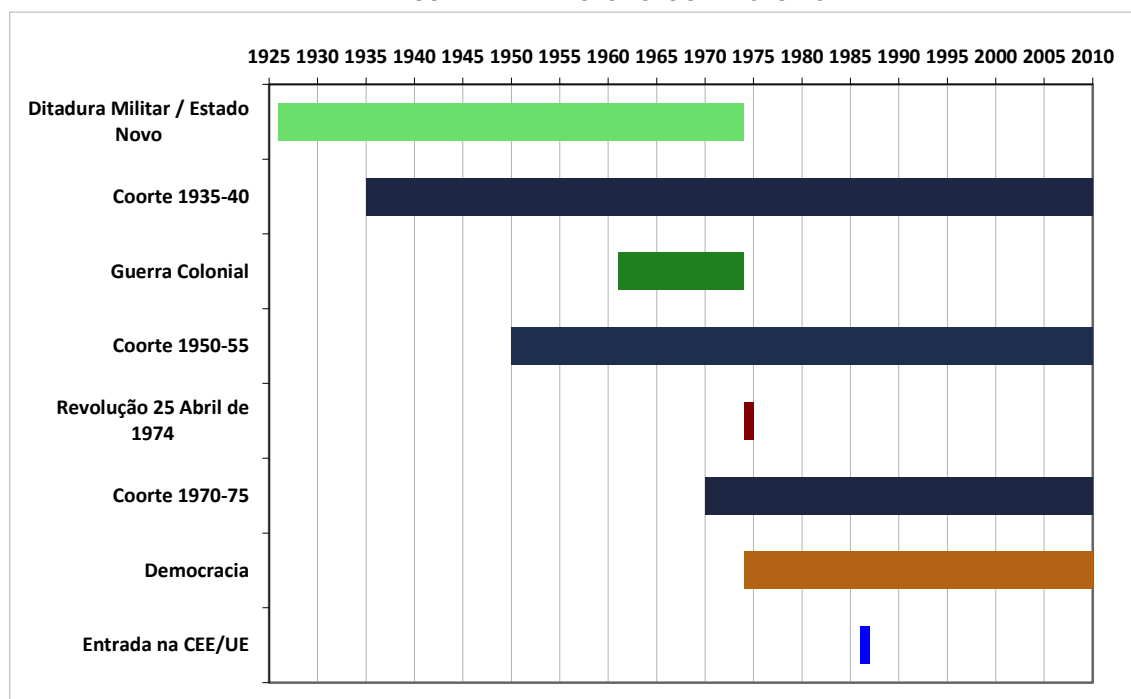
A pesquisa empírica realizada no âmbito do projeto TFRS 2010 assentou numa estratégia metodológica extensiva, com recurso a uma técnica de recolha de informação quantitativa através de inquérito por questionário. A amostra foi segmentada em três coortes etárias (nascidos entre 1935-1940; entre 1950-1955; entre 1970-1975). O objetivo de testar a relação entre modernização/transformação social e diversificação dos percursos de vida está subjacente a este desenho amostral por coortes. A comparação entre coortes etárias desvenda o impacto da mudança social, estabelecendo uma relação entre a idade cronológica e o tempo histórico (Ryder 1965, 845; Elder, Johnson, e Crosnoe 2002; Buchmann e Kriesi 2011, 483). As três coortes foram escolhidas por terem enquadramentos sociais, históricos e institucionais claramente distintos, o que se presume resultará em trajetórias de vida substancialmente diferentes (**FIGURA 1**).

---

<sup>51</sup> O projeto também pretendia aferir de que forma as redes sociais em que os indivíduos estão inseridos se alteraram, em termos de composição, organização interna, orientação e funções. A expectativa, ancorada na discussão teórica sobre a temática, é a de que as redes sociais sejam crescentemente orientadas em função de afinidades eletivas, ultrapassando os limites estreitos do parentesco (algo que acabou por ser parcialmente comprovado, ver Gouveia, 2014). Um derradeiro objetivo do projeto era o de relacionar trajetórias com redes sociais. A articulação destes dois eixos teóricos tinha dois propósitos: em primeiro lugar, reconstituir as trajetórias de homens e mulheres nascidos em épocas marcadamente diferentes, analisando a diversidade dos percursos de vida, valorizando os episódios e acontecimentos biográficos mais significativos da vida familiar e pessoal; em segundo lugar, analisar o impacto dessas trajetórias na rede familiar e social dos indivíduos. Subjacente a este desafio está a hipótese de que a diversificação das trajetórias familiares contribua para a reconfiguração da estrutura e funções das relações sociais dos indivíduos; e que a complexificação das biografias individuais afeta não só as dinâmicas conjugais e parentais como também as relações sociais primárias no seu conjunto.

A coorte dos **nascidos entre 1935 e 1940** tem as suas experiências formativas no contexto ditatorial, politicamente repressivo e socialmente retrógrado, do Estado Novo. Passa também por eventos históricos significativos como as dificuldades do período da II Guerra Mundial e a Guerra Colonial. Os indivíduos desta coorte tinham entre 70 e 75 anos de idade no momento da entrevista. A coorte que incorpora inquiridos **nascidos entre 1950 e 1955** cresce ainda no Estado Novo. Mas vive em primeira mão e no início da vida adulta as enormes transformações sociais e políticas que se seguiram à Revolução de 25 de Abril de 1974. Os indivíduos desta coorte tinham entre 55 e 60 anos de idade no momento da entrevista.

**FIGURA 1 BREVE CRONOLOGIA HISTÓRICA**



A coorte mais jovem, englobando **nascidos entre 1970 e 1975**, representa a população que cresceu já num país com regime democrático e entrou na vida adulta já após a entrada de Portugal na União Europeia. Os indivíduos desta coorte tinham entre 35 e 40 anos de idade no momento da entrevista.

### Questionário e trabalho de campo

O desenho desta pesquisa aproxima-se daquilo a que se convencionou denominar de “estudo longitudinal” (Babbie 1989). Mais precisamente trata-se de uma reconstrução retrospectiva de múltiplas dimensões da trajetória de vida, feita a partir do presente. Um procedimento deste tipo está inevitavelmente exposto à armadilha da *ilusão biográfica* (Bourdieu 1997). Tanto quanto possível, procurou-se a reconstrução de aspetos objetiváveis do percurso de vida. Para cada domínio foi pedido aos inquiridos que respondessem a um conjunto de questões retrospectivas, começando pelo seu ano de nascimento<sup>52</sup>. Em seguida, foi pedido que indicassem todas as alterações ocorridas ao longo do tempo em relação a essa situação inicial. As alterações foram registadas em função da idade do indivíduo, sendo a unidade de medida o ano. A informação relativa a cada dimensão foi recolhida num calendário em que se registam os diversos eventos, transições, etc..

O questionário foi dividido em 5 secções: A - Trajetórias de vida e acontecimentos; B - Investimentos e autoestima; C - Redes sociais; D - Valores face à vida familiar e aos papéis de género; E - Informação sociodemográfica. As trajetórias de vida são centrais nesta dissertação. Recolheram-se elementos que permitem reconstruir cinco trajetórias: a trajetória profissional; a trajetória de coresidência (ou familiar); a trajetória geográfica; a trajetória relacional/afetiva; a trajetória reprodutiva. A passagem pela escola foi igualmente registada de forma a permitir a reconstrução da trajetória mas na nossa análise esses dados foram considerados no âmbito da trajetória profissional. Dada a multiplicidade de temáticas exploradas, o instrumento de recolha tornou-se bastante extenso, ascendendo o tempo médio de resposta a cerca de 90 minutos.

O trabalho de campo do projeto TFRS 2010 teve lugar entre 2009 e 2010, tendo sido conduzido pela empresa de estudos de mercado GfK-Metris. Os inquéritos foram realizados na casa dos entrevistados, por um grupo de 40 entrevistadores treinados, e seguindo o método PAPI (*Paper And Pencil Interviewing*). Cada entrevistador tinha um exemplar do questionário e um conjunto de cartões de resposta para mostrar ao entrevistado. As respostas foram assinaladas no papel e posteriormente registadas numa base de dados em suporte digital.

---

<sup>52</sup> No caso da trajetória profissional/ocupacional essa retrospectiva é feita a partir dos 7 anos de idade.

A recolha, de âmbito nacional, teve por base um processo que garante uma amostra probabilística estratificada de homens e mulheres portuguesas<sup>53</sup> residentes em Portugal Continental, representativa das características sociodemográficas conhecidas do universo<sup>54</sup>. Como referido a amostra foi limitada a indivíduos nascidos nos períodos entre 1935-1940; 1950-1955; e 1970-75, tendo sido estratificada por região, habitat<sup>55</sup> e sexo<sup>56</sup>, sendo posteriormente ponderada de acordo com a distribuição da população. A supervisão do trabalho de campo foi assegurada por elementos da equipa de investigação do ICS e da empresa de estudos de mercado. A taxa de resposta foi igual a 60%. A dimensão total da amostra é de 1500 inquiridos, o que corresponde a um erro amostral de  $\pm 3\%$ ,  $\alpha = 0,05$ .

### ***A análise quantitativa do percurso de vida: trajetórias e transições***

O recurso à Análise Sequencial (SA) é um dos elementos inovadores e originais na nossa estratégia metodológica e por isso merece uma discussão mais pormenorizada. A SA é uma metodologia que se situa entre uma análise quantitativa tradicional e uma reconstrução narrativa. A utilização da SA no âmbito das ciências sociais foi originalmente desenvolvida por Abbott (1986; Abbott e Hrycak 1990)<sup>57</sup>. Tendo em mente a sua aplicação no âmbito da história, rapidamente o entusiasmo do autor em relação ao potencial da SA conduziu a que advogasse uma abordagem sequencial a temas sociológicos, pois a apreciação do desenrolar dos acontecimentos respondia a questões teóricas fundamentais de vários paradigmas teóricos clássicos da sociologia, proporcionando a rutura com o “paradigma das variáveis” e ultrapassando as limitações de uma reconstrução quantitativa das trajetórias que apenas considera alguns instantes no tempo (Abbott 1992, 1995).

---

<sup>53</sup> Os estrangeiros e os indivíduos com deficiência mental ou física foram definidos como não elegíveis.

<sup>54</sup> O procedimento de amostragem começou pela escolha aleatória dos locais amostrais, selecionados a partir da listagem de códigos postais. Posteriormente foi utilizado o método de *random-route* para a escolha dos lares. Dentro de cada lar, a seleção dos indivíduos foi feita a partir das datas de nascimento, tendo sido selecionado o último aniversariante.

<sup>55</sup> Considerando as NUTS2 (regiões) e o habitat de residência (5 dimensões de habitat: até 2000 hab.; 2000 a 9999 hab.; 10000 a 19999 hab; 20000 a 99999 hab.; 100000 ou mais hab.).

<sup>56</sup> Na análise é feita uma distinção entre sexo e género. O sexo é a categoria de classificação das diferenças biológicas. O género refere-se às identidades de homens e mulheres, bem como aos processos sociais através dos quais emergem as diferenças entre ambos. Na descrição de resultados da análise quantitativa recorreremos preferencialmente à designação *sexo*. Quando falarmos dos processos de acumulação de diferenças nos percursos de vida de homens e mulheres recorreremos preferencialmente à designação *género*.

<sup>57</sup> Embora a técnica seja um aplicação prática da teoria da informação, nomeadamente do trabalho de Richard Hamming e Vladimir Levenshtein, a sua aplicação mais conhecida é no âmbito da biologia e da linguística (Lesnard 2014).

Abbott (1995) prognosticava uma “revolução tranquila” que reconduziria a sociologia aos contextos e aos processos sociais, apoiada no desenvolvimento da informática. Anos mais tarde Aisenbrey e Fasang afirmavam que “sequence analysis is a tool that can reduce the imbalance between the core concepts of transition and trajectory in life course research; sequence analysis can bring the trajectory, the actual “course” back into research on the life course.” (2010, 421).

A verdade é que até meados da primeira década do século XXI a utilização das ferramentas da SA no estudo do percurso de vida permanecia marginal (Pollock 2007, 178), prevalecendo os trabalhos que recorrem à *Event History Analysis* (EHA). A EHA elege como conceito-chave os *eventos* e as *transições* entre fases e papéis, estudando a probabilidade de ocorrência de cada um deles em função das variáveis sociodemográficas mais pertinentes (Blossfeld, Hamerle, e Mayer 1989). Exemplos típicos de eventos considerados são a saída de casa dos pais, a entrada no mercado de trabalho, na conjugalidade e na parentalidade, em função da centralidade dos mesmos na estrutura das vidas individuais. Já a SA concentra-se no conceito de *trajetória*, alternativamente definido como *carreira*, isto é, na “sequência interligada da experiência” (Pollock 2007, 167). Neste caso, a pesquisa empírica orienta-se para a identificação dos padrões de similaridade e diferenciação ao longo dos trajetos individuais.

Em termos mais estritamente metodológicos, as duas tradições procedem de “tradições estatísticas” distintas nos seus fundamentos: a EHA provém da uma *data modelling culture*, que assume que os dados são gerados por processos estocásticos subjacentes; a SA provém de uma *algorithm tradition*, que não assume qualquer processo probabilístico na génese nos dados (Breiman, 2001 citado por Aisenbrey e Fasang 2010, 424-425).

O predomínio das análises sobre o calendário dos eventos sustentadas em técnicas da EHA resulta de vários fatores. Desde logo, deriva da predominância de designs de pesquisa *cross-sectional* sobre os designs de pesquisa longitudinais (de *follow-up* ou retrospectivos). Por outro lado, decorre da hegemonia do paradigma causal, para o qual a EHA está essencialmente orientada<sup>58</sup>, ao passo que a SA se concentra numa descrição tipológica holística<sup>59</sup> (Abbott e Tsay 2000; Pollock 2007; Aisenbrey e Fasang 2010). Por fim, advém da complexidade dos

---

<sup>58</sup> O objetivo é saber a verosimilhança de ocorrência de eventos discretos e a sua relação entre estes e variáveis estruturais (Yamaguchi 1991; Blossfeld, Golsch, e Rohwer 2007). Usam-se técnicas como: as curvas de sobrevivência (paramétrica: *Weibull survival analysis*; não-paramétrica: *Kaplan-Meier survival analysis*); o *Cox proportional hazard model*; ou as *survival trees*.

<sup>59</sup> No caso da SA, as técnicas descritivas mais usuais são o *Optimal Matching* (em combinação com análise de clusters) e as análises de frequência de padrões típicos. Em termos de modelo de causalidade, aqui bastante mais raros, usam-se os modelos de *Markov* e as *mobility trees*. Para uma discussão mais detalhada ver Ritschard et al (2008).



procedimentos estatísticos subjacentes à análise sequencial e do questionamento em relação à validade dos mesmos (Ritschard et al. 2008; Aisenbrey e Fasang 2010).

A primeira vaga de trabalhos usando *Sequence Analysis*, em particular a variante *Optimal Matching* da qual se tornou praticamente sinónimo, foi aliás recebida de forma particularmente abrasiva (Abbott e Tsay 2000; Levine 2000; Abbott 2000; Wu 2000). Os críticos sustentavam que, em geral, a *Sequence Analysis* e, em particular, o *Optimal Matching* desenvolviam um trabalho “livre de teoria”, o que seria notório desde logo pela inexistência de nexos lógicos entre tempo e custos de transformação das sequências (Levine 2000). Na verdade, é invulgar que as teorias sociológicas especifiquem que distâncias separam os grupos sociais ou as situações individuais (Aisenbrey e Fasang 2010, 430). As distâncias entre grupos e situações são, em geral, de natureza *qualitativa*. Ainda que se admita que as mudanças de grupo ou de estado não estão associadas a distâncias quantificáveis, os procedimentos inicialmente adotados eram efetivamente opacos, arbitrários e incapazes de incorporar custos de transformação teoricamente fundamentados<sup>60</sup>. Outros críticos apontavam o dedo aos critérios para determinar a proximidade entre trajetórias, considerados casuísticos e desprovidos de mecanismos de validação (Wu 2000).

As soluções encontradas em modelos estatísticos são habitualmente validadas através de convenções como  $R^2$  ou intervalos de confiança (Aisenbrey e Fasang 2010, 431)<sup>61</sup>. Pela natureza dos dados contidos numa trajetória, a sua implementação à SA nem sempre é possível. A validação das soluções encontradas foi inicialmente feita através da experimentação de diferentes soluções e da aferição empírica da sua plausibilidade (Abbott e Forrest 1986). Por este motivo, a qualidade dos resultados foi questionada, bem como a sua eficácia relativamente a critérios substantivo-teóricos (Abbott 2000; Nico 2011, 175). Desde o clímax deste debate até à data, a implementação de medidas de validação interna e externa dos *clusters*<sup>62</sup> em conjunto com diversas ferramentas de visualização, tornou mais transparentes os procedimentos (Gauthier et al. 2009; Fasang e Liao 2013; Gauthier 2013).

---

<sup>60</sup> Muito trabalho foi entretanto desenvolvido no sentido de tornar claros os procedimentos. Atualmente estão disponíveis várias estratégias para determinar os custos de substituição em função de critérios teóricos (ver: Gauthier et al. 2009; Aisenbrey e Fasang 2010).

<sup>61</sup> No caso da SA essa validação refere-se à consistência dos *clusters* de sequências, em termos da sua homogeneidade interna e da sua diferenciação. Mas os critérios para determinar o melhor *cut-off* em termos de *clusters*, expressos em estatísticas *standard* como por exemplo a distância Euclidiana, não foram desenhadas tendo em mente dados sequenciais (Aisenbrey e Fasang 2010, 432).

<sup>62</sup> Como o *Pseudo-F* (Calinski e Harabasz, 1974), o *Pseudo-t<sup>2</sup>* (Duda e Hart 1973) e o  $R^2$  (Nargundkar e Olzer 1998) (todos citados por Gauthier et al. (2009)).

Em última análise, o ataque aos fundamentos teóricos da SA relaciona-se com diferentes concepções do que é a ciência, quais os seus métodos e que frutos se podem esperar dela. Abbott (1998) havia referido que a insistência da sociologia no eixo da explicação causal tinha como consequência um subdesenvolvimento do eixo da descrição. Esse déficit resulta numa situação de indigência na implementação dos métodos descritivos multivariados (Lesnard 2006b, 24). No que diz respeito aos métodos quantitativos, o “edifício” científico da sociologia revela um claro enviesamento em favor dos proponentes de modelos de causalidade, que se manifesta tanto na distribuição de recompensas, em termos de posições académicas, como no próprio tipo de ferramentas estatísticas que são mais frequentemente usadas e ensinadas. Na verdade, os pacotes estatísticos atualmente disponíveis para análise de sequências no âmbito das ciências sociais foram desenvolvidos *ad-hoc* por sociólogos, demógrafos e econometristas que se interessam pelo percurso de vida.

As críticas, a que Abbott (2000) mesmo reconhecendo méritos não deixou de responder de forma violenta e irónica, tiveram todavia efeitos positivos. Diversos aperfeiçoamentos técnicos têm dado resposta ao escrutínio crítico, acrescentando flexibilidade aos processos de alinhamento das sequências e permitindo estabelecer relação entre teoria e o significado das distâncias (ver por exemplo: Aisenbrey e Fasang 2010, 427 e segs. ; Gauthier et al. 2009; Gauthier 2013). Com a segunda vaga da SA despontaram um conjunto de novas aplicações para estes métodos. A maior flexibilidade da SA permitiu que ao longo da última década se desenvolvesse um *corpus* de literatura amplo e sólido que, embora centrado na análise do percurso de vida, é já bastante multifacetado (Billari e Piccarreta 2005; Elzinga e Liefbroer 2007; Pollock 2007; Lesnard 2008; Widmer e Ritschard 2009; Gauthier et al. 2010; Lesnard e Kan 2011; Studer et al. 2011; Widmer e Gauthier 2013; Widmer e Ritschard 2013)<sup>63</sup>.

O debate entre defensores da EHA e da SA foi feroz mas, em nossa opinião, algo artificial. Teria sido necessário relembrar o óbvio. Desde logo, as trajetórias são elas mesmas constituídas por transições entre estados e papéis. Se, por um lado, é o calendário e a ordem das transições entre estados que dá lugar a uma trajetória, por outro lado, a transformação de eventos discretos em sequências é quase sempre possível, desde que os eventos estejam indexados temporalmente (Ritschard et al. 2008, 3).

---

<sup>63</sup> Alguns aspetos da SA ainda necessitam de ser aprimorados, nomeadamente a contabilização do tempo nos custos de substituição e a criação de medidas sintéticas para as distâncias entre sequências. Mas a SA é já uma ferramenta consolidada, cujo potencial de desenvolvimento futuro implica aplicação criativa na investigação teoricamente informada (Aisenbrey e Fasang 2010, 451)

A pesquisa empírica que desenvolvemos nos capítulos subsequentes estuda as mudanças e continuidades nos percursos de vida em Portugal, considerando múltiplas facetas que constituem as trajetórias sociais. Isso justificaria que, apesar de não termos uma adesão vinculativa a qualquer uma das “fações”, privilegiássemos a perspectiva teórica-analítica holística e a análise das trajetórias. No entanto, parece-nos salutar, onde e quanto possível, a utilização complementar de elementos das duas tradições. Essa é aliás a posição defendida por Elder quando afirma:

“Transitions refer to changes in status that are discrete and bounded in duration, although their consequences may be long-term. Trajectories are long-term patterns of stability and change, often including multiple transitions that can be reliably differentiated from alternate patterns. Transitions and trajectories are interrelated” (Elder, 1985 citado em George 1993, 385).

Enquanto a *trajetória* descreve as continuidades e o tempo longo, podendo ser declinada em outros conceitos relacionados com a temporalidade (*duração, sequência*), já as *transições* têm um elevado potencial heurístico para compreender a mudança (tanto em termos individuais como inter-individuais). Entrar e sair da escola, entrar no serviço militar, sair de casa dos pais, começar uma relação, ser pai/mãe são exemplos de transições que alteram não só posições relativas e os papéis desempenhados pelos indivíduos como também por aqueles que os rodeiam. A combinação de olhares é ainda mais justificada no caso português em que a perspectiva do percurso de vida permanece um campo com pouca expressão, apesar de esforços recentes (Nico 2011; Wall et al. 2013; Ramos 2014).

Em qualquer caso, as trajetórias (aqui entendidas enquanto sequências de estados) são o elemento central e mais inovador no nosso estudo sobre as trajetórias de vida<sup>64</sup>. Permitem reconstituir a carreira profissional, o histórico de coresidência e de composição familiar, entre outros. A identificação de padrões permite-nos aceder às normas sociais e culturais (através das práticas) bem como aos afastamentos em relação às mesmas. A partir da sua análise podemos avaliar em que medida se verificam os pressupostos atribuídos às transformações do percurso de vida na modernidade tardia, nomeadamente o aumento da variabilidade interindividual nas trajetórias familiares e profissionais (pluralização), ou o desaparecimento de padrões sequenciais fixos e previsíveis (individualização e destandardização).

---

<sup>64</sup> Uma distinção importante para a análise de sequências cronológicas é entre *sequências de estados* e *sequências de eventos*. Um estado, como estar “estar a viver em casal” ou “a viver sozinho”, compreende toda a unidade de tempo considerado. Um evento, como “divórcio” ou “casamento”, não se prolonga no tempo mas provoca uma alteração/transição no estado (podendo ocorrer em simultâneo com outros eventos).

Dando resposta às preocupações expressas na literatura, os procedimentos genéricos utilizados na SA por nós desenvolvida são apresentadas de seguida. Um esclarecimento mais detalhado acerca das nossas opções é oferecido nos capítulos empíricos em que utilizamos a análise sequencial.

### **A Análise Sequencial e das trajetórias de vida**

A estratégia metodológica por nós adotada para identificar as trajetórias é fortemente inspirada pela abordagem ao percurso de vida desenvolvida no NCCR-LIVES<sup>65</sup> (Levy & Widmer, 2013). O primeiro passo da estratégia consiste na *Análise de Sequências* (SA), recorrendo ao método do *Optimal Matching* (Abbott, 1995; Abbott & Forrest, 1986; Abbott & Tsay, 2000)<sup>66</sup>, disponível com o pacote TraMineR para o software estatístico R (Gabadinho et al., 2011). O segundo passo da estratégia passa pela análise de *clusters* sobre as sequências (Gauthier 2013). Essas agregações são “sumários narrativos” de trajetórias individuais que necessitam de ser explicados com base em análise posterior (Pollock 2007, 177).

As comparações viáveis em termos das trajetórias percorridas são limitadas pela longevidade das coortes a que os indivíduos pertencem. Isto significa que embora seja possível estabelecer uma comparação entre as situações atuais de cada inquirido, a duração total das trajetórias individuais (nos vários domínios) *é diferente*, o que limita a extensão das comparações possíveis.

Para cada uma das trajetórias em estudo é necessário definir um alfabeto de estados adequado às questões em estudo. Aquilo que designamos por alfabeto é uma série de símbolos (letras ou números) que categorizam os estados em que cada indivíduo se pode encontrar em cada dimensão do percurso de vida (familiar, profissional, geográfica) (Gauthier et al. 2010, 8). Esta escolha de estados delimita o *campo das possibilidades* e por isso a sua maior ou menor granularidade tem implicações teóricas e metodológicas. Utilizámos categorias abrangentes e inclusivas de modo a considerar a máxima diversidade de situações individuais. Exemplificamos com o procedimento aplicado às trajetórias familiares de coresidência (**Capítulo V**). Neste caso, o alfabeto de situações possíveis tem 13 estados (**QUADRO 2**).

---

<sup>65</sup> Este centro de investigação suíço, anteriormente denominado de PAVIE e do qual fazem parte as Universidades de Lausanne e de Genebra, prestou assessoria ao projeto TFRS 2010 e deu formação na utilização do *software*.

<sup>66</sup> Este método permite um cálculo de um grande número de sequências, possibilitando também identificar correspondências entre elas. Existem outros métodos como por exemplo: o LCS (*Longest Common Subsequence*); o HAM (*Hamming*); ou o HDH (*Hamming Dynamic Hamming*). Para uma revisão detalhada consultar (Gabadinho et al. 2008; Gabadinho et al. 2011; Groh-Samberg e Hertel 2011; Gauthier 2013).

**QUADRO 2 ALFABETO DO INDICADOR DE SITUAÇÃO DE CORESIDÊNCIA**

1/a	Sozinho
2/b	Com os dois pais (com ou sem irmãos)
3/c	Com pai ou mãe (com ou sem irmãos)
4/d	Com os dois pais (com ou sem irmãos) e com outra(s) pessoa(s) (aparentada(s) ou não aparentada(s))
5/e	Com outra(s) pessoa(s) não aparentada(s)
6/f	Em casal sem filho(s)
7/g	Em casal com filho(s)
8/h	Em casal com filho(s) e outra(s) pessoa(s) (aparentada(s) ou não aparentada(s))
9/i	Em casal sem filho(s) e com outra(s) pessoa(s) (aparentada(s) ou não aparentada(s))
10/j	Sozinho com filho(s)
11/k	Sozinho com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)
12/l	Com pai ou mãe e padrasto ou madrasta (com ou sem irmãos)
13/m	Com outra(s) pessoa(s) aparentada(s)

Iluminamos o procedimento a partir de cinco casos fictícios, considerando o período entre os 7 e os 35 anos de idade. A codificação dos estados é apresentada no **QUADRO 3**. A Eva viveu com os pais até 19 anos. Desde os 20 anos que vive com o marido. Aos 30 anos tiveram um filho. Aos 35 anos ficou a viver sozinha com o filho, depois do fim da relação. O Rui viveu com os 2 pais até aos 15 anos. Aos 15 anos foi viver com uns tios. Casou-se com 26 anos e desde aí reside com a mulher. Não têm filhos. O Luís viveu com os pais até aos 24 anos. Com 25 anos foi viver com a namorada. Passados 5 anos tiveram um filho.

A Ana viveu com os pais até aos 22 anos. Com 23 anos foi viver com o namorado. Uma vez que não tinham condições para arrendar uma casa ficaram a viver com os pais dele. Com 32 anos tiveram um filho, ainda estando a viver em casa dos sogros. Aos 34 anos o casal conseguiu arrendar uma casa e lá vivem com o seu filho. O João viveu com a mãe até aos 16 anos de idade. Entre os 17 e os 20 anos viveu com colegas de escola. Entre os 20 e os 21 viveu com uma namorada. Entre os 21 os 28 anos esteve a viver com colegas de trabalho. Entre os 28 e os 29 esteve a viver com a namorada. Passado cerca de um ano tiveram um filho.

**QUADRO 3 REGISTO DA SEQUÊNCIA DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATUAL**

	Idade (anos)																																						
	7			9			10			14			15			19			20			24			25			29			30			34			35		
Eva	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	7	7	7	7	7	10					
Rui	2	2	2	2	2	2	2	2	2	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6				
Luís	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	6	6	6	6	6	6	7				
Ana	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2				
João	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	5	5	5	5	6	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6	7	7	7	7	7	7			

## A atribuição de custos

A ideia subjacente à análise sequencial é que é possível calcular a diferença mínima (ótima) entre sequências individuais (Levenshtein 1966). O cálculo de distâncias entre as sequências é obtido através de algoritmos de alinhamento das sequências. Para o alinhamento das sequências podem ser necessárias diversas operações: substituição, inserção ou eliminação (INDEL). Cada uma destas operações tem um custo/valor específico. A distância entre duas sequências corresponde ao valor (ponderado) do total de operações necessárias para transformar uma sequência em outra (Gauthier 2013, 44). Existem duas modalidades de cálculo das distâncias relativas: uma modalidade dedutiva que calcula a proximidade de cada sequência observada em relação a uma ou várias sequência ideal-típicas, que correspondem a determinados “modelo biográficos”; uma modalidade indutiva que compara todos os pares de sequências (Wiggins et al. 2007; Gauthier et al. 2010; McMunn et al. 2015). No nosso caso optámos pela modalidade indutiva.

O cálculo do custo dessas operações, a partir de uma matriz de distâncias, é um dos aspetos polémicos da metodologia, na medida em que os custos são definidos pelo utilizador em cada análise (Abbott e Hrycak 1990; Levine 2000; Wu 2000; Abbott e Tsay 2000). Existem três modalidades possíveis para a determinação dos custos (Bühlmann 2008, 78; Gauthier et al. 2009; Aisenbrey e Fasang 2010). A primeira consiste em usar custos fixos. Por exemplo, considerar os custos de substituição como 1 e os custos de INDEL como 0,5 uma vez que a substituição é, em termos práticos, a combinação de uma inserção e de uma eliminação. A segunda modalidade envolve fixar os diferentes custos de acordo com um modelo teórico que associa uma maior dificuldade ou custo a determinadas transições. Uma terceira modalidade passa pela determinação dos custos na inversa frequência da sua observação empírica. Assim nos *transition based costs* as transições mais frequentes têm custo menor do que as transições mais incomuns. Mas em termos práticos o algoritmo de base do *Optimal Matching* tende a produzir resultados muito idênticos independentemente da matriz de custos. Relativamente às trajetórias de coresidência optámos por uma estratégia que maximize a diferença entre estados (custos INDEL fixados em 3).

O grau de semelhança/dissemelhança entre as sequências é calculado a partir do número de operações necessárias para transformar uma trajetória noutra trajetória. A próxima tabela apresenta a matriz de distâncias emparelhadas entre os cinco indivíduos do nosso exemplo (**QUADRO 4**). Podemos dizer que as trajetórias mais próximas são a do Luís e da Eva (distância=18). De facto, entre os 7 e os 35 anos apenas em 6 anos há descoincidência entre os

estados. Já as trajetórias mais díspares são a do João e da Ana (distância=87). Enquanto a Ana tem uma sequência de estados que passa por situações de complexidade familiar, o João tem uma trajetória intrincada com períodos de vida com filho numa família monoparental, de vida com colegas, de experimentalismo conjugal e mais recentemente de vida com a companheira e filho.

**QUADRO 4 EXEMPLO DE DISTÂNCIAS EMPARELHADAS NAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES ENTRE OS 7 E OS 35 ANOS**

	Eva	Rui	Luís	Ana	João
Eva	0	51	18	48	66
Rui	51	0	51	63	60
Luís	18	51	0	33	66
Ana	48	63	39	0	87
João	66	60	66	87	0

A partir desta matriz de distâncias procedemos finalmente à análise comparativa das sequências. A identificação de padrões nas sequências foi conseguida recorrendo à análise de *clusters*, tendo sido utilizado o método de Ward (1963)<sup>67</sup>. A criação de tipologias de percurso de vida é uma forma eficiente de sintetizar a diversidade das vidas individuais num conjunto limitado de padrões. O processo de criação de tipologias resulta, na maior parte dos casos, num pequeno conjunto de tipos claramente definidos e em alguns casos mais heterogéneos e menos definidos.

Na escolha do número de *clusters* (i.e. tipos de trajetória) foram ponderados diversos fatores. Em termos técnicos, a decisão foi coadjuvada pelo teste Sillouette (Rousseeuw 1987). No entanto, a seleção das trajetórias não pode resultar de um mero critério matemático. De forma parcimoniosa, as trajetórias apuradas devem expressar a diversidade presente na amostra e no universo que a mesma representa. Por outro lado têm de fazer sentido tanto à luz da teoria como do conhecimento empírico disponível. Finalizando o nosso exemplo, as trajetórias foram classificadas na tipologia de trajetórias familiares da seguinte forma; Eva - *parental precoce*, Rui e Luís - *parental tardia*, Ana - ‘da parental à complexa’; e João - *monoparental na origem*.

<sup>67</sup> Este método permite uma aglomeração de dados que, simultaneamente, maximiza a as diferenças entre grupos e minimiza as diferenças intra-grupais. Em comparação com outros tipos de procedimentos de *clustering*, este procedimento tende a identificar um pequeno número de grupos de dimensão relativamente uniforme. Por isso é adequado a identificação dos principais subgrupos, embora não seja muito sensível a pequenos subgrupos específicos.

### **Procedimentos estatísticos complementares**

Diferentes estratégias têm sido utilizadas para explicar os mecanismos implícitos às trajetórias ou para explorar a relação entre diferentes trajetórias de vida. Uma estratégia comum passa por usar uma tipologia unidimensional identificada na SA como variável dependente em modelos de regressão logística (Gauthier et al. 2010). As variáveis preditoras são características “fixas” (sexo, coorte etária, classe social na origem, local de nascimento) ou eventualmente outras trajetórias (Widmer, Ritschard, e Müller 2009; Wall et al. 2013). Embora esta estratégia seja frequentemente incontornável ela apresenta duas limitações. Por um lado desaproveita informação longitudinal que está presente nas variáveis preditoras (Gauthier et al. 2010). Por outro lado torna a riqueza descritiva e exploratória dos métodos longitudinais cativa das suposições subjacentes ao paradigma da causalidade e às necessidades da inferência estatística (Abbott 1998; Lesnard 2006a). Algumas das características que podem ser consideradas como preditoras evoluíram em paralelo com aquilo que se pretende explicar. Isso torna difícil identificar a direccionalidade na relação, *i.e.*, saber o que influenciou o quê.

Uma segunda alternativa é a combinação de resultados de trajetórias obtidas de forma independente. Esta opção é menos parcimoniosa e tende a criar tipologias artificiais (Gauthier et al. 2010, 6). Uma terceira possibilidade é a *Multi Channel Sequence Analysis* (MCSA), uma extensão da *Sequence Analysis* para várias dimensões de análise (Pollock 2007). Na MCSA cada indivíduo está associado a dois ou mais domínios, cada um correspondendo a uma trajetória individual específica (familiar, profissional, geográfica ou afetiva) ou a diferentes dimensões do mesmo domínio (por exemplo tipo de contrato, profissão e hierarquia no trabalho).

A MCSA implementa dois dos princípios da perspectiva do percurso de vida (Gauthier et al. 2010). Em primeiro lugar, o princípio das *vidas interligadas*, segundo o qual os indivíduos participam simultaneamente em várias esferas da vida social, sendo a evolução em cada uma delas interdependente da evolução na(s) outra(s). Em segundo lugar, o princípio do *desenvolvimento ao longo da vida* que considera a longevidade e a variabilidade dessa interdependência (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002). No nosso caso, aplicámos a MCSA em duas situações distintas: à ligação entre trajetória profissional e familiar; e à relação entre emprego e profissão. Como se verá, embora os argumentos em favor da primeira utilização fossem evidentes, na prática o procedimento nem sempre acrescenta conhecimento. A segunda aplicação, inspirada por Buhmann (2013), visa trabalhar a relação entre emprego e



trabalho em diferentes contextos económicos, sociais e institucionais, pois a análise isolada de indicadores como profissão ou da situação contratual é insuficiente para dar conta da evolução das carreiras individuais e das transformações no mercado de trabalho.

Outra técnica a que recorremos foi à Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). A ACM é uma técnica multivariada desenvolvida para perceber a interdependência entre variáveis categoriais e um conjunto de atributos (também categoriais) relevantes para o investigador (Hirschfeld 1935; Benzécri 1992; Greenacre 2007; Carvalho 2008). A ACM desenvolve-se a partir de uma tabela Burt (ou tabelas de contingência da distribuição das variáveis). O cálculo dessa tabela produz um conjunto de eixos fatoriais, tendo cada eixo um valor próprio que traduz a contribuição dos mesmos na explicação das dimensões em estudo. Para além do peso da sua contribuição e capacidade discriminante, a escolha dos eixos depende do critério do investigador e dos objetivos da pesquisa. É possível saber qual o seu contributo de cada variável para cada um dos eixos bem como quais as suas coordenadas posicionais. As variáveis usadas para definir o espaço da ACM denominam-se como *variáveis ativas*, enquanto as variáveis que apenas são projetadas no espaço são denominadas como *variáveis passivas*.

Esta técnica, já consolidada no domínio das ciências sociais, proporciona a representação gráfica de uma estrutura de tabulações cruzadas, lançando luz sobre mecanismos subjacentes<sup>68</sup>. Os mapas percetuais dão conta da relação entre diferentes variáveis sem imputação de causalidade. A projeção no espaço geométrico bidimensional permite assim visualizar a proximidade/distância entre os mesmos. Essa é a principal justificação para o recurso da técnica, uma vez que a aplicação de modelos de explicação causal nos parece problemática e contraditória com o estudo do percurso de vida, de acordo com os pressupostos que enunciámos. Ao longo deste trabalho outras técnicas e medidas são utilizadas, sendo apresentada uma descrição mais específica dos procedimentos onde se justifique. Excetuando a *Análise Sequencial*, os restantes tratamentos estatísticos foram produzidos em SPSS.

---

<sup>68</sup> Utilizámos o método de normalização *variable principal*, que salienta a distância entre objetos.

## ***Operacionalização dos principais conceitos e indicadores***

### **A trajetória familiar de coresidência**

A trajetória de coresidência permite descrever a variação da composição do agregado doméstico ao longo do tempo e, dessa forma, permite uma aproximação às trajetórias familiares. Na trajetória de coresidência estão contidas as transições familiares mais significativas (saída de casa dos pais, entrada na conjugalidade e entrada na parentalidade). A descrição da trajetória de coresidência foi suscitada com a pergunta: “Agora gostaria de saber com quem viveu ao longo da sua vida. Comece pelas pessoas com quem vivia quando nasceu. Indique todas as pessoas, uma a uma.” Foi apresentada uma lista de pessoas para apoio à resposta, registando o entrevistador os códigos correspondentes numa folha idêntica à apresentada no **QUADRO 5**.

Utilizamos o exemplo da Joana no preenchimento desse quadro. Quando a Joana nasceu ficou a viver com o pai e a mãe. Aos 2 anos de idade nasceu um irmão, alargando o agregado para 4 pessoas. A avó paterna, que tinha ficado viúva e estava com problemas de saúde, veio viver junto do seu filho, nora e netos quando a Joana tinha 11 anos. Pouco depois de completar 26 anos a Joana foi viver com o namorado. Continuam a viver juntos atualmente e não têm filhos.

### **A trajetória de trabalho e de emprego**

A trajetória de trabalho e emprego foi introduzida com a seguinte formulação: “Gostaria agora que falasse sobre o que fez ao longo da vida: os momentos em que estudou e trabalhou ao mesmo tempo, as profissões que exerceu, as mudanças de emprego ou de categoria profissional, os períodos em que esteve em casa ou esteve desempregado(a), etc.”. As trajetórias foram registadas como exemplificado no **QUADRO 6**. Retomando o nosso exemplo, aos 7 anos a Joana estava no ensino primário. Continuou a estudar até aos 23 anos. A partir dos 19 anos, trabalhou em part-time como entrevistadora, enquanto frequentava a universidade. Após concluir o ensino superior, com 23 anos, conseguiu rapidamente emprego como jurista estagiária numa empresa de seguros. No ano seguinte foi contratada pela mesma empresa. Aos 27 anos foi promovida, vendo a sua situação profissional estabilizada e sendo-lhe confiada a coordenação de uma equipa do contencioso. Volvidos 4 anos, a empresa foi adquirida por uma multinacional e, tendo a equipa de contencioso sido considerada redundante, a Joana perdeu o emprego. Após quase um ano desempregada conseguiu colocação numa mediadora de seguros onde, até à data, coordena o contacto com os clientes.

QUADRO 5 EXEMPLO DE REGISTO DE TRAJETÓRIA DE CORESIDÊNCIA

“Agora gostaria de saber com quem viveu ao longo da sua vida.”

A15 Comece pelas pessoas com quem vivia quando nasceu. Indique todas as pessoas, uma a uma. (REGISTAR O CÓDIGO DE TODAS AS PESSOAS COM QUEM VIVEU)

A15.1 Que idade tinha quando houve alguma mudança nas pessoas com quem vivia (por exemplo, nascimento de um irmão, avó que faleceu, passou a viver num colégio,...)? (REGISTAR A IDADE)

A15.2 Poderia dizer-me todas as pessoas, uma a uma, com quem vivia nessa altura, mesmo que algumas dessas pessoas tenham continuado as mesmas? (REGISTAR OS CÓDIGOS DE TODAS AS PESSOAS COM QUEM VIVIA NESSA ALTURA)

ENTREVISTADOR:- REPETIR O PROCEDIMENTO PARA TODAS AS IDADES EM QUE SE VERIFICOU ALTERAÇÃO DO AGREGADO DOMÉSTICO.

- NO CASO DE HAVER VÁRIAS PESSOAS COM O MESMO LAÇO (EX. IRMÃO OU FILHO) REPETIR O CÓDIGO.

- NO CASO DO ENTREVISTADO VIVER EM DOIS AGREGADOS DOMÉSTICOS DIFERENTES AO LONGO DO MESMO ANO, ASSINALAR AQUELE QUE DUROU MAIS TEMPO, OU NO CASO DE TEREM UM PERÍODO DE TEMPO EQUIVALENTE ASSINALAR RELATIVAMENTE AO ÚLTIMO. INCLUIR SÓ PESSOAS COM QUEM O ENTREVISTADO TENHA VIVIDO REGULARMENTE.

A15.1 IDADE	AGREGADO DOMÉSTICO			OUTRA SITUAÇÃO
	A15.2 PESSOAS COM QUEM VIVIA?			
0 ANOS	Pessoa 1 ..... <b>3</b>	Pessoa 6	Pessoa 11	‘ _ _ ’ _ _ ’
	Pessoa 2 ..... <b>4</b>	Pessoa 7	Pessoa 12	
	Pessoa 3	Pessoa 8	Pessoa 13	
	Pessoa 4	Pessoa 9	Pessoa 14	
	Pessoa 5	Pessoa 10	Pessoa 15	
2 ANOS	Pessoa 1 ..... <b>3</b>	Pessoa 6	Pessoa 11	‘ _ _ ’ _ _ ’
	Pessoa 2 ..... <b>4</b>	Pessoa 7	Pessoa 12	
	Pessoa 3 ..... <b>7</b>	Pessoa 8	Pessoa 13	
	Pessoa 4	Pessoa 9	Pessoa 14	
	Pessoa 5	Pessoa 10	Pessoa 15	
11 ANOS	Pessoa 1 ..... <b>3</b>	Pessoa 6	Pessoa 11	‘ _ _ ’ _ _ ’
	Pessoa 2 ..... <b>4</b>	Pessoa 7	Pessoa 12	
	Pessoa 3 ..... <b>7</b>	Pessoa 8	Pessoa 13	
	Pessoa 4 ..... <b>10</b>	Pessoa 9	Pessoa 14	
	Pessoa 5	Pessoa 10	Pessoa 15	
26 ANOS	Pessoa 1 ..... <b>2</b>	Pessoa 6	Pessoa 11	‘ _ _ ’ _ _ ’
	Pessoa 2	Pessoa 7	Pessoa 12	
	Pessoa 3	Pessoa 8	Pessoa 13	
	Pessoa 4	Pessoa 9	Pessoa 14	
	Pessoa 5	Pessoa 10	Pessoa 15	

LISTA DE PESSOAS E GRUPOS DE PESSOAS A INCLUIR NO AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	
1. SOZINHO	33. TIA
2. CÔNJUGE / COMPANHEIRO (A) / NAMORADO(A)	34. PRIMO
3. PAI	35. PRIMA
4. MÃE	36. SOBRINHO
5. FILHO	37. SOBRINHA
6. FILHA	38. SOBRINHO-NETO
7. IRMÃO	39. SOBRINHA-NETA
8. IRMÃ	40. PADRINHO
9. AVÔ	41. MADRINHA
10. AVÓ	42. AFILHADO
11. SOGRO	43. AFILHADA
12. SOGRA	44. AMIGO
13. BISAVÔ	45. AMIGA
14. BISAVÓ	46. EMPREGADA DOMÉSTICA
15. NETO	47. COLEGA
16. NETA	48. SENHORIO
17. BISNETO	49. HÓSPEDE
18. BISNETA	50. PATRÃO(OA)
19. PADRASTO	51. OUTRA PESSOA
20. MADRASTA	
21. FILHO DE PADRASTO / MADRASTA	LISTA DE OUTRAS SITUAÇÕES
22. FILHA DE PADRASTO / MADRASTA	52. RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES
23. ENTEADO	53. HOSPITAL
24. ENTEADA	54. COLÉGIO
25. NORA	55. LAR
26. GENRO	56. PENSÃO / HOTEL
27. MEIO-IRMÃO	57. PRISÃO
28. MEIA-IRMÃ	58. CASA DE CORREÇÃO (CENTRO EDUCATIVO)
29. CÔNJUGE DO IRMÃO(Ã) (DO EGO OU CÔNJUGE)	
30. IRMÃO DO CÔNJUGE	
31. IRMÃ DO CÔNJUGE	
32. TIO	

**QUADRO 6 EXEMPLO DE REGISTO DE TRAJETÓRIA DE TRABALHO E EMPREGO**

Gostaria agora que falasse sobre o que fez ao longo da vida: os momentos em que estudou, em que estudou e trabalhou ao mesmo tempo, as profissões que exerceu, as mudanças de emprego ou de categoria profissional, os períodos em que esteve em casa ou esteve desempregado(a), etc....

Começemos pelo o que fazia quando tinha 7 anos.

A7 Qual era a sua situação – estudava, estudava e trabalhava ...? (MOSTRAR LISTA 1 – REGISTRAR O CÓDIGO DA LISTA DE APOIO AO ENTREVISTADOR) (UMA SÓ RESPOSTA)

A8 Qual era a sua profissão principal? Descreva detalhadamente o que fazia e a sua categoria profissional ou o cargo que exercia. (EM SITUAÇÕES EM QUE O ENTREVISTADO REFERE DOIS EMPREGOS/TRABALHOS, PEDIR PARA SE REFERIR AO PRINCIPAL. DESCREVER DETALHADAMENTE!)

A9 Quantas horas trabalhava por semana? (AS HORAS DE TRABALHO INCLUEM HORAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIAS REMUNERADAS E NÃO REMUNERADAS SE O NÚMERO DE HORAS FOR VARIÁVEL AO LONGO DE UM CERTO PERÍODO NO EXERCÍCIO DE DETERMINADA PROFISSÃO/EMPREGO, PERGUNTAR EM MÉDIA O Nº DE HORAS DE TRABALHO POR SEMANA. O Nº DE HORAS DE TRABALHO NÃO INCLUI O HORÁRIO DE ALMOÇO. SE O ENTREVISTADO CONSIDERA QUE HOUVE UMA MUDANÇA MUITO SIGNIFICATIVA DAS HORAS DE TRABALHO, POR EXEMPLO TRABALHAVA A TEMPO INTEIRO E PASSOU A TRABALHAR EM PART-TIME, PODE MUDAR DE LINHA)

A10 Qual era a sua situação na profissão (trabalhava por conta de outrem, conta própria, era patrão, etc.)? (MOSTRAR LISTA 2) (UMA SÓ RESPOSTA)

A11 (FAZER APENAS PARA QUEM É PATRÃO) E quantos empregados tinha? (SE O ENTREVISTADO É PATRÃO, PERGUNTAR O Nº DE EMPREGADOS)

A12 (FAZER APENAS PARA QUEM NÃO É PATRÃO) E era responsável pelo trabalho de outras pessoas? (UMA SÓ RESPOSTA)

A12.1 Se sim, quantas?

A13 (PERGUNTAR APENAS A QUEM TRABALHA POR CONTA DE OUTREM OU É FAMILIAR NÃO REMUNERADO) E qual era a sua situação contratual (sem contrato, com contrato limitado ou ilimitado)? (UMA SÓ RESPOSTA)

A7a E que idade tinha quando mudou de atividade ou de profissão ou de categoria profissional? (REGISTAR AS MUDANÇAS DE ATIVIDADE, NA PROFISSÃO PRINCIPAL E NA CATEGORIA / CARGO PROFISSIONAL AO LONGO DA VIDA DO ENTREVISTADO ATÉ AO MOMENTO PRESENTE.)

		FAZER APENAS PARA QUEM TRABALHAVA OU ESTÁ A TRABALHAR						
A7a IDADE	A7 SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO	A8 PROFISSÃO PRINCIPAL	A9 Nº HORAS/ SEMANA)	A10	A11 (REGISTAR O Nº EMPREGADOS)	A12 RESPONSÁVEL	A12.1 Nº PESSOAS DE QUEM ERA RESPONSÁVEL	A13 TIPO DE CONTRATO
7 ANOS	ESTUDAR	-	-	-	-	-	-	-
19 ANOS	ESTUDAR E TRABALHAR	Entrevistadora num Call Center	24	Conta de outrem ..... <b>1</b>	-	Não ..... <b>2</b>	-	Contrato limitado ..... <b>2</b>
23 ANOS	TRABALHAR	Jurista (estagiária)	40	Conta de outrem ..... <b>1</b>	-	Não ..... <b>2</b>	-	Contrato limitado ..... <b>2</b>
24 ANOS	TRABALHAR	Jurista	40	Conta de outrem ..... <b>1</b>	-	Não ..... <b>2</b>	-	Contrato limitado ..... <b>2</b>
27 ANOS	TRABALHAR	Jurista	40	Conta de outrem ..... <b>1</b>		Sim..... <b>2</b>	5	Contrato ilimitado .... <b>3</b>
31 ANOS	DESEMPREGADA	-	-	-	-	-	-	-
32 ANOS	TRABALHAR	Jurista	36	Conta de outrem ..... <b>1</b>		Sim..... <b>2</b>	3	Contrato ilimitado .... <b>3</b>

## Os indicadores de classe social

A multidimensionalidade das desigualdades sociais relevantes no vasto panorama teórico das classes e da estratificação social não é sintetizável num único indicador. Mesmo as propostas que conjugam critérios materiais, simbólicos e políticos (a relação com a propriedade, o tipo de credenciais e o grau de autonomia), estão longe de reunir unanimidade. A escolha de um instrumento analítico para desenvolver uma análise sociológica das classes sociais numa determinada sociedade é uma questão que não pode ser dirimida atendendo meramente às capacidades preditivas de cada esquema classificatório: isso corresponderia a abandonar o papel de comando da teoria (Almeida e Pinto 1975).

Na sociologia portuguesa, o estudo das classes e da estratificação social é um dos “domínios clássicos duradouros” (Machado 2009), intimamente relacionado com o seu desenvolvimento e autonomização enquanto disciplina científica autónoma (Pinto 2004). Por este motivo é uma temática rica em termos teóricos, metodológicos e produção empírica. Ao longo das últimas três décadas, a análise de classes sociais e da estratificação social tem-se organizado fundamentalmente em torno de duas grandes linhas de investigação: CIES-ISCTE e CES-UC (Nunes 2008; Silva 2009)<sup>69</sup>. As diferenças entre estas duas abordagens são relevantes, tanto em termos epistemológicos, como de fundamentação teórica, como ainda de estratégias metodológicas, o que tem repercussão tanto nos resultados obtidos como nas interpretações dos mesmos.

A linha mais produtiva é a que parte do trabalho de autores procedentes do CIES-ISCTE<sup>70</sup>. A abordagem preconizada por esta linha de investigação sustenta-se numa forte articulação entre teoria e empiria. É conferida uma particular importância aos aspetos simbólicos, prevalecendo o social na explicação do cultural. Dentro desta perspetiva, as classes e as desigualdades sociais são uma das dimensões explicativas mais significativas (Machado 2009). Em termos teóricos combinam-se elementos das teorias marxistas, weberianas e funcionalistas, bem como das propostas de síntese entre ação e estrutura, sejam elas as da *estruturação* de

---

<sup>69</sup> Apesar da preponderância (e maior fecundidade) das duas linhas de análise já referidas existem outras propostas merecedoras de atenção. Por exemplo, o trabalho de Cabral (1998) desenvolve uma análise que relaciona estrutura, mobilidade social e atitudes de classe na realidade portuguesa, a partir da proposta de Golthorpe 1992). Já Silva (2009) parte de uma matriz marxista mas entende que uma concepção multidimensional de classe que operacionalize os três critérios propostos por Wright (económico, organizacional e credencial) deve preservar a prioridade do critério económico. Defende um refinamento das tipologias de forma a não empolar artificialmente a pequena burguesia tradicional (pequenos proprietários e comerciantes) e a nova pequena burguesia (gestores e diplomados).

<sup>70</sup> Da qual está também próximo o ICS-UL e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O ponto de partida foi o trabalho de J.F. de Almeida (1984, 1986) sobre *Classes Sociais nos Campos*. A este autor juntaram-se António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado formando estes o núcleo central de uma equipa mais numerosa.

Giddens (1984), ou as da *teoria da prática* de Bourdieu 2002 [1972]). A problematização e os instrumentos analíticos propostos por esta linha de investigação foram aperfeiçoados ao longo de diversos projetos de investigação (Almeida, Costa, e Machado 1988; Almeida, Costa, e Machado 1994; Machado e Costa 1998; Costa et al. 2000; Machado et al. 2003). Um dos elementos-chave desta proposta é a utilização do grupo doméstico de origem como unidade de análise da localização de classe e da mobilidade social, reconhecendo-se assim o papel do mesmo nas trajetórias de vida e nos modos de pensar e agir dos indivíduos.

A sociologia desenvolvida a partir do CES sustenta-se epistemologicamente nas teses da pós-modernidade (Machado 2009). A problemática de fundo na análise das classes sociais é a relação entre dominação e emancipação (e não o binómio estrutura-ação). A perspetiva desenvolvida por Estanque e Mendes (Mendes 1997; Estanque 1997; Estanque e Mendes 1998) nos seus estudos sobre a estrutura classista da sociedade portuguesa adota uma orientação marxista, que se apoia na trabalho de Wright e na sua tipologia de lugares de classe<sup>71</sup>.

Tendo presente o balanço teórico-metodológico que desenvolvemos anteriormente, optámos por ter como referência de partida o *indicador socioprofissional de classe* desenvolvido por Almeida, Costa e Machado (ACM) (Machado, Costa, e Almeida 1989; Almeida, Costa, e Machado 1990; Almeida, Costa, e Machado 1994; Costa 1999; Costa et al. 2000; Machado et al. 2003; Almeida, Machado, e Costa 2007). A articulação de indicadores da proposta ACM resulta numa tipologia classificatória agregada que, na versão mais comum, é constituída por sete categorias: empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL); profissionais técnicos e de enquadramento (PTE); trabalhadores independentes (TI); agricultores independentes (AI); empregados executantes (EE); operários (OI); e assalariados agrícolas (AA).

---

<sup>71</sup> A orientação teórica neomarxista do trabalho desta equipa assenta essencialmente na proposta de Wright (1985, 1997), tendo a equipa trabalhado diretamente com Erik Olin Wright em 1992 no projeto de investigação internacional *Class Structure and Class Conscience* que visava comparar as estruturas de classe de países tão diferentes como Portugal, Espanha, Suécia e Estados Unidos.

A possibilidade de captar as dinâmicas dos diferentes sectores de atividade e contextos de interação reveste-se de particular importância para compreender as trajetórias sociais numa sociedade como a portuguesa, marcada pelas rápidas transformações que se documentam nos próximos capítulos. A tipologia ACM permite diferenciar entre as categorias de assalariamento na agricultura, na indústria e nos serviços, algo que não é logrado pela tipologia neomarxista de Wright (1985, 1997). Na proposta de Wright os assalariados estão agrupados num amplo proletariado, o que obscurece as suas clivagens internas, tanto em termos de recursos como de subjetividades e contextos laborais. Em termos práticos, resulta em categorias de efetivos desproporcionais, com uma excessiva desagregação nas “classes médias” e uma insuficiente desagregação das “classes populares”, o que resultam também em distribuições estatísticas muito desequilibradas (Machado et al. 2003). Na tipologia ACM as classes populares ou proletariado decompõem-se em empregados executantes (EE), operários industriais (OI) e assalariados agrícolas (AA), opção justificada por critérios teóricos e pertinência substantiva, que vão dos fenómenos de reestruturação socioeconómica à diferenciação sexual na ocupação dos lugares de classe.

A tipologia ACM permite procedimentos de agregação ou desagregação das categorias segundo os objetos e níveis de análise (Machado et al. 2003, 53). Permite ainda classificar indivíduos e grupos doméstico (atual e de origem), algo que não é logrado pela proposta de Wright, centrada no indivíduo e no ponto de produção (Machado et al. 2003, 53). Introduzimos no entanto uma variante em relação à forma como a tipologia é habitualmente operacionalizada ao nível do indivíduo. Uma parte substancial dos trabalhos empíricos sobre as classes sociais adota o homem como referente do casal, privilegiando a relação deste com o mundo do trabalho, no denominado critério “convencional” para classificação de indivíduos e famílias. A tipologia ACM ultrapassa esse problema nos grupos domésticos utilizando critérios de “dominância” ou “conjugação” dos capitais que são neutros relativamente ao género (Machado et al., 2003). Aceitando os critérios propostos pela matriz ACM julgamos importante ainda assim evidenciar na análise a situação de domésticas, trabalhadoras não remuneradas que cuidam dos filhos e outros membro da família, tal como defendido por Silva (Silva 2009, 137-138) pela importância que assumem na (re)produção da estrutura social. Assim, sempre que isso seja possível, damos visibilidade à situação das domésticas.

**QUADRO 7 MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES DE CLASSE INDIVIDUAIS – INDICADOR SOCIOPROFISSIONAL DE CLASSE**

	Classificação Portuguesa de Profissões (CNP1994)	Patrão	T. Conta Própria/ T. Familiar	T. Conta Outrem
1	Representantes do poder legislativo e executivo, diretores e gestores executivos	EDL	EDL	EDL
2	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4	Pessoal administrativo	EDL	TI	EE
5	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	EDL	TI	EE
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	EDL	AI	AA
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	EDL	TI	OI
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	OI
9	Trabalhadores não qualificados			
9.1	Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
9.2	Trabalhadores não qualificados da agricultura e pesca	EDL	AI	AA
9.3	Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes	EDL	TI	OI

(Machado et al., 2003)

Reconhecendo a centralidade que o grupo doméstico de origem assume na mobilização e transmissão de recursos, materiais e outros, é imperativo que o tomemos como unidade de análise da classe e das trajetórias sociais. A operacionalização da posição de classe da família leva igualmente em conta indicadores socioprofissionais, neste caso de ambos os progenitores. Optando pelo algoritmo ACM, o procedimento tem a vantagem de não estabelecer uma hierarquia de género na determinação da classe do grupo doméstico de origem, sendo utilizado um critério que valoriza o tipo de capital dominante ou a conjugação de capitais entre os progenitores (Machado et al. 2003).

**QUADRO 8 MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR FAMILIAR DE CLASSE**

Mulher	Homem						
	EDL	PTE	TI	AI	EE	OI	AA
EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL
PTE	EDL	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE
TI	EDL	PTE	TI	Tipl	Tipl	Tipl	Tipl
AI	EDL	PTE	Tipl	AI	AIpl	AIpl	AIpl
EE	EDL	PTE	Tipl	AIpl	EE	AEpl	AEpl
OI	EDL	PTE	Tipl	AIpl	AEpl	OI	AEpl
AA	EDL	PTE	Tipl	AIpl	AEpl	AEpl	AA



**QUADRO 9 TIPOLOGIA DE CLASSES INDIVIDUAL E FAMILIAR**

Individual		De Casal		
		Completa		Simplificada
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	EDL	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	EDL	EDL
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	PTE	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	PTE	PTE
Trabalhadores Independentes	TI	Trabalhadores Independentes	TI	
Agricultores Independentes	AI	Trabalhadores Independentes Pluriativos	Tipl	
Empregados Executantes	EE	Agricultores Independentes	AI	Indep.
Operários Industriais	OI	Agricultores Independentes Pluriativos	Aipl	
Assalariados Agrícolas	AA	Empregados Executantes	EE	EE
Domésticas	D	Operários Industriais	OI	O
		Assalariados Agrícolas	AA	
		Assalariados Executantes Pluriativos	AEpl	EE

Recorremos também aos *indicadores socio-educacionais*, que permitem captar um outro tipo de capitais que, pela sua distribuição desigual não deixarão de produzir efeitos específicos tanto nas trajetórias dos indivíduos, como nas suas representações, disposições e sistemas classificatórios (Costa 1999). Estes indicadores foram construídos tanto para os indivíduos, como para cada um dos seus progenitores. Em geral, foram considerados seis escalões: nenhuma escolaridade; 4<sup>a</sup> classe; 6<sup>o</sup> ano; 9<sup>o</sup> ano; 12<sup>o</sup> ano; e Ensino Superior.

## Atitudes face à vida familiar e aos papéis de género

As atitudes em relação à vida familiar e aos papéis de género fornecem alguns elementos que permitem compreender o contexto cultural e normativo das coortes em que os indivíduos se integram. A secção D do questionário incluía 12 questões em relação a atitudes face à família que foram adaptadas do *European Values Study* (1999) e do Módulo Família e Papéis de Género do *International Social Survey Programme* (2002). Foi pedido aos inquiridos que se posicionassem em relação a cada um dos itens, utilizando para tal uma escala de Likert com cinco pontos. Foi pedido que reportassem também a posição dos seus pais em relação ao mesmo assunto. Na nossa análise apenas utilizámos as atitudes do indivíduo (as percentagens de ‘concordo’ + ‘concordo totalmente’ e as médias). A questão foi apresentada da seguinte forma:

### QUADRO 10 ESCALA DE ATITUDES EM RELAÇÃO À VIDA FAMILIAR E AOS PAPÉIS DE GÉNERO

**D1** Para cada uma das afirmações que lhe vou ler gostaria que me dissesse em que medida concorda ou discorda com ela; **D2** E em que medida acha que a sua mãe concordaria ou discordaria com a afirmação?; **D3** E em que medida acha que o seu pai concordaria ou discordaria com a afirmação?

	D1 (próprio)					D2 (mãe)					D3 (pai)				
	Discorda totalmente	Discorda	Nem concorda, nem discorda	Concorda	Concorda totalmente	Discorda totalmente	Discorda	Nem concorda, nem discorda	Concorda	Concorda totalmente	Discorda totalmente	Discorda	Nem concorda, nem discorda	Concorda	Concorda totalmente
Uma mulher é livre de decidir não ter filhos	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Numa família, compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Quando duas pessoas tencionam casar é boa ideia viverem juntas antes do casamento	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
A família está acima de tudo, os amigos e as outras pessoas não têm a mesma importância.	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Uma criança pequena sofre se a mãe trabalhar fora de casa (a tempo inteiro)	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Um homem sozinho pode criar um filho tão bem como uma mulher sozinha	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Quando as pessoas têm filhos devem casar	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Casais de homossexuais e lésbicas deveriam ter os mesmos direitos dos outros casais, incluindo a adoção	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Quando os filhos são pequenos é mau um casal divorciar-se	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Uma pessoa precisa de ter filhos para se sentir realizada	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
O mais importante para qualquer mulher é ter um lar e filhos	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Num casal, marido e mulher devem fazer tudo juntos	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

### **Informação sociodemográfica acerca dos grupos domésticos (de origem e atual)**

O questionário incluía na sua última secção um conjunto de questões de caracterização sociodemográfica do indivíduo, bem como acerca dos seus progenitores e eventuais irmãos e netos. Em relação a cada um dos progenitores foi perguntado: se se encontravam vivos; a sua situação conjugal; o nível de escolaridade mais elevado que completaram; a principal atividade profissional; a condição perante o trabalho e situação contratual ao longo da vida. Foi perguntado aos inquiridos quantos irmãos e irmãs tiveram e se ainda se encontravam vivos. Foi igualmente perguntado se tinham netos e em caso de resposta positiva qual o seu sexo e ano de nascimento.

A secção A - Trajetórias de vida também permitiu fixar informação sociodemográfica relativamente ao cônjuge (atual ou último) e aos filhos do inquirido. Em relação ao cônjuge foi perguntado: ano de nascimento; nível de escolaridade mais elevado que completou; a principal atividade profissional, condição perante o trabalho e situação contratual ao longo da vida. Foi perguntado qual o grau de formalização da relação (casamento - civil ou religioso - ou união de facto) e em caso da relação não se manter qual o desfecho (separação, divórcio ou viuvez). Em relação aos filhos foi perguntado: data de nascimento e falecimento (em caso de morte); se se trata de filhos biológicos ou adotados; qual o grau de escolaridade que completaram (tendo mais de 16 anos); qual a profissão e a condição perante o trabalho.



## **Segunda Parte**

---



### III

#### Capítulo III - Contextos sociais e normativos das coortes etárias

---

A utilização do conceito demográfico de coorte, originalmente sistematizado por Ryder (1965), conta-se entre os mais significativos avanços teóricos no desenvolvimento da perspectiva do percurso de vida (Mayer 2009). O conceito de coorte refere-se ao conjunto de indivíduos que vivenciaram o mesmo evento no mesmo intervalo de tempo. Diversas variantes do conceito são empregadas na demografia: coorte nupcial para os que casaram no mesmo período; coorte de entrada para os que entraram na escola num determinado momento; entre outras. No âmbito dos estudos sobre o percurso de vida o conceito mais comumente utilizado é o de *coorte etária* (i.e., indivíduos nascidos num determinado intervalo). A coorte etária pode ser pensada como um índice que situa os indivíduos em relação aos eventos históricos e à vivência partilhada das fases do desenvolvimento pessoal. As implicações deste conceito foram sistematizadas por Alwin e McCammon da seguinte forma:

“Members of a birth cohort share a social history, that is, historical events and the opportunities and constraints posed by society at a given time. Further, members of a birth cohort share the experience of the life cycle at the same time, that is, they experience childhood, reach adolescence, grow into early adulthood, and mature into midlife and old age at the same time. And finally, members of a birth cohort share the experience of the cohort itself, that is, the distinctive aspects of the cohort, for example, its size or its level of education, are something unique to the cohort.” (Alwin e McCammon 2002, 28)

É frequente a utilização indistinta dos conceitos de *coorte etária* e de *geração* (Alwin e McCammon 2002). Embora ambos se refiram à localização dos indivíduos num determinado contexto histórico, o conceito de Geração (Mannheim [1927] 1952)<sup>72</sup> presume que a partilha da experiência biográfica corresponde não só a um percurso de vida similar como a uma mundivisão relativamente partilhada. No entanto, o conceito de coorte etária é teoricamente menos ambicioso pois não incorpora elementos suficientes para aceder à “subjetividade partilhada” dos que nasceram num determinado intervalo temporal ou que vivenciaram determinado episódio histórico em fases semelhantes da sua vida (Kertzer 1983; Aboim e Vasconcelos 2014). Em função dos argumentos expostos e dos recursos disponíveis, optámos por nos referir aos grupos etários considerados nesta dissertação enquanto *coortes etárias*.

---

<sup>72</sup> Mannheim ([1927] 1952) propôs uma distinção entre os três conceitos, em função do grau de coesão ideológica e das práticas individuais. O conceito de *localização geracional* é o mais lato e refere-se à contemporaneidade entre um conjunto de indivíduos. O conceito de *geração como facto* dá conta da partilha da experiência de factos sociais e históricos entre indivíduos. O conceito de *unidade geracional* revela formas de consciência distintas e laços mais concretos entre os seus elementos, inclusive pela via dos paralelismos de resposta que envolve.

A caracterização das coortes etárias é feita considerando dois níveis: *macro* (societal); e *micro* (individual/familiares). A caracterização *macro*, que corresponde à evolução da própria estrutura social, é apresentada no **Capítulo IV**. Neste capítulo apresenta-se uma caracterização multidimensional das coortes que corresponde ao nível micro. Esta caracterização é importante por três motivos. Em primeiro lugar porque nos permite mapear a heterogeneidade de situações e a desigual distribuição de capitais económicos e culturais disponíveis entre os indivíduos, bem como aqueles que são mobilizáveis no seu grupo doméstico de origem. Em segundo lugar porque situa os indivíduos de cada coorte num contexto socio-normativo relativamente partilhado, ainda que não homogéneo. Em terceiro lugar porque tanto as variáveis como a própria coorte etária são consideradas enquanto eixos estruturantes das trajetórias de vida nos capítulos empíricos (**V, VI, VII e VIII**).

A caracterização das coortes considera os seguintes aspetos:

- A distribuição dos indivíduos por género, estado civil e situação familiar, região e mobilidade geográfica, condição perante o trabalho;
- O grupo doméstico de origem, considerando os indicadores socioprofissionais e socioeducacionais;
- A posição individual no espaço social das classes, considerando os indicadores socioprofissionais e socioeducacionais;
- O contexto normativo e as representações sociais, a partir das atitudes em relação à vida familiar e aos papéis de género.

### ***As coortes etárias: circunstâncias pessoais e familiares***

A amostra reparte-se de forma aproximada pelas três coortes consideradas, embora o grupo mais jovem (nascidos entre 1970-1975) tenha uma representação ligeiramente mais numerosa (**QUADRO 11**). Em termos de sexo, tanto na distribuição global como nas distribuições de cada coorte, existe uma ligeira sobre-representação das mulheres face ao conjunto da população portuguesa, sendo a proporção de mulheres de aproximadamente 60%, face a 40% de homens.

**QUADRO 11 DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR SEXO DENTRO DAS COORTES (PCT.)**

	Total (n=1500)	Decomposição por Sexo	
		Masculino	Feminino
Coorte 1935-1940 (n=446)	29,7	41,0	59,0
Coorte 1950-1955 (n=518)	34,5	40,9	59,1
Coorte 1970-1975 (n=536)	35,7	38,4	61,6
<b>Total</b>	100,0	40,1	59,9



Olhamos seguidamente para as circunstâncias familiares dos indivíduos. Independentemente da coorte, a maioria dos inquiridos já esteve ou está atualmente numa conjugalidade. A comparação entre coortes revela um declínio acentuado das uniões religiosas. Por outro lado, na coorte mais jovem é relevante a proporção de indivíduos que estão em conjugalidade informal ou que nunca casaram nem viveram em conjugalidade (em ambos os casos 15,3%). Relativamente à parentalidade, nas duas coortes mais velhas a esmagadora maioria dos indivíduos teve filhos. Na coorte mais recente esse valor cifra-se em perto de 75%. Considerando o número de filhos, na coorte de 1935-40 a situação mais comum é a de 3 ou mais filhos (38,9%). Na coorte de 1950-55 a situação mais frequente é a de 2 filhos (45,6%). E na coorte de 1970-75 a categoria modal é de 1 filho (35,0%). Uma vez que perto de ¼ dos inquiridos da coorte mais jovem não teve filhos mas ainda se encontra em idade fértil podemos considerar que as suas trajetórias reprodutivas estão ainda em aberto. Em relação ao estado civil atual, 58,9% dos inquiridos da coorte mais velha são casados ou estão em união de facto e 33,6% são viúvos. Na coorte de 1950-55 mais de ¾ estão casados, 9,8% estão divorciados e 8,6% são viúvos. Na coorte de 1970-75 um pouco mais de 3/5 estão casados ou em união de facto, cerca de 30% são solteiros e 8,5% estão divorciados.

**QUADRO 12 SITUAÇÃO FAMILIAR E ESTADO CIVIL ATUAL (PCT.)**

Conjugalidade	Coorte 1935-1940	Coorte 1950-1955	Coorte 1970-1975
Alguma vez casou	95,8	93,3	69,4
.. pela igreja	83,0	72,8	53,5
.. pelo civil	12,8	20,5	15,9
Não casou mas vive(u) conjugalmente	1,1	2,9	15,3
Nunca casou nem vive(u) conjugalmente	3,1	3,9	15,3
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
Parentalidade			
Nenhum filho	8,6	7,6	23,8
1 filhos	21,4	20,9	35,0
2 filhos	31,1	45,6	31,8
3 ou mais filhos	38,9	25,9	9,4
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
Situação Atual			
Casado/União de facto	58,9	75,4	61,6
Divorciado	4,1	9,4	8,5
Viúvo	33,6	8,6	0,2
Solteiro	3,4	6,6	29,8
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

O posicionamento atual dos inquiridos face ao mundo do trabalho é marcado pela fase do ciclo de vida em que se encontram (**QUADRO 13**). Entre os nascidos entre 1935 e 1940 a grande maioria dos indivíduos encontram-se já fora do mercado de trabalho.

Ainda assim salientaríamos dois aspetos: por um lado, uma fatia considerável ainda se encontra a trabalhar (homens: 14,8%; mulheres 12,2%); por outro lado, cerca de 22% das mulheres declara-se como domésticas. A permanência no mercado de trabalho, já para lá da habitual idade da reforma, ocorre em geral em situações em que os inquiridos exercem profissões por conta própria ou são pequenos comerciantes.

**QUADRO 13 CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO POR SEXO EM CADA COORTE (PCT.)**

	Coorte 1935-1940		Coorte 1950-1955		Coorte 1970-1975	
	Feminino (n=263)	Masculino (n=212)	Feminino (n=306)	Feminino (n=263)	Masculino (n=212)	Feminino (n=306)
Trabalhador(a)	12,2	16,0	49,0	12,2	72,6	49,0
Desempregado(a)	0,0	8,0	9,8	0,0	8,0	9,8
Doméstica	21,7	0,0	19,0	21,7	0,0	19,0
Reformado(a)	63,5	72,6	19,0	63,5	16,0	19,0
Outra	2,7	3,4	3,3	2,7	3,3	3,3
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Em relação aos inquiridos da coorte nascida em meados dos anos de 1950, a grande maioria dos homens encontra-se a trabalhar. No caso das mulheres, embora a fatia mais significativa se encontre a trabalhar, há maior incidência de situações de reforma antecipada, de desemprego, para além de uma proporção de cerca de 1 em cada 5 que se declaram como exercendo trabalho doméstico não remunerado. Na coorte de 1970-1975, a taxa de atividade masculina suplanta os 90%. Também a esmagadora maioria das mulheres se encontra no mercado de trabalho (76,7%), o que é congruente com as altas taxas de atividade feminina na sociedade portuguesa. Outros factos salientes nesta coorte são ainda: a dimensão praticamente residual do trabalho doméstico; e a incidência muito mais significativa do desemprego entre as mulheres que entre os homens.

Entre aqueles que trabalham, em qualquer uma das coortes, a situação de salariado é a mais comum (**QUADRO 14**). Nas duas coortes mais velhas, a proporção de indivíduos que trabalham por conta própria é substancialmente mais elevada do que na coorte mais jovem. Outra regularidade transversal às três coortes é o facto das situações de trabalho por conta própria serem mais frequentes entre os homens.

**QUADRO 14 SITUAÇÃO NA PROFISSÃO POR SEXO EM CADA COORTE (PCT.)**

	Coorte 1935-1940		Coorte 1950-1955		Coorte 1970-1975	
	Masculino (n=27)	Feminino (n=32)	Masculino (n=154)	Feminino (n=150)	Masculino (n=187)	Feminino (n=253)
Patrão/ Empregador	0,0	0,0	1,9	0,7	1,6	0,4
Conta própria	33,3	31,3	26,0	18,7	12,8	7,9
Conta de outrem	66,7	53,1	71,4	76,0	85,0	91,7
Familiar não renumerado	0,0	15,6	0,6	4,7	0,5	0,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A amostra obtida apresenta uma distribuição geográfica, a nível das NUTS III (**QUADRO 15**) consonante com a distribuição espacial da população pelas regiões de Portugal Continental, o que garante a sua representatividade regional. Sabemos que na sociedade portuguesa as dinâmicas migratórias têm sido particularmente intensas nas últimas década, com movimentos migratórios de sentidos e intensidades diferenciadas (Baganha 1993, 1994; Pires 1999; Baganha, Marques, e Góis 2004; Pires et al. 2014). Embora as diferenças na proporção de indivíduos com mobilidade geográfica na amostra não sejam estatisticamente significativas, a intensidade dos movimentos é tendencialmente mais elevada entre os indivíduos da coorte de 1950-55. A decomposição da mobilidade geográfica por localização no espaço<sup>73</sup> (não apresentada por razões de espaço) mostra que na coorte mais velha os indivíduos sem mobilidade geográfica se localizam sobretudo em zonas rurais. Já nas duas coortes mais recentes estão sobretudo em cidades de dimensão média. Os indivíduos com mobilidade a partir da adolescência associam-se sobretudo à coorte de 1935-40, protagonista destacada nos processos migratórios das décadas de 50 e 60. O exame dos locais em que os indivíduos residiram comprova-o: são relevantes os movimentos emigratórios de/para a Europa e as migrações internas, sobretudo das áreas rurais para as grandes cidades. Na coorte mais recente a mobilidade na adolescência é sobretudo entre áreas urbanas e suburbanas.

<sup>73</sup> O local de residência foi registado ano a ano segundo o critério 'município' (no caso de Portugal) e 'país' (quando fora de Portugal). A localização foi reclassificada segundo uma combinação de critérios: número de habitantes e densidade de urbanização; e país. Utilizaram-se aqui sete categorias: Europa; Antigas Colónias; Resto do Mundo; Grandes Cidades (Lisboa e Porto); Áreas Suburbanas (de Lisboa e Porto); Outras Cidades; e Áreas Rurais.

**QUADRO 15 DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR REGIÃO E MOBILIDADE GEOGRÁFICA (PCT.)**

NUTS2	Coorte 1935-1940	Coorte 1950-1955	Coorte 1970-1975
Norte	36,5	42,3	37,7
Centro	28,0	24,3	28,0
Lisboa	20,4	19,7	18,8
Alentejo	11,7	10,6	6,3
Algarve	3,4	3,1	9,1
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Mobilidade Geográfica</b>			
Sem mobilidade geográfica*	44,4	41,9	44,6
Móveis (1/2 movimentos - adolescência)	34,3	27,6	28,4
Móveis (1/2 movimentos - infância)	7,6	9,3	9,9
Muito móveis (+2 de movimentos)	13,7	21,2	16,8
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

\* Até aos 35 anos de idade

Os indivíduos com movimentos migratórios na infância não estão associados a nenhuma coorte em particular. Em relação ao sentido dos movimentos, a mobilidade na infância está associada nas duas coortes mais velhas a deslocações do campo para a cidade e na corte mais jovem a movimentos com origem na Europa e em África. Por fim, os indivíduos muito móveis estão mais associados às duas coortes mais jovens, em particular à coorte de 1950-55. Nessa coorte a mobilidade está relacionada com as migrações do campo para a cidade. Na coorte mais recente, este percurso está mais associado à circulação entre zonas urbanas.

### ***Os grupos domésticos de origem***

O agregado familiar constitui a unidade de análise fundamental da classe e das trajetórias de vida, pela sua função socializadora, pela sua função transmissora de capitais e de qualidades, e por condensar e organizar efeitos sociais diferenciados geradores de práticas socialmente significativas (Almeida 1981). Tem sido essa opção da sociologia portuguesa que se tem dedicado ao tema (por exemplo: Almeida 1981; Pinto 1985; Almeida 1986a; Almeida 1986b). Analisamos o grupo doméstico de origem partindo da posição que os progenitores dos inquiridos na amostra do projeto ‘Trajetórias Familiares e Redes Sociais’ (TFRS 2010) ocupam na estrutura de classes. Para tal recorreremos à análise dos indicadores socioprofissionais e socio-educacionais (Machado et al. 2003).

## A dimensão socioprofissional e a classe social

O **QUADRO 16** mostra composições de classe social no grupo doméstico de origem significativamente diferentes nas três coortes etárias. Mas, independentemente da coorte, a maioria dos indivíduos tem as origens nas franjas com menores capitais (o conjunto de Empregados Executantes, Operários, Assalariados Agrícolas e Assalariados Executantes Pluriativos contabilizam respetivamente 53,5%, 55,3% e 55,7%). Entre estes, a maioria dos inquiridos provém de famílias de origem operária.

Na comparação entre coortes, observa-se um decréscimo acentuado do peso dos assalariados agrícolas (de 21,1% passa para 12,4% e por fim 3,5%) que é compensado pelo quase triplicar do peso da pluriatividade e pelo aumento da importância relativa dos Empregados Executantes. Os Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais crescem de forma quase geométrica (3,6% na coorte de 1935-1940; 6,0% na coorte de 1950-1955; e 11,% na coorte de 1970-1975).

**QUADRO 16 INDICADOR FAMILIAR DE CLASSE (PCT.)**

Indicador Familiar de Classe	Coorte 1935-1940	Coorte 1950-1955	Coorte 1970-1975
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	3,6	6,0	11,8
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	3,1	3,9	10,8
Trabalhadores independentes (Ti)	7,6	7,5	8,0
Trabalhadores independentes pluriativos (TIpl)	5,4	5,2	3,7
Agricultores Independentes (AI)	21,1	16,0	6,3
Agricultores Independentes pluriativos (AIpl)	3,4	2,7	1,1
Empregados executantes (EE)	5,8	7,5	9,3
Operários (OI)	21,7	28,6	29,1
Assalariados agrícolas (AA)	21,1	12,4	3,5
Assalariados executantes pluriativos (AEpl)	4,9	6,8	13,8
Dados insuficientes	2,2	3,5	2,4
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

O crescimento da origem de classe dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento é também muito significativo. Crescem sobretudo entre a coorte de 1950-1955 (em que representavam apenas 3,9% dos casos) e a coorte de 1970-1975 (em que essa origem de classe perfaz 10,8% dos casos). Por fim, salientamos a redução do peso do campesinato independente, que soma apenas 6,5% das origens de classe dos nascidos entre 1970 e 1975, face aos 16,6% entre os que nasceram no período que vai de 1950 a 1955 e aos 21,1% entre os nascidos entre 1935 e 1940. Uma vez que algumas frações de classe têm um peso residual óptimos por recorrer a um indicador familiar de classe simplificado (**QUADRO 17**) que agrega as várias frações em 5 classes (Machado et al. 2003). Será esse o indicador utilizado na generalidade dos capítulos subsequentes.

**QUADRO 17 INDICADOR FAMILIAR DE CLASSE SIMPLIFICADO (PCT.)**

Indicador Familiar de Classe	Coorte 1935-1940	Coorte 1950-1955	Coorte 1970-1975
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	3,6	6,0	11,8
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	3,1	3,9	10,8
Trabalhadores independentes (Ti)	37,5	31,4	19,1
Empregados Executantes (EE)	10,7	14,3	23,1
Operários (O)	42,8	41,0	32,6
Dados insuficientes	2,2	3,5	2,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

### A dimensão socio-educacional e os capitais escolares

A análise dos capitais escolares dos progenitores das coortes etárias consideradas no projeto TFRS 2010 alarga o espectro temporal da análise a um hiato temporal de quase um século. Efetivamente os pais da coorte de 1935-1940 terão nascido maioritariamente entre 1900 e 1920, *i.e.*, nas décadas que são divididas pela Implantação da República Portuguesa. Tendo presente esse ponto de partida não surpreende a escassez de capitais escolares disponíveis nos agregados de origem, independentemente da coorte e do género dos progenitores (**QUADRO 18**). Entre os progenitores da coorte nascida entre 1935 e 1940 a grande maioria não completou ou sequer frequentou qualquer grau de ensino (54,5% dos pais e 63,5% das mães). A frequência do ensino sem obter grau de ensino verifica-se em 15,5% dos pais e 9,4% das mães desta coorte. Aproximadamente 21% dos pais completaram o 1º ciclo do ensino básico (21,1% dos pais e 21,3% das mães). Apenas 3,8% dos pais e 1,6% das mães dos nascidos entre 1935 e 1940 receberam uma instrução com uma duração superior ao atual 1º ciclo do ensino básico.

**QUADRO 18 RECURSOS SOCIO-EDUCACIONAIS NO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**

	Coorte 1935-1940		Coorte 1950-1955		Coorte 1970-1975	
	Pai (n=423)	Mãe (n=427)	Pai (n=494)	Mãe (n=499)	Pai (n=516)	Mãe (n=526)
Sem escolaridade	54,5	63,5	32,0	44,8	9,9	12,3
Sabe ler e escrever	15,5	9,4	20,5	8,9	10,1	6,2
Ensino Primário (4º ano)	21,1	21,3	35,3	38,0	54,9	60,3
Ensino Preparatório e Unificado (6º/9º ano)	2,2	0,9	3,9	2,5	9,9	9,9
Ensino Secundário (12º ano)	0,7	0,7	1,9	1,5	7,5	3,9
Ensino Superior	0,9	0,0	1,7	0,6	4,1	5,6
NS/NR	5,2	4,3	4,6	3,7	3,7	1,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Anos de escolaridade (média)	1,7	1,2	2,8	2,1	4,9	4,6
Desvio-padrão	2,6	1,9	3,0	2,6	3,7	3,7

Entre os progenitores da coorte de 1950-1955, nascidos entre as décadas de 1920 e 1930, a observação dos dados identifica claramente aspetos que marcam a educação durante o Estado Novo. Há uma diminuição do analfabetismo e um incremento das desigualdades de género (32,0% dos homens e 44,8% das mulheres não sabem ler nem escrever). A frequência da escola mas sem completar algum ciclo de ensino, sendo esse o caso para 20,5% dos pais e 8,9% das mães. O ensino primário foi completado por 35,3% dos pais e 38% das mães. O acesso a graus de ensino para lá do atual ensino primário continua a ser extremamente reduzido (7,5% dos pais e 4,6% das mães).

Os ascendentes dos nascidos entre 1970 e 1975 têm na sua grande maioria o 1º ciclo do ensino básico (54,9% dos pais e 60,2% das mães), o que correspondia à escolaridade obrigatória à época. A total ausência de capitais escolares é ainda uma realidade significativa tanto no caso dos pais (9,9%) como das mães (12,3%), bem como o abandono da escola antes da obtenção de qualquer grau (10,6% e 6,2% respetivamente para pais e mães). Igual proporção de pais e mães dispõem de qualificações ao nível ensino preparatório (9,9%). Embora sejam nesta coorte mais numerosas as famílias de origem com capitais escolares ao nível do ensino secundário ou superior, estas não superam os 11,6% no caso dos pais e os 9,5% no caso das mães.

O panorama até aqui traçado até serve dois propósitos distintos. Por um lado, em termos estruturais, revela uma situação de baixíssimas qualificações que marca profundamente largas franjas da população, apesar dos progressos obtidos a partir do 25 de Abril de 1974. Estamos perante três coortes em que não só as qualificações escolares na origem são geralmente escassas, como também estão desigualmente distribuídas em termos de género, encontrando-se maiores volumes de capital escolar nos pais do que nas mães. Por outro lado, permite situar o lugar ideológico da escola e da educação ao longo de grande parte do século XX. Gerações atrás de gerações foram socializadas num quadro institucional em que a educação era um bem escasso, de acesso bastante desigual e limitado a uma elite.

## *A posição individual no espaço social das classes*

### **A dimensão socioprofissional e os lugares de classe individuais**

Mudamos agora de unidade de análise e olhamos para a posição que os indivíduos ocupam na estrutura de classes. Recorrendo aos indicadores socioprofissionais (**QUADRO 19**)<sup>74</sup> observamos que, não obstante a descontinuidade etária entre as três coortes etárias inquiridas, a distribuição da amostra total não se afasta sobremaneira da distribuição da estrutura de classes portuguesa conhecida (Almeida, Machado, e Costa 2007).

**QUADRO 19 POSIÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL DAS CLASSES (POSIÇÃO INDIVIDUAL – TOTAL DA AMOSTRA) (PCT.)**

INDICADOR SOCIOPROFISSIONAL DE CLASSE	(n=1500)
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	7,2
Profissionais e Técnicos de Enquadramento (PTE)	13,2
Trabalhadores Independentes (TI)	8,4
Agricultores Independentes (AI)	4,1
Empregados Executantes (EE)	29,9
Operários Industriais (OI)	24,4
Assalariados Agrícolas (AA)	2,4
Domésticas (D)	10,1
Dados insuficientes	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

As frações de classe da burguesia, identificáveis entre Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, ocupantes das posições dominantes e possuidoras de maiores volumes de capital económico e que controlam o aparelho produtivo, correspondem a 7,2% da amostra. Os Profissionais e Técnicos de Enquadramento, que correspondem às franjas mais qualificadas da pequena burguesia (*a nova pequena burguesia*), representam 13,2% da amostra. Por sua vez, a *pequena burguesia tradicional*, composta de pequenos proprietários do comércio, indústria e serviços (nesta tipologia denominados como Trabalhadores Independentes) soma 8,4% da nossa amostra. Os camponeses (Agricultores Independentes) representam apenas 4,1% da amostra. As classes trabalhadoras dos diferentes sectores de atividade (grosso modo, o *proletariado*) são a vasta maioria representando 56,7% da nossa amostra. Predominam neste grupo as camadas com atividade no sector terciário (os Empregados Executantes são 29,9%). O operariado industrial reúne cerca de ¼ dos casos. O operariado agrícola tem uma expressão quase residual (2,4%). As domésticas são 10,1% da amostra.

<sup>74</sup> Utilizamos o indicador socioprofissional de classe, de acordo com a tipologia ACM (Almeida, Machado, e Costa 2007; Machado et al. 2003). Em todos os casos em que os indivíduos se encontram fora do mercado de trabalho, seja por inatividade, desemprego, reforma ou outra situação, foi utilizada a última situação profissional como referência para esta classificação. A explicação dos critérios para a construção da variável classe social, ao nível individual e do agregado doméstico, são apresentadas no **Capítulo II**.



Detalhando a descrição em função da coorte etária (**QUADRO 20**) observamos que entre os que pertencem à coorte nascida entre 1935 e 1940 as frações da burguesia (EDL) representam 7,2% do total dos casos. A pequena burguesia qualificada (PTE) representa igualmente 7,2%. A pequena burguesia tradicional (TI) é numerosa e contabiliza cerca de 11,2% dos casos. Os camponeses (AI), que se caracterizam pela posse e exploração da pequena propriedade, são um grupo ainda relativamente numeroso representando 9,4% dos casos.

As diferentes franjas daquilo a que se convencionou denominar como “classes trabalhadoras” (EE, OI e AA) correspondem a 48,2% dos casos, divididas por um conjunto de situações específicas diferenciadas em função do sector de atividade principal. São mais numerosos os indivíduos ativos nos serviços (22,6%), seguidos de perto pelo operariado (20,9%). O assalariamento agrícola é uma realidade já pouco significativa no final da vida de trabalho dos inquiridos desta coorte (4,7%). O trabalho doméstico é muito frequente entre os nascidos entre 1935 e 1940 (16,6% do total da amostra, 28,1% das mulheres). Sendo essa a mais notória diferenciação de género em termos de classe social, os contrastes sexuais não se ficam por aí. No caso dos Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, os homens estão sobre-representados num rácio de 10 para 1 (15,3% face a 1,5% das mulheres). Entre as frações da pequena burguesia observamos também diferenciações de género relevantes. Se entre a “pequena burguesia qualificacional” (PTE) os homens são claramente majoritários (8,7% face a 6,1% das mulheres), já as mulheres têm maior expressão na “pequena burguesia tradicional” (TI) (14,1% face a 7,1% dos homens). O campesinato também é uma condição mais característica dos homens (11,5% face a 8,0%). Nas franjas da classe proletária, os homens são sobretudo operários (36,1% vs. 10,3% das mulheres), enquanto as mulheres se concentram sobretudo nos serviços (25,5% face a 18,6% dos homens) mas também no trabalho agrícola assalariado (6,5% face a 2,2%).

Comparativamente à coorte anterior, nos nascidos entre 1950 e 1955 há alterações assinaláveis sobretudo no que diz respeito à reorganização das franjas assalariadas mas não apenas nessas. Os EDL representam 7,1% do total dos casos, valor similar ao observado na coorte anterior. A pequena burguesia qualificacional (PTE) e a pequena burguesia tradicional (TI) contabilizam cada uma 9,7% dos indivíduos. O campesinato tem um peso muito menor e representa apenas 3,3%. É entre as classes trabalhadoras que se observam diferenças mais consideráveis. O conjunto dos assalariados contabiliza nesta coorte 58,3% dos casos. O peso dos empregados executantes cifra-se em 31,3% e os operários industriais são 25,5%. O peso do assalariamento agrícola tem uma expressão residual (1,5%).

**QUADRO 20 POSIÇÃO DOS INDIVÍDUOS NO ESPAÇO SOCIAL DAS CLASSES (POSIÇÃO INDIVIDUAL POR COORTE)  
(PCT.)**

INDICADOR SOCIOPROFISSIONAL DE CLASSE	Coorte 1935-1940			Coorte 1950-1955			Coorte 1970-1975		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Empresário Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	7,2	15,3	1,5	7,1	9,0	5,9	7,3	11,2	4,8
Profissionais e Técnicos de Enquadramento (PTE)	7,2	8,7	6,1	9,7	10,8	8,8	21,6	21,8	21,5
Trabalhadores Independentes (TI)	11,2	7,1	14,1	9,7	12,7	7,5	4,9	5,3	4,5
Agricultores Independentes (AI)	9,4	11,5	8,0	3,3	3,8	2,9	0,6	1,0	0,3
Empregados Executantes (EE)	22,6	18,6	25,5	31,3	21,7	37,9	34,5	19,4	43,9
Operários Industriais (OI)	20,9	36,1	10,3	25,5	40,1	15,4	26,3	38,8	18,5
Assalariados Agrícolas (AA)	4,7	2,2	6,5	1,5	1,4	1,6	1,3	1,9	0,9
Domésticas (D)	16,6	0,0	28,1	11,8	0,0	19,9	3,2	0,0	5,2
Dados insuficientes	0,2	0,5	0,0	0,2	0,5	0,0	0,4	0,5	0,3
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

É muito menor o peso do trabalho doméstico entre as nascidas entre 1950 e 1955 (11,8% do total da amostra, 19,9% das mulheres). Embora o peso global dos EDL seja similar ao da coorte anterior, há uma aproximação da importância relativa que este grupo tem entre os homens e as mulheres (9,0% e 5,9% respetivamente). O modesto crescimento global da “nova pequena burguesia” (PTE) faz-se de forma aproximada nos géneros (10,8% dos homens e 8,8% das mulheres). Em sentido inverso, o decréscimo global da “pequena burguesia tradicional”(TI) é coincidente com uma maior diferenciação em termos de género (12,7% entre os homens vs. 7,5% entre as mulheres).

Embora seja admissível que muitos nascidos na década de 1950 tenham em algum momento trabalhado na agricultura, é residual a proporção daqueles que permaneciam no campesinato no momento da entrevista. O assalariamento das mulheres anteriormente domésticas é uma tendência dominante nesta coorte, contribuindo para uma diferenciação de género ainda mais vincada entre a classe trabalhadora: se entre os homens se reforça o peso do operariado (40,1% vs. 15,4% das mulheres); entre as mulheres se intensifica peso do emprego executante (37,9 % das mulheres vs. 21,7% dos homens). Esta segmentação do mercado de trabalho entre emprego executante feminino nos serviços e trabalho operário masculino é aliás uma realidade transversal a múltiplas sociedades europeias (Costa et al. 2000).

Quanto à coorte dos nascidos entre 1970 e 1975, as disparidades de composição social mais significativas relativamente às restantes coortes relacionam-se com a maior importância relativa dos quadros e com o menor peso do trabalho doméstico. Em termos globais, as posições na burguesia representam 7,3%, valor idêntico ao das coortes mais velhas. O peso da pequena burguesia credencial é duas vezes maior que o observado na coorte anterior, cifrando-se em 21,6%. Já os trabalhadores independentes são cerca de metade, resumindo-se a 4,9% da subamostra.

O peso global da classe trabalhadora globalmente considerada é mais elevado e cifra-se em 62,1%, fruto de pequenos acréscimos na proporção dos Empregados Executantes (o grupo mais numeroso com 34,5%) e dos Operários (26,3%). Como já mencionado o trabalho doméstico vê a sua expressão fortemente circunscrita e corresponde apenas a 3,2% do total geracional. Em termos de diferenciação de género, os homens continuam a ser preponderantes nas posições mais favorecidas em termos de posse e ou controlo de capital económico (EDL: 11,2% nos homens vs. 4,8% nas mulheres). Já entre a pequena burguesia, tanto tradicional como credencial, as diferenças de género são residuais. O aspeto mais saliente é o espetacular crescimento das mulheres nas posições de enquadramento, por via do acesso aos graus académicos. Entre as posições mais subalternas, mantém-se uma demarcação entre as posições executantes mais feminizadas (43,9% face a 19,4% dos homens) e o operariado industrial tipicamente masculino (38,8% contra 18,5% das mulheres).

### **A dimensão socio-educacional e os capitais escolares individuais**

Em relação aos indicadores socio-educacionais dos indivíduos, verificamos a existência de importantes contrastes tanto entre as coortes, como entre homens e mulheres dentro de cada coorte (**QUADRO 21**). O corte geracional dos nascidos entre 1935 e 1940 dá-nos a imagem de uma população com baixíssimos capitais escolares. Nesta coorte 74,7% dos homens e 87,7% das mulheres atingiram no máximo apenas a 4ª classe. O analfabetismo é uma realidade ainda extraordinariamente comum, afetando 19,8% das mulheres e 14,8% dos homens. Existe ainda uma franja significativa de indivíduos que não completou nenhum grau de escolaridade formal, apesar de conseguir ler e escrever. Esta situação é particularmente comum entre as mulheres (24,4% vs. 10,4% nos homens). Obter uma educação acima da 4ª classe era uma possibilidade restrita a poucos e sexualmente segmentada (apenas 25,2% dos homens e apenas 12,2% das mulheres). A assimetria entre homens e mulheres é também evidente no topo das qualificações escolares (7,1% dos homens chegaram ao ensino superior, nas mulheres apenas 2,3%).

**QUADRO 21 RECURSOS SOCIO-EDUCACIONAIS DOS INDIVÍDUOS (PCT.)**

	Coorte 1935-1940			Coorte 1950-1955			Coorte 1970-1975		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Sem escolaridade	17,8	14,8	19,8	0,6	0,5	0,7	0,6	0,5	0,6
Sabe ler e escrever	18,7	10,4	24,4	6,9	6,1	7,5	1,5	1,0	1,8
Ensino Primário (4º ano)	45,9	49,5	43,5	53,3	49,5	55,9	7,7	6,8	8,3
Ensino Preparatório (6º ano)	5,0	6,6	3,8	8,1	8,0	8,2	19,7	24,4	16,8
Ensino Unificado (9º ano)	6,3	9,9	3,8	12,0	13,7	10,8	22,0	21,0	22,6
Ensino Secundário (12º ano)	2,0	1,6	2,3	11,0	12,7	9,8	23,9	23,4	24,2
Ensino Superior	4,3	7,1	2,3	8,1	9,4	7,2	24,6	22,9	25,7
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Anos de escolaridade (média)	4,1	4,8	3,6	6,4	6,8	6,2	10,3	10,0	10,4
Desvio-padrão	3,6	4,0	3,1	4,0	4,1	3,9	4,4	4,3	4,5

Entre os nascidos entre 1950-1955 as qualificações são ligeiramente mais elevadas, ainda que se mantenham num nível globalmente baixo. A maioria de homens (49,5%) e mulheres (55,9%) não completou mais que o ensino primário e perto de 7% não completou nenhum grau de ensino. Cerca de 8% dos indivíduos conclui o ensino preparatório, sendo essa proporção equivalente entre homens e mulheres. Nos graus de ensino acima do ensino preparatório esse crescimento é acompanhado de um alargamento da clivagem entre homens e mulheres. Assim 12% dos inquiridos concluíram o ensino unificado (13,7% no caso dos homens e 10,8% no caso das mulheres). O ensino secundário foi concluído por 11% dos indivíduos (12,7% dos homens e 9,8% das mulheres). E por fim 8,1% atingiram o ensino superior (9,4% dos homens e 7,2% das mulheres).

A situação em termos de escolaridade é substancialmente diferente para os nascidos entre 1970 e 1975. São residuais as situações de analfabetismo ou de muito baixas qualificações. No entanto, ainda são perto de 8% os indivíduos cujas habilitações não excedem o ensino primário. A dispersão pelos níveis de escolaridade intermédios é considerável. Perto de 20% dos inquiridos têm habilitações ao nível do Ensino Preparatório (24,4% dos homens e 16,8% das mulheres). O ensino unificado (9º ano) foi o patamar atingido por 22% dos indivíduos desta coorte (21% entre os homens e 22,6% entre as mulheres). O ensino secundário foi concluído por 23,9% desta subamostra (23,4% dos homens e 24,2% das mulheres). O ensino superior foi concluído por cerca de ¼ dos indivíduos desta coorte. Em termos do género invertem-se as posições relativas, tendendo as mulheres a predominar no acesso a graus de ensino mais elevados. Isso é confirmado pela proporção de mulheres desta coorte que obtiveram qualificações ao nível do ensino superior (25,7% face a 22,9% entre os homens).

### ***O contexto normativo e as representações sociais***

As transformações na estrutura social produzem alterações ao nível das práticas e das representações sociais, ainda que a intensidade das mudanças não seja necessariamente a mesma nos dois níveis, nem se exprima de forma homogénea nos diferentes segmentos da sociedade (Almeida 2003; Aboim 2007; Gouveia 2014).

O conceito de *representação social* tem sido usado para dar conta das construções simbólicas socialmente partilhadas e dominantes num determinado contexto socio-histórico (Moscovici 1961). Para Moscovici as representações sociais são a versão atualizada do senso comum. Expressam as modalidades de interpretação comuns, *i.e.*, socialmente partilhadas, em relação ao meio social (Moscovici 1984). Sendo produzidas e reproduzidas socialmente, as representações são uma permanente *bricolage* que integram os significados confirmados pela experiência passada e, simultaneamente, conhecimentos adquiridos nas interações quotidianas. As representações sociais cumprem simultaneamente dois papéis: por um lado, estabelecem o que é “convencional” (*objetivado e naturalizado*); por outro lado, prescrevem de assimilação e categorização do que é novo. Não só justificam as decisões e as condutas, como se manifestam em valores e atitudes (Moscovici 1984).

Enquanto modalidade de ajustamento, adaptação e integração do mundo real no mundo mental, as representações sociais são inevitavelmente mediadas pelos contextos sociais em que os indivíduos se inserem (Almeida 2003)<sup>75</sup>. Neste sentido o conceito de representações sociais distingue-se claramente do conceito durkheimiano de representação hegemónica. Embora as representações sociais não sejam indiferentes à história partilhada, são passíveis de variar entre grupos sociais, culturas ou tempos históricos. O nosso interesse pelas representações sociais deriva do potencial das mesmas para aceder à dimensão cultural. As representações podem reforçar a consistência das coortes enquanto “quase-gerações”, permitindo também entender a recursividade entre valores e práticas, nomeadamente no que diz respeito às trajetórias e às transições (Gouveia 2014, 88).

---

<sup>75</sup> Bourdieu ((1997) articulou essa relação bidirecional entre perceções (interioridade) e práticas (exterioridade) através do conceito de *habitus*.

Os dados do projeto TFRS 2010 permitem-nos não só examinar a importância do contexto social na construção das representações sociais, como aferir em que sentido as mesmas têm evoluído ao longo do tempo. Consideramos que, a par da classe, do género ou da localização geográfica, a circunstância socio-histórica dos indivíduos é um fator estruturante das suas representações sociais e das suas atitudes. Não obstante, em cada quadro geracional a construção das representações é filtrada pela ordem de género e pela configuração classista da sociedade, fatores que devem ser considerados na análise comparativa entre coortes (Aboim 2007; Gouveia 2014, 87-88).

Nesta secção debruçamo-nos em particular sobre as atitudes em relação à vida familiar e aos papéis de género. Entre os temas considerados estão: a centralidade da família na vida dos indivíduos; o lugar das crianças e a relação entre parentalidade e conjugalidade; o casamento; a divisão sexual do trabalho pago/não pago; e a aceitação de novas formas de família. A análise que seguidamente apresentamos adota uma perspetiva comparativa entre coortes que entende a evolução das representações sociais no quadro das relações sociais e de género específicas a cada coorte etária.

As respostas individuais foram originalmente dadas numa escala de concordância de 5 pontos que oscila entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”. Os indicadores presentes no inquérito foram agregados numa série de índices, que exprimem dimensões autónomas, de forma a melhor identificar os padrões atitudinais em função da coorte etária, da classe social ou do género. Na construção dos índices as respostas foram combinadas numa escala de variação entre (1) que corresponde a valores tradicionalistas e sexualmente diferenciados e (5) que corresponde a valores modernistas e igualitários<sup>76</sup>.

Os índices parciais são os seguintes: *Casamento e coabitação*, *Centramento na família nuclear*, *Divisão conjugal do trabalho (pago/não pago)*, *Aceitação de novas formas de família* e *Papel da reprodução*. No que diz respeito ao *Casamento e coabitação* os indicadores são: o favorecimento da conjugalidade informal antes do casamento; e o vínculo entre parentalidade e casamento. Na *Divisão do trabalho (pago/não pago)* investigamos três aspetos: a divisão do trabalho pago no casal; as implicações do trabalho profissional feminino na maternidade; e o papel social da mulher. O *Centramento na família nuclear* é diagnosticado com recurso à valoração relativa da família face a outros vínculos e o efeito da separação/divórcio nos filhos. A dimensão *Aceitação de novas formas de família* compreende as posições em relação à adoção por parte de casais homossexuais e à monoparentalidade

---

<sup>76</sup> Cada índice resulta da soma dos indicadores, ponderada para a mesma escala.

masculina. Por fim, a *Importância concedida à reprodução* é aferida com recurso ao papel dos filhos enquanto fonte de realização pessoal e pela opinião em relação ao controlo da natalidade<sup>77</sup>

Foi também construído um índice global de *modernidade* nas atitudes em relação à família e aos papéis de género que resulta da combinação dos 5 índices parciais<sup>78</sup>. Tanto os indicadores escolhidos como a sua organização em índices seguem a estratégia já adotada em outras pesquisas (ver por exemplo: Almeida 2003; Aboim 2007). Utilizando índices globais e parciais pretendemos identificar domínios de maior e menor modernidade, bem como identificar espaços de ambiguidade normativa.

Começamos a análise dos resultados por uma leitura comparativa dos índices parcelares por coorte etária (**QUADRO 22**). Na dimensão *Divisão conjugal do trabalho (pago e não pago)* existe uma clara evolução para atitudes mais “modernas” que não está isenta de algumas contradições. Por um lado, entre a primeira e a segunda coorte há uma perda de suporte para a divisão tradicional de papéis masculinos e femininos. A percentagem dos que “concordam” ou “concordam totalmente” com essa separação desce de 41,2% para 23%. Já entre a segunda e a terceira coorte a mudança é mais ligeira (20,3% concordam ou concordam totalmente). Mas se o ideal da mulher como dona de casa perde a condição de representação dominante, as consequências do trabalho feminino a tempo inteiro para os filhos são transversalmente tidas como negativas. E o ideal de realização das mulheres através da maternidade e da associação à esfera doméstica, não obstante alguma erosão, continua a ser dominante na coorte mais jovem (nos nascidos entre 1935-40 esse ideal é subscrito por mais de ¾ dos inquiridos; na segunda coorte e terceira coorte por um pouco mais de metade).

Relativamente à dimensão *Casamento e coabitação*, a aceitação da coabitação pré-conjugal, enquanto “antecâmara experimental” do casamento, evolui de forma muito significativa entre as coorte consideradas. De ideia aceite por menos de ¼ dos nascidos entre 1935-40, passa a possibilidade admitida por mais de metade dos nascidos entre 1950-55 e torna-se opinião predominante entre os nascidos em meados da década de 1970. A relação entre conjugalidade e parentalidade transforma-se também profundamente. Enquanto na primeira coorte as duas transições estavam indissociavelmente relacionadas, nas coortes subsequentes há uma progressiva dissociação entre procriação e a obrigatoriedade do casamento.

---

<sup>77</sup> O indicador de um estilo de conjugalidade fusional conjugal “Num casal, marido e mulher devem fazer tudo juntos” não foi incluído em nenhum dos índices.

<sup>78</sup> Todos os índices foram validados empiricamente através da Correlação de Pearson e do Alpha de Cronbach. Os valores são apresentados na tabela.

As dimensões *Casamento e coabitação e Divisão conjugal do trabalho (pago e não pago)* são das que evoluem de forma mais pronunciada na comparação entre coortes. Esta tendência, já salientada por Aboim (2005a), afasta a conjugalidade de um pendor institucional para a associar preferencialmente a uma visão “companheirista”. No entanto, os valores igualitários e uma orientação dominante para o companheirismo coexistirão com orientações mais tradicionais e esse movimento terá correspondência na pluralização e na coexistência entre vários modelos. A maior privatização dos comportamentos familiares evolui lado a lado com uma menor pressão normativa, que é refletida na maior aceitação do divórcio e no reforço da adesão a normas igualitárias na divisão do trabalho (doméstico e profissional).

O modelo de família em que existe uma divisão estrita dos papéis de género foi posto em causa pela entrada em força das mulheres no mercado de trabalho. Embora a necessidade material e os contextos sociopolíticos da segunda metade do século XX tenham criado as condições para a emergência de um padrão de *duplo emprego*, permanece um forte traço maternalista (Wall 2007a). Essa combinação de elementos faz recair pressões contraditórias e penalizantes sobre as mulheres. A sua participação na esfera pública convive com uma atitude culpabilizante relativamente aos efeitos do trabalho feminino (a tempo inteiro) sobre os filhos. Por outro lado, persiste um arquétipo de que a verdadeira realização feminina se obtém na condição de mãe e dona de casa.

O *Centramento na família nuclear* está profundamente enraizado em Portugal. E constatamos que o suporte a atitudes familialistas é transversal aos grupos etários. Manifesta-se quer conferindo aos laços familiares a primazia sobre quaisquer outros laços, quer associando família a um núcleo biparental intacto. Este último aspeto relaciona-se também com a centralidade das crianças para a identidade pessoal dos indivíduos e para a organização familiar na sociedade portuguesa, o que foi já destacado em outras pesquisas (Cunha 2007; Gouveia 2014).

A análise da dimensão *Importância da reprodução* reforça os aspetos contraditórios e ambíguos da evolução das representações sociais acerca da família e dos papéis de género. Por um lado, o suporte à opção voluntária de não ter filhos por parte das mulheres recebe uma aceitação inequívoca e transversal aos grupos etários. Por outro lado, a realização pessoal através da conceção e da descendência continua a ser predominante, não obstante menos intensa nas coortes mais recentes.



A evolução da dimensão *Aceitação de novas formas de família* comprova o profundo enraizamento de uma conceção tradicional de família. Mas, por outro lado, é uma dimensão em que os contrastes geracionais são também extremamente vincados, observando-se uma evolução significativa. O reconhecimento da capacidade dos homens para cuidarem das crianças sozinhos torna-se maioritário na coorte mais jovem, em marcado contraste com as coortes mais velhas. Já a rejeição dos direitos dos casais homossexuais continua a ser exteriorizada de forma clara, embora seja menor na coorte mais recente. Este facto é certamente reforçado por termos considerado no indicador não só o casamento como também a adoção por casais homossexuais. Como ficou patente nos debates públicos recentes este é um assunto que continua a provocar reações muito negativas por parte de sectores mais conservadores. Por fim, uma menção ao indicador relativo ao estilo conjugal e que não está considerado em nenhum dos índices (parciais ou total): a preferência por uma relação fusional é transversalmente muito elevada.

Consideremos agora as diferenças de género, tanto em termos dos indicadores, como dos índices. Na comparação entre coortes não encontramos um efeito de género. Embora as mulheres tendam para posições ligeiramente mais “modernas” as diferenças não são, em geral, estatisticamente significativas. Apenas em dois casos particulares as posições femininas são claramente mais modernistas: “Uma mulher é livre de decidir não ter filhos” ( $t(1498) = -2,581; p < 0,05$ ); e “Numa família, compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família” ( $t(1498) = 2,479; p < 0,05$ ). Em sentido oposto, as mulheres revelam-se mais tradicionalistas relativamente à relação entre trabalho feminino e maternidade ( $t(1498) = -2,136; p < 0,05$ ).

Realizámos uma série de testes estatísticos de forma a perceber de forma evoluíram as posições relativas de homens e mulheres nas três coortes em estudo. Apenas em dois aspetos particulares identificámos efeitos de interação entre sexo e coorte etária. Na primeira coorte as mulheres têm posições mais tradicionalistas, nomeadamente no que diz respeito ao imperativo da maternidade e ao efeito negativo do divórcio sobre filhos pequenos, algo que se reverte na coorte mais recente. Em termos dos índices compósitos, o efeito de interação apenas produz impacto na *Importância da reprodução*, evoluindo as mulheres para posições relativamente mais modernistas que os homens logo na comparação entre a primeira e a segunda coorte.

**QUADRO 22 ATITUDES FACE À VIDA FAMILIAR E AOS PAPÉIS DE GÉNERO, SEGUNDO A COORTE ETÁRIA E O GÉNERO**

Percentagens de concordo e concordo totalmente	Total	Coorte 1935-40	Coorte 1950-55	Coorte 1970-35	Comparação Dimensões Inter Coortes
<b>Fusão (a)</b> Num casal, marido e mulher devem fazer tudo juntos	74,5%	79,8%	71,5%	73,2%	$F(1, 1497)=18,212$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,013$
<b>Casamento e coabitação (<math>r=0.347^*</math>) (b)</b>	<b>3,05</b>	<b>2,39</b>	<b>3,08</b>	<b>3,55</b>	$F(1, 1457)=408,901$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,221$
- Quando duas pessoas tencionam casar é boa ideia viverem juntas antes do casamento	48,2%	24,6%	50,3%	66,7%	
- Quando as pessoas têm filhos devem casar	44,7%	69,1%	44,2%	28,8%	
<b>Centramento na família nuclear (<math>r=0.229^*</math>) (b)</b>	<b>1,82</b>	<b>1,62</b>	<b>1,84</b>	<b>1,97</b>	$F(1, 1472)=52,914$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,035$
- A família está acima de tudo, os amigos e as outras pessoas não têm a mesma importância	82,3%	85,1%	79,3%	78,6%	
- Quando os filhos são pequenos é mau um casal divorciar-se	74,7%	84,9%	75,1%	70,7%	
<b>Divisão conjugal do trabalho (<math>\alpha=0.612</math>) (b)</b>	<b>2,75</b>	<b>2,29</b>	<b>2,72</b>	<b>3,15</b>	$F(1, 1464)=270,556$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,156$
- Numa família, compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	22,9%	41,3%	23,0%	20,4%	
- Uma criança pequena sofre se a mãe trabalhar fora de casa (a tempo inteiro)	65,7%	75,4%	66,2%	60,0%	
- O mais importante para qualquer mulher é ter um lar e filhos	56,9%	75,9%	56,7%	52,0%	
<b>Aceitação de novas formas de família (<math>r=0.430^*</math>) (b)</b>	<b>2,51</b>	<b>1,95</b>	<b>2,37</b>	<b>3,09</b>	$F(1, 1404)=288,830$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,174$
- Um homem sozinho pode criar um filho tão bem como uma mulher sozinha	32,9%	18,1%	24,9%	47,3%	
- Casais de homossexuais e lésbicas deveriam ter os mesmos direitos dos outros casais, incluindo a adoção	19,4%	8,3%	13,9%	29,8%	
<b>Importância da reprodução (<math>r=0.262^*</math>) (b)</b>	<b>3,33</b>	<b>2,90</b>	<b>3,36</b>	<b>3,66</b>	$F(1, 1474)=184,379$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,113$
- Uma mulher é livre de decidir não ter filhos	78,4%	63,6%	78,4%	87,4%	
- Uma pessoa precisa de ter filhos para se sentir realizada	50,8%	70,7%	46,4%	40,8%	
<b>Índice Global (cinco dimensões) (<math>\alpha=0.784</math>)</b>	<b>2,69</b>	<b>2,24</b>	<b>2,68</b>	<b>3,08</b>	$F(1, 1495)=559,742$ , $p<0,001$ ; $\eta^2=0,273$

(a) este indicador não foi considerado em nenhum índice.

(b) Os índices foram construídos numa escala de 1 – valores tradicionais a 5 – valores modernos.

**QUADRO 22 ATITUDES FACE À VIDA FAMILIAR E AOS PAPÉIS DE GÉNERO, SEGUNDO A COORTE ETÁRIO E O GÉNERO (CONT.)**

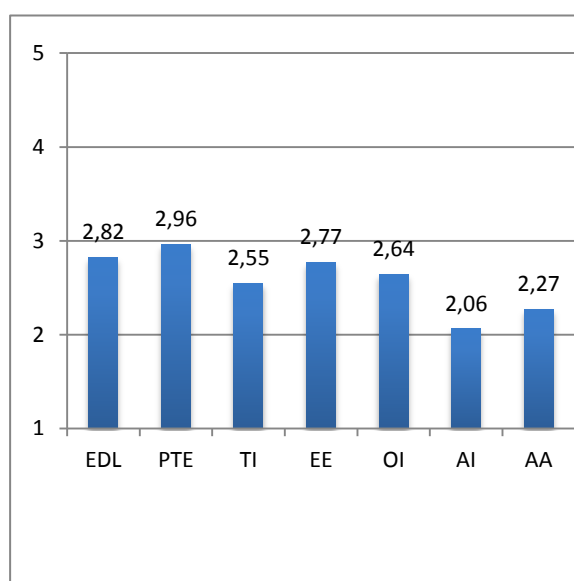
Percentagens de concordo e concordo totalmente	Total		Coorte 1935-40		Coorte 1950-55		Coorte 1970-35	
	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Fusão (a)</b> Num casal, marido e mulher devem fazer tudo juntos	73,2%	75,4%	78,1%	80,6%	68,9%	74,8%	73,3%	71,8%
<b>Casamento e coabitação (<math>r=0.347^*</math>) (b)</b>	<b>3.06</b>	<b>3.04</b>	<b>2.51</b>	<b>2.30</b>	<b>3.03</b>	<b>3.11</b>	<b>3.57</b>	<b>3.54</b>
- Quando duas pessoas tencionam casar é boa ideia viverem juntas antes do casamento	49,8%	47,2%	25,7%	23,6%	50,9%	49,3%	69,9%	63,9%
- Quando as pessoas têm filhos devem casar	45,4%	44,2%	67,2%	70,7%	44,8%	41,2%	26,7%	25,8%
<b>Centramento na família nuclear (<math>r=0.229^*</math>) (b)</b>	<b>1.79</b>	<b>1.84</b>	<b>1.62</b>	<b>1.63</b>	<b>1.83</b>	<b>1.84</b>	<b>1.90</b>	<b>2.02</b>
- A família está acima de tudo, os amigos e as outras pessoas não têm a mesma importância	82,4%	82,3%	85,8%	86,3%	81,1%	80,4%	80,6%	80,9%
- Quando os filhos são pequenos é mau um casal divorciar-se	77,7%	72,7%	84,2%	85,2%	78,8%	72,5%	70,9%	63,0%
<b>Divisão conjugal do trabalho (<math>\alpha=0.612</math>) (b)</b>	<b>2.73</b>	<b>2.76</b>	<b>2.31</b>	<b>2.28</b>	<b>2.69</b>	<b>2.75</b>	<b>3.15</b>	<b>3.14</b>
- Numa família, compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	27,0%	20,2%	44,3%	36,5%	25,5%	17,6%	13,1%	9,7%
- Uma criança pequena sofre se a mãe trabalhar fora de casa (a tempo inteiro)	64,6%	66,4%	72,7%	76,4%	67,5%	68,3%	54,4%	56,7%
- O mais importante para qualquer mulher é ter um lar e filhos	56,6%	57,2%	72,1%	76,8%	56,6%	55,9%	42,7%	42,7%
<b>Aceitação de novas formas de família (<math>r=0.430^*</math>) (b)</b>	<b>2.56</b>	<b>2.48</b>	<b>2.02</b>	<b>1.90</b>	<b>2.37</b>	<b>2.37</b>	<b>3.21</b>	<b>3.02</b>
- Um homem sozinho pode criar um filho tão bem como uma mulher sozinha	36,6%	30,5%	21,3%	18,3%	28,3%	25,8%	58,7%	44,5%
- Casais de homossexuais e lésbicas deveriam ter os mesmos direitos dos outros casais, incluindo a adoção	20,1%	18,9%	8,2%	7,6%	12,3%	12,4%	38,8%	33,9%
<b>Importância da reprodução (<math>r=0.262^*</math>) (b)</b>	<b>3.31</b>	<b>3.35</b>	<b>3.02</b>	<b>2.82</b>	<b>3.33</b>	<b>3.37</b>	<b>3.54</b>	<b>3.73</b>
- Uma mulher é livre de decidir não ter filhos	76,9%	79,4%	72,7%	58,9%	75,9%	85,6%	81,6%	90,0%
- Uma pessoa precisa de ter filhos para se sentir realizada	49,9%	51,4%	67,8%	72,6%	45,8%	50,7%	38,3%	35,2%
<b>Índice Global (cinco dimensões) (<math>\alpha=0.784</math>)</b>	<b>2,69</b>	<b>2,69</b>	<b>2.31</b>	<b>2.18</b>	<b>2.65</b>	<b>2.70</b>	<b>3.08</b>	<b>3.09</b>

(a) este indicador não foi considerado em nenhum índice.

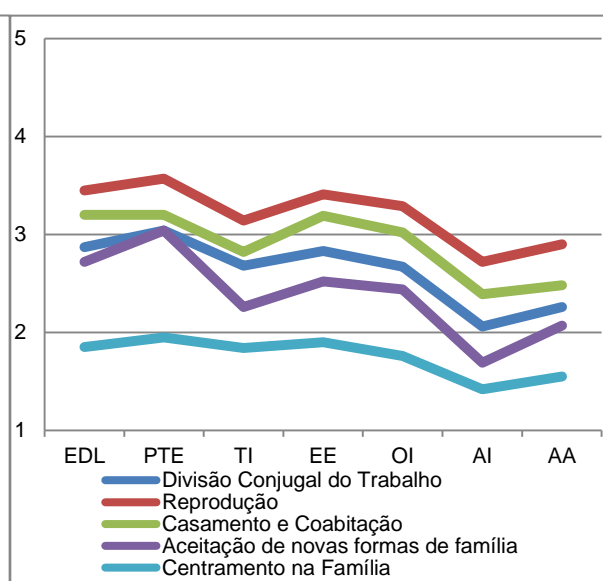
(b) Os índices foram construídos numa escala de 1 – valores tradicionais a 5 – valores modernos.

Existe também um significativo efeito da classe social sobre as atitudes face à vida familiar e aos papéis de género. Esse efeito reflete-se tanto no Índice Global, como nos índices parcelares, como ainda em indicadores específicos (**FIGURA 2** e **FIGURA 3**). Em linhas gerais, Profissionais e Técnicos de Enquadramento, Empregados Executantes e Empresários, Dirigentes e Profissionais tendem para posições mais modernistas, enquanto Agricultores Independentes e Assalariados Agrícolas tendem para posições mais tradicionalistas. Este panorama tem no entanto muitos cambiantes pelo que só assinalaremos as diferenças em relação à tendência de fundo. No índice *Divisão Conjugal do Trabalho*, também Operários Industriais e Trabalhadores Independentes se aproximam de posições mais modernistas. Já em relação à *Aceitação de novas formas de família* os indivíduos com essa mesma localização na estrutura de classes, aos quais se juntam os Empregados Executantes, tendem para posições relativamente mais tradicionalistas. Já no que respeita ao *Casamento e Coabitação*, tanto Operários Industriais como Empregados Executantes contam-se entre os mais modernistas, enquanto os Trabalhadores Independentes pendem para conceções mais tradicionalistas.

**FIGURA 2 ÍNDICE GLOBAL POR CLASSE SOCIAL DO INDIVÍDUO**



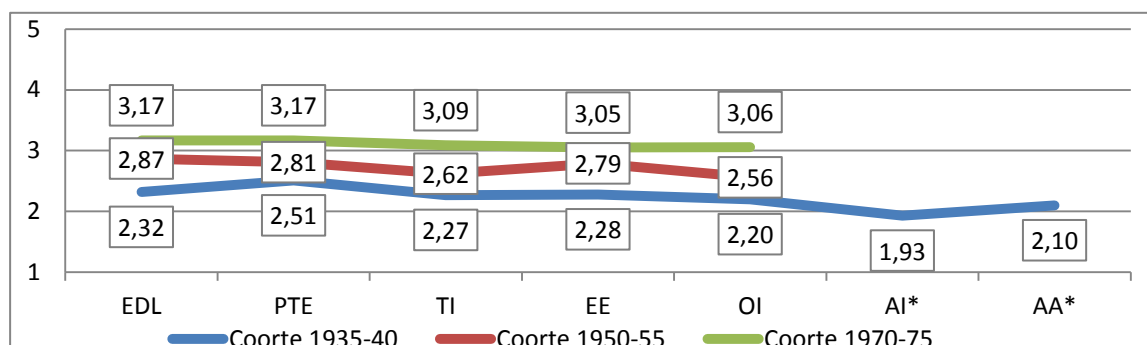
**FIGURA 3 ÍNDICES PARCIAIS POR CLASSE SOCIAL DO INDIVÍDUO**



Embora seja claro o *efeito de classe* nas atitudes face à vida familiar e aos papéis de género, interessa-nos também observar a sua evolução ao longo do tempo. Em termos globais, a comparação em função da coorte etária mostra que na primeira as diferenças são particularmente vincadas entre as posições mais modernas dos PTE e as orientações mais conservadoras das classes inseridas no espaço rural (AA e AI). Na coorte de 1950-55 as posições são transversalmente menos conservadoras, sendo os EE o grupo que mais

“moderniza” em relação à coorte anterior. Na coorte de 1970-75 as diferenças parecem globalmente mais ténues do que nas primeiras coortes.

**FIGURA 4 ÍNDICE GLOBAL POR CLASSE SOCIAL (INDIVÍDUO) E POR COORTE ETÁRIA**



\*Não se colocam os dados dos Assalariados Agrícolas e dos Agricultores Independentes nas duas últimas coortes por terem bases muito pequenas.

Considerando a evolução dos vários índices, mantêm-se as distâncias relativas em termos dos polos de modernismo/tradicionalismo. Apenas identificámos um efeito de interação significativo entre coorte e classe social. Na primeira coorte, os EE encontram-se entre os que expressam atitudes mais tradicionalistas no que diz respeito à *importância da reprodução*. Nas duas coortes mais velhas, o posicionamento em relação a essa dimensão encontra-se entre os mais modernistas.

De modo a confirmar a importância relativa de coorte etária, sexo e classe social realizámos uma série de regressões lineares sobre os índices (global e parciais) (**QUADRO 23**). Nos modelos de regressão as variáveis foram introduzidas sequencialmente (1a, 1b, 1c). Os modelos confirmam o forte impacto da coorte etária e da classe social sobre as atitudes acerca da vida familiar e dos papéis de género. Confirma-se igualmente que o género não tem impacto nem no índice global, nem nos índices parciais.

Globalmente as coortes mais recentes têm atitudes mais modernistas. Esse modernismo observa-se em especial no que diz respeito ao *Casamento e coabitação*, à *Aceitação de novas formas de família* e à *Divisão conjugal do trabalho*. Os PTE é o grupo social com atitudes mais liberais. Distingue-se pela maior abertura face às novas formas de família e por atitudes mais igualitárias face à divisão conjugal do trabalho. Os EE distinguem-se por posições pouco institucionalistas face ao casamento. Modernistas no que diz respeito ao *Casamento e coabitação*, os OI são mais tradicionais no que diz respeito aos papéis de género e resistentes às novas formas de família. Por fim, apesar de menos intenso nas coortes mais recentes, o *Centramento na família* é uma dimensão que pouco se diferencia em termos de posição social.

**QUADRO 23 MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR NOS ÍNDICES ATITUDINAIS (GLOBAL E PARCIAIS)**

Cat. Ativa	Índice Total			Divisão Conjugal do Trabalho			Reprodução			Casamento e Coabitação			Aceitação de novas formas de família			Centramento na família		
	1a	1b	1c	1a	1b	1c	1a	1b	1c	1a	1b	1c	1a	1b	1c	1a	1b	1c
1950-55	0,44***			0,43***			0,45***			0,69***			0,42***			0,21***		
1970-75	0,85***			0,85***			0,76***			1,17***			1,14***			0,35***		
1950-55		0,44***			0,43**=			0,47***			0,69***			0,42***			0,21***	
1970-75		0,85***			0,85***			0,76***			1,17***			1,14***			0,35***	
Homens		0,02			-0,01			-0,02			0,05			0,11			-0,05	
1950-55			0,41***			0,39***			0,41***			0,65***			0,37***			0,18***
1970-75			0,77***			0,78***			0,68***			1,12***			1,03***			0,30***
Homens			0,03			-0,01			-0,01			0,06			0,11			-0,03
EDL			0,18**			0,20*			0,15			0,21*			0,28**			0,10
PTE			0,21***			0,26***			0,18*			0,06*			0,46***			0,15*
TI			0,05			0,15			-0,05			0,01			0,02			0,13
EE			0,11**			0,14**			0,09			0,16**			0,09			0,12*
AI			-0,15			-0,2			-0,23			-0,23			-0,12			-0,13
AA			-0,30***			-0,33***			-0,34**			-0,19			-0,38***			-0,23*
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>0,272</b>	<b>0,271</b>	<b>0,298</b>	<b>0,155</b>	<b>0,154</b>	<b>0,175</b>	<b>0,111</b>	<b>0,111</b>	<b>0,124</b>	<b>0,220</b>	<b>0,220</b>	<b>0,228</b>	<b>0,173</b>	<b>0,174</b>	<b>0,198</b>	<b>0,035</b>	<b>0,036</b>	<b>0,045</b>
<b>F</b>	<b>280,057</b>	<b>186,745</b>	<b>71,765</b>	<b>135,283</b>	<b>90,141</b>	<b>35,585</b>	<b>93,496</b>	<b>62,357</b>	<b>24,163</b>	<b>206,797</b>	<b>138,181</b>	<b>48,858</b>	<b>147,905</b>	<b>99,960</b>	<b>39,652</b>	<b>26, 928</b>	<b>18,419</b>	<b>8,771</b>

\* $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$

### ***Síntese Conclusiva***

A amostra do Projeto TFRS 2010 tem características que se adequam aos nossos objetivos de investigação. É representativa da população portuguesa e tem um perfil diversificado em termos das variáveis estruturais mais relevantes. O fracionamento em coortes etárias não só permite desenvolver a estratégia metodológica a que nos propomos, como os elementos que considerados nesta caracterização demonstram a relativa consistência interna das mesmas.

As diferenças nas circunstâncias familiares e profissionais mais características de cada coorte estão em grande medida relacionadas com a idade e o *life-stage* dos indivíduos (por exemplo: estado civil; condição perante o trabalho; etc.). Independentemente disso a mobilidade geográfica ou os indicadores de classe (individuais e relativos ao grupo doméstico de origem) revelam alguns dos traços da profunda recomposição na estrutura social portuguesa ao longo das últimas décadas. Referimo-nos nomeadamente às transformações económicas, às migrações ou ao aumento das qualificações.

Estas coortes etárias correspondem a contextos socio-normativos distintos que se traduzem em experiências (relativamente) partilhadas de socialização e de imersão numa determinada narrativa cultural, o que é revelado pela análise das *atitudes em relação à família e aos papéis de género*. Mas a evolução das atitudes é complexa e revela um quadro de representações em que se combinam elementos de modernidade e de tradição. Entre os aspetos em que as posições se vêm tornando mais modernistas nas coortes mais recentes encontramos uma atitude menos institucionalista face ao casamento e uma abertura à divisão conjugal (igualitária) do trabalho pago. Os traços mais tradicionalistas ficam patentes em focos de resistência face a novas formas de família e num familialismo relativamente fechado sobre os filhos.

O tempo social, aferido pela localização em termos de coorte etária, afigura-se como um elemento determinante para compreender as atitudes e representações sociais. Nesse sentido poderíamos ceder à tentação de considerar estas coortes como *gerações sociais* (Aboim e Vasconcelos 2014), pois de facto as atitudes parecem fazer eco de discursos com alguma dose de consistência interna a cada grupo etário. Isso não obstante a relação entre representações e posição ocupada na estrutura de classes, o que demonstra uma relação entre a dimensão socioeconómica e sociocultural ou entre as práticas e as normas sociais. Mas tanto os dados

relativos à posição na estrutura social (individual e dos progenitores), como a configuração das representações sociais acerca da vida familiar referem-se ao momento da entrevista. Por essa razão não é possível aferir em que medida as diferenças que encontramos resultam de diferenças geracionais ou etárias. Isto porque estamos a comparar os indivíduos em diferentes momentos no seu ciclo de vida, o que tem consequências não apenas nas suas circunstâncias (pessoais, familiares, profissionais) como na forma como se posicionam em relação a uma série de temas.

O isolamento dos efeitos de idade-coorte-período é uma dificuldade metodológica aliás clássica na análise do percurso de vida e que decorre da sua intrincada natureza (Elder, Johnson, e Crosnoe 2002; Alwin e McCammon 2002). Claro está que essa dificuldade é válida tanto para as representações como para as trajetórias sociais. Isso não reduz a utilidade desta contextualização. Serve apenas para lembrar algumas das limitações que resultam da comparação entre dados *estáticos* e quais as consequências para o resto do nosso trabalho. As análises empíricas que apresentamos nos **Capítulos V, VI e VII** procuram ultrapassar este problema reconstituindo os percursos familiares e profissionais ano a ano. Tanto a coorte etária como os dados relativos ao grupo doméstico de origem serão aí tomados como efeitos que contribuem para a acumulação de vantagens e desvantagens.



## IV

### **Capítulo IV - Continuidades e mudanças na estrutura social portuguesa ao longo dos últimos 50 anos**

---

É frequente que os textos académicos produzidos sobre Portugal no âmbito das ciências sociais comecem por situar o fenómeno que analisam no contexto de um vasto processo de mudança social. Não se trata de um mero formalismo ou expediente retórico. Se é verdade que qualquer sociedade humana é caracterizada por permanências e mudanças, será seguro dizer que em nenhum outro período da sua história a sociedade portuguesa terá mudado tanto como nas últimas décadas. São vastas as transformações ocorridas a múltiplos níveis desde a esfera político-institucional, passando pelo domínio económico e também ao nível cultural. Com intensidades e graus diferentes essas mudanças transformaram e continuam a transformar Portugal.

Existem pontos de vista distintos sobre o sentido da mudança social que marca a sociedade portuguesa<sup>79</sup>. Ainda na década de 1990, uma das perspetivas salientava que a mudança se enquadrava num processo de modernização que era, em muitas dimensões, tardio e inacabado face a outras sociedades da mesma área geográfica (Machado e Costa 1998). As contradições inerentes a esse processo dificultavam uma convergência plena com as sociedades da Europa Central.

Uma outra perspetiva salientava que a sociedade portuguesa apresenta características de uma sociedade semiperiférica no sistema mundial (Santos 1993). Este tipo de sociedade caracteriza-se pela descoincidência entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social<sup>80</sup>. Essa descoincidência seria evidente por uma composição classista da sociedade em que se salientam “diferentes classes de suporte que amortecem os conflitos entre o capital e o trabalho e asseguram o avanço relativo das práticas de reprodução social”

---

<sup>79</sup> Os modelos que procuram explicar a mudança social polarizam-se em dois grupos: os que acentuam os fatores endógenos e explicam a evolução da estrutura pela passagem do tempo; e os que destacam os fatores exógenos (Silva 1994, f34). Na medida em que lidamos com um sistema social aberto e interdependente, a análise da mudança social beneficia da combinação das virtualidades explicativas de diferentes modelos analíticos, em função da sua adequabilidade e pertinência explicativa para cada fenómeno.

<sup>80</sup> Segundo Boaventura de Sousa Santos a descoincidência “consiste no atraso das relações de produção capitalista, ou seja, das relações entre o capital e o trabalho na esfera da produção, em confronto com as relações de reprodução social, ou seja, as relações sociais que presidem aos modelos e às práticas dominantes do consumo (Santos 1985, 872).

(Santos 1985, 872). A situação periférica seria também evidenciada pela centralidade que o Estado assume na regulação económica e, em geral, na sua relação dúplice com a sociedade civil, em que um ímpeto modernizador e formalista coexiste com a permissividade face a práticas informais e clientelares<sup>81</sup>.

À entrada do novo milénio Barreto (2005) salientava que, apesar das fortes dinâmicas de transformação da sociedade portuguesa, permaneciam traços e características distintivas no contexto europeu. Parte significativa da especificidade portuguesa resulta da longa permanência do Estado Novo e do seu “paternalismo autoritário”. A abertura ao exterior constituiu o maior catalisador da mudança social. Integrando o espaço político da União Europeia e partilhando o mesmo modelo institucional (democracia representativa), Portugal aproximou-se dos níveis de desenvolvimento médios europeus, o que produziu efeitos também nas expectativas e aspirações individuais. Barreto (1995, 2005) antecipava que a manutenção de uma série de fragilidades (do Estado) e insuficiências (ao nível industrial, técnico, científico), típicas da posição periférica face ao centro da Europa, teria consequências paradoxais. Com a crise económica e financeira que se declarou na primeira década do século XXI a situação paradoxal da sociedade portuguesa contemporânea tornou-se mais evidente. Embora integrada num bloco económico e político forte, ocupa um lugar subalterno e dependente. Após quatro décadas de democracia e da aproximação (social, económica e política) ao centro permanece como uma das sociedades mais desiguais do continente europeu.

Neste capítulo traçamos algumas das coordenadas da mudança e recomposição social que marcam a sociedade portuguesa contemporânea. O conjunto de transformações que poderíamos elencar é vastíssimo mas o texto não pretende ser exaustivo na análise das dimensões da mudança. Começamos por uma contextualização cronológica. Na secção seguinte delineamos algumas das linhas de evolução da sociedade portuguesa nas décadas recentes. Em primeiro lugar abordamos as transformações nas estruturas domésticas e nas

---

<sup>81</sup> As relações informais e a complexidade do tecido social asseguram um conjunto de mecanismos que por, um lado, dissipam a conflitualidade social, e por outro lado compensam a insuficiente produtividade e a menor formalização da relação institucional entre capital e trabalho, relativamente ao observado nos países centrais (Santos 1993, 1985).

formas de vida familiar. Em segundo lugar analisamos os desenvolvimentos no domínio da educação. Em terceiro lugar examinamos as transformações do mundo do trabalho.

As questões de fundo que colocamos são: de que forma evoluiu a estrutura social portuguesa nestes últimos 50 anos? Quais as transformações de fundo ao nível da demografia familiar, da economia e das qualificações? Quais os elementos que mais se alteraram nestes últimas décadas e quais os elementos mais perenes da formação social portuguesa? Família, classes sociais e trajetórias de vida concretizam-se sempre num contexto social, histórico e cultural específico. É esse contexto que lhes dá forma, que as potencia e que limita estruturalmente as suas possibilidades de (re)produção. A escolha destes três eixos fundamentais deve-se ao duplo papel que desempenham. Em termos sincrónicos são essenciais para compreender a estrutura das sociedades contemporâneas. Numa perspetiva diacrónica são indispensáveis para perceber os padrões e as trajetórias de vida dos indivíduos.

### ***Alguns apontamentos sobre a cronologia***

Neste preâmbulo começamos por nos debruçar brevemente sobre as mais relevantes transformações político-institucionais, mencionando alguns factos e acontecimentos incontornáveis. A Revolução de 25 de Abril e a instauração de um regime democrático é o marco histórico central para compreender a sociedade portuguesa contemporânea. Mas, em alguns domínios, a dinâmica de transformação da sociedade portuguesa já vinha pelo menos do início da década de 1960 (Nunes 1964). Em 1959 Portugal aderiu à *European Free Trade Association* (EFTA), um momento marcante na cronologia portuguesa recente, tanto pelo seu simbolismo, como pelas suas consequências práticas (Barreto 2005). À data, este acontecimento significou uma rara abertura ao exterior por parte de um regime ditatorial fechado, que permitiu a liberalização de sectores da indústria e dos serviços, bem como a entrada de investimento estrangeiro.

O influxo de capital estrangeiro, assim como alguns grandes investimentos públicos, contribuíram para o crescimento do sector industrial no período entre 1960 e 1974<sup>82</sup>, bem como para o desenvolvimento dos serviços. O desenvolvimento da indústria e dos serviços criou então novos empregos que oferecem melhores remunerações e estavam menos sujeitos à

---

<sup>82</sup> Entre 1960 e 1973, segundo Barreto (2005) a taxa de crescimento da produção industrial superou regularmente os 20% / ano.

sazonalidade inerente ao trabalho agrícola desqualificado. Não obstante a severa repressão dos direitos sindicais, o rendimento *per capita* efetivamente aumentou neste período a um ritmo relativamente elevado, também por efeito da emigração e da redução da oferta de mão-de-obra (Lopes 1996).

A abertura ao exterior deu-se também por via do turismo, atividade que se dinamizou a partir de meados da década de 1960. Com origem sobretudo no Reino Unido (mas com importantes contingentes de Espanha, Alemanha e França), os turistas tinham como destino primordial o Algarve, existindo ainda alguns outros polos nas regiões de Lisboa, Setúbal e noutros pontos do litoral. O desenvolvimento da atividade turística repercutiu-se no tecido económico e não são apenas os serviços hoteleiros que crescem: também a construção civil, os transportes e o comércio beneficiaram.

A guerra colonial é um outro acontecimento que marca de forma indelével a vida social e política portuguesa entre 1961 e 1974. A perda do Império começou com a anexação da Índia Portuguesa em finais de 1961. No início desse mesmo ano teve início a luta independentista em Angola. Nos anos seguintes a guerra colonial entre o Estado Português e movimentos independentistas alastra à Guiné e a Moçambique. A extensão por três frentes implicou a mobilização de recursos humanos e de recursos financeiros muito importante (ascendendo a 200 mil homens/ano (Barreto 2005)). No plano *interno*, a guerra colonial foi usada pelo regime para justificar o reforço do aparelho repressivo da ditadura (censura, prisões e torturas, deportações, ausência de liberdades políticas e proibição de partidos políticos e dos sindicatos livres, etc.) e que contribui fortemente para aumentar a vaga de emigração masculina para a Europa Central dos que procuravam escapar ao serviço militar.

O derrube da ditadura salazarista-marcelista com a Revolução de 25 de Abril de 1974 é um ponto de rutura político-constitucional com consequências tão relevantes e quase imediatas como o fim da Guerra Colonial, a independência das Colónias, o retorno de centenas de milhar de pessoas a Portugal Continental e a instauração de uma democracia parlamentar representativa, com direitos civis e políticos (liberdade de expressão, manifestação, imprensa livre, eleições com sufrágio universal e direto, partidos políticos, sindicatos livres).

A Revolução de Abril de 1974 teve também consequências económicas, sociais e culturais profundas. Num período inicial, o Estado nacionalizou grande parte do sector produtivo e dos serviços, tomando para si a condução da economia. Também as explorações agrícolas, sobretudo nas regiões do Alentejo e Ribatejo, foram alvo de coletivização, no âmbito da Reforma Agrária e das ocupações (Barreto 1987), impulsionadas pelo movimento social dos trabalhadores rurais (Soeiro 2014). Embora estas ações tenham sido posteriormente revertidas, marcam ainda hoje o imaginário coletivo nacional. Na sequência da instauração da democracia é criado um serviço nacional de saúde (1979), é estabelecida um regime de segurança social universal (integrando diversos sistemas de proteção social já existentes e criando outros, entre 1975 e 1984), e expande-se e democratiza-se o acesso ao ensino.

Portugal abre-se então de forma definitiva ao exterior e apresenta uma candidatura para integrar a então denominada Comunidade Económica Europeia (atualmente União Europeia). A adesão torna-se efetiva a partir de Janeiro de 1986. O período que vai de 1986 a 2001 corresponde a um “segundo impulso” da economia portuguesa (Barreto 2005). Reverte-se a política de condução pública da economia que havia sido estabelecida em 1975 e sectores vitais, como o sector financeiro, as comunicações, a energia, os transportes, entre outros, são progressivamente privatizados. Intensificam-se as trocas comerciais com os parceiros comunitários e a Europa torna-se a principal origem e destino do comércio externo.

Com a assinatura do Ato Único Europeu, Portugal adere a uma zona que garante a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. No curto prazo, os efeitos mais notórios foram ao nível das infraestruturas, que se desenvolveram bastante. Ao nível do sector produtivo alguns sectores modernizaram-se e tornaram competitivos a nível internacional, embora geralmente seguindo um modelo de mão-de-obra barata e de trabalho pouco qualificado. Outros sectores, como a agricultura, as pescas ou a indústria pesada entraram em erosão, quando expostos à competição europeia e global. Impulsionado pela integração no espaço europeu e pelo contexto mais amplo da globalização económica e cultural, este processo de modernização da sociedade portuguesa não deixou de produzir repercussões significativas ao nível das representações sociais e das orientações de vida (Almeida 2003; Almeida, Machado, e Costa 2007).

### ***As dinâmicas macrossociais da demografia familiar: privatização, pluralização e informalização***

Olhando agora para a demografia familiar, as últimas décadas foram marcadas por inúmeras transformações que vão desde a dimensão das famílias, à sua composição interna, passando pela forma como os indivíduos se relacionam. Os indicadores relacionados com o casamento são dos que melhor exemplificam a profundidade e o sentido das alterações nas formas de viver em família. A taxa de nupcialidade conheceu o seu pico em meados da década de 1970, tendo decaído a partir dos anos de 1980, e com particular ímpeto na primeira década do século XXI (em 2011 o seu valor cifrava-se em 3,4%). Em relação à idade em que se dão os casamentos, se até ao Censo de 1981 se observava uma tendência para a diminuição da idade ao primeiro casamento (nesse ano fixada, em termos médios, nos 25,4 anos para os homens e 23,3 anos para as mulheres), daí em diante a tendência inverte-se de forma vincada. Nas últimas três décadas houve um aumento muito rápido da idade dos nubentes, cifrando-se a mesma no ano de 2011 em 31,0 anos para os homens e 29,5 anos para as mulheres<sup>83</sup>. Ainda em relação à idade dos casamentos, nas últimas décadas são marcadas por uma clara aproximação da idade de homens e mulheres à entrada no casamento.

Menos frequente e mais tardio, o casamento também passou a ser cada vez menos realizado segundo o rito católico. O desgaste da normatividade religiosa associada às formas de viver em casal intensificou-se sobretudo a partir da década de 1990, tanto na forma de celebrar o casamento como também no que diz respeito à procriação. Se até 1974 o casamento civil era uma realidade claramente minoritária, e até socialmente marginalizada, a partir da década de 1980 o seu crescimento é apreciável (de 26% em 1981 aumenta para 37,5% em 2001). Os casamentos católicos ainda eram majoritários até 2006, embora em proporções cada vez menores. A partir de 2007 os casamentos são maioritariamente celebrados apenas na forma civil (Pina e Magalhães 2014, 36).

---

<sup>83</sup> A menor diferença etária entre homens e mulheres poderá ser explicada tanto pelas alterações nos papéis e representações de género, como pelo maior tempo de permanência na instituição escolar, sendo essas umas das arenas preferenciais para o encontro e constituição de casais (Rosa 2004, 2005). Carreiras académicas mais longa e o adiamento da entrada no mercado de trabalho, também ele mais precário e competitivo, explicam casamentos cada vez mais tardios.

A proporção de nascimentos fora do casamento evoluiu de forma similar. Até meados da década de 1980 representavam apenas 1 em cada 10 nascimentos e a eles estiveram associados estigmas sociais (Almeida e Wall 1995). Em 2011 a proporção de nascimentos fora do casamento chega aos 42,8%, valor próximo do observado nas sociedades nórdicas e anglo-saxónicas.

Em sentido contrário à evolução do casamento, o divórcio cresce rapidamente. Residual até à Revolução de Abril de 1974, estando a sua concessão institucionalmente limitada pela Concordata entre Governo Português e Santa Sé, o divórcio apenas podia ser requerido por quem apenas fosse casado civilmente. Os casamentos civis eram relativamente raros (9,3% dos casamentos em 1960 e 13,4% em 1970). Não espanta assim a reduzidíssima expressão dos divórcios por 100 casamentos até 1970 (1,1 por 100 casamentos em 1960 e 0,6 em 1970). É só a partir de 1975 que o mesmo passa a estar acessível a todos os casamentos<sup>84</sup>. A partir de 1981, o número de divórcios por 100 casamentos mais do que duplica de momento censitário para momento censitário, refletindo não apenas uma maior tendência para a dissolução das uniões celebradas como o menor peso relativo do vínculo institucional nas formas de viver em casal. Em 2011 e 2012 a tendência para o aumento do divórcio estagnou (Pina e Magalhães 2014, 38), o que poderá estar relacionado com a forte crise económica.

O simples aumento do divórcio seria um indicador insuficiente para concluir acerca da *desinstitucionalização* da família. Desde logo porque o divórcio representa a possibilidade de novo casamento, sendo o casamento de pessoas divorciadas uma realidade significativa (segundo Pina e Magalhães (Pina e Magalhães 2014, 36), em 2012, em 27% dos casamentos pelo menos um cônjuge já havia casado anteriormente)<sup>85</sup>. Mas a evolução de um conjunto diversificado de indicadores (recasamentos, casamentos com coabitação anterior e uniões de facto) aponta de forma inequívoca para uma *diversificação* das formas de viver em casal.

---

<sup>84</sup> Em 15 de Fevereiro de 1975 o artigo XXIV da Concordata (1940) foi reformulado para que o divórcio fosse possível para os casamentos celebrados no rito católico.

<sup>85</sup> A esse respeito ver por exemplo R. Rosa (2002), Lobo (2009) ou Lobo & Conceição (2003).

A menor propensão para o casamento não parece refletir uma menor adesão ao ideal de vida comum e partilhada, o que é aliás atestado pelo elevado número de conjugalidades informais ou de casamentos precedidos por coabitação anterior. Por exemplo, a percentagem de casamentos que foram precedidos de coabitação aumentou continuamente desde 1995 (Pina e Magalhães 2014, 36). Em 2012 representavam cerca de metade dos casamentos realizados em Portugal, enquanto em 2001 eram apenas 16,4% dos casos. Já as uniões de facto e recasamentos representavam em 2011 respetivamente 13,3% e 6,6%, valores substancialmente mais elevados do que os observados no início da década anterior. Estas evoluções são antes indícios do afrouxamento de uma certa normatividade associada às relações conjugais, que anteriormente estigmatizava o divórcio, a coabitação sem casamento ou a recomposição familiar (Wall 2005b). Num número cada vez mais maior de casos a coabitação informal é um *período experimental* que antecede o casamento. Mais do que desinstitucionalização da vida familiar, observa-se uma reconfiguração das normas sociais associadas à conjugalidade.

Um dos efeitos mais significativos deste conjunto de alterações, bem como do recuo da fecundidade, é a diminuição da dimensão média dos agregados domésticos. Esse fenómeno aliás já se observa desde a década de 1940. Em 1960 a dimensão média do agregado doméstico é de 3,8 indivíduos. A partir dessa década a redução do tamanho médio dos agregados acelera: 3,7 em 1970; 3,3 em 1981; 3,1 em 1991. Em 2001 os agregados domésticos tinham em média 2,8 pessoas, valor que se cifrou em apenas 2,6 indivíduos no Censo de 2011. Há ainda contrastes regionais relevantes no que respeita à dimensão média das famílias, encontrando-se as famílias mais numerosas nas sub-regiões do litoral, em particular no Norte, e nos Açores (INE 2011). Pelo contrário, os agregados domésticos menos numerosos encontram-se sobretudo nas regiões do interior e nas cidades de Lisboa e Porto.



A redução da dimensão média dos agregados envolve dinâmicas divergentes das várias tipologias familiares. Os agregados de pessoas sós crescem, sobretudo a partir de 1991 (em 2011 superam a proporção de 1 para 5, em 1960 eram cerca de 11,5% dos casos).<sup>86</sup> Em sentido contrário, os agregados familiares compostos por mais de 5 indivíduos viram a sua expressão ininterruptamente reduzida (de 17,1% em 1960, passam para 2% em 2011).

A análise detalhada dos dados sobre as estruturas domésticas permite concluir que, para lá da redução da dimensão média das famílias, se alterou a sua composição interna. Em resultado da descida e adiamento da fecundidade, do aumento do divórcio e do envelhecimento populacional, diminuem as famílias em casal com filhos e aumentam as famílias de casal sem filhos e as monoparentais (Aboim 2003, 17-18). De facto, viver em casal continua a ser a forma de coabitação mais frequente, apesar de um decréscimo ligeiro nas últimas décadas (em 1960 os casais representavam 62,3%, em 2011 são 59% dos casos). Detalhando a estrutura interna dos agregados de famílias simples, constata-se que há uma diminuição do peso relativo dos agregados domésticos de casal com filhos (de 47,5% em 1960 passam para 35,2% em 2011) e um crescimento dos casais sem filhos (de 1960 a 2011 passam de 14,8% para 23,8%).

O crescimento do número de casais sem filhos é consequência da diminuição do tamanho das descendências e portanto do tempo combinado de permanência dos filhos em casa dos pais. Não se observa em Portugal uma forte adesão ao ideal de vida sem filhos, permanecendo uma clara associação entre “conjugalidade e parentalidade” (Almeida 2003; Cunha 2007, 2012). Mas, em virtude do aumento do divórcio, as famílias monoparentais crescem (5,9% em 1960 e 9,0% em 2011), continuando a ser maioritariamente femininas. Já as formas de coabitação denominadas como complexas (agregados múltiplos ou alargados), outrora característica marcante da sociedade portuguesa sobretudo no espaço rural, diminuem para cerca metade em cerca de cinco décadas (15,4% vs. 8,7%).

---

<sup>86</sup> Esta evolução resulta do envelhecimento da população, uma vez que parte substancial dos indivíduos sós está em situação de viuvez ou são divorciados/separados sem filhos a cargo. É sobretudo nos municípios mais envelhecidos que se observa maior predomínio de agregados com apenas 1 indivíduo (INE 2011). Mas também está relacionada com o fenómeno da autonomização residencial, em relação às famílias de origem, sem inevitável conjugalidade de franjas mais jovens e urbanizadas da população. Viver só no início da vida adulta, que pode ser considerado um indicador do processo de individualização, foi uma realidade rara em Portugal até meados do século XXI.

**QUADRO 24 COORDENADAS SOCIODEMOGRÁFICAS - INDICADORES DEMOGRAFIA FAMILIAR**

Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
<b>Conjugalidade e Parentalidade</b>						
Taxa de nupcialidade	7,8‰	9,4‰	7,8‰	7,2‰	5,7‰	3,4‰
Idade média ao 1º casamento						
Homens	26,9	26,6	25,4	26,3	27,8	31,0
Mulheres	24,8	24,3	23,3	24,4	26,1	29,5
Casamentos católicos	90,7%	86,6%	74,6%	72,1%	62,5%	39,5%
Recasamentos (segundos ou post. casamentos)	-	-	-	-	14,4%	27,6%
Casamentos c/ residência anterior comum	-	-	-	-	16,4%	47,4%
Casais em união de facto (/total de núcleos de casais)	-	-	-	3,9%	6,9%	13,3%
Casais recompostos (/total de núcleos de casais com filhos)	-	-	-	-	2,7%	6,6%
Idade média da mulher ao 1º filho	25,0	24,4	23,6	24,9	26,8	29,2
Nados vivos fora do casamento (/total de nados vivos)	9,5%	7,3%	9,5%	15,6%	23,8%	42,8%
<b>Divórcio</b>						
Taxa bruta de divorcialidade	0,1‰	0,1‰	0,7‰	1,0‰	1,8‰	2,5‰
Divórcios por 100 casamentos	1,1	0,6	8,9	14,8	32,3	74,2
Número de agregados domésticos	2356982	2345225	2924443	3147286	3650757	4043726
<b>Agregados Domésticos</b>						
População residente a viver em Agregados Domésticos (AD)	8777167	8611110	9788154	9808449	10255526	10436516
Dimensão média dos AD	3,8	3,7	3,4	3,1	2,8	2,6
Agregados com + de 5 pessoas	17,1%	15,9%	10,6%	6,6%	3,3%	2,0%
<b>AD sem núcleo familiar</b>	<b>16,4%</b>	-	-	<b>16,6%</b>	<b>19,5%</b>	<b>23,3%</b>
- pessoas sós	-	-	-	<b>12,8%</b>	<b>17,3%</b>	<b>21,4%</b>
- a viver sozinhas em alojamentos unipessoais	11,5%			12,6%	15,7%	20,4%
- a viver independentes em alojamentos de várias pessoas	-	-	-	1,2%	1,6%	1,0%
- várias pessoas	4,9%			2,4%	2,2%	1,8%
<b>AD de famílias simples</b>	<b>68,2%</b>	-	-	<b>69,5%</b>	<b>70,1%</b>	<b>68,0%</b>
- casais (subtotal)	62,3%	-	-	63,9%	63,1%	59,0%
casal sem filhos	14,8%	-	-	20,0%	22,0%	23,8%
casal com filhos	47,5%	-	-	43,9%	41,1%	35,2%
- monoparentais (subtotal)	5,9%	-	-	5,6%	7,0%	9,0%
pai com filhos	-	-	-	0,8%	0,9%	1,2%
mãe com filhos	-	-	-	4,8%	6,0%	7,8%
<b>AD de famílias complexas</b>	<b>15,4%</b>	-	-	<b>13,9%</b>	<b>10,4%</b>	<b>8,7%</b>
- alargados	-	-	-	10,0%	7,3%	5,8%
- múltiplos	-	-	-	3,9%	3,1%	2,9%

Fonte: INE, Recenseamentos da População, Estatísticas Demográficas

Em termos globais, ao longo das últimas décadas, a redução da dimensão média dos agregados domésticos está associada à *nuclearização* e *individualização* das formas de coresidência (Wall, Cunha, e Ramos 2014, 58-59). A nuclearização, patente no aumento das famílias simples (casais e famílias monoparentais), parece ter atingido um teto, pois o envelhecimento populacional, conjugado com a queda e o adiamento da fecundidade, concorre para o crescimento do número de pessoas a viver sós e dos casais sem filhos (Wall, Cunha, e Ramos 2014, 59). Relativamente à individualização, ela é evidenciada sobretudo pela proporção de indivíduos a viver sós, que recrudesce sobretudo na última década, em particular entre os escalões etários mais jovens (Wall, Cunha, e Ramos 2014, 59). Mas tal não sucede apenas por via da maior independência juvenil, muito ligada a migrações para completar estudos e ao adiamento da conjugalidade. Também é comprovada pela crescente autonomia residencial de indivíduos mais velhos, sobretudo mulheres, que, por escolha ou constrangimento (viuvez, separação, por exemplo), vivem agora sós e que outrora tenderiam a ser acolhidos em agregados domésticos complexos ou de várias pessoas (Wall, Cunha, e Ramos 2014; Guerreiro e Caetano 2014).

Seguindo a leitura proposta por Wall (2011), o conjunto de transformações ocorridas no domínio da vida privada e familiar nas últimas décadas caracteriza-se por um duplo movimento. O primeiro movimento, que desponta na década de 1960, caracteriza-se por um “familiarismo renovado” que tem na conjugalização da vida familiar o seu aspeto mais marcante. Um segundo movimento de “modernização” consolida-se após a Revolução de 1974. Entre outros aspetos, este impulso caracteriza-se por uma menor diferenciação nos papéis de género, pelo acesso generalizado à contraceção, pela valorização do ensino e pela emergência dos valores individualistas (Almeida et al. 1998; Wall 2011). Portugal partilha com os restantes países do sul da Europa um forte compromisso ideológico com a família. Mas a relação do Estado com o domínio da vida privada e familiar alterou-se substancialmente. Até 1974 podíamos falar de um *unsupported familism* (Saraceno e Keck 2010) em que o enquadramento jurídico-normativo imputava à família a responsabilidade pelo cuidado na dependência ou doença. As assimetrias de género estavam fortemente institucionalizadas, sendo as tarefas do cuidado atribuídas em exclusivo às mulheres. Os escassos sistemas de previdência que existiam abrangiam apenas alguns grupos profissionais.

### ***O eixo qualificacional: escolarização tardia e assimétrica***

As baixas qualificações, de que o analfabetismo e a iliteracia são as manifestações extremas, têm um longo lastro histórico na sociedade portuguesa. Apesar do ensino primário ter sido estabelecido já nos anos 40 do século de XIX (1844), a sua implantação na prática foi sempre muito limitada, tanto pela inexistência de estabelecimentos de ensino que garantissem a aplicação desse princípio (a obrigatoriedade apenas era vinculativa a quem residisse perto de escolas primárias) como também pela inexistência de sanções para quem não colocasse os filhos na escola (Candeias 1998).

Já na I República, com a reforma do ensino de 1911, há diversos esforços no sentido de universalizar e transformar a escola primária: alarga-se a sua duração a vários ciclos; reorganizam-se os currículos; aprofundam-se os conteúdos; e estabelece-se a obrigatoriedade e gratuidade da sua frequência para ambos os sexos. Mas apesar dos esforços dos sucessivos governos republicanos no sentido de alargar a frequência obrigatória a 5 anos (legislada em 1919), tal acabou por nunca se concretizar completamente, tanto por inércia do Estado, que não dispunha de recursos financeiros para alargar a rede escolar e formar professores, como das próprias famílias, que necessitavam de braços e mãos para assegurar a sobrevivência.

Em contraposição ao regime republicano, inspirado nos pensamentos iluminista liberal e positivista, que valorizam a educação enquanto instrumento essencial para progresso e desenvolvimento, o Estado Novo inspirava-se numa ideologia autoritária, católica, conservadora e antiliberal que desconfiava dos efeitos da educação e para o qual “a instrução não representava um bem, a sua falta não representava necessariamente um mal” (Mónica 1999, 638).

Ao projeto de uma escola democrática desenhado pela República, que tinha na alfabetização um dos pilares da sua política educativa, sucede-se o Estado Novo que desvalorizou as vantagens da educação popular e reservou a instrução para as elites, impondo uma “escola nacionalista” simplificada e reduzida na sua duração (Nóvoa 1996). Todavia será precipitado considerar que o Estado Novo desvalorizou a escola. Pelo contrário, a escola era fundamental para promover o orgulho nacional e a disponibilidade dos educandos em relação à Pátria e a Deus. Mas a valorização individual ou a preparação para o mercado de trabalho eram alheias à escola do Estado Novo.

Os conteúdos escolares tinham subjacente uma intensa doutrinação moral e política de suporte ao regime. Tinham por base “a visão salazarista da sociedade, como uma estrutura hierárquica imutável, [que] conduziu a uma conceção diferente do papel da escola: esta não se destinava a servir de agência de distribuição profissional ou de deteção de mérito intelectual, mas sobretudo de aparelho de doutrinação. Para o salazarismo não havia, aliás, qualquer razão para justificar as desigualdades económicas, que eram inevitáveis e instituídas por Deus (Mónica 1978, 133).

Em termos práticos, através da Constituição de 1933, o Estado Novo vai estabelecer o ensino primário elementar com uma duração de apenas 3 anos. Tal disposição vigorará até 1956, ano em que a escolaridade obrigatória é alargada para os 4 anos mas apenas para os rapazes<sup>87</sup>. Em 1960, os 4 anos de ensino tornam-se obrigatórios também para as raparigas<sup>88</sup> e é estabelecido o regime de separação sexual na educação. Em 1964 o ensino obrigatório é estabelecido em 6 anos, organizado em dois ciclos: um elementar de 4 anos e o complementar de 2 anos<sup>89</sup>. Mas na prática, os 4 anos continuaram a ser a norma (Adão e Remédios 2009).

Entre as décadas de 1960 e 1970, algumas forças dentro do regime começaram a encarar a educação como um instrumento imprescindível para o planeamento da ação estatal e para o desenvolvimento económico (Stoer 2008, 18-19). No âmbito da chamada Reforma Veiga Simão<sup>90</sup> pretendeu-se alargar a escolaridade básica e incrementar o acesso a graus de ensino mais elevados. Esta reforma representava uma alteração face à posição do regime de Salazar/Caetano face à educação, que inicialmente concebia como inculcador da ideologia anti-desenvolvimentista.

O projeto de Reforma Veiga Simão continha laivos de liberalização e de democratização no acesso à educação, que teriam sido impensáveis antes de 1970, mas que eram sobretudo uma condição de sobrevivência para acompanhar minimamente o ritmo de desenvolvimento industrial (Stoer 2008, 20 e segs.). No caso do acesso ao ensino superior, Portugal tinha uma percentagem excecionalmente reduzida de licenciados, em comparação com outras sociedades europeias. O modelo de universidade até aí existente, tradicional e elitista, era incapaz de

---

<sup>87</sup> Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro de 1956.

<sup>88</sup> Decreto-Lei n.º 42 994, de 28 de Maio de 1960.

<sup>89</sup> Decreto-lei n.º 45.810 de 9 de Julho de 1964.

<sup>90</sup> Um conjunto vasto de iniciativas que se cristalizou sobretudo com a Lei nº 5/73 de 25 de Julho de 1973.

produzir, em quantidade e qualidade, pessoal técnico e científico necessário ao desenvolvimento económico, social e cultural (Stoer 2008, 40).

Vários aspetos estruturantes da Reforma Veiga Simão terão continuidade após a Revolução e será já em democracia que se afirma a obrigatoriedade, gratuidade e universalidade do ensino básico de 6 anos<sup>91</sup>. Esta situação foi alterada em 1986 com a Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>92</sup>, que estabeleceu a escolaridade obrigatória em 9 anos, dividida em três ciclos sequenciais: o 1º com quatro anos, o 2º com dois anos e o 3º de três anos. Já neste século, a escolaridade obrigatória foi alargada até ao final do ensino secundário.

É com base neste breve enquadramento que devemos olhar para a evolução dos diferentes indicadores relativos ao nível de qualificações escolares e profissionais da população portuguesa. A taxa de analfabetismo, uma das mais visíveis manifestações do secular atraso da sociedade portuguesa face às sociedades europeias (em que, na generalidade, o mesmo foi eliminado ou é residual há longas décadas), ainda atingia 1/3 da população portuguesa no início da década de 1960. Apesar de um rápido decréscimo, sobretudo a partir da década de 1980, à entrada do século XXI o analfabetismo ainda afetava 9% da população. No Censo de 2011 esse valor desceu para 5%, atingindo o analfabetismo essencialmente adultos e idosos (e nesses sobretudo mulheres), tendo sido eliminado o analfabetismo juvenil.

O efetivo alargamento da escolaridade obrigatória para lá do ensino primário só ocorre após 1974 e é a partir da década de 1980 que se registam incrementos assinaláveis na percentagem de população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade que atinge o ensino secundário. A progressão do número dos que completaram o secundário é quase geométrica nos decénios de 1981/1991 e de 1991/2001 (de 3,3% para 12,7%), desacelerando o ritmo de crescimento na última década (cifra-se em 17,8% em 2011).

Recentes políticas dedicadas à educação e qualificação de adultos, através do reconhecimento e certificação de competências, contribuíram para a atenuação dos défices formativos sobretudo das gerações mais velhas, em que o lastro histórico é mais pesado. Mas mesmo com os progressos registados nas últimas décadas, em 2011 apenas de 1/3 da população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade tinha completado o ensino

---

<sup>91</sup> Decreto-Lei nº 538/79 de 31 de Dezembro de 1979.

<sup>92</sup> Lei nº 46/86 de 14 de Outubro de 1986 (Lei de Bases do Sistema Educativo).

secundário. Este valor fica muito aquém da média dos países da União Europeia (média EU27 em 2010: 72,7%). O crescimento na última década foi inferior ao da média desses países (Educação 2011; OCDE 2012; Mauritti e Nunes 2013) o que significa que os progressos verificados ficam aquém de uma desejada convergência.

O crescimento da população com formação universitária é um dos factos mais marcantes das últimas décadas. De uma universidade fechada e orientada para a preparação das elites antes de 1974 (Nunes 1970) evoluiu-se para uma universidade mais aberta e orientada para a profissionalização de contingentes alargados de estudantes (Almeida et al. 2003). O ritmo de progressão da população (25-64 anos) com formação superior durante as últimas décadas tem sido impressionante (de 3,9% em 1981 para 17,3% em 2011). Também a proporção de estudantes no grupo etário entre os jovens com idades entre os 20 e os 24 anos de idade cresce de forma muito rápida. Entre 1960 e 1981 aumenta mais de 7 vezes (de 1,7% para 11,8%). Em 2011 fixava-se em 29,1%, 2,5 vezes mais que em 1981.

Ao crescimento da população universitária associa-se uma alteração de fundo na sua composição sexual. De grupo claramente minoritário em 1960 (29,5%), as mulheres passaram a ser maioritárias no início da década de 1990 (55%), situação que perdura até à atualidade (54,2% em 2011). Depois de duas décadas de claro predomínio feminino, existem alguns indícios de convergência, o que tem sido associado ao reconhecimento transversal da importância das qualificações académicas para uma profissionalização mais satisfatória (Mauritti e Nunes 2013, 35).

A democratização do acesso ao ensino superior não evitou o desenvolvimento de novas desigualdades de classe e de género, identificáveis sobretudo na escolha/acesso das universidades e das áreas científicas. Embora aparentemente o acesso das mulheres seja menos dependente da sua condição económica, tem sido observada uma clara correlação entre a estratificação social e a estratificação de prestígio dos cursos (Almeida et al. 2003, 67). Inegavelmente, o aumento das qualificações entre a população ativa tem sido constante nas últimas décadas. Por exemplo, o número de diplomados cresceu de forma consistente, levando a que representassem mais de 1/6 da população ativa no final de 2011.

Os recentes progressos não foram suficientes para eliminar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa nem reduziu significativamente a diferença face à generalidade dos países do hemisfério ocidental. A falta de qualificação da mão-de-obra é ciclicamente invocada como causa da baixa produtividade da economia portuguesa. Mas o défice qualificacional é ainda mais elevado entre os empregadores, o que coloca sérios entraves à inovação e à modernização da economia.

Olhando apenas para o ensino superior, o atraso no tempo e na forma como o mesmo se expandiu leva a que hoje em dia se observe uma dicotomia entre um numeroso grupo mais velho e pouco qualificado e um outro grupo mais jovem e qualificado. O dualismo estrutural da sociedade portuguesa, em que coexistiriam dinâmicas de modernização e polos de inércia, é um modelo analítico clássico, presente desde o texto fundador de Sedas Nunes (1964) que, não sendo suficiente, mantém alguma atualidade relativamente a diversos universos temáticos.

**QUADRO 25 COORDENADAS SOCIO-EDUCACIONAIS - INDICADORES EDUCAÇÃO**

Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
<b>Escolarização</b>						
Taxa de Analfabetismo	40,3%	33,6%	26,4%	15,3%	9,0%	5,2%
Pop. (25-64) com escolaridade inferior ao Secundário	-	-	92,8%	88,1%	74,5%	65,9%
Pop. (25-64) com o Ensino Secundário	-	-	3,3%	5,5%	12,7%	16,8%
Pop. (25-64) com o Ensino Superior	-	-	3,9%	6,4%	12,8%	17,3%
<b>Ensino Superior</b>						
Estudantes no grupo etário entre os 20-24 anos	1,7%	3,5%	11,8%	11,5%	23,9%	29,1%
Proporção de estudantes do sexo feminino no Ensino Superior	29,5%	43,6%	45,0%	55,0%	55,2%	54,2%
Diplomados no Ensino Superior	-	-	-	18671	61140	78785

**Fonte:** INE, Recenseamentos da População, GEPE



## ***O eixo económico-laboral: êxodo rural, terciarização, precarização e desemprego***

### **Do Estado Novo a 1974**

Olhamos agora para as dinâmicas do trabalho e do emprego ao longo das últimas décadas. Apesar do impulso industrial das duas décadas anteriores, até meados da década de 1970 Portugal era um país em que a maioria da população dependia da agricultura. Terá sido na década de 1950 que o trabalho na agricultura atingiu a sua maior expansão em termos demográficos. A Norte predominava a pequena propriedade, explorada em regime de agricultura familiar, recorrendo ao recrutamento ocasional de alguns assalariados. Sendo a mecanização mínima, a produção agrícola dependia quase em exclusivo do fator trabalho e as tarefas nos campos ocupava famílias inteiras. A Sul, a repartição da propriedade em grandes latifúndios era o elemento central de uma organização socioeconómica polarizada, em que os assalariados agrícolas temporários eram a maioria da população ativa agrícola (Baptista 1994). Aos campos do Sul afluíam também ranchos de trabalhadores migratórios sazonais, provenientes de regiões da agricultura familiar, em busca de um complemento para o seu exíguo rendimento. Persistia ainda nesta região uma parcela relevante de agricultores isolados e rendeiros, que complementavam a sua subsistência através da pluriatividade (Carmo 2007).

Durante a década de 1960, com o incremento da mecanização dos campos, regride o número de agricultores rendeiros (isolados e patrões), e intensifica-se a polarização social dos campos do sul (Carmo 2007). As condições de trabalho eram duras, os dias de trabalho longos e as remunerações baixas. O emprego contratado era sazonal e a relação laboral predominantemente informal (o denominado ‘trabalho à jorna’). As assimetrias de género no acesso à propriedade eram muito vincadas mas não eram menores no trabalho assalariado, tendo as mulheres uma relação extremamente precarizada com o trabalho (O'Neill 1978; Cabral 1986).

Face à inexistência de mecanismos de concertação social, os trabalhadores estavam à mercê da boa vontade do Estado (Patriarca 1994, 838). Durante o regime corporativo do Estado Novo, a liberdade de organização, de sindicalização ou o exercício do direito à greve estavam proibidos. Os sindicatos ditos *nacionais* ou *corporativos* eram os únicos legalmente admitidos. A ação sindical destas organizações estava subordinada aos “superiores interesses

da economia nacional”, orientada para “a Nação” e devia explicitamente recusar qualquer veleidade de luta de classes (Marques 2007). Esta circunstância fragilizava a situação de todos os trabalhadores, em particular dos assalariados rurais, que constituíam a grande maioria.

Apesar da brutal repressão dos movimentos sindicais, até à Segunda Guerra Mundial o governo revelou-se interventivo e procurou aliviar alguns dos enormes desequilíbrios sociais, por via de aumentos salariais e da negociação de convenções coletivas. Mas se numa primeira fase também a atuação do patronato foi alvo de condicionamento, perante o surto grevista durante a guerra e face ao perigo de uma proletarização generalizada, os poderes patronais são reforçados no pós-guerra e o Estado passa a intervir o mínimo possível nos salários e nas condições de trabalho (Patriarca 1994, 838-839).

A partir dos anos 1960 o crescimento industrial multiplicou as oportunidades de trabalho no litoral e a composição profissional da população empregada começou a alterar-se rapidamente. Inicia-se então um rápido declínio do trabalho rural. O eixo Lisboa-Setúbal tornou-se atrativo e a ele afluíram muitos trabalhadores rurais, em especial do Sul, em busca de melhores remunerações e de emprego mais previsível e estável (Barreto 2005; Marques Pereira et al. 2012)<sup>93</sup>.

O sector secundário cresceu sobretudo entre 1960 e 1981. O tecido industrial que se desenvolveu era, com algumas notórias exceções, maioritariamente composto por pequenas unidades industriais. Mas apesar do rápido crescimento do sector secundário os assalariados industriais não se aproximaram nem do grau de massificação nem da concentração geográfica das sociedades industrializadas do centro da Europa. Simultaneamente, a partir da década de 1950, o impulso da recuperação económica na Europa Ocidental atrai centenas de milhares de portugueses a seguir a via da emigração.

Estes dois movimentos (êxodo rural e emigração) exauriram as aldeias mas permitiram alguma melhoria nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais (Baptista 1994). Por um lado, ao absorverem os excedentes demográficos portugueses, obstaram a que, nesta fase, se registassem problemas de desemprego relevantes em Portugal e permitiram a valorização do trabalho assalariado (Lopes 1996). Por outro lado, o surto económico dos anos 1960-1970

---

<sup>93</sup> Segundo Barreto (2005) os relatórios oficiais na década de 1960 indicavam que os trabalhadores rurais do Ribatejo, Alentejo e Algarve trabalhavam, em média, entre 140 a 160 dias por ano.

coincide com a Guerra Colonial, o que traz as mulheres para o emprego na indústria e sobretudo nos serviços, ocupando posições que ficaram desocupados com a mobilização militar (Baganha 1993).

A crise económica que se instala na Europa em 1973 estanca a corrente migratória para a Europa, que até à Revolução fora o “remédio” para a falta de trabalho (Rodrigues 1985, 693). Este facto provoca um significativo aumento da mão-de-obra disponível em Portugal, abrandando o crescimento da produtividade e dos rendimentos (Lopes 1996). Se a isso juntarmos o retorno das ex-colónias de várias centenas de milhares de pessoas (Pires 1999), a atracção das mulheres ao mercado de trabalho e a agudização dos conflitos pela repartição do rendimento, compreendemos melhor o surgimento do desemprego logo após a Revolução, o que à época constituía uma novidade na sociedade portuguesa (Rodrigues 1985).

### **A Revolução e o mundo do trabalho**

Com o 25 de Abril de 1974 são desencadeadas profundas alterações no contexto político, social e regulatório. No Sul do país, as lutas sociais culminam nas ocupações de terra dando origem ao processo de coletivização que ficou conhecido como Reforma Agrária. Na indústria, as lutas sociais culminam num amplo processo de nacionalizações que envolve, entre outras: a banca; os seguros; as telecomunicações; a produção, transporte e distribuição de energia; os estaleiros navais; as empresas de transportes rodoviários, ferroviários e fluviais; as indústrias mineiras, químicas, siderúrgicas, refinadoras, cimenteiras, tabaqueiras e da celulose (Noronha 2011).

Estes desenvolvimentos alteraram radicalmente as relações laborais. A legislação laboral introduzida durante a década de 1970 eliminou a opressão e discriminação das mulheres, que vigorava de forma explícita durante o Estado Novo (Monteiro 2010). As nacionalizações e intervenções do Estado, a Reforma Agrária e a expansão da Administração Pública traduziram-se na criação de emprego assalariado estável para uma parte considerável da população ativa, o que moderou o crescimento do desemprego (Rodrigues 1985; Lopes 1996). Parte significativa dos trabalhadores passou a estar sob a alçada de uma relação de emprego público ou equiparado. Foi também instituído o subsídio de desemprego e mais tarde o subsídio social de desemprego, bem como introduzidas outras prestações contributivas e não contributivas, com o desenvolvimento de um sistema de proteção social.

Apesar da institucionalização de uma forma típica de emprego estável, rapidamente se operou “uma reorientação crescente da criação de emprego para formas precárias, legais ou clandestinas, que comprometem os direitos adquiridos quanto aos despedimentos, greves, atualização salarial, acesso a férias pagas, segurança social, etc.” (Rodrigues 1985, 686). Nesta fase, as estratégias patronais que visavam contornar a relação salarial típica eram mais frequentes nos sectores dependentes de mão-de-obra abundante e não qualificada ou que sofriam fortes flutuações sazonais (turismo, construção, agricultura), por vezes contando com a convivência e proximidade entre empregador e o trabalhador individual (Rodrigues 1985).

### **De 1974 a 2010**

Nas décadas mais recentes a população ativa, mantendo uma tendência já observável desde a década de 1970, cresceu a um ritmo substancialmente mais elevado do que a população residente. Sobretudo no decénio entre 1981 e 1991, o crescimento acumulado da população ativa foi elevado. A expansão do mercado de trabalho resulta do forte crescimento populacional das décadas imediatamente anteriores, com a entrada na vida adulta e profissionalização de sucessivas gerações. Reflete também dois outros fenómenos a que já aludimos anteriormente: a absorção de populações retornadas das ex-colónias (sobretudo no período entre 1974-1977); e o acolhimento de trabalhadores imigrantes, num período de crescimento económico entre a segunda metade da década de 1980 e o fim da década de 1990, que antecedeu a adesão à União Económica e Monetária (Aguiar-Conraria, Alexandre, e Pinho 2012).

As duas últimas décadas do século XX são marcadas por um processo de desindustrialização e terciarização do tecido económico. O retrocesso do emprego no sector industrial, que já era evidente no início da década de 1990, acelerou na primeira década do século XXI, representando o sector secundário em 2011 aproximadamente 27,3% da população ativa.<sup>94</sup> Já no caso do sector terciário, a trajetória é de crescimento ininterrupto entre 1960 e 2011.

---

<sup>94</sup> Segundo Barreto (2005) a análise das estimativas anuais sugere que Portugal apenas esporadicamente durante a década de setenta terá tido a maioria da população empregada na indústria, o que será um caso raro na Europa Ocidental.

A evolução da composição social e profissional da população ativa indica uma intensificação das situações de assalariamento nas últimas décadas. Os trabalhadores por conta de outrem passaram de 65,4% em 1970 para 78,9% em 2011. Em sentido oposto, sobretudo na década entre 2001 e 2011, tem sido a evolução dos trabalhadores isolados, que se viu significativamente reduzida em virtude da falência de muitos pequenos negócios. Também praticamente se extinguíram as situações de trabalho familiar. Por fim, a proporção dos patrões aumentou sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, período dourado do crescimento económico e do afluxo de fundos da Comunidade Europeia.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho é seguramente um dos factos mais relevantes da vida social portuguesa nos últimos 50 anos, com múltiplos efeitos transformadores, seja através da recomposição da estrutura produtiva, seja nas relações de género. Em meados da década de 1960 apenas 13,1% das mulheres estavam integradas no mercado de trabalho. As décadas seguintes, em especial o período entre 1974 e 2001, são marcadas por um crescimento forte e constante do envolvimento feminino na atividade produtiva (paga). Em 2011 a taxa de atividade feminina total cifrou-se em 47,4%, situando-se a taxa de atividade feminina entre os 25 e os 34 anos de idade nuns impressionantes 88,8%<sup>95</sup>.

Num primeiro momento, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho terá resultado da escassez de mão-de-obra causada pela Guerra Colonial e pela emigração masculina (Baganha 1993). Num período já posterior a 1974 a participação feminina intensifica-se sobretudo com o crescimento dos sectores terciário e com expansão do emprego público. Embora a taxa de atividade feminina fosse ainda relativamente baixa, já no início da década de 1980 a maioria das mulheres estava empregada nos serviços, persistindo um conjunto numeroso no sector agrícola. Nas décadas seguintes três fatores inflacionam a proporção de mulheres nos serviços: o acesso ao mercado de trabalho de mulheres que até aí se ocupavam de tarefas domésticas; o decréscimo do emprego na agricultura; a desindustrialização (o sector secundário durante décadas ocupou cerca de 25% das mulheres empregadas). Em 2011 mais de ¾ das mulheres ativas trabalham no sector dos serviços.

---

<sup>95</sup> Apesar de ainda mais elevada que a feminina em cerca de 10%, a taxa de atividade masculina tem evoluído em sentido contrário, sobretudo devido ao envelhecimento populacional (em 2011 a taxa de atividade masculina era de 57,1%).

A feminização do mercado de trabalho em Portugal tem características paradoxais. As mulheres foram protagonistas destacadas no processo de qualificação académica e profissional das últimas décadas e a expansão da Administração Pública fez-se com recurso a mão-de-obra feminina em especial nas denominadas ‘funções sociais’ (áreas como a educação, a saúde ou segurança social) em que são claramente maioritárias (Rato et al. 2007). Mas, por outro lado, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho português ocorreu em paralelo com o crescimento da flexibilidade nas relações laborais sobretudo no período pós-1974 (Kóvacs 2005b).

Assim se compreende que a fragilização dos vínculos contratuais, a insegurança no emprego ou o trabalho a tempo parcial incidam em particular sobre as mulheres trabalhadoras, trazendo consigo a degradação das condições de emprego (salários mais baixos, exclusão dos benefícios e da proteção social, menores oportunidades de desenvolvimento de carreira). A atividade profissional das mulheres continua a ser exercida num mercado de trabalho marcado por uma clara segregação horizontal (entre posições e sectores de atividade), vertical (entre níveis de qualificação e de responsabilidade, inclusive no sector público) e transversal (empresas e sectores que melhor remuneram e profissões com mais capacidade negocial atraem mais a mão-de-obra masculina) (Ferreira 1993, 2010)<sup>96</sup>. A sobre-representação das mulheres em sectores e atividades que oferecem piores remunerações (indústria têxtil, serviços pouco qualificados) tem-se inclusivamente reforçado (Ferreira 2010).

---

<sup>96</sup> Estas formas de segregação resultam de vários processos discriminatórios que operam a diferentes níveis e em diferentes fases do percurso profissional (Ferreira 2010, 169-170). Segundo Ferreira (2010) decorrem de estereótipos sexuais que guiam as escolhas escolares de homens e mulheres e são amplificadas pelo efeito “teto de vidro” que resulta de práticas organizacionais discriminatórias no recrutamento e na promoção. Também são sustentadas por políticas fiscais que afetam o comportamento das mulheres no mercado de trabalho e pelo défice de serviços de apoio à vida familiar.

Um derradeiro aspeto a considerar é a evolução do desemprego. Recuando ao início da década de 1980, a taxa de desemprego era relativamente elevada para o padrão da época (7,6% em Dezembro de 1983). À data, Portugal vivia uma situação de crise económica e de intervenção do FMI. As duas décadas seguintes, marcadas pela adesão à CEE e por um período de crescimento económico, contribuíram para que o desemprego descresse para valores na casa dos 4%. Em meados da década de 1990 Portugal apresentava taxas de desemprego relativamente baixas no contexto europeu. Jovens e mulheres, para além dos indivíduos pouco qualificados, eram até aí os grupos sociais mais afetados pelo desemprego.

Durante a primeira década do século XXI, à medida que a situação económica e financeira do país se foi deteriorando, a taxa de desemprego foi aumentando. A partir de um valor mínimo em Novembro de 2003, os números do desemprego começam uma longa tendência ascendente, atingindo um pico de 17,5% da população ativa em Maio de 2013<sup>97</sup>. Após o pico no ano de 2013, a taxa de desemprego tem vindo a regredir.

A evolução ao longo da primeira década do século XXI conferiu contornos diferentes ao desemprego, tanto em termos de magnitude, sem precedentes, como em termos de composição social. O crescimento do desemprego tem sido relacionado com uma crescente segmentação do sistema de emprego, nomeadamente por força do aumento do *stock* de desemprego jovem (Silva e Pereira 2012, 136)<sup>98</sup>. Efetivamente, a recente vaga de desemprego tem afetado de forma muito vincada os mais jovens (Carmo e Cantante 2014). A composição sexual dos desempregados tem vindo a alterar-se substancialmente, fruto do brutal impacto da crise económica em atividades em que predominam os homens (construção civil, indústria, etc.). Nos anos mais recentes, a proporção de homens e mulheres entre os que estão sem

---

<sup>97</sup> Outras realidades que ficam para lá da medida oficial e estandardizada do desemprego compõem o tom sombrio atual do emprego em Portugal: o número dos “inativos disponíveis” cifrava-se no final de 2012 em cerca de 260 mil; e o subemprego ronda os 261 mil. Este conjunto de situações de desemprego e subemprego afetavam acima de 1,2 milhões de pessoas em Março de 2013 (INE, 2013).

<sup>98</sup> Num quadro de maior incidência e duração do desemprego, as recentes restrições no acesso aos mecanismos de proteção contribuem para o aumento das situações de “desemprego desprotegido”, isto é, sem qualquer apoio (Silva e Pereira 2012). A diminuição da proteção no desemprego produz “um efeito mimético do que se está a passar no emprego, sendo ela própria segmentada [afetando] com particular incidência (...) segmentos à partida mais fragilizados no mercado de trabalho (...) que assim acumularão fatores de exclusão” (Silva e Pereira 2012, 141).

emprego é praticamente equivalente. Para além do desemprego jovem, também aumentou a incidência do desemprego de longa duração entre os mais velhos.

**QUADRO 26 COORDENADAS SOCIOECONÓMICAS - INDICADORES EMPREGO**

Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011
<b>População Ativa</b>						
População Ativa (milhares)	-	3910,1	4367,2	5101,6	5325,2	5543,2
Taxa de Crescimento (IC*)	-	-	-	+18,80%	+4,40%	+4,10%
Taxa de atividade (pop. ativa/ total)						
Masculina						
Feminina	63,8%	62,1%	57,1%	54,4%	58,4%	57,1%
	13,1%	19,0%	29,0%	36,0%	45,5%	47,4%
Feminina (25-34 anos)	-	-	-	78,5%	83,1%	88,8%
<b>Sectores de Atividade</b> (1974)						
Primário (total)	43,6%	<b>34,9%</b>	<b>26,7%</b>	<b>17,5%</b>	<b>12,8%</b>	<b>9,9%</b>
- H	-	30,7%	21,2%	15,1%	11,6%	11,0%
- M	-	41,4%	35,0%	20,6%	14,2%	8,6%
Secundário (total)	28,9%	<b>33,7%</b>	<b>36,5%</b>	<b>33,5%</b>	<b>33,8%</b>	<b>27,3%</b>
- H	-	38,8%	44,6%	40,3%	43,1%	37,2%
- M	-	26,1%	24,3%	24,7%	22,5%	16,1%
Terciário (total)	27,5%	<b>31,4%</b>	<b>36,8%</b>	<b>49,0%</b>	<b>53,4%</b>	<b>62,8%</b>
- H	-	30,6%	34,2%	44,6%	45,3%	51,7%
- M	-	32,5%	40,8%	54,7%	63,3%	75,3%
<b>População Empregada</b> (1974)						
População empregada (milhares)	-	3.694	3969	4857,4	5111,7	4837
- TPCP (total)	-	<b>19,1%</b>	<b>17,7%</b>	<b>26,7%</b>	<b>24,6%</b>	<b>20,5%</b>
- Patrões	-	2,9%	2,4%	5,1%	6,2%	5,1%
- Isolados	-	16,2%	15,3%	21,6%	18,4%	15,4%
- TPCO	-	65,4%	67,5%	69,6%	72,6%	78,9%
- Outras situações (Tr, Familiar, p.ex.)	-	15,4%	14,8%	3,7%	2,8%	0,6%
<b>Desemprego</b> (1983)						
Taxa de desemprego HM (Dezembro)	-	-	7,6%	4,1%	4,0%	12,7%
Homens	-	-	4,6%	3,4%	3,2%	12,4%
Mulheres	-	-	11,6%	4,9%	5,0%	13,1%
15-24 anos	-	-	18,3%	9,4%	9,4%	30,1%

**Fonte:** INE, *Recenseamentos da População, Inquérito ao Emprego*

\* IC – Inter-Censos



### ***Síntese conclusiva***

Abordámos neste capítulo alguns aspetos de recomposição da estrutura social portuguesa ao longo das últimas décadas. A análise incidiu em desenvolvimentos relevantes nos domínios da população, da família, do trabalho e da educação. Globalmente, a mudança social é muito profunda. Apenas tomando o domínio familiar como exemplo, o sentido da evolução dos indicadores aqui compilados aponta para práticas e transições familiares mais pluralizadas e individualizadas, tendência já exposta nos anos 90 do século XX e que se tem intensificado desde aí (Wall 2005c; Aboim 2010a). Nomeadamente a tese da individualização tem enquadrado estas mudanças numa narrativa de declínio da família, resultante da ausência de constrangimentos sociais e institucionais, que conduziria os indivíduos a fazer escolhas relacionais segundo critérios puramente autodeterminados, num exercício pleno da agência (Gouveia 2014, 235). Mas, pelo lado das estruturas domésticas, constata-se que as tendências para a individualização, por exemplo expressas no aumento de pessoas vivendo sós, não evolui necessariamente à custa das modalidades de coresidência típicas da conjugalidade procriativa. Este aparente paradoxo ilustra a complexidade da relação entre família e mudança social, paradoxo extensível aos restantes domínios aqui examinados. Em nosso entender não se trata de uma real contradição mas antes um efeito de perspectiva teórico-metodológica.

Como já frisámos anteriormente, a perspectiva do percurso de vida propõe que consideremos a construção biográfica como resultante da intersecção entre o tempo pessoal e familiar e o tempo histórico e geracional. Nas últimas décadas parte do *mainstream* sociológico afastou-se da análise das estruturas sociais e privilegiou a problematização das modalidades da agência e da experiência individual. Através da análise da evolução das estruturas, procurámos estabelecer um contrapeso relativamente a algumas teses sobre a modernidade que exaltam o papel da agência e da escolha individual nas sociedades contemporâneas.

Os indivíduos pertencentes às coortes consideradas nesta dissertação, já apresentadas no capítulo anterior, foram simultaneamente espectadores e protagonistas da evolução aqui descrita. A contextualização histórica e institucional apresentada acompanha, grosso modo, o período de vida dos indivíduos nascidos em cada uma dessas coortes. Fornece elementos adicionais para compreender os contextos estruturais, sociais e normativos em que cada coorte foi socializada e vivenciou as transições de vida mais significativas. Apresenta alguns

dos constrangimentos e das alterações na estrutura das oportunidades sociais com que os indivíduos se confrontaram em cada período histórico e que balizam a sua *agência*. Mas uma análise da evolução estrutural é necessariamente árida no que diz respeito aos indivíduos. Não perdendo de vista os elementos aqui adiantados, os capítulos subsequentes ocupam-se da reconstituição das trajetórias familiares e profissionais dos indivíduos.

## V

### Capítulo V - As trajetórias familiares de coresidência

---

#### ***Pluralização da vida familiar: contextos e limitações***

A ideia de ciclo familiar cristalizou alguns dos pressupostos da “modernidade organizada”. Assentando numa estrita divisão de papéis de género, este modelo depositava elevadas expectativas na família nuclear, tanto no que diz respeito à socialização primária, como à estabilidade e previsibilidade dos percursos dos seus integrantes, como ainda em relação à temporalidade das transições familiares (Duvall 1957; Parsons e Bales 1956; Duvall e Miller 1985). Mas, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista empírico, as últimas três décadas colocaram em questão a existência de um ciclo familiar, bem como a própria relação entre a idade cronológica e a cronologia das vidas (Hogan 1978; Widmer e Gauthier 2013). O conceito de ciclo de vida tem sido criticado pela sua linearidade etapista (Aboim 2010a), pela incapacidade de acolher uma perspetiva intergeracional (Widmer e Gauthier 2013), pela sua conceção limitada e normativa de família (Aldous 1996), e ainda pela “naturalização” de uma situação historicamente contingente (Hareven 1991a, 1991b).

A perspetiva do percurso de vida, enquanto paradigma teórico, ampliou o foco analítico para o desenvolvimento ao longo da vida, rompendo igualmente com expectativas rígidas em relação aos papéis sociais desempenhados em cada fase da vida (Giele e Elder 1998). Esta foi uma evolução importante, uma vez que nos contextos contemporâneos, “o *ciclo de vida*, enquanto instrumento analítico, se tornava permeável aos episódios menos previsíveis e mais desarrumados, (...) deixando-os escapar pelos buracos das suas grelhas de análise” (Nico 2011, 15).

Todavia, as evidências empíricas, nomeadamente a pluralização das formas de viver em família, não permitem que se conclua que o percurso de vida familiar se tornou essencialmente individualizado ou desestruturado (Widmer e Gauthier 2013, 55). Pelo contrário, mantém-se a adesão simbólica a um ciclo de vida com cronologias fortemente definidas e ordens sequenciais lineares, *i.e.*, *estandardizadas* (Elchardus e Smits 2006). Simultaneamente observa-se uma pluralização das trajetórias familiares entre as coortes mais jovens (Brückner e Mayer 2005; Elzinga e Liefbroer 2007). A complexificação dos arranjos domésticos nestas coortes resultará das alterações observadas no período de transição para a

vida adulta (Shanahan 2000). E a atual pluralização do percurso de vida traduz uma nova lógica destradicionalizada e não corresponde propriamente a um retorno à instabilidade e à imprevisibilidade característica de períodos pré-modernos (Aboim 2010a).

Alguns autores afirmam que será mais seguro dizer que a conceção de um ciclo de vida “naturalizado”, tal como proposto pelas teses funcionalistas, deve ser substituída por um entendimento do ciclo de vida enquanto estrutura temporal, ancorada em normas e produzida pelos atores, que impõe uma regularidade às decisões e eventos da vida dos indivíduos, influenciando o seu bem-estar individual e o da coletividade (Elchardus e Smits 2006, 303). A pesquisa contemporânea tem destacado a importância dos aspetos estruturais, concebendo os percursos de vida enquanto um compromisso entre, por um lado, as normas e os ideais individuais e, por outro lado, os constrangimentos externos de ordem normativa e material que circunscrevem as suas possibilidades de ação (Buchmann 1989; Elchardus e Smits 2006; Nico 2011).

O que daqui resulta para a discussão em torno das trajetórias familiares é a necessidade de empregar dispositivos teóricos e procedimentos metodológicos que possibilitem reconhecer tanto os elementos de continuidade, como os de mudança nas estruturas familiares. É o que fazemos nos dois pontos que se seguem, a partir da análise das estruturas domésticas e do posicionamento dos indivíduos nas mesmas.

### ***Estruturas domésticas e trajetórias familiares em Portugal***

A evolução das estruturas domésticas em Portugal, a partir das tipologias propostas pela história da família e pela demografia histórica, tem permitido fixar instantes da organização familiar, sob a forma das estruturas dos agregados domésticos. Muito embora as estruturas domésticas se alterem de uma forma extremamente lenta, diversos trabalhos sobre a evolução das estruturas domésticas em Portugal ao longo das últimas cinco décadas têm descortinado tendências de *desfamíliação* (por via da quebra dos casais com filhos e aumento das pessoas sós), de *desinstitucionalização* (com o aumento das relações conjugais informais) e de *privatização* progressiva das estruturas conjugais (Wall e Aboim 2003, 100; Delgado e Wall 2014).

Observam-se também tendências de *nuclearização* e de *individualização*, tendo a dimensão média dos agregados domésticos diminuído continuamente ao longo dos últimos cinquenta anos (Wall, Cunha, e Ramos 2014). São atualmente mais comuns as famílias monoparentais, por via do aumento do divórcio e das separações conjugais (Marinho 2014). O efeito combinado do adiamento da parentalidade e da diminuição da fecundidade torna mais frequentes as famílias de casal sem filhos ou com descendências de filho único, mesmo entre os casais mais jovens (Cunha e Atalaia 2014).

A análise dos agregados domésticos a partir de dados censitários permite descrever uma *morfologia* das estruturas familiares, que se organiza em torno do sistema de parentesco e de aspetos normativos relativos à coabitação matrimonial (Rowland 1997, 9). Mas os dados censitários referem-se a uma população heterogénea e à sua composição estrutural num determinado momento. Por este meio, a evolução do posicionamento dos indivíduos no seio dessas mesmas estruturas ao longo do tempo é insondável, uma vez que o comportamento individual não é traçável de censo para censo. Por outro lado, a evolução estrutural dos grupos domésticos não pode ser relacionada com as normas, valores, atitudes ou sequer com os comportamentos dos indivíduos ou dos conjuntos de indivíduos<sup>99</sup>.

Pelas razões aduzidas, a constatação de alguns factos gera perguntas a que os dados censitários não permitem responder. Em termos globais, podemos falar de um padrão dominante ou são as trajetórias familiares cada vez mais variáveis e diversificadas? E de que forma se relacionam as trajetórias familiares com variáveis como o sexo, a educação ou as origens de classe?

---

<sup>99</sup> Esta insuficiência resulta do discurso de carácter estatístico relativamente a comportamentos humanos (Rowland 1997, 8-9). Um outro problema que este tipo de análise também não pode resolver é o das funções que o agregado doméstico desempenha numa determinada sociedade (Rowland 1997, 9-10). A importância do agregado doméstico na organização social certamente reflecte a importância das funções que desempenha. Por outro lado, essas funções certamente condicionam a própria composição dos agregados. Mas a especificidade económica, cultural, normativa e histórica dessas funções não permite que as mesmas sejam deduzidas linearmente da estrutura de parentesco que está na base da distinção entre família e agregado doméstico. A solução antropológica para este caso está contida na máxima “Ask the natives”.

O adiamento e decréscimo da fecundidade e o envelhecimento da população são dois desenvolvimentos que tornaram mais frequente que se viva enquanto casal sem filhos (Cunha e Atalaia 2014). No caso dos casais jovens sem filhos será lícito falar de *desfamíliaização* (no sentido de família procriativa)? Ou será essa situação o efeito dominó de imposições externas ou de opções de adiamento, eventualmente compensáveis mais tarde? Dados recentes revelam aliás que se trata de uma tendência que já vem dos anos 80 (Mendes 2012; Mendes e Tomé 2014; Cunha 2014). Já em relação à monoparentalidade sabemos que é um fenómeno sobretudo feminino e que o seu peso, em termos censitários, tem aumentado de forma marginal (Wall e Lobo 1999; Wall 2003; Marinho 2014). Como se articula a monoparentalidade com as dinâmicas de recomposição familiar? Será a monoparentalidade uma fase transitória ou estender-se-á até à autonomia dos filhos?

É manifesto o decréscimo das situações de complexidade familiar, característica sempre minoritária mas relevante e distintiva das formas de coresidência familiar em regiões de elevada concentração populacional e pequena propriedade agrícola (Vasconcelos 2003, 2014). Quando e porquê se dá a saída (ou a entrada) dos indivíduos nesse tipo de agregados? Trata-se de viver em complexidade no início ou no fim da vida, em fases em que se necessita de mais apoio? Ou é uma opção por um tipo de família, que perdura ao longo da vida?

As questões que acima levantámos são apenas exemplificativas das insuficiências dos dados sincrónicos, como são por natureza os dados de um censo populacional ou de estudos *ad-hoc*, para a compreensão das trajetórias familiares. Embora este capítulo empírico procure responder a interrogações sobretudo de natureza empírica, as mesmas têm consequências teóricas relevantes, como já discutido. A sociologia funcionalista da família e a teoria do ciclo familiar adiantam como hipótese que subsista um padrão claramente dominante de trajetória familiar, que vai da família de orientação à família de procriação, ao qual está associada uma sequência rígida de eventos e associado um calendário de transições. Outros contributos teóricos, inspirados tanto na história da família, como nas teorias pós-modernas, como ainda na demografia, sugerem um cenário mais diversificado e inspiram a hipótese da pluralização das trajetórias com a consequente fragmentação do modelo dominante em múltiplas situações particulares (Hareven 1991a; Beck e Beck-Gernsheim 2002; Lesthaeghe 2010).

As singularidades do caso português, nomeadamente a conjugação entre a rápida mudança socioinstitucional, a persistência de grandes desigualdades sociais e a forte adesão a um ideário familialista, tornam interessante a problematização do nexu entre processo de individualização e trajetórias familiares. Após o período de “familialismo renovado” (Almeida et al. 1998, 51) que se estendeu até aos anos 80, a atual saliência de novas formas familiares (famílias recompostas, monoparentais, etc.) leva a que se conjecture pela existência de um regime de percurso de vida substancialmente diferente de outrora (Aboim 2010a, 111). Mas a modernização terá sido muito mais veloz no campo da secularização do que propriamente da individualização (Almeida 2003, 52).

A hipótese que avançamos é de que a pluralização das trajetórias familiares se exprime sob a forma de mitigação do modelo dominante. No nosso entendimento, a pluralização não corresponderá necessariamente a uma rutura com uma orientação fortemente familialista, correspondendo antes ao afrouxamento de um conjunto de pressupostos no que diz respeito tanto à sequência como ao calendário das transições. Embora a sequência mais comum possa, à primeira vista, aproximar-se da “normal family biography” (Kohli 1989; Levy 1977), a sua maior variabilidade não será tanto um indício da erosão de uma trajetória dominante, como sintoma de que atualmente “não existe um único padrão de transição que seja legitimamente declarado de ‘normativo’, seja estatística ou culturalmente” (Dannefer 2002, 652 citado por Nico, 2011:168). Ou seja, “não há uma norma e vários desvios, mas simplesmente, vários tipos de trajetórias” (Nico 2011, 168).

### ***Analizando as Trajetórias Familiares: estratégia metodológica***

A nossa proposta para a análise das trajetórias familiares convoca trabalho dos historiadores da família (Laslett 1972; Hammel e Laslett 1974), adaptando-o às ferramentas teórico-metodológicas da perspectiva do percurso de vida. Propomos que se examine o posicionamento dos indivíduos no seio dos agregados domésticos, descrevendo a evolução dos eventos biográficos associados à coresidência, sem antecipar a existência de um modelo sequencial de estágios ou transições predefinidas. Só *a posteriori* é plausível aferir em que medidas as trajetórias vividas se conformam a um modelo de tipo desenvolvimentista, tal como preconizado pelo conceito de ciclo de vida, ou se, diferentemente, as trajetórias de coresidência se organizam em função de preferências individuais afastadas dessa norma.

Esta estratégia implica mudar o foco analítico da família, enquanto agregado doméstico, para o indivíduo, enquanto vértice agregador de uma pluralidade de relações familiares e sociais. Em cada momento do seu percurso de vida, o indivíduo insere-se num agregado doméstico, cuja composição é para nós relevante (sincronia). Através da ação, tanto do indivíduo como daqueles que o rodeiam, modificam-se as posições em relação à estrutura dos agregados domésticos. À sucessão de posicionamentos individuais atribuímos a designação de *trajetória familiar* (diacronia). Cada indivíduo desenvolve uma trajetória familiar específica, que é interdependente em relação às trajetórias dos restantes indivíduos que com ele vão coresidindo ao longo da vida. A estrutura na origem e as modificações ao longo do tempo são elementos centrais na nossa análise. Mas não presumimos a existência de um desenvolvimento expectável na composição do agregado ou das funções dos elementos que o compõem. Deste modo potenciamos a captação da diversidade e da variabilidade dos formatos familiares em que o indivíduo se insere ao longo da vida, através da análise sincrónica e diacrónica. Ao mesmo tempo podemos aferir a validade de pressupostos desenvolvimentistas num contexto histórico marcado pela complexificação das formas de vida familiar.

Em todo o caso não consideramos plausível que a maior diversidade de situações resulte numa miríade de trajetórias familiares. A orientação para a parentalidade e para a conjugalidade (vide **Capítulo III**), bem como os efeitos duradouros de uma forte normatividade institucional, tornam plausível uma forte adesão a trajetórias familiares conjugais-parentais, tanto na família de origem como na família de procriação. Ainda assim é expectável que a variabilidade no calendário de alguns eventos transicionais resulte num alargamento de períodos de vida a solo e num incremento das situações de *childlessness*. Estando os agregados domésticos complexos em declínio é expectável que sejam numerosas as situações em que os indivíduos procedem desse tipo de agregados. Isso tenderá a verificar-se sobretudo em coortes mais velhas. O calendário e a modalidade dessa transição serão fatores adicionais de pluralização das trajetórias familiares.



Os dados aqui usados constituem uma reconstrução retrospectiva da constituição do agregado doméstico em que os indivíduos viveram até aos 35 anos de idade dos dados provenientes do Projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais”, já descrito no **Capítulo III**. Aos inquiridos foi colocada a questão: “Com quem viveu ao longo da sua vida?”. Começando pelo agregado doméstico à data do nascimento, era pedido que sucessivamente fosse indicada a idade que tinham aquando de cada alteração na composição do agregado (morte de um familiar, nascimento de um irmão, separação, passar a viver sozinho, etc.). Para facilitar a tarefa era apresentada uma listagem de pessoas aparentadas e não aparentadas<sup>100</sup>.

A informação foi sintetizada em 13 configurações que se distinguem em função da posição que o indivíduo ocupa no *ensemble* familiar. As categorias são construídas a partir do indivíduo, alargando-se em função da aliança, da consanguinidade e da afinidade (e das combinações possíveis entre estas). Cada indivíduo podia estar a viver nas seguintes situações: 1.Sozinho; 2.Com os dois pais<sup>101</sup> (com ou sem irmãos); 3.Com pai ou mãe (com ou sem irmãos)<sup>102</sup>; 4.Com os dois pais (com ou sem irmãos) e com outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s); 5.Com outra(s) pessoa(s) não aparentada(s); 6.Em casal sem filho(s); 7.Em casal com filho(s); 8.Em casal com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s); 9.Em casal sem filho(s) e com outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s); 10. Sozinho com filho(s); 11.Sozinho com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s); 12.Com pai ou mãe e padrasto ou madrasta (com ou sem irmãos); 13.Com outra(s) pessoa(s) aparentada(s).

O critério utilizado parte da coresidência no mesmo alojamento e, tal como apresentado no **QUADRO 27**, a organização das categorias foi feita de forma a manter a máxima proximidade possível relativamente à tipologia de agregados domésticos mais usada em Portugal (Wall e Aboim 2003; Wall, Cunha, e Ramos 2014). Os nossos dados permitem identificar o laço entre o inquirido e outros indivíduos mas não entre estes. Essa situação acarreta algumas limitações em termos de comparabilidade com a já mencionada tipologia de agregados domésticos. Em situações em que o indivíduo partilha residência com o(s) progenitor(es) e com outra(s)

---

<sup>100</sup> A listagem continha 51 tipos de laços (vide lista do **QUADRO 5** no **Capítulo II**)

<sup>101</sup> Neste caso são sempre pai e mãe pois na nossa amostra encontramos exclusivamente casais heterossexuais.

<sup>102</sup> Estão incluídos também nesta configuração um número residual de casos (4) em que fazem parte do agregado

pessoa(s) ou em que viva em casal e com outra(s) pessoa(s), não é possível distinguir de forma precisa entre agregados de famílias múltiplas<sup>103</sup> e agregados de famílias alargadas<sup>104</sup>. Apenas podemos classificar a situação enquanto agregado doméstico de família complexa. Também não dispomos de dados suficientes para destringir entre as várias situações de complexidade nos casos em que o indivíduo partilha residência com outras pessoas, mas não coresidem com o(s) progenitor(es) nem com um cônjuge. Nesta situação um problema adicional é a possibilidade desse agregado doméstico conter (ou não) um núcleo familiar.

**QUADRO 27 CORRESPONDÊNCIA ENTRE TIPOLOGIAS**

	Agregados domésticos sem núcleo familiar		Agregados domésticos de famílias simples			Agregados domésticos de famílias complexas
	Pessoas sós	Várias pessoas	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mono Parental	
Sozinho						
Com os dois pais (com ou sem irmãos)						
Com pai ou mãe (com ou sem irmãos)						
Com os dois pais (com ou sem irmãos) e com outra(s) pessoa(s) (aparentada(s) ou não aparentada(s))						
Com outra(s) pessoa(s) não aparentada(s)						
Em casal sem filho(s)						
Em casal com filho(s)						
Em casal com filho(s) e outra(s) pessoa(s) (aparentada(s) ou não aparentada(s))						
Em casal sem filho(s) e com outra(s) pessoa(s) (aparentada(s) ou não aparentada(s))						
Sozinho com filho(s)						
Sozinho com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)						
Com pai ou mãe e padrasto ou madrasta (com ou sem irmãos)						
Com outra(s) pessoa(s) aparentada(s)						

<sup>103</sup> Agregado doméstico em que o alojamento é partilhado por dois ou mais núcleos familiares simples (conjugal com ou sem filhos e/ou monoparental).

<sup>104</sup> Agregado doméstico em que o alojamento é partilhado por um núcleo familiar simples (conjugal com ou sem filhos e/ou monoparental) e outras pessoas que não formam um núcleo..

Na impossibilidade de classificar de forma segura todos os agregados, optámos por distinguir entre situações em que os outros elementos do agregado são aparentados (irmãos, cunhados, tios, primos, etc.)<sup>105</sup> e situações em esses elementos não são aparentados (amigos, conhecidos, colegas, patrões). Os casos em que os indivíduos residem simultaneamente com pessoas aparentadas e com pessoas não aparentadas são assinalados na nossa classificação como de coresidência com pessoas aparentadas. A operacionalização deste esquema ao longo dos primeiros 35 anos de vida resulta em  $13^{35}$  situações possíveis, para cada sequência individual nas estruturas familiares. Fica explícita a mais-valia desta estratégia comparativamente ao conceito de ciclo vida familiar, em termos de captação da variabilidade.

### **Atribuição dos custos, cálculo das distâncias e critérios usados na identificação da tipologia das trajetórias familiares**

Relativamente às trajetórias familiares a matriz de custos de substituição utilizada no *Optimal Matching* foi calculada considerando um valor fixo para a diferença entre estados (valor INDEL fixado em 3).

**QUADRO 28 MATRIZ DOS CUSTOS DE SUBSTITUIÇÃO**

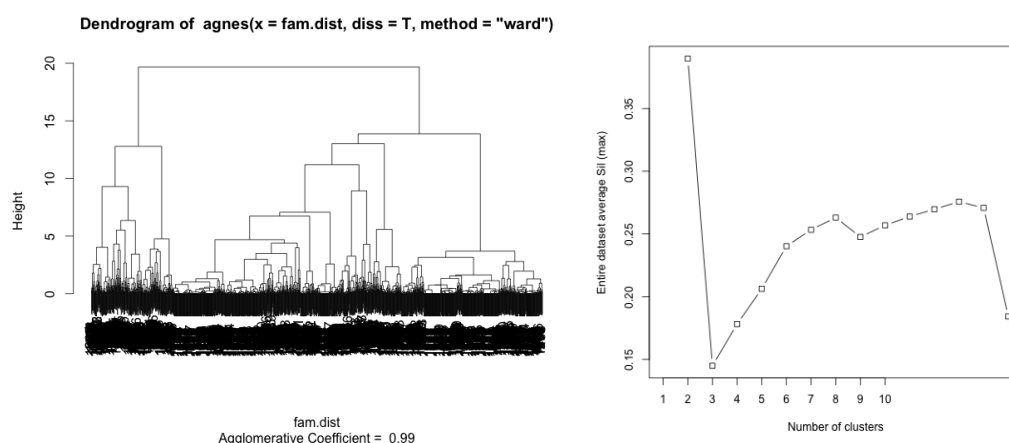
	(1)*	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
(1)*	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
(2)	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
(3)	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
(4)	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3
(5)	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3
(6)	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3
(7)	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3
(8)	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3
(9)	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3
(10)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3
(11)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3
(12)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3
(13)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0

\* (1) Sozinho; (2) Com os dois pais; (3) Com pai ou mãe; (4) Com os dois pais e com outras pessoas; (5) Com outras pessoas não aparentadas; (6) Em casal sem filhos; (7) Em casal com filhos; (8) Em casal com filhos e outras pessoas; (9) Em casal sem filhos e com outras pessoas; (10) Sozinho com filhos; (11) Sozinho com filhos e outras pessoas; (12) Com pai ou mãe e padrasto ou madrasta; (13) Com outra(s) pessoa(s) aparentada(s).

<sup>105</sup> Quando se menciona “outras pessoas aparentadas” correspondem a parentesco consanguíneo de 2º ou maior grau ou parentesco por afinidade de 1º ou maior grau.

A partir da matriz de distâncias procedemos ao alinhamento das sequências e, num segundo momento, à identificação de padrões nas mesmas através de uma Análise de *Clusters* seguindo o critério de aglomeração de Ward (1963). A análise mostra várias soluções possíveis em relação ao número de *clusters* a reter. A escolha do número de *clusters* tem de combinar os critérios estatísticos (distância entre grupos e consistência interna dos grupos) com o potencial heurístico da solução. A observação do dendograma também fornece elementos de suporte à decisão.

**FIGURA 5 DENDOGRAMA E COEFICIENTE SILHOUETTE DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES**



O dendograma e o Coeficiente Silhouette (Rousseeuw 1987) indicam que soluções de 5, 6 ou 8 *clusters* permitem uma separação clara entre tipos distintos de trajetórias familiares. Uma vez que a solução de 8 casos tem um número muito reduzido de casos em cada uma das coortes, optámos pelos 6 *clusters* por ser a solução em simultâneo a sociologicamente mais rica e estatisticamente mais parcimoniosa.

Nas secções que se seguem, a análise está estruturada da seguinte forma. Em primeiro lugar traçamos o panorama global das trajetórias familiares nas três coortes. Identificamos os elementos comuns e as disparidades na morfologia das trajetórias e na duração dos estados que as compõem. Posteriormente avançamos uma classificação tipológica das trajetórias familiares, utilizando técnicas da *Análise Sequencial*. Para além de sequência de estados, usamos outros indicadores, como a idade nas principais transições, o tempo despendido em cada estado e a relação com alguns indicadores da individualização. Deste modo, combinamos elementos de uma tradição holística de análise do percurso de vida, no que

concerne à identificação e descrição das trajetórias familiares, com elementos mais característicos do estudo das transições familiares. Num terceiro momento relacionamos a tipologia das trajetórias familiares com os eixos da desigualdade social.

### ***Um retrato das trajetórias familiares de três coortes***

As trajetórias familiares de coresidência até aos 35 anos de idade das três coortes partilham algumas características e diferenciam-se em vários aspetos. As semelhanças manifestam-se na sequência de estados (**FIGURA 6**)<sup>106</sup> e, em menor grau, na duração de alguns desses estados (**QUADRO 29**)<sup>107</sup>. A análise dos dados permite três constatações.

A primeira é a semelhança entre o panorama global das trajetórias nas três coortes a distribuição dos estados ao longo do tempo mostra um claro predomínio de um percurso familiar que se inicia na família de orientação (com os pais), passa pela coresidência breve com o cônjuge e conflui na família de procriação (em casal com filho(s)). Em termos de duração, independentemente da coorte, os três estados mais longos são com os dois pais (1935-40: 18,1 anos; 1950-55: 18,0 anos; 1970-75: 19,3 anos); em casal com filhos (1935-40: 7,2 anos; 1950-55: 7,7 anos; 1970-75: 5,7 anos); e em casal sem filhos (1935-40: 2,3 anos; 1950-55: 2,0 anos; 1970-75: 2,3 anos).

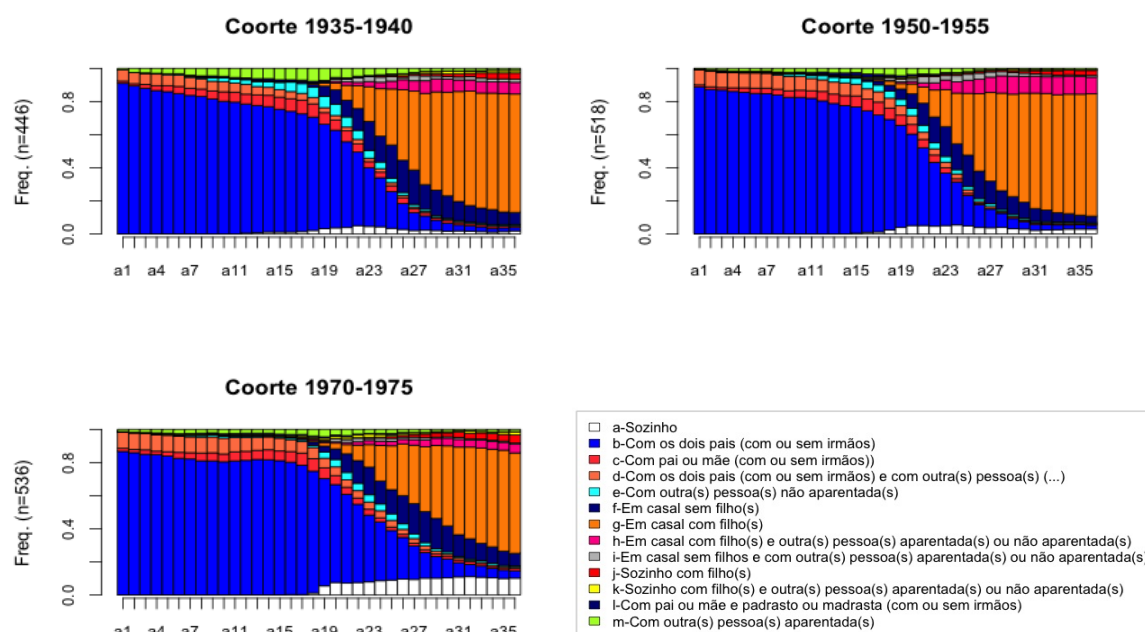
Uma segunda constatação, que resulta da comparação sistemática entre coortes, é que existem variações relevantes na duração dos estados mais frequentes. Em média, o tempo passado a viver na família de origem (19,3 anos) é superior em mais de 1 ano na coorte mais jovem relativamente às outras coortes, sendo também mais variável (maior desvio-padrão). Já o tempo passado em conjugalidade com filhos até aos 35 anos é ligeiramente mais prolongado na coorte de 1950-55 do que na coorte de 1935-40 (7,7 face 7,2 anos). Na coorte mais recente esse tempo é significativamente menor que em qualquer uma das restantes coortes (5,7 anos). O tempo passado em casal (sem filhos) é menor na coorte de 1950-55 do que nas restantes coortes (2 anos face a 2,3 anos tanto na coorte de 1935-40 como na coorte de 1970-75).

---

<sup>106</sup> O eixo horizontal corresponde ao tempo à cronologia de vida de cada indivíduo. Cada gráfico representa a proporção de indivíduos que em cada idade específica se encontrava em cada um dos estados possíveis (a1=1º ano de vida, a2=2º ano de vida, etc.).

<sup>107</sup> A duração dos estados é aferida pela média em anos, a variabilidade desse duração é aferida pelo desvio-padrão. Valores elevados do desvio-padrão indiciam elevada heterogeneidade de situações.

**FIGURA 6 TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR COORTE**



Uma terceira constatação, a partir de uma análise mais fina dos estados de menor duração média, é que se altera o leque de situações menos frequentes entre as várias coortes. Na coorte de 1935-40 destacam-se as circunstâncias em que os indivíduos viveram em agregados monoparentais, enquanto descendentes, ou em famílias complexas (com os dois pais e pessoas aparentadas ou não aparentadas; com outras pessoas aparentadas; em casal com outras pessoas aparentadas ou não aparentadas). Estas situações localizam-se sobretudo entre a adolescência e o início da idade adulta. Na coorte de 1950-55 mantém-se uma elevada diversidade de estados. No entanto, são mais longos os períodos em que os indivíduos vivem em agregados complexos, seja enquanto descendentes (com os dois pais e outras pessoas), seja como ascendentes (em casal com filhos e outras pessoas). E em sentido oposto as situações de acolhimento tornam-se mais curtas, bem como as de monoparentalidade. Na coorte de 1970-75, destaca-se o peso crescente das situações em que o agregado doméstico é composto pelo indivíduo vivendo sozinho, o que ocorre partir dos 18 anos de idade. Também nesta coorte são mais extensos os períodos em que os indivíduos viveram apenas com um progenitor.

**QUADRO 29 ESTRUTURA DE AGREGADOS DOMÉSTICOS POR COORTE (TEMPO ACUMULADO EM CADA ESTADO)**

	Coorte 1935-40 (n=446)		Coorte 1950-55 (n=518)		Coorte 1970-75 (n=536)	
	Média (anos)	Desvio Padrão	Média (anos)	Desvio Padrão	Média (anos)	Desvio Padrão
Sozinho	0,5	2,1	0,7	2,2	1,6	3,7
Com os dois pais (com ou sem irmãos)	18,1	8,6	18	8,1	19,3	9
Com pai ou mãe (com ou sem irmãos)	1,4	4,2	1,1	3,6	1,3	4,1
Com os dois pais (com ou sem irmãos) e com outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	1,3	4,5	1,8	5,6	2,1	6,3
Com outra(s) pessoa(s) não aparentada(s)	0,9	3,2	0,7	2,8	0,6	2,4
Em casal sem filho(s)	2,3	3,1	2	2,8	2,3	2,7
Em casal com filho(s)	7,2	5,3	7,7	5,4	5,7	5,1
Em casal com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	0,9	2,9	1,3	3,5	0,6	2,3
Em casal sem filhos e com outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	0,4	1,4	0,5	1,5	0,2	1,2
Sozinho com filho(s)	0,3	1,4	0,2	1,3	0,3	1,4
Sozinho com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	0,1	0,9	0,1	0,8	0,2	1,2
Com pai ou mãe e padrasto ou madrasta (com ou sem irmãos)	0,2	1,6	0,2	1,5	0,1	1,3
Com outra(s) pessoa(s) aparentada(s)	1,4	4,3	0,7	2,5	0,8	2,9
<b>Total</b>	35,0	-	35,0	-	35,0	-

### *Classificação tipológica das trajetórias familiares*

A aplicação do *Optimal Matching* às sequências de estruturas familiares ocupadas pelos indivíduos até aos 35 anos de idade, combinada com procedimento de *clustering*, permitiu identificar seis tipos de trajetórias familiares: **parental precoce, parental tardia, da parental à complexa, da complexa à parental, monoparental na origem e acolhimento (FIGURA 7)**<sup>108</sup>. Dada a complexidade da leitura das trajetórias, a caracterização das mesmas socorre-se da análise da idade média em que ocorreram as principais transições familiares e do tempo passado pelo indivíduo em cada tipo de agregado doméstico.

<sup>108</sup> Na figura podemos visualizar os 6 tipos de trajetórias, sendo que o eixo horizontal de cada um dos gráficos está organizado segundo cada ano de vida dos indivíduos e o eixo vertical indica a percentagem de indivíduos que em cada ano estiveram em cada um dos tipos de agregado. Por exemplo, no gráfico correspondente à trajetória “Monoparental na origem”, podemos ler que ao 1 ano de idade (a1), aproximadamente 80% dos indivíduos pertencentes a este *cluster* viviam com os pais e aproximadamente 20% viviam só com um progenitor.

No **QUADRO 30** apresenta-se a idade média em que ocorrem as três principais transições familiares: saída de casa dos pais; entrada na conjugalidade; e entrada na parentalidade. Estas transições, de prevalência muito elevada, são lidas enquanto *marcadores* que separam diferentes estados (e estatutos) e a sua utilização é clássica na literatura sobre o percurso de vida, em função da sua centralidade na estruturação das vidas individuais (Settersten e Mayer 1997). No **QUADRO 31** apresenta-se o tempo passado pelo indivíduo em cada tipo de estrutura doméstica.

A trajetória **parental precoce** representa perto de um terço da amostra (32,3%). Este tipo de trajetória subdivide-se em dois estados longos, separados por um ou dois períodos curtos. O primeiro grande período é o de residência no agregado doméstico dos progenitores. Em regra, esse período estende-se até ao início da idade adulta (em média: 18,1 anos). Podem seguir-se períodos muito curtos de coresidência com outras pessoas não aparentadas (em média: 1,6 anos). No entanto nem todos os indivíduos conhecem esta situação. São pouco frequentes os períodos de vida “sozinho” (e curto, em média, apenas 0,2 anos), bem como a residência em outros tipos de agregado doméstico. A transição para a conjugalidade ocorre por volta dos 21 anos (21,1), ligeiramente mais tarde entre homens (22,3) do que entre mulheres (20,6). O tempo passado “em casal” é curto (em média: 1,8 anos): a transição para a parentalidade observa-se ainda antes dos 23 anos (24 anos entre os homens, 22,4 anos entre as mulheres). O segundo grande período é o de residência “em casal com filho(s)”, com 11,5 anos acumulados até à idade de 35 anos.

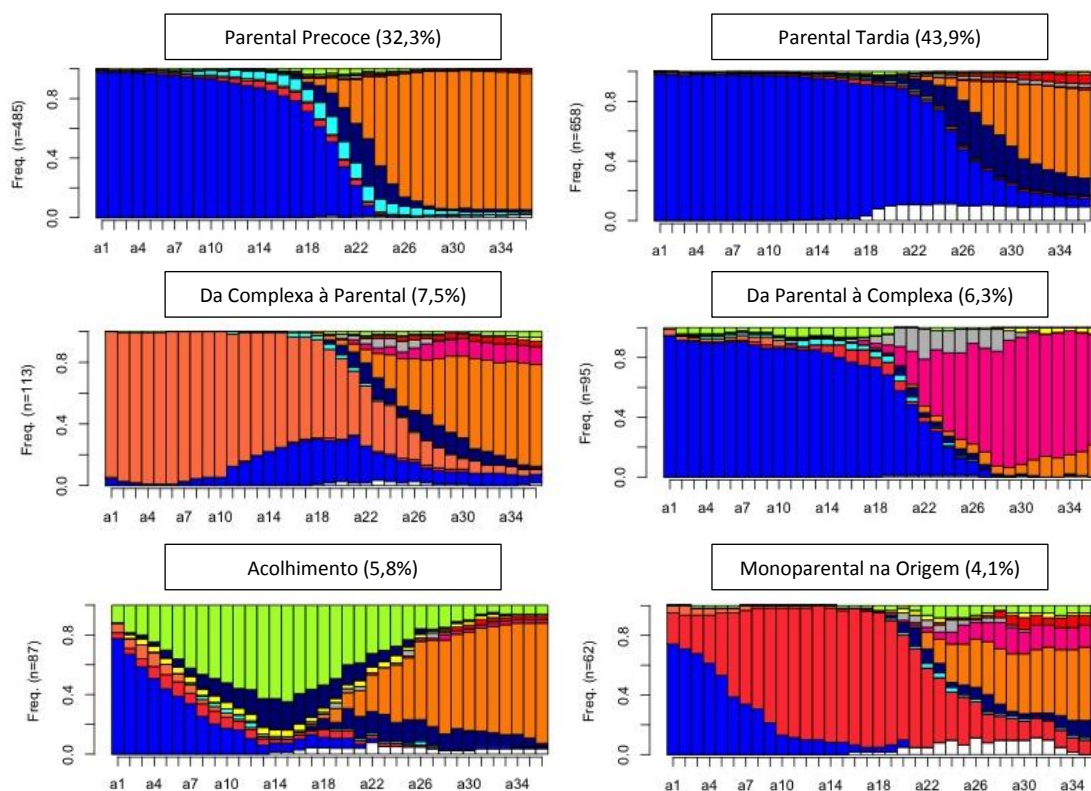
Esta é a trajetória familiar que encaixa de forma mais linear na ideia do desenvolvimento de um ciclo familiar rápido e previsível, entre a família de orientação e a família de procriação. A saída de casa dos pais é quase sinónima de entrada na conjugalidade (maioritariamente sob a forma de casamento, aspeto que não exploramos aqui). A transição para a parentalidade ocorre pouco tempo depois. A indexação destas transições a idades específicas é elevada.

Globalmente, a trajetória **parental precoce** não é a mais comum. Esse lugar é ocupado pela trajetória que designamos por **parental tardia** e que congrega 43,9% dos casos. Em termos da sua sequência de estados ocupados, esta trajetória caracteriza-se por uma tripartição em três períodos de duração muito distinta. A primeira fase é um longo período de permanência em casa dos pais (em média de 23,8 anos mas o valor elevado do desvio-padrão indica que



pode ser bastante variável). A transição para a conjugalidade ocorre em torno dos 25 anos (25,9 para os homens e 24,4 para as mulheres). O período de vida “em casal” tem uma duração de cerca de 3 anos (em média: 2,9) mas também este pode ser bastante mais longo (o valor do desvio-padrão é de 3,6 anos). O terceiro período é o de vida “em casal com filho(s)” com uma duração superior a 4 anos (em média: 4,4).

**FIGURA 7 TIPOLOGIA DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES**



Em razão da variabilidade do tempo passado em casal, também a variabilidade do tempo passado numa situação de conjugalidade parental é elevada. Este tipo de trajetória caracteriza-se ainda por algumas situações de vida “sozinho” que ocorrem após os 18 anos de idade e que têm uma duração em média curta (1,8 anos) mas que em alguns casos perduram por um período longo. Os restantes estados de coresidência têm valores praticamente residuais.

O facto de estas duas trajetórias evoluírem no sentido da parentalidade justifica o epíteto de parentais. As duas se aproximam da ideia de um ciclo familiar *tradicional* e em conjunto representam acima de 3 em cada 4 trajetórias (76,2%). No entanto, os tempos e ritmos de transição são substancialmente distintos. Enquanto a trajetória **parental precoce** é marcada por alguma urgência nas transições, a trajetória **parental tardia** apresenta maior variabilidade nos tempos de transição e os indivíduos detêm-se mais na situação de casal sem filhos. Não se tratando de uma mudança radical, não deixa de ser uma evolução extremamente significativa. Enquanto intervalos mais curtos entre coresidência, casamento e nascimento do primeiro filho revelam adesão a um ideário mais institucionalista da passagem para a conjugalidade (Aboim 2010a, 133), a dilatação dos mesmos é sinal de alguma flexibilização mas não necessariamente de uma desinstitucionalização dos trajetos conjugais.

Períodos mais prolongados de conjugalidade sem filhos, independentemente da formalização da relação, apontam para uma “visão mais experimentalista da conjugalidade, em consonância com novas formas de institucionalizar a vida privada, em que experimentar a vida a dois se torna uma prática e uma temporalidade integrada nas normas padronizadoras do curso de vida.” (Aboim 2010a, 133). O experimentalismo da trajetória **parental tardia** não se restringe à experiência da conjugalidade sem filhos, também se manifesta na presença mais comum de períodos de vida a solo na transição para a idade adulta.

O tipo de trajetória **‘da complexa à parental’** representa 7,5% dos casos. Característica marcante do período inicial deste tipo trajetória é a coresidência dos indivíduos “com os dois pais (com ou sem irmãos) e com outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)”, *i.e.*, maioritariamente em situações de família complexa (em média: 19,4 anos). Em alguns casos a família de procriação autonomizou-se relativamente ao agregado doméstico complexo, sobretudo a partir dos anos de adolescência dos indivíduos. Por esse motivo o tempo passado “com os dois pais (com ou sem irmãos)” supera os 4 anos (4,5) mas é extremamente variável. Na sequência mais comum segue-se o tempo vivido “em casal sem filho(s)” tipicamente curto (1,7 anos) mas muito variável. Ainda assim é significativo, uma vez que esta conjugalidade se conjugue com autonomia residencial, o que não era o caso na família de orientação destes indivíduos. Tanto a transição para a conjugalidade (em média aos 23,4 anos) como para a

parentalidade (em média aos 25,8 anos) se caracterizam igualmente por uma elevada variabilidade. Estas características aproximam este percurso à trajetória **parental tardia**.

O tipo de trajetória **‘da parental à complexa’** contabiliza 6,3% dos casos. De certa forma podemos dizer que representam um trajeto em sentido inverso das trajetórias que evoluem da família complexa para a família parental. A primeira fase destas trajetórias é marcada pela coresidência “com os dois pais (com ou sem irmãos)” (em média por 18,3 anos). O segundo grande período corresponde a longas situações de vida “em casal com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)” (10,2 anos). Pelo meio podem ocorrer curtíssimos períodos de vida em casal (0,4 anos) ou de coresidência com outros familiares (1 ano). O perfil etário e o ritmo das transições é rápido, tal como nas trajetórias parentais precoces. A saída de casa dos pais ocorre perto dos 18 anos (21,1 nos homens e 17,7 nas mulheres), a entrada na conjugalidade cerca dos 21 (23,3 nos homens e 20,3 nas mulheres) e a entrada na parentalidade pelos 23 anos (25,2 nos homens e 22,2 nas mulheres).

Este conjunto de situações sugere que nalguns casos a trajetória **‘da parental à complexa’** envolve situações de conjugalidade e parentalidade em que a autonomia residencial não se concretizou. A transição da família de orientação para a família de procriação é afetada por uma descontinuidade. Eventualmente tal ocorre por insuficiência de recursos económicos, dificuldades de acesso à habitação própria, desemprego ou outras situações relacionadas com o indivíduo ou com o novo núcleo familiar. É também plausível que o alargamento da estrutura familiar resulte de situações em que o novo núcleo familiar presta apoio na dependência, dando acolhimento a familiares em situação de fragilidade física, emocional, material ou económica. Apenas alguns anos mais tarde se torna possível a autonomia residencial, em geral já numa situação de casal com filhos (tal como se observa nos últimos anos deste tipo de trajetória).

Na complexidade familiar em que o jovem casal fica a viver na família de orientação é conhecido o predomínio das lógicas de entreajuda sobre as lógicas de herança ou de preferência (Wall 2005c, 595). Na justificação da complexidade prevalece a necessidade de receber apoio, em particular por parte dos casais em início de vida conjugal, devido aos constrangimentos de ordem económica e habitacional. Em meios sociais menos favorecidos,

por exemplo, os problemas de alojamento contribuem para um perfil de “dependência residencial” (Wall 2005c, 596).

As trajetórias de **acolhimento** agregam 5,8% dos casos. São trajetórias marcadas por três fases muito distintas e de durações relativamente idênticas. A primeira fase é a de coresidência com a família de orientação (7,4 anos em média com os dois pais, embora o desvio-padrão seja elevado). A segunda fase é a de vida com outros parentes (9,5 anos em média, valor igualmente muito oscilante). A análise detalhada do laço entre o indivíduo e outros parentes mostra que são essencialmente tios, avós ou padrinhos. Acerca do que levou à dissolução da família de orientação ou ao afastamento do indivíduo em relação à mesma apenas podemos especular. Emigração ou morte dos pais? Apadrinhamento e acolhimento por outros familiares? Mobilidade dos próprios para trabalhar ou estudar?

Sendo nesta trajetória que encontramos maior peso das situações em que os indivíduos passaram tempo vivendo com pai ou mãe e padrasto ou madrastra, é plausível que o acolhimento também tenha decorrido de rutura conjugal no grupo doméstico de origem, sendo a posteriori retomada a coresidência com um dos progenitores. Em qualquer dos casos, após o período de vida com outros familiares, o mais frequente é a transição para a vida em casal, que ocorre em torno dos 23 anos (25 entre os homens e 21 entre as mulheres). Em termos médios o período de vida “em casal sem filhos” estende-se por 2 anos. O terceiro grande período é o de vida “em casal com filhos” (8 anos em média mas em muitos casos bastante mais).

A trajetória **monoparental na origem** compreende 4,1% da amostra. Este derradeiro tipo de trajetória é marcado por um rutura conjugal (viuvez, separação ou episódios migratórios) na família de orientação, originalmente composta por casal de pai e mãe. Tipicamente, os indivíduos nesta trajetória passaram os seus 5 primeiros anos de vida (em média: 5,3) vivendo nesse tipo de agregado, idade em que terá ocorrido a rutura conjugal. No entanto a duração desse período é extremamente variável (o desvio-padrão é de 4,7 anos). Após essa quebra, o progenitor ao cuidado do qual ficaram à guarda, na esmagadora maioria dos casos as mães, não passa por recomposição familiar pelo que o período de coresidência com pai ou mãe é bastante prolongado (17,4 anos). A saída do agregado doméstico de origem ocorre cerca dos 22 anos (23,2 no caso dos homens, 21,2 no caso das mulheres), em geral para situações de

vida a solo e/ou de conjugalidade sem filhos de muito curta duração (1,2 anos em cada um dos casos). A transição para a conjugalidade dá-se por volta dos 24 anos (24,8 entre os homens e 22,9 entre as mulheres). A entrada na parentalidade dá-se em torno dos 24,5 anos (um pouco depois para os homens: 25,6 anos; um pouco antes para as mulheres: 24 anos). Após a transição para a parentalidade a situação mais comum é a da manutenção do estado de “em casal com filho(s)”, situação de vida que acumula em termos médios 4,9 anos mas cujo valor é muito variável e dependente das situações individuais de transição para a parentalidade.

O facto de não se autonomizar uma trajetória monoparental no final da janela de observação (isto é, aos 35 anos) parecerá paradoxal face à relevância estrutural do fenómeno (Wall, Cunha, e Ramos 2014; Marinho 2014). No entanto, a interpretação do **QUADRO 31** mostra que existem situações de monoparentalidade do próprio em todos os tipos de trajetória (sozinho com filhos, sozinho com filhos e outras pessoas). Essas situações são geralmente de curta duração embora com variabilidade elevada. Nesta abordagem diacrónica, centrada no percurso individual, a monoparentalidade é menos saliente do que em abordagens sincrónicas. No entanto, uma vez que a nossa análise se fica pelos 35 anos, é natural que, em muitos casos, estejamos a montante dos eventos que lhe dão origem (separação, divórcio ou viuvez). A conclusão possível é que a monoparentalidade, quando ocorre até esta idade, é tendencialmente uma situação transitória, uma vez que os indivíduos tendem a encetar nova coabitação conjugal (Wall, Cunha, e Atalaia 2013).

**QUADRO 30 IDADE COM QUE COMPLETOU TRANSIÇÕES FAMILIARES, POR TIPO DE TRAJETÓRIA E POR SEXO**

	Saída de casa dos pais		Entrada na conjugalidade (com coresidência)		Entrada na parentalidade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Parental Tardia	23,9	23,3	25,9	24,4	28,0	27,1
Parental Precoce	19,3	19,0	22,3	20,6	24,0	22,4
Da Complexa à Parental	23,9	22,7	24,7	22,9	27,3	25,1
Da Parental à Complexa	21,1	17,4	23,4	20,3	25,2	22,3
Acolhimento	15,5	10,8	24,9	21,4	27,3	23,7
Monoparental na Origem	23,2	21,2	24,8	22,9	25,6	24,0
<b>Total</b>	22,1	20,3	24,7	22,2	26,7	24,1

**QUADRO 31 ESTRUTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE TRAJETÓRIA (TEMPO ACUMULADO)**

Trajectoria Familiar	Medida (anos)	Soz.	Com os dois pais (com ou sem irmãos)	Com pai ou mãe (com ou sem irmãos)	Com os dois pais (com ou sem irmãos) e com outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	Com outra(s) pessoa(s) não aparentada(s)	Em casal sem filho(s)	Em casal com filho(s)	Em casal com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	Em casal sem filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	Sozinho com filho(s)	Sozinho com filho(s) e outra(s) pessoa(s) aparentada(s) ou não aparentada(s)	Com pai ou mãe e padrasto ou madrastra (com ou sem irmãos)	Com outra(s) pessoa(s) aparentada(s)
<b>Parental Tardia (n=658)</b>	Média	1,8	23,8	0,4	0,3	0,2	2,9	4,4	0,1	0,4	0,4	0,1	0,0	0,2
	DP	3,8	6,0	1,9	1,8	1,1	3,6	3,9	0,6	1,8	1,8	1,0	0,5	1,2
<b>Acolhimento (n=87)</b>	Média	0,8	7,4	1,1	0,5	0,3	2,0	8,0	0,2	0,3	0,2	0,3	2,3	9,5
	DP	2,4	8,0	2,2	2,0	1,1	2,6	6,0	1,2	0,9	1,0	1,6	5,4	8,2
<b>Parental Precoce (n=485)</b>	Média	0,2	18,1	0,7	0,2	1,6	1,8	11,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,4
	DP	1,0	4,4	2,2	1,3	4,4	1,8	3,8	0,6	0,6	0,7	0,7	0,4	1,5
<b>Da complexa à Parental (n=113)</b>	Média	0,3	4,5	0,2	19,4	0,3	1,7	6,1	1,3	0,4	0,4	0,1	0,0	0,4
	DP	0,9	6,1	1,1	6,7	1,3	2,1	5,2	3,3	1,1	1,6	0,9	0,0	1,6
<b>Monoparental na origem (n=62)</b>	Média	1,2	5,3	17,4	0,4	0,3	1,2	4,9	1,8	0,4	0,6	0,3	0,0	1,0
	DP	3,1	4,7	4,4	1,8	1,2	1,6	5,2	3,9	0,9	1,9	1,1	0,0	3,2
<b>Da parental à complexa (n=95)</b>	Média	0,1	18,3	0,8	0,3	0,6	0,4	1,4	10,2	1,6	0,0	0,2	0,1	1,0
	DP	0,6	6,7	2,1	1,5	2,5	1,1	2,6	3,6	1,6	0,0	0,9	0,7	2,9

### ***As trajetórias familiares e alguns indicadores de individualização***

A abordagem das trajetórias familiares até aqui desenvolvida permitiu identificar diversos trajetos. Alguns percursos revelam-se mais permeáveis à variabilidade individual, incorporando elementos que apontam para uma maior “biografização” do percurso de vida. Esse é o caso da trajetória que designamos como de *parental tardia*, nomeadamente no que diz respeito ao relevo do tempo de vida *a solo* e de vida *a dois*. Sendo na trajetória *parental tardia* que se identificam traços mais persistentes do processo de individualização, é razoável admitir que esses efeitos sejam mais generalizados nas coortes mais recentes, embora com graus e intensidades diferenciados. Para esclarecer essa hipótese examinamos brevemente a relação entre as trajetórias familiares e um conjunto de marcadores (eventos) que podem ser entendidos como indicadores avançados do processo de individualização, como a vida *a solo*, a conjugalidade sem filhos ou a rutura conjugal.

Por conseguinte, analisamos as proporções de indivíduos: sem vida conjugal; indivíduos sem filhos; indivíduos com conjugalidade coabitante que passaram por um divórcio/separação (do próprio); e indivíduos que viveram sozinhos. Também exploramos a relação a trajetória familiar e ter trabalhado como doméstica durante pelo menos um ano (apenas no caso das mulheres). O hiato de tempo considerado para a ocorrência destas situações é até aos 35 anos de idade.

Considerando estes indicadores, a amplitude da mudança entre coortes é muito significativa. Os contextos sociais e históricos em que se desenrolam os percursos de vida marcam o ritmo pelo qual se tornam comuns alguns dos comportamentos paradigmáticos daquilo a que se tem denominado como processo de individualização. Mas, em termos globais, não se pode falar de uma evolução de sentido unívoco. Apenas dois indicadores evoluem de forma linear: viver sozinho (em sentido ascendente) e o trabalho doméstico (em sentido descendente). Talvez seja mais adequado falar de uma *mudança geracional* de fundo mas também de alguns *efeitos geracionais* específicos. Por exemplo, a coorte de 1950-55 apresenta perfil claramente mais conjugalista e familialista do que as restantes, o que pode ser atestado pelas baixas proporções de indivíduos que passaram por um divórcio/separação ou dos que não têm filhos até aos 35 anos. Essas situações, embora raras, eram apesar de tudo mais frequentes na primeira coorte e tornam-se muitíssimo mais comuns na terceira coorte. Isso comprova a ideia de que algumas tendências no sentido de uma individualização na vida familiar se estão a generalizar.

Conforme esperado, é a trajetória **parental tardia** que mais incorpora comportamentos reveladores do processo de individualização. O contraste entre as duas trajetórias **parentais** é particularmente vincado entre os nascidos em meados da década de 1950. Relativamente às restantes trajetórias, salientaríamos ainda dois aspetos. Na trajetória **‘da complexa à parental’** é saliente o menor peso da domesticidade feminina face ao total geracional, o que aponta para uma relação entre autonomização residencial e entrada das mulheres no mercado de trabalho. Por fim, na coorte mais recente há uma relação entre a ocorrência de divórcio ou separação e a trajetória **‘da parental à complexa’**. Como veremos no ponto seguinte, este tipo de trajetória tem um peso cada vez menor. A sua permanência demonstra que, em situações de fragilidade (económica, residencial e até emocional), as solidariedades intergeracionais se mantêm muito relevantes na sociedade portuguesa (Wall et al. 2001).

**QUADRO 32 TRAJETÓRIAS FAMILIARES E MARCADORES DE INDIVIDUALIZAÇÃO, POR COORTE (PCT.)**

Trajetória	Coorte	Indivíduos sem vida conjugal	Indivíduos sem filhos+	Divórcio/ Separação	Viveu sozinho	Doméstica++
<b>Total</b>	1935-40	5,2***	11,4**	9,0***	9,9**	23,1***
	1950-55	5,2***	10,6**	6,8***	13,5**	16,0***
	1970-75	15,2***	17,2**	14,0***	21,6**	7,8***
<b>Parental Tardia</b>	1935-40	5,8***	21,6**	11,1	14,7*	17,9*
	1950-55	10,4***	28,0**	9,3	27,5*	7,7*
	1970-75	21,0***	35,0**	16,1	29,7*	3,1*
<b>Parental Precoce</b>	1935-40	2,0*	6,7*	6,7	4,7**	30,9*
	1950-55	1,5*	6,3*	3,9	2,4**	22,8*
	1970-75	6,9*	14,6*	6,2	12,3**	15,4*
<b>Da Complexa à Parental</b>	1935-40	16,0	28,0♦	8,0	12,0	16,0♦
	1950-55	2,4	7,3♦	4,9	12,2	14,6♦
	1970-75	14,9	12,8♦	14,9	6,4	2,1♦
<b>Da Parental à Complexa</b>	1935-40	0,0	0,0	3,6♦	0,0	28,6
	1950-55	0,0	2,1	6,2♦	6,2	25,0
	1970-75	0,0	5,3	21,1♦	5,3	10,5
<b>Acolhimento</b>	1935-40	6,1	18,2	9,1	12,1	15,2
	1950-55	11,1	11,1	11,1	11,1	11,1
	1970-75	11,1	18,5	7,4	14,8	18,5
<b>Mono Parental na Origem</b>	1935-40	14,3	23,8♦	14,3	9,5	28,6
	1950-55	7,1	7,1♦	14,3	28,6	7,1
	1970-75	11,1	40,7♦	29,6	25,9	18,5

Comparação entre coortes com QuiQuadrado: \*\*\*:  $p < 0,001$ ; \*\*:  $p < 0,01$ ; \*:  $p < 0,05$ ; ♦:  $p < 0,1$

+ Entre os indivíduos que já estiveram em conjugalidade

++ Passou pelo menos um ano como doméstica



## ***Trajelórias familiares e desigualdade social***

Qual a relação entre as trajetórias familiares e fatores como o género, a coorte geracional, a educação ou a classe social de origem dos indivíduos? Para compreender em que medida as trajetórias familiares se relacionam com os principais eixos da desigualdade social, analisa-se a distribuição da tipologia de trajetórias familiares segundo a *coorte etária*, o *sexo*, a *classe do grupo doméstico de origem*, o *nível de educação mais elevado no grupo doméstico de origem* e o *nível de educação do próprio*. Começamos por uma leitura sistemática da relação entre estes fatores e a tipologia de trajetórias familiares, feita a partir da análise do Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ), da força da associação (V de Crámer) e apoiada pela leitura dos *resíduos estandardizados* ( $se_i$ )<sup>109</sup>. De seguida recorremos a uma Análise de Correspondências Múltiplas para uma leitura integrada dos resultados.

### ***Coorte etária***

A distribuição da tipologia de trajetórias familiares por coorte etária é o primeiro elemento que consideramos no esclarecimento destas questões (**QUADRO 33**). A associação entre trajetórias familiares e coortes, apesar de estatisticamente significativa, é relativamente fraca. Na comparação entre coortes observa-se que a trajetória mais próxima de um ciclo familiar linear está sobre-representada na coorte de 1950-55 ( $se_i = 3,0$ ), tendo esse modelo menor adesão tanto na coorte mais velha como na mais nova. A trajetória **parental precoce** apenas é maioritária na coorte de 1950-55 (39,8%). A trajetória **parental tardia** é a mais frequente na coorte de 1935-40 (42,6%) e torna-se hegemónica na coorte de nascidos entre 1970-75 (53,4%), o que é reforçado pela análise dos resíduos ( $se_i = 3,3$ ).

**QUADRO 33 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR COORTE ETÁRIA (PCT.)**

	Total	Coorte		
		1935-40	1950-55	1970-75
Parental Tardia	43,9	42,6	35,1	53,4
Parental Precoce	32,3	33,4	39,8	24,3
Da Complexa à Parental	7,5	5,6	7,9	8,8
Da Parental à Complexa	6,3	6,3	9,3	3,5
Acolhimento	5,8	7,4	5,2	5,0
Monoparental na Origem	4,1	4,7	2,7	5,0

QuiQuadrado (10) = 63.811,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,146

<sup>109</sup> O  $\chi^2$  informa-nos da distribuição das categorias na amostra e da significância da associação entre as duas variáveis. Os *resíduos estandardizados* estimam a relação entre frequências esperadas e frequências observadas. Em caso de diferenças estatisticamente significativas ( $< -1,96$  ou  $> 1,96$ ) indicam se a categoria está sub ou sobre-representada. Essas diferenças são assinalados no texto.

Entre os tipos de trajetória com menor peso estatístico a distribuição é também diferenciada em função das coortes. A trajetória **‘da complexa à parental’** tem maior expressão nas coortes mais recentes. A distribuição das trajetórias **‘da parental à complexa’** e **monoparental na origem** evoluem em sentidos opostos. Na coorte de 1950-55 a trajetória **‘da parental à complexa’** está sobre-representada ( $se_i = 2,7$ ) a trajetória **monoparental na origem** sub-representada ( $se_i = -1,6$ ). Nas coortes de 1935-40 e 1970-75 é mais comum a trajetória **monoparental na origem** e menos frequente a trajetória **‘da parental à complexa’**. A trajetória de **acolhimento** tem maior peso na coorte de 1935-40 (7,2%) cifrando-se o seu valor em cerca de 5% nas duas outras coortes.

### *Sexo*

A associação entre tipos de trajetória familiar e género é moderada (**QUADRO 34**). Enquanto a trajetória **parental tardia** é claramente maioritária entre os homens (56,6%), no caso das mulheres é a trajetória **parental precoce** que se destaca ligeiramente face à trajetória parental tardia (38,6% vs. 35,4%). Estas tendências são amplamente confirmadas pela análise dos resíduos. A trajetória **‘da parental à complexa’** é também mais comum entre as mulheres do que entre os homens (7,1% vs. 5,2%). As trajetórias parentais combinadas são mais características de homens do que de mulheres (79,9% vs. 74,0%) indiciando uma maior adesão dos homens às trajetórias de tipo conjugal/parental.

**QUADRO 34 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR SEXO (PCT.)**

	Total	Homens	Mulheres
Parental Tardia	43,9	56,6	35,4
Parental Precoce	32,3	23,0	38,6
Da Complexa à Parental	7,5	6,0	8,6
Da Parental à Complexa	6,3	5,2	7,1
Acolhimento	5,8	5,7	5,9
Monoparental na Origem	4,1	3,7	4,4

QuiQuadrado (5) = 70.077,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,216

### *Coorte e Sexo*

Neste ponto exploramos a construção diferencial das trajetórias familiares de homens e mulheres em cada tempo geracional, destacando especificidades relevantes que podem estar obscurecidas na amostra total. O **QUADRO 35** mostra a distribuição de cada tipo de trajetória familiar por homens e mulheres dentro de cada coorte.

Embora exista alguma associação entre a tipologia de trajetórias familiares e o sexo em todas as coortes, a força dessa conexão é forte na coorte de 1950-55, moderada na coorte de 1970-75 e fraca na coorte 1935-40. Em termos da distribuição observam-se algumas diferenças dignas de nota. A trajetória **parental precoce** é a mais comum entre as mulheres das duas coortes mais velhas, com destaque para a coorte de 1950-55 em que corresponde a praticamente metade das trajetórias (49,3%). Entre os homens é sempre maioritária a trajetória **parental tardia**. Isso sucede inclusivamente na coorte de 1950-55 (em que globalmente não é a trajetória mais comum), concorrendo para que esta coorte seja a mais diferenciada em termos de género, o que é também confirmado pela análise dos resíduos. Para isso também contribui a assimetria na distribuição da trajetória **‘da parental à complexa’**, mais comum entre as mulheres do que entre os homens.

**QUADRO 35 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR SEXO EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.)**

	1935-40			1950-55			1970-75		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Parental Tardia	<b>42,6</b>	50,8	36,9	<b>35,1</b>	52,8	22,9	<b>53,4</b>	65,5	45,8
Parental Precoce	<b>33,4</b>	25,7	38,8	<b>39,8</b>	25,9	49,3	<b>24,3</b>	17,5	28,5
Da Complexa à Parental	<b>5,6</b>	4,4	6,5	<b>7,9</b>	5,7	9,5	<b>8,8</b>	7,8	9,4
Da parental à Complexa	<b>6,3</b>	6,0	6,5	<b>9,3</b>	7,1	10,8	<b>3,5</b>	2,4	4,2
Acolhimento	<b>7,4</b>	8,2	6,8	<b>5,2</b>	4,7	5,6	<b>5,0</b>	4,4	5,5
Monoparental na Origem	<b>4,7</b>	4,9	4,6	<b>2,7</b>	3,8	2,0	<b>5,0</b>	2,4	6,7

Coorte 1935-40 - Comparação por Sexo: QuiQuadrado (5) = 11.638,  $p < 0,05$ ; V de Crámer= 0,162

Coorte 1950-55 - Comparação por Sexo: QuiQuadrado (5) = 55.086,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,326

Coorte 1970-75 - Comparação por Sexo: QuiQuadrado (5) = 22.018,  $p < 0,01$ ; V de Crámer= 0,203

Na coorte mais jovem mantêm-se diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres mas em ambos os casos crescem significativamente as trajetórias parentais tardias. Sendo o crescimento mais robusto entre elas do que entre eles, os dados evidenciam inclusivamente uma evolução de traços convergentes, que apenas não é mais robusta pela preponderância das mulheres nas situações de complexidade e de monoparentalidade.

### *Classe do Grupo Doméstico de Origem*

Apesar da tipologia das trajetórias familiares também apresentar uma distribuição diferenciada em função da classe do grupo doméstico de origem, a associação entre as duas variáveis é bastante fraca (**QUADRO 36**).<sup>110</sup> A leitura que se apresenta é portanto cautelosa. A trajetória **parental tardia** é a mais comum em todas as origens sociais, seguida da trajetória **parental precoce**. Entre os inquiridos com origem em classes com mais recursos (EDL e PTE) a proporção da trajetória **parental tardia** mais que duplica a da trajetória **parental precoce**. Já nos indivíduos de origens operárias, apesar de a análise dos resíduos mostrar uma ligeira sobre-representação da trajetória **parental precoce** ( $se_i = 1,8$ ), as duas trajetórias parentais têm pesos relativos aproximados. Entre os descendentes de Trabalhadores Independentes e de Empregados Executantes, o predomínio da trajetória **parental tardia** é claro, embora menos acentuado do que entre os grupos mais favorecidos.

**QUADRO 36 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES PELA CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**

	Total	EDL	PTE	Independentes (TI+TIpl+AI+AIpl)	EE (EE+AEpl)	O (OI+AA)
Parental Tardia	<b>43,9</b>	50,0	51,1	46,9	43,5	40,1
Parental Precoce	<b>32,3</b>	22,7	25,0	31,4	32,1	36,9
Da Complexa à Parental	<b>7,6</b>	16,4	10,9	5,3	8,9	5,5
Da parental à Complexa	<b>6,3</b>	3,6	3,3	7,2	6,5	7,1
Acolhimento	<b>5,8</b>	3,6	4,3	5,3	5,3	6,2
Monoparental na Origem	<b>4,1</b>	3,6	5,4	3,9	3,7	4,2

QuiQuadrado (20) = 39,658,  $p < 0,01$ ; V de Crámer= 0,082

Outro aspeto merecedor de destaque é a sobre-representação da trajetória ‘**da complexa à parental**’ entre os indivíduos descendentes de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais ( $se_i = 3,6$ ) e, em menor grau, nos Profissionais e Técnicos de Enquadramento ( $se_i = 1,3$ ), mais um forte indício da relação entre este tipo de trajetória familiar e trajetos de mobilidade social ascendente.

<sup>110</sup> As transformações na estrutura de classes e a dimensão de cada um das subamostras por coorte etária obrigam à utilização de um indicador simplificado de 5 classes como já ensaiado em Ramos (2014).

### ***Escolaridade mais elevada no grupo doméstico de origem***

A associação entre o nível de escolaridade mais elevada no grupo doméstico de origem e a trajetórias familiares seguida pelos indivíduos é bastante fraca (**QUADRO 37**). Destacariamos apenas dois elementos da análise das distribuições e dos resíduos. Em primeiro lugar, uma sub-representação das trajetórias **parental tardia** e **‘da complexa à parental’** entre os indivíduos que provêm de grupos domésticos desprovidos de capital escolar (respetivamente 37,4% com  $se_i = -2,4$  e 4,7% com  $se_i = -2,5$ ). Em segundo lugar, uma sobre-representação da trajetória **‘da complexa à parental’** entre os indivíduos com capitais escolares ao nível do 6º ano (25,6% com  $se_i = 4,3$ ) e do ensino superior (23,5% com  $se_i = 4,1$ ).

**QUADRO 37 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO NO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**

	Total	Nenhum	4ª classe	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
Parental Tardia	43,9	37,4	47,5	41,9	54,0	56,1	47,1
Parental Precoce	32,3	39,3	31,1	9,3	22,0	28,1	17,6
Da Complexa à Parental	7,6	4,7	6,8	25,6	12,0	14,0	23,5
Da Parental à Complexa	6,3	7,8	5,9	9,3	6,0	0,0	0,0
Acolhimento	5,8	6,3	4,5	9,3	2,0	1,8	7,8
Monoparental na Origem	4,1	4,6	4,2	4,7	4,0	0,0	3,9

Comparação por Nível de Escolaridade mais elevada no grupo doméstico de origem: impossível calcular QuiQuadrado; V de Crámer= 0,115

### ***Escolaridade do próprio***

A associação entre o nível de escolaridade do próprio e a trajetórias familiares seguida pelos indivíduos é moderada (**QUADRO 38**). Entre os indivíduos com qualificações mais baixas, as duas trajetórias parentais têm um peso relativo similar. Assim a distribuição das trajetórias em função da escolaridade dos indivíduos evolui de forma divergente: quanto mais elevada a escolaridade do indivíduo mais provável que construa uma trajetória **parental tardia** e menos provável que desenvolva uma trajetória **parental precoce**, o que é confirmado pela análise dos resíduos.

Por conseguinte, entre os indivíduos que completaram o ensino superior a trajetória **parental tardia** é claramente predominante (60,4% face a 18,8% da trajetória **parental precoce**). Em relação às trajetórias com menor expressão estatística, a relação entre escolaridade e entrada/saída da situação de complexidade familiar é também relativamente linear. Enquanto a trajetória **‘da complexa à parental’** é tanto mais comum quanto mais elevada a

escolaridade do indivíduo, a trajetória **‘da parental à complexa’** evolui em sentido oposto sendo mais comum quando os indivíduos têm menores qualificações. Em contextos familiares marcados pela complexidade, a mobilidade social ascendente promovida pelo sucesso escolar favorece a autonomia residencial e conjugal. Por último, a trajetória de **acolhimento** está igualmente associada a níveis de escolaridade mais baixos. Sabendo que esta trajetória é mais comum entre as coortes mais velhas, a associação não pode deixar de ser imputada, pelo menos em parte, ao contexto socio-histórico em que estes indivíduos cresceram.

**QUADRO 38 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PCT.)**

	Total	4ª classe ou menos	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
Parental Tardia	43,9	38,1	40,8	42,5	53,4	60,4
Parental Precoce	32,3	38,2	32,0	30,9	25,4	18,8
Da Complexa à Parental	7,6	5,3	3,6	8,7	10,4	15,6
Da Parental à Complexa	6,3	7,8	9,5	7,2	2,6	1,0
Acolhimento	5,8	6,5	8,3	6,8	2,6	2,6
Monoparental na Origem	4,1	4,1	5,9	3,9	5,7	1,6

QuiQuadrado (20) = 104.371,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,264

### *Escolaridade do próprio e Coorte Etária*

A análise das trajetórias familiares a partir da combinação entre coorte etária e nível de escolaridade do próprio deve ser feita com algumas cautelas, uma vez que existe colinearidade entre as duas variáveis. Ainda assim, para além da já identificada relação geral entre qualificações mais elevadas e a trajetória parental tardia, destacaríamos um ou dois aspetos particulares em cada uma das coortes (**QUADRO 39**). Na coorte de 1935-40 observa-se a trajetória de **acolhimento** surge ligada a níveis de escolaridade que, à data, se situavam ligeiramente acima da média. Isto indicia que o **acolhimento** assegurou condições para a prossecução dos estudos para lá daquilo que seria expectável caso o indivíduo permanecesse no grupo doméstico inicial. Só uma análise de cariz qualitativo poderá esclarecer em que medida se tratou de uma estratégia com esse intuito.

Tanto na coorte de 1935-40 como na de 1950-55, a trajetória ‘**da complexa à parental**’ está sobre-representada em níveis de ensino mais elevados (na primeira coorte só ao nível do superior com  $se_i = 2,8$ , na segunda coorte tanto no ensino secundário,  $se_i = 2,6$ , como no superior  $se_i = 3,1$ ). Essa relação também se observa na coorte de 1970-75, embora com menor intensidade ( $se_i = 1,6$ ). Estes resultados consolidam a ideia de uma relação entre processos de mobilidade ascendente e autonomização conjugal e residencial. Essa associação é ainda mais clara se tomarmos em conta que os dados relativos ao percurso inverso (**da parental à complexa**) estão em todas as coortes dissociados de níveis de escolaridade mais elevados.

**QUADRO 39 DISTRIBUIÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR TIPO DE TRAJETÓRIAS FAMILIARES POR EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.)\***

		Total	4ª classe ou menos	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
<b>Coorte 1935-40</b>	Total	-	<b>82,4</b>	<b>5,0</b>	<b>6,3</b>	<b>2,0</b>	<b>4,3</b>
	Parental Tardia	<b>42,6</b>	81,0	4,8	5,3	2,1	6,9
	Parental Precoce	<b>33,3</b>	83,8	5,4	6,8	2,7	1,4
	Da Complexa à Parental	<b>5,6</b>	72,0	0,0	8,0	4,0	16,0
	Da Parental à Complexa	<b>6,3</b>	89,3	7,1	3,6	0,0	0,0
	Acolhimento	<b>7,4</b>	78,8	9,1	12,1	0,0	0,0
	Monoparental na Origem	<b>4,7</b>	95,2	0,0	4,8	0,0	0,0
<b>Coorte 1950-55</b>	Total	-	<b>60,8</b>	<b>8,1</b>	<b>12,0</b>	<b>11,0</b>	<b>8,1</b>
	Parental Tardia	<b>35,1</b>	56,0	7,1	14,8	11,0	11,0
	Parental Precoce	<b>39,8</b>	67,5	8,3	8,7	9,7	5,8
	Da Complexa à Parental	<b>7,9</b>	41,5	2,4	9,8	24,4	22,0
	Da Parental à Complexa	<b>9,3</b>	64,6	14,6	16,7	4,2	0,0
	Acolhimento	<b>5,2</b>	70,4	7,4	11,1	11,1	0,0
	Monoparental na Origem	<b>2,7</b>	50,0	14,3	14,3	14,3	7,1
<b>Coorte 1970-75</b>	Total	-	<b>9,8</b>	<b>19,7</b>	<b>22,0</b>	<b>23,9</b>	<b>24,6</b>
	Parental Tardia	<b>53,4</b>	8,5	16,5	18,0	27,8	29,2
	Parental Precoce	<b>24,2</b>	13,2	22,5	27,9	19,4	17,1
	Da Complexa à Parental	<b>8,8</b>	8,5	10,6	25,5	19,1	36,2
	Da Parental à Complexa	<b>3,6</b>	5,3	36,8	31,6	15,8	10,5
	Acolhimento	<b>4,9</b>	11,5	34,6	26,9	7,7	19,2
	Monoparental na Origem	<b>5,1</b>	11,1	29,6	18,5	33,3	7,4

\* Com exceção do total vertical que diz respeito ao total da distribuição das trajetórias familiares por coorte, as percentagens estão em linha,

Coorte 1935-40 - Comparação por Nível de Escolaridade: impossível possível calcular QuiQuadrado, V de Crámer= 0,124 (n.s.)

Coorte 1950-55 - Comparação por Nível de Escolaridade: impossível possível calcular QuiQuadrado, V de Crámer= 0,144

Coorte 1970-75 - Comparação por Nível de Escolaridade: impossível possível calcular QuiQuadrado, V de Crámer= 0,137

## ***Cartografia social das trajetórias familiares***

Após a caracterização das trajetórias procura-se neste ponto traçar uma pequena cartografia social das trajetórias familiares em função de variáveis estruturais (**FIGURA 8**). Para tal, recorreu-se à análise de correspondências múltiplas<sup>111</sup>. Para além da variável ‘sexo’ (2 categorias) e da variável ‘coorte geracional’ (3 categorias), incluímos na análise o ‘nível de escolaridade do próprio’ (5 categorias). A ‘classe social do grupo doméstico de origem’ (5 categorias)<sup>112</sup> foi incluída apenas como variável projetada, pois revelou-se menos discriminante do que o nível de escolaridade do próprio, variável com a qual tem forte colinearidade

Uma solução a duas dimensões revelou-se a mais adequada. As duas dimensões apresentam níveis de consistência interna aceitáveis e valores de inércia adequados<sup>113</sup>. Apresentamos as medidas discriminantes de cada dimensão (**QUADRO 40**) e um gráfico com a dispersão das categorias das variáveis num espaço bidimensional (**FIGURA 8**).

**QUADRO 40 MEDIDAS DISCRIMINANTES DAS DIMENSÕES DA ACM**

	Dimensão 1	Dimensão 2	Média
Nível de escolaridade do próprio (5 escalões)	<b>0,750</b>	0,090	0,420
Coorte	<b>0,715</b>	0,226	0,470
Trajetórias familiares	0,219	<b>0,484</b>	0,352
Sexo	0,022	<b>0,416</b>	0,219
Classe do grupo doméstico de origem	0,132	0,010	0,071
Eigenvalue	1,706	1,215	1,461
Alpha de Cronbach	0,552	0,236	(0,420)
Inertia	0,427	0,304	0,365

Os números em **negrito** indicam que dimensão as variáveis melhor discriminam

A estrutura dos dados indica que a primeira dimensão (horizontal) é estruturada pelo nível de escolaridade e pela coorte. A segunda dimensão (vertical) é estruturada pelo sexo e pelo tipo de trajetória familiar<sup>114</sup>.

<sup>111</sup> Utilizamos o método de normalização *variable principal*, que salienta a distância entre objetos.

<sup>112</sup> A classe social do grupo doméstico de origem foi construída a partir do indicador socioprofissional de classe proposto por Almeida, Costa e Machado (Almeida, Machado, e Costa 2007) sendo as frações de classe reorganizadas segundo a opção de 5 classes já ensaiada em Ramos (2014).

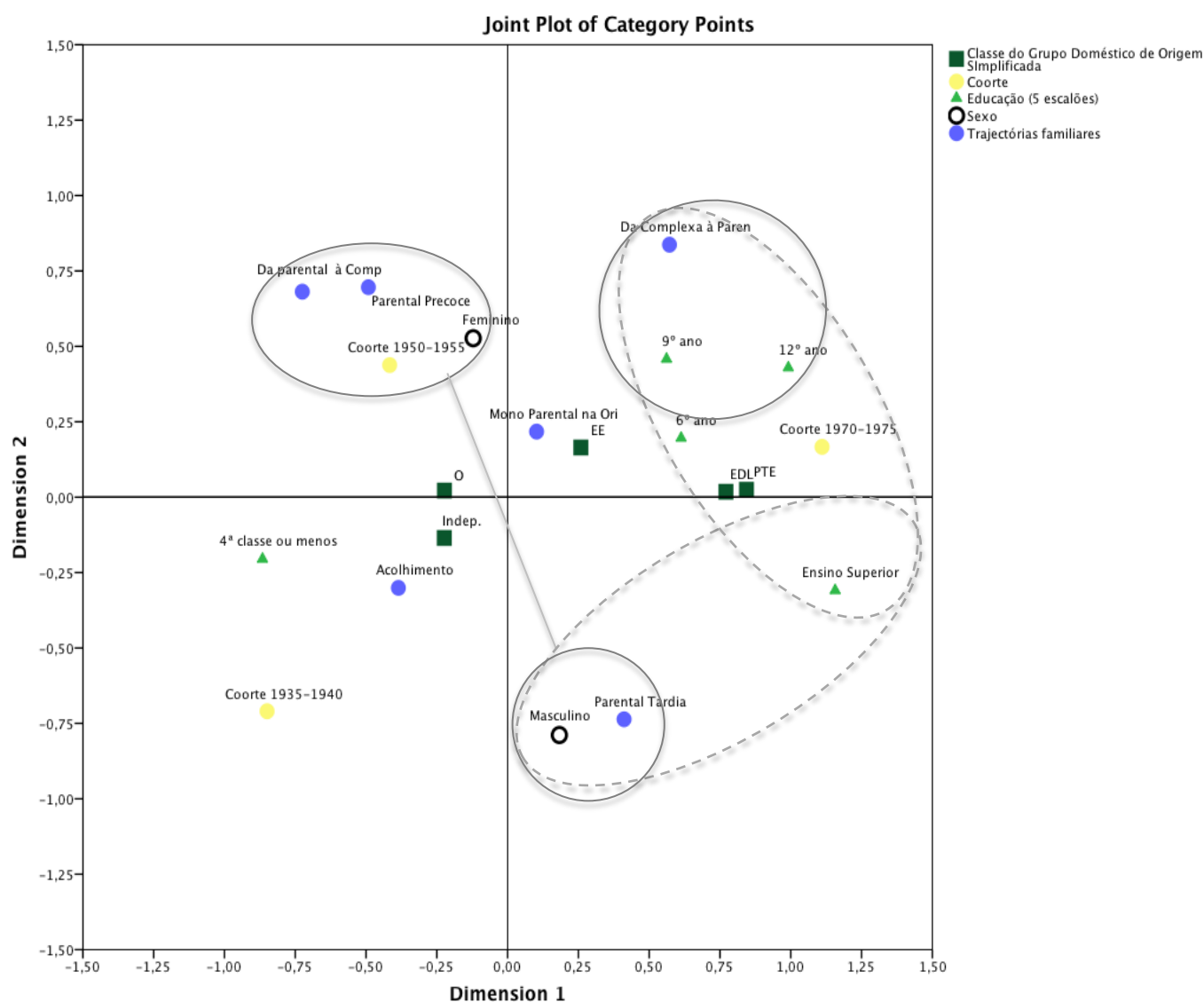
<sup>113</sup> Em análises exploratórias são aceitáveis valores inferiores a 0,7 (Johnson e Wichern 2007).

<sup>114</sup> Por ordem decrescente, as variáveis mais importantes para a dimensão 1 são ‘nível de escolaridade do próprio’, ‘coorte’, ‘Trajetória familiar’ e ‘classe do grupo doméstico de origem’. Para dimensão 2 as variáveis mais relevantes são ‘trajetória familiar’, ‘sexo’ e ‘coorte’. Na dimensão 1 (variáveis transformadas) o ‘nível de escolaridade do próprio’ está correlacionado com a ‘coorte’ ( $r = 0,602$ ), e com a ‘classe do grupo doméstico de origem’ ( $r = 0,389$ ). Na dimensão 2 (variáveis transformadas) não existem nenhuma correlação significativa com valores acima de 0,3.



A projeção das origens de classe social, variável não utilizada na estrutura desta ACM, segue de perto a distribuição dos capitais educacionais dos indivíduos. Embora a distribuição das trajetórias de tipo parental seja transversal aos grupos sociais, o que contribui para que esta ACM seja menos rica que o desejável, a solução gráfica permite distinguir alguns perfis. Um primeiro perfil, representado no agrupamento superior esquerdo, associa a trajetória **parental precoce** e a trajetória ‘**da parental à complexa**’ às mulheres e à coorte de 1950-55. Um segundo perfil, localizado no quadrante superior direito, associa níveis de escolaridade médios à trajetória ‘**da complexa à parental**’ e à coorte de 1970-75. Um terceiro perfil, situado no agrupamento inferior direito, associa a trajetória **parental tardia** aos homens e ao ensino superior.

**FIGURA 8 CARTOGRAFIA SOCIAL DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES** (*Análise de Correspondências Múltiplas*)



### ***Síntese Conclusiva***

Neste capítulo analisámos as trajetórias familiares de portugueses nascidos em três coortes etárias. A primeira conclusão aponta para a manutenção de trajetórias familiares fortemente orientadas para a conjugalidade associada à parentalidade. Globalmente, os dados confirmam a robustez da cronologização linearizada e sequencial dos percursos familiares. Não encontramos um padrão de trajetórias conjugais sem parentalidade embora na coorte mais recente exista uma proporção relevante de inquiridos que não entraram na parentalidade até aos 35 anos (cerca de 1 em 7). Essas situações aparentam ser mais o resultado de um conjunto de adiamentos ponderados ou inevitáveis, eventualmente decorrentes de transições mais tardias para o mercado de trabalho ou de situações profissionais mais precarizadas, do que uma orientação para uma vida em casal sem filhos. Também as situações de vida “a solo” na transição para a vida adulta têm um peso menos significativo do que em outras realidades europeias e quando existem são frequentemente períodos percursos de trajetórias conjugais e parentais mais tardias. Não cremos, no entanto, que estes resultados contradigam a crescente visibilidade das formas de “viver só”, relacionadas com lógicas que valorizam a autonomia, novos estilos de vida e o centramento no indivíduo (Mauritti 2009). Devemos lembrar que estamos a lidar com coortes etárias que entraram na vida adulta nos anos de 1950, 1970 e 1990. Em coortes etárias posteriores será admissível que tanto vidas a solo como conjugalidades *childfree* (intencionalmente sem filhos) se tornem mais comuns.

É importante ler estes dados à luz do que sabemos relativamente aos valores face à família e aos papéis de géneros dominantes em Portugal. Os nossos resultados demonstram que os valores maternalistas e familialistas se mantêm como dois dos elementos fundacionais da “estruturação simbólica da família”, tal como tem sido consistentemente demonstrado na pesquisa sobre a realidade portuguesa (Almeida 2003; Aboim 2007, 80). Os filhos ocupam um lugar central não só na vida, como também na identidade dos indivíduos (Cunha 2007). Na análise das trajetórias familiares constata-se que, mesmo na coorte mais jovem, essa orientação segue a sequência de entrada na conjugalidade e posterior transição para a parentalidade. Portanto, tal como já avançado por Aboim (2006b), as transformações na conjugalidade passarão sobretudo pela informalização das formas de coabitação e pelo alargamento dos períodos *experimentais* de vida a dois. Em que medida é que isso constitui uma desinstitucionalização da conjugalidade? De forma deliberada, não diferenciámos entre modalidades de institucionalização legal da relação conjugal (casamento, união de facto).

As mudanças das últimas décadas refletem certamente mutações nos significados e nas expectativas atribuídas à conjugalidade. Mas o que nos interessava era perceber essa evolução do ponto de vista das estruturas domésticas, assumindo portanto um entendimento mais prático que legalista acerca do que constitui uma instituição. Desse ponto de vista, a comparação intergeracional comprova que a erosão nos valores institucionalistas associados à conjugalidade vai mais no sentido da secularização do que da individualização (Inglehart 1997; Aboim 2006b, 164).

Uma segunda conclusão é que, tal como prognosticado, a orientação para a conjugalidade parental se manifesta de forma plural, sobretudo no que diz respeito aos ritmos associados ao percurso de vida. A diversidade em termos de trajetórias familiares é observável em todas as coortes. É também uma orientação que é independente das circunstâncias de autonomia residencial e transversal aos diferentes períodos históricos que enquadram as coortes estudadas. A pluralização das trajetórias familiares não significa a desestruturação de um ciclo de vida familiar mas antes uma evolução no modelo dominante e a coexistência entre diferentes modelos. Na coorte mais recente o aspeto mais saliente é inclusivamente a crescente hegemonia de uma trajetória **parental tardia** e, em muito menor grau, o crescimento da **monoparentalidade na origem**. Retomando a ideia da evolução no modelo dominante, no caso português é na trajetória **parental tardia** que está mais patente o experimentalismo, quer através de períodos de vida a solo, quer através do alargamento da conjugalidade sem procriação. O facto de este experimentalismo ser legitimado também ao nível dos valores é uma manifestação da “destraditionalização dos percursos”, mesmo num contexto em que a normatividade etária se encontra claramente ancorada num regime macrossocial de percurso de vida (Aboim 2010a, 145). Podemos considerar que a trajetória **parental tardia** exprime, no que diz respeito à vida familiar, um padrão institucional emergente, suficientemente aberto à variabilidade individual e à “biografização” do percurso de vida, sem no entanto derrubar a ordem social vigente (Kohli 2007, 255).

Uma terceira conclusão diz respeito a uma evolução sensível no tipo de pluralidade das trajetórias familiares. Na linha do que foi concluído pela história da família (Hareven 1991a, 1978), a reconstrução das trajetórias familiares deita por terra algumas idealizações em relação ao passado recente. Não encontramos evidência de um passado monocromático. A ideia de que no passado recente existia uma forte adesão a um modelo de desenvolvimento familiar marcado por transições precoces e rápidas entre família de orientação e de

procriação, de forma próxima ao conceito de ciclo familiar, não tem grande adesão à realidade portuguesa.

O contraste entre as três coortes etárias analisadas confirma amplamente a ideia de que, a partir de meados da década de 1960, a sociedade portuguesa atravessou uma fase que se pode denominar de “familiarismo renovado” (Almeida et al. 1998, 51). Após uma situação relativamente equilibrada entre trajetórias **parentais precoces** e **tardias** na primeira coorte, o ímpeto para a conjugalização é evidenciado pelo predomínio da **trajetória parental precoce** na coorte de 1950-55. Mas também é revelada pela contração da **monoparentalidade na origem** e pelo crescimento da trajetória ‘**da parental à complexa**’, claros sinais das oportunidades de vida em casal e dos constrangimentos normativos que tornavam complicada a vida de mães sós com “filhos ilegítimos”.

As trajetórias de vida dos indivíduos que nascem na coorte de 1950-55 desenvolveram-se num contexto bastante particular. É uma época marcada pelo rápido desenvolvimento económico, pelo êxodo rural e pela emigração, pela entrada em força das mulheres no mercado de trabalho e por uma melhoria das condições de vida, num contexto sociopolítico marcado pela Guerra Colonial e pela forte repressão das liberdades civis (até 1974). No contexto da coorte de 1950-55 predomina uma trajetória mais próxima de um ciclo familiar linear, uma trajetória que é menos comum tanto na coorte mais velha como na mais nova. Mas mesmo na coorte de 1950-55 a trajetória **parental precoce** não corresponde a mais do que 2 em cada 5 casos. Por outro lado, se considerarmos as duas trajetórias parentais (precoce e tardia) o cenário é diferente: combinadas congregam cerca de  $\frac{3}{4}$  das situações em todas as coortes. Estes resultados estão aliás em linha com os obtidos por Elzinga & Liefbroer (2007) para coortes nascidas do final da década de 1940 e início da década de 1960<sup>115</sup>. A proporção de situações que não cabem no modelo conjugal-parental é inclusivamente inferior na coorte mais recente, o que afasta a hipótese de uma pulverização das trajetórias familiares. As trajetórias familiares são aliás muito mais padronizadas do que seria teoricamente expectável (Widmer e Gauthier 2013, 69).

---

<sup>115</sup> Os autores utilizaram uma estratégia dedutiva que parte de uma tipologia predefinida de famílias classificando os casos em função da adesão às mesmas. Utilizando uma estratégia indutiva os nossos resultados são muito próximos.

Em alguns aspetos a coorte mais recente (1970-75) aparenta-se mais com a coorte mais remota (1935-40). Mas essa semelhança é falaciosa, em função do “movimento de modernização” que marca a vida familiar e social a partir de meados da década de 80 (Almeida et al. 1998). Em contextos sociais diferentes, as mesmas realidades resultam de fenómenos distintos e têm significados potencialmente muito diferentes. Se na coorte mais remota a **trajetória parental tardia** estaria mais associada a dificuldades económicas, a restrições à autonomia individual ou até a estratégias de controlo da natalidade, na coorte mais jovem está – ou esteve até recentemente, antes do impacto da crise no adiamento e na quebra dos nascimentos (Cunha 2014) - inequivocamente associada ao incremento da autonomia individual e ao alargamento dos períodos formativos, que tanto produzem efeitos nos valores associados ao indivíduo e à família, como se concretiza em carreiras escolares efetivamente mais longas. A trajetória **monoparental na origem** reveste-se de significados sociologicamente distintos do passado (Wall e Lobo 1999). Outrora associada sobretudo à “ilegitimidade” ou à viuvez, é na coorte de 1970-75 sobretudo um efeito do divórcio e corresponde a um período eventualmente transitório que antecede uma recomposição familiar.

Uma quarta conclusão é que a relação entre trajetórias familiares e desigualdades de classe é bastante intrincada. Por um lado, não se pode falar de uma associação sistemática entre origens sociais e tipos específicos de trajetória, dado o transversal predomínio da trajetória parental tardia. Nesse sentido, a evolução das trajetórias familiares, *i.e.*, a sua modernização, seria mais um resultado do “metabolismo geracional” (Ryder 1965) do que de processos de acumulação de vantagens fundados na estrutura classista da sociedade. Mas, por outro lado, é entre os indivíduos provenientes de meios em que o capital económico e cultural é mais abundante aqueles que as trajetórias parentais tardias são mais prevalentes. E, como vimos na coorte mais recente, os comportamentos conotados com o processo de individualização são particularmente comuns nesse tipo de trajetória (sobretudo estar em conjugalidade sem filhos, ter vivido só). Inversamente, esses comportamentos são relativamente raros nas trajetórias parentais precoces mais características dos indivíduos com menores recursos. Por fim, existe um padrão mais marcadamente classista relacionado com a complexidade dos agregados domésticos, dentro de moldes aliás já amplamente documentados (Vasconcelos 2003, 2014): as trajetórias que evoluem no sentido da complexidade familiar estão associadas a baixos recursos; as que estão evoluem da complexidade para as formas conjugais simples estão associadas à acumulação de capital e a percursos de mobilidade ascendente.

Uma quinta conclusão diz respeito ao significado das clivagens de género. Embora os homens se associem mais à trajetória **parental tardia**, quando consideramos as trajetórias parentais em conjunto percebemos a maior adesão dos homens aos modelos conjugais/parentais. Mas é o protagonismo feminino que se revela fundamental para compreender as transformações nas trajetórias familiares de que estas três coortes são exemplo. Várias pesquisas têm apontado para a convergência das trajetórias familiares de homens e mulheres nas coortes mais jovens como o catalisador do processo de *destandardização* (Brückner e Mayer 2005; Widmer e Ritschard 2009). Isso resulta do facto do conceito da *estandardização* ter subjacentes uma “normatividade transicional fortemente genderizada” (Rindfuss, Swicegood e Rosenfeld, 1987: 788 citado por Nico 2011, 209).

Os nossos dados apontam precisamente para convergência das trajetórias familiares de homens e mulheres na coorte mais recente. Por outro lado, também refletem uma polarização crescente entre cronologias rápidas (trajetória **parental precoce**) e cronologias lentas (trajetória **parental tardia**). No contexto europeu, apesar da enorme heterogeneidade de situações, tem sido observada a relação entre a participação feminina no mercado de trabalho e a estrutura dos agregados domésticos (Thevenon 2009). A participação das mulheres com filhos no mercado de trabalho tem-se mantido a níveis historicamente elevados devido ao desenvolvimento de serviços de suporte e a políticas de conciliação entre família e trabalho mais favoráveis (Thevenon 2009). Em países como a Alemanha ou o Reino Unido tem emergido um novo padrão em que as mulheres aliam a decisão de ter filhos à possibilidade de conciliar vida profissional e familiar. Devido às incertezas no mercado de trabalho, isso contribui para um número crescente de mulheres que não têm filhos ou que atrasam o seu nascimento. Essa não é, até agora, a realidade portuguesa. Evoluirá o cenário português no mesmo sentido? É uma questão que fica em aberto.

Um derradeiro comentário relativamente às trajetórias familiares é que a evolução observada nestas coortes reflete mudanças tanto ao nível das disposições, dos valores e das orientações como dos contextos institucionais, sociais e materiais. Como vimos anteriormente, apesar das mudanças nas orientações e nos valores, mantém-se a forte adesão a um ideário familialista que é transversal às coortes estudadas e que se manifesta nas trajetórias observadas. Essa constatação leva-nos a considerar a hipótese de que será ao nível das transformações do contexto profissional que radicarão algumas das explicações para as diferenças observadas. O prolongamento dos períodos de escolarização e contextos de vida significativamente diferentes em função da classe ou da escolaridade são os elementos mais plausíveis de causar

disrupção a um ciclo de vida linear (Elchardus e Smits 2006, 321). Mas isso não se verifica de forma radical. Por exemplo na coorte mais jovem, o prolongamento de algumas etapas do percurso de vida na trajetória predominante (**parental tardia**) parece corresponder mais a uma acomodação às condições do que a uma rejeição da cronologia típica do ciclo de vida familiar. Nesta mesma coorte persiste uma trajetória **parental precoce** com peso estatístico relevante e que está associada a níveis mais baixos de escolaridade. Nos próximos dois capítulos investigam-se as trajetórias profissionais e a relação das mesmas com a vida familiar.





## VI

### Capítulo VI - As trajetórias de trabalho e de emprego

---

Ao longo dos últimos 50 anos alterou-se substancialmente o enquadramento económico e político-institucional que enquadra os percursos profissionais em Portugal. São dois os momentos-chave para compreender essas alterações: a Revolução de 1974; e a integração no mercado europeu, que coincide com intensificação da mundialização da economia. Após 1974 foi erigido um enquadramento jurídico que assegurou um conjunto de direitos básicos (cívicos, laborais)<sup>116</sup>. Foi também edificado um Estado-Providência que, embora frágil, tem na sua génese aspirações universalistas e redistributivas. As fragilidades do Estado-Providência são compensada por uma Sociedade-Providência forte, em que as redes de apoio (familiar e outras) providenciam suporte aos indivíduos (Santos 1993). Esse facto é também revelador da coexistência entre “formas institucionais (...) de regulação fordista e (...) regulação fáctica, competitiva, predominantemente não fordista.” (Santos 1993, 20).

Num primeiro momento, a regulação do trabalho introduzida após 1974 contribuiu para a diminuição das modalidades de emprego informal que até aí pontificavam, sobretudo no trabalho agrícola mas também na indústria e nos serviços. O trabalho por tempo indeterminado a tempo inteiro estabeleceu-se então como a norma (Rodrigues 1985; Sá 2010). Para tal contribuiu significativamente a expansão do sector empresarial do Estado e o desenvolvimento da Administração Pública, que alargaram o emprego público.

Apesar do avanço da regulação estatal, em muitas zonas da sociedade persistiram as relações de tipo pré-capitalista, que se manifestam através da informalidade das práticas e que legitimam o atropelo à legalidade (Santos 1993). Relativamente à regulação do trabalho, logo em 1976 surge a lei dos contratos de trabalho a prazo (Sá 2010, 4). Com a institucionalização da figura jurídica do contrato a prazo multiplicaram-se os empregos precários (Rodrigues 1985). Os anos que se seguem à adesão à CEE (1986) são marcados pela retração do direito do trabalho (Santos 1993; Casaca 2010; Sá 2010). O pacote laboral de 1988 introduziu medidas de flexibilização do mercado de trabalho. Em 1989 as alterações à Constituição de 1976 abrem o caminho para a reprivatização das empresas que tinham sido nacionalizadas em

---

<sup>116</sup> São instituídos: o direito ao trabalho e à estabilidade e segurança no emprego; a liberdade de organização, de reunião e de manifestação; o direito à greve, à negociação, à contratação coletiva e a liberdade de sindicalização; e é proibido o lock-out (Santos, Reis, e Marques 1990)

1975. E desde a década de 1990 até à atualidade tem-se intensificado a flexibilização da relação laboral (Kóvacs e Casaca 2007)<sup>117</sup>.

Nas últimas décadas as práticas de flexibilização tornaram-se muito relevantes no tecido empresarial português, cuja estratégia competitiva se orienta sobretudo para a redução de custos (Kóvacs e Casaca 2007). Sob a capa do autoemprego frequentemente são encobertas situações de trabalho dependente assalariado, em que, apesar de se declarar prestador de serviços (*recibo verde*), o trabalhador é um assalariado precário privado do acesso aos direitos associados ao contrato laboral, como a proteção no desemprego e na doença, ou das contribuições do empregador para a segurança social.

A história recente e a posição semiperiférica que Portugal ocupa no contexto da economia mundial tornam desafiante a conceptualização das trajetórias profissionais dos indivíduos ao longo das últimas décadas. Face à amplitude das transformações na esfera do trabalho e do emprego, quais serão os padrões característicos dos percursos profissionais em Portugal? Em relação a períodos (e a coortes etárias) mais recentes serão pertinentes as teses que apontam para uma tendência generalizada para a precarização ou “feminização do emprego” (Ferreira 2010), *i.e.*, a vulgarização de condições e de relações de trabalho que tradicionalmente caracterizavam o emprego feminino (a desqualificação, a insegurança e a baixa remuneração)? No contexto português será lícito associar épocas passadas à estabilidade no emprego?

Em abstrato, seria concebível que, em todas as épocas, os indivíduos que entram mais tarde no mercado de trabalho, por estarem tipicamente associados a períodos de escolarização mais alargados, estivessem menos sujeitos à informalidade, à precariedade ou sujeitos ao risco de desemprego. Pelo contrário, os indivíduos que entram no mercado de trabalho em idades mais precoces tenderiam a dispor de um leque de possibilidades limitado pela escassez dos seus capitais escolares. Para estes seria mais provável o acesso a posições menos qualificadas, mais vulneráveis ao desemprego e à incerteza. Seria ainda admissível que, ao longo da sua trajetória profissional, beneficiassem de processos de qualificação e de estabilização da situação profissional. No entanto, a análise das trajetórias profissionais individuais não pode assumir uma perspetiva determinista sobre a evolução do mundo do trabalho, a relação entre qualificações e emprego, nem uma dicotomia entre modalidades de regulação (pré-fordismo,

---

<sup>117</sup> As modalidades flexíveis mais comuns em Portugal são o contrato de duração temporária e o autoemprego, tendo o trabalho a tempo parcial pouca expressão, comparativamente com outros países europeus.

fordismo e pós-fordismo). Pinto (2006, 179) sugere um conjunto de fatores relevantes a considerar numa análise deste tipo. Entre eles contam-se: a posição ocupada pela economia nacional na divisão internacional do trabalho; o modelo de desenvolvimento e o sistema de emprego; a regulação das relações industriais; o modelo de Estado-Providência e os mecanismos informais de proteção; a estrutura económica e empresarial, bem como o seu grau de abertura ao exterior; os modelos organizacionais, políticas salariais e estratégias de gestão de recursos humanos; e o perfil ocupacional da população ativa. Esses são elementos que consideramos na contextualização e interpretação das trajetórias profissionais.

As trajetórias profissionais individuais resultam da interação e da intersecção entre estruturas do mercado de trabalho, mecanismos de regulação estatal/institucional e escolhas individuais (Mayer 2004). A trajetória profissional de cada indivíduo dependerá não apenas dos seus capitais como também da estrutura de oportunidades e do enquadramento jurídico-institucional específico do tempo histórico em que os indivíduos estão inscritos. Dito de outro modo, não antecipamos a existência de uma correspondência linear entre tempos históricos, modalidades de relação laboral e tipos de percurso profissional.

A coexistência de um amplo número de trajetórias será o desfecho mais verosímil da heterogeneidade e instabilidade da regulação estatal, bem como da rápida transformação da estrutura ocupacional. Essa heterogeneidade será patente tanto na comparação entre coortes, como na comparação intra coortes. Não obstante, é expectável que, considerando as coortes que vimos analisando ao longo desta dissertação, o trabalho em situação informal seja mais comum entre os nascidos final da década de 1930, bem como transversalmente nas atividades menos qualificadas. É igualmente verosímil que a probabilidade de acesso a uma relação de trabalho laboral protegida seja mais elevada entre os nascidos na década de 1950, independentemente do sector de atividade e da qualificação dos indivíduos. Na coorte mais recente é expectável a coexistência de situações de emprego estável com modalidades flexíveis e precarizadas de emprego. É também provável que, de forma transversal, sejam mais comuns os períodos de instabilidade e de desemprego.

Nas próximas secções procuramos dar resposta às questões acima suscitadas, através de uma tipologia de trajetórias de trabalho e emprego. Essa tipologia será articulada no **Capítulo VII** com outras dimensões do percurso de vida, equacionando a relação entre trajetórias de trabalho e emprego e as trajetórias familiares.

### ***Analizando as trajetórias de trabalho e emprego: estratégica metodológica***

No âmbito da perspectiva teórico-metodológica do percurso de vida têm sido ensaiadas duas estratégias distintas para a análise dos percursos profissionais dos indivíduos. Uma primeira estratégia analisa os eventos relativos ao percurso profissional, recorrendo às técnicas da *Event History Analysis* (Blossfeld, Hamerle, e Mayer 1989; Blossfeld, Golsch, e Rohwer 2007)<sup>118</sup>. Ao focar-se em eventos específicos, esta estratégia concentra-se naquilo a que Elder denomina “short-view on analytical scope” (Elder 1985, 31). Uma segunda estratégia concentra-se na “long-view” do percurso de vida e assenta na leitura unitária da trajetória profissional dos indivíduos, enquanto um todo integrado de transições e de fases.

A análise holística do percurso profissional possibilita a identificação das trajetórias típicas dos indivíduos e a reconstrução das experiências profissionais em diferentes contextos históricos e sociais. Através do conceito de trajetória, operacionalizado com recurso à *Análise Sequencial*, é possível compreender o desenvolvimento integral das carreiras profissionais, sem deixar de considerar o calendário, sequência e ocorrência dos eventos (Halpin e Chan 1998; Billari 2001b)<sup>119</sup>. Concentrando-nos na narrativa das trajetórias individuais entre situações contratuais e sectores de atividade económica, sem nos determos nas estruturas ocupacionais e profissionais num momento particular, podemos apreender a diferenciação das suas carreiras ao longo do tempo (Abbott e Hrycak 1990; Bühlmann 2013).

---

<sup>118</sup> A flexibilidade desta abordagem permite identificar os determinantes sociais, familiares e geracionais dos eventos profissionais (seja a entrada no mercado de trabalho, a ocorrência do desemprego, reforma). É igualmente possível ponderar o efeito da ocorrência de episódios em eventos posteriores e explorar a interdependência entre os eventos relativos ao percurso familiar e outros eventos domínios da vida (Drobnič, Blossfeld, e Rohwer 1999). Esta estratégia lida com dados *discretos*, neste caso acontecimentos ou transições profissionais, que assume serem gerados por processos estocásticos implícitos e para os quais procura explicação causal/probabilística (Aisenbrey e Fasang 2010, 423).

<sup>119</sup> Estratégia filiada na tradição “algorítmica”, que procura identificar padrões nas sequências de forma a identificar os seus processos generativos (Aisenbrey e Fasang 2010, 425).

Aceitando as premissas de um “programa forte” sobre o percurso de vida, as trajetórias profissionais poderiam ser concebidas enquanto o resultado de um planeamento estratégico individual, ainda que parcial (Giddens 1997; Billari 2001b). Rejeitando o conceito volitivo de agência implícito nessas premissas, adotámos uma perspectiva “pragmática” que concebe o percurso de vida, em geral, e a trajetória profissional, em particular, como o desfecho de uma sequência de eventos e circunstâncias pessoais, sociais, históricas e institucionais.

O conceito de *trajetória profissional (ou de trabalho e emprego)* que propomos expõe a sequência dos posicionamentos individuais face ao mercado de trabalho. Aproxima-se de um conceito descritivo de *carreira* tal como proposto por Spilerman (1977). Se operacionalizado na íntegra, o conceito de *carreira* é mais adequado às “histórias de trabalho” pois incorpora a dimensão objetiva (condições de trabalho, salário, poder e prestígio social) e a dimensão subjetiva (expectativas, ambições, disposições) (Hughes 1937; Bühlmann 2008, 30-31)<sup>120</sup>. A nossa análise acompanha apenas o desenvolvimento de alguns aspetos relativos à dimensão objetiva.

### **Procedimentos metodológicos e dimensões de análise**

O primeiro passo da nossa estratégia implica a reconstituição da relação de cada indivíduo com o mundo do trabalho, tendo como janela de observação o período compreendido entre os 11 e os 35 anos de idade. A opção por caracterizar a relação com a esfera do trabalho a partir dos 11 anos justifica-se pelo contexto particular das coortes mais velhas, em que o início da vida profissional ocorria, em regra, bastante cedo; E o limite superior justifica-se pela necessidade de analisar trajetórias de duração comparáveis entre as três coortes<sup>121</sup>. Foi solicitado aos inquiridos que descrevessem de forma cronológica a sua situação perante o trabalho (*i.e.*, se estudavam, se trabalhavam etc.), a profissão e as condições de trabalho (situação contratual, dedicação temporal, posição hierárquica).

---

<sup>120</sup> Bühlmann (2008) apresenta ainda o conceito mais detalhado de “achievement career” para descrever as carreiras de grupos socioprofissionais específicos e que se caracterizam pela ordem, lealdade e mobilidade dentro de uma organização ou esfera profissional.

<sup>121</sup> O algoritmo do *Optimal Matching* é sensível ao tamanho das sequências e tende a classificá-las de acordo com a sua duração.

A estratégia que propomos para a análise do percurso profissional passa pela reconstituição, de forma articulada, das dimensões do emprego – que diz respeito às modalidades de relação laboral – e do trabalho/profissão – que corresponde às atividades profissionais exercidas em diferentes sectores de atividade ao longo do percurso de vida individual<sup>122</sup>. Do ponto de vista do emprego, o indicador utilizado combina a situação perante a profissão e a relação contratual<sup>123</sup>. A informação foi sintetizada num alfabeto com 11 estados possíveis: (1) A trabalhar por conta própria; (2) A trabalhar por conta de outrem com contrato permanente; (3) A trabalhar por conta de outrem com contrato a prazo; (4) A trabalhar por conta de outrem sem contrato; (5) A trabalhar por conta de outrem em outra situação; (6) A fazer trabalho doméstico; (7) No Desemprego; (8) Em formação (estudar/formação profissional); (9) Na reforma; (10) Outras situações; (11) Dados insuficientes<sup>124</sup>. A operacionalização deste esquema ao longo do hiato temporal entre os 11 os 35 anos de vida resulta em 11<sup>24</sup> situações possíveis, para cada sequência profissional individual. A relação desse indicador com o mercado de trabalho é relativamente linear (**QUADRO 41**).

Este alfabeto é utilizado num primeiro retrato do emprego em cada das coortes. Na posterior construção da tipologia de emprego o alfabeto é simplificado para 6 categorias com agregação dos estados em que os indivíduos não estão a trabalhar (a cinzento na tabela).

**QUADRO 41 CORRESPONDÊNCIA ENTRE SITUAÇÃO NA PROFISSÃO E RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO**

Relação com o mercado de trabalho	Situação na profissão
A trabalhar por conta própria	Trabalhador por conta própria / Auto emprego
A trabalhar por conta de outrem, contrato permanente	Trabalhador formal em situação estável
A trabalhar conta de outrem, contrato a prazo	Trabalhador formal em situação precária
A trabalhar conta de outrem, sem contrato	Trabalhador informal
A trabalhar conta de outrem, outra situação	Trabalhador em outras modalidades (recibo verde/trabalho familiar)
A fazer trabalho doméstico	Sem trabalho - Trabalhador doméstico
No desemprego	Sem trabalho - Desempregado
Na reforma	Sem trabalho - Reformado
Em formação (estudar/formação profissional)	Sem trabalho - Estudante
Outras situações	Sem trabalho - Outras situações
Dados insuficientes	Dados insuficientes

<sup>122</sup> Teria sido importante reconstruir também a hierarquia ao longo do percurso profissional, mas os dados de que dispomos não permitem operacionalizar essa dimensão.

<sup>123</sup> As questões A7 e A14 do questionário (vide **QUADRO 6 no Capítulo I**).

<sup>124</sup> A *Análise Sequencial* da trajetória profissional foi produzida com recurso ao pacote TraMineR, disponível com o software estatístico R.

Do ponto de vista do **trabalho/profissão** recorremos à Classificação Nacional das Profissões (1994)<sup>125</sup>. A CNP usa uma estrutura hierárquica piramidal formada por dez grandes grupos ao nível de agregação mais elevada<sup>126</sup>. Para a nossa análise recorremos às grandes categorias da CNP que resulta num alfabeto composto por 10 estados possíveis: (1) Quadros, Dirigentes e Gestores; (2) Especialistas das profissões intelectuais e científicas; (3) Técnicos de nível intermédio; (4) Pessoal Administrativo e Similares; (5) Pessoal dos Serviços e Vendedores; (6) Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; (7) Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; (8) Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; (9) Trabalhadores não qualificados; (10) Não está no mercado de trabalho<sup>127</sup>.

### **Atribuição de custos e cálculo das distâncias entre trajetórias de trabalho e emprego**

Um dos aspetos críticos no *Optimal Matching* é a atribuição de custos de substituição, inserção ou eliminação. No caso das trajetórias de trabalho e emprego utilizámos um modelo teórico para determinar esses custos de forma a, por um lado, refletir a dificuldade de transição entre estados e, por outro lado, a relação entre as duas dimensões (ou *channels*) consideradas nesta análise.

Relativamente à dimensão do **emprego**, a matriz de custos diferencia as transições em função da estabilidade do emprego e do grau de integração no mercado de trabalho (**QUADRO 42**). Os custos de transição foram fixados em 2 para as transições entre situações de baixa estabilidade laboral, em 4 nas transições de/para o trabalho por conta própria<sup>128</sup>; em 6 nas transições de/para uma situação de contrato permanente; e em 8 nas transições de/para fora do mercado de trabalho. Subjacentes a esta matriz estão dois pressupostos: a importância da inserção no mercado de trabalho; o grau de institucionalização da relação laboral enquanto *proxy* do tipo de integração proporcionado pelo emprego.

---

<sup>125</sup> A Classificação Nacional das Profissões (CNP1994) foi o instrumento de classificação das atividades profissionais usado para fins estatísticos usado oficialmente até 2010. Em 2010 foi implementada a Classificação Portuguesa das Profissões (CPP2010). No projeto TFRS 2010 foi ainda considerada a CNP1994.

<sup>126</sup> Esta forma de organização permite tanto uma leitura macro, ao nível dos grandes grupos profissionais, como uma leitura micro por profissões (num total de 2097 na versão CNP1994).

<sup>127</sup> A CNP1994 distingue igualmente o grupo das Profissões das Forças Armadas. Na nossa análise mencionamos essas situações na primeira descrição mas são consideradas como estando fora do mercado de trabalho para a análise tipológica pois correspondem ao cumprimento do serviço militar obrigatório e não a militares profissionalizados..

<sup>128</sup> Embora os indivíduos tenham mais controlo sobre a sua atividade, estão igualmente expostos aos riscos do mercado em que a exercem.

**QUADRO 42 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO NO EMPREGO**

	Conta de outrem, contrato a prazo	Conta de outrem, Outra situação	Conta de outrem, Sem Contrato	Conta de outrem, contrato permanente	A trabalhar por conta própria	Não está a trabalhar
Conta de outrem, contrato a prazo	0	2	2	6	4	8
Conta de outrem, Outra situação	2	0	2	6	4	8
Conta de outrem, Sem Contrato	2	2	0	6	4	8
Conta de outrem, contrato permanente	6	6	6	0	4	8
A trabalhar por conta própria	4	4	4	4	0	8
Não está a trabalhar	8	8	8	8	8	0

Relativamente à dimensão do **trabalho/profissão**, a matriz de custos diferencia as transições em função da divisão entre grandes sectores de atividade (agricultura, indústria e serviços) e do nível de qualificação envolvido nas mesmas (aliás já subjacente à própria organização da CNP1994) (**QUADRO 43**). Os valores de transição entre grandes grupos foi fixado em 4, enquanto as transições entre grupos situados no mesmo sector ou nível de qualificação foram fixados em 2. Independentemente do sector, o valor de transição de/para o trabalho não qualificado foi fixado em 6. A decisão parte do pressuposto de que a distância entre sectores é mais ampla do que a variação dentro do mesmo sector (por exemplo é maior a proximidade entre sapateiro e operário de linha de montagem do que entre sapateiro e lojista). O que quer dizer que a transição entre sectores e níveis de qualificação profissional representa um facto sociologicamente mais relevante do que a transição dentro dos mesmos.

**QUADRO 43 MATRIZ DE CUSTOS DE TRANSIÇÃO ENTRE GRUPOS PROFISSIONAIS**

	Quadros	Especialistas	Técnicos	Administ.	Serviços	Agricultores	Operários	Operadores	Não Qualificados
Quadros	0	2	4	4	4	4	4	4	6
Especialistas	2	0	2	2	2	4	4	4	6
Técnicos	4	2	0	4	4	4	4	4	6
Administ.	4	4	2	0	2	4	4	4	6
Serviços	4	2	2	2	0	4	4	4	6
Agricultores	4	4	4	4	4	0	4	4	6
Operários	4	4	4	4	4	4	0	2	6
Operadores	4	4	4	4	4	4	2	0	6
Não qualificados	6	6	6	6	6	6	6	6	0

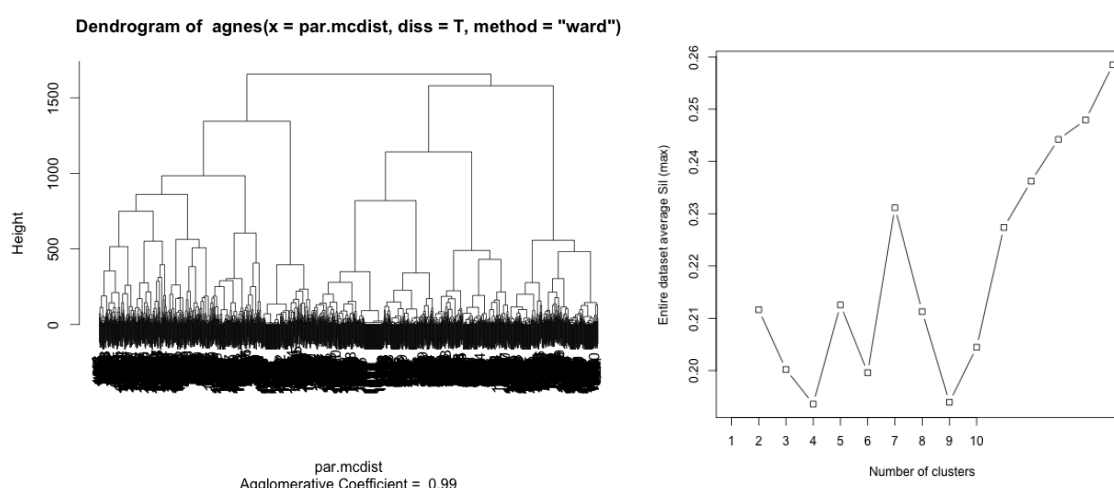


## Critérios para a identificação da tipologia de trabalho e emprego

Para a identificação dos padrões da sequência conjunta de trabalho e emprego recorremos à Análise de *Clusters*, tendo utilizando o método de aglomeração de Ward (1963). Idealmente a solução de clusters a reter é a que oferece maior coesão interna e maior separação entre grupos (Gauthier 2013). Em termos estatísticos têm de ser avaliadas as denominadas “*stopping rules*” (Milligan e Cooper, 1985 citados por Gauthier 2013, 48), *i.e.*, índices que revelam a melhor solução técnica. No nosso caso recorremos ao Coeficiente Silhouette (Rousseeuw 1987). A observação do dendrograma é um critério empírico igualmente válido. Mas, em última análise, a escolha da solução de *clusters* a reter é uma decisão do investigador, orientada pela pertinência analítica e inteligibilidade dos mesmos, *i.e.*, na sua relação com os conceitos e o conhecimento empírico sobre o tema.

Analisando o dendrograma (**FIGURA 9**) vemos que uma solução de 5 *clusters* permitiria a diferenciação entre tipos claramente distintos de trajetórias. Considerando um maior nível de detalhe são ainda possíveis refinamentos da tipologia em 7 ou 8 *clusters*, sendo estatisticamente ideal a solução de 7. Ponderando tanto os critérios puramente estatísticos, como a pertinência sociológica de cada *cluster* para dar conta da complexidade da evolução das trajetórias de trabalho e emprego em Portugal ao longo das últimas décadas, optámos pela solução de 8 *clusters*.

**FIGURA 9 DENDOGRAMA E COEFICIENTE SILHOUETTE DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO**



Tanto a descrição geral das coortes como a descrição tipológica assenta na análise dos gráficos que correspondem ao emprego e à profissão. Em cada gráfico o eixo vertical corresponde à distribuição percentual dos indivíduos por estado, enquanto o eixo horizontal corresponde ao tempo, neste caso à cronologia de vida de cada indivíduo. No seu conjunto, cada gráfico representa a proporção de indivíduos que, em cada idade específica, se encontrava em cada um dos estados possíveis. Uma vez que neste caso procedemos a uma *Multi Channel Sequence Analysis*, cada tipo de trajetória é descrita em função de dois gráficos (emprego e profissão). A leitura que apresentamos decorre da leitura complementar destes dois planos, suplementada por outros indicadores (duração dos estados, idade na transição para a vida profissional, profissões mais comuns, etc.).

A análise segue uma estrutura semelhante à seguida no capítulo anterior. Começamos por fixar algumas características gerais das trajetórias de trabalho e emprego das três coortes. Posteriormente apresenta-se uma classificação tipológica das trajetórias a partir da sua análise diacrónica. Num terceiro momento relacionam-se as trajetórias com os eixos estruturantes da desigualdade social.

### ***Um retrato do trabalho e do emprego nas três coortes***

#### **Entrada no mercado de trabalho e a relação laboral**

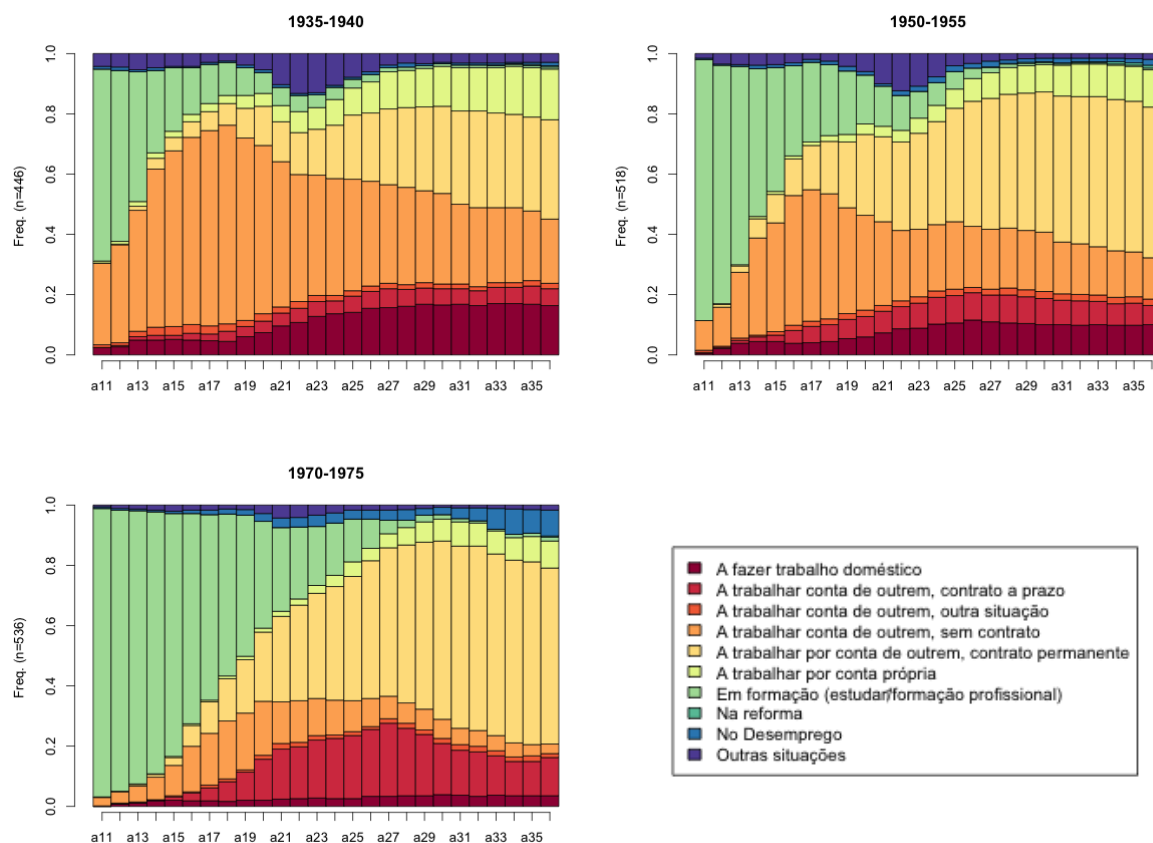
Um primeiro olhar sobre o emprego releva panoramas marcadamente diferenciados nas coortes (**FIGURA 10** e **QUADRO 44**). Tanto pela idade com que se entrou no mercado de trabalho, como pelas modalidades de emprego predominantes. Na primeira coorte, aos 11 anos de idade cerca de um terço dos indivíduos já desempenhava alguma atividade e aos 13 anos mais de metade já se encontrava a trabalhar. A informalidade marca o início da vida profissional e é a situação mais comum ao longo de todo o período em análise (11-35 anos). Trabalhar por conta própria ou criar um pequeno negócio são situações relativamente comuns, sobretudo a partir dos 25 anos. Três outros aspetos se destacam: a importância do serviço militar<sup>129</sup> nos percursos masculinos (1,2 anos em média); e o trabalho doméstico nos percursos femininos, cuja relevância se consolida após os 25 anos de idade (em média 4,7 anos); e a expressão residual do desemprego.

---

<sup>129</sup> Na figura está arrumado em 'Outras situações'.

Na segunda coorte, a entrada no mundo do trabalho ocorre ligeiramente mais tarde. O trabalho informal continua a ser a modalidade mais comum no primeiro emprego, sobretudo entre aqueles que começaram a trabalhar na adolescência. De forma transversal consolidam-se as situações de assalariamento formalizado sendo menos frequentes tanto a criação do próprio emprego como o trabalho informal ou familiar. A partir da segunda década de vida profissional, o trabalho com contrato estável é a situação mais comum (7,8 anos no total), em particular entre os homens. Embora mais frequente que na primeira coorte, o desemprego continua a ser um episódio raro e de curta duração no percurso profissional dos indivíduos nascidos entre 1950-55. Por fim, o peso relativo do trabalho doméstico entre as mulheres diminui e o serviço militar continua a ocupar cerca de um ano dos percursos masculinos.

**FIGURA 10 TRAJETÓRIAS DE EMPREGO POR COORTE**



**QUADRO 44 INDICADORES DA TRAJETÓRIA DE EMPREGO**

	Coorte 1935-40			Coorte 1950-55			Coorte 1970-75		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Idade com que começou a trabalhar (média)	12,5	12,3	12,5	14,7	14,3	15,1	17,7	17,3	18,0
Anos Serviço Militar	0,5	1,2	-	0,4	0,9	-	0,1	0,2	-
Anos Doméstica	2,8	-	4,7	2,0	-	3,3	0,7	-	1,1
Anos a trabalhar por conta própria	2,0	2,0	2,0	1,4	1,9	1,0	0,9	1,0	0,9
Anos a trabalhar com contrato permanente	4,5	6,2	3,3	7,8	8,6	7,2	8,4	9,1	8,0
Anos a trabalhar com contrato a prazo	1,1	1,7	0,7	1,7	1,4	1,8	3,4	3,2	3,5
Anos a trabalhar sem contrato	10,5	10,1	10,8	6,4	6,6	6,3	2,6	3,2	2,3
Anos no desemprego	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,8	0,6	0,9
Proporção que passou por desemprego (1 ano ou mais) (percentagem)	2,9%	1,6%	3,8%	4,6%	5,2%	4,2%	15,9%	10,7%	19,1%

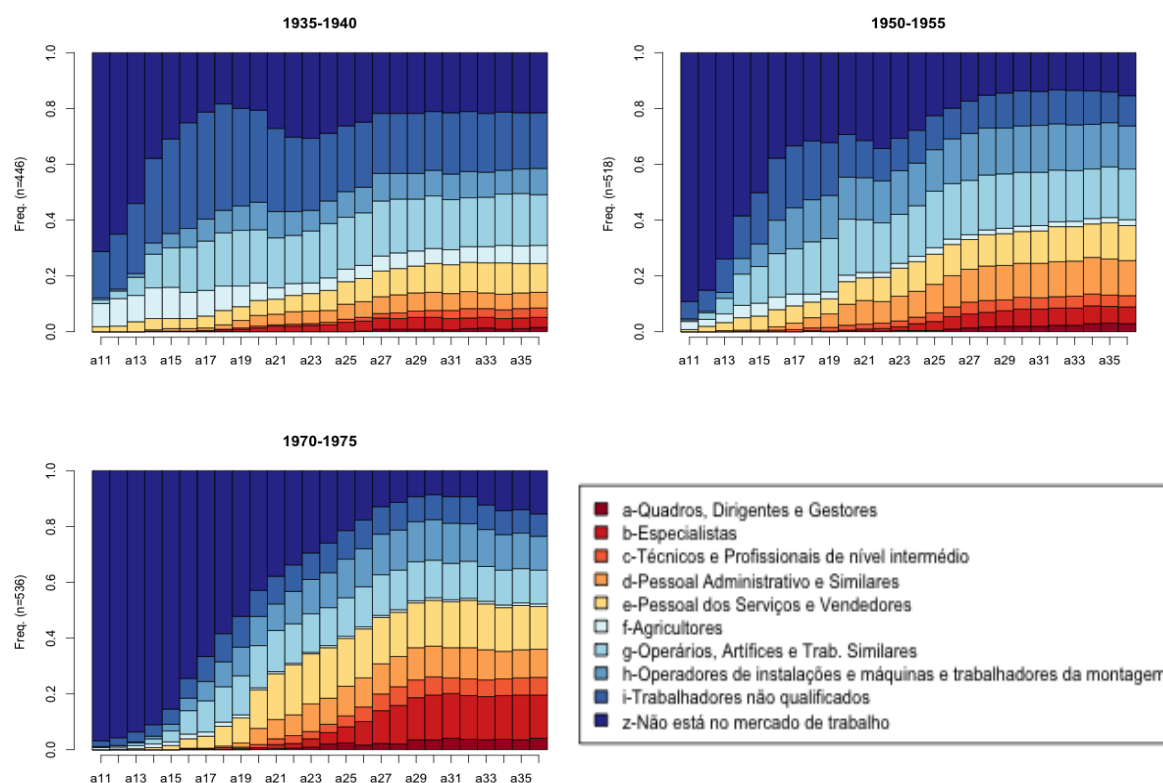
Na coorte de 1970-75 as trajetórias de emprego têm contornos claramente distintos das duas coortes anteriores. Fruto da extensão dos períodos formativos, a entrada na vida profissional ocorre em regra mais tarde (por volta dos 18 anos). Por outro lado, a maior variabilidade na escolarização resulta numa cadência mais longa de integração na vida ativa (a idade de entrada na vida profissional ocorre em todo o período em análise). Em relação ao tipo de contrato, o trabalho em situação estável consolida-se como a situação mais comum (8,4 anos). O trabalho com contrato a prazo surge como uma modalidade de contratação relevante que suplanta o trabalho informal, já em forte declínio (em média, 3,4 anos versus 2,6 anos). A informalidade marca ainda os percursos em que a vida profissional se inicia mais cedo. Já o trabalho com contrato precário ocorre sobretudo na segunda década de vida profissional, permanecendo com valores entre os 15 e os 20% até ao fim da nossa janela de observação. Por outro lado, cerca de 1 em cada 6 indivíduos passaram por períodos de desemprego, sendo essa situação muito mais comum entre as mulheres (19,1% vs. 10,1% entre os homens). Por último, o trabalho doméstico tem um peso residual e o serviço militar é irrelevante.

## As atividades profissionais

Olhamos agora brevemente para o tipo de atividades desempenhadas ao longo da vida, em função dos grandes grupos profissionais agregados (**FIGURA 11**). Na coorte de 1935-40, o início do trabalho em idade muito precoce está associado ao trabalho rural<sup>130</sup>. As atividades profissionais mais comuns, observáveis a partir da segunda década de vida profissional, estão relacionadas com o trabalho manual em pequenas indústrias ou oficinais (pedreiros, carpinteiros, modistas, etc.). No sector terciário, as profissões mais comuns encontram-se no comércio (lojistas, caixeiros, etc.). Os quadros, as categorias técnicas ou especializadas e o trabalho administrativo têm um peso muito reduzido.

Na coorte de 1950-55, o trabalho manual na indústria continua a marcar uma parte significativa dos percursos individuais. O trabalho industrial em ambiente de fábrica torna-se então mais relevante (operadores de montagem, costureiras industriais, etc.). No sector dos serviços, também as profissões administrativas se tornam mais comuns nos percursos profissionais, sobretudo a partir dos 20 anos (escriturários, telefonistas, rececionistas, secretárias, etc.). As profissões especializadas nos serviços crescem de forma muito ligeira.

**FIGURA 11 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS POR COORTE**



<sup>130</sup> Uma parte importante dessas situações estão incluídas nos Trabalhadores Não Qualificados, categoria que agrega actividades não qualificadas da Agricultura, Indústria e Serviços. Nesta análise retemos apenas os grandes grupos.

Os efeitos da terciarização da economia e da qualificação da mão-de-obra são evidentes em diversos aspetos das trajetórias da coorte de 1970-75. Uma parte significativa dos percursos profissionais passa pelo desempenho de profissões no comércio e nos serviços (balconista, bancário, cabeleireira, cozinheira). Também as profissões técnicas passam a fazer parte de um conjunto muito significativo de percursos (médicos, advogados, professores, etc.). A qualificação faz-se ainda sentir pelo aumento do número de quadros, dirigentes e gestores. Este último aspeto está relacionado tanto com a expansão da Administração Pública, como com a abertura da economia ao exterior, que levou ao estabelecimento de filiais portuguesas de empresas multinacionais nos sectores financeiros, comercial e tecnológico. Em sentido contrário, decresce a importância das profissões nos sectores industrial e agrícola nos percursos profissionais.

### ***Classificação tipológica das trajetórias de trabalho e emprego***

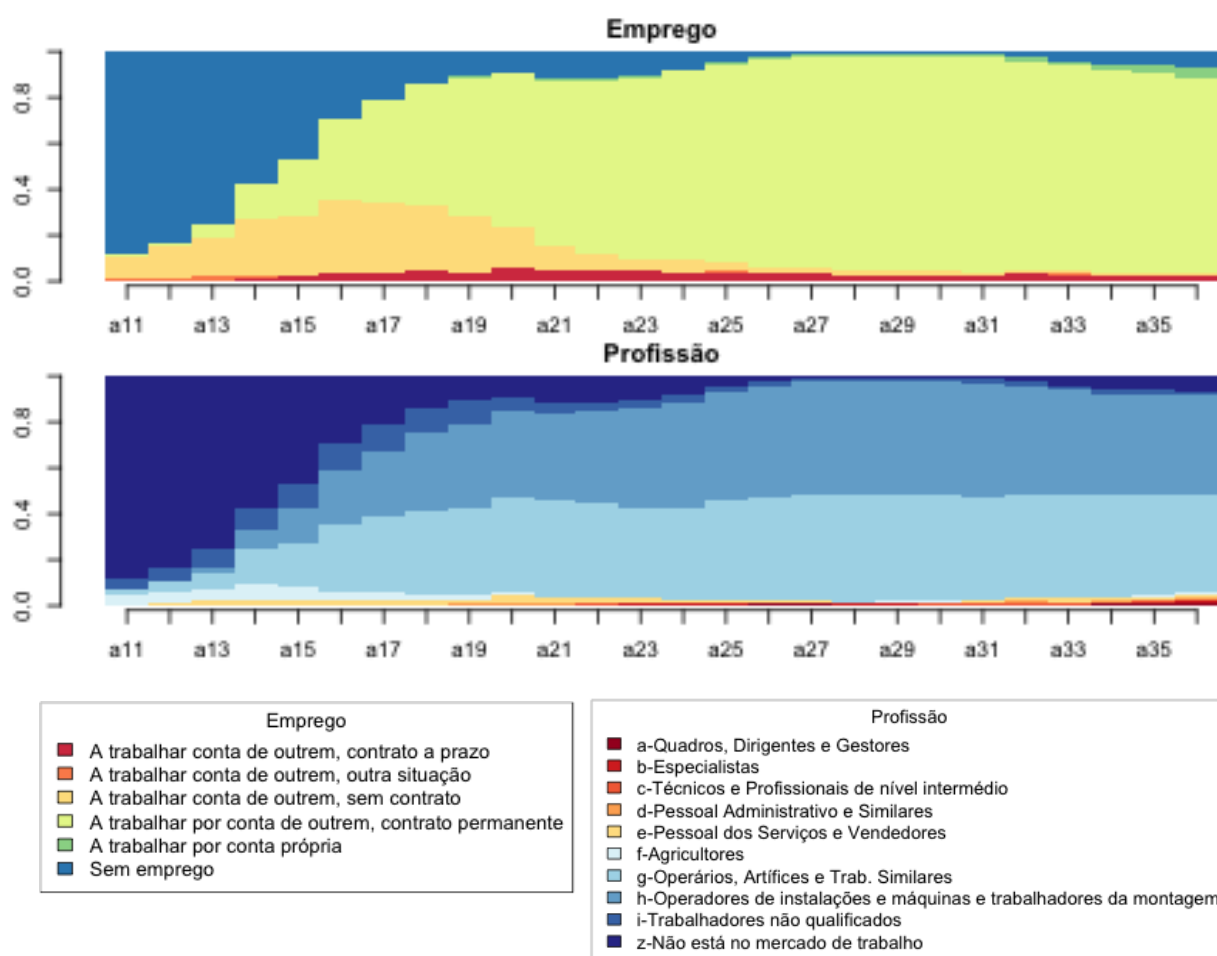
Nesta secção caracterizamos as oito trajetórias de trabalho e de emprego que identificámos através da *Multi Channel Sequence Analysis* com recurso ao algoritmo *Optimal Matching*. A descrição das trajetórias é complementada pela leitura dos dados apresentados no **QUADRO 45**.

**QUADRO 45 SITUAÇÕES PROFISSIONAIS POR TIPO DE TRAJETÓRIA (TEMPO ACUMULADO)**

Trajetória Profissional		Medida (anos)	Anos em que esteve em cada estado					Idade ao primeiro emprego	% que esteve no desemprego (1 ano ou mais)	% esteve a fazer trabalho doméstico
			Emprego por conta de outrem				Emprego conta própria			
			Informal	A prazo	Sem termo	Outra				
Emprego Estável na Indústria (17,9%)	Média	3,3	0,9	16,6	0,1	0,2	13,2	7,8%	1,1%	
	DP	4,4	2,2	5	0,8	0,9	3,1			
Emprego Estável nos Serviços (15,1%)	Média	1,8	1,4	13,3	0,1	0,1	17,4	8,8%	7,5%	
	DP	2,8	2,5	4,4	0,8	0,4	4,1			
Emprego Esporádico (14,5%)	Média	4,1	0,9	1,2	0,4	0,4	17,1	13,3%	66,1%	
	DP	4,8	2,4	2,9	1,8	1,7	8,7			
Emprego Precário na Indústria e Serviços (13,6%)	Média	3,1	9,1	3,8	1,2	0,6	15,2	12,7%	4,9%	
	DP	4,3	7,7	5,7	4,5	2,6	4,6			
Emprego Informal na Indústria e Serviços (10,3%)	Média	20,3	0,3	1,1	0,1	0,5	12	4,5%	7,1%	
	DP	4,8	0,9	2,6	0,6	1,7	3,4			
Emprego Informal Desqualificado (10,1%)	Média	20,2	0,7	1,8	0,1	0,7	11	6,0%	4,0%	
	DP	6	2,1	3,6	1,4	2,2	3,5			
Emprego Estável Qualificado (9,9%)	Média	0,9	1,9	10,3	0,1	0,1	21,2	4,7%	0,0%	
	DP	2,3	2,4	3,8	0,9	0,7	4,2			
Emprego Conta Própria (8,6%)	Média	6	0,8	1	0,2	12,4	13,8	2,3%	1,6%	
	DP*	5,8	2,1	2,4	1,3	5,1	5,1			

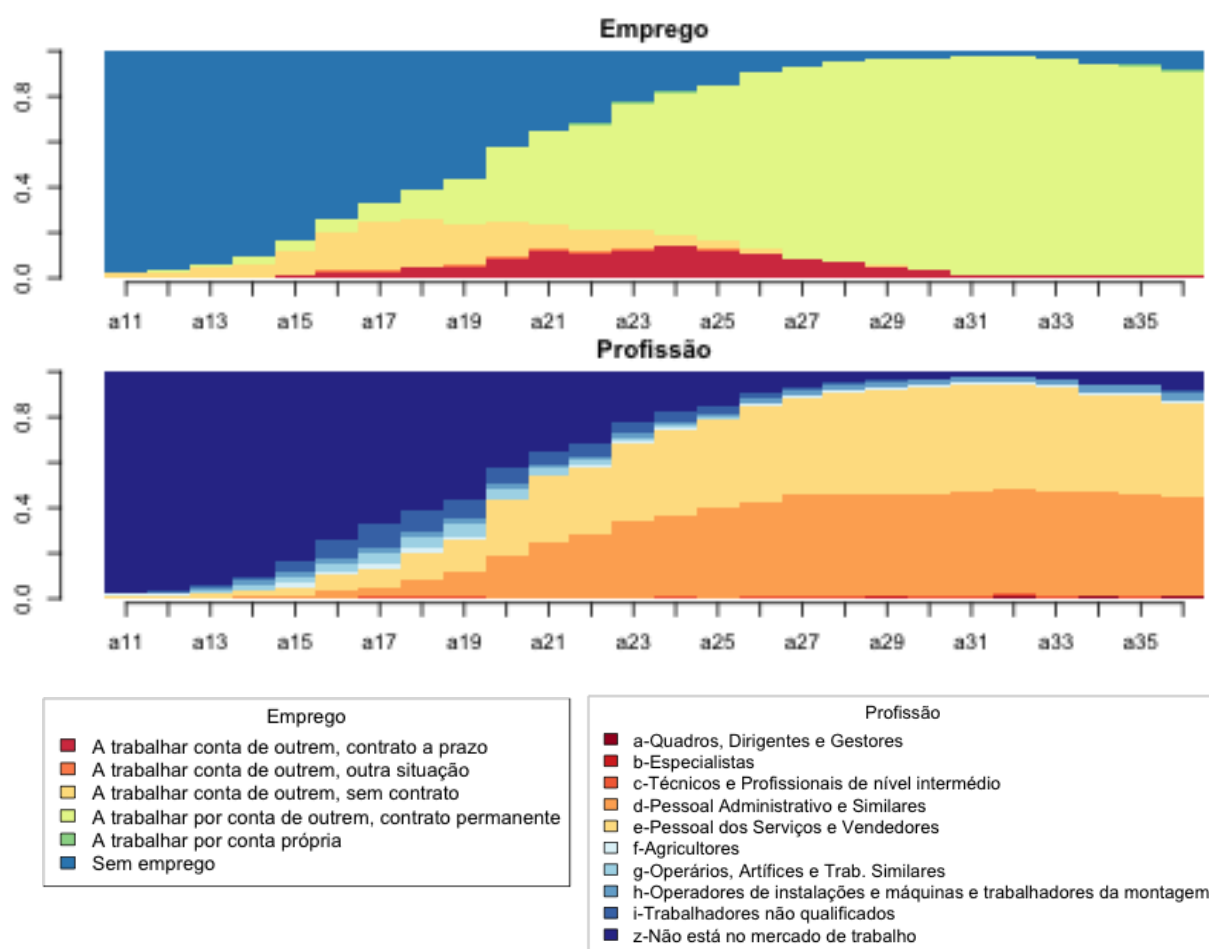
\*Desvio-Padrão

**FIGURA 12 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESTÁVEL NA INDÚSTRIA (17,9%)**



As *trajetórias de emprego estável na indústria* são as mais comuns na amostra (17,9%). Estas carreiras desenvolvem-se em exclusivo nos sectores industriais, essencialmente em pequenas e médias indústrias. Esta é a trajetória que desfruta de um percurso de estabilidade laboral mais prolongado. São percursos em que a entrada no mercado de trabalho ocorre bastante cedo (13,2 anos). Os casos em que a entrada na vida ativa ocorre até aos 15 anos de idade são marcados pela informalidade dos vínculos laborais, enquanto a entrada mais tardia ocorre em situações contratuais estáveis. Por outro lado, os que já se encontravam a trabalhar adquirem estabilidade geralmente sem passar por situações intermédias. Podemos entender esta transição se tivermos em conta que, até há algum tempo atrás, a qualificação e especialização profissional nestes sectores profissionais realizava-se através da aprendizagem de um ofício junto de mestres mais velhos. Esse “período experimental” podia estender-se por alguns anos, ao fim dos quais de aprendiz se passava a ajudante ou praticante. A mudança de estatuto correspondia não só ao reconhecimento da capacidade para exercer a profissão, como também à concretização de uma relação contratual.

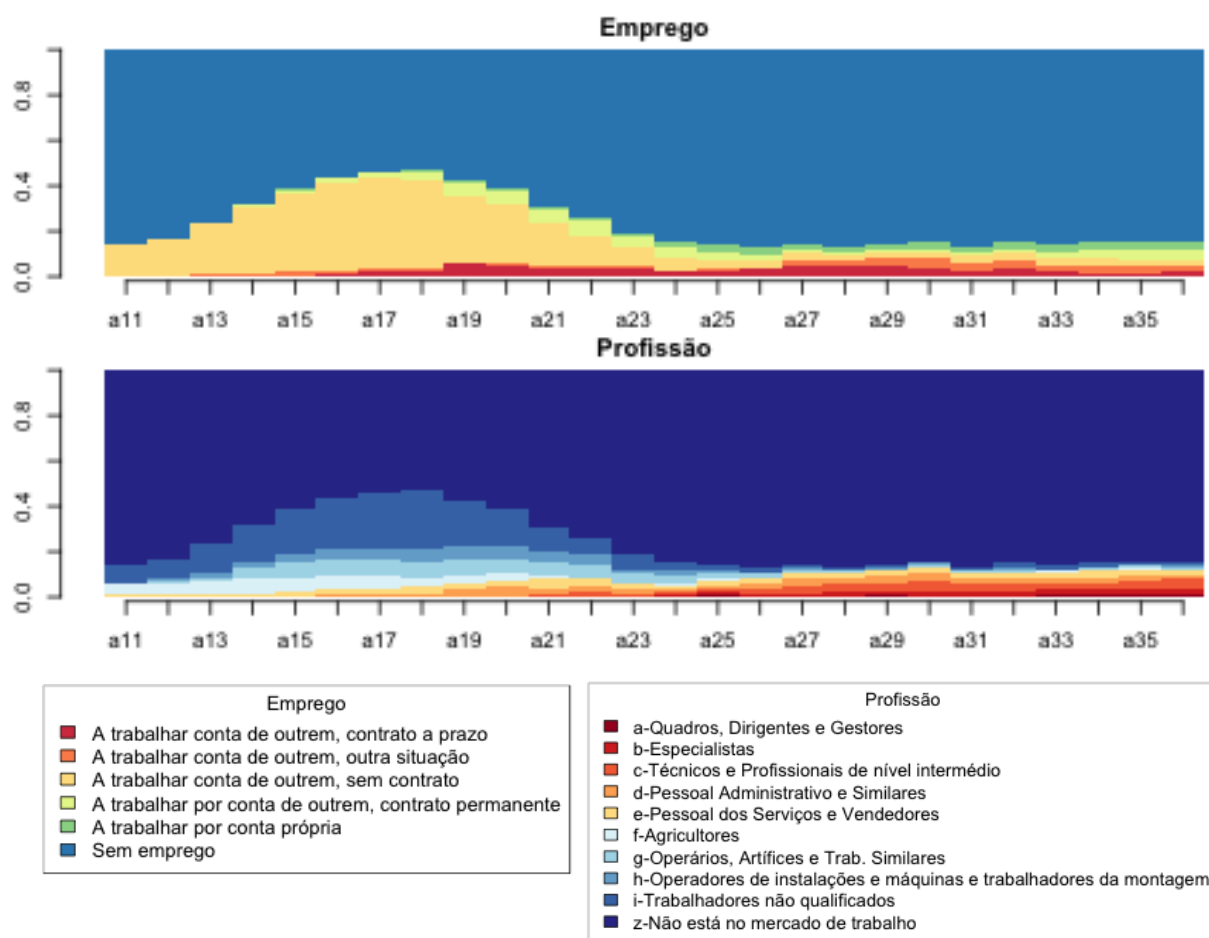
**FIGURA 13 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESTÁVEL NOS SERVIÇOS (15,1%)**



As *trajetórias de emprego estável nos serviços* correspondem a 15,1% dos casos e desenvolvem-se em profissões do sector terciário. As profissões mais comuns são as de empregado de escritório e de empregado de balcão. Nestes percursos, a atividade profissional inicia-se por volta dos 17 anos. Em cerca de 1/5 dos casos, o início do percurso profissional é marcado por períodos de informalidade ou de trabalho com contrato a termo. A informalidade é mais comum quando a transição para a vida ativa teve lugar até aos 18 anos. Já o contrato a termo é mais frequente nos casos em que essa transição ocorreu após os 20 anos de idade. Embora em ambos os casos exista alguma variabilidade, estes períodos duram em média cerca de 2 anos. Após essa primeira fase, a relação contratual é estável. As situações de desemprego são ligeiramente mais frequentes nesta trajetória do que na *trajetória de emprego estável na indústria* (8,8% face a 7,8%). Por fim, nesta trajetória 7,5% dos indivíduos estiveram em algum momento a exercer trabalho doméstico.

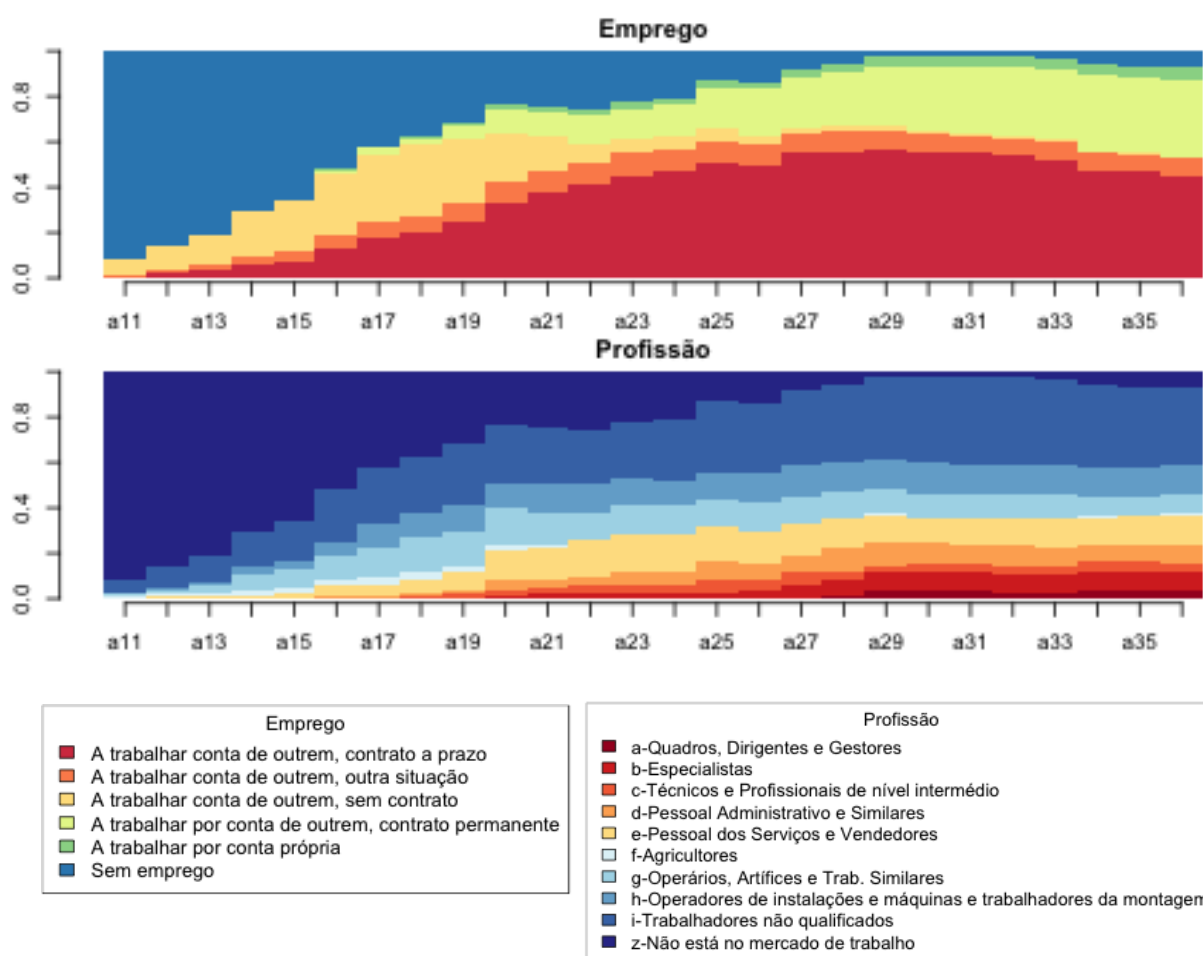


**FIGURA 14 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESPORÁDICO (14,5%)**



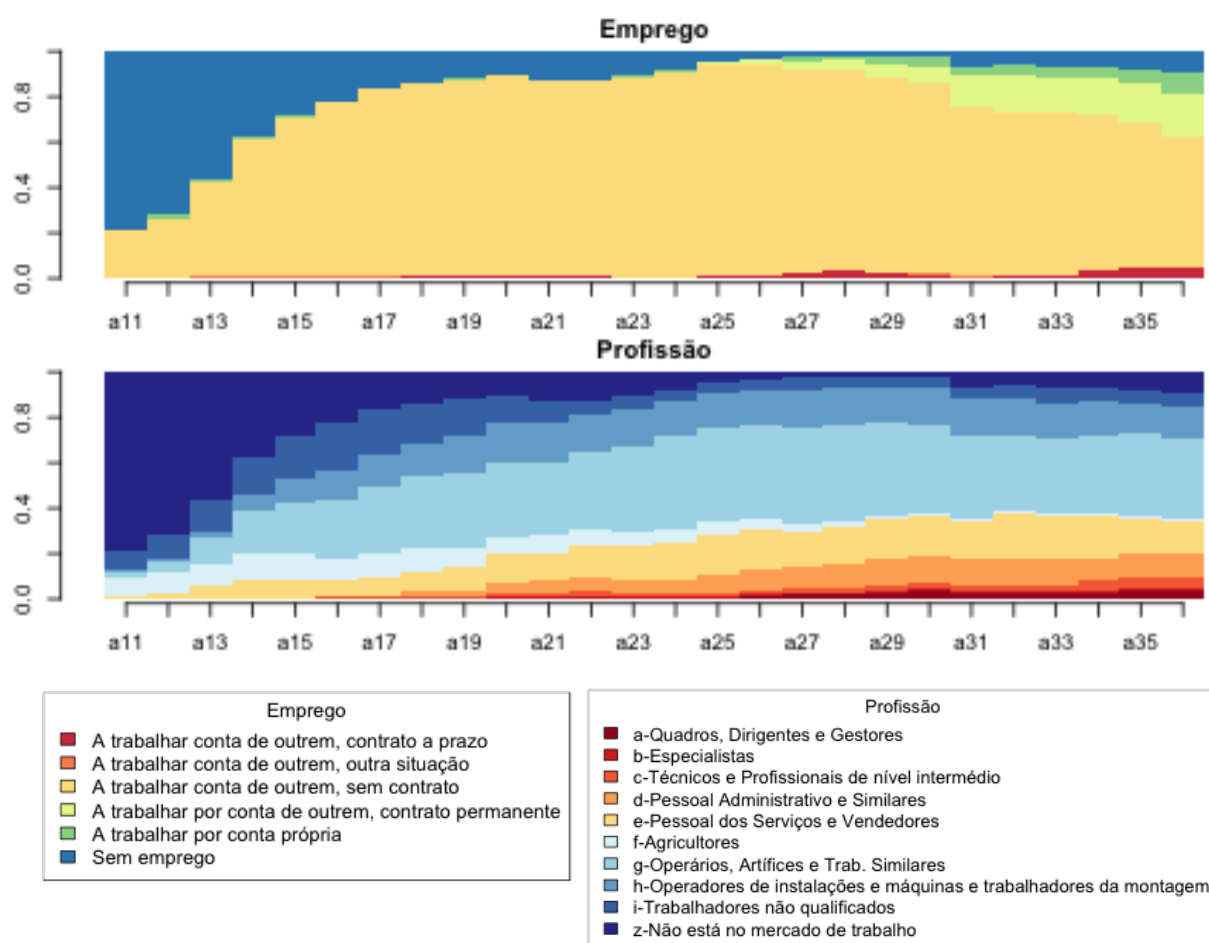
As *trajetórias de emprego esporádico* correspondem a 15,1% dos casos. Como evidenciado pela denominação que escolhemos, a característica mais saliente neste tipo de percurso é a intermitência da sua relação com o mercado de trabalho. A entrada no mercado de trabalho ocorre em torno dos 17 anos, mas é extremamente variável (DP=8,7 anos). Esse facto permite-nos diferenciar algumas variantes dentro deste tipo de trajetória. Por um lado, encontramos aqui as domésticas que, em perto de metade dos casos, exerceram uma atividade profissional remunerada antes de passarem a essa condição. Em geral, trata-se de uma atividade pouco qualificada (empregada de limpeza, trabalhadora rural, etc.) com um vínculo laboral informal. A saída do mercado de trabalho ocorre entre os 19 e os 23 anos, o que aponta para a eventual sincronização da saída com transição para a conjugalidade e/ou parentalidade. Por outro lado, encontramos também aqui um segmento de indivíduos que, apesar de desempenharem sobretudo atividades qualificadas e técnicas, não conseguem consolidar a sua integração no mercado de trabalho, o que fica também patente pela elevada incidência do desemprego (13,3%).

**FIGURA 15 TRAJETÓRIA DE EMPREGO PRECÁRIO NA INDÚSTRIA E SERVIÇOS (13,6%)**



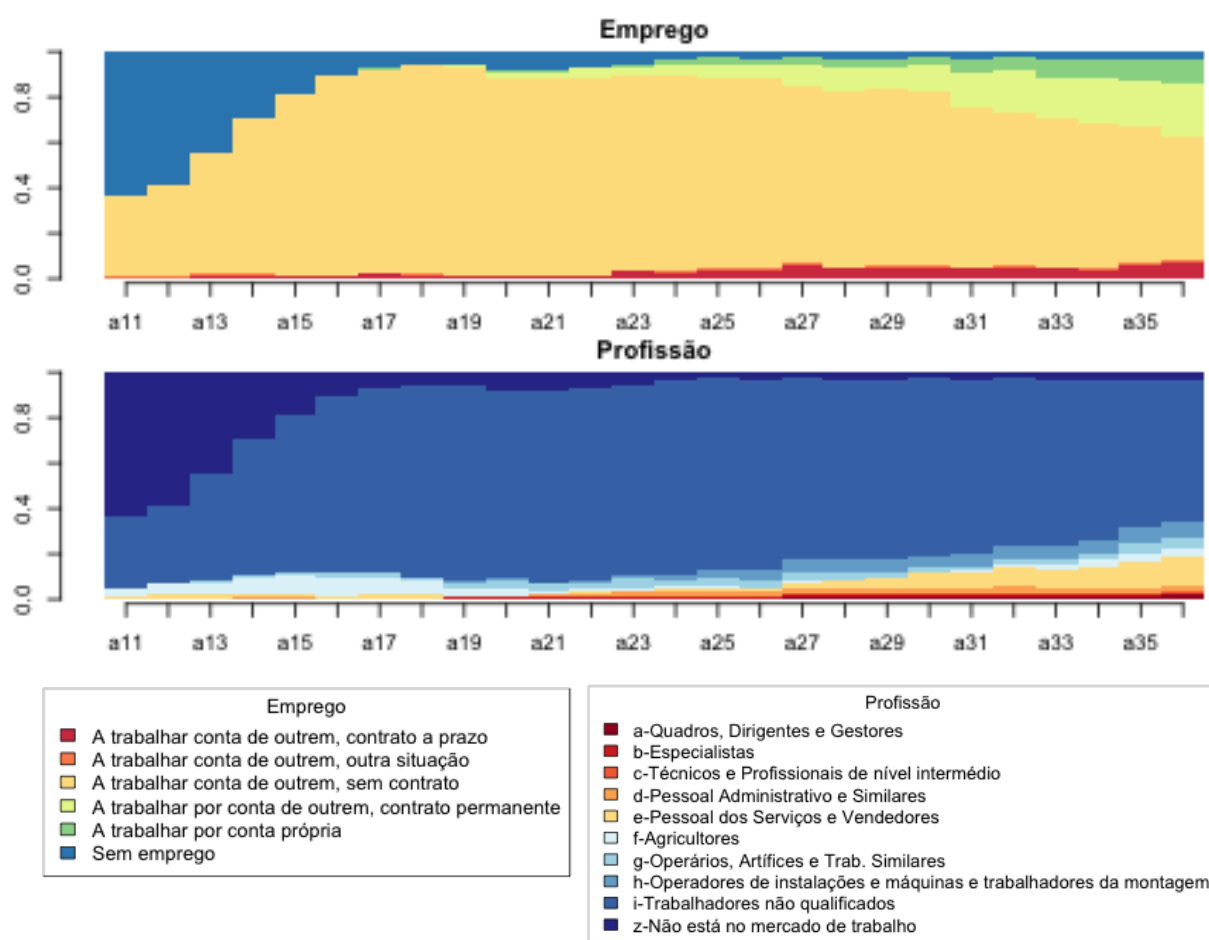
A *trajetória do emprego precário na indústria e serviços* é a quarta mais comum englobando 13,6% dos indivíduos. Neste tipo de percurso, a atividade profissional inicia-se por volta dos 15 anos. No entanto, o elevado desvio-padrão indica que essa transição pode ocorrer em muitos casos substancialmente mais cedo ou mais tarde. Em cerca de 1/5 dos casos, o início do percurso profissional é marcado por períodos de informalidade, o que é mais comum quando a transição para a vida ativa teve lugar até aos 18 anos. A característica mais relevante neste tipo de percurso é a longa duração do trabalho com contrato a prazo, independentemente do grupo profissional em que os indivíduos se integram (o tempo médio de 9,1 anos, com um desvio-padrão de 7,7 anos). Embora se encontrem casos em todos os grupos profissionais, predominam as profissões dos serviços pessoais (empregados de balcão, empregadas de limpeza). Em cerca de 30% dos casos ocorre uma transição para a condição de trabalhador efetivo, após um longo período de contrato a termo. As situações de desemprego são bastante frequentes nesta trajetória (12,7%). Pelo contrário, são raros os casos em que estes indivíduos estiveram a desempenhar trabalho doméstico (4,9%).

**FIGURA 16 TRAJETÓRIA DE EMPREGO INFORMAL NA INDÚSTRIA E SERVIÇOS (10,3%)**



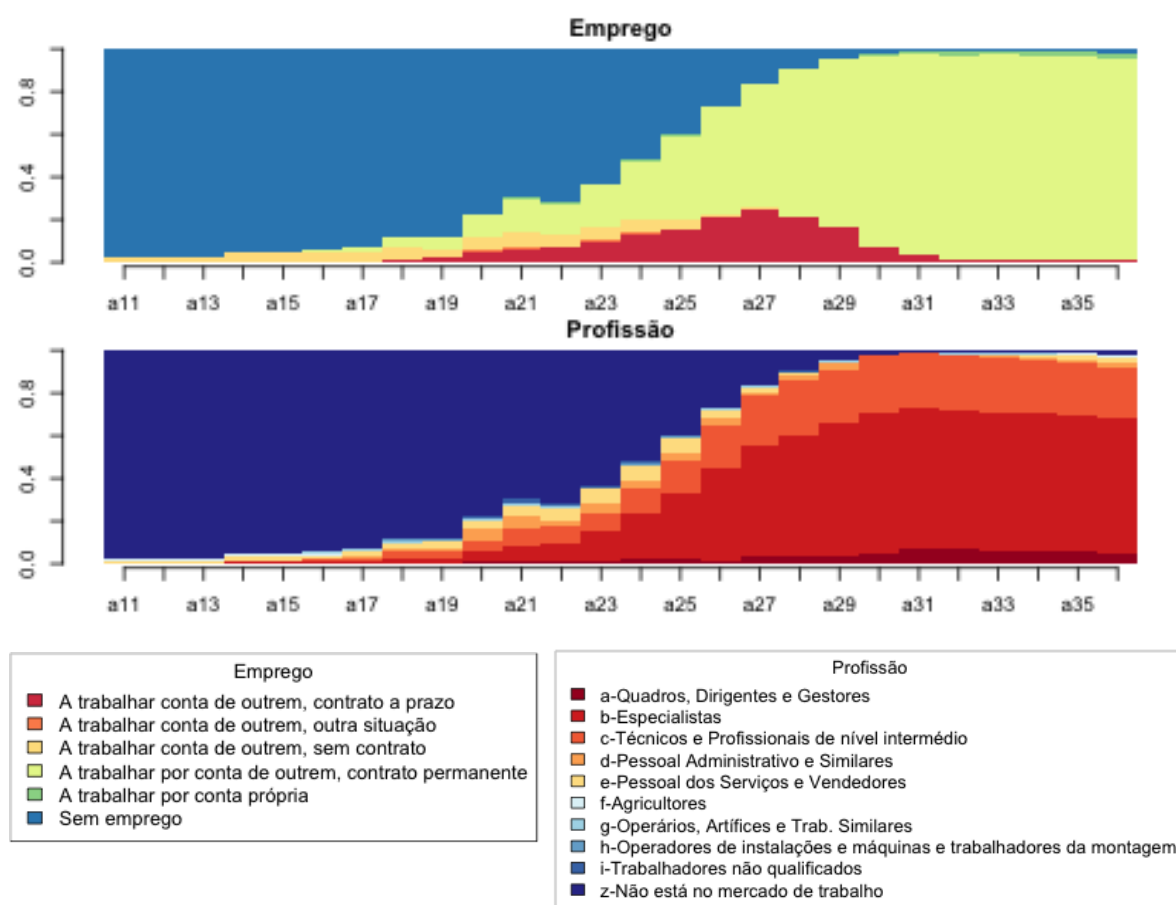
A quinta trajetória mais comum é a do *emprego informal na indústria e nos serviços* (10,3%). Nesta trajetória, os períodos formativos são muito curtos e a entrada na vida profissional ocorre em idade muito precoce (12 anos). Nos primeiros anos de vida profissional é ainda relevante o trabalho na agricultura (também presente na faixa dos trabalhadores ‘não qualificados’). A partir da segunda década de vida profissional, as atividades situam-se sobretudo no sector secundário, destacando-se as atividades no grupo profissional dos operários e artífices (eletricistas, canalizadores, padeiros) e, em menor proporção, nos serviços (porteira, vendedores ambulantes, etc.). O aspeto mais distintivo desta trajetória é que as atividades profissionais são exercidas num contexto informal, *i.e.*, em esquemas de emprego sem qualquer proteção, seja enquanto trabalhadores familiares, aprendizes ou estagiários. As transições para situações de maior estabilidade são tardias e, consequentemente, correspondem a um curto período dentro da nossa janela de observação (o tempo de trabalho a contrato sem termo é em média de apenas 1,8 anos). O trabalho doméstico tem algum relevo (7,1%) e a incidência do desemprego é baixa (4,5%).

**FIGURA 17 TRAJETÓRIA DE EMPREGO INFORMAL DESQUALIFICADO (10,1%)**



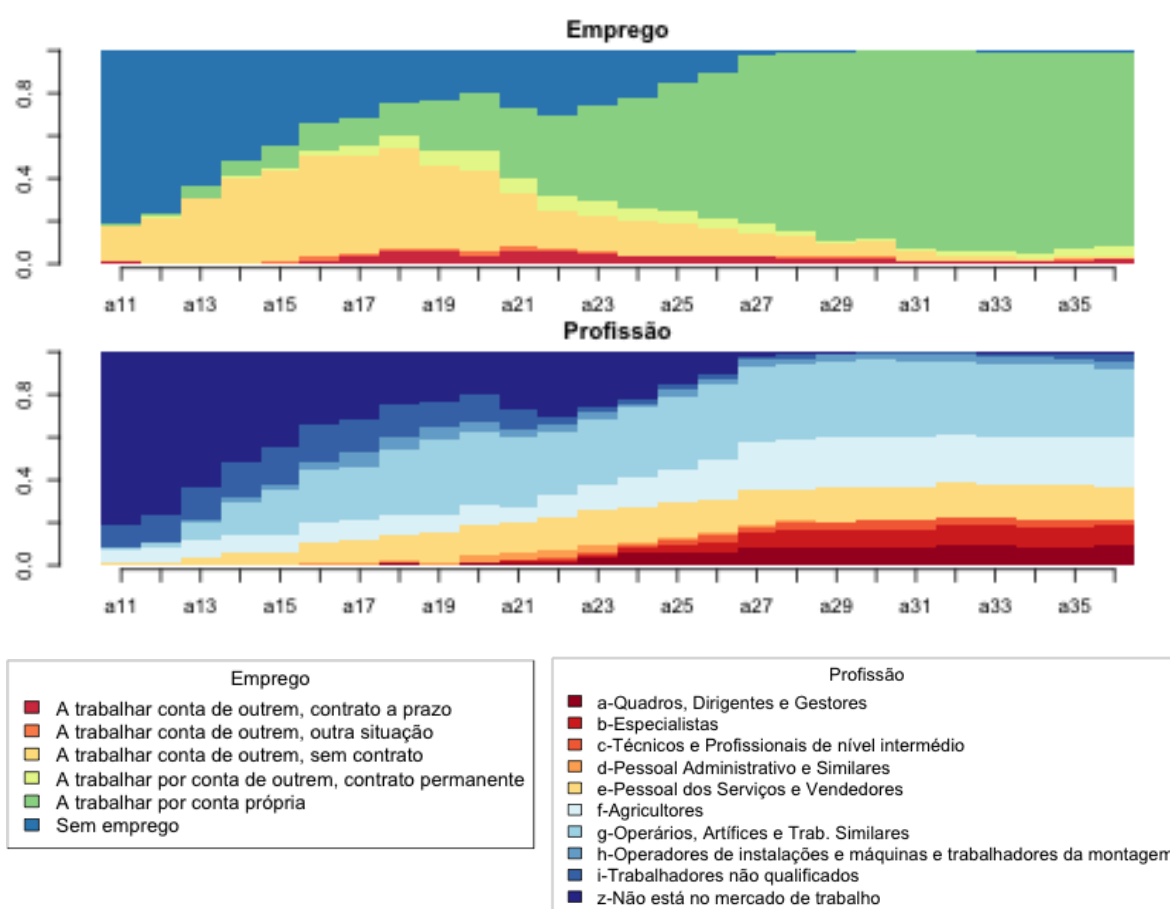
A *trajetória do emprego informal desqualificado* engloba 10,1% da amostra. Esta trajetória distingue-se por ser aquela em que a entrada na vida profissional ocorre mais cedo (11 anos). Em termos do tipo de relação laboral, a informalidade marca estes percursos (em média 20,3 anos). Esta trajetória distingue-se da anterior pelo tipo de atividades exercidas pelos indivíduos, pois ao longo de todo o período considerado predominam as profissões menos qualificadas (empregadas de limpeza, trabalhador rural, ajudante de cozinha, estafeta, etc.). Tanto o acesso a situações contratuais mais estáveis, como a progressão profissional para atividades com maior qualificação é demorado e relativamente raro. Em apenas 1/5 dos casos, os indivíduos transitam para situações de estabilidade contratual, em geral nos serviços. Neste tipo de percurso, a incidência do desemprego cifra-se nos 6,0%. Em 4,0% dos casos, os indivíduos estiveram envolvidos no trabalho doméstico

**FIGURA 18 TRAJETÓRIA DE EMPREGO ESTÁVEL QUALIFICADO (9,9%)**



A *trajetória de emprego estável qualificado* é a sétima mais numerosa abrangendo 9,9% dos casos. É a trajetória em que a transição para a vida profissional ocorre em idades mais avançadas (21,2 anos), o que decorre da maior extensão dos períodos formativos. Na maioria dos casos (cerca de 80%), o emprego assalariado com contrato sem termo surge na primeira experiência profissional. Em cerca de 1/5 dos casos o percurso dos indivíduos inclui períodos de emprego com contrato a prazo (1,9 anos em média) ou em situação informal (0,9 anos) antes da estabilização da situação contratual. Relativamente às atividades profissionais, nesta trajetória encontramos os trabalhadores altamente qualificados (advogados, arquitetos, médicos, economistas, engenheiros, etc.) e os técnicos profissionais de nível intermédio (chefes de escritório, fotógrafos, agentes de seguros, técnicos de farmácia, etc.). Neste tipo de trajetória é baixa a incidência de desemprego (4,7%) e não existem casos em que os indivíduos tenham estado a desempenhar tarefas domésticas.

FIGURA 19 TRAJETÓRIA DE EMPREGO POR CONTA PRÓPRIA (8,6%)



A última trajetória, a *trajetória de emprego por conta própria* envolve 8,6% da amostra. Também neste caso, a entrada na vida ativa ocorre em idade bastante jovem (13,8 anos) e está associada a percursos formativos em geral curtos. Os resultados são consistentes com dados de outras investigações, que observaram os baixos recursos qualificacionais dos empresários portugueses (Costa, Machado, and Almeida 2007). Saliente nesta trajetória é o facto de estes indivíduos terem, na sua maioria, passado por situações de emprego assalariado informal antes de terem dado início a uma atividade independente ou criado a sua empresa (em média 6,0 anos, mas com um desvio padrão muito elevado). No calendário de entrada na vida ativa e no tipo de atividades profissionais exercidas pelos indivíduos, esta trajetória assemelha-se à de *emprego informal na indústria e serviços*. Encontramos aqui os proprietários das pequenas indústrias, oficinas ou estabelecimentos comerciais, que constituem, aliás, o grosso dos empresários e patrões em Portugal. Por último, esta é a trajetória em que a ocorrência de desemprego é menos comum (2,3%).

### ***Trajetórias de trabalho e emprego e os eixos da desigualdade social***

Partimos do pressuposto que as trajetórias profissionais resultam da triangulação entre condições socioinstitucionais, estrutura do mercado de trabalho e escolhas individuais. Mas quais serão os aspetos que mais influenciam o desenvolvimento das trajetórias de trabalho e emprego em cada período histórico? Nesta secção procuramos perceber qual a associação entre tipos de trajetórias de trabalho e emprego e fatores como a coorte geracional, o género, o nível de educação do próprio ou os contextos de classe em que os indivíduos cresceram. Num primeiro momento apresentamos uma leitura sistemática da relação entre esses fatores e as trajetórias de trabalho e emprego, usando análises de Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) e a força da associação entre distribuições (V de Crámer) apoiadas pela leitura dos *resíduos estandardizados* ( $se_i$ ). Posteriormente recorreremos a uma Análise de Correspondências Múltiplas para uma leitura mais completa e integrada dos dados.

#### ***Coorte etária***

A comparação por coortes etárias revela diferenças relevantes na distribuição das trajetórias de trabalho e emprego (**QUADRO 46**). Na coorte mais velha estão sobre-representadas as trajetórias de **emprego informal** (20,0% e  $se_i = 3,7$ ), de **emprego informal desqualificado** (15,9% e  $se_i = 6,6$ ), de **emprego esporádico** (20,0% e  $se_i = 3,0$ ) e de **trabalho por conta própria** (12,1% e  $se_i = 2,5$ ).

Na coorte de nascidos no início da década de 1950 são mais comuns todas as trajetórias de emprego estável (em conjunto representam 43,3%) e a situação mais comum é mesmo a de **emprego estável na indústria**. Mas são também mais frequentes as trajetórias de **emprego precário**. Em sentido oposto, são menos comuns as trajetórias de **emprego informal** (em conjunto passam de 36,0% para 20,6%), de **emprego esporádico** e de **emprego por conta própria**.

Na coorte de 1970-75, em conjunto, as **trajetórias de emprego estável** são claramente maioritárias (somam 58,8%). Na comparação com a coorte do meio, destaca-se sobretudo o crescimento das trajetórias de **emprego estável qualificado**. Nesta coorte são também mais numerosas as trajetórias de **emprego precário**, revelando a análise dos resíduos que se encontram aqui sobre-representadas ( $se_i = 2,8$ ). Embora menos comuns que nas restantes coortes, as trajetórias de **emprego esporádico** mantêm-se com algum relevo (10,3%). Na coorte mais recente a informalidade é uma situação claramente minoritária (em conjunto

compreende 7,1% dos indivíduos). A tendência global de assalariamento da população é também patente pela reduzida expressão das trajetórias de **emprego por conta própria**.

**QUADRO 46 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR COORTE ETÁRIA (PCT.)**

	Total	Coorte		
		1935-40	1950-55	1970-75
Emprego Estável na Indústria	17,9	11,4	20,7	20,5
Emprego Estável nos Serviços	15,1	8,1	15,3	20,9
Emprego Esporádico	14,5	20,0	14,3	10,3
Emprego Precário na Indústria e Serviços	13,6	8,5	13,3	18,1
Emprego Informal na Indústria e Serviços	10,3	15,9	12,5	3,4
Emprego Informal Desqualificado	10,1	20,0	8,1	3,7
Emprego Estável Qualificado	9,9	4,0	7,3	17,4
Emprego por Conta Própria	8,6	12,1	8,5	5,0

QuiQuadrado (14) = 241.679  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,284

### Sexo

As trajetórias de **emprego esporádico** são claramente mais frequentes entre as mulheres (20,2% e  $se_i = 2,1$ ). Como vimos este tipo de trajetória não só engloba o trabalho doméstico como outros casos de exclusão em relação ao mercado de trabalho. As mulheres são igualmente mais numerosas nas trajetórias de **emprego estável nos serviços** e no **emprego informal desqualificado**.

**QUADRO 47 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR SEXO (PCT.)**

	Total	Homens	Mulheres
Emprego Estável na Indústria	17,9	25,3	12,9
Emprego Estável nos Serviços	15,1	11,8	17,4
Emprego Esporádico	14,5	6,0	20,2
Emprego Precário na Indústria e Serviços	13,6	13,3	13,8
Emprego Informal na Indústria e Serviços	10,3	13,1	8,3
Emprego Informal Desqualificado	10,1	7,3	11,9
Emprego Estável Qualificado	9,9	12,0	8,6
Emprego por Conta Própria	8,6	11,1	6,9

QuiQuadrado (7) = 116.062,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,278

Os homens estão sobre-representados nas trajetórias de **emprego estável na indústria** (25,3% e  $se_i = 4,3$ ), **emprego informal** (13,1% e  $se_i = 2,2$ ) e de **emprego por conta própria** (11,1% e  $se_i = 2,1$ ). De forma algo surpreendente, face ao protagonismo feminino no processo de qualificação profissional das últimas décadas, os homens são mais também mais numerosos no **emprego estável qualificado** (12,1% e  $se_i = 1,6$ ). Se agregarmos as situações em função da estabilidade da relação laboral, a distribuição das trajetórias ficam mais evidentes as assimetrias de género em relação à estabilidade da relação laboral. No caso dos homens as



trajetórias de emprego estável somam 49,1% dos casos, enquanto nas mulheres esse valor é de 38,9%. O **emprego precário** é o único caso em que a diferenças não são significativas.

### *Coorte e Sexo*

No **QUADRO 48** apresentamos a distribuição das trajetórias de trabalho e emprego por sexo dentro de cada coorte etária. Em todas as coortes é forte a associação entre sexo e trajetórias de trabalho e emprego, apontando para uma clara genderização das mesmas.

Entre os homens, nas duas coortes mais velhas, as trajetórias de **emprego informal** e de **emprego estável na indústria** são as mais comuns. Já entre as mulheres há uma variação da primeira para a segunda coorte: na coorte mais velha as trajetórias de **emprego informal desqualificado** e de **emprego esporádico** são mais frequentes; na coorte de 1950-55, predominam as trajetórias de **emprego estável** (nos serviços e na indústria), embora o **emprego esporádico** permaneça um percurso relevante. Na coorte mais recente, entre os homens as trajetórias mais frequentes são o **emprego estável na indústria**, o **emprego estável qualificado** e o **emprego precário**. Entre as mulheres, a trajetória do **emprego estável nos serviços** é a mais comum, seguida do **emprego precário** e de outras modalidades de emprego estável (nos serviços e qualificado).

A análise dos resíduos indica que as mulheres da primeira coorte estão sobre-representadas no **emprego esporádico** ( $se_i = 3,1$ ) e a sub-representadas no **emprego estável na indústria** ( $se_i = -2,2$ ). Os homens estão sobre-representados no **emprego estável na indústria** ( $se_i = 2,6$ ) e sub-representados no **emprego esporádico** ( $se_i = -3,7$ ). As mulheres da segunda estão sobre-representadas no **emprego esporádico** ( $se_i = 2,9$ ) e uma sub-representadas no **emprego estável na indústria** ( $se_i = -2,2$ ) e no **emprego por conta própria** ( $se_i = -2,2$ ). Os homens continuam sobre-representados no **emprego estável na indústria** ( $se_i = 2,6$ ) e no **emprego por conta própria** ( $se_i = 2,6$ ) e sub-representados no **emprego esporádico** ( $se_i = -3,5$ ).

Na terceira coorte, a análise dos resíduos apenas indica uma sub-representação das mulheres no **emprego estável na indústria** ( $se_i = -1,9$ ). Em relação aos homens mantém-se uma sobre-representação no **emprego estável na indústria** ( $se_i = 2,4$ ). Nesta coorte os homens estão sub-representados no **emprego esporádico** ( $se_i = -2,2$ ) e no **emprego estável nos serviços** ( $se_i = -2,3$ ).

**QUADRO 48 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR SEXO EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.)**

			1935-40			1950-55			1970-75		
			Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Emprego	Estável	na	11,4	18,0	6,8	20,7	28,8	15,0	20,5	28,2	15,8
Indústria											
Emprego	Estável	nos	8,1	10,9	6,1	15,3	10,8	18,3	20,9	13,6	25,5
Serviços											
Emprego	Esporádico		20,0	7,7	28,5	14,3	5,2	20,6	10,3	5,3	13,3
Emprego	Precário	na	8,5	9,3	8,0	13,3	12,7	13,7	18,1	17,5	18,5
Indústria e Serviços											
Emprego	Informal	na	15,9	20,8	12,5	12,5	14,2	11,4	3,4	5,3	2,1
Indústria e Serviços											
Emprego	Informal		20,0	14,8	23,6	8,1	5,2	10,1	3,7	2,9	4,2
Desqualificado											
Emprego	Estável		4,0	5,5	3,0	7,3	9,4	5,9	17,4	20,4	15,5
Qualificado											
Emprego	por	Conta	12,1	13,1	11,4	8,5	13,7	4,9	5,8	6,8	5,2
Própria											

Coorte 1935-40 - Comparação por Sexo: QuiQuadrado (7) = 49.329,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,333

Coorte 1950-55 - Comparação por Sexo: QuiQuadrado (7) = 54.907,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,326

Coorte 1970-75 - Comparação por Sexo QuiQuadrado (7) = 32.895,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,248

### *Classe do Grupo Doméstico de Origem*

As trajetórias de trabalho e emprego também estão relacionadas com a classe do grupo doméstico de origem, embora a força da associação entre as duas variáveis se possa apenas considerar como fraca <sup>131</sup> (QUADRO 49). Os descendentes de Operários estão sobre-representados na trajetória de **emprego estável na indústria** (25,7% e  $se_i = 4,5$ ), sendo também frequente o seu envolvimento em trajetórias **informais** (12,3% e  $se_i = 1,7$ ) e **informais desqualificadas** (12,5% e  $se_i = 1,8$ ). Pelo contrário, são incomuns as trajetórias de **emprego estável qualificado** (4,8% e  $se_i = -4,8$ ).

Os indivíduos com origens nos Trabalhadores Independentes estão sobre-representados nas trajetórias de **emprego por conta própria** (11,8% e  $se_i = 2,2$ ), de **emprego informal desqualificado** (13,2% e  $se_i = 2,0$ ) e também de **emprego esporádico** (20,3% e  $se_i = 3,2$ ). Estão sub-representados nas trajetórias de **emprego estável na indústria** (11,0% e  $se_i = -3,3$ ).

Já entre os descendentes de Empregados Executantes, a trajetória de **emprego estável nos serviços** é a mais comum (24,0% e  $se_i = 3,4$ ), seguida da trajetória de **emprego estável na indústria** (17,9% e  $se_i = 0,0$ ) e de **emprego precário** (15,4% e  $se_i = 0,9$ ). Também neste caso são pouco habituais as trajetórias de **emprego informal** (9,8% e  $se_i = -0,2$ ) e de **emprego por conta própria** (5,3% e  $se_i = -1,8$ ). Comparativamente com descendentes de Operários ou

<sup>131</sup> O valor do V de Crámer, embora estatisticamente significativo, é de apenas 0,183.

de Trabalhadores Independentes, os indivíduos que provêm das famílias de Empregados Executantes têm maior acesso à trajetória de **emprego estável qualificado** (11,4% e  $se_i = 0,6$ ). Esse facto poderá explicar-se pela vantagem relativa no que diz à posse de capital cultural na origem e aos efeitos desse capital no que toca às condições de aquisição de capital escolar no sistema de ensino (Machado et al. 2003, 58).

**QUADRO 49 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO PELA CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**

	Total	EDL	PTE	Independentes (TI+TIpl+AI+AIpl)	EE (EE+AEpl)	O (OI+AA)
Emprego Estável na Indústria	17,9	10,	7,6	11,1	17,9	25,8
Emprego Estável nos Serviços	15,1	19,1	20,7	12,9	24,0	12,1
Emprego Esporádico	14,5	16,4	16,3	20,3	10,6	11,1
Emprego Precário na Indústria e Serviços	13,6	13,6	12,0	12,2	15,4	13,5
Emprego Informal na Indústria e Serviços	10,3	8,2	2,2	9,5	9,8	12,3
Emprego Informal Desqualificado	10,1	1,8	2,2	13,2	5,7	12,5
Emprego Estável Qualificado	9,9	20,0	32,6	9,0	11,4	4,8
Emprego por Conta Própria	8,6	10,0	6,5	11,8	5,3	8,0

QuiQuadrado (28) = 196,411,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,183

Entre os descendentes das duas origens de classe com maior volume de capitais (Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais e Profissionais e Técnicos de Enquadramento), a trajetória mais comum é a de **emprego estável qualificado** (respetivamente 20,0% com  $se_i = 3,3$  e 32,6% com  $se_i = 6,8$ ). Tanto entre descendentes de EDL's e PTE's como de Trabalhadores Independentes é menor a associação às trajetórias de **emprego estável na indústria**.

### *Escolaridade mais elevada no grupo doméstico de origem*

A relação entre o capital escolar na origem e a trajetórias de trabalho e emprego seguida pelos indivíduos é bastante forte e estatisticamente significativa (**QUADRO 50**). Tal como no caso da classe social do grupo doméstico de origem, a distribuição desta variável está altamente correlacionada com as coortes e por isso com o próprio desenho amostral. A análise dos resíduos *standardizados* permite uma leitura menos contaminada por essa contingência. A partir dos resíduos podemos ver que na trajetória de **emprego estável qualificado** estão sobre-representados os indivíduos com pelo menos um progenitor com ensino superior (58,9% e  $se_i = 10,5$ ), ensino secundário (31,6% e  $se_i = 5,1$ ) ou ensino unificado (30,0% e  $se_i = 4,4$ ).

Na trajetória de **emprego estável na indústria** predominam os indivíduos provenientes dos agregados domésticos com capitais escolares mais baixos (4ª classe: 21,2% e  $se_i = 2,0$ ). Na trajetória de **emprego estável nos serviços** estão sobre-representados os indivíduos que descendem de grupos domésticos em que existe algum capital escolar (6º ano: 27,9% e  $se_i = 2,1$ ; 9º ano: 32,0% e  $se_i = 3,1$ ; 12º ano: 26,3% e  $se_i = 2,2$ ). Na trajetória de **emprego informal desqualificado** predominam os indivíduos desprovidos de capital escolar na origem (19,3% e  $se_i = 7,0$ ). Situação similar é observável nas trajetórias de **emprego informal** (nenhum: 14,6% e  $se_i = 3,5$ ) e de **emprego por conta própria** (nenhum: 11,0% e  $se_i = 2,1$ ).

**QUADRO 50 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO NO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**

	Total	Nenhum	4ª classe	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
Emprego Estável na Indústria	<b>18,0</b>	19,1	21,2	4,7	6,0	5,3	0,0
Emprego Estável nos Serviços	<b>15,2</b>	5,9	20,7	27,9	32,0	26,3	9,8
Emprego Esporádico	<b>14,3</b>	16,4	10,7	27,9	14,0	17,5	21,6
Emprego Precário na Indústria e Serviços	<b>13,7</b>	12,0	16,2	14,0	10,0	10,5	7,8
Emprego Informal na Indústria e Serviços	<b>10,0</b>	14,6	8,6	4,7	2,0	0,0	0,0
Emprego Informal Desqualificado	<b>10,1</b>	19,3	4,8	0,0	2,0	1,8	0,0
Emprego Estável Qualificado	<b>10,2</b>	1,7	10,4	16,3	30,0	31,6	56,9
Emprego por Conta Própria	<b>8,5</b>	11,0	7,4	4,7	4,0	7,0	3,9

QuiQuadrado (35) = 435,580,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,244

A trajetória do **emprego esporádico** é um caso interessante. Embora estejam sobre-representados os indivíduos que provêm de grupos domésticos com algum capital escolar (6º ano: 27,9% e  $se_i = 2,4$ ), também encontramos nesta trajetória indivíduos que provêm de grupos domésticos nos dois extremos da distribuição capital escolar (nenhum: 16,4% e  $se_i = 1,4$  e ensino superior: 21,6% e  $se_i = 1,4$ ). Esta polarização terá que ver, certamente, com os contextos específicos da precariedade laboral nas diferentes coortes.

### ***Escolaridade do próprio***

Como seria expectável, existe uma fortíssima associação entre nível de escolaridade completado e o tipo de trajetória profissional (**QUADRO 51**). As trajetórias mais associadas aos indivíduos com baixos níveis de escolaridade (4ª classe ou menos) são as de **emprego informal desqualificado** (17,2% e  $se_i = 6,1$ ), de **emprego estável na indústria** (19,9% e  $se_i = 1,4$ ) e de **emprego por conta própria** (10,6% e  $se_i = 1,8$ ). Entre os indivíduos com habilitações escolares ao nível do 6º ano prevalece o **emprego estável na indústria** (32,0% e  $se_i = 4,4$ ) e o **emprego precário** (20,1% e  $se_i = 2,3$ ). Os níveis médios de escolarização (9º e 12º ano) estão associados ao **emprego estável nos serviços** (9º ano: 28,0% e  $se_i = 4,8$ ; 12º ano: 42,0% e  $se_i = 9,6$ ). Por último, como seria expectável, entre os indivíduos com qualificações mais elevadas predomina claramente a trajetória do **emprego estável qualificado** (58,3% e  $se_i = 21,2$ ), seguida do **emprego esporádico** (13,5% e  $se_i = - 0,4$ ) e do **emprego precário** (12,0% e  $se_i = - 0,6$ ). Uma última observação acerca desta distribuição vai para o facto de nas trajetórias de **emprego esporádico** e de **emprego precário** se encontrarem indivíduos com todo o tipo de credenciais escolares.

**QUADRO 51 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PCT.)**

	Total	4ª classe ou menos	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
Emprego Estável na Indústria	<b>17,9</b>	19,9	32,0	22,2	10,4	0,0
Emprego Estável nos Serviços	<b>15,1</b>	6,5	15,4	28,0	42,0	6,8
Emprego Esporádico	<b>14,5</b>	16,6	10,1	12,6	13,5	13,5
Emprego Precário na Indústria e Serviços	<b>13,6</b>	12,4	20,1	14,5	13,5	12,0
Emprego Informal na Indústria e Serviços	<b>10,3</b>	16,1	8,9	5,8	3,1	1,0
Emprego Informal Desqualificado	<b>10,1</b>	17,2	5,9	3,4	2,6	1,0
Emprego Estável Qualificado	<b>9,9</b>	0,5	0,6	4,8	11,4	58,3
Emprego por Conta Própria	<b>8,6</b>	10,6	7,1	8,7	3,6	7,3

QuiQuadrado (28) = 910.427,  $p < 0,001$ ; V de Crámer= 0,390

### *Escolaridade do próprio e Coorte Etária*

Tal como no caso da análise das trajetórias familiares, a elevada colinearidade entre coorte etária e escolaridade dificulta a leitura da relação combinada entre estas duas variáveis e a tipologia de trajetórias de trabalho e emprego. Em todo o caso, a observação dos dados permite esclarecer aspetos particulares em cada uma das coortes, que complementam a relação global entre qualificações e trajetórias (**QUADRO 52**).

**QUADRO 52 DISTRIBUIÇÃO DA TIPOLOGIA DE TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM CADA COORTE ETÁRIA (PCT.)\***

		Total	4ª classe ou menos	6º ano	9º ano	12º ano	Ensino Superior
<b>Coorte 1935-40</b>	Total	-	<b>82,4</b>	<b>5,0</b>	<b>6,3</b>	<b>2,0</b>	<b>4,3</b>
	Emprego Estável na Indústria	<b>11,5</b>	90,2	3,9	5,9	0,0	0,0
	Emprego Estável nos Serviços	<b>8,1</b>	50,0	16,7	27,8	2,8	2,8
	Emprego Esporádico	<b>20,0</b>	79,8	4,5	9,0	4,5	2,2
	Emprego Precário na Indústria e Serviços	<b>8,6</b>	81,6	5,3	5,3	2,6	5,3
	Emprego Informal na Indústria e Serviços	<b>15,8</b>	94,3	4,3	1,4	0,0	0,0
	Emprego Informal Desqualificado	<b>19,8</b>	94,3	3,4	1,1	1,1	0,0
	Emprego Estável Qualificado	<b>4,1</b>	16,7	0,0	5,6	11,1	66,7
	Emprego por Conta Própria	<b>12,2</b>	88,9	3,7	3,7	0,0	3,7
<b>Coorte 1950-55</b>	Total	-	<b>60,8</b>	<b>8,1</b>	<b>12,0</b>	<b>11,0</b>	<b>8,1</b>
	Emprego Estável na Indústria	<b>20,7</b>	82,2	4,7	9,3	3,7	0,0
	Emprego Estável nos Serviços	<b>15,3</b>	31,6	13,9	27,8	21,5	5,1
	Emprego Esporádico	<b>14,3</b>	60,8	9,5	6,8	16,2	6,8
	Emprego Precário na Indústria e Serviços	<b>13,3</b>	68,1	11,6	7,2	8,7	4,3
	Emprego Informal na Indústria e Serviços	<b>12,5</b>	72,3	6,2	13,8	4,6	3,1
	Emprego Informal Desqualificado	<b>8,1</b>	85,7	4,8	4,8	4,8	0,0
	Emprego Estável Qualificado	<b>7,3</b>	0,0	2,6	10,5	28,9	57,9
	Emprego por Conta Própria	<b>8,5</b>	61,4	9,1	11,4	4,5	13,6
<b>Coorte 1970-75</b>	Total	-	<b>9,8</b>	<b>19,7</b>	<b>22,0</b>	<b>23,9</b>	<b>24,6</b>
	Emprego Estável na Indústria	<b>20,3</b>	11,1	43,5	30,6	14,8	0,0
	Emprego Estável nos Serviços	<b>20,9</b>	4,5	8,1	23,4	56,8	7,2
	Emprego Esporádico	<b>10,2</b>	11,1	11,1	24,1	18,5	35,2
	Emprego Precário na Indústria e Serviços	<b>18,2</b>	13,4	24,7	23,7	19,6	18,6
	Emprego Informal na Indústria e Serviços	<b>3,4</b>	27,8	44,4	11,1	16,7	0,0
	Emprego Informal Desqualificado	<b>3,8</b>	35,0	25,0	20,0	10,0	10,0
	Emprego Estável Qualificado	<b>17,5</b>	1,1	0,0	5,4	9,7	83,9
	Emprego por Conta Própria	<b>5,8</b>	9,7	19,4	35,5	16,1	19,4

\* Com exceção do total vertical (total da distribuição das trajetórias de trabalho e emprego por coorte), as percentagens estão em linha  
 Coorte 1935-40 - Comparação por Nível de Escolaridade: impossível calcular QuiQuadrado, V de Crámer= 0,376  
 Coorte 1950-55 - Comparação por Nível de Escolaridade: impossível calcular QuiQuadrado, V de Crámer= 0,344  
 Coorte 1970-75 - Comparação por Nível de Escolaridade: impossível calcular QuiQuadrado, V de Crámer= 0,414

Em geral, as qualificações académicas dos indivíduos que têm trajetórias de **emprego precário** aproximam-se da distribuição geracional das qualificações. Mas ainda que o crescimento das trajetórias de **emprego precário** na coorte mais recente seja relativamente transversal, os indivíduos com qualificações mais baixas (ao nível da 4<sup>a</sup> classe ou do 6<sup>o</sup> ano) estão tendencialmente mais expostos a este tipo de percurso. Já as trajetórias de **emprego esporádico** sofrem uma reconfiguração geracional. Nas duas coortes mais velhas a intermitência da relação com o mercado de trabalho está relacionada com baixas qualificações e articula-se com a situação de doméstica. Na coorte mais recente aparenta ser um tipo de trajetória tendencialmente mais típico de indivíduos com qualificações ao nível do ensino superior ( $se_i = 1,6$ ).

### *Cartografia social das trajetórias de trabalho e emprego*

Após a caracterização sistemática das trajetórias profissionais, propomos uma pequena cartografia social das mesmas, que nos permite obter uma visão de conjunto. Para tal recorremos a uma Análise de Correspondências Múltiplas ACM (Greenacre 2007). Foram incluídas na análise as variáveis ‘nível de escolaridade do próprio’ (5 categorias), ‘classe social do grupo doméstico de origem’ (5 categorias), ‘tipo de trajetória de trabalho e emprego’ (8 categorias). As variáveis ‘sexo’ e ‘coorte’ foram combinadas numa variável com 6 categorias.

Uma solução a duas dimensões revelou-se a mais adequada. As duas dimensões apresentam níveis de consistência interna aceitáveis e valores de inércia adequados<sup>132</sup>. São apresentadas as medidas discriminantes de cada dimensão (**QUADRO 53**), bem como um gráfico com a dispersão das categorias das variáveis num espaço bidimensional (**FIGURA 20**).

**QUADRO 53 MEDIDAS DISCRIMINANTES DAS DIMENSÕES DA ACM**

	Dimensão 1	Dimensão 2	Média (total)
Nível de escolaridade do próprio (5 escalões)	<b>0,798</b>	<b>0,636</b>	0,717
Trajetoária de trabalho e emprego	0,559	<b>0,636</b>	0,605
Sexo/coorte	<b>0,543</b>	0,143	0,348
Classe do grupo doméstico de origem	<b>0,375</b>	0,179	0,277
Eigenvalue	2,274	1,610	3,894
Alpha de Cronbach	0,747	0,510	(0,648)
Inertia	0,569	0,405	0,487

Os números em **negrito** indicam que dimensão as variáveis melhor discriminam

<sup>132</sup> Em geral o valor mínimo para aceitar o Alpha de Cronbach situa-se nos 0,7 São aceitáveis valores inferiores em análises de cariz exploratório ou em casos que incluam ‘constructos’ heterogéneos (Johnson e Wichern 2007). Tal é manifestamente o nosso caso, pelo que a utilização deste procedimento assume essa limitação.

A primeira dimensão, disposta ao longo do eixo horizontal, distribui as trajetórias profissionais da informalidade desqualificada (lado esquerdo) à estabilidade qualificada (lado direito). A dispersão das categorias do nível de escolaridade do próprio acompanha este padrão (dos níveis mais baixos à esquerda dos mais elevados à direita). A segunda dimensão, ordenada segundo o eixo vertical, mas de forma oblíqua, dispõe as mesmas trajetórias de acordo com a coorte etária e o sexo (coorte mais velha na metade superior, coorte do meio sobre o eixo, coorte mais recente na metade inferior)<sup>133</sup>. A distribuição do grupo doméstico de origem permite densificar a interpretação e identificar uma série de perfis de associação.

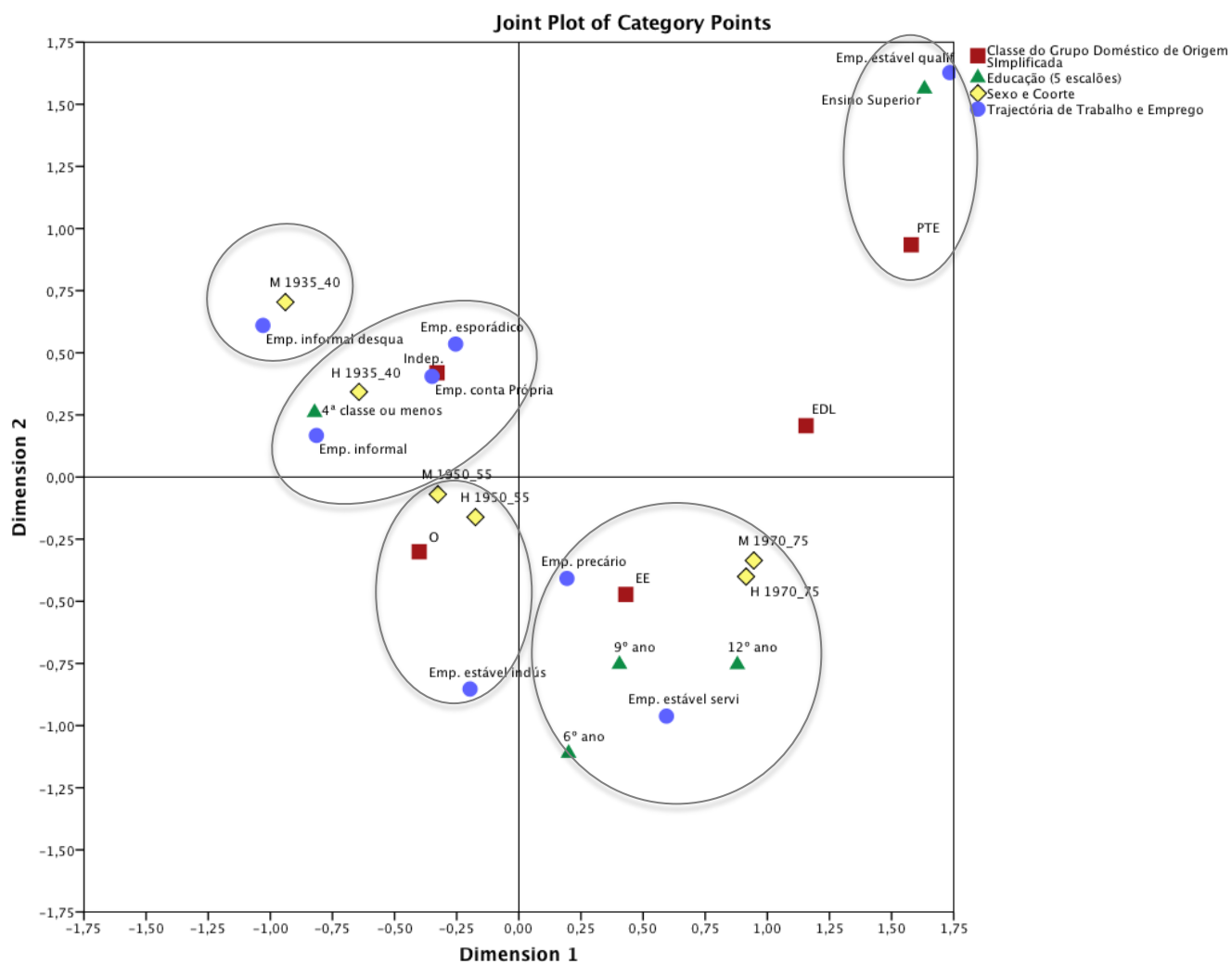
O primeiro perfil associa mulheres da coorte mais velha, baixas habilitações e trajetórias de **emprego informal desqualificado**. O segundo perfil associa homens da coorte mais velha e mulheres da coorte de 1950-55, em ambos os casos com origens entre os Trabalhadores Independentes, às trajetórias de **emprego por conta própria**, de **emprego informal** e ao **emprego esporádico**. Um terceiro perfil associa os homens de origem operária da coorte de 1950-55 às trajetórias de **emprego estável na indústria**. Um quarto perfil congrega os indivíduos da coorte mais recente, com origens entre os Empregados Executantes e níveis intermédios de escolaridade as trajetórias de **emprego estável nos serviços** e de **emprego precário**. Por fim, um quinto perfil associa as trajetórias de **emprego estável qualificado** a indivíduos que completaram o ensino superior e com origens nos grupos sociais com mais capital cultural (PTE's), independentemente da coorte etária.

---

<sup>133</sup> Por ordem decrescente, as variáveis mais importantes para a dimensão 1 são 'nível de escolaridade do próprio', 'sexo/coorte' e 'classe do grupo doméstico de origem'. Para dimensão 2 as variáveis mais relevantes são 'nível de escolaridade do próprio' e 'trajetória de trabalho e emprego'. Na dimensão 1 (variáveis transformadas) a 'trajetória de trabalho e emprego' está correlacionada com 'nível de escolaridade do próprio' ( $r = 0,589$ ), com 'sexo/coorte' ( $r = 0,339$ ); a 'classe do grupo doméstico de origem' está correlacionada com o 'nível de escolaridade do próprio' ( $r = 0,426$ ); e a 'nível de escolaridade do próprio' está correlacionado com 'sexo/coorte' ( $r = 0,589$ ). Na dimensão 2 (variáveis transformadas) apenas encontramos uma correlação entre 'nível de escolaridade do próprio' e 'trajetória de trabalho e emprego' ( $r = 0,449$ ). Apenas considerámos relevantes correlações superiores a 0,3. Todas as correlações apresentadas são significativas a  $p < 0,001$ .



**FIGURA 20 CARTOGRAFIA SOCIAL DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO** (*Análise de Correspondências Múltiplas*)



### ***Síntese conclusiva***

Ao longo deste capítulo reconstruímos as trajetórias de trabalho e de emprego de homens e mulheres portuguesas até meados da terceira década das suas vidas. A abordagem holística ao percurso profissional que desenvolvemos procurou diferenciar-se tanto das análises estruturalistas da classe social, como dos estudos sobre mobilidade social baseados nos indivíduos, como ainda das análises baseadas nos eventos transicionais.

Em jeito de resposta às questões que lançámos anteriormente, uma primeira conclusão é que a nossa estratégia analítica permitiu identificar uma ampla variedade de trajetórias individuais de trabalho e emprego. As trajetórias identificadas distinguem os percursos individuais em função do calendário de entrada no mercado de trabalho, da estabilidade da relação contratual e do tipo de profissões exercidas. Considerando as trajetórias de forma agregada, em função da estabilidade da relação contratual, confirmou-se, grosso modo, um predomínio de trajetórias de tipo informal na coorte mais velha e de trajetórias de tipo estável na coorte do 1950-55. Mas os dados contradizem claramente a ideia feita de que toda a geração nascida em meados da década de 1950 teve acesso a “emprego para a vida”, como consequência do 25 de Abril. As trajetórias estáveis tornam-se apenas hegemónicas na coorte mais recente, nascida em meados da década de 1970 e que entra no mercado de trabalho já entre as décadas de 1980 e 1990. Na coorte mais recente, apesar do predomínio de trajetórias estáveis, identifica-se também um conjunto bastante numeroso de percursos marcados pela precariedade, pelo trabalho esporádico e pela informalidade, embora estes últimos quase residuais.

Uma segunda conclusão aponta para a coexistência de percursos muito diferenciados em termos de segurança/vulnerabilidade laboral em todas as coortes. Só podemos entender a evolução da dimensão do emprego em articulação com a dimensão das atividades profissionais concretas e dos contextos de trabalho específicos. As modalidades de trabalho informal, sobretudo as mais desqualificadas, estão claramente associadas à coorte mais velha e ao trabalho na agricultura. É aqui que encontramos jornaleiros e outros trabalhadores contratados que tinham um horizonte de subsistência diminuto e imprevisível. O desemprego, tal como entendido atualmente, não se afigurava então como um problema relevante. Mas a imprevisibilidade do futuro e a inexistência de mecanismos de proteção social deixavam poucas alternativas para além de aceitar trabalhos nessas condições ou partir à procurar trabalho noutras paragens. A informalidade estava também relacionada com numerosas atividades manuais na indústria transformadora (sapateiros, costureiras, etc.). Neste caso podemos falar de uma informalidade com contornos qualificantes, uma vez que o

desempenho da atividade permitia a aquisição de conhecimentos práticos que, a jusante, permitiam ou o reconhecimento profissional e laboral ou a autonomização do ofício.

Na segunda coorte é o crescimento do sector industrial que, num primeiro momento, vai possibilitar a muitos homens o desenvolvimento de percursos profissionais estáveis na indústria. Quase em simultâneo, o crescimento do sector dos serviços permitiu o desenvolvimento de percursos profissionais estáveis a um número significativo de mulheres. O trabalho informal, sobretudo o mais desqualificado, decaiu significativamente. Mas, logo nesta coorte, tanto nos serviços como na indústria observa-se um número crescente de percursos caracterizados pela precariedade dos vínculos laborais e, nalguns casos, por períodos de desemprego. Por outro lado, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a elevada importância relativa das trajetórias de emprego esporádico demonstra que o trabalho doméstico poderia servir de retaguarda face à repulsão do mercado de trabalho. Noutros casos, também corresponderia a uma estratégia conjugal de uma classe operária mais qualificada, que podia assegurar o modelo homem ganha-pão e mulher doméstica (ver: Almeida 1993, 176-179).

Na coorte mais recente a consolidação das modalidades de emprego estável fez-se sobretudo por via do crescimento do emprego estável qualificado. Simultaneamente, também as trajetórias precárias cresceram e têm até um peso relativo ligeiramente superior ao emprego estável qualificado. A trajetória de **emprego precário** revela-se indiferente ao género e os dados também não confirmam uma tendência generalizada para a precarização ou “feminização do emprego” (Ferreira 2010). Por exemplo, a incidência do desemprego sobre as trajetórias é claramente diferenciada, estando os trabalhadores mais qualificados numa posição claramente menos vulnerável. Parece-nos que os dados são antes forte indício de uma segmentação entre trajetórias com diferentes graus de vulnerabilidade contratual. Esta fragmentação corresponde, aliás, à segmentação do mercado de trabalho entre ativos “nucleares” e “periféricos” (Casaca 2010).

A reconfiguração das trajetórias de emprego esporádico merece também uma reflexão. Duas hipóteses explicativas afiguram-se-nos como possíveis para a sua evolução, de um tipo de trajetória ligada ao trabalho doméstico para um tipo de trajetória mais característico de indivíduos altamente qualificados. Por um lado, poderemos conceber estes percursos como sendo marcados pelo experimentalismo ou pela ludicidade (Guerreiro e Abrantes 2004, 2005). Seguindo o raciocínio destes autores existem claras assimetrias sociais na valorização do lazer e da realização pessoal e “esses padrões são resultado de processos de reflexividade social,

mas não são meras opções disponíveis a todos, entrelaçando-se com as origens sociais, os percursos de escolaridade, as oportunidades e as condições de emprego, os modelos culturais, os papéis de género e as redes de apoio formais e informais” (Guerreiro e Abrantes 2005). Uma outra hipótese é que se tratem de trajetórias marcadas por estratégias de adaptação face à dificuldade de encontrar e manter emprego. Essas estratégias passam pela redução de expectativas face ao futuro e traduzem-se em novas formas de encarar o trabalho (e o consumo), orientadas essencialmente para a satisfação dos gastos pessoais de curto prazo (Bauman 2005b; Sá 2010). Se entendidas dessa forma, este tipo de trajetória seriam exemplares da “desafiliação” ou da “morte social” (Castel 2013) que resulta do défice de inscrição nas formas coletivas de proteção, nomeadamente na proteção resultante de uma noção coletiva de trabalho. A redefinição da sua composição sociodemográfica expõe a transversalidade dos processos de corrosão da “sociedade salarial” (Paugam 2000; Castel 2012). Esses processos estão a redefinir as fronteiras entre grupos sociais e entre “zonas” de integração social, vulnerabilidade e desafiliação, e a criar novos espaços de exclusão social (Castel 2000). Os elementos de que dispomos não permitem ir além da mera especulação mas mais adiante voltaremos a este assunto a propósito da articulação entre diferentes trajetórias de vida.

Uma terceira conclusão aponta para uma clara relação entre a estrutura dos capitais na origem e as trajetórias de trabalho e emprego. Globalmente, a relação é indicativa de uma forte dinâmica de reprodução social combinada com alguns processos de mobilidade. A reprodução social é particularmente evidente entre os descendentes de O’s, que são predominantes no **emprego estável na indústria** e entre os descendentes dos PTE’s, que seguem predominantemente trajetórias de **emprego estável qualificado**. A lógica de mobilidade pela via da qualificação é mais significativa entre os descendentes de EDL’s e de EE’s. Por outro lado, a escolarização, enquanto via de acesso a trajetórias de **emprego estável qualificado**, evidencia sinais de fechamento social, no sentido weberiano (Weber 1978 [1920]; Parkin 1979), *i.e.*, uma limitação do acesso a uma série de lugares (e ao prestígio e às recompensas que lhes estão associadas). De facto, nas duas coortes mais velhas, a posse de habilitações ao nível do 12º ano ainda permitia o acesso a trajetórias de **emprego estável qualificado**, então relativamente rara, situação que já não se observa na coorte mais recente. Evidentemente que isso também se relaciona com um movimento de construção e autorregulação de alguns grupos ocupacionais e da difusão de modelo “profissional” no mundo do trabalho (Gonçalves 2007/2008).

Uma derradeira conclusão diz respeito à evolução das clivagens de género no trabalho e no emprego. Nas duas primeiras coortes, as diferenças entre homens e mulheres são muito marcadas, tanto em termos de sectores de atividade, como sobretudo de estabilidade da relação salarial. Na coorte mais recente, os dados, à primeira vista, sugerem uma menor disparidade (e portanto uma convergência) entre as trajetórias profissionais de homens e mulheres. Para isso concorrem a regulamentação institucional do emprego introduzida no pós 25 de Abril de 1974 e o protagonismo feminino no processo de qualificação das últimas décadas. A expansão da Administração Pública fez-se com recurso a mão-de-obra feminina qualificada, sendo as mulheres aí claramente maioritárias, em especial nas denominadas “funções sociais” (áreas como a educação, a saúde ou segurança social) Daí resulta uma aproximação no acesso a trajetórias de **emprego estável**, apesar da persistência de uma segregação horizontal. Mas os dados também indicam que o reforço da participação feminina no mercado de trabalho se concretiza em sectores e atividades que oferecem piores remunerações (serviços pessoais, etc.) (Ferreira 2010). E embora os dados analisados não permitam aceder à posição dos indivíduos na estrutura vertical de empresas e organizações, a descoincidência entre a maior qualificação das mulheres desta coorte e o predomínio dos homens nas trajetórias de **emprego estável qualificado** é reveladora da persistência de fortes assimetrias.



## VII

### **Capítulo VII - A in(ter)dependência entre família e trabalho e a hipótese da (d)estandardização do percurso de vida**

---

Neste capítulo abordamos duas questões distintas mas complementares, partindo dos resultados de capítulos empíricos anteriores. Num primeiro momento identificamos as modalidades de combinação entre trajetórias familiares e trajetórias de trabalho e emprego nos diferentes contextos sociais e geracionais. Num segundo momento retoma-se o debate mais amplo em torno da hipótese da (d)estandardização do percurso de vida. Esta questão, que é também sobre os efeitos recíprocos das transformações na esfera profissional e familiar, tem como pano de fundo a comparação entre coortes e género que atravessa o nosso trabalho.

#### ***A interligação entre trajetórias familiares e as trajetórias de trabalho e emprego***

A interdependência entre os diferentes domínios da vida é uma das premissas teóricas mais importantes da perspectiva do percurso de vida. Alterações numa esfera da vida são passíveis de produzir efeitos noutras esferas. Efeitos esses que tanto podem ser imediatos (por exemplo, passar a viver sozinho após saída de casa dos pais ou separação), como apenas sentidos a médio/longo prazo (por exemplo, dificuldade em encontrar emprego devido às baixas qualificações, impossibilidade de concretizar transições familiares por insegurança no emprego).

Após a análise detalhada das trajetórias familiares e de trabalho e emprego que apresentámos nos dois capítulos anteriores, a questão que aqui exploramos são os padrões de associação entre ambas. A primeira alternativa que considerámos foi o recurso à *Multi Channel Sequence Analysis* (MCSA), uma das hipóteses aliás advogadas para o desenvolvimento de uma análise holística das trajetórias de vida (Pollock 2007; Gauthier et al. 2010). No entanto, esse procedimento envolve uma significativa redução da complexidade de cada uma das trajetórias em estudo<sup>134</sup>. Na relação entre trajetórias familiares e de trabalho e emprego, a utilização da MCSA absorve a riqueza das trajetórias familiares, que concentra num único tipo de trajetória conjugal-parental. Por si só, este é já um resultado muito relevante, pois embora a análise detalhada das trajetórias familiares tenha permitido identificar vários percursos familiares, a preponderância das trajetórias conjugais-parentais é transversal às diferentes trajetórias de emprego.

---

<sup>134</sup> No caso das trajetórias de trabalho e emprego esse problema não foi relevante, pois a interdependência entre os dois eixos considerados (relação laboral e atividade profissional) estava indexada aos mesmos marcadores temporais.

Optámos, então, por primeiro examinar a relação entre as duas trajetórias que obtivemos originalmente com o *Optimal Matching*, recorrendo para isso a uma tabela de contingência, à análise de Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ), à força da associação (V de Crámer) e à leitura dos *resíduos estandardizados* (QUADRO 54). A partir da leitura das medidas de associação, uma primeira observação é que as duas tipologias estão relacionadas, mas a associação entre ambas é bastante débil. Em qualquer caso é possível avançar com algumas interpretações. Como seria expectável, a trajetória **parental tardia**, em geral a mais comum independentemente da trajetória de trabalho e emprego, está sobre-representada entre os indivíduos com trajetória de **emprego estável qualificado** (8,2% e  $se_i = 3,0$ ) e, em menor grau, entre os indivíduos com trajetória de **emprego estável nos serviços** (7,7% e  $se_i = 1,6$ ). Pelo contrário, encontra-se sub-representada entre os indivíduos com trajetória de **emprego esporádico** (4,1% com  $se_i = -3,4$ ).

QUADRO 54 DISTRIBUIÇÃO CRUZADA DAS TIPOLOGIAS (PCT.)\*

	Total	Parental Tardia	Parental Precoce	Da Complexa à Parental	Mono Parental na Origem	Acolhimento	Da parental à Complexa
Emp. indústria estável	17,9	8,2	5,6	1,2	1,5	0,9	0,5
Emp. serviços estável	15,1	7,7	3,9	1,2	0,7	0,8	0,7
Emp. Esporádico	14,5	4,1	6,8	0,9	1,1	1,1	0,5
Emp. Precário na Indústria e Serviços	13,6	6,3	4,2	1,1	0,6	0,8	0,6
Emp. Informal na Indústria e Serviços	10,3	3,9	3,1	0,7	1,0	0,7	0,7
Emp. informal desqualificado	10,1	3,7	4,1	0,7	0,8	0,5	0,3
Emp. estável qualificado	9,9	6,0	2,0	1,3	0,2	0,3	0,2
Emp. conta Própria	8,6	3,9	2,6	0,5	0,5	0,7	0,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>43,8</b>	<b>32,3</b>	<b>7,6</b>	<b>6,4</b>	<b>5,8</b>	<b>4,0</b>

\* Os valores da Tabela estão calculados sobre o total por linha e coluna (Percentagem por tabela)

QuiQuadrado (35) = 88,021,  $p < 0,001$ ; V de Crámer = 0,108



FIGURA 21 DISTRIBUIÇÃO DA TRAJETÓRIA DE TRABALHO E EMPREGO PELA TRAJETÓRIA FAMILIAR

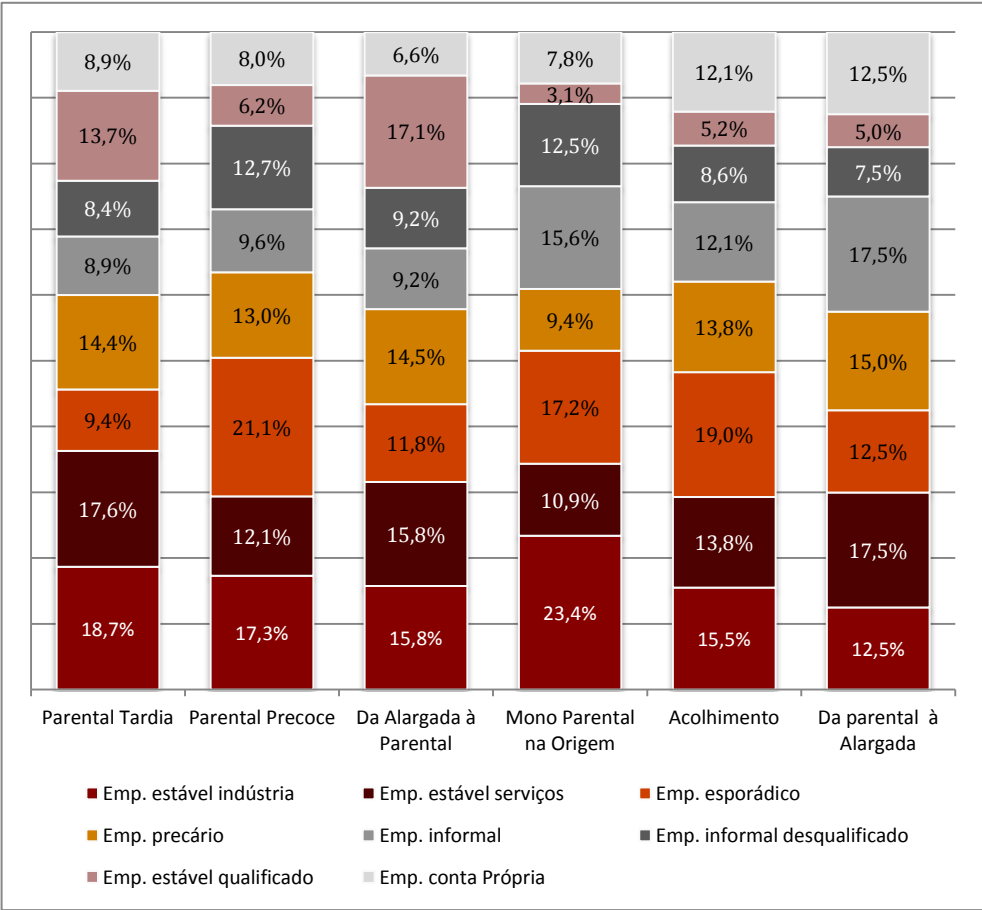
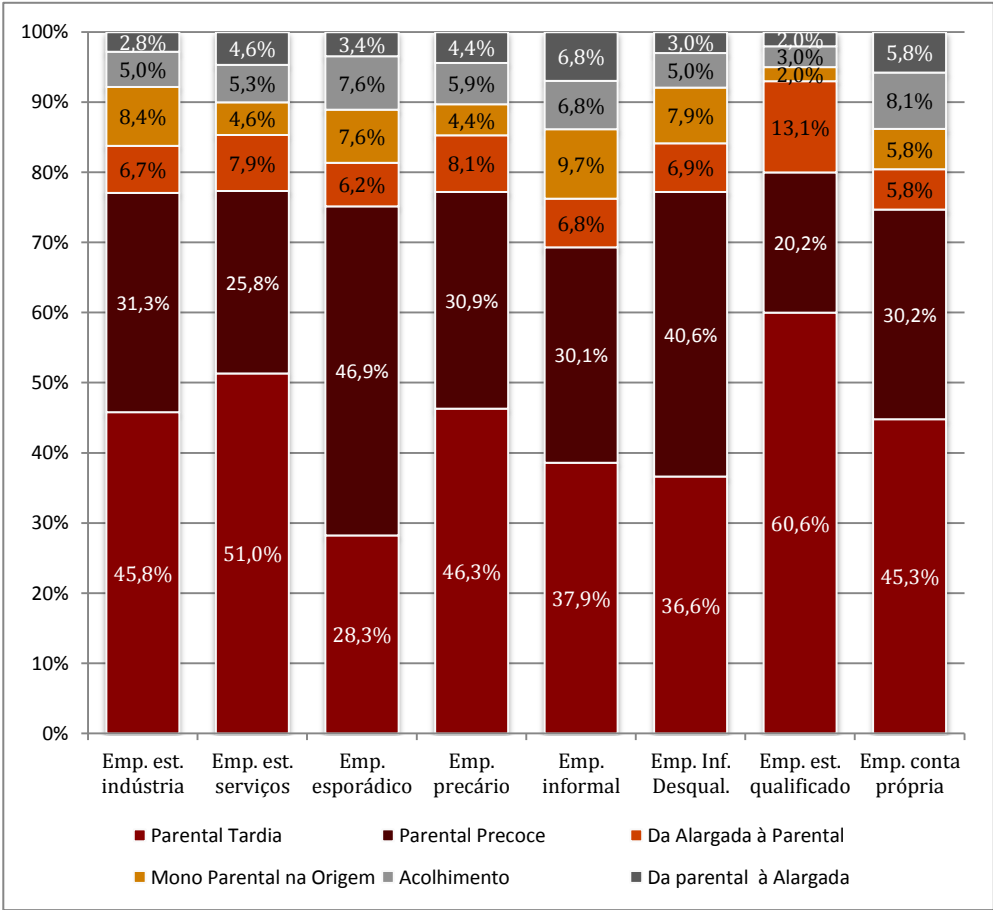


FIGURA 22 DISTRIBUIÇÃO DA TRAJETÓRIA FAMILIAR PELA TRAJETÓRIA DE TRABALHO E EMPREGO



A trajetória **parental precoce** é mais característica entre os indivíduos com trajetória de **emprego esporádico** (6,8% com  $se_i = 3,7$ ) e ainda na trajetória de **emprego informal desqualificado** (4,1% com  $se_i = 1,7$ ). Tínhamos adiantado na análise detalhada das trajetórias familiares, que a trajetória ‘**da complexa à parental**’ estaria relacionada com processos de mobilidade ascendente e, de facto, confirma-se uma sobre-representação da mesma na trajetória de **emprego estável qualificado** (6,0% com  $se_i = 2,3$ ). Tanto a trajetória familiar ‘**monoparental na origem**’ ( $se_i = 1,8$ ) como a trajetória ‘**da parental à complexa**’ ( $se_i = 1,7$ ) estão tendencialmente associadas à trajetória de **emprego informal**. Este dado confirma que a necessidade de mobilizar recursos se sobrepõe às condições em que o trabalho é exercido nos contextos familiares economicamente mais frágeis.

Através de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) obtivemos uma representação gráfica da relação entre as duas tipologias de trajetórias (**FIGURA 23**). Foram introduzidas na ACM as seguintes variáveis ativas: “trajetória familiar” (6 categoria); “trajetória de trabalho e emprego” (8 categorias); a combinação de sexo e coorte (6 categorias). Uma solução a duas dimensões revelou-se a mais adequada. As duas dimensões apresentam níveis de consistência interna fracos e valores de inércia adequados<sup>135</sup>.

**QUADRO 55 MEDIDAS DISCRIMINANTES DAS DIMENSÕES DA ACM**

	Dimensão 1	Dimensão 2	Média (total)
Sexo e coorte	<b>0,614</b>	<b>0,632</b>	0,623
Trajetoária de Trabalho e Emprego	<b>0,565</b>	0,549	0,552
Trajetoária familiar	<b>0,372</b>	0,142	0,257
Eigenvalue	1,551	1,314	2,865
Alpha de Cronbach	0,533	0,358	(0,453)
Inércia	0,517	0,438	0,453

\*Variáveis suplementares. Os números em **negrito** indicam que dimensão as variáveis melhor discriminam

<sup>135</sup> Usualmente o valor mínimo aceitável é de 0,7 (Johnson e Wichern 2007). Valores inferiores podem resultar de um reduzido número de questões, baixa relação entre os itens ou constructos heterogéneos, tudo condições que se aplicam aos nossos dados. Na dimensão 1 (variáveis transformadas) a ‘trajetória de trabalho e emprego’ está correlacionada com ‘sexo/coorte’ ( $r = 0,378$ ). A ‘trajetória familiar’ está correlacionada com ‘sexo/coorte’ ( $r = 0,243$ ). Na dimensão 2 (variáveis transformadas) a ‘trajetória de trabalho e emprego’ está correlacionada com ‘sexo/coorte’ ( $r = 0,276$ ). Apenas referimos as correlações entre as variáveis ativas com valor superior a 0,2.

Seguidamente usámos os *object scores* da ACM num *K-Means cluster*, de forma a identificar padrões de associação entre as trajetórias (Carvalho 2008). Esses *clusters* foram projetados graficamente, bem como a classe do grupo doméstico de origem, o indicador socioprofissional de classe dos indivíduos e o seu nível de escolaridade.

Na primeira dimensão, representada ao longo do eixo horizontal, o lado esquerdo do mapa caracteriza-se pelas trajetórias familiares *parental precoce* e *‘da parental à complexa’*, enquanto no lado direito encontramos as trajetórias *parental tardia* e *‘da complexa à parental’*. A variável ‘nível de escolaridade do próprio’ está igualmente disposta ao longo deste eixo, encontrando qualificações mais baixas do lado esquerdo e mais elevadas do lado direito do mapa. Por fim, a combinação entre coorte e sexo também se distribui ao longo deste eixo (coorte de 1935-40 à esquerda; coorte de 1950-55 sobre o centro; e coorte de 1970-75 sobre a direita). Este eixo pode ser interpretado com um eixo em que se combinam a nuclearização e privatização das trajetórias familiares, com a sua relativa individualização (dadas as características da trajetória parental tardia).

A segunda dimensão é representada pelo eixo vertical. Na parte superior esquerdo do mapa localizamos as trajetórias *por conta própria* e *de emprego informal e informal desqualificado*, enquanto no canto superior direito encontramos a trajetória de *emprego estável na indústria*. Na parte inferior do mapa encontramos à esquerda a trajetória de *emprego esporádico*, enquanto no lado direito se situam as trajetórias de *emprego precário*, de *emprego estável qualificado* e de *emprego estável nos serviços*.

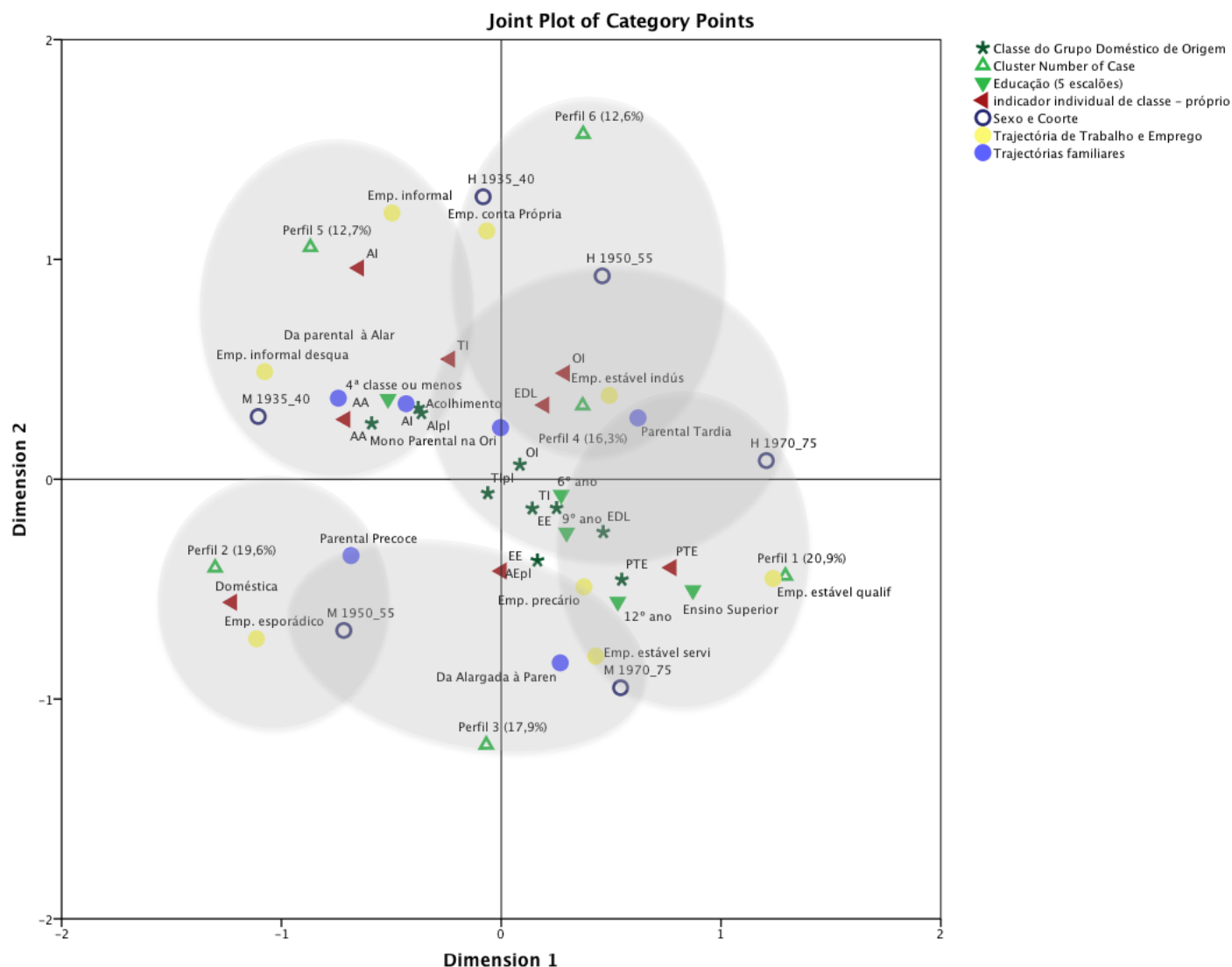
Identificámos 6 perfis de associação entre trajetórias. A diversidade dos perfis é moldada pela intersecção entre as duas dimensões: nuclearização familiar e individualização (eixo horizontal); estabilidade profissional (eixo vertical). Um primeiro perfil caracteriza-se por trajetórias **parentais tardias** e por **emprego estável (qualificado e nos serviços)**. É um perfil claramente geracional. Está claramente associado tanto a homens como a mulheres da coorte 1970-75. É igualmente mais característico de indivíduos com escolaridade ao nível do 12º ano ou do Ensino Superior e com origem nos PTE e EDL.

Um segundo perfil associa trajetórias **parentais precoces** a **emprego esporádico**. Esta combinação é mais característica das mulheres domésticas e de indivíduos da coorte de 1950-55. Não está associado a nenhuma origem de classe.

O terceiro perfil associa as trajetórias **parentais precoces** ao **emprego estável nos serviços**. É um padrão característico das mulheres, tanto na coorte de 1950-55 como na de 1970-75.

**FIGURA 23 CORRESPONDÊNCIA ENTRE TRAJETÓRIAS FAMILIARES E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E EMPREGO**

*(Análise de Correspondências Múltiplas)*



Um quarto perfil caracteriza-se por trajetórias **parentais tardias** e **emprego estável na indústria**. É um perfil tipicamente masculino. É mais comum nas coortes de 1950-55 e 1970-75 e entre indivíduos com origens nos OI ou nos TI.

Um quinto perfil associa as trajetórias de **emprego informal** às trajetórias **familiares de acolhimento** e **‘da parental à complexa’**. É um perfil característico da coorte de 1935-40, de indivíduos com ligação ao mundo rural, com baixas qualificações e poucos recursos económicos.

O sexto e derradeiro perfil associa **trajetórias parentais tardias ao emprego por conta própria**. É um perfil em que predominam homens das coorte de 1935-40 e 1950-55.

### ***Retomando o debate sobre a (d)estandardização do percurso de vida***

O conceito de *estandardização* (Kohli 2009 [1986]) tem sido usado para sintetizar algumas das consequências da modernização na previsibilidade com que o percurso de vida se organiza nas sociedades ocidentais. A *estandardização* do percurso de vida seria o “corolário histórico da racionalização burocrática” weberiana (Levy 2013a, 23). Enquanto expressão do binómio *tradicional/moderno*, foi entendida como uma tendência histórica universalista e convergente, em sintonia com as teorias mais vastas da modernização social (Inglehart 1997; Brückner e Mayer 2005).

A expansão da racionalidade económica à organização das vidas humanas, movimento cujas raízes remontam ao século XIX e à primeira modernidade, está na base da previsibilidade e da segurança que caracterizaram os percursos de vida nas sociedades centrais no período do pós-II Guerra Mundial. O ponto culminante deste movimento, entre as décadas de 1950 e 1970, terá resultado da abundância de emprego, do desenvolvimento dos serviços públicos e da expansão dos sistemas de proteção social (Kohli 2009 [1986]). A regulação e o controlo dos fluxos coletivos, através dos processos de produção e distribuição antroponómica (Bertaux 1978), conduziram a que o percurso de vida se tornasse crescentemente *estandardizado* (Kohli 2009 [1986]).

A abundância de emprego nesse período permitia uma fluída passagem da escola para o mercado de trabalho, potenciando a (rápida) concretização das transições familiares. No domínio familiar, as comparações históricas identificaram nas décadas de 1950 e 1970 uma tendência para a maior universalidade dos eventos (casamento, parentalidade, entrada no mercado de trabalho) e a menor variabilidade etária nos calendários de transição para a vida adulta (Modell, Furstenberg, e Hershberg 1976). Outra das características do regime de percurso de vida altamente *estandardizado* das décadas entre 1950 e 1970 era uma divisão tradicional de papéis de género, em que o homem trabalhava fora de casa (*male breadwinner*) e à mulher era confiada a casa e o cuidado dos filhos (*female homemaker*). A universalização de vários direitos individuais garantiu, igualmente, bases para a *estandardização* e previsibilidade das vidas, ainda que limitando a capacidade dos indivíduos para controlar todos os aspetos do seu percurso (Shanahan 2000, 669).

*Destandardização*, *desinstitucionalização*, *diferenciação* ou *pluralização* são os conceitos usualmente mobilizados no debate acerca das transformações do percurso de vida nas décadas recentes, nomeadamente a propósito da segunda transição demográfica (aumento do divórcio e da coabitação, aumento da idade ao primeiro casamento e à entrada na parentalidade, etc.) (Lesthaeghe 2010). A utilização ‘em pacote’ destes termos, apesar de prática frequente, é mesmo assim problemática, tanto mais que os fenómenos de que dão conta têm uma evolução por vezes contraditória ou incoerente (Chaloupková 2010; Nico 2011, 168 e segs.). Enquanto conceitos sociológicos têm alcances e potenciais heurísticos específicos que importa clarificar.

O termo *destandardização* significa uma menor uniformidade dos percursos de vida e implica que algumas fases e transições tenderão a ser uma característica menos marcante ou mais dispersa ao longo do período de vida dos indivíduos (Brückner e Mayer 2005; Bühlmann 2013). O conceito de *desinstitucionalização* refere-se ao enfraquecimento gradual de uma série de normas sociais (formais e informais) que regulam a organização do tempo ao longo do percurso de vida e que se reflete no esbatimento das fronteiras entre as fases ou estágios do percurso de vida (Kohli 2007; Elzinga e Liefbroer 2007; Chaloupková 2010). A *diferenciação* indica maior variabilidade de estados e transições nos percursos de vida singulares (Brückner e Mayer 2005; Chaloupková 2010). Por fim, a noção de *pluralização* remete para a desmultiplicação sincrónica de situações (familiares ou profissionais) numa população (Brückner e Mayer 2005; Widmer, Ritschard, e Müller 2009).

Estas tendências não evoluem necessariamente num único sentido, nem são temporalmente coincidentes. Por exemplo, se num primeiro momento a *pluralização* das trajetórias familiares pode indiciar a coexistência de várias normas (casamento vs. coabitação), ou de ritmos de entrada na conjugalidade muito diferenciados, é possível que, a jusante, ocorra uma *re-estandardização*, i.e., predomine uma nova norma. De facto, dados recentes sobre as trajetórias familiares na Europa mostram que, nalguns contextos, viver sozinho ou coabitar sem casar se estão a impor como um “novo standard” (Hofäcker e Chaloupková 2014).

### ***Algumas pistas recentes para o debate***

Os resultados das múltiplas pesquisas que investigam a hipótese de que os percursos de vida se estão a tornar mais complexos têm sustentado apenas de forma parcial a hipótese da *destandardização* (Brückner e Mayer 2005; Elzinga e Liefbroer 2007; Nico 2011; Bühlmann 2013). O processo tem-se revelado mais heterogéneo e menos generalizado do que previsto ou antecipado (Brückner e Mayer 2005; Bühlmann 2013).

Observa-se, mesmo assim, a maior variabilidade nos percursos familiares do que nos percursos profissionais (Brückner e Mayer 2005; Elzinga e Liefbroer 2007) que está relacionada com a desinstitucionalização do ciclo de vida familiar e sobretudo com a secularização das relações íntimas. A “desvalorização simbólica e estatutária do casamento” (Aboim 2006b, 70) manifesta-se na informalização da conjugalidade e numa visão menos institucionalista da vida a dois, de que são sinais o acréscimo das uniões civis, dos divórcios e das separações e o decréscimo dos casamentos civis e religiosos. Por outro lado, no início da vida adulta há uma tendência para o adiamento da conjugalidade e da parentalidade (Billari e Liefbroer 2010; Mendes e Tomé 2014; Cunha 2014). Tem também aumentado o número das pessoas que vivem sós, não só na terceira idade como no início da vida adulta (Mauritti 2009; Guerreiro e Caetano 2014).

Todavia, em termos simbólicos, continua a existir uma forte adesão, no continente europeu, ao modelo de ciclo de vida *estandardizado* marcado pela linearidade das transições familiares e profissionais (Elchardus e Smits 2006; Aboim 2010a). Ainda assim observam-se variações geográficas e especificidades nacionais nos ideais etários prescritivos, em função do maior ou menor institucionalismo associado às relações conjugais ou da atitude face ao experimentalismo sexual (Aboim 2010a). Por exemplo, nos países escandinavos há uma desvalorização do institucionalismo e é concedida maior legitimidade ao experimentalismo, o que resulta na idealização de um modelo conjugalista precoce mais aberto à coabitação informal e à sexualidade pré-matrimonial. O caso português é atravessado por clivagens geracionais. Coexiste uma forte idealização do institucionalismo precoce, com transições cadenciadas em intervalos curtos (mais próxima do perfil dos países do leste Europeu), com uma visão mais experimentalista e deslinearizada das transições conjugais e familiares, sobretudo entre as gerações mais novas (Aboim 2010a, 130-132).

A maioria das pesquisas sobre a *(d)estandardização* tem assentado em trabalho comparativo sobre países da Europa Ocidental e Central (Brückner e Mayer 2005; Elchardus e Smits 2006; Elzinga e Liefbroer 2007; Bühlmann 2013; Nico 2013; Hofäcker e Chaloupková 2014). Menos frequente tem sido o exame detalhado de países da Europa do Sul. O escrutínio aprofundado desta hipótese num país como Portugal, marcado pelas rápidas mudanças económicas, sociais e institucionais das últimas quatro décadas, mas inserido num contexto sociocultural fortemente familialista, é não só um desafio empírico, como um teste às próprias hipóteses da *(d)estandardização*. Antes de aferir em que medida podemos falar de *destandardização* do percurso de vida, seria necessário perceber se, em algum momento no passado recente, existiu em Portugal um regime de percurso de vida altamente *estandardizado*. Ou se, pelo contrário, se tratava sobretudo de um modelo ideológico que deixava de fora parte substancial dos indivíduos.

A análise das trajetórias (familiares e de trabalho e emprego) permitiu-nos recolher já uma série de indícios largamente desfavoráveis à hipótese de uma forte *estandardização* no passado recente. Do ponto de vista da vida familiar, encontrámos em todas as coortes uma pluralidade de trajetórias, muito embora predominem os percursos conjugais-parentais. O panorama é também bastante heterogéneo do ponto de vista da vida profissional. As modalidades de emprego mais próximas do modelo de relação salarial fordista tiveram uma implantação mais tardia em Portugal e coexistiram com a informalidade e a precariedade, em função das transformações no tecido económico e na regulação laboral.

Nas próximas secções testamos as hipóteses da *(d)estandardização*, através de um exame sistemático à complexidade das trajetórias.

### ***Como medir a estandardização: dados e medidas***

As trajetórias individuais podem ser descritas em função de uma série de atributos, como vimos nos capítulos anteriores (calendário das transições, duração de cada estado, sequência de estados). Esse passo foi útil na identificação de tipologias de trajetórias familiares e de trabalho e emprego. Contudo a aferição precisa da complexidade e da heterogeneidade implica o recurso a uma série de índices que sintetizem a evolução das trajetórias empíricas. Vários autores têm advogado a utilização de procedimentos estatísticos que permitam aferir a variabilidade longitudinal das trajetórias, sem terem por base expectativas normativas da sequência provável (quer seja em termos de ciclo de vida familiar ou de carreira profissional) (Billari 2001a; Elzinga e Liefbroer 2007; Widmer, Ritschard, e Müller 2009; Widmer e Ritschard 2009).



Para a análise das hipóteses da *(d)estandardização* seguiremos a estratégia proposta por Widmer e colegas (Widmer e Ritschard 2009; Widmer, Ritschard, e Müller 2009). Estes autores preconizam uma leitura combinada de indicadores sintéticos da heterogeneidade sincrónica dos estados (o que nos dá uma medida da diversidade de situações na amostra) e de indicadores sintéticos da heterogeneidade diacrónica da trajetória individual. Recorremos novamente aos dados já utilizados nos **Capítulos V e VI**. Consideramos neste caso a evolução ano a ano da trajetória familiar e de trabalho e emprego entre os 8 e os 35 anos de idade. Tendo em conta os objetivos conceptuais e dadas as fortes diferenças entre percursos masculino e feminino, a análise dos dados é apresentada comparando sistematicamente coorte etária e género.

Como já explicitámos anteriormente, a trajetória familiar (ou de coresidência) é construída a partir da composição do agregado doméstico em que os indivíduos se encontravam a viver em cada momento. Existem 13 situações possíveis: 1. sozinho; 2. com os dois pais (com ou sem irmãos); 3. com pai ou mãe; 4. com os dois pais e outras pessoas; 5. com outras pessoas não aparentadas; 6. em casal sem filhos; 7. em casal com filhos; 8. em casal com filhos e outras pessoas; 9. em casal sem filhos e com outras pessoas; 10. sozinho com filhos; 11. sozinho com filhos e outras pessoas; 12. com pai ou mãe e padrasto ou madrastra; 13. com outras pessoas aparentadas. Em relação à trajetória de trabalho e emprego, consideramos apenas a dimensão do emprego com um alfabeto simplificado de 7 situações possíveis: 1. emprego estável/autoemprego; 2. emprego precário/informal; 3. trabalho doméstico; 4. a estudar; 5. desempregado; 6. reformado; 7. outra.

Usamos a medida da entropia, que é um indicador da heterogeneidade associada a uma distribuição para a qual são irrelevantes medidas como a média ou variância (Widmer, Ritschard, e Müller 2009, 260). Esta medida proveniente da teoria da informação (Shannon, 1948) permite-nos analisar as trajetórias de uma forma holística, pois podemos calcular um Índice de Entropia Transversal e um Índice de Entropia Longitudinal.

A Entropia Transversal é uma medida que oscila entre o valor de 0, se todos os casos se encontram no mesmo estado num dado momento no tempo, e o valor de 1 quando existe igual proporção de casos em todos os estados possíveis. A medida é normalizada em função do número máximo de estados possíveis. Este indicador permite-nos ler a diversidade sincrónica dos estados numa determinada população (Gabadinho et al. 2011). Quanto mais elevado o seu valor num determinado momento, maior a diversidade de situações e logo menor a *estandardização* dos percursos de vida.

**Entropia Transversal:** sendo  $p_i$  a proporção de casos em cada estado  $i$  num dado momento temporal, a entropia transversal é  $h(p_1, \dots, p_a) = -\sum_{i=1}^a p_i \log(p_i)$ , em que  $a$  é o tamanho do alfabeto (Gabadinho et al. 2011, 20).

No caso da Entropia Longitudinal, o que é medido é a diversidade de situações pelas quais cada indivíduo passa ao longo do período de tempo considerado. A medida oscila igualmente entre o valor de 0, quando um indivíduo permanece no mesmo estado durante todo o período de tempo, e o valor de 1, quando igual tempo é gasto em cada um dos estados possíveis. Consideremos dois exemplos. Um indivíduo que está a estudar durante todo o período considerado terá um valor de entropia igual a 0. Um indivíduo com uma trajetória de emprego que passa por todos os estados possíveis terá um valor de entropia próximo de 1<sup>136</sup>. Esta medida permite avaliar se os percursos individuais se estão a tornar mais ou menos complexos (aqui apenas considerando as situações profissionais e familiares). Por fim, devemos referir que esta medida é independente à sequência de estados<sup>137</sup>.

**Entropia Longitudinal:** Sendo  $\pi_i$  a proporção de casos em cada estado  $i$  num dado momento temporal, a entropia longitudinal é  $h(\pi_1, \dots, \pi_a) = -\sum_{i=1}^a \pi_i \log(\pi_i)$ , em que  $a$  é o tamanho do alfabeto  $A$ . A medida é normalizada dividindo o valor de  $h$  pelo seu valor teórico máximo (Gabadinho et al. 2011, 22-23).

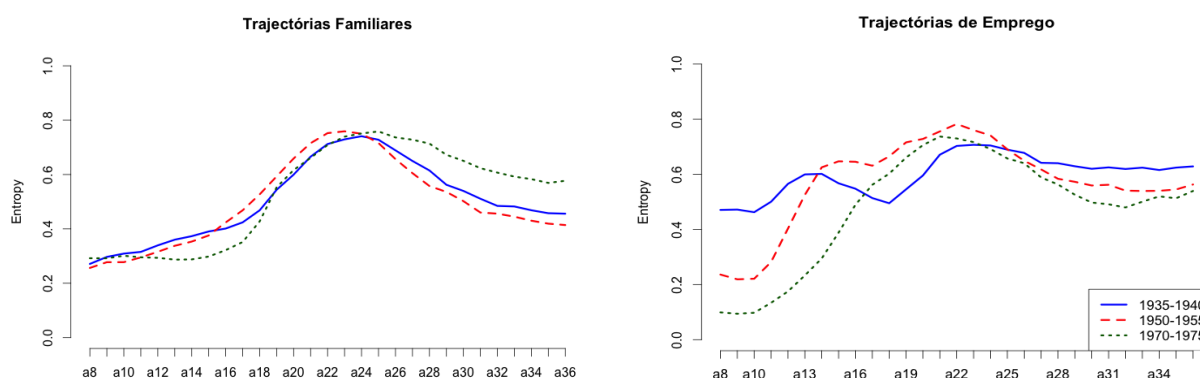
<sup>136</sup> Uma vez que o alfabeto da trajetória de emprego tem 7 estados possíveis, o valor mais elevado que a entropia pode assumir é  $-7 \cdot (1/7) \cdot \log(1/7) = 0,85$ .

<sup>137</sup> Existem outras medidas para analisar as sequências que consideram a ordem das sequências. Elzinga e Liefbroer (2007) propõe o Índice de Turbulência, que se baseia no número de subsequências dentro da sequência global e no tempo passado em cada estado único. Menores durações em que cada estado e maior variabilidade de estados resultam em maior complexidade e indicam um percurso mais turbulento. Para uma explicação mais detalhada consultar Studer et al. (2011). O índice de complexidade (Studer et al. 2011; Gabadinho et al. 2010) é outra medida composta baseada no número de transições e na entropia longitudinal, sendo sensível à sequência de estados. O valor mínimo de 0 corresponde a uma sequência com um único estado distinto (sem transições e com entropia). O máximo de 1 apenas se verifica quando: a sequência contiver todos os estados possíveis; o tempo despendido em cada estado for igual; o número de transições for igual a Número de Estados – 1.

### ***Entropia(s), coortes etárias e sexo***

Na **FIGURA 24** são apresentados, de forma cronológica, os valores médios da entropia associada à trajetória familiar e à trajetória de emprego dos inquiridos. O primeiro aspeto a destacar é que a entropia associada a estas trajetórias evolui de formas muito diferentes ao longo do tempo em cada uma das coortes etárias. Os valores da entropia das trajetórias familiares têm, em todas as coortes, um pico em torno dos 24 anos e decrescem rapidamente em idades posteriores. Na comparação entre coortes, esse decréscimo é menos acentuado na coorte de 1970-75. Dito de outro modo, nesta coorte a diversidade de situações familiares é mais elevada entre os 28 e os 35 anos. Por outro lado, a montante, a diversidade é menos acentuada durante a adolescência. Já as duas coortes mais velhas têm um perfil de entropia praticamente decalcado. Apesar de tudo, nota-se uma menor diversidade de situações após os 25 anos na coorte de 1950-55.

**FIGURA 24 ENTROPIA TRANSVERSAL POR COORTE ETÁRIA ENTRE OS 8 E OS 35 ANOS DE IDADE**

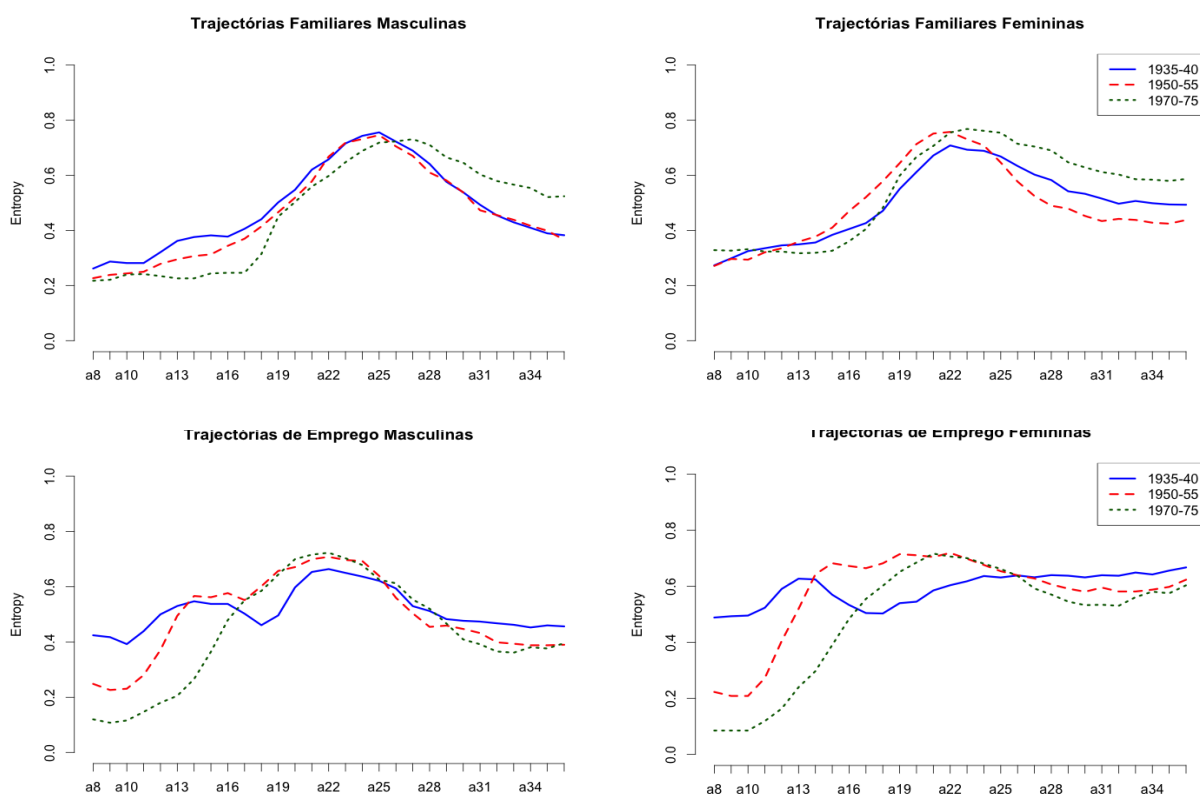


Os valores de entropia associada à trajetória de emprego são, em geral, bastante elevados. Mas a evolução é também diferenciada entre as coortes. Na coorte mais velha, a entropia é elevada logo desde idades jovens. Atinge o seu valor mais elevado em torno dos 24 anos e mantém-se relativamente estável a partir daí. Na coorte de 1950-55 a entropia é mais baixa até aos 12 anos. Entre os 12 e os 15 anos cresce de forma muito acentuada. O crescimento mantém-se até ao valor mais alto, atingido por volta dos 22 anos, decresce ligeiramente a partir dessa idade. Na coorte de 1970-75, a entropia é baixa até aos 15 anos. Cresce acentuadamente entre essa idade e os 21 anos decrescendo posteriormente, a um ritmo mais acentuado que na coorte anterior.

Uma primeira leitura dos dados aponta, portanto, para um decréscimo da heterogeneidade (*i.e.*, para uma *standardização*) nas trajetórias de emprego durante a infância e para um acréscimo a partir da adolescência. Relativamente às trajetórias familiares, observa-se um ligeiro decréscimo da heterogeneidade entre os 10 e os 19 anos de idade. Já no último trecho do percurso considerado, notamos um incremento da diversidade de situações familiares, o que indicia um processo de transformação ainda relativamente incipiente.

A leitura dos dados da entropia transversal, considerando agora o sexo em combinação com a coorte etária, permite-nos fazer uma leitura mais completa deste indicador (**FIGURA 25**). Começando pelas trajetórias familiares, em relação aos homens observamos que as duas primeiras coortes têm um perfil quase decalcado, com um pico da entropia em torno dos 24/25 anos de idades e um forte decréscimo posterior. Na coorte mais recente, os valores da entropia associada às trajetórias familiares masculinas têm o seu valor mais elevado ligeiramente mais tarde e são comparativamente mais altos no fim do período considerado (*i.e.*, no trecho entre os 25 e os 35 anos). Essa situação é também observável na entropia associada às trajetórias familiares das mulheres nascidas entre 1970-75.

**FIGURA 25 ENTROPIA TRANSVERSAL POR COORTE ETÁRIA E POR SEXO ENTRE OS 8 E OS 35 ANOS DE IDADE**

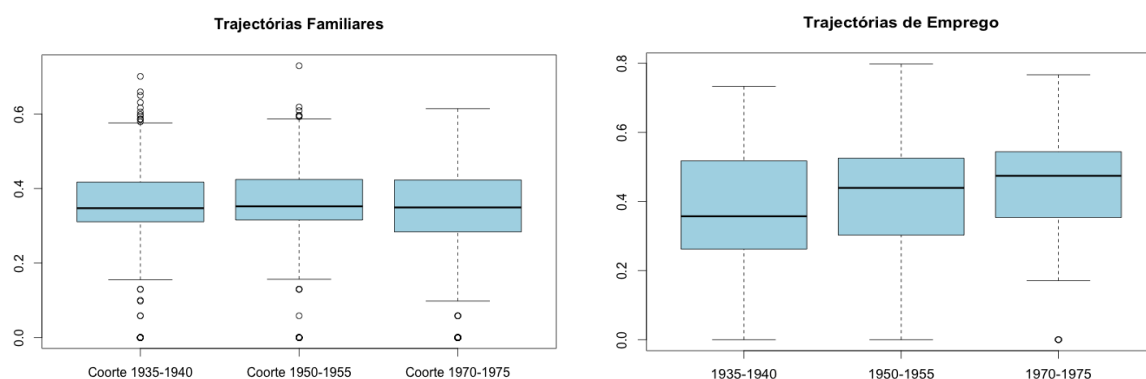


No caso das trajetórias familiares das mulheres, a entropia na coorte de 1950-55 atinge o valor mais elevado em torno dos 21 anos caindo depois de forma acentuada. Por fim, o valor da entropia na coorte de 1935-40 fica a meio caminho entre essas duas situações. Podemos, pois, concluir que é no padrão de entropia associada às trajetórias familiares das mulheres que se observa uma maior variabilidade entre coortes. Mas os dados parecem apontar mais para o efeito dominó de adiamentos vários do que uma complexificação generalizada das trajetórias.

Relativamente à trajetória de emprego, no caso dos homens a entropia é bastante elevada nas idades em que ocorre a transição para a vida adulta. A partir dos 23 anos, a entropia tende a descer, sendo essa diminuição mais acentuada na coorte de 1970-75 do que nas coortes mais velhas. No caso das mulheres, as duas coortes mais jovens também se caracterizam por uma entropia mais elevada entre os 16 a 22 anos. No caso da coorte mais velha, a evolução subsequente é praticamente em linha reta. Nas duas outras coortes há um decréscimo posterior muito subtil, sendo o valor da entropia após os 25 anos de idade sempre mais elevado do que entre os homens. Afinal, a elevada participação no mercado de trabalho das mulheres das coortes mais jovens é feita num quadro mais incerto do que a dos homens.

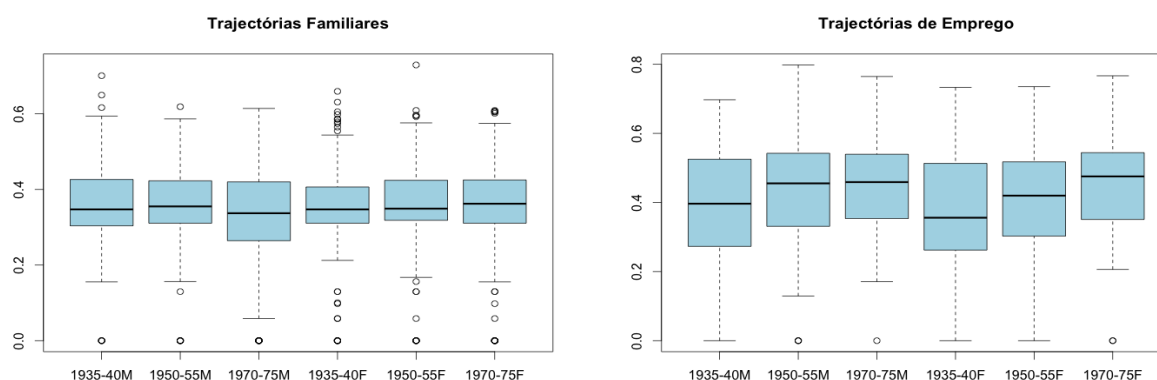
Seguidamente examinamos a medida de entropia longitudinal (**FIGURA 26**), indicador que nos permite avaliar a evolução da diversidade intrínseca às trajetórias individuais. Os dados confirmam a existência de um efeito de coorte sobre as trajetórias de emprego, sendo a entropia longitudinal mais elevada nas coortes mais recentes. Portanto, a evolução da trajetória de emprego é atravessada por duas tendências de sinal contrário. Por um lado, tende a ser transversalmente menor, sobretudo nas fases da infância e da adolescência. Por outro lado, existe uma tendência para o incremento da diversidade associada aos percursos individuais. O mesmo já não é verdade em relação às trajetórias familiares, em que a comparação estatística mostra que o valor da entropia longitudinal associada à coorte de 1970-75 é até ligeiramente inferior ao observado na coorte de 1950-55.

**FIGURA 26 ENTROPIA LONGITUDINAL POR COORTE ETÁRIA, ENTRE OS 8 E 35 ANOS DE IDADE**



Detalhando a análise por sexo (**FIGURA 27**), constatamos que o efeito de coorte sobre a entropia longitudinal das trajetórias de emprego se aplica a homens e a mulheres, embora a entropia das trajetórias de emprego feminino suba de forma mais abrupta. No caso da entropia longitudinal associada às trajetórias familiares são reduzidas as diferenças entre coortes, independentemente do sexo.

**FIGURA 27 ENTROPIA LONGITUDINAL POR COORTE ETÁRIA E POR SEXO, ENTRE OS 8 E 35 ANOS DE IDADE**



Realizamos uma série de testes estatísticos para comparar as distribuições da entropia longitudinal (**QUADRO 56**). Em relação às trajetórias familiares, apenas se confirma que os valores da entropia dos percursos masculinos da coorte de 1970-75 são inferiores aos das duas coortes mais velhas. Em relação às trajetórias de emprego, existe uma tendência global para valores mais elevados nas coortes mais recentes, mas a evolução é diferenciada em termos de género: no caso das mulheres, a entropia cresce de coorte para coorte; no caso dos homens, a entropia cresce da primeira para a segunda coorte, mas não difere significativamente entre a segunda e a terceira coorte.

**QUADRO 56 SIGNIFICÂNCIA DAS DIFERENÇAS NA ENTROPIA POR COORTE E POR SEXO**

		Familiar	Emprego
Total	F	3,089*	35,179***
	t (1935-40 / 1950-55)	n.s.	-3,951***
	t (1935-40 / 1970-75)	n.s.	-8,017***
	t (1950-55 / 1970-75)	2,479**	-4,063***
Homens	F	5,011**	8,628***
	t (1935-40 / 1950-55)	n.s.	-2,515*
	t (1935-40 / 1970-75)	2,363*	-4,051***
	t (1950-55 / 1970-75)	2,910**	n.s.
Mulheres	F	n.s.	28,688***
	t (1935-40 / 1950-55)	n.s.	-3,081**
	t (1935-40 / 1970-75)	n.s.	-7,038***
	t (1950-55 / 1970-75)	n.s.	-4,728***

\* $p < 0.05$ ; \*\* $p < 0.01$ ; \*\*\* $p < 0.001$

O teste estatístico confirma que as duas medidas de entropia estão positivamente correlacionadas embora de forma muito frágil (**QUADRO 57**). A decomposição da análise por sexo e coorte revela que esta associação apenas se encontra nas mulheres e na coorte de 1970-75, sendo todas as outras correlações estatisticamente insignificantes. Portanto, podemos dizer que entre as mulheres da coorte mais jovem, o aumento da diversidade da trajetória de emprego está associado à maior heterogeneidade das trajetórias familiares.

**QUADRO 57 CORRELAÇÃO ENTRE ENTROPIA FAMILIAR E DO EMPREGO**

	Total	Homens	Mulheres
Total	0,088*	0,057	0,112**
Coorte 1935-40	0,080	0,073	0,082
Coorte 1950-55	0,064	0,044	0,081
Coorte 1970-75	0,156***	0,113	0,186**

\* $p < 0.05$ ; \*\* $p < 0.01$ ; \*\*\* $p < 0.001$

### ***Síntese conclusiva***

Neste capítulo abordámos duas questões. Em primeiro lugar explorámos a relação entre trajetórias familiares e trajetórias de trabalho e emprego, em função dos contextos históricos e sociais. Em segundo lugar, discutimos as hipóteses da (d)estandardização do percurso de vida, conduzindo a questão ao caso português. Para este segundo objetivo empregámos uma série de medidas de síntese, nomeadamente medidas de entropia, o que pressupõe que a regularidade dos estados individuais é um *proxy* da estandardização dos percursos profissional e familiar. Não escamoteamos os limites desta estratégia sobretudo porque, como observa Widmer e colegas (2013, 176-177), os resultados dependem do detalhe dos esquemas de codificação<sup>138</sup>. Em todo o caso, a partir de leitura conjunta dos dados analisados extraímos três grandes conclusões.

Um dos pilares da estandardização do percurso de vida assentava num modelo de relação salarial que privilegiava os homens e excluía as mulheres, remetendo-as para o domínio doméstico do trabalho não-pago. A primeira conclusão, a partir do cruzamento entre trajetórias familiares e de emprego, é que o caso português se revela bastante distinto comparativamente com os países do centro da Europa. A situação mais próxima desse modelo que encontrámos na realidade portuguesa é a correspondência entre a trajetória parental

<sup>138</sup> Recorremos a uma codificação de situações profissionais e familiares relativamente ampla e adaptada à realidade portuguesa. Por exemplo, na trajetória profissional considerámos diferentes modalidades de emprego mas não o trabalho a tempo parcial devido à sua fraca expressão na sociedade portuguesa. Já na trajetória familiar, considerámos um esquema que acomoda múltiplas formas de coresidência (da família alargada a pessoas sós), mas que não distingue, por exemplo no que toca aos casais, a coabitação ou união de facto do casamento.

precoce e a trajetória de emprego esporádico. Embora esse emparelhamento de trajetórias tenha algum significado na coorte etária de 1950-55 está muito longe de alguma vez ter constituído um padrão dominante. É notório que em Portugal as mulheres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho, ainda que as suas trajetórias de trabalho sejam frequentemente marcadas por maior instabilidade.

De facto, e contrariamente ao esperado, é pouco significativa a interdependência entre trajetórias familiares e de trabalho e emprego no trecho do percurso de vida considerado, independentemente da coorte. Conclusão idêntica tinha sido já aduzida relativamente a trechos posteriores do percurso de vida da coorte mais velha (entre os 55 e os 75 anos) (Wall e Aboim 2015).

Uma segunda conclusão é que coexistem diferentes dinâmicas de *standardização* e *destandardização* incidindo sobre diferentes domínios e períodos da vida. No caso da trajetória familiar, as duas primeiras coortes são ligeiramente mais *destandardizadas* na infância e adolescência. Vários fatores poderão explicar a maior variabilidade de situações familiares na primeira fase da vida nestas duas coortes. Por exemplo, os diferentes movimentos migratórios (êxodo rural, emigração, movimentos de/para as colónias) frequentemente implicavam a partida de um ou dos dois progenitores ficando as crianças a viver durante algum tempo em monoparentalidade ou ao cuidado de outros familiares. Por outro lado, as dificuldades económicas aliadas à pressão habitacional nos centros urbanos, à pobreza na sociedade rural ou às estratégias patrimoniais direccionadas para a manutenção da propriedade tornavam também mais comuns que os indivíduos destas coortes passassem por arranjos domésticos de famílias complexas (múltiplas e/ou alargadas). Já a coorte de 1950-55 é a mais *standardizada* após os 25 anos, o que coincide com idade de ouro da vida familiar.

Ainda relativamente à trajetória familiar, na coorte mais recente coexistem tendências de *standardização* da trajetória familiar no período da infância e da adolescência e de *destandardização* no período entre os 25 e os 35 anos. A nossa interpretação é que tal decorre sobretudo de dois movimentos distintos. Sobre o trecho inicial das trajetórias operam as tendências para a privatização e nuclearização da vida familiar que, não obstante o aumento do divórcio, tornam menos comuns as situações “atípicas” nesta coorte (viver em família complexa, com outras pessoas não aparentadas, entre outras). Os indivíduos desta coorte são, grosso modo, os filhos e filhas da geração que protagonizou o movimento de “familiarismo renovado” das décadas de 1960 e 1970, marcado pela conjugalização da vida privada (Wall 2011). Comparativamente com as restantes coortes, a primeira fase das suas vidas é



relativamente mais estável. Já o último trecho etário considerado é marcado por uma pluralização das situações, que pode estar associado a novas formas de coabitar ou com o adiamento de algumas transições. Em qualquer caso, o efeito combinado das duas tendências contribui, então, para uma menor diversidade de situações vividas ao longo dos percursos individuais, comparativamente às coortes anteriores.

Em termos globais, as medidas de entropia mostram que a evolução das trajetórias de emprego é complexa. A entropia transversal indica uma crescente *standardização* no período até aos 18 anos de idade. Essa tendência decorre sobretudo da generalização do acesso à escola e dos sucessivos alargamentos dos períodos de escolaridade obrigatória. Entre os nascidos nas coortes de 1935-40 e de 1950-55 era maior a diversidade de situações na infância e adolescência. Enquanto a maioria ingressava muito cedo na vida profissional, alguns sem chegar a ingressar na escola, outros conseguiam prosseguir os estudos até mais tarde. Na coorte de 1970-75, os dados revelam uma evolução muito mais uniforme, o que estará relacionado com o facto de as transições profissionais ocorrerem mais tarde e de forma mais sincronizada. No trecho que corresponde à idade adulta, embora com evoluções distintas, o panorama é relativamente *destandardizado* em qualquer uma das três coortes: na coorte de 1935-40, os valores da entropia transversal permanecem elevados entre os 22 e os 35 anos; nas outras coortes, a entropia diminui nesse período, embora persistindo com valores relativamente elevados. Afinal, nestas coortes, o estabelecimento de carreiras estáveis convive com o aumento das situações de precariedade, desemprego, etc..

Uma terceira conclusão diz respeito ao efeito estruturante do género sobre os percursos de vida. No que diz respeito às trajetórias familiares, e independentemente da coorte, os percursos masculinos são tendencialmente mais *standardizados* que os percursos femininos. A leitura da entropia transversal mostra que as diferenças são menores na coorte de nascidos entre 1950-55. Em ambos os géneros, há um aumento da diversidade de situações na coorte de 1970-75, sobretudo no período entre os 25 e os 35 anos. Mas a leitura da entropia longitudinal não revela um aumento generalizado da heterogeneidade de situações familiares vividas por cada indivíduo ao longo da vida. Em relação ao emprego, é maior a diversidade associada às trajetórias femininas em todas as coortes etárias. Considerando a entropia transversal verificamos que, enquanto as trajetórias masculinas tendem a tornar-se mais *standardizadas* a partir dos 25 anos de idade, as trajetórias femininas permanecem bastante heterogéneas na idade adulta. Isso dever-se-á à maior exposição das mulheres às modalidades precárias de emprego em que muitas vezes a maternidade surge como um pretexto para o

despedimento (através da simples não renovação contratual). Os dados da entropia longitudinal mostram que na coorte mais recente, tanto homens como mulheres têm trajetórias de emprego tendencialmente mais complexas. Mas apenas no caso das mulheres podemos dizer que a complexificação das trajetórias de emprego está positivamente correlacionada com a complexificação das suas trajetórias familiares.

## VIII

### **Capítulo VIII - Temporalidade e cronologia na transição para a vida adulta**

---

Neste capítulo olhamos para a evolução da entrada na vida adulta na sociedade portuguesa. Pretendemos estabelecer uma comparação entre os calendários das transições de diferentes coortes, identificando semelhanças, dissemelhanças e tendências que examinamos na sua associação a estruturas de oportunidade e de constrangimento características de cada tempo geracional. Um segundo objetivo é perceber em que medida, considerando as coortes empiricamente analisadas nesta dissertação de doutoramento, podemos dar procedência às teses que identificam tendências para o adiamento, prolongamento e desordem na transição para a vida adulta. Um terceiro objetivo é enquadrar as questões do género e da classe social na discussão sobre os modelos de transição para a vida adulta.

Na ausência de ritos de passagem claramente delimitadores das fases da vida e confirmadores de novos estatutos sociais, é a partir da entrada na adolescência que se sucedem os eventos que caracterizam a transição para a vida adulta. A entrada na vida adulta constitui um período crítico no percurso de vida individual, pois é uma fase plena de mudanças em termos de papéis e de estatutos sociais. Pela sua natureza gradativa e processual este período particularmente denso em termos de eventos demográficos, frequentemente sobrepostos e/ou encadeados (Rindfuss 1991; Buchmann e Kriesi 2011). Ainda que menos ritualizado que outrora este período da vida permanece “um tempo forte de passagem” (Pais 2010, 19) marcado por um conjunto de primeiras experiências e de novos papéis, em diferentes domínios da vida.

Nas últimas décadas, a transição para a vida adulta tornou-se uma área florescente de pesquisa (para uma resenha ver Billari e Liefbroer 2010; Buchmann e Kriesi 2011). No contexto europeu o interesse deriva da evolução recente do fenómeno mas também da elevada diversidade de situações neste contexto geopolítico<sup>139</sup>. Na tradição académica americana existe uma linha de investigação mais antiga atenta aos fatores que influenciam o calendário e a ordem dos eventos na transição para a vida adulta (por exemplo: Hogan 1978; Modell 1980; Marini 1984a; Hogan e Astone 1986; Rindfuss, Swicegood, e Rosenfeld 1987; Shanahan 2000).

---

<sup>139</sup> Muitas pesquisas incorporam uma dimensão comparativa entre países e regiões, procurando identificar padrões de semelhança/dissemelhança e processos históricos de convergência/divergência (Billari 2001a, 2004; Billari e Liefbroer 2010; Gauthier 2007).

### ***Calendários, normas e papéis sociais***

A transição para vida adulta é regulada por um conjunto de normas formais e informais (Settersten e Mayer 1997). A investigação acerca da estrutura normativa dos eventos é aliás um dos temas mais frequente nos estudos sobre a transição para a vida adulta (Marini 1984a, 1984b; Rindfuss, Swicegood, e Rosenfeld 1987; Macmillan 2005). No entanto, o nexso causal entre normas e regularidades sociais está envolto em polémica. Se falamos de normatividade enquanto regularidade estatística observada nos padrões transicionais, podemos dizer que são as normas etárias informais que regulam as transições? Ou, pelo contrário, será a regularidade uma consequência das estruturas institucionais e dos incentivos que as mesmas distribuem? (Marini 1984b; Mortimer, Oesterle, e Krüger 2005, 176). Na literatura observa-se o contraste entre uma hipótese que acentua a importância das normas etárias informais, popular sobretudo na sociologia americana, e uma hipótese que confere mais peso à regulação institucional e ao papel do Estado, com eco sobretudo na sociologia germânica (Mayer e Schoepflin 1989; Mayer 2004; Mortimer, Oesterle, e Krüger 2005).

Numa primeira fase a literatura preocupou-se sobretudo com o calendário dos eventos que ocorre neste hiato de tempo. Posteriormente a *ordem variável* dos eventos passou a merecer também atenção, em articulação com o seu calendário (Hogan 1978; Marini 1984b; Rindfuss, Swicegood, e Rosenfeld 1987). Estes trabalhos analisavam o contraste entre os percursos de vida e a sequência (assumida como normal) de *escola-trabalho-casamento*. Os resultados eram descritos na sua relação com a norma sequencial esperada, sendo classificados, por exemplo, como *normativos e não-normativos (intermédios e extremos)* (Hogan 1978) ou *consistentes e inconsistentes* (Rindfuss, Swicegood, e Rosenfeld 1987).

Ainda que tal não esteja codificado legalmente, nas sociedades contemporâneas a transição para a vida adulta ocorre, grosso modo, entre os 18 anos, idade em que em muitos países se é considerado legalmente adulto, e os 30 anos de idade, idade em que a maioria das transições foi já observada (Rindfuss 1991, 494). Tradicionalmente as análises consideravam o período transicional concluído aquando da ocorrência de uma série de transições (Buchmann e Kriesi 2011, 482), sendo a entrada na parentalidade o derradeiro passo para completar a transição (Billari 2001a, 119). Esta esquematização da transição para a vida adulta, enquanto uma espécie de *checklist* de passos a cumprir, está aliás presente tanto no mundo académico como

nos media, e manifesta-se numa série de designações, por vezes pouco abonatórias, para os *novos adultos*<sup>140</sup> que não a preencheram (Nico 2011, 3-4)<sup>141</sup>.

Sobretudo na sociologia americana a disrupção da norma relativamente ao calendário e à sequência de eventos expectável tende a ser encarada como prognóstico de consequências negativas que, eventualmente, se fazem sentir em períodos posteriores do percurso de vida (George, 1993; Hogan, 1978)<sup>142</sup>. No seu trabalho sobre a *desordem* no percurso de vida também Rindfuss, Swicegood e Rosenfeld (1987) questionavam simultaneamente os pressupostos que associavam linearidade normativa e desfechos positivos como também, tacitamente, a ideia de que a desordem das sequências transicionais para a vida adulta está em vias de massificação (Nico 2011, 167). A utilização do conceito de norma social para justificar regularidades e inferir consequências do afastamento face à mesma tem sido criticada, tanto pelo seu limitado alcance teórico, como por uma operacionalização imperfeita. Aquilo que se imputa às “normas sociais” resulta sobretudo de vastos processos estruturais e institucionais capazes de produzir uma elevado grau de homogeneização populacional (Marini 1984a).

A tradição de análise das cronologias etárias é deficitária, nomeadamente no que diz respeito à forma como são construídas, apreendidas e mantidas as normais etárias ou em relação à variabilidade das mesmas em termos de classe social, género ou grupos étnicos (Shanahan 2000; Elder, Johnson, e Crosnoe 2002). Pensando nos princípios paradigmáticos da perspetiva do percurso de vida, é forçoso que analisemos a associação entre idades e papéis sociais como um processo socialmente e culturalmente regulado, além de historicamente variável. Esse processo é balizado por várias instituições (escola, mercado de trabalho, família, entre outras) e pelas expectativas culturais em relação ao papéis que os indivíduos devem adotar e a que ritmo o devem fazer. As expectativas estão inclusivamente presentes nos indicadores mais

---

<sup>140</sup> Categoria entendida pela perspetiva da psicologia do desenvolvimento como também pela ótica da sociologia (Blatterer (2009[2007]: 5) citado em Nico 2011, 3)

<sup>141</sup> Essa interpretação cristalizada e devedora da psicologia desenvolvimentista encara os indicadores de transição como sinónimo de completude do ser humano, o que produz um défice de reconhecimento social que muitos (jovens) adultos atualmente experienciam em diversas sociedades ocidentais (Blatterer 2010). Relativamente ao prolongamento da permanência em casa dos pais chega-se quase ao *bullying* mediático (Nico 2011, 97).

<sup>142</sup> Existem dois argumentos para este entendimento estrito do princípio do *desenvolvimento ao longo da vida*. O primeiro argumento é que o “sucesso” na transição decorre da adesão ao calendário social e institucionalmente imposto, uma vez que a própria estrutura das instituições sociais foi concebida em função desses padrões, estando associadas recompensas à conformidade normativa e reservadas penalizações para os desvios (Furstenberg 2005, 156). O segundo argumento pressupõe que a previsibilidade na sequência é passível de produzir “bons” resultados, existindo nas ciências sociais uma longa tradição de imputar desvantagem social a transições não normativas (Furstenberg 2005, 157).

analisados e na sequência esperada: saída da escola; entrada na vida profissional; autonomização residencial em relação aos pais; constituição de família; e entrada na parentalidade). Os próprios indicadores escolhidos traduzem valorizações fortemente enraizadas. Desde logo que uma vida adulta é sinónimo de independência económica e de capacidade de estabelecer uma família nuclear procriativa. Indo um pouco mais fundo, traduzem um profundo entrelaçamento simbólico entre as expectativas de reprodução familiar (biológica, geracional) e de reprodução social (institucional, económica e cultural).

A organização das transições para a vida adulta segundo um modelo *escola-trabalho-família*, tal como observado nos países ocidentais durante o terceiro quartel do século XX, resultou de um vários processos desencadeados na primeira modernidade. Com a expansão da racionalidade económica à organização das vidas humanas, as mesmas tornaram-se mais previsíveis e seguras (Kohli 2009 [1986], 256). Os sistemas de estratificação etária, impostos através da regulamentação da idade legal para casar, entrar na escola, cumprir serviço militar ou começar a trabalhar, entre outras, tornaram a transição para a vida adulta mais previsível, ordenada e linear. A comparação entre períodos históricos e realidades geográficas tem acentuado a contingência histórica e cultural dos pressupostos subjacentes a esse modelo. Tem sido também sublinhada a necessidade de investigar a coexistência de vários modelos no seio de uma sociedade ou geração (Aboim e Vasconcelos 2014).

### ***Transição para a vida adulta em Portugal: tendências recentes***

Fixamos agora os resultados de pesquisas recentes sobre a transição para a vida adulta, que situam o contexto português face ao europeu. Em termos globais, crê-se que no auge da modernidade organizada, as transições demográficas tenderiam a ser *antecipadas, concentradas e simples* (Billari e Liefbroer 2010, 60). As transições familiares (autonomia residencial, conjugalidade e parentalidade), para além de ocorrerem de forma sequencial, estavam fortemente indexadas a idades específicas (Modell, Furstenberg, e Hershberg 1976). Por contraste, no presente assistiríamos à emergência de um padrão de transição para a vida adulta tendencialmente mais *tardio, prolongado e complexo*, sob o efeito das transformações no mercado de trabalho, no acesso à habitação, do prolongamento da escolaridade e num quadro de significativas mudanças culturais (Billari e Liefbroer 2010, 60).

Acredita-se que atualmente as transições são também crescentemente reversíveis (Biggart & Walther, 2006)<sup>143</sup>. A reversibilidade das transições é sobretudo imputada à navegação instável entre escola e períodos de formação profissional, ao trabalho em modalidades flexíveis e ao desemprego, resultando nas denominadas trajetórias ‘yo-yo’ (Pais 2001). No entanto, o reexame das transições para a vida adulta na década de 1960, usando alguns dispositivos teórico-metodológicos comuns na sociologia contemporânea, mostra que as transições dessa época não eram uniformemente simples estando a complexidade presente em doses similares às encontradas na atualidade (Goodwin e O’Connor 2005; Goodwin e O’Connor 2015).

A pesquisa sobre as transições para a vida adulta no contexto europeu contemporâneo tem identificado algumas tendências consistentes (Buchmann e Kriesi 2011, 484). Em primeiro lugar, observa-se o adiamento da generalidade das transições, o que sugere a hipótese de um alargamento no período transicional entre a adolescência e a adultícia (Gauthier 2007; Settersten 2007). Em segundo lugar, embora se identifique alguma convergência, perdura um quadro de significativa heterogeneidade entre os países europeus (Iacovou 2002; Billari e Liefbroer 2010), sobretudo no intervalo entre os 20 e os 35 anos de idade (Cook & Furstenberg, 2002 citado por Buchmann e Kriesi 2011, 484). Por fim, sendo estas tendências comuns a ambos os géneros, persistem diferenças significativas entre os homens, com transições mais tardias, e as mulheres, com transições mais precoces (Iacovou 2002; Buchmann e Kriesi 2011).

A ocorrência mais tardia das transições é transversalmente imputada à extensão da escolaridade (Buchmann e Kriesi 2011, 484-485). Já a persistência da heterogeneidade de situações no contexto europeu é relacionada com diferenças culturais, institucionais e económicas. Entre as explicações de ordem cultural mais frequentemente avançadas para a diversidade europeia estão as diferentes valorações da autonomia individual, da conjugalidade e da parentalidade (Billari, Philipov, e Baizán 2001; Billari 2004; Torres, Mendes, e Lapa 2008). As diferenças institucionais mais relevantes são as configurações e o alcance dos Estado-providência, nomeadamente no que diz respeito aos esquemas de proteção social (Vogel 2002; Billari 2004). Relativamente às condições materiais, destaca-se o peso da desigualdade social, nomeadamente as assimetrias no acesso ao mercado de trabalho (Brzinsky-Fay 2007; Torres, Mendes, e Lapa 2008).

---

<sup>143</sup> Isso é sobretudo problematizado, no meio académico e fora dele, em relação ao retorno a casa dos pais, embora a prevalência, determinantes e consequências desse fenómeno esteja por estimar (Buchmann e Kriesi 2011, 485).

A ligação entre escola e mercado de trabalho é aliás dos temas que maior atenção recebe na literatura sociológica dedicada às transições para a vida adulta (Korpi et al. 2003; Scherer 2005; Brzinsky-Fay 2007; Chauvel e Schröder 2014). Não só por se tratar de uma transição fortemente regulada institucionalmente (pelo controlo da escolaridade obrigatória, pelo estabelecimento de uma idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho e pelos direitos/deveres face às instâncias fiscais e de segurança social), como por ser desta transição que, em grande medida, depende a independência e autonomização residencial face às famílias de origem (Ferreira e Nunes 2010, 48). A entrada no mercado de trabalho é concebida como “um passo fundamental que constitui a base para todas as transformações envolvidas (...) na transição [para a vida adulta] (Guerreiro, 1998 citado Guerreiro e Abrantes 2004, 73). Trabalhos recentes têm frisado os efeitos duradouros desta transição na vida subsequente dos indivíduos, salientado a importância dos sistemas vocacionais na integração profissional e demonstrando que ação do Estado-providência pode atenuar ou extremar as diferenças geracionais (Chauvel e Schröder 2014).

Nas comparações internacionais, Portugal é geralmente compreendido no âmbito dos países da Europa do Sul. Estas sociedades distinguem-se pela elevada desigualdade social, por Estados Providência frágeis, pela herança católica<sup>144</sup> e ainda pelo forte familismo (Arts e Gelissen 2002). Neste contexto, as transições para a vida adulta são marcadas pela instabilidade no nexos escola-trabalho, com prolongados períodos de inatividade, desemprego e precariedade laboral (Scherer 2005; Brzinsky-Fay 2007). Em virtude da fraqueza do Estado-Providência e da escassez de apoios aos jovens, seja através da política da habitação ou de apoios financeiros, a saída de casa dos pais é aqui particularmente sensível à situação laboral e à obtenção de rendimentos individuais (Aassve et al. 2002; Nico 2011, 206). O adiamento da saída de casa dos pais repercute-se em padrões de formação familiar mais tardios (Sobotka e Toulemon 2008). Curiosamente, padrões semelhantes estão amplamente documentados entre as estratégias da sociedade camponesa para lidar com carência de recursos ou com a transmissão da propriedade e que passavam pelo celibato ou pela coresidência em complexidade familiar (Brandão e Rowland 1980; Hareven 1991a; Vasconcelos 2003).

Tanto em Portugal como no resto da Europa, os resultados das pesquisas que apontam para diferimento, prolongamento ou complexificação na transição para a vida adulta, sublinham que esta fase “não passa (...) pela *descronologização* dos (...) umbrais de passagem: (...) na prática, continua a dominar na Europa uma realidade sequencial (...).” (Ferreira e Nunes 2010,

---

<sup>144</sup> Exceptuando a Grécia que tem uma tradição cultural cristã ortodoxa.



64)<sup>145</sup>. Entre as peculiaridades do padrão de transições observado em Portugal observa-se: a quase coincidência entre a saída de casa dos pais e conjugalidade formal, seguida de parentalidade; um menor tempo passado em situação de experimentalismo após a saída de casa dos pais (Ferreira e Nunes 2010, 65).

Em termos simbólicos, várias pesquisas também apontam para a persistência de ideais etários altamente *standardizados* e conformes a um percurso de vida linear tanto no contexto europeu como português (Elchardus e Smits 2006; Ferreira e Nunes 2010; Aboim 2010a, 144). As transições para a conjugalidade e para a parentalidade continuam a ser idealizadas em Portugal como ocorrendo de forma sequencial e comparativamente precoce face a congêneres europeus (Aboim 2010a, 124). O que não impede a existência de “grupos relevantes de jovens portugueses que oferecem resistência à normatividade religiosa que domina a sociedade portuguesa no que diz respeito à eleição da matrimonialidade como passo de entrada na vida adulta” (Vasconcelos, 1998. 224 citado em Nico 2011, 104). Sendo conhecida a menor flexibilidade das normas etárias associadas à vida familiar (Marini 1984a), o que se observa é sobretudo uma quebra do institucionalismo, ainda que, simbolicamente e na prática, Portugal esteja mais próximo “de um modelo de instalação familiar acelerada, mais tradicional e institucionalista” (Ferreira e Nunes 2010, 66).

Outra pesquisa, de cariz qualitativo, identificou na sociedade portuguesa contemporânea uma pluralidade de padrões de transição (Guerreiro e Abrantes 2004). As condições estruturais, nomeadamente a coincidência entre a expansão do ensino e a nova configuração do mundo do trabalho no contexto do capitalismo pós-fordista, potenciam as *transições precárias*, sobretudo em virtude da instável relação com o mercado de trabalho em grupos sociais menos favorecidas. Noutros casos, a conjugação de menores expectativas em relação ao ensino, entradas mais precoces no mercado de trabalho, maior controlo social e familiar e menor adesão a valores hedonistas/individualistas impelem os jovens de menores recursos para *transições precoces* (Guerreiro e Abrantes 2005, 169). No caso dos jovens com percursos escolares mais qualificantes, a combinação entre investimento no trabalho e integrações laborais mais seguras, consubstancia-se em transições a dois tempos, privilegiando a dimensão profissional e adiando os projetos familiares.

---

<sup>145</sup> Essa sequência é: começar a trabalhar, sair de casa dos pais, entrar na conjugalidade, casar, entrar na parentalidade.

As *transições progressivas* representam o equilíbrio possível e relativamente bem-sucedido entre o domínio familiar e profissional, numa constante adaptação dos projetos pessoais às contingências do mercado de trabalho. Segundo os autores, apesar de manterem a linearidade são, em virtude do contexto de precarização, também tendencialmente transições mais longas (Guerreiro e Abrantes 2005, 168-169). Identificam-se ainda traços geracionais que não só valorizam o lazer, o hedonismo e a realização pessoal como possibilitam condições para que as transições sejam *experimentais* ou *lúdicas*.

Para além das tendências demográficas de longo curso que vimos identificando, também ciclos económicos e eventos históricos singulares interferem com os calendários de alguns marcadores transicionais bem como produzem efeitos a longo prazo, tanto no percurso de vida subsequente, como ao nível dos valores e das representações sociais (George 1993; Shanahan 2000). No caso português, a *Revolução de Abril de 1974* e as transformações sociais que se lhe seguiram terão alterado significativamente as modalidades de transição para a vida adulta. De igual modo, a longa permanência do *Estado Novo*, no seu conservadorismo temeroso da modernidade, produziu efeitos duradouros. No entanto, o impacto de eventos de grande magnitude social não é nem fixo nem transversal a todos os indivíduos que compõem uma sociedade à data dos mesmos. Dependem de elementos como a idade à data dos eventos, bem como das circunstâncias pessoais, sociais e familiares<sup>146</sup>.

A associação de uma coorte etária a um padrão de transição para a vida adulta encobre a heterogeneidade interna de cada coorte, dificultando a conceptualização da relação entre desigualdade social e tempo histórico. Na transição para a vida adulta concentram-se uma série de processos sociais em que o peso da desigualdade social se faz sentir de forma indelével, nomeadamente a relação com a escola e com o trabalho. O estudo da variabilidade na transição para a vida adulta tem precisamente a enorme potencialidade de, em simultâneo, permitir “analisar a estratificação social, a estrutura social e a demografia de uma sociedade” (Shanahan, 2000 citado por Nico 2011, 168).

A relação entre reconfiguração das desigualdades sociais e novas distinções na organização do percurso de vida não tem sido alvo de verificação empírica suficiente, o que a torna um tema “amadurecido” para a pesquisa (Furstenberg 2002, 665). Os vastos processos de recomposição social que marcam a sociedade portuguesa nas últimas cinco décadas

---

<sup>146</sup> Alguns autores salientam a importância de situar os indivíduos, não só nas suas condições objetivas, como nas suas expectativas e interpretação subjetiva dos eventos (Shanahan 2000, 673) A dimensão subjetiva não é analisada neste capítulo.

inevitavelmente produziram alterações sensíveis na transição para a vida adulta. A nível macro observam-se linhas de força como o alargamento da escolaridade ou o aumento da idade média à entrada no casamento e na parentalidade.

As hipóteses que decorrem do nosso quadro teórico e da evidência empírica recolhida apontam para um adiamento das transições e para o prolongamento do período transicional nas coortes mais jovens, sobretudo em virtude do alargamento do período de escolarização. No caso português, por via da tardia expansão da escolaridade obrigatória, consideramos atenuada a hipótese de uma extensão generalizada do período transicional nas coortes mais jovens, por comparação com coortes em que o acesso ao ensino era limitada e a legislação complacente com o trabalho infantil<sup>147</sup>.

A hipótese que levantamos é a de que a transição para a vida adulta constitui um dos processos onde as desigualdades sociais se evidenciam por excelência. As grandes tendências demográficas transmitem uma mensagem categórica, tanto para o senso comum como para algum pronto-a-pensar sociológico, que não dá conta do grau de heterogeneidade que caracteriza cada grupo etário. Confluem neste período da vida, de forma sequencial ou em sobreposição, a interação dos indivíduos com a instituição escolar e com o mercado de trabalho, elas próprias atravessadas pela desigualdade social. Na transição para a vida adulta manifestam-se não só as desigualdades de classe como também das desigualdades de género, através de diferenças nos calendários, nas amplitudes do período transicional e na ocorrência relativa de alguns eventos. Nas coortes mais recentes antecipamos uma atenuação das diferenças de género relativamente ao calendário das transições escolares e profissionais, por via do envolvimento feminino na escola e da generalização da sua participação no mercado de trabalho.

---

<sup>147</sup> A primeira regulamentação do trabalho infantil, datada ainda do século XIX (1891), limitava o trabalho infantil apenas na indústria e a menores de 12 anos, podendo iniciar-se a atividade aos 10 anos (Rodrigues 2012, 287). No entanto, o trabalho em pequenas unidades familiares ou nos campos não era sancionado. Posteriormente, no período republicano, é acrescentada a obrigatoriedade da educação do 1º grau, bem como introduzidas algumas limitações em termos de horários e de atividades económicas. Mas era legal trabalhar a partir dos 10 anos desde que em serviços leves. A partir dos 12 anos em todas as atividades que não excedessem as 10 horas por dia e as 60 por semana (Rodrigues 2012). Durante a vigência do Estado Novo, a legislação manteve a relação entre término da escolaridade mínima e início da idade em que se podia iniciar o trabalho. Após o alargamento da escolaridade mínima para 6 anos (1964), o regime jurídico do contrato individual de trabalho definiu a idade mínima para trabalhar nos 14 anos (decreto-lei nº49 408/1970) (Rodrigues 2012, 300).

### ***Dimensões de análise e conceitos sobre a transição para a vida adulta***

Desde o trabalho pioneiro de Modell et al. (1976) que a literatura sobre a transição para a vida adulta descreve esta fase da vida olhando sobretudo para marcadores como a *saída da escola*, a *entrada na vida profissional*, a *autonomização residencial em relação aos pais*, a *entrada na primeira relação conjugal*<sup>148</sup> e a *entrada na parentalidade* (George 1993; Shanahan 2000; Alwin e McCammon 2002; Billari 2004; Buchmann e Kriesi 2011)<sup>149</sup>.

O estudo das transições emprega diversos conceitos e indicadores, tais como *timing* (ou *calendário*), *prevalência*, *amplitude* ou *sequência* (Modell, Furstenberg, e Hershberg 1976; Hogan e Astone 1986). O calendário dá conta do carimbo etário associado a cada evento, bem como da sua variabilidade e distância face a outros eventos. A leitura agregada do calendário permite uma aproximação à cronologia relativa das transições. Outro conceito importante é o de *prevalência* (proporção de *ocorrência*) de um determinado evento numa população. A sequência é relevante na medida em que nos informa acerca da normatividade subjacente à *ordenação* dos eventos (Hogan 1978; Marini 1984a; Buchmann e Kriesi 2011, 483). Clarificam-se seguidamente os critérios de operacionalização destes conceitos.

O estudo do calendário dos eventos é geralmente sustentado na leitura das medidas de tendência central (média e mediana, sobretudo). A utilização isolada destas medidas estatísticas é teoricamente insuficiente, tal como apontado por Nico (2011, 143-145). Parte da insuficiência deriva das propriedades intrínsecas a uma medida de tendência central: o efeito de diluição da diversidade interna de qualquer conjunto (sexo, coorte, país).<sup>150</sup> A utilização de medidas de dispersão atenua os problemas da interpretação da média (desvio-padrão ou

---

<sup>148</sup> Na nossa análise as relações conjugais são consideradas desde que exista coabitação, independentemente da institucionalização (união de facto, casamento civil ou casamento religioso).

<sup>149</sup> A elevada densidade deste período transicional não está circunscrita aos eventos demográficos, analisando-se na pesquisa múltiplos marcadores. Nalguns casos olha-se mais em pormenor para a vida privada, incluindo também o início da vida sexual ou o grau de institucionalização das relações conjugais (Aboim, 2010a). Sobretudo na sociologia americana, mais marcada pelo individualismo metodológico e/ou pela psicologia desenvolvimentista, as abordagens inspiradas pelo trabalho de Arnett (2001) incorporam aspetos relativos ao desenvolvimento biológico. Essa perspetiva tem sido alvo de crítica na medida em que tanto a sua grelha analítica como o seu conceito-chave (*“emerging adulthood”*) ignoram a problematização dos efeitos estruturais das desigualdades (entre países, géneros, classes sociais) (Bynner 2005).

<sup>150</sup> Semelhantes médias entre dois grupos podem ser observadas em situações totalmente díspares: em casos em que de facto uma transição ocorre com muita frequência numa determinada idade (eventualmente refletindo um contexto normativo com forte aquiescência); em situações com uma dispersão elevada das idades em que ocorre uma transição (indiciado a existência de uma pluralidade de contextos sócio-normativos); em casos em que parte da população não é contabilizada, por não ter passado por essa transição, aspeto sociologicamente muito relevante por si só.

coeficiente de variação). Outra opção é a interpretação do intervalo interquartis, seguindo a proposta de Brückner & Mayer (2005, 36-37).

Embora não possa prescindir das mesmas, a análise da transição para a vida adulta não se pode cingir à leitura das medidas de tendência central. Um problema comum, com implicações teóricas e empíricas, é a existência de “não ocorrências”, ou seja de situações em que um determinado evento não ocorreu. A ausência de informação sobre as “não ocorrências” interfere com os dados de várias formas. Se diluído nas medidas de tendência central, homogeneiza indivíduos, enviesando a média de idades (o chamado *left-censoring* ou enviesamento para baixo). Por outro lado, homogeneiza o tempo, isto é, não permite aceder aos ritmos de ocorrência e sequência dos eventos, sua eventual sincronia ou dessincronia (Nico 2011, 144).

Uma vez que a diversidade intra-coortes se relaciona com processos de acumulação de vantagens/desvantagens, a análise do percurso de vida beneficia do estudo de elementos para lá das medidas de tendência central (Dannefer e Kelley-Moore 2009, 393). Outro indicador proeminente na análise das transições é então a *prevalência* de cada um dos eventos, ao nível individual (Modell, Furstenberg, e Hershberg 1976; Shanahan 2000). A *prevalência* resulta da proporção de indivíduos que viveu cada evento sobre o total de indivíduos. A análise que realizamos socorre-se de duas soluções complementares. Apresentamos uma representação gráfica do ritmo das transições em função das principais variáveis estruturais. Por esta via, através da evolução dos percentis, podemos visualizar simultaneamente o ritmo de ocorrência dos eventos, bem como a sua dispersão e a sua não ocorrência. Complementarmente recorreremos a diversos pontos de observação (*idades-chave*) em que tabulamos as mesmas proporções, ventiladas em função das variáveis estruturais, para uma leitura mais detalhada. Essa proporção é avaliada aos 25, 30 e 35 anos de idade.

Para além do estudo dos calendários, a transição para a vida adulta é também analisada em função da sequência e combinação dos eventos. Nalguns casos as sequências são analisadas como um todo, recorrendo para tal às técnicas de *Análise de Sequências* (Macmillan 2005; Pollock 2007; Robette 2010)<sup>151</sup>. Considerando apenas as mudanças *clássicas* na literatura científica, as permutações possíveis na ordem de eventos (e de ‘não eventos’, no caso de

---

<sup>151</sup> Essa estratégia é particularmente útil para discutir as problemáticas da pluralização ou da (d)estandardização, sendo que nesse caso por vezes se diferenciam os domínio familiar/privado e profissional/público (Bühlmann 2013). Noutros casos, são desenvolvidas tipologias de cariz substantivo, que dão conta das sequências recorrendo a distinções teóricas e assim contornando a discussão em torno da métrica da *Análise de Sequências* (Nico 2011, 180).

transições não ocorridas) são muito numerosas<sup>152</sup>. Uma vez que noutros capítulos desenvolvemos análises holísticas das trajetórias de vida, a nossa análise da transição para a vida adulta não considera a sobreposição/combinção de eventos<sup>153</sup>. A ordem dos eventos é aqui abordada de forma modesta, recorrendo a um conjunto de índices (Toulemon 2010, 10). Os índices dão conta da ocorrência relativa dos eventos e apontam alterações significativas à ordem “expectável” da transição para a vida adulta.

**QUADRO 58 ÍNDICES RELATIVOS DOS EVENTOS TRANSICIONAIS\***

Índices	Sentido
Saída de casa dos pais antes de entrar no mercado de trabalho	Autonomia Residencial sem Autonomia Financeira
Entrar na parentalidade antes de entrar no mercado de trabalho	Dependência Financeira de parceiro/a ou do(s) progenitor(es) com Filho/a a cargo
Sair de casa dos pais antes de entrar numa relação conjugal	Autonomia Residencial sem Conjugalidade
Entrar numa relação conjugal antes de entrar no mercado de trabalho	Dependência Financeira de parceiro/a
Entrar na parentalidade antes de entrar numa relação conjugal	Desvinculação de conjugalidade e parentalidade

\* A relação é calculada nos casos de ocorrência dos dois eventos.

<sup>152</sup> O pressuposto da sequência linear é: sair da escola, começar a trabalhar, sair de casa do pais, coabitar, ter um filho. Uma vez que cada uma destas transições pode ou não ter ocorrido, o potencial de combinações é de  $(5 \times 2)! / ((5 \times 2) - 5)! = 252$ .

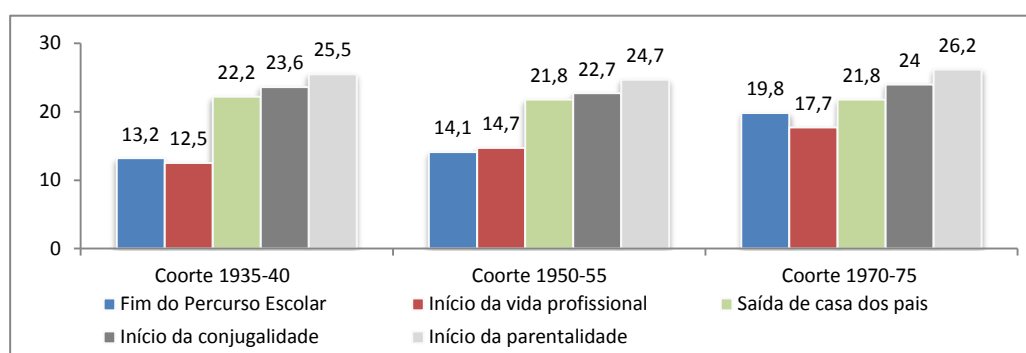
<sup>153</sup> A sobreposição/combinção de eventos é um tema de enorme pertinência analítica no estudo da transição para a vida adulta. Por exemplo Billari (2001a) ou Nico (2011) desenvolvem tipologias em que se combinam a ocorrência simultânea dos eventos transicionais e a ordem dos mesmos.

## ***Reconfiguração das transições para a vida adulta***

### **Os calendários: convergências e divergências**

A comparação dos calendários dos eventos a partir da leitura das médias aponta em linhas gerais para a manutenção de um *modelo sequencial* de transição para a vida adulta (**FIGURA 28**). Os resultados mostram a ocorrência mais tardia das transições públicas (fim do percurso escolar e entrada na vida profissional). A idade média das transições privadas (entrada na conjugalidade e na parentalidade) contrai-se ligeiramente da primeira para a segunda corte, voltando a avolumar-se da segunda para a terceira coorte. A idade em que ocorre a saída de casa dos pais não tem alterações significativas<sup>154</sup>.

**FIGURA 28 IDADE MÉDIA DAS TRANSIÇÕES**



No **QUADRO 59** clarifica-se o alcance do significativo aumento da idade média em algumas transições. Os efeitos da regulação institucional são evidentes. Por via do aumento do ensino obrigatório cresce a média etária à saída da escola. No entanto, na última coorte, esse efeito não se repercute de forma uniforme sendo notória uma maior dispersão dos dados que resulta da pluralização de situações. A entrada no mercado de trabalho evolui de forma mais compacta. O grande salto da segunda para a terceira coorte não pode deixar de ser associado à regulação da idade mínima para trabalhar<sup>155</sup>.

<sup>154</sup> Dois fatores poderão estar envolvidos na explicação deste dado. O primeiro é de natureza formal e resulta do modo como este indicador foi obtido. Não existindo no questionário uma questão direta sobre o momento em que tal ocorreu, o indicador deriva da composição do agregado doméstico (da presença/ausência de progenitores). Esta *impureza* impossibilita uma leitura convincente acerca da sua evolução. Um segundo fator é substantivo e tem a ver com a saída de casa dos pais por motivo de estudo, sobretudo a partir do ensino universitário.

<sup>155</sup> Em 1971 foi proibido o trabalho a menores de 14 anos (Rodrigues 2012, 303). Em 1991, perante a prevalência ainda preocupante do trabalho infantil, a idade mínima de admissão para prestar trabalho é fixada em 15 anos, sendo alargada para 16 anos a partir de 1997 (Diário da República, I Série-A, nº 238/91, Decreto-Lei nº 396/91). Já em 1998 é ratificada a Convenção n.º 138 da OIT (1976) que estabelece a idade mínima geral de admissão ao emprego de trabalhadores abrangidos pelo regime jurídico do contrato individual em 16 anos e, nas relações de emprego público, em 18 anos (Diário da República, I Série-A, n.º 66/98).

Sendo a idade à saída de casa dos pais o único indicador para o qual não se observa uma tendência para a ocorrência mais tardia na coorte mais recente, as medidas de dispersão revelam uma elevada heterogeneidade de situações em todas as coortes. Relativamente à entrada na conjugalidade e na parentalidade, na coorte de 1950-55 as medidas de dispersão estão mais concentradas em torno da média, o que confere expressão estatística à hipótese de pressão normativa mais forte associada ao contexto institucional vivido por essa coorte.

**QUADRO 59 MEDIDAS DE DISPERSÃO DAS TRANSIÇÕES POR COORTE**

Marcadores	Coorte	25% 1ºQuartil	50% Mediana	75% 3º Quartil	Média	Desvio- Padrão	Intervalo I-Q**	S.E. da Média
Fim do Percurso Escolar	1935-1940	11,0	11,0	13,0	13,2	5,4	2,0	0,28
	1950-1955	11,0	12,0	16,0	14,1	4,9	5,0	0,22
	1970-1975	14,0	18,0	24,0	19,8	7,5	10,0	0,33
Idade da entrada na vida profissional*	1935-1940	8,0	12,0	14,0	12,5	5,6	6,0	0,27
	1950-1955	11,0	13,0	17,0	14,7	5,6	6,0	0,25
	1970-1975	14,0	18,0	21,0	17,7	4,6	7,0	0,20
Saída de casa dos pais	1935-1940	18,0	22,0	25,0	22,2	9,5	7,0	0,45
	1950-1955	18,0	21,0	24,0	21,8	7,8	6,0	0,35
	1970-1975	19,0	22,0	26,0	21,8	6,2	7,0	0,28
Idade da 1ª conjugalidade	1935-1940	21,0	23,0	26,0	23,6	4,4	5,0	0,21
	1950-1955	20,0	22,0	25,0	22,7	4,1	5,0	0,18
	1970-1975	21,0	24,0	27,0	24,0	4,2	6,0	0,20
Início da parentalidade	1935-1940	22,0	25,0	28,0	25,5	4,7	6,0	0,23
	1950-1955	22,0	24,0	27,0	24,7	4,5	5,0	0,21
	1970-1975	23,0	26,0	29,0	26,2	4,5	6,0	0,22

\* Inclui trabalhar e estudar.

\*\* Intervalo Interquartis.

Há diferenças significativas nas lógicas associadas a cada coorte que se relacionam com o género. As idades médias à saída da escola e à entrada na vida profissional evoluem de forma idêntica para homens e mulheres (**QUADRO 60**). Entre os indivíduos da primeira coorte, a idade de conclusão dos estudos, é muito prematura e diferenciada entre homens e mulheres (14,3 vs. 12,4 anos). Na segunda coorte a idade com que os indivíduos saíram da escola sobe muito ligeiramente (14,8 nos homens e 13,7 nas mulheres). Na corte de nascidos no início da década de 1970, a idade média à saída da escola eleva-se consideravelmente, bem como é mais clara a convergência de género (20,1 nos homens e 19,6 nas mulheres).



**QUADRO 60 MÉDIA DAS TRANSIÇÕES POR COORTE E POR SEXO\***

	Coorte 1935-40			Coorte 1950-55			Coorte 1970-75		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Fim do Percurso Escolar**	13,2	14,3	12,4	14,1	14,8	13,6	19,8	20,1	19,6
Início da vida profissional ***	12,5	12,3	12,5	14,7	14,3	15,1	17,7	17,3	18,0
Saída de casa dos pais	22,2	23,0	21,6	21,8	22,7	21,2	21,8	22,8	21,1
Início da conjugalidade	23,6	25,2	22,5	22,7	24,4	21,5	24,0	25,5	23,0
Início da parentalidade	25,5	26,9	24,5	24,7	26,6	23,4	26,2	27,7	25,3

\* Exclui aqueles que não passaram pelas mesmas

\*\* Idade com que saiu a escola

\*\*\* Inclui trabalhar e estudar

Relativamente à primeira experiência profissional, na primeira coorte os dados indicam que esta ocorreu muito precocemente, tanto para homens (12,3 anos) como para mulheres (12,5 anos). Nas duas coortes seguintes a entrada no trabalho acontece progressivamente mais tarde. Embora o sentido da evolução seja semelhante entre homens e mulheres é importante assinalar que o ritmo de aumento da idade ao início da vida profissional é diferenciado. Há um alargamento da diferença entre homens e mulheres na idade de entrada na vida profissional que é notório sobretudo na coorte de 1950-1955 (quase um ano mais tarde para as mulheres). A idade com que se sai de casa dos pais sofre uma ligeiríssima antecipação na comparação entre três coortes. Essa antecipação é observável em ambos os sexos, pelo que a diferença entre géneros se mantém estável (cerca de 1 ano e meio mais cedo para mulheres).

É inequívoco que, nestas coortes, se reduziu o intervalo entre a entrada no mercado de trabalho e a saída de casa dos pais. Isso relativiza a ideia de que no passado a entrada no mercado de trabalho era geralmente seguida por um emprego seguro que permitia a autonomização residencial e a constituição de uma nova unidade familiar a curto trecho (Ferreira e Nunes 2010, 40). A mera análise das médias questiona seriamente a possibilidade de uma elevada sincronização entre esses eventos. Tal modelo poderá ter tido alguma repercussão em sociedades do centro e norte da Europa, que dispunham de sistemas de ensino mais robustos, impunham escolaridades obrigatórias mais prolongadas e dispunham de mercados de trabalho mais regulados. No entanto, mesmo nesse contexto, a re-interrogação recente de dados dos anos 60 evidencia elevados graus de complexidade e incerteza nas transições para o mercado de trabalho (Goodwin e O'Connor 2005).

No caso português, marcado pela aguda escassez de recursos e pela ausência tanto das infraestruturas como dos estímulos institucionais para a prossecução da escolaridade para lá do obrigatoriamente regulado (apenas o ensino primário), a vida profissional dos nascidos entre 1935-40 e 1950-55 iniciava-se invariavelmente muito cedo e era muito prematura relativamente à saída de casa dos pais. Apenas na coorte nascida entre 1970-75 se observa uma redução do hiato entre início da atividade profissional e saída de casa dos pais (cerca de 4 anos no total, mas 5,5 anos para os homens e 3,1 anos para as mulheres), com a particularidade da saída da escola, em média, se situar entre estas duas. Como veremos mais adiante, isso parece estar mais relacionado com processos de diferenciação social ao longo do percurso de vida do que com a sobreposição entre estudos e emprego.

A evolução da idade de entrada na conjugalidade é bifurcada: desce entre a 1ª coorte e a 2ª coorte; sobe da 2ª para a 3ª. Sendo este facto observável tanto entre homens como entre mulheres, permanece a tendência da entrada na conjugalidade ocorrer mais cedo entre as mulheres, com um hiato de cerca dois anos e meio em relação aos homens. Os dados acerca da entrada na parentalidade têm um comportamento similar: há um decréscimo da idade média de entrada na parentalidade da 1ª para a 2ª coorte, e um aumento da 2ª para a 3ª coorte.

A saída de casa dos pais e o início da conjugalidade são muito próximos na coorte de 1950-55, sobretudo no caso das mulheres. Na coorte mais velha o intervalo entre esses dois eventos era maior, sobretudo no caso dos homens. Na coorte mais jovem, o intervalo é igualmente mais longo em ambos os sexos, contribuindo para uma maior dessincronização entre saída de casa dos pais e entrada na conjugalidade. Na sua pesquisa sobre este tema Nico (2011) concluiu que, nas coortes portuguesas mais jovens, os indivíduos que saem mais tardiamente de casa dos pais são precisamente os que não o fazem para entrar na conjugalidade. Por outro lado, observou que a dessincronização entre saída de casa para estudar e saída de casa para viver conjugalmente resulta num adiamento da conjugalidade (Goldscheider e Goldscheider, 1993 citado por Nico 2011, 140).

Merecedor de destaque é também o alargamento do diferencial entre entrada na parentalidade e na conjugalidade. No caso dos homens esse diferencial sofre um alargamento logo na 2ª coorte (1,7 anos para nascidos entre 1935-1940; 1,8 anos para nascidos na coorte de 1950-55; 2,2 anos para nascidos entre 1970-1975). No caso das mulheres a evolução é diversa: a diferença de 2 anos que se observava nas nascidas entre 1935 e 1940 comprime-se para 1,9 anos entre as nascidas entre 1950 e 1955, alargando-se forma expressiva (2,3 anos) entre as nascidas entre 1970 e 1975.

Para além da variação entre coortes e géneros, a desigualdade em termos de classe social é um elemento estruturante da diferenciação dos percursos de vida, em termos dos calendários. Os aspetos em relação aos quais as diferenças em termos de origens sociais são mais vincadas são os calendários de saída da escola e de entrada no mundo do trabalho. Vidas de trabalho que começaram bem cedo e percursos escolares muito curtos, quando existiram, marcam a vida de homens e de mulheres nascidos na segunda metade da década de 1930 (**QUADRO 61**)<sup>156</sup>. Nesse contexto histórico, eram muito pronunciadas as diferenças nas idades com que se saía da escola e entrava no mercado em função da origem social (entre Operários, Empregados e Trabalhadores Independentes vs. Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais as diferenças eram de cerca de 5 anos). A ligeiríssima atenuação das diferenças sociais relativamente à idade em que se sai da escola, observada na coorte de 1950-55, resulta sobretudo da generalização de um curto período de educação obrigatória<sup>157</sup>. Só na coorte que entra na escola após o 25 de Abril de 1974 se pode falar de um esbatimento das diferenças de classe e numa democratização do acesso ao ensino. A idade com que se entra no mercado de trabalho evolui de forma similar, com uma mitigação das diferenças intra-coorte em função da classe social. Mas, apesar de uma democratização do acesso ao ensino, persistem alguns diferenciais muito significativos.<sup>158</sup>

A evolução de vários indicadores aponta para uma tendência convergente da primeira para a segunda coorte e para uma tendência divergente da segunda para a terceira coorte. No caso da saída de casa estes movimentos são menos notórios, uma vez que as saídas de casa dos pais por efeito de deslocação para estudar poderão contrabalançar as médias. É sobretudo relativamente às transições familiares (conjugalidade e parentalidade) que se pode falar de uma uniformidade normativa na coorte de meados dos anos de 1950, sendo aí menos marcadas as diferenças intra-coorte, em termos de classe social do grupo doméstico de origem. Na coorte de 1970-75 esse cenário altera-se novamente e a evolução das idades médias é divergente em função das origens sociais. Tal resulta de transições para a conjugalidade e para parentalidade tendencialmente mais tardias entre descendentes de

---

<sup>156</sup> Não esquecendo ainda que, em relação à saída da escola, os dados se referem a quem frequentou alguma vez a escola.

<sup>157</sup> Uma análise mais detalhada combinando sexo e classe, não apresentada por questões de espaço, mostra que essa atenuação não se observa entre as mulheres, chegando os diferenciais aos 10 anos entre as descendentes da Operários e de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais.

<sup>158</sup> Persistem diferenças vincadas entre os homens (de um máximo de 25,3 anos nos descendentes de Profissionais e Técnicos de Enquadramento a um mínimo de 17,5 nos descendentes de Operários) mas também são expressivas entre as mulheres (de um máximo de 23,8 anos nas descendentes de Profissionais e Técnicos de Enquadramento a um mínimo de 18,2 anos descendentes de Operários).

Profissionais e Técnicos de Enquadramento, cavando um fosso de cerca de 3 anos relativamente a descendentes de Operários.

**QUADRO 61 MÉDIA DAS TRANSIÇÕES POR CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM**

Marcadores	Coorte	Total HM	Classe Grupo Doméstico de Origem					Dif.Med.**
			EDL	PTE	IND	EE	O	
Fim do percurso escolar	1935-40	13,2	18,3	18,1	12,8	13,4	13,7	2,5
	1950-55	14,1	18	19,2	14,3	14,9	13,8	2,5
	1970-75	19,8	21,8	24,3	19,3	20,0	17,7	1,9
Início da vida profissional*	1935-40	12,5	18,1	17,9	12,1	12,7	11,9	2,4
	1950-55	14,7	18,3	19,9	14,7	15,1	13,5	2,1
	1970-75	17,8	19,2	20,6	17,9	17,7	16,3	1,2
Saída de casa dos pais	1935-40	22,2	23,5	23,7	22,9	20,5	21,9	1,1
	1950-55	22,0	23,1	20,8	21,7	22,4	22,0	0,6
	1970-75	21,8	22,8	23,5	20,4	21,7	21,9	0,9
Início da conjugalidade	1935-40	23,6	26,5	24,8	23,6	23,9	23,2	1,0
	1950-55	22,8	23,6	23,2	22,5	22,4	23,0	0,4
	1970-75	24,0	25,2	26,1	23,6	23,8	23,3	0,9
Início da parentalidade	1935-40	25,5	27,3	27,0	25,5	25,3	25,3	0,7
	1950-55	24,7	25,1	26,7	24,4	24,4	24,8	0,6
	1970-75	26,2	27,2	28,8	26,2	25,7	25,6	0,9

\* Inclui trabalhar e estudar.

\*\* Média das diferenças em relação à média etária de cada evento.

### Amplitude dos períodos transicionais

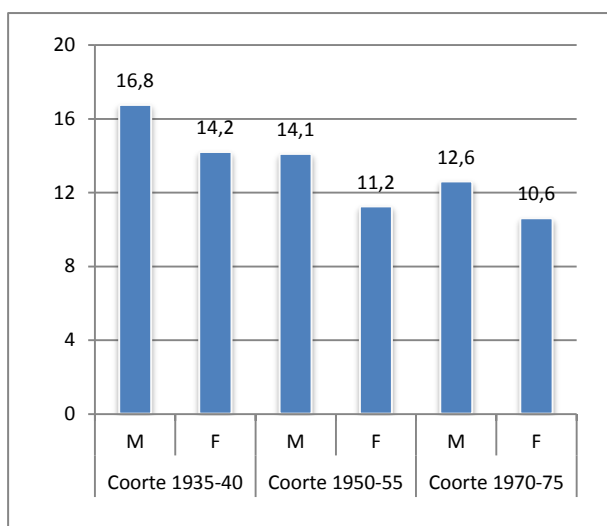
Retomando a média como indicador no estudo das transições para a vida adulta, os dados sobre estas três coortes indicariam uma compressão do período transicional (**FIGURA 28**). Na coorte de 1935-40 verificava-se um hiato pronunciado entre os calendários das *transições públicas* (saída da escola e entrada no mercado de trabalho) e das *transições privadas* (saída de casa dos pais, entrada na conjugalidade e entrada na parentalidade). Na coorte de 1950-55 subsiste um intervalo relativamente longo entre transições públicas e privadas, ainda que mitigado, por um lado, pelo efeito do prolongamento dos períodos de escolarização e, por outro lado, pela antecipação da entrada na parentalidade e na conjugalidade. Na terceira coorte embora as transições familiares ocorram mais tardiamente, o intervalo entre a média da primeira e a derradeira transição é consideravelmente menor.

A tentação para interpretar a sequência das medidas de tendência central enquanto um ideal-tipo dos percursos de vida individuais conduz à “*sequencing fallacy*” (Billari 2001a, 124). A comparação entre calendários trabalha com subconjuntos diferentes, que incluem indivíduos com percursos de vida diferenciados e que passaram por um desigual número de transições. Como veremos adiante, em todas as coortes existe uma proporção relevante de indivíduos que

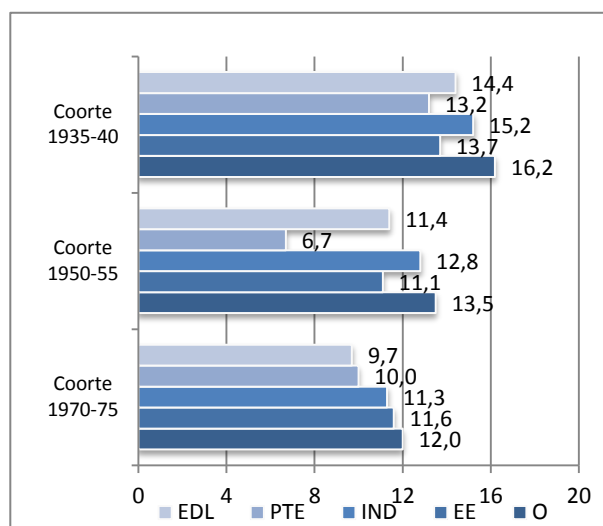
não passaram por um ou mais eventos transicionais. Daqui resulta que a aferição efetiva da amplitude do período transicional tem de ser feita a nível individual e deve restringir-se aos indivíduos que têm pelo menos 4 das 5 transições possíveis (excluimos a saída de casa dos pais). Só deste modo se pode desenlear a hipótese do adiamento das transições da hipótese do alargamento do período de transição para a vida adulta (Nico 2011, 197).

A observação do indicador de amplitude transicional revela diferenças significativas entre coortes, sexos e classes sociais (**FIGURA 29** e **FIGURA 30**). A extensão do período transicional tende a ser menor nas coortes mais recentes contrariado algum pronto-a-pensar sociológico. Essa redução acontece sem suprimir significativas diferenças entre os períodos transicionais masculinos, mais longos, e os femininos, mais compactos.

**FIGURA 29 AMPLITUDE EM ANOS ENTRE PRIMEIRA E ÚLTIMA TRANSIÇÃO PARA OS INDIVÍDUOS QUE TÊM 4 OU 5 TRANSIÇÕES ATÉ AOS 35 ANOS POR COORTE ETÁRIA E SEXO**



**FIGURA 30 AMPLITUDE EM ANOS ENTRE PRIMEIRA E ÚLTIMA TRANSIÇÃO PARA OS INDIVÍDUOS QUE TÊM 4 OU 5 TRANSIÇÕES ATÉ AOS 35 ANOS POR COORTE ETÁRIA E CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM**



Em termos das origens sociais, o panorama é muito diversificado em cada coorte. Na primeira coorte, o período transicional era amplo para indivíduos de todas as proveniências sociais, sendo particularmente extenso tanto entre provenientes de meios operários como entre os descendentes de pequenos proprietários ou de empresários, dirigentes e profissionais liberais. Continuando as transições a ser mais longas entre as origens sociais identificadas na coorte de 1935-40, na segunda coorte há uma compressão generalizada do período transicional, em particular nos descendentes de Profissionais e Técnicos de Enquadramento. Na coorte de 1970-75, os períodos transicionais são mais extensos entre os indivíduos com origens nas classes trabalhadoras (Operários e Empregados Executantes) e ligeiramente mais curtos entre os descendentes de Empresários ou de Quadros.

### **Prevalência das transições: da antecipação ao adiamento**

Analisa-se agora a proporção de indivíduos que viveram as transições consideradas até cada uma das balizas etárias (25, 30 e 35 anos). Com exceção da escolarização, a análise é completada pela leitura gráfica (**FIGURA 31** e **FIGURA 32**)<sup>159</sup>. A escolarização é sem surpresa o aspeto em relação ao qual se observa uma maior variabilidade em função do sexo e coorte. A influência do enquadramento histórico Estado Novo (Mónica 1978; Nóvoa 1996) resulta nas proporções quase residuais de homens e mulheres que completaram o ensino secundário na coorte de 1935-40 (8,5% e 4,6%) e na coorte de 1950-55 (22,1% e 17,2%). Na coorte de nascidos entre 1970 e 1975, os valores de conclusão do ensino secundário crescem substancialmente mas ficam ainda aquém dos 50%. Na última coorte, na comparação entre sexos, as mulheres suplantam os homens (49,7% vs. 46,3%).

Na comparação entre coortes e sexos, observa-se o crescimento da proporção de mulheres que já entraram no mercado de trabalho, equiparando-se na coorte de 1970-75 às proporções observadas entre os homens. A elevada feminização do mercado de trabalho formal, característica distintiva da sociedade portuguesa no contexto europeu, é uma realidade desde a década de 1960 e que vem ganhando cada vez maior expressão e transversalidade, em termos de segmentos etários (Casaca 2010). Como vimos no **Capítulo VI** há um conjunto de fatores, nomeadamente o emprego em modalidades precárias, o desemprego, a entrada na conjugalidade e na parentalidade, que, em diferentes tempos históricos, contribuem para diferentes trajetos após o início da vida profissional.

A autonomização residencial em relação ao domicílio parental revela-se significativamente diferenciada em termos de coorte etária e de género. Entre os nascidos em meados da década de 1950 a proporção dos que saíram de casa até aos 25 anos é muito elevada e aproximada entre os sexos (homens, 80,4%; mulheres, 75,5%). Nas restantes coortes, a proporção dos que saíram de casa dos pais até essa idade é menor e cresce a diferença entre homens e mulheres, tendendo os homens a adquirir autonomia mais tarde. Na coorte nascida entre 1970-75 não só se alarga o fosso entre homens e mulheres nas saídas de casa até aos 25 anos, como a proporção de mulheres que saíram de casa dos pais até aos 30 e 35 anos suplanta a dos homens, o que não se verificava nas duas coortes mais velhas.

---

<sup>159</sup> A saída da escola é um evento com elevada reversibilidade, em que os reingressos podem ocorrer com frequência (Rindfuss et al., 1987). No caso português a expansão do ensino é uma das mais amplas transformações sociais das últimas décadas, o que amplia ainda mais essa possibilidade. Por esse motivo e para manter a comparabilidade entre coortes a que já aludimos, esse indicador é lido tomando apenas por referência aos 35 anos e não é representado graficamente.

A evolução dos dados relativos à entrada na conjugalidade tem paralelo com a evolução da idade com que se sai de casa dos pais. Também aqui, em ambos os sexos, as proporções mais elevadas até aos 25 anos se observam na coorte de 1950-55. Por outro lado, na coorte nascida em meados dos anos 70, continuando a ser uma transição frequente, observa-se um decréscimo significativo na proporção dos indivíduos, sobretudo do sexo masculino, que entrou na conjugalidade até aos 30 anos e em menor grau até aos 35 anos.

**QUADRO 62 TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 25, 30 E 35 ANOS (PCT.)**

		Coorte 1935-40			Coorte 1950-55			Coorte 1970-75		
		25 anos	30 anos	35 anos	25 anos	30 anos	35 anos	25 anos	30 anos	35 anos
<b>Total</b>	Comp. ensino secundário	-	-	6,4	-	-	19,1	-	-	48,1
	Início da vida profissional *	93,9	94,6	95,5	94,6	96,9	97,1	94,2	99,1	99,3
	Saída de casa dos pais	76,9	91,7	93,7	78,4	90,5	92,5	68,8	88,2	94,2
	Início da conjugalidade	71,3	92,4	94,8	78,6	93,4	95,0	55,2	79,3	89,6
	Início da parentalidade	50,4	79,8	88,6	59,7	83,2	89,4	33,8	62,3	82,8
<b>H</b>	Comp. ensino secundário	-	-	8,7	-	-	22,2	-	-	46,1
	Início da vida profissional *	97,9	98,9	99,5	96,2	98,6	98,6	94,2	99,5	99,5
	Saída de casa dos pais	69,9	92,3	94,5	75,5	92,9	94,8	60,7	85,4	93,2
	Início da conjugalidade	59,0	91,3	95,1	64,9	93,9	95,8	42,2	74,8	88,8
	Início da parentalidade	37,2	79,7	90,7	41,5	76,4	87,7	18,4	53,9	78,6
<b>M</b>	Comp. ensino secundário	-	-	4,6	17,0	-	17,0	-	-	49,4
	Início da vida profissional *	91,3	91,6	92,8	93,5	95,8	96,1	94,2	98,8	99,1
	Saída de casa dos pais	81,7	91,3	93,2	80,4	88,9	90,8	73,9	90,0	94,8
	Início da conjugalidade	79,8	93,2	94,7	85,9	93,1	94,4	63,3	82,1	90,0
	Início da parentalidade	59,7	80,6	87,1	72,2	87,9	90,5	43,3	67,6	85,5

\* Inclui trabalhar e estudar.

Entre os nascidos no final da década de 1930, a entrada na parentalidade até aos 25 anos era maioritária entre as mulheres (59,7%) mas muito menos comum entre os homens, (37,2%). Nesta coorte as proporções de homens e mulheres que entraram na conjugalidade aos 30 e aos 35 anos são já muito elevadas e aproximadas entre os sexos. Na coorte de 1950-55 a proporção de entradas na parentalidade até aos 25 anos é mais elevada em ambos os sexos mas hegemónica entre as mulheres (72,2%). Entre os homens a proporção é menor e nos cortes etários subsequentes (30 e 35 anos) as proporções dos que entraram na parentalidade são até marginalmente inferiores relativamente à primeira coorte. É na coorte mais jovem que se pode falar de um adiamento da entrada na parentalidade, que se faz sentir tanto entre homens como entre mulheres. Ser pai ou mãe antes dos 25 anos torna-se pouco comum, sobretudo entre os homens (18,4%). Até aos 30 anos esta transição foi feita por cerca de metade dos homens e 2/3 terços das mulheres. Mais 1/5 dos homens desta coorte passam o umbral dos 35 anos sem entrar na parentalidade, valor substancialmente mais elevado do que nas duas outras coortes.

FIGURA 31 EVOLUÇÃO DAS TRANSIÇÕES POR PERCENTIL E POR COORTE ETÁRIA

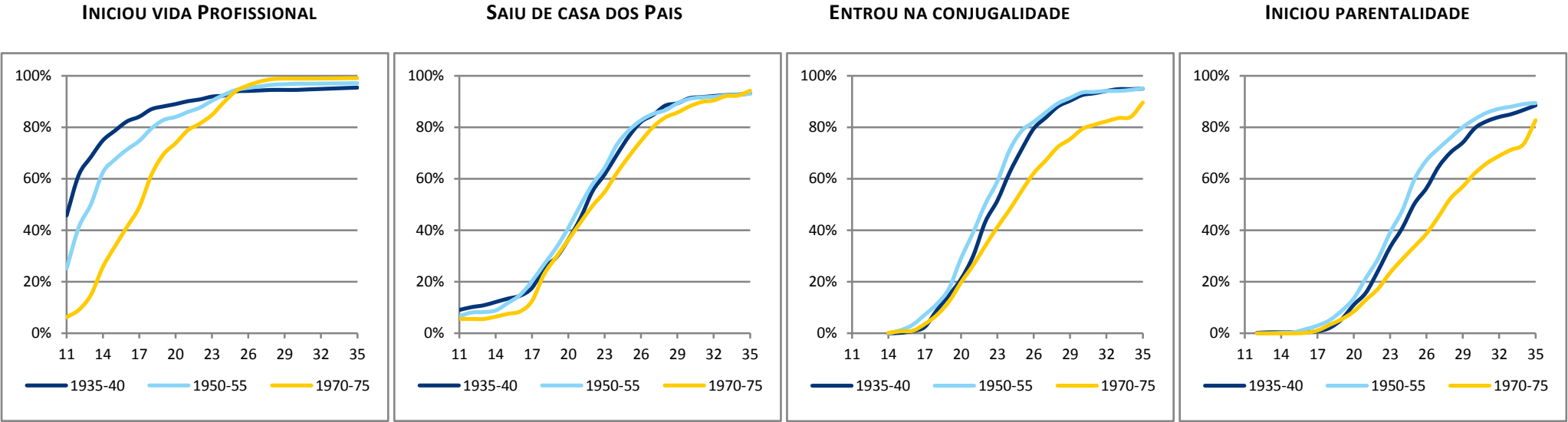
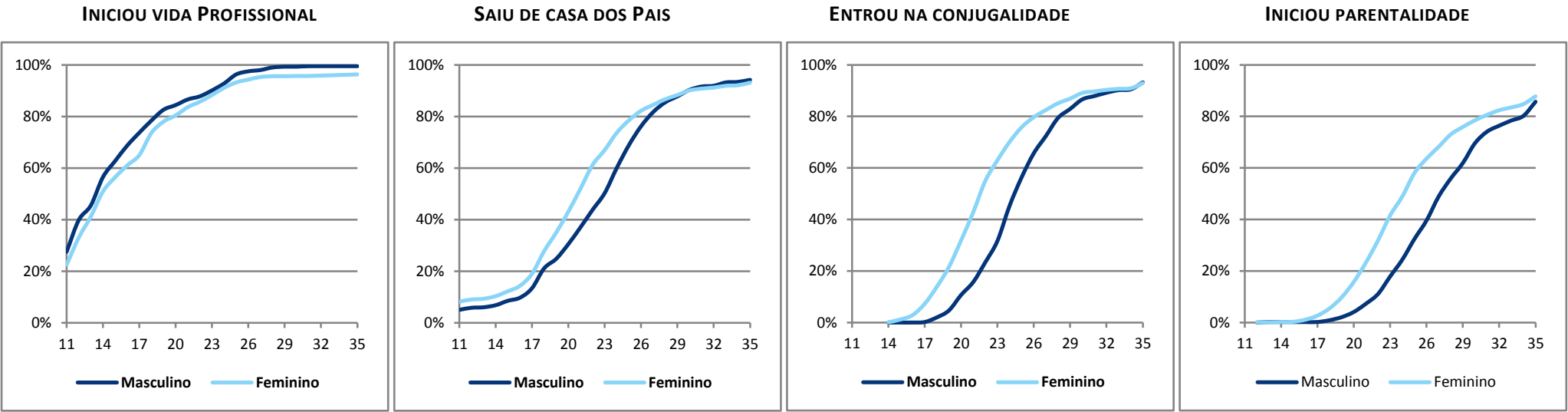


FIGURA 32 EVOLUÇÃO DAS TRANSIÇÕES POR PERCENTIL E POR SEXO





A análise do indicador de prevalência das transições em função da classe social do grupo doméstico de origem fornece elementos adicionais para compreender a evolução dos processos de transição para a vida adulta na sociedade portuguesa (**QUADRO 63**). Neste caso, por uma questão de parcimónia, olhamos apenas para o patamar dos 30 anos de idade, limite superior mais comum nas análises das transições para a vida adulta nas sociedades ocidentais (Rindfuss 1991, 494).

**QUADRO 63 TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 30 ANOS POR CLASSE SOCIAL DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**

Marcadores	Coorte	Total HM	Classe Grupo Doméstico de Origem					Dev.Pad.**
			EDL	PTE	IND	EE	O	
<b>Completo o secundário</b>	1935-40	<b>6,2</b>	25,0	42,9	5,4	8,3	2,1	15,3
	1950-55	<b>18,4</b>	51,6	78,9	16,0	24,0	8,0	24,5
	1970-75	<b>44,4</b>	69,8	66,1	44,7	39,0	31,4	10,6
<b>Início da vida profissional*</b>	1935-40	<b>95,0</b>	100,0	85,7	93,4	100,0	95,3	3,5
	1950-55	<b>97,0</b>	93,5	100,0	96,3	98,7	97,2	1,4
	1970-75	<b>99,0</b>	98,4	100,0	100,0	98,4	98,9	0,4
<b>Saída de casa dos pais</b>	1935-40	<b>92,0</b>	87,5	85,7	91,6	95,8	92,1	2,7
	1950-55	<b>90,4</b>	87,1	89,5	94,5	89,3	88,2	1,4
	1970-75	<b>88,9</b>	81,0	89,8	92,2	88,6	89,7	3,2
<b>Início da conjugalidade</b>	1935-40	<b>92,4</b>	81,2	85,7	93,4	89,6	93,7	4,3
	1950-55	<b>93,2</b>	93,5	100,0	96,3	93,3	90,1	2,7
	1970-75	<b>79,3</b>	69,8	67,8	75,7	82,9	86,3	3,5
<b>Início da parentalidade</b>	1935-40	<b>80,0</b>	75,0	64,3	80,2	75,0	82,7	5,9
	1950-55	<b>83,2</b>	80,6	73,7	88,3	84,0	80,2	3,3
	1970-75	<b>62,3</b>	49,2	39,0	57,3	66,7	74,9	7,7

\* Inclui trabalhar e estudar.

\*\* Desvio Padrão das proporções face à me

Sendo globalmente muito baixos, os valores de conclusão do ensino secundário na primeira coorte (1935-40) refletem quase exclusivamente a lógica da reprodução social entre as classes sociais de mais elevados recursos. O aumento da escolarização entre a coorte de 1950-55 não elimina a lógica da reprodução social: continua a ser sobretudo entre os descendentes de Profissionais e Técnicos de Enquadramento, mas também de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, que se encontram as mais elevadas taxas de conclusão do ensino secundário. Já na coorte de nascidos entre 1970 e 1975 emergem novas lógicas entre os

indivíduos com origens nas classes sociais de menores recursos, que são também diferenciadas em função do género.<sup>160</sup>

Relativamente à entrada na vida profissional até aos 30 anos, os dados são muito homogéneos. Apenas de assinalar uma pequena assimetria na primeira coorte, com valores mais baixos de início da vida profissional entre descendentes de quadros ou de independentes. Nas coortes mais recentes tal já não se verifica.

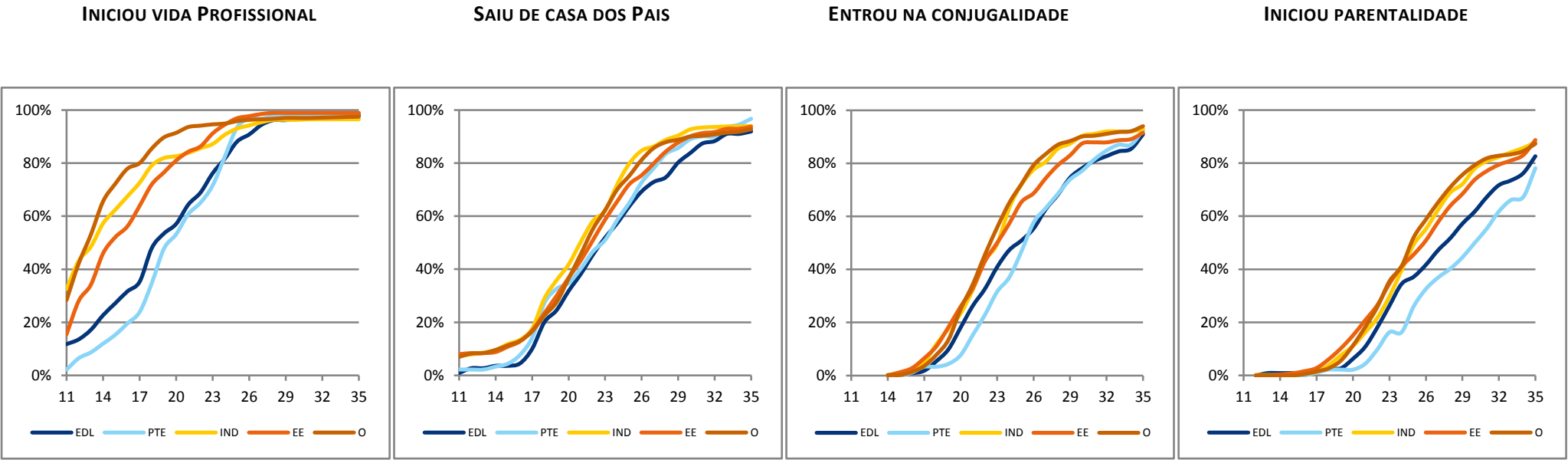
A saída de casa dos pais até aos 30 anos de idade observada na 3ª coorte é ligeiramente menos homogénea em termos de origens sociais do que o observado nas restantes coortes. Valores mais baixos são evidentes entre descendentes de empresários mas não tem paralelo em outras origens sociais, o que concorre para um ligeiro aumento na heterogeneidade das situações. Relativamente à entrada na conjugalidade até aos 30 anos, a análise dos dados em função da classe social do grupo doméstico de origem revela que o já assinalado adiamento que se observa da 2ª para a 3ª coorte é transversal às diferentes origens sociais mas é muito mais intenso junto dos descendentes de Profissionais e Técnicos de Enquadramento e de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (e nestes sobretudo entre os homens).. Para finalizar, a entrada na parentalidade até aos 30 anos tem o mesmo sentido e protagonistas idênticos. O adiamento da entrada na parentalidade é igualmente mais generalizado entre os homens, independentemente das diferentes origens, do que entre as mulheres.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> Também neste caso procedemos a uma análise mais detalhada combinando sexo e classe, que não apresentamos por questões de espaço. Entre os homens, a taxa de conclusão do ensino secundário dos descendentes de EDL e PTE está bem acima da média (72,4% e 66,7% respetivamente). No extremo oposto, é entre os homens com origem no Operariado, que se observa o valor mais baixo de conclusão do ensino secundário (28,2%). A proporção de mulheres de origens entre os Operários que concluiu o ensino secundário é mais elevada que a dos homens de igual origem (33,7%), situação que também se observa na comparação entre descendentes dos Trabalhadores Independentes (46,0% elas, 42,0% eles).

<sup>161</sup> E entre homens e mulheres de origens diferentes também há um aumento das diferenças. As mulheres que descendem de empresários ou de quadros também divergem acentuadamente de descendentes das franjas assalariadas da amostra. No caso dos homens essa evolução leva a que na coorte de 1970-75 se gerem contrastes significativos entre os 69,8% de homens de origem operária e os 23,8% de homens de origem nos quadros que fizeram essa transição até aos 30 anos.

FIGURA 33 EVOLUÇÃO DAS TRANSIÇÕES POR PERCENTIL E POR CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM

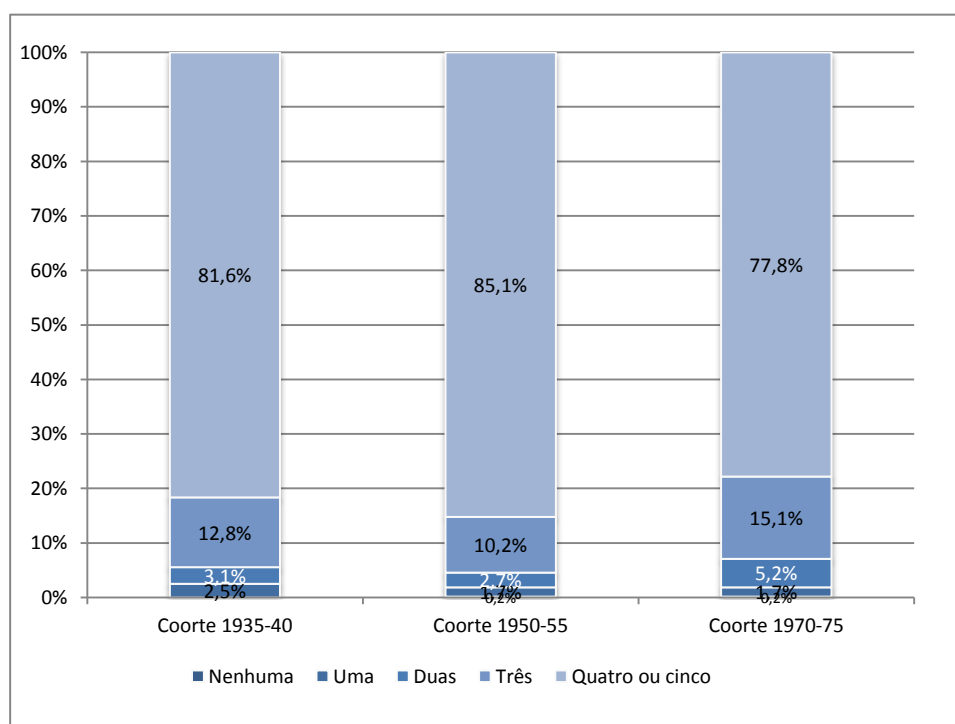


## Número de transições

A contabilização do *número* de transições ocorridas é outro indicador interessante para comparar os ritmos históricos dos acontecimentos em diferentes esferas da vida e simultaneamente testar a tese do prolongamento da juventude nas coortes mais recentes (Nico 2011, 181-182). Contabilizaram-se na variável os eventos ocorridos até aos 35 anos de idade, independentemente da ordem pela qual ocorreram (**FIGURA 34**).

A comparação entre coortes indica que perto de 80% dos indivíduos pertencentes a cada uma destas coortes passou pelo menos por 4 transições até aos 35 anos. Esses valores são um pouco mais elevados na coorte de 1950-55. Na coorte mais recente essa proporção é ligeiramente mais baixa, crescendo a proporção dos que passaram por três transições. São residuais em todas as coortes as proporções dos que passaram apenas por uma transição ou que não passaram por nenhuma.

**FIGURA 34 NÚMERO DE TRANSIÇÕES OCORRIDAS  
ATÉ AOS 35 ANOS DE IDADE POR COORTE ETÁRIA (PCT.)**

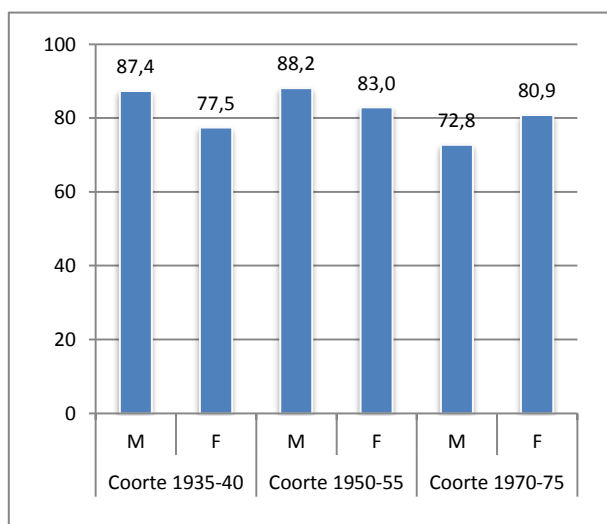


A análise do número de transições ocorridas em cada coorte, em função do sexo e da classe social de origem, sedimenta aquilo que já adiantámos na análise singular dos eventos transicionais (**FIGURA 35** e **FIGURA 36**). A evolução do indicador em termos de sexo segue um padrão já identificado. Uma forte disparidade entre homens e mulheres na primeira coorte, com menos eventos transicionais nas mulheres, por via de uma menor participação no mercado de trabalho e de menor autonomia residencial face à família de origem. Uma

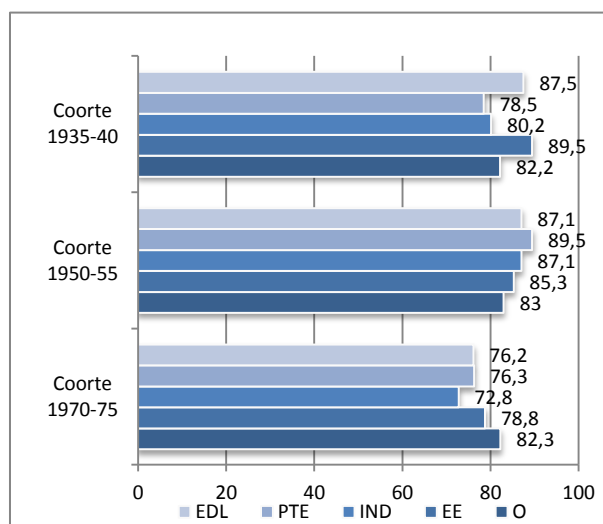
convergência *em alta* na segunda coorte, com uma elevada ocorrência dos eventos transicionais antes dos 35 anos, tanto por parte de homens como de mulheres, sobretudo por via do aumento da participação feminina no mercado de trabalho. E uma divergência na terceira coorte sobretudo por efeito da redução do número de eventos vividos pelos homens, em particular a entrada na parentalidade.

A decomposição do indicador pelas origens sociais complementa a leitura da homogeneidade/heterogeneidade em cada coorte. Na primeira coorte a ocorrência de quatro ou cinco transições era claramente mais comum entre indivíduos de duas origens sociais (Empregados Executantes e Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais). Na coorte de 1950-55 atenuam-se as diferenças de classe na proporção, sempre elevada, de indivíduos que fizeram a maioria das transições. Na coorte mais recente reduz-se transversalmente essa proporção, redução mais vincada entre os descendentes de Trabalhadores Independentes e de Empregados Executantes. Este dado é consistente com o observado por Nico (Nico 2011, 180-210) em relação a diferentes sociedades europeias e está associado às estratégias de mobilidade social por via escolar que caracterizam estes grupos sociais. Na comparação entre as três coortes a proporção da ocorrência de quatro ou cinco transições apenas se mantém relativamente estável entre os descendentes de Operários.

**FIGURA 35 PROPORÇÃO DE QUATRO OU CINCO TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 35 ANOS DE IDADE POR COORTE ETÁRIA E SEXO (PCT.)**



**FIGURA 36 PROPORÇÃO DE QUATRO OU CINCO TRANSIÇÕES OCORRIDAS ATÉ AOS 35 ANOS DE IDADE POR COORTE ETÁRIA E CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM (PCT.)**



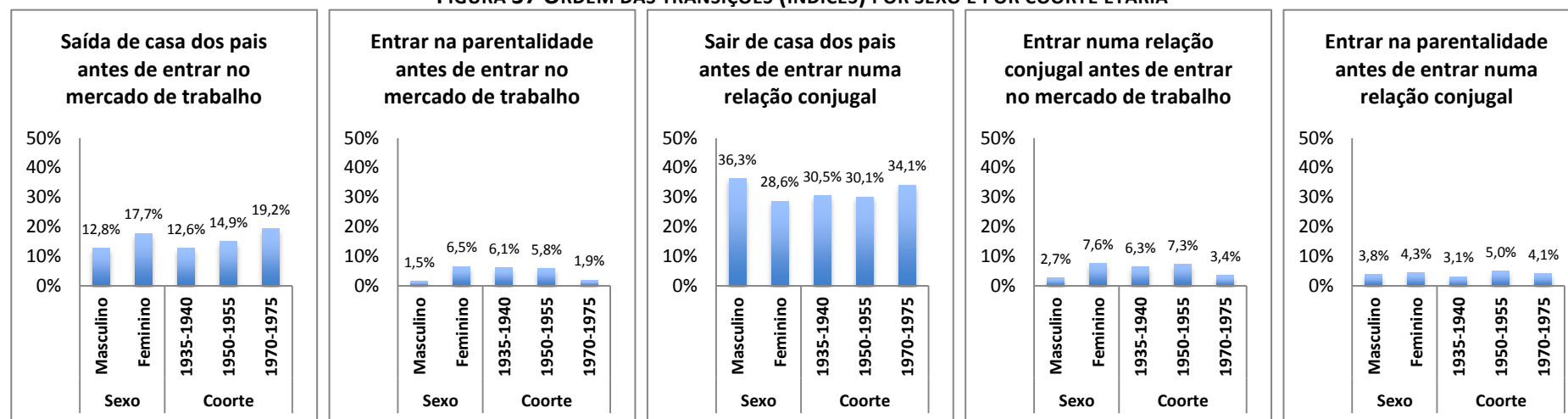
### **Alterações à sequência normativa na transição para a vida adulta**

A análise das alterações à sequência normativa na transição para a vida adulta é apresentada em função dos quatro índices já apresentados (**FIGURA 37** e **FIGURA 38**). A saída de casa dos pais antes de entrar no mercado de trabalho é a modificação à “sequência expectável” que mais cresce na comparação entre as três coortes em estudo (12,6%, 14,9% e 19,2%). Esta situação é sempre mais comum entre mulheres do que entre homens. Este dado em parte traduz uma divisão de papéis de género nos moldes do ganha-pão masculino que embora não seja o modelo societal dominante em Portugal tem alguma adesão (Aboim 2010b). Mas a evolução deste indicador, sobretudo a sua tendência crescente e convergente em termos de género, tem necessariamente de ser relacionada com o desenvolvimento do ensino superior entre décadas de 1990 e início do século XXI. Apesar de menos frequente comparativamente com outras sociedades ocidentais, para os estudantes universitários portugueses a entrada na universidade implica frequentemente a saída de casa dos pais (Martins, Mauritti, e Costa 2005).

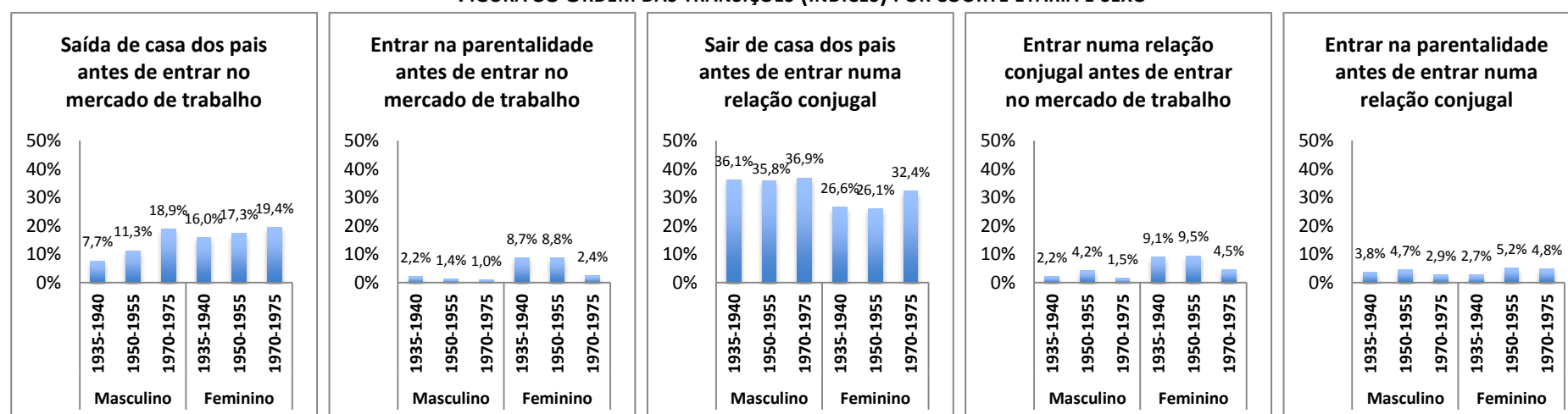
Nos dados em estudo observa-se uma tendência decrescente para que a conjugalidade ocorra antes da entrada no mercado de trabalho. Essa situação, que configura uma dependência financeira do parceiro/a, tinha alguma expressão entre as mulheres nas duas primeiras coortes, mas é praticamente residual na coorte de 1970-75. O facto de tanto homens como mulheres darem início à conjugalidade após entrar no mercado de trabalho não implica que aí permaneçam, tanto mais que a entrada no mercado de trabalho é, historicamente, a mais reversível das transições, tanto por opção dos indivíduos, quando por exemplo aderem a um modelo de ganha-pão masculino, como por fatores que lhe são externos, quando se confrontam com o desemprego (Modell, Furstenberg, e Hershberg 1976).

A entrada na parentalidade antes da entrada no mercado de trabalho tem evolução análoga. A dependência financeira de parceiro com filhos a cargo tem valores na ordem dos 9% nas duas primeiras coortes mas os seus valores são muito inferiores na coorte de 1970-75. Ter um filho no quadro de uma relação conjugal estável continua a ser a prática largamente dominante, sendo o índice de entradas na parentalidade fora de uma relação conjugal baixo, tanto entre homens como mulheres, como nas três coortes em análise.

**FIGURA 37 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES) POR SEXO E POR COORTE ETÁRIA**



**FIGURA 38 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES) POR COORTE ETÁRIA E SEXO**



Os dados sobre a autonomia residencial antes da conjugalidade têm valores similares nas duas primeiras coortes (em torno dos 30%), crescendo ligeiramente na coorte mais jovem (34,1%). Sair de casa dos pais antes de entrar na conjugalidade é em todas as coortes mais comum entre homens do que entre mulheres, sendo esse índice mais nivelado na coorte de 1970-75.

A distribuição destes índices em função da classe social do grupo doméstico de origem fornece outros elementos para compreender a sedimentação da normatividade associada a estes processos de transição na estrutura social portuguesa (**FIGURA 39** e **FIGURA 40**). Mais comum nas duas primeiras coortes, a dependência financeira do parceiro estava aí claramente mais associada a situações de classe mais favorecidas em termos de recursos materiais e simbólicos. Na coorte mais jovem esse indicador não se diferencia em termos das origens sociais dos indivíduos. Entrar na parentalidade antes de entrar no mercado de trabalho tem um perfil e uma evolução similar. Algo comum nas coortes mais velhas, em especial entre descendentes da Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais e de Trabalhadores Independentes, é na coorte mais jovem uma situação transversalmente irrelevante.

A autonomia residencial sem autonomia financeira distribui-se segundo um claro gradiente social: é tanto mais comum quanto mais elevados os recursos, sobretudo culturais, na família de origem. Estando esta alteração à sequência normativa frequentemente relacionado com trajetórias escolares mais longas, é um dos aspetos que mais contrasta os indivíduos em função das suas origens sociais, mesmo na coorte mais jovem.

A saída de casa dos pais antes de entrar na conjugalidade, situação globalmente mais frequente, tem um perfil e uma evolução com traços similares em termos das origens sociais. É, em todas as coortes, uma situação mais comum entre indivíduos que descendem de Profissionais e Técnicos de Enquadramento. Com diferenças muito extremadas na coorte de 1935-40, entre Profissionais e Técnicos de Enquadramento e Empregados Executantes, com valores elevados, e Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais e Trabalhadores Independentes, com valores mais baixos, os contrastes atenuam-se ligeiramente na coorte de 1950-55. Na coorte mais recente este índice cresce em todas as origens sociais excetuando nos Operários, tornando-se assim num dos aspetos que mais diferencia as transições para a vida adulta de indivíduos de diferentes proveniências sociais.



FIGURA 39 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES), POR CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM

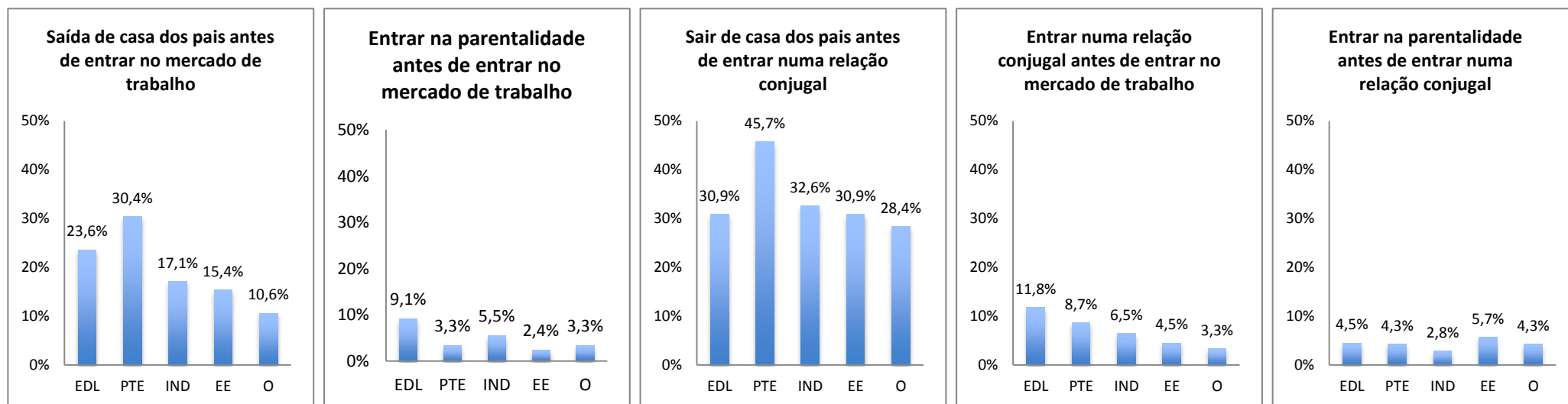
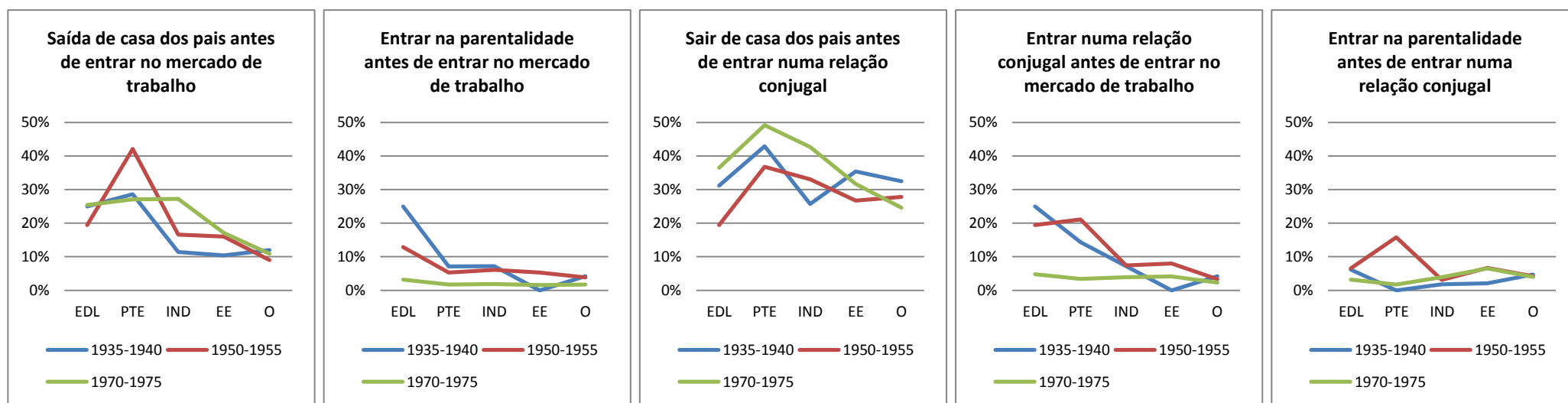


FIGURA 40 ORDEM DAS TRANSIÇÕES (ÍNDICES), POR COORTE ETÁRIA E CLASSE DO GRUPO DOMÉSTICO DE ORIGEM



### ***Síntese conclusiva***

Neste capítulo a nossa atenção incidiu sobre a transição para a vida adulta. Subjacentes à nossa análise estavam um conjunto de pressupostos relativamente a este período transicional. A partir da literatura sobre a transição para a vida adulta testaram-se as hipóteses do adiamento das transições, do prolongamento e da alteração da ordem dos eventos no período transicional em coortes mais recentes. Por outro lado, adiantámos a hipótese de que este período transicional constituía uma das fases do percurso de vida mais diferenciadas em função dos eixos da desigualdade social.

Uma primeira conclusão, a partir da análise dos calendários associados às diferentes transições, é que, efetivamente, as transições tendem a ocorrer mais tarde. Mas é diferente a evolução dos calendários das *transições públicas* (saída da escola e entrada no mercado de trabalho) e das *transições privadas* (entrada na conjugalidade e entrada na parentalidade). Na coorte mais velha (1935-40) existiam um intervalo prolongado entre as *transições públicas* as *transições privadas*. Os dados sugerem que nesta coorte a transição para a vida adulta estaria mais ancorada à entrada na vida conjugal do que à independência económica. Não obstante, a da entrada no mercado de trabalho era geralmente muito prematura mas, na generalidade dos casos, só após um longo período de trabalho, em que se acumulavam os recursos e as condições necessárias, se davam as *transições privadas* (ou *familiares*).

Na coorte de 1950-55 há um ligeiríssimo prolongamento da escolaridade. Por outro lado, as idades médias de entrada na vida conjugal e na parentalidade são inferiores. Estes dois factos contribuem para que, nesta coorte, o hiato entre *transições públicas* e *privadas* se atenuem ligeiramente. Em todo o caso, tanto na coorte de 1935-40 como na coorte 1950-55 predominava um modelo de transição a dois tempos, em que a saída da escola e a entrada no mundo do trabalho antecedem significativamente a autonomia residencial e as transições familiares.

Na coorte de 1970-75 a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho ocorreram significativamente mais tarde do que nas duas outras coortes. Também as *transições privadas* aconteceram em idades mais avançadas, alargando-se o intervalo entre entrada na conjugalidade e na parentalidade. Os indicadores de *ocorrência* mostram igualmente que nesta coorte são mais elevadas as proporções de indivíduos que, até aos 35 anos, não tinham entrado em relações conjugais e mantinham as suas trajetórias reprodutivas em aberto. Mesmo com o adiamento das transições familiares, há uma menor amplitude entre a primeira

e a última transição. Portanto, a comparação entre coortes permite confirmar plenamente o adiamento da generalidade das transições. Mas, por outro lado, contribui para derrubar a ideia de que os períodos transicionais são mais amplos nas coortes mais recentes, apontando pelo contrário para a compressão desse período.

As condições estruturais e institucionais do passado são um aspeto frequentemente omitido das análises das transições para a vida adulta contemporâneas. Essa omissão contribui para que se retirem ilações abusivas tanto em relação ao suposto “prolongamento da juventude” nas coortes mais recentes (Nico 2011, 195 e segs.), como relativamente às transições supostamente mais curtas do passado. Nas coortes mais velhas, a precocidade das saídas da escola e entrada no mercado de trabalho ampliaram, a montante, o período transicional. Na coorte mais jovem, as transições iniciaram-se mais tarde mas sucederam-se mais rapidamente, tornando a terceira década de vida particularmente densa em termos de eventos.

Uma segunda conclusão destaca justamente a importância da estruturação institucional sobre a organização do percurso de vida, em particular na transição para a vida adulta. No caso português, a ideologia autoritária e conservadora do *Estado Novo* enraizou-se em inúmeras instituições que enquadram o quotidiano dos indivíduos (do trabalho, à família, passando pela escola e pela cultura) (Rosas 2001). Entre outros aspetos, estabeleceu uma educação mínima (embora assimétrica tanto em termos de género como de origem social), promoveu o trabalho desde cedo e propagandeou um modelo de família nuclear procriativa, em que imperava uma clara divisão de papéis de género. Os efeitos deste modelo socioinstitucional sobre as temporalidades e modalidades de transição para a vida adulta são mais evidentes na coorte de 1950-55.

A *Revolução de Abril de 1974* e as transformações sociais que se lhe seguiram alteraram significativamente as condições em que se processa a transição para a vida adulta. As mudanças no campo escolar, desde o(s) prolongamento(s) do ensino obrigatório à construção de infraestruturas escolares passando pela posterior expansão do ensino superior, criaram condições para um acesso relativamente generalizado à educação. Estas mudanças contribuíram para que na coorte nascida em meados da década a saída da escola ocorra, em média, já perto dos 20 anos de idade. A importância crescente das qualificações também se reflete em entradas mais tardias no mercado de trabalho. Também neste domínio a regulação institucional se reforçou, por exemplo com a adoção de nova regulamentação de idade mínima para trabalhar.

Assim se compreende melhor a maior homogeneidade dos calendários associados às *transições públicas* na coorte mais jovem. No *Estado Novo*, a regulação institucional invadia os espaços de privacidade e de autonomia criando condições para que as *transições privadas* seguissem de forma mais rígida a normatividade associada à moral hegemónica. A partir da *Revolução de 1974* estabelece-se um novo quadro institucional que, garantindo a reserva da vida privada e familiar, abre espaço para que a intimidade seja vivida de forma livre, no tempo e no modo.

Uma terceira conclusão é que globalmente a sequência de eventos na transição para a vida adulta não se terá alterado de forma radical. Existe no entanto uma tendência crescente para que a autonomização residencial anteceda a entrada no mercado de trabalho. E a participação no mercado de trabalho cada vez mais precede outras transições, tal como assumir uma relação conjugal ou ter um filho. Para lá da sua configuração global, um exame mais minucioso permitiu discernir uma significativa heterogeneidade dentro de cada uma das coortes, que se organiza e evolui de forma diferenciada segundo os eixos do género e das origens de classe. Os afastamentos relativamente à sequência normativa continuam a ser claramente diferenciados em função das origens sociais. Nas duas coortes mais velhas isso observava-se por exemplo entre as mulheres de meios mais favorecidos que permaneciam na dependência material do parceiro. Na coorte mais recente, a autonomia residencial sem autonomia financeira e a saída de casa dos pais sem entrar numa conjugalidade são as situações que mais diferenciam os indivíduos em função da sua origem de classe.

Alguma aproximação entre as sequências de homens e mulheres na coorte mais recente não será alheia à crescente participação feminina no mercado de trabalho e ao seu sucesso no domínio académico. Mas uma quarta conclusão é precisamente a manutenção de diferenças relevantes nas transições para a vida adulta de homens e mulheres. Apesar da redução na amplitude do período transicional nas coortes mais recentes, os períodos transicionais masculinos continuam a ser claramente mais amplos do que os femininos. Há apesar de tudo alguns desenvolvimentos dignos de nota. Nas coortes de 1935-40 e de 1950-55 as diferenças entre homens e mulheres observavam-se tanto ao nível das *transições públicas* como das *transições privadas*. Na coorte de 1970-75 as *transições públicas* convergem, tanto em termos de calendário como de prevalência, pelo que as diferenças entre homens e mulheres se exprimem ao nível das *transições privadas*, tanto na entrada na conjugalidade como, em especial, na transição para a parentalidade. A transversalidade dos adiamentos mantém calendários diferenciados para homens e mulheres, mais curtos para elas e mais espaçados

para eles. Esse dado parece contrastar com a primazia, identificada noutra pesquisa (Aboim 2010a, 146), que os homens outorgam a transições mais precoces e as mulheres a padrões mais tardios. De forma a clarificar esta contradição, em futuras pesquisas a avaliação do hiato entre idades idealizadas e concretizadas beneficiará da ponderação dos efeitos de ciclo de vida e da trajetória individual.

Uma quinta conclusão salienta a importância estruturante da desigualdade de classe na transição para a vida adulta. Longe de desaparecer, a comparação intergeracional revela sinais de que as diferenças de classe são intensas na coorte mais jovem. Porém, há uma reconfiguração dos modelos de transição para a vida adulta associados a indivíduos de diferentes origens sociais. Na coorte de 1935-40 os períodos transicionais eram transversalmente longos. No entanto, as clivagens de classe eram muito acentuadas no que diz respeito às *transições públicas* (entrada no mercado de trabalho e saída da escola). Estas transições ocorriam claramente mais cedo entre os indivíduos provenientes de classes com menores recursos. Esse aspeto não se alterou radicalmente na segunda coorte (1950-55), que tem como característica nítida uma maior uniformidade nas *transições privadas*, em termos de origens sociais, bem como uma compressão generalizada do período transicional.

Na coorte de 1970-75 atenuaram-se as diferenças relativamente à idade com que se entra no mercado de trabalho. Aparentemente, o mesmo sucedeu relativamente à idade com que termina o percurso escolar. No entanto, se considerarmos a importância crescente das credenciais escolares, em particular dos diplomas de ensino superior, as diferenças observadas, por exemplo entre descendentes de Quadros ou de Operários, têm um significado que ultrapassa a sua mera contabilização em anos. Por outro lado, a prossecução dos estudos provoca um efeito de dominó que conduz ao adiamento das *transições privadas*, que é particularmente evidente nos indivíduos com origens de classe na burguesia ou entre as frações mais qualificadas da pequena burguesia. Não só essas transições ocorrem mais tarde, como é menor a prevalência das entradas na conjugalidade e, sobretudo, na parentalidade.

Confrontando estas tendências com a paradoxal compressão do período transicional dentro do padrão da *biografia normal*, esta coorte exemplifica aquilo a que Nico (2011) denomina de *transição biográfica inacabada*. Da tensão entre continuidade e mudança, mobilidade e reprodução social, constrangimentos e oportunidades, valores do “passado e do presente” (Aboim, Vasconcelos, Neves 2011, 76) resultam biografias-tipo que têm na transição para a vida adulta modalidades claramente diferenciadas.



## Conclusões

---

Neste capítulo conclusivo começamos por retomar a abordagem teórica e as escolhas metodológicas que enquadraram a pesquisa. Posteriormente apresenta-se uma leitura integrada dos principais resultados empíricos, debatendo as principais interrogações de pesquisa levantadas ao longo deste trabalho. Nos dois últimos pontos discutimos as implicações teóricas e limitações da nossa abordagem, propondo algumas pistas para futuras investigações.

Esta tese de doutoramento teve por objetivo identificar características paradigmáticas do percurso de vida em Portugal, nomeadamente procurando perceber de *que forma se constroem as trajetórias familiares e profissionais individuais em cada contexto social e histórico e de que forma as mesmas são moldadas pelas desigualdades sociais, nomeadamente de classe e de género.*

A investigação articulou as bases da perspetiva teórico-metodológica do percurso de vida com a problemática das desigualdades sociais, beneficiando ainda de contributos de outras tradições disciplinares, nomeadamente da história e da demografia. Uma vez que nos interessavam a representatividade e a comparabilidade, recorremos a uma metodologia extensiva, retrospectiva e ego-centrada sobre as trajetórias familiares e profissionais de mulheres e homens portugueses nascidos em diferentes contextos sociais e históricos. O olhar que desenvolvemos foi essencialmente *macrossociológico* e reconstituiu os percursos de vida de três coortes etárias ao longo das últimas décadas. A identificação de diferentes padrões de trajetórias, mais e menos *típicos*, permitiu-nos aceder às normas sociais preponderantes que regulavam e regulam os percursos de vida, bem como constatar os afastamentos em relação às mesmas.

Recorrendo a esta estratégia, vinculámos as questões de pesquisa aos debates contemporâneos sobre o curso das transformações no percurso de vida nas sociedades ocidentais ao longo das últimas décadas. Referimo-nos nomeadamente aos pressupostos da erosão das bases institucionais, sociais e políticas do percurso de vida na modernidade organizada, que se crê estarem na génese do aumento da variabilidade inter-individual nas trajetórias familiares e profissionais (*pluralização*), ou do desaparecimento de padrões sequenciais fixos e previsíveis (*individualização e destandardização*).

### ***Resultados empíricos***

Os principais resultados são específicos de cada capítulo empírico e foram aí detalhadamente apresentados. Cabe aqui retomá-los brevemente, começando por lançar um olhar panorâmico sobre as características emblemáticas das trajetórias familiares e profissionais em Portugal. Seguidamente sintetizam-se os resultados de forma a responder às questões que atravessam a nossa pesquisa, concretamente: o impacto das recentes transformações sociais na estrutura dos percursos de vida e na *pluralização* das trajetórias individuais; a relação entre *desigualdades sociais* e *percurso de vida*; e a tensão entre *standardização* e *individualização*.

A análise das trajetórias familiares partiu de uma discussão crítica dos conceitos de ciclo de vida e de desenvolvimento familiar. A partir de contributos da história, da demografia e da sociologia da família e recusando pressupostos desenvolvimentistas, estas trajetórias foram reconstruídas a partir da posição ocupada pelos indivíduos nos agregados domésticos ao longo do tempo. Em geral, as trajetórias familiares de coresidência caracterizam-se por fortes orientações para a conjugalidade e para a parentalidade. Essas orientações são, aliás, consonantes com as atitudes e os valores predominantemente associados à vida familiar no contexto português, nomeadamente a centralidade conferida à família nuclear e aos filhos. Nesse sentido, foi possível concluir acerca da relativa robustez da cronologia linear e sequencial associada às trajetórias familiares, que está relativamente próxima dos pressupostos de ciclo de vida familiar.

Todavia, os resultados empíricos revelaram que essa orientação emerge de forma plural, pelo que foi possível identificar diversos tipos de trajetórias familiares de coresidência. Esta diversidade resulta de dois fatores: dos ritmos e das cadências associados às transições; e da variabilidade de circunstâncias que os indivíduos experimentam ao longo da vida, em particular entre a família de origem e a família de procriação. Identificámos seis tipos de trajetória familiar: *parental tardia*; *parental precoce*; *‘da complexa à parental’*; *monoparental na origem*; *acolhimento*; *‘da parental à complexa’*.

A preponderância das trajetórias de tipo conjugal-parental (*precoce* e *tardia*) é transversal às três coortes etárias (totalizam pelo menos 75% das situações). Similares na relativa linearidade do percurso entre família de origem e procriação, essas duas trajetórias conjugais-parentais distinguem-se pelos ritmos das transições e pela diversidade de situações experimentadas pelos indivíduos. Enquanto a trajetória *parental precoce* tem uma cadência transicional mais rápida, a trajetória *parental tardia* não só está associada a um compasso



mais lento, como tende a incorporar comportamentos mais individualizados, em particular na coorte de 1970-75.

Reconhecendo a existência de uma pluralidade de trajetórias familiares nos diferentes contextos geracionais, interessou-nos explorar as razões subjacentes à sua diversidade em cada conjuntura e à sua evolução inter-geracional. A predominância das trajetórias *parentais tardias* na coorte mais velha, mais do que uma opção, decorria do difícil acesso ao casamento e da necessidade de acumular recursos materiais antes de constituir família (Bandeira 1996). Era comum que o percurso entre família de origem e de procriação fosse pontuado por situações de coresidência com outras pessoas, aparentadas ou não. Em alguns contextos sociais encaminhar os filhos para casa de familiares ou de perceptores (trajetória de *acolhimento*) era uma estratégia que potenciava as suas oportunidades de mobilidade social, garantindo o acesso a uma escolarização mais prolongada e a melhores condições de vida. Noutros casos, a trajetória de *acolhimento* seria uma inevitabilidade da estratégia de emigração em casal, que implicava deixar os filhos à guarda de terceiros.

Ao longo das décadas de 1960-70, as transformações económicas e as orientações ideológicas familialistas, pró-natalistas e sexualmente opressivas do Estado Novo, potenciaram um movimento de conjugalização da vida familiar. Nesse período muitos demandaram as cidades em busca de emprego nas novas indústrias e empresas que aí se instalavam, deixando para trás a dureza da vida e do trabalho no campo. Muito outros seguiram a via da emigração. Estes dois movimentos criaram novas condições para a conjugalidade e para a autonomização residencial, muito embora em condições em que era difícil o acesso à habitação própria. Por outro lado, a arquitetura legal do Estado Novo (primeiro através da Constituição de 1933 e depois no Código Civil de 1966) instituíra um modelo singular de família, assente no casamento religioso, na autoridade masculina e na divisão sexual do trabalho em moldes tradicionais (Wall 2010, 68-69). Na verdade, todo o quadro legislativo subalternizava as mulheres aos homens e as mães aos pais (Guimarães 1986), criando um clima hostil para com as mulheres sós (as mães solteiras, mas também em caso de viuvez). É neste quadro que se desenvolvem as trajetórias familiares dos nascidos entre 1950-55. O rejuvenescimento das idades médias nas transições familiares contribui para o predomínio de percursos *parentais precoces*. E, tanto a pressão migratória sobre as áreas urbanas em que escasseava a habitação, como a moral repressiva, contribuíram para um crescimento relevante de trajetórias marcadas pela complexidade.

Na coorte mais recente verificámos que persiste uma forte adesão a trajetórias de tipo conjugal-parental. Contudo há mudanças muito significativas, sobretudo no período de transição para a vida adulta. As transições para a conjugalidade e para a parentalidade tendem a ocorrer mais tarde e a concentrar-se num hiato de tempo mais curto. É também frequente que as trajetórias individuais incorporem diferentes fases, não culminando nem imediatamente nem necessariamente na família procriativa. Exemplos disso são a maior relevância dos períodos de tempo passados *a solo*, em monoparentalidade, em casal sem filhos ou em família recomposta. Estes podem ser lidos como indicadores avançados de uma crescente busca de autonomia e de autorrealização que, segundo as teorias da individualização social, estão na base da maior volatilidade das relações íntimas, contribuindo para a erosão da biografia típica. Mas, de facto, os elementos que recolhemos não permitem concluir pela existência de uma rutura face ao arquétipo subjacente à ideia de ciclo de vida familiar. O que verificamos é que o padrão institucional emergente, que designámos por trajetória *parental tardia*, incorpora elementos de mudança com uma maior abertura à variabilidade dos percursos.

Os percursos escolares e profissionais foram examinados de forma integrada. A análise incluiu uma aproximação ao conceito de carreira profissional, que articula os contextos de profissionalização, com as modalidades e a estabilidade do emprego. Em traços gerais, o panorama que encontrámos é bastante heterogéneo, tendo sido identificadas oito tipos de trajetória profissional: *emprego estável na indústria, emprego estável nos serviços, emprego estável qualificado, emprego informal na indústria e serviços, emprego informal desqualificado, emprego precário na indústria e serviços, emprego esporádico e emprego por conta própria*.

Um dos aspetos mais salientes na comparação entre coortes é a evolução da idade em que ocorre a entrada no mercado de trabalho. Embora permaneça desigual, sobretudo em função das origens de classe, essa transição é tendencialmente mais tardia, por via do alargamento e da democratização do acesso ao ensino. A distribuição dos recursos escolares em cada coorte é, indiscutivelmente, um elemento indispensável para perceber o leque de opções profissionais disponíveis aos indivíduos, bem como as modalidades de emprego que alcançam.

Em termos das condições estruturais, a heterogeneidade das trajetórias profissionais também decorre da confluência entre diversos fatores. Desde logo da célere transformação da estrutura económica e da sua crescente abertura ao estrangeiro, sobretudo a partir da década de 1960. Devemos ter presente que o peso do trabalho na agricultura, muitas vezes desempenhado em regime de pluriatividade, foi bastante significativo até há poucas décadas. Comparativamente com outras realidades europeias, o processo de industrialização foi mais lento na sociedade portuguesa e, mesmo no seu auge, mobilizou uma parte menos significativa da força de trabalho do que o observado em sociedades industrializadas (Lains 1994; Barreto 2005). Foi também seguido de uma rápida desindustrialização em prol da reorientação para uma economia baseada nos serviços.

Por outro lado, também o modelo de regulação salarial/laboral fordista só chegou a Portugal mais tarde e pela mão do Estado (Santos, Reis, e Marques 1990). A “normalização estatal” imposta pela Revolução conduziu a uma “normalização contratual”, tendo sido posteriormente criadas instâncias formais de diálogo social (Santos 1993, 33; Ferreira e Costa 1999, 155). A evolução da regulação estatal sobre o mercado de trabalho tem favorecido, ao longo das últimas duas décadas, a crescente flexibilização das relações laborais (Kóvacs 2005a; Matos, Domingos, e Kumar 2010; Matos e Domingos 2012).

Embora as trajetórias informais predominem na coorte mais velha e as trajetórias estáveis prevaleçam nas duas coortes mais recentes, não existe uma associação linear entre coortes/períodos históricos e tipos de trajetória de trabalho e emprego. Nas duas coortes mais recentes, a heterogeneidade das trajetórias revela a coexistência das diferentes lógicas regulatórias. E mesmo na coorte mais recente é possível identificar percursos que atestam a importância da economia informal e vestígios de regimes de regulação pré-fordista. Como observou Pinto (2006, 183) esses são ainda fatores estruturais e estruturantes das relações económicas em Portugal, resultando na produção alargada de formas de “*integração desqualificante*”. Por outro lado, também nas coortes mais recentes há um número crescente de percursos profissionais marcados pela instabilidade, situação na maior parte dos casos involuntária e decorrente de um processo de precarização laboral. Tem sido observado que, no caso português, a transição entre um regime de produção fordista e pós-fordista revela um processo sujeito a antinomias, contradições e fugas para a frente, que em muito resultam da persistência de uma sociedade dualista onde coabitam sectores modernos e competitivos com estruturas económicas ultrapassadas (Matos 2013, 239-241), o que não deixa de se traduzir na assimetria das biografias profissionais.

Outro aspeto distintivo da realidade portuguesa é o elevado nível de participação feminina no mercado de trabalho. Uma das características do trabalho feminino nas coortes etárias mais velhas era a informalidade, o que reforçaria a sua aparente invisibilidade. De facto, o peso da condição de doméstica, mesmo nas duas coortes mais velhas, é mais modesto do que o observado nas sociedades da Europa Central. Nesses contextos geracionais, a trajetória de emprego esporádico é ilustrativa de uma relação intermitente com o mercado de trabalho, passível de ser interrompida por exemplo em situações de maternidade ou de prestação de cuidados a familiares, mas que, em muitos casos, era retomada posteriormente. Portanto, estava em grande medida ausente da realidade portuguesa uma das características emblemáticas do *fordismo* enquanto regime do percurso de vida: a exclusão das mulheres do mercado de trabalho ou, mais precisamente, o vínculo estrutural entre domesticidade feminina e carreira masculina.

### ***Implicações teóricas***

#### **Uma pluralização limitada e socialmente estruturada**

A pluralização (e complexificação) das trajetórias individuais tem sido apontada como uma das características paradigmáticas do percurso de vida na modernidade tardia. Numa *sociedade líquida*, a incerteza e perpétua reconfiguração das condições externas conviveria com a imprevisibilidade dos comportamentos individuais, por contraste com os modelos de décadas passadas, resultando em *vidas líquidas* (Bauman 2000, 2005a). Este movimento de *pluralização* estaria a contracorrente da *standardização* do período fordista, impulsionada pelo crescente controlo dos indivíduos sobre o seu próprio destino, num exercício pleno de agência (Levy 2013b, 328).

Os nossos resultados não corroboram esse cenário. De facto, um número limitado de trajetórias-tipo dá conta da esmagadora maioria dos percursos profissionais e familiares, independentemente da coorte. Se falar em “pluralização do percurso de vida” implica assumir a existência de um dinamismo e de uma instabilidade na atualidade, por contraposição a um passado monolítico marcado pela homogeneidade e estabilidade nas trajetórias, então há que fazê-lo com parcimónia a propósito da sociedade portuguesa. Na verdade, aquele cenário também não corresponde ao observado empiricamente: mesmo nas coortes que cresceram durante a vigência do Estado Novo encontramos uma *pluralidade* de trajetórias, tanto familiares como profissionais.

Parece-nos inclusivamente que insistir numa simplificação do passado, no caso das trajetórias familiares, conduz mais a uma reprodução da cartilha ideológica que então sustentava o modelo de família nuclear procriativa do que ao retrato das trajetórias efetivamente vividas pelos indivíduos. No caso do emprego, por outro lado, ficou claramente demonstrado quão recente é a consolidação e generalização de trajetórias próximas dos pressupostos de carreira profissional, *i.e.*, assentes na estabilidade e previsibilidade da progressão. Esse modelo está aliás claramente associado ao emprego público no pós-25 de Abril, nomeadamente à expansão das funções sociais do Estado e da Administração Central e Local. Por isso também se nos afigura errado associar linearmente décadas passadas à estabilidade profissional.

Em qualquer caso, a comparação entre coortes revela diferenças importantes, que são mais subtis no caso da vida familiar e mais intensas no caso da vida profissional. Será, então, mais prudente enquadrar a evolução observada no âmbito de um *processo estruturalmente limitado de pluralização* do percurso de vida, tal como proposto por Lévy (2013b). Várias investigações têm demonstrado que as transformações económicas, políticas e institucionais das últimas décadas não influenciam todos os domínios da vida da mesma forma, nem atingem todas as realidades nacionais com a mesma intensidade<sup>162</sup>. O mesmo é dizer, a pluralização é um processo fortemente condicionado pela estrutura social, nomeadamente pela evolução das desigualdades de classe e de género.

### **As desigualdades sociais e uma convergência inacabada dos percursos de vida**

Sob muitos pontos de vista, esta tese também nos informa acerca dos processos de mobilidade social e de reconfiguração da estrutura de classes em Portugal. De facto, o conjunto de análises desenvolvidas neste trabalho permite olhar para o envolvimento dos indivíduos em campos interdependentes (trabalho e vida familiar), de uma forma diacrónica e sob a perspetiva da classe e do género.

Em traços gerais, ficou claramente demonstrada a importância dos capitais económicos e culturais na diferenciação dos percursos de vida. Os efeitos de transmissão patrimonial e de acumulação dos capitais são sobretudo evidentes nas trajetórias profissionais. Em particular, é evidente o papel do sucesso escolar, que inclusivamente se intensifica nas coortes mais recentes. Como já havíamos observado, “as profissões mais qualificadas (...) passaram a fazer parte das aspirações e anseios de mobilidade dos progenitores e dos seus investimentos,

---

<sup>162</sup> Ver, por exemplo, os casos da Alemanha (Nico 2011, 219 e segs.) do Reino Unido (Brückner e Mayer 2005) ou da Suíça (Scott, Crompton, e Lyonette 2010).

materiais e outros (...), sobretudo a partir do momento em que se tornaram relativamente mais acessíveis por via da expansão do ensino superior” (Ramos 2014, 646).

A lógica da reprodução social é muito forte e estão gravadas nas trajetórias profissionais inúmeras marcas da desigualdade de classe. O *tempo* despendido em anos de trabalho acaba por ser uma das marcas mais salientes. Num contexto de enorme transformação social, existem também dinâmicas de mobilidade social, sobretudo pela via do ensino. Em todo o caso, são os indivíduos com mais capitais à partida que tendem a acumular maiores recursos, sobretudo culturais, ao longo das suas trajetórias individuais (de trabalho e emprego). Por exemplo, o acesso às trajetórias profissionais mais qualificadas é claramente desigual em função dos capitais na origem. Este fenómeno contribui para uma distanciação significativa entre os percursos, que se manifesta sob múltiplos aspetos: em termos das idades e da cadência a que ocorrem as transições; das ocupações a que se dedicam os indivíduos; do prestígio das profissões que desempenham; ou da própria estabilidade da trajetória profissional percorrida. Em particular na coorte mais recente, uma das consequências do alargamento da escolaridade (e de entradas mais tardias no mercado de trabalho) é o adiamento das transições familiares. No entanto essa tendência geral ofusca uma certa polarização social, uma vez que o “sucesso escolar” é claramente diferenciado em termos das origens sociais e dos capitais presentes à partida.

Do ponto de vista das desigualdades de género, a leitura integrada dos percursos profissionais e familiares aponta para a persistência de claros efeitos de *genderização* quando lemos os percursos de forma integral (Moen 2001). Por outro lado, verifica-se uma relativa *desgenderização* do período de transição para a vida adulta, na linha do já concluído por Nico (2011, 306)<sup>163</sup>. cremos que este resultado, aparentemente paradoxal, aumenta a relevância da combinação entre um enfoque no tempo curto (*transições*) e uma leitura do tempo longo (*trajetórias*).

Do ponto de vista da vida familiar, as transições familiares femininas ocorrem tendencialmente mais cedo e são mais condensadas, o que resulta numa maior proximidade das mulheres relativamente a trajetórias parentais precoces. Este cenário indicia claramente que, neste domínio, as pressões normativas são mais intensas sobre as mulheres. Do ponto de vista do trabalho e emprego, as trajetórias profissionais femininas são tendencialmente mais instáveis e estão mais expostas à informalidade, à precaridade e ao desemprego. É um facto que em coortes mais recentes existe uma convergência no acesso a trajetórias de emprego

---

<sup>163</sup> Usando dados comparativos a nível europeu provenientes do European Social Survey de 2006.

estável por parte de homens e mulheres. Mas essa aproximação não esconde duas dissonâncias. Por um lado, apesar do sucesso escolar das mulheres na coorte de 1970-75, há um claro diferencial no acesso a carreiras de emprego estável qualificado, que é revelador da força dos mecanismos de segmentação vertical ou do efeito *glass ceiling* (Cotter et al. 2001). Por outro lado, também se mantém uma segmentação horizontal, concentrando-se o emprego feminino nos sectores de atividade a que estão tipicamente associados maiores diferenciais salariais (Ferreira 2010).

Embora os efeitos de *genderização* do percurso de vida sejam evidentes, são também claramente distintos dos observados em sociedades da Europa Central. A razão mais substancial prende-se com o elevado grau de participação das mulheres no trabalho pago em Portugal, seja no mercado de trabalho formal no presente, seja em atividades informais no passado. De facto, em nenhuma das coortes portuguesas estudadas encontramos paralelo com uma segmentação de papéis tão clara e uma divisão entre esferas de participação tão estrita como, por exemplo, na Suíça ou na Alemanha (Brückner e Mayer 2005; Levy e Widmer 2013a). No caso português, apesar do forte entrelaçamento entre vida profissional e vida familiar nas biografias individuais, os dois domínios parecem evoluir segundo lógicas ou *regimes* de regulação do percurso de vida relativamente autónomos (Wall e Aboim 2015, 79).

### **Do tempo histórico ao tempo individual**

A noção de descontinuidade - enquanto rutura, corte ou mutação entre períodos - ocupa atualmente uma posição central nas disciplinas que lidam com o tempo histórico (Foucault 2008 [1969]). A ela se contrapondo, Foucault advertiu acerca dos seus efeitos paradoxais: simultaneamente instrumento e objeto de pesquisa; hipótese de partida e resultado de uma descrição em que se inverte uma determinada continuidade ou se esgota um processo ou mecanismo. Integrando-se no próprio discurso de historiadores e de outros cientistas sociais, o conceito de descontinuidade inevitavelmente gera um conjunto de consequências teóricas e metodológicas.

Transformada em conceito operatório, a ideia de *descontinuidade* determina o objeto e os métodos de análise e restringe as possibilidades de uma leitura integrada da história. Pressupõe a existência de um sistema de relações entre os acontecimentos e os fenómenos de um determinado espaço, sistema esse que representa um único núcleo central que abrange as estruturas económicas, as mentalidades, etc. (Foucault 2008 [1969], 11). Estando aqui bastante distanciados do empreendimento de uma história global, consideramos que a segmentação da continuidade histórica em estágios, etapas ou períodos assume contornos

particularmente problemáticos a partir do momento em que, na busca de um entendimento compreensível do passado, se reforçam essencializações e idealizações acerca de um determinado hiato temporal.

Na sociologia que se tem debruçado sobre o percurso de vida têm sido utilizadas expressões como “Idade de Ouro”, “Trinta Gloriosos Anos” ou “Gemütlichkeit” para denominar o período que, grosso modo, vai de 1945 a 1973 (Fourastié 1979; Bühlmann 2008; Kohli 2009 [1986]). Tornou-se relativamente comum associar este período temporal a uma configuração social e cultural que fomentava a estabilidade dos percursos profissionais e a previsibilidade das trajetórias familiares. Ao invés de acriticamente integrado e assumido como ponto de partida das pesquisas, o “valor facial” das premissas subjacentes a este entendimento acerca do passado é digno de debate.

Contrariando um certo “fetichismo do presente” e alguma da ortodoxia que marca a pesquisa sociológica contemporânea sobre o percurso de vida (Goodwin e O'Connor 2015)<sup>164</sup>, a ideia de olhar para o passado para compreender o presente tem sido crescentemente implementada em estudos críticos. Em vários contextos, essa postura tem permitido questionar o pressuposto da complexidade do presente por contraposição a um passado marcado pela linearidade e pela regularidade, nomeadamente ao longo das trajetórias profissionais, na transição entre escola e trabalho ou na autonomia residencial (Goodwin e O'Connor 2005; Nico 2011).

O caso português é interessante também porque não encaixa confortavelmente numa narrativa de rutura temporal, bastante associada aos grandes ciclos económicos. Isso deve-se não só ao lugar semiperiférico que o país ocupa, mas também pelo facto das mais significativas fraturas na sua recente cronologia histórica serem descoincidentes e até mesmo contracíclicas em relação a algumas das tendências que emanam dos países do centro. E deve-se ainda à evolução do papel do Estado. Sabemos que os Estados Modernos interferem nas e balizam as vidas individuais por diversas vias e mecanismos, desde os sistemas de ensino, à regulação do mercado de trabalho, aos sistemas de proteção social e de reforma, passando por um vasto conjunto de regulamentações legais (Leisering 2002). Mas essa moldagem também ocorre se e quando o Estado é menos interventivo ou deixa determinadas esferas abertas ao *laissez-faire* do mercado.

---

<sup>164</sup> Estes autores referem-se em especial aos estudos sobre as transições juvenis mas o argumento é claramente generalizável.



Durante a vigência do Estado Novo predominou um particular regime de percurso de vida, que combinava elementos do *modelo tradicional* com elementos do *modelo industrial* (Mayer 2004). Reagindo contra a Modernidade, que trazia a urbanização, o industrialismo, a desordem e a luta de classes, o regime fascista impôs uma ordem assente numa série de pilares: na família tradicional e conservadora; na escola nacionalista que desvalorizava a instrução popular; e num modelo de relações laborais assente num paternalismo patronal, supervisionado pelo Estado. Essa ordem, que visava a criação de um “homem novo” genuinamente português, era reforçada por todo um aparelho de inculcação ideológica que se entranhava no quotidiano dos indivíduos, do trabalho à escola e ao lazer (Rosas 2001, 1031)

Em inúmeros aspetos, as mudanças trazidas pela Revolução aproximaram Portugal da Modernidade europeia. Em poucos anos foram lançadas as bases institucionais que deram suporte àquilo que Mayer denomina por *regime de percurso de vida fordista ou industrial tardio* (2004, 169-173)<sup>165</sup>. Por exemplo, logo no pós-Revolução e graças ao novo papel que o Estado assumiu, uma parte significativa dos trabalhadores passou a estar sob a alçada de uma relação de emprego público ou equiparado, o que mitigou o crescimento do desemprego e permitiu a melhoria das condições de vida da generalidade da população (Rodrigues 1985; Lopes 1996). Isto quando, pela Europa Ocidental e América do Norte, o choque petrolífero de 1973 e a subsequente crise económica desgastavam os alicerces do *status quo* que vigorara durante décadas, abrindo caminho para novas condições que conduziriam à *destandardização* dos percursos de vida.

Deste modo, em Portugal, a relativa *estandardização* de algumas fases da vida parece resultar sobretudo das mudanças institucionais operadas após 1974. Por exemplo, a regularidade das trajetórias escolares da coorte mais jovem resulta da institucionalização da escola pública e democrática. Também a estabilidade das trajetórias profissionais da segunda coorte é reflexo das alterações ocorridas ao nível das relações laborais. Mas, ao mesmo tempo que se institucionalizavam relações de emprego estável, persistiam relações de tipo pré-capitalista e, nas margens, despontavam modalidades flexíveis e precarizadas de emprego (legais e clandestinas). Num momento posterior, a abertura ao mercado comum e as alterações à legislação laboral alteraram as condições do mercado de trabalho, o que ajuda a explicar o aumento das situações experimentadas ao longo da vida profissional na coorte de nascidos entre 1970-75.

---

<sup>165</sup> Referimo-nos nomeadamente à proteção do emprego e à regulação do mercado de trabalho, ao desenvolvimento de um sistema de ensino aberto e inclusivo ou ao lançamento das bases de um sistema de segurança social universalista.

Se as mudanças no domínio familiar parecem ser mais lentas, isso eventualmente decorre do enfoque adotado, inspirado na demografia e baseado no critério da coresidência. Mas a inclusão de comportamentos *individualizados* em trajetórias conjugais-parentais, sem descartar pressupostos associados ao ciclo de vida familiar, leva ao questionamento da oposição entre *individualização* e *standardização*, uma frequente premissa de partida em estudos sobre mudança social e percurso de vida (Nico 2011, 306). Os resultados mostram que os dois fenómenos não são necessariamente incompatíveis.

Em resumo, a adoção acrítica de esquemas que propõem a divisão entre períodos históricos e respetivos regimes do percurso de vida afigura-se problemática, Tal como refere Mayer (2004, 173 e segs.), embora a comparação entre coortes ou períodos históricos revele diferenças significativas, algumas das razões por trás dessas alterações permanecem nebulosas e o seu sentido ignorado. Imputar as mutações observadas nas trajetórias concretas à transição entre regimes globais de regulação do percurso de vida (do *fordismo* ao *pos-fordismo*) continua a ser mais uma hipótese de trabalho do que uma conclusão de pesquisa (Mayer & Hillmert, 2003; Myles, 1993 citados em Mayer 2004). No caso português, as alterações nos padrões de percurso de vida ao longo das últimas décadas só podem ser entendidas articulando esses esquemas com a cronologia portuguesa e com as especificidades do seu contexto histórico e social.

### ***Aspetos inovadores da estratégia metodológica***

A pedra angular da estratégia metodológica das análises produzidas no âmbito deste trabalho foi a *Análise Sequencial (SA)*, com recurso aos métodos de *Optimal Matching* (**Capítulos V, VI e VII**). Não enjeitámos as técnicas de análise estatística predominantes no estudo dos marcadores sociais (nomeadamente a *Event History Analysis* – **Capítulo VIII**). Mas a estratégia adotada neste trabalho foi mais ambiciosa. Apesar da acalorada polémica em torno do seu estatuto epistemológico e metodológico, esta técnica permitiu-nos olhar para os percursos individuais sem nos cingirmos aos micro-eventos.

As tipologias produzidas, embora teoricamente menos densas que ideal-tipos *weberianos*, constituíram dispositivos heurísticos úteis para, em primeiro lugar, identificar as características mais marcantes das trajetórias familiares e profissionais e, em segundo lugar, aferir o impacto das transformações sociais das últimas décadas sobre os percursos individuais. A utilização crítica dos conceitos de trajetória familiar e profissional permitiram-nos complementar o conhecimento obtido pelo estudo dos marcadores, dando resposta à

interdependência entre o início dos percursos e o seu subsequente desenvolvimento, ampliando assim a agenda teórica.

Ampliámos também a utilização do *Optimal Matching* através da *Multi Channel Sequence Analysis*, de forma a considerar a evolução simultânea de várias dimensões do percurso individual (**Capítulo VI** – trabalho e emprego; **Capítulo VII** – trabalho/emprego e vida familiar). Tanto quanto sabemos, estas são utilizações pioneiras destes métodos na sociologia portuguesa.

O projeto TFRS aportou também inovações metodológicas à sociologia produzida em Portugal. Desde logo o desenho amostral segmentado em três coortes etárias, concebido de forma a contornar algumas limitações inerentes aos desenhos amostrais convencionais, bem como a inexistência de dados de tipo longitudinal. Mas também possibilitou uma reconstrução retrospectiva e ego-centrada de múltiplas dimensões do percurso de vida. Esta segunda inovação permitiu localizar os indivíduos no seu tempo biográfico, bem como no contexto histórico e social em que as suas trajetórias se desenvolveram.

Um último aspeto a destacar, não necessariamente inovador mas em todo o caso muito enriquecedor, é que tanto o nosso trabalho como todo o projeto TFRS beneficiou do permanente diálogo com outras sociologias europeias. Não apenas através das leituras, dos autores de referência e das suas grelhas interpretativas mas, em termos mais pragmáticos, através do trabalho quotidiano no âmbito de uma rede de investigação informal, que inclui investigadores portugueses, suíços e lituanos (nomeadamente da Universidade de Gêneve, da Universidade de Lausanne e da Universidade Mykolas Romeris em Vilnius). Esta rede tem-se empenhado num trabalho comparativo acerca do percurso de vida e das redes sociais nestes três países, articulando esses interesses com as suas histórias recentes e os respetivos regimes de *welfare-state*.

### ***Limitações e pistas para futuras pesquisas***

Todas as investigações têm limitações e insuficiências que decorrem das opções da construção teórica do objeto, dos métodos implementados ao longo da pesquisa, como ainda da mestria do investigador no manuseamento e na interpretação da informação. Algumas destas questões já foram afloradas ao longo dos capítulos empíricos, pelo que nesta secção fazemos uma revisão global dos problemas.

Uma questão que foi devidamente ponderada dizia respeito à eventual necessidade de recolher material empírico adicional, de modo a complementar a abordagem extensiva com uma abordagem de carácter intensivo. Optámos por desenvolver a nossa análise recorrendo exclusivamente ao material extensivo. A informação recolhida era muito substancial e permitia desenvolver um conjunto de olhares distintos mas complementares, que respondiam às nossas interrogações sobre a relação entre desigualdade e percurso de vida em Portugal. Por outro lado, a estratégia metodológica desenvolvida tinha potencialidades heurísticas que nos interessava explorar e demonstrar.

Optando por uma análise quantitativa do percurso de vida, que considerou essencialmente as trajetórias familiares e profissionais, ficaram por explorar um amplo conjunto de dimensões e por esclarecer uma série de questões. Em termos quantitativos, será útil considerar outras dimensões do percurso de vida em futuras pesquisas. Referimo-nos nomeadamente à mobilidade geográfica, à trajetória residencial e à trajetória afetiva. Particularmente importante será explorar a relação entre as transformações na dimensão relacional/afetiva e a dimensão familiar/coresidencial. Por outro lado, o olhar que dedicamos à vida familiar também não transpôs a ombreira da porta dos agregados, ficando por explorar aspetos relacionados com a evolução das práticas quotidianas, nomeadamente a divisão do trabalho (pago e doméstico) e dos cuidados. Considerando a atualidade das questões relacionadas com o envelhecimento e com a qualidade de vida ao longo da vida, a saúde e a qualidade de vida são outras dimensões, aliás já clássicas na literatura sobre percurso de vida e (des) vantagens cumulativas, que importará considerar em trabalhos subsequentes.

A ordem pela qual os inquiridos foram questionados relativamente às suas trajetórias e a forma de registo, baseada na cronologia dos eventos, inevitavelmente terá contribuído para impor um fio condutor. Recordemos que as duas primeiras trajetórias a ser reconstruídas foram o percurso escolar e profissional. Na interação com o entrevistador, a necessidade de encontrar uma lógica ou uma autojustificação face aos zig-zags da vida, está intimamente ligada ao sentido subjetivamente percebido da trajetória. Esse sentido poderá ter servido de referência para outras facetas do percurso de vida, influenciando o que revela e o que se oculta.

De facto, as questões que ficam por esclarecer prendem-se sobretudo com a subjetividade dos atores sociais e com os sentidos atribuídos ao seu percurso, aspetos indispensáveis para melhor tipificar as modalidades da agência individual, em termos de intencionalidade, motivações, expectativas, escolhas, etc.. Essa reflexividade em torno da *vida vivida* e da *vida contada* (Aisenbrey e Fasang 2010, 421; Nico 2011, 172) é claramente merecedora de aprofundamento em pesquisas futuras, eventualmente usando as tipologias de trajetórias familiares e profissionais aqui identificadas enquanto modelos de partida. Embora uma abordagem metodológica mista (quantitativa e qualitativa) fosse desejável para uma leitura mais incisiva das trajetórias de vida, estamos convictos de que a nossa abordagem ego-centrada é um contributo relevante, na medida em que produziu dados extrapoláveis à população sem menosprezar as experiências individuais.

Um outro conjunto de limitações inerente ao nosso trabalho tem a ver com a cronologia. A análise quantitativa do percurso de vida confronta-se sistematicamente com o problema da conceptualização do tempo e nomeadamente com os efeitos de período, coorte e idade. Procurámos resolver o problema da sobreposição de efeitos *idade-período-coorte* através da comparação entre grupos etários no trecho de vida comum, destrinchando entre efeitos de coorte, de classe e de género. Nos capítulos em que analisámos o desenvolvimento das trajetórias familiares e profissionais, adotámos uma estratégia comparativa entre coortes etárias até à idade para a qual dispomos de dados em relação a todos os indivíduos (*i.e.*, os 35 anos de idade). Apesar de considerarmos essa a escolha mais apropriada para responder às questões de pesquisa, a opção deixou de fora uma fatia substancial do percurso de vida das duas coortes mais velhas pois está a jusante da nossa janela de observação.

Uma opção alternativa válida seria a de ter considerado os últimos 20 anos das trajetórias familiares e profissionais. Essa escolha justificar-se-ia caso tivéssemos como propósito perceber as evoluções ocorridas no período histórico que medeia entre 1991 e 2010. Mas nesse caso a análise seria confrontada com indivíduos em diferentes fases do seu percurso de vida e, portanto, com os problemas típicos dos desenhos amostrais transversais. Por exemplo, na esfera do trabalho estaríamos a comparar indivíduos que se encontram no fim do seu percurso profissional com indivíduos praticamente no início da sua vida ativa.

Outra questão relacionada com a cronologia tem que ver com a unidade temporal utilizada no registo das diferentes trajetórias (*idade em anos*). Foi solicitado aos inquiridos um grande esforço de rememoração (na coorte mais velha supera os 70 anos). Inevitavelmente em alguns casos existiram dúvidas acerca da ordem dos eventos ou em relação à data precisa em que

ocorreram. O recurso a uma grelha de registo cronológico das múltiplas dimensões da vida evitou que isso se tornasse num problema sério, uma vez que foi sempre possível corrigir a informação *a posteriori*. Apenas num número insignificante de casos nos deparámos com dados incompletos (o que ocorreu sobretudo no que diz respeito à situação profissional).

Seria impraticável exigir dos indivíduos uma lente temporal mais fina (mês, trimestre ou semestre, por exemplo) num exercício de reconstrução retrospectiva tão longo e a tantas décadas de distância. Embora incontornável cremos que a utilização desta unidade temporal tenderá a amplificar a estabilidade dos percursos. Isso será não só consequência de efeitos da “seletividade da memória” como da simplificação e racionalização de um passado já distante. Em futuras pesquisas valerá a pena considerar um registo mais detalhado da temporalidade, sobretudo se for possível implementar estudos longitudinais com recurso sistemático a painel de inquiridos.

Uma outra questão é o nível de detalhe das categorias usadas no registo dos estados biográficos. O maior ou menor detalhe dos esquemas categoriais utilizados depende dos interesses de pesquisa e também dos trechos do percurso de vida em estudo. Mas essa escolha tem consequências significativas. Pensemos na trajetória profissional, em que concedemos atenção às situações contratuais e à atividade profissional (em termos de grandes grupos de atividades). Se deixar de fora o trabalho a tempo parcial se justifica pela sua expressão residual no contexto português, em futuras pesquisas o olhar sobre as carreiras profissionais poderá ser aprofundado considerando grelhas de categorias profissionais mais detalhadas e a evolução dos estatutos hierárquicos. Por fim, no caso da transição para a vida adulta, esta análise não lidou nem com a reversibilidade das transições nem com a sobreposição/cominação de eventos, também estes aspetos dignos de maior atenção em outras pesquisas.

Apesar das limitações, estamos confiantes acerca dos resultados obtidos e das inovações metodológicas introduzidas por esta tese. A extensão da pesquisa a trechos mais longos do percurso de vida, bem como a investigação sobre coortes mais recentes são dois desafios para o futuro. Também a utilização das tipologias aqui desenvolvidas em futuras investigações qualitativas permitirá o seu apuramento conceptual, na confrontação com trajetórias particulares, e o levantamento do véu face a dinâmicas e processos a que aqui apenas aludimos.

## Referências Bibliográficas

---

- Aassve, Arnstein, Francesco C. Billari, Stefano Mazzucco e Fausta Ongaro. 2002. "Leaving home: a comparative analysis of ECHP data". *Journal of European Social Policy*. 12 (4):259-275.
- Abbott, Andrew. 1992. "From Causes to Events: Notes on Narrative Positivism". *Sociological Methods & Research*. 20 (4):428-455.
- . 1995. "Sequence Analysis: New Methods for Old Ideas". *Annual Review of Sociology*. 21:93-113.
- . 1998. "The Causal Devolution". *Sociological Methods & Research*. 27 (2):148-181.
- . 2000. "Reply to Levine and Wu". *Sociological Methods & Research*. 29 (1):65-76.
- . 2004. *Methods of discovery : heuristics for the social sciences*. Contemporary societies. New York: W. W. Norton.
- . 2005. "Linked Ecologies: States and Universities as Environments for Professions". *Sociological Theory*. 23 (3):245-274.
- Abbott, Andrew e John Forrest. 1986. "Optimal Matching Methods for Historical Sequences". *The Journal of Interdisciplinary History*. 16 (3):471-494.
- Abbott, Andrew e Alexandra Hrycak. 1990. "Measuring Resemblance in Sequence Data: An Optimal Matching Analysis of Musicians' Careers". *American Journal of Sociology*. 96 (1):144-185.
- Abbott, Andrew e Angela Tsay. 2000. "Sequence Analysis and Optimal Matching Methods in Sociology: Review and Prospect". *Sociological Methods & Research*. 29 (1):3-33.
- Aboim, Sofia. 2003. "Evolução das Estruturas Domésticas". *Sociologia, Problemas e Práticas* (43):13-30.
- . 2005a. "As Orientações Normativas da Conjugalidade". Em *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, editado por Karin Wall, 169-230. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2005b. "A Formação do Casal: Formas de Entrada e Percursos Conjugais". Em *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, editado por Karin Wall, 85-116. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2006a. "Conjugalidade, Afectos e Formas de Autonomia Individual". *Análise Social*. XLI (180):801-825.
- . 2006b. *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2007. "Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus". Em *Família e Género em Portugal e na Europa. Atitudes Sociais dos Portugueses*, editado por Karin Wall e Lúcia Amâncio, 35-91. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2010a. "Cronologias da Vida Privada". Em *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*, editado por José Machado Pais e Vitor Sérgio Ferreira, 107-148. Lisboa: ICS.
- . 2010b. "Género, família e mudança em Portugal". Em *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, editado por Karin Wall e Sofia Aboim (coord.) Vanessa Cunha. Lisboa: CITE.
- Aboim, Sofia e Coito Pedro Vasconcelos. 2009. "Differential and Cumulative Effects of Life Course Events in an Intergenerational Perspective: Social Trajectories of Three-Generation Family Lineages". *Swiss Journal of Sociology*. 35 (2):297-319.

- Aboim, Sofia e Pedro Vasconcelos. 2014. "From political to social generations: A critical reappraisal of Mannheim's classical approach". *European Journal of Social Theory*. 17 (2):165-183.
- Aglietta, Michel. 1976. *Régulation et crises du capitalisme : l'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Lévy.
- Aguiar-Conraria, Luís, Fernando Alexandre e Manuel Correia de Pinho. 2012. "O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual". *Análise Social*. XLVII (203):298-321.
- Aisenbrey, Silke e Anette E. Fasang. 2010. "New Life for Old Ideas: The "Second Wave" of Sequence Analysis Bringing the "Course" Back Into the Life Course". *Sociological Methods & Research*. 38 (3):420-462.
- Aldous, Joan. 1990. "Family Development and the Life Course: Two Perspectives on Family Change". *Journal of Marriage and Family*. 52 (3):571-583.
- . 1996. *Family careers : rethinking the developmental perspective*. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications.
- Allan, Graham. 1996. *Kinship and friendship in modern Britain*. Oxford modern Britain. Oxford: Oxford University Press.
- . 2001. "Personal relationships in late modernity". *Personal Relationships*. 8 (3):325-339.
- Almeida, Ana Nunes de. 1986a. "A fábrica e a família – para uma sociologia das famílias operárias". *Análise Social*. XXII (91):279-312.
- . 1993. *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- . 2003. "Família, Conjugalidade e Procriação: valores e papéis". Em *Atitudes Sociais dos Portugueses V - Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, editado por Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), 50-93. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, João Ferrão e José Manuel Sobral. 1997. "Destinos Cruzados: Estruturas e Processos da Homogamia". *Análise Social*. XXXII (143-144):875-898.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall. 1998. "Relações familiares: mudança e diversidade". Em *Portugal, que Modernidade?*, editado por José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.). Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, Ana Nunes de e Karin Wall. 1995. "A família". Em *Portugal Hoje*, editado por Sousa Ferreira. Lisboa: INA.
- Almeida, João Ferreira de. 1981. "Alguns problemas da teoria das classes sociais". *Análise Social*. XVII (66):231-251.
- . 1986b. *Classes Sociais Nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira de, José Luís Casanova, António Firmino Costa e Fernando Luís Machado. 2003. *Diversidade na universidade : um inquérito aos estudantes de licenciatura*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado. 1994. "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos". Em *Portugal, 20 Anos de Democracia*, editado por António Reis (coord.), 307-330. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado. 1988. "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociográfica". *Sociologia, Problemas e Práticas* (4):11-44.



- Almeida, João Ferreira de, António Firmino Costa e Fernando Luís Machado. 1990. "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica". Em *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Sociologia*, 129-150. Vol. I. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia/Editorial Fragmentos.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa. 2007. "Classes sociais e valores em contexto europeu". Em *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, editado por Jorge Vala e Anália Torres, 69-96. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto. 1975. "Teoria e investigação empírica nas ciências sociais". *Análise Social*. XI (42-43):365-445.
- Alwin, Duane F. e Ryan J. McCammon. 2002. "Generations, Cohorts, and Social Change". Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan, 23-49. New York: Kluwer Academic Publications.
- Antunes, Ricardo e Giovanni Alves. 2004. "As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital". *Educação & Sociedade*. 25:335-351.
- Archer, Margaret Scotford. 2003. *Structure, agency, and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ariès, Phillip. 1988 [1960]. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Arts, W. I. L. e John Gelissen. 2002. "Three worlds of welfare capitalism or more? A state-of-the-art report". *Journal of European Social Policy*. 12 (2):137-158.
- Atkinson, Will. 2007a. "Anthony Giddens as Adversary of Class Analysis". *Sociology*. 41 (3):533-549.
- . 2007b. "Beck, individualization and the death of class: a critique". *British Journal of Sociology*. 58 (3):349-366.
- . 2010. *Class, individualization, and late modernity in search of the reflexive worker*. Identity studies in the social sciences. Houndsmill, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- . 2014. "A sketch of 'family' as a field: From realized category to space of struggle". *Acta Sociologica*. 57 (3):223-235.
- Attias-Donfut, Claudine, Nicole Lapierre e Martine Segalen. 2002. *Le nouvel esprit de famille*. Paris: O. Jacob.
- Babbie, Earl. 1989. *The practise of social research*. Belmont: California Wadsworth Publishing Company.
- Baganha, Maria Ioannis. 1993. "Principais características e tendências da emigração portuguesa". Em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, editado por AAVV, 819-835. Lisboa: Edit. Fragmentos/APS.
- . 1994. "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional". *Análise Social*. XXIX (128):959-980.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis. 2004. "Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu". *Revista Crítica de Ciências Sociais* (69):95-115.
- Bandeira, Mário L. 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bang, Henrik Paul, Simon Duncan e Birgit Pfau-Effinger. 2000. "Gender and the European Welfare States". Em *Gender, Economy And Culture In The European Union*, editado por Simon Duncan e Birgit Pfau-Effinger. London: Routledge.
- Baptista, Fernando Oliveira. 1994. "A agricultura e a questão da terra— do Estado Novo a Comunidade Europeia". *Análise Social*. XXIX (128):907-921.

- Barbieri, Paolo. 2009. "Flexible Employment and Inequality in Europe". *European Sociological Review*. 25 (6):621-628.
- Barreto, António. 1987. *Anatomia de uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal 1974-1976*. Estudos e Documentos. Lisboa: Europa-América.
- . 1995. "Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995". *Análise Social*. XXX (134):841-855.
- . 2005. "Mudança Social em Portugal, 1960-2000". Em *Portugal Contemporâneo*, editado por António Costa Pinto (coord.), 137-162. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bauman, Zygmunt. 2000. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- . 2005a. *Liquid life*. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity Press.
- . 2005b. *Work, consumerism and the new poor*. 2ª ed., Issues in society. Maidenhead: Open University Press.
- . 2008. *The individualized society*. Cambridge: Polity.
- Bawin-Legros, Bernadette. 1996. *Sociologie de la famille: le lien familial sous questions*. Ouvertures sociologiques. Paris: De Boeck.
- Beck, Ulrich. 1992. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.
- . 2007. "Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalizing world". *The British Journal of Sociology*. 58 (4):679-705.
- Beck, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization institutionalized individualism and its social and political consequences*. London: Sage.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash. 1994. *Reflexive modernization : politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Cambridge: Polity Press.
- Benzécri, Jean-Paul. 1992. *Correspondence analysis handbook*. Statistics. New York ; Basel: M. Dekker.
- Berger, Peter L. e Thomas Luckmann. 1987. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Bertaux, Daniel. 1978. *Destinos pessoais e estrutura de classe*. Lisboa: Morais Editores.
- Bihr, Alain e Roland Pfefferkorn. 2008. *Le système des inégalités*. Repères. Paris: La Découverte.
- Billari, Francesco C. 2001a. "The analysis of early life courses: Complex descriptions of the transition to adulthood". *Journal of Population Research*. 18 (2):119-142.
- . 2001b. "Sequence Analysis in Demographic Research". *Canadian Studies in Population*. 28 (2):439-458.
- . 2004. "Becoming an Adult in Europe: A Macro(/Micro)-Demographic Perspective". *Demographic Research*. S3:15-44.
- Billari, Francesco C. e Aart C. Liefbroer. 2010. "Towards a new pattern of transition to adulthood?". *Advances in Life Course Research*. 15 (2-3):59-75.
- Billari, Francesco C., Dimiter Philipov e Pau Baizán. 2001. "Leaving Home in Europe: The Experience of Cohorts Born Around 1960". *International Journal of Population Geography*. 7 (5):339-356.
- Billari, Francesco C. e Raffaella Piccarreta. 2005. "Analyzing Demographic Life Courses through Sequence Analysis". *Mathematical Population Studies*. 12 (2):81-106.
- Blatterer, Harry. 2010. "Generations, Modernity and the Problem of Contemporary Adulthood". Em *Contemporary adulthood : calendars, cartographies and constructions*, editado por Judith Burnett, 10-23. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave, Macmillan.
- Blossfeld, Hans-Peter, Katrin Golsch e Götz Rohwer. 2007. *Event history analysis with Stata*. New York: Lawrence Erlbaum Associates.

- Blossfeld, Hans-Peter, Alfred Hamerle e Karl Ulrich Mayer. 1989. *Event history analysis : statistical theory and application in the social sciences*. Hillsdale N.J. ; Hove [etc.]: L. Erlbaum.
- Boltanski, Luc e Ève Chiapello. 1999. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Boudon, Raymond. 2003. *Raison, Bonnes raisons*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre. 1984. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. London: Routledge & Kegan Paul.
- . 1987. "What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups". *Berkeley Journal of Sociology*. 32:1-17.
- . 1997. *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.
- . 1999. *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- . 2002 [1972]. *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia* Cabila. Oeiras: Celta Editora.
- Brandão, Maria de Fátima e Robert Rowland. 1980. "História da propriedade e comunidade rural: questões de método". *Análise Social*. XVI (61-62):173-207.
- Breen, Richard. 1997. "Risk, Recommodification and Stratification". *Sociology*. 31 (3):473-489.
- Brückner, Hannah e Karl Ulrich Mayer. 2005. "De-Standardization of the Life Course: What it Might Mean? And if it Means Anything, Whether it Actually Took Place?". *Advances in Life Course Research*. 9 (0):27-53.
- Brzinsky-Fay, Christian. 2007. "Lost in Transition? Labour Market Entry Sequences of School Leavers in Europe". *European Sociological Review*. 23 (4):409-422.
- Buchmann, Marlis C. 1989. *The script of life in modern society : entry into adulthood in a changing world*. Chicago ; London: The Univ. of Chicago Press.
- Buchmann, Marlis C. e Irene Kriesi. 2011. "Transition to Adulthood in Europe". *Annual Review of Sociology*. 37 (1):481-503.
- Bühlmann, Felix. 2008. "The corrosion of career? Occupational trajectories of engineers and business economists in Switzerland", Université de Lausanne, Faculté des sciences sociales et politiques, Université de Lausanne.
- . 2013. "Moving upward: occupational trajectories of business economists and engineers". Em *Gendered life courses between standardization and individualization. A European approach applied to Switzerland*, editado por René Levy e Eric D. Widmer, 183-208. Zürich; Berlin: LIT Verlag.
- Burton-Jeangros, Claudine e Eric D. Widmer. 2009. "Cumulative and Compensatory Effects over the Life Course". *Swiss Journal of Sociology*. 35 (2):183--192.
- Bynner, John. 2005. "Rethinking the Youth Phase of the Life-course: The Case for Emerging Adulthood?". *Journal of Youth Studies*. 8 (4):367-384.
- Cabral, João de Pina. 1986. *Sons of Adam, Daughters of Eve: The peasant worldview of the Alto Minho (NW Portugal)*. Oxford: Clarendon Press.
- Cabral, Manuel Villaverde. 1998. "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal". *Análise Social*. XXXVIII (146-147):381-414.
- Cachón Rodríguez, Lorenzo. 1989. *¿Movilidad social o trayectorias de clase?: Elementos de la sociología de la movilidad social*. 1a. ed., Monografías. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas: Siglo XXI de España.
- Candeias, António. 1998. Alfabetização e escola em Portugal na transição de século: dados e perspectivas. *Oficina do CES*.
- Carmo, Renato Miguel do. 2007. "As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX". *Análise Social*. XLII (184):811-835.

- Carmo, Renato Miguel do e Frederico Cantante. 2014. "Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?". *Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL, CIES-IUL*.
- Carvalho, Helena. 2008. *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas*.
- Casaca, Sara Falcão. 2005. "Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização". *Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working Papers* (10/2005).
- . 2010. "A (des)igualdade de género e a precarização do emprego". Em *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, editado por Virgínia Ferreira (org.). Lisboa: CITE.
- Casanova, José Luis. 1995. "Uma avaliação conceptual do habitus". *Sociologia, Problemas e Práticas* (18):45-68.
- Castel, Robert. 2000. "The Roads to Disaffiliation: Insecure Work and Vulnerable Relationships". *International Journal of Urban and Regional Research*. 24 (3):519-535.
- . 2012. *Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat*. Folio. Essais. Paris: Gallimard.
- . 2013. *La montée des incertitudes : travail, protections, statut de l'individu*. Points, Essais. Paris: Éd. du Seuil.
- Chaloupková, Jana. 2010. "The De-standardisation of Early Family Trajectories in the Czech Republic: A Cross-cohort Comparison". *Sociologický časopis / Czech Sociological Review*. 46 (3):427-452.
- Chamberlayne, Prue, Michael Rustin e Tom Wengraf. 2002. *Biography and social exclusion in Europe*. Bristol: The Policy Press.
- Chauvel, Louis. 2001. "Le retour des classes sociales?". *Revue de l'OFCE*. 4 (79):315-359.
- Chauvel, Louis e Martin Schröder. 2014. "Generational Inequalities and Welfare Regimes". *Social Forces*. 92 (4):1259-1283.
- Clark, Terry Nichols e Seymour Martin Lipset. 1991. "Are Social Classes Dying?". *International Sociology*. 6 (4):397-410.
- . 2001. *The breakdown of class politics: a debate on post-industrial stratification*. Woodrow Wilson Center Press. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Connell, Raewyn. 1987. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford: Stanford Univ. Press.
- Costa, António Firmino. 1999. *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- Costa, António Firmino da. 2012. *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida. 2000. "Classes Sociais na Europa". *Sociologia, Problemas e Práticas* (34):9-43.
- Cotter, David A., Joan M. Hermsen, Seth Ovadia e Reeve Vanneman. 2001. "The Glass Ceiling Effect". *Social Forces*. 80 (2):655-681.
- Crompton, Rosemary. 2003. "Class and gender beyond the "cultural turn"". *Sociologia, Problemas e Práticas* (42):9-24.
- . 2006. *Employment and the family: the reconfiguration of work and family life in contemporary societies*. New York: Cambridge University Press.
- Cruz, Sofia Alexandra. 2008. "Trabalhadores(as) e contextos de trabalho em centros comerciais portuenses: o caso das lojas de vestuário e de restauração", Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- . 2010. *O Trabalho nos Centros Comerciais*. Porto: Afrontamento.

- Cunha, Vanessa. 2007. *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2012. "Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade". Comunicação apresentada em VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, em Universidade do Porto de 19 a 22 de Junho de 2012.
- . 2014. "Quatro décadas de declínio da fecundidade em Portugal". Em *Inquérito à Fecundidade 2013* 19-28. Lisboa: INE/FFMS.
- Cunha, Vanessa e Susana Atalaia. 2014. "A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal". Em *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança* editado por Anabela Delgado e Karin Wall, 155-175. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- Dannefer, Dale. 1987. "Aging as Intracohort Differentiation: Accentuation, the Matthew Effect, and the Life Course". *Sociological Forum*. 2 (2):211-236.
- . 2002. "Toward a Global Geography of the Life Course: Challenges of Late Modernity for Life Course Theory". Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan. New York: Kluwer Academic Publications.
- . 2003. "Cumulative Advantage/Disadvantage and the Life Course: Cross-Fertilizing Age and Social Science Theory". *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*. 58 (6):S327-S337.
- . 2009. "Stability, Homogeneity, Agency: Cumulative Dis-/Advantage and Problems of Theory". *Swiss Journal of Sociology*. 35 (2):193-210.
- Dannefer, Dale e Jessica A. Kelley-Moore. 2009. "Theorizing the Life Course: New Twists in the Paths". Em *Handbook of theories of aging*, editado por Vern Bengtson, Daphna Gans, Norella Putney e Merrill Silverstein. New York: Springer.
- Delgado, Anabela e Karin Wall. 2014. *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- DiPrete, Thomas A. e Gregory M. Eirich. 2006. "Cumulative advantage as a mechanism for inequality: A review of theoretical and empirical developments". Em *Annual Review of Sociology*, 271-297. Palo Alto: Annual Reviews.
- DiPrete, Thomas A., Dominique Goux e Eric Maurin. 2002. "Internal Labor Markets and Earnings Trajectories in the Post-Fordist Economy: An Analysis of Recent Trends". *Social Science Research*. 31 (2):175-196.
- DiPrete, Thomas A., Dominique Goux, Eric Maurin e Amelie Quesnel-Vallee. 2006. "Work and pay in flexible and regulated labor markets: A generalized perspective on institutional evolution and inequality trends in Europe and the U.S". *Research in Social Stratification and Mobility*. 24 (3):311-332.
- Drobnič, Sonja, Hans-Peter Blossfeld e Götz Rohwer. 1999. "Dynamics of Women's Employment Patterns over the Family Life Course: A Comparison of the United States and Germany". *Journal of Marriage and Family*. 61 (1):133-146.
- Dubar, Claude. 1991. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- Dubar, Claude e Pierre Tripier. 1998. *Sociologie des professions*. U. Sociologie. Paris: Armand Colin.
- Durkheim, Émile. 1975 [1882]. "La Famille Conjugal". Em *Textes III. Fonctions Sociales et Institutions*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Duvall, Evelyn Millis. 1957. *Family development*. Chicago: J.B. Lippincott.
- Duvall, Evelyn Millis e Brent C. Miller. 1985. *Marriage and family development*. 6th ed. New York: Harper & Row.

- Educação, Conselho Nacional de. 2011. *Estado da Educação 2011. A Qualificação dos Portugueses*. Lisboa.
- Eisinger, Peter K. 1973. "The Conditions of Protest Behavior in American Cities". *American Political Science Review*. 67 (01):11-28.
- Elchardus, Mark e Wendy Smits. 2006. "The Persistence of the Standardized Life Cycle". *Time & Society*. 15 (2-3):303-326.
- Elder, Glen H. 1974. *Children of the Great Depression*. Chicago: Chicago Press.
- . 1975. "Age Differentiation and the Life Course". *Annual Review of Sociology*. 1 (1):165-190.
- . 1985. *Life course dynamics: trajectories and transitions, 1968-1980*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- Elder, Glen H. e Janet Z. Giele. 2009. "Life Course Studies: An evolving field". Em *The Craft of the Life Course Research*, editado por Glen H. Elder e Janet Z. Giele. New York: The Guilford Press.
- Elder, Glen H., Monica Kirkpatrick Johnson e Robert Crosnoe. 2002. "The Emergence and Development of Life Course Theory". Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan. New York: Kluwer Academic Publications.
- Elder, Glen H. e Angela O'Rand. 2009. "Adult Lives in a Changing Society". Em *The Life Course Reader: Individuals and Societies Across Time*, editado por Walter Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann. Frankfurt: Campus Verlag.
- Eli da Veiga, José. 1997. "O "fordismo" na aceção regulacionista". *Revista de Economia Política*. 17 (3 (67)):63-70.
- Elias, Norbert. 1991. *The society of individuals*. Oxford: Basil Blackwell.
- Elzinga, Cees H. e Aart C. Liefbroer. 2007. "De-standardization of Family-Life Trajectories of Young Adults: A Cross-National Comparison Using Sequence Analysis". *European Journal of Population / Revue européenne de Démographie*. 23 (3-4):225-250.
- Erikson, Robert e John H. Goldthorpe. 1992. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Oxford University Press.
- Estanque, Elísio. 1997. "As classes sociais na sociedade portuguesa: um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright". *Revista Crítica de Ciências Sociais* (49):93-126.
- . 2009. "Diferenças sociais de classe e conflitualidade social". Em *Portugal Intercultural: Razão e Projecto*, editado por Mário Lages e Artur Teodoro Matos, (org.), 123-176. Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa/ACIDi.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes. 1998. *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um estudo Comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Fasang, Anette E. e Tim F. Liao. 2013. "Visualizing Sequences in the Social Sciences: Relative Frequency Sequence Plots". *Sociological Methods & Research*.
- Ferreira, António Casimiro e Hermes Augusto Costa. 1999. "Para uma sociologia das relações laborais em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais* (52/53):141-171.
- Ferreira, Virgínia. 1993. "Padrões de Segregação das Mulheres no Emprego - Uma Análise do caso Português no Quadro Europeu". Em *Portugal: Um Retrato Singular*, editado por Boaventura Sousa Santos, 233-260. Porto: Afrontamento.
- . 2010. "A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular". Em *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*, editado por Virgínia Ferreira (org.), 139-190. Lisboa: CITE.
- Ferreira, Vítor Sérgio e Cátia Nunes. 2010. "Transições para a vida adulta". Em *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*, editado por José Machado Pais e Vítor Sérgio Ferreira, 39-67. Lisboa: ICS.

- Foucault, Michel. 2008 [1969]. *A Arqueologia do Saber*. 7ª Ed. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Fourastié, Jean. 1979. *Les trente Glorieuses ou la Révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard.
- Freire, João. 2002. *Sociologia do Trabalho. Uma Introdução*. Porto: Afrontamento.
- Furlong, Andy e Fred Cartmel. 2007 [1997]. *Young People and Social Change: New Perspectives*. 2ª ed. Buckingham: Open University Press.
- Furstenberg, Frank F. 2002. "Reflections on the Future of the Life Course". Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan, 661-670. New York: Kluwer Academic Publications.
- . 2005. "Non-normative life course transitions: reflections on the significance of demographic events on lives". *Advances in Life Course Research*. 10 (0):155-172.
- Gabadinho, Alexis, Gilbert Ritschard, Nicolas S Müller e Matthias Studer. 2011. "Analyzing and Visualizing State Sequences in R with TraMineR". *Journal of Statistical Software*. 40 (4).
- Gabadinho, Alexis, Gilbert Ritschard, Matthias Studer e Nicolas Muller. 2008. *Mining sequence data in R with the TraMineR package: A user's guide*. Genebra: University of Geneva.
- Gabadinho, Alexis, Gilbert. Ritschard, Matthias. Studer e Nicolas S. Müller. 2010. "Indice de complexité pour le tri et la comparaison de séquences catégorielles, In Extraction et gestion des connaissances". *Revue des nouvelles technologies de l'information RNTI*. E-19:61-66.
- Gauthier, Anne H. 2007. "Becoming a Young Adult: An International Perspective on the Transitions to Adulthood". *European Journal of Population / Revue européenne de Démographie*. 23 (3-4):217-223.
- Gauthier, Jacques-Antoine. 2013. "Optimal matching, a tool for comparing life-course sequences". Em *Gendered life courses between standardization and individualization. A European approach applied to Switzerland*, editado por René Levy e Eric D. Widmer, 37-49. Zürich; Berlin: LIT Verlag.
- Gauthier, Jacques-Antoine, Eric D. Widmer, Philipp Bucher e Cédric Notredame. 2009. "How Much Does It Cost?: Optimization of Costs in Sequence Analysis of Social Science Data". *Sociological Methods & Research*. 38 (1):197-231.
- . 2010. "Multichannel Sequence Analysis Applied to Social Science Data". *Sociological Methodology*. 40 (1):1-38.
- George, Linda K. 1993. "Sociological Perspectives on Life Transitions". *Annual Review of Sociology*. 19:353-373.
- . 2002. "Life Course Research. Achievements and Potential.". Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan. New York: Kluwer Academic Publications.
- Giddens, Anthony. 1984. *The constitution of society : outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- . 1992. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- . 1996a. "Affluence, Poverty and the Idea of a Post-Scarcity Society". *Development and Change*. 27 (2):365–377.
- . 1996b. *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- . 1997. *Modernidade e Identidade Pessoal*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- Giele, Janet Z. e Glenn H. Elder. 1998. "Life Course Research: Development of a Field". Em *Methods of Life Course Research. Qualitative and Quantitative Approaches*, editado por Janet Z. Giele e Glenn H. Elder. California: Sage.

- Goldthorpe, John H. 2005. "Progress in Sociology: The Case of Social Mobility Research". Em *Analyzing Inequality. Life Chances and Social Mobility in Comparative Perspective*, editado por Stefan Svalfors, 56-82. Stanford: Stanford University Press.
- Goldthorpe, John H., David Lockwood, Franck Bechhofer e Jennifer Platt. 1968. *The Affluent worker: political attitudes and behaviour*. Cambridge studies in sociology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gonçalves, Albertino. 1998. "O movimento da discórdia. O trabalho simbólico na mobilidade social". *Antropológicas* (2):101-105.
- Gonçalves, Carlos Manuel. 2007/2008. "Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento". *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (XVII-XVIII):177-223.
- Goodwin, John e Henrietta O'Connor. 2015. "A Critical Reassessment of the 'Complexity' Orthodoxy: Lessons from Existing Data and Youth 'Legacy' Studies". Em *A Critical Youth Studies for the 21st Century*, editado por Peter Kelly e Anellies Kamp, 38-52. Leiden, Boston: Brill.
- Goodwin, John e Henrietta O'Connor. 2005. "Exploring Complex Transitions: Looking Back at the 'Golden Age' of From School to Work". *Sociology*. 39 (2):201-220.
- Gouveia, Rita. 2014. "Personal networks in Portuguese Society: a configurational and lifecourse approach", Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Greenacre, Michael J. 2007. *Correspondence analysis in practice*. 2ª ed., Interdisciplinary statistics series. Boca Raton: Chapman & Hall / CRC.
- Groh-Samberg, O. e F. R. Hertel. 2011. "Trajectory-classes. A dynamic approach to class analysis using sequence analysis". *Berliner Journal Fur Soziologie*. 21 (1):115-145.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes. 2004. *Transições Incertas. Os Jovens Perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: CITE.
- . 2005. "Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 20 (58):157-175.
- Guerreiro, Maria das Dores e Ana Caetano. 2014. "Pessoas sós em Portugal: evolução e perfis sociais". Em *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, editado por Anabela Delgado e Karin Wall, 125-153. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- Guimarães, Elina. 1986. "A Mulher na Legislação Portuguesa". *Análise Social*. XXII (92-93):557-577.
- Halpin, Brendan e Tak Wing Chan. 1998. "Class Careers as Sequences: An Optimal Matching Analysis of Work-Life Histories". *European Sociological Review*. 14 (2):111-130.
- Hammel, E. A. e Peter Laslett. 1974. "Comparing Household Structure Over Time and Between Cultures". *Comparative Studies in Society and History*. 16 (01):73-109.
- Hareven, Tamara K. 1978. *Transitions: the family and the life course in historical perspective*. Studies in social discontinuity. New York: Academic Press.
- . 1982. *Family time and industrial time : the relationship between the family and work in a New England industrial community*. Interdisciplinary perspectives on modern history. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1991a. "The History of the Family and the Complexity of Social Change". *The American Historical Review*. 96 (1):95-124.
- . 1991b. "The home and the family in historical perspective". *Social Research*. 58.
- Harvey, David. 2000. *The condition of postmodernity : an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell.
- Heinz, Walter R. e Helga Krüger. 2001. "Life Course: Innovations and Challenges for Social Research". *Current Sociology*. 49 (2):29-45.



- Hill, Reuben. 1986. "Life Cycle Stages for Types of Single Parent Families: Of Family Development Theory". *Family Relations*. 35 (1):19-29.
- Hillmert, Steffen. 2015. "Changing Structures of Opportunity: A Life-course Perspective on Social Mobility and Reproduction". *European Sociological Review*. 31 (2):184-196.
- Hirschfeld, H. O. 1935. "A Connection between Correlation and Contingency". *Mathematical Proceedings of the Cambridge Philosophical Society*. 31 (04):520-524.
- Hochschild, Arlie Russell e Anne Machung. 1997. *The second shift*. New York: Avon Books.
- Hofäcker, Dirk e Jana Chaloupková. 2014. "Patterns of Family Life Courses in Europe – between Standardisation and Diversity. A Cross-national Comparison of Family Trajectories and Life Course Norms in European Countries". *Comparative Population Studies*. 39 (3):559-586.
- Hogan, Dennis P. 1978. "The Variable Order of Events in the Life Course". *American Sociological Review*. 43 (4):573-586.
- Hogan, Dennis P. e Nan Marie Astone. 1986. "The Transition to Adulthood". *Annual Review of Sociology*. 12 (1):109-130.
- Hughes, Everett C. 1937. "Institutional Office and the Person". *American Journal of Sociology*. 43 (3):404-413.
- . 1945. "Dilemmas and Contradictions of Status". *American Journal of Sociology*. 50 (5):353-359.
- Iacovou, Maria. 2002. "Regional Differences in the Transition to Adulthood". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 580 (1):40-69.
- INE. 2011. *Censos 2011 – Resultados Provisórios*. Editado por Instituto Nacional de Estatística. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Inglehart, Ronald. 1997. *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Jamieson, Lynn. 1999. "Intimacy Transformed? A Critical Look at the 'Pure Relationship'". *Sociology*. 33 (3):477-494.
- Johnson, Richard A. e Dean W. Wichern. 2007. *Applied multivariate statistical analysis*. 6ª ed. Upper Saddle River: Pearson Education International.
- Kalleberg, Arne L. 2009. "Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition". *American Sociological Review*. 74 (1):1-22.
- Kapinus, Carolyn A. e Michael P. Johnson. 2003. "The Utility of Family Life Cycle as a Theoretical and Empirical Tool: Commitment and Family Life-Cycle Stage". *Journal of Family Issues*. 24 (2):155-184.
- Kellerhals, Jean e Jean-François Perrin. 1982. *Mariages au quotidien : inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*. Regards sociologiques. Lausanne: P.-M. Favre.
- Kellerhals, Jean, Eric Widmer e René Levy. 2004. *Mesure et démesure du couple: cohésion, crises et résilience dans la vie des couples*. Paris: Payot.
- Kertzner, D. I. 1983. "Generation as a Sociological Problem". *Annual Review of Sociology*. 9 (1):125-149.
- Klein, David M., Joan Aldous e Steven L. Nock. 1979. "Three Blind Mice: Misleading Criticisms of the 'Family Life Cycle' Concept". *Journal of Marriage and Family*. 41 (4):689-692.
- Kohli, Martin. 1989. "Le cours de vie comme institution sociale". *Enquête. Biographie et cycle de vie* (5).
- . 2005. "Social Organization and Subjective Construction of the Life Course". Em *Biographical Research Methods*, editado por Robert Miller, 36-63. London: Sage.
- . 2007. "The Institutionalization of the Life Course: Looking Back to Look Ahead". *Research In Human Development*. 4 (3-4):253-271.

- . 2009 [1986]. "The world we forgot: A historical review of the life course". Em *The life course reader: Individuals and societies across time*, editado por Walter R. Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann, 64-90. Frankfurt: Campus-Verlag.
- Kok, Jan. 2007. "Principles and Prospects of the Life Course Paradigm". *Annales de démographie historique*. 1:203-230
- Korpi, Tomas, Paul de Graaf, John Hendrickx e Richard Layte. 2003. "Vocational Training and Career Employment Precariousness in Great Britain, the Netherlands and Sweden". *Acta Sociologica*. 46 (1):17-30.
- Kóvacs, Ilona. 2005a. "Emprego flexível em Portugal: Alguns resultados de um projecto de investigação". Em *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, editado por Ilona Kóvacs. Oeiras: Celta Editora.
- . 2005b. "Emprego flexível em Portugal: Alguns resultados de um projecto de investigação". Em *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, editado por Ilona Kovács (org.). Oeiras: Celta Editora.
- Kóvacs, Ilona e Sara Falcão Casaca. 2007. "Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: tendencias y alternativas europeas". *Sociología del Trabajo* (61):99-124.
- Krüger, Helga. 2001. "Geschlecht, Territorien, Institutionen : Beitrag zu einer Soziologie der Lebenslauf-Relationalität". Em *Individualisierung und Verflechtung : Geschlecht und Generation im deutschen Lebenslaufregime*, 257-299. Weinheim: Juventa Verl.
- Krüger, Helga e René Levy. 2001. "Linking Life Courses, Work, and the Family: Theorizing a Not So Visible Nexus between Women and Men". *The Canadian Journal of Sociology / Cahiers canadiens de sociologie*. 26 (2):145-166.
- Kumar, Krishan. 1997. *From post-industrial to post-modern society : new theories of the contemporary world*. Oxford: Blackwell.
- Lahire, Bernard. 2001. *L'homme pluriel: les ressorts de l'action*. Essais & recherches. Paris: Nathan.
- Lains, Pedro. 1994. "O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990". *Análise Social*. XXIX (128):923-958.
- Lash, Scott e John Urry. 1987. *The end of organized capitalism*. Cambridge: Polity.
- Laslett, Peter. 1972. "Introduction: the history of the family". Em *Household and Family in Past Time* editado por Peter Laslett e Richard Wall, 1-89. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leisering, Lutz. 2002. "Government and the life course". Em *The Handbook of Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan, 205-225. New York: Kluwer Academic Publications.
- Lesnard, Laurent. 2006a. Optimal Matching and Social Sciences *Documents de Travail du CREST*.
- . 2006b. Optimal Matching and Social Sciences. *Documents de Travail du CREST*.
- . 2008. "Off-Scheduling within Dual-Earner Couples: An Unequal and Negative Externality for Family Time". *American Journal of Sociology*. 114 (2):447-490.
- . 2014. "Using Optimal Matching Analysis in Sociology: Cost Setting and Sociology of Time". Em *Advances in Sequence Analysis: Theory, Method, Applications*, editado por Philippe Blanchard, Felix Bühlmann e Jacques-Antoine Gauthier, 39-50. Springer International Publishing.
- Lesnard, Laurent e Man Yee Kan. 2011. "Investigating scheduling of work: a two-stage optimal matching analysis of workdays and workweeks". *Journal of the Royal Statistical Society Series a-Statistics in Society*. 174:349-368.
- Lesthaeghe, Ron. 1995. "The second demographic transition in Western countries: An interpretation". Em *Gender and family change in industrialized countries*, 17-62. Oxford: Clarendon Press.

- . 2010. "The Unfolding Story of the Second Demographic Transition". *Population and Development Review*. 36 (2):211-251.
- Levenshtein, Vladimir. 1966. "Binary codes capable of correcting deletions, insertions, and reversals". *Soviet Physics Doklady*. 10:707-710.
- Levine, Joel H. 2000. "But What Have You Done for Us Lately?: Commentary on Abbott and Tsay". *Sociological Methods & Research*. 29 (1):34-40.
- Levy, Rene. 2009. "Toward a theory of life course institutionalization". Em *The Life Course Reader: Individuals and Societies Across Time*, editado por Walter Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann, 212-239. Frankfurt: Campus Verlag.
- Levy, René. 1977. *Der Lebenslauf als Statusbiographie: die weibliche Normalbiographie in makrosoziologischer Perspektive*. Enke Sozialwissenschaften. Stuttgart: F. Enke.
- . 2013a. "Analysis of the life courses - a theoretical sketch". Em *Gendered life courses between standardization and individualization: a European approach applied to Switzerland*, editado por René Levy e Eric D. Widmer. Zürich; Berlin: LIT Verlag.
- . 2013b. "Life course analysis - a field of intesections". Em *Gendered Life Courses Between Standardization and Individualization. A European approach applied to Switzerland*, editado por René Levy e Eric D. Widmer, 315-337. Zürich; Berlin: LIT Verlag.
- Levy, René e Eric D. Widmer. 2013a. *Gendered life courses between standardization and individualization: a European approach applied to Switzerland*. Zürich; Berlin: LIT Verlag.
- . 2013b. "Preface". Em *Gendered Life Courses Between Standardization and Individualization. A European approach applied to Switzerland*, editado por René Levy e Eric D. Widmer, 1-10. Zürich; Berlin: LIT Verlag.
- Liefbroer, Aart C. 2009. "From Youth to Adulthood: Understanding Changing Patterns of Family Formation From a Life Course Perspective". Em *The Life Course Reader. Individuals and Societies Across Time*, editado por Walter Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann. Frankfurt: Campus Verlag.
- Lopes, José da Silva. 1996. "A economia portuguesa desde 1960". Em *A situação social em Portugal, 1960-1995*, editado por António Barreto (org.), 233-364. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Machado, Fernando Luís. 2009. "Meio século de investigação sociológica em Portugal - uma interpretação empiricamente ilustrada". *Sociologia*. 19:283-343.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino Costa. 1998. "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social". Em *Portugal, que Modernidade?*, editado por José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), 17-44. Oeiras: Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa Costa e João Ferreira de Almeida. 1989. "Identities and orientations of students: classes, convergences, specificities". *Revista Crítica de Ciências Sociais* (27/28):189-209.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida. 2003. "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações". *Revista Crítica de Ciências Sociais* (66):45-80.
- Macmillan, Ross. 2005. "The Structure of the Life Course: Classic Issues and Current Controversies". *Advances in Life Course Research*. 9 (0):3-24.
- Mannheim, Karl. [1927] 1952. "The problem of generations.". Em *Essays on the Sociology of Knowledge* editado por Paul Kecskemeti. London: Routledge & Kegan Paul.

- Marinho, Sofia. 2011. "Paternidades de Hoje. Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada", Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- . 2014. "Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança". Em *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança* editado por Anabela Delgado e Karin Wall, 177-195. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- Marini, Margaret Mooney. 1984a. "Age and Sequencing Norms in the Transition to Adulthood". *Social Forces*. 63 (1):229-244.
- . 1984b. "The Order of Events in the Transition to Adulthood". *Sociology of Education*. 57 (2):63-84.
- Marques, Helder Miguel. 2007. "O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação". *Revista da Faculdade de Letras. História*. III Série (8):299-316.
- Marques Pereira, Sandra, Ana Cristina Ferreira, Vasco Ramos e Marta Coto. 2012. "As dinâmicas sociais da metropolização: uma abordagem longitudinal das trajectórias residenciais da população da AML". Comunicação apresentada em VII Congresso Português de Sociologia, em Porto.
- Martins, Susana da Criz, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa. 2005. *Condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior em Portugal*. Lisboa: DGES/MCTES.
- Matos, José Nuno. 2013. "O operário em construção: das relações humanas ao trabalho temporário", Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Matos, José Nuno e Nuno Domingos. 2012. *Novos Proletários. A precariedade entre a "classe média" em Portugal*. Editado por José Nuno Matos e Nuno Domingos. Lisboa: Edições 70 / Le Monde Diplomatique.
- Matos, José Nuno, Nuno Domingos e Rahul Kumar. 2010. *Precários em Portugal. Da fábrica ao call-center*. Editado por José Nuno Matos, Nuno Domingos e Rahul Kumar. Lisboa: Edições 70 / Le Monde Diplomatique.
- Mattesich, Paul e Reuben Hill. 1987. "Life Cycle and Family Development". Em *Handbook of Marriage and the Family*, editado por Marvin B. Sussman e Susan K. Steinmetz, 437-469. New York: Plenum.
- Mauritti, Rosário. 2009. "Viver Só: Mudança Social e Estilos de Vida", ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Mauritti, Rosário e Nuno Nunes. 2013. "Processos de recomposição social: continuidades e mudanças". Em *Portugal, uma sociedade de classes. Polarização social e vulnerabilidade*, editado por Renato Miguel do Carmo, (org.). Lisboa: Edições 70.
- Mayer, Karl Ulrich. 2003. "The Sociology of the Life Course and Lifespan Psychology: Diverging or Converging Pathways?". Em *Understanding Human Development*, editado por Ursula M. Staudinger e Ulman Lindenberger, 463-481. Springer US.
- . 2004. "Whose Lives? How History, Societies, and Institutions Define and Shape Life Courses". *Research in Human Development*. 1 (3):161-187.
- . 2005. "Life Courses and Life Chances in a Comparative Perspective". Em *Analyzing Inequality. Life Chances and Social Mobility in Comparative Perspective*, editado por Stefan Svalfors, 17,-55. Stanford: Stanford University Press.
- . 2009. "New Directions in Life Course Research". *Annual Review of Sociology*. 35:413-433.
- Mayer, Karl Ulrich e Urs Schoepflin. 1989. "The State and the Life Course". *Annual Review of Sociology*. 15 (1):187-209.

- McMunn, Anne, Rebecca Lacey, Diana Worts, Peggy McDonough, Mai Stafford, Cara Booker, Meena Kumari e Amanda Sacker. 2015. "De-standardization and gender convergence in work–family life courses in Great Britain: A multi-channel sequence analysis". *Advances in Life Course Research*.
- Mederer, Helen e Reuben Hill. 1983. "Critical Transitions Over the Family Life Span". *Marriage & Family Review*. 6 (1-2):39-60.
- Mendes, José Manuel. 1997. "Mobilidade Social em Portugal: O Papel da Diferença Sexual e das Qualificações". *Revista Crítica de Ciências Sociais* (49):127-156.
- Mendes, Maria Filomena. 2012. "Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política". Em *Roteiros do Futuro – Conferência Nascer em Portugal* editado por Casa Civil da Presidência da República, 91-110. Lisboa: Presidência da República/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Mendes, Maria Filomena e Lúcia. Tomé. 2014. "Natalidade, nupcialidade e divorcialidade em Portugal". Em *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa. 1950-2011 Evolução e Perspectivas*, editado por Mário Leston Bandeira, 169-226. Lisboa: FFMS.
- Merlié, Dominique e Jean Prévot. 1991. *La mobilité sociale*. Repères. Paris: Éd. la Découverte.
- Merton, Robert K. 1945. "Sociological Theory". *American Journal of Sociology*. 50 (6):462-473.
- . 1968. "The Matthew Effect in Science". *Science* (199):55-63.
- . 1988. "The Matthew Effect in Science, II: Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property". *Isis*. 79 (4):606-623.
- . 2000. "Opportunity Structure: The Emergence, Diffusion, and Differentiation of a Sociological Concept 1930s-1950s". Em *The legacy of anomie theory*, editado por Freda Adler, 3-78. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Mitchell, Barbara A. 2007 [2006]. *The Boomerang Age: Transitions to Adulthood in Families*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Modell, John. 1980. "Normative Aspects of American Marriage Timing Since World War II". *Journal of Family History*. 5 (2):210-234.
- Modell, John, Frank F. Furstenberg e Theodore Hershberg. 1976. "Social Change and Transitions to Adulthood in Historical Perspective". *Journal of Family History*. 1 (1):7-32.
- Moen, Phyllis. 2001. "The gendered life course". Em *Handbook of aging and the social sciences*, editado por Linda K. George e Robert H. Binstock, 179-196. San Diego: Academic Press.
- Mónica, Maria Filomena. 1978. *Educação e classes sociais*. Lisboa: Editorial Presença e Gabinete de Investigação Social.
- . 1999. "Ensino Primário". Em *Dicionário de História de Portugal*, editado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, (Cord.),. Lisboa: Figueirinhas.
- Monteiro, Rosa. 2010. "Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo". Em *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias*, editado por Virgínia Ferreira (org.), 31-56. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Morgan, David Hopcraft John. 2011. *Rethinking family practices*. Palgrave Macmillan studies in family and intimate life. Basingstoke ; New York: Palgrave Macmillan.
- Mortimer, Jeylan T., Sabrina Oesterle e Helga Krüger. 2005. "Age Norms, Institutional Structures, and the Timing of Markers of Transition to Adulthood". *Advances in Life Course Research*. 9:175-203.
- Moscovici, Serge. 1961. *La psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF.

- . 1984. "The phenomenon of social representations". Em *Social Representations*, editado por Robert M. Farr e Serge Moscovici, 3-69. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neugarten, Bernice L. 1974. "Age Groups in American Society and the Rise of the Young-Old". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 415 (1):187-198.
- Nico, Magda. 2011. "Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspectiva do Curso do Vida", ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- . 2013. "Variability in the transitions to adulthood in Europe: a critical approach to de-standardization of the life course". *Journal of Youth Studies*. 17 (2):166-182.
- Nisbet, Robert. 1959. "The Decline and Fall of Social Class". *Pacific Sociological Review*. 2 (1):11-17.
- Noronha, Ricardo. 2011. "A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)", Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Nóvoa, António. 1996. "Política educativa do Estado Novo". Em *Dicionário de História de Portugal*, editado por António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.). Porto: Figueirinhas.
- Nunes, Adérito Sedas. 1964. "Portugal, sociedade dualista em evolução". *Análise Social* (7-8):407-462.
- . 1970. "A Universidade no sistema social português – Uma primeira abordagem". *Análise Social*. VIII (32):646-707.
- Nunes, Nuno. 2008. A sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal. *CIES e-Working Papers* 48/2008.
- O'Neill, Brian. 1978. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- O'Rand, Angela M. 1996. "The Precious and the Precocious: Understanding Cumulative Disadvantage and Cumulative Advantage Over the Life Course". *The Gerontologist*. 36 (2):230-238.
- . 1998. "The craft of the Life Course Studies". Em *Methods of Life Course Research. Qualitative and Quantitative Approaches*, editado por Janet Z. Giele e Glen H. Elder. California: Sage.
- OCDE. 2012. *Education at a Glance 2012*. OECD Publishing.
- Ostner, Ilona e Christoph Schmitt. 2008. *Family policies in the context of family change the Nordic countries in comparative perspective*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Pais, José Machado. 2001. *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar.
- . 2010. "Cursos de vida, padronizações e disritmias". Em *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*, editado por José Machado Pais e Vítor Sérgio Ferreira, 19-35. Lisboa: ICS.
- Pakulski, Jan. 1996. "The dying of class or of Marxist class theory". Em *Conflicts about class. Debating Inequality in Late Industrialism*, editado por David J. Lee e Bryan S. Turner, 60-70. London: Longman.
- Pakulski, Jan e Malcolm Waters. 1996. *The Death of Class*. London: Sage.
- Pallas, Aaron e Jennifer L. Jennings. 2009. "Cumulative Knowledge about Cumulative Advantage". *Swiss Journal of Sociology*. 35 (2):211-229.
- Parkin, Frank. 1979. *Marxism and class theory : a bourgeois critique*. London: Tavistock Publications.

- Parsons, Talcott. 1959. *Toward a general theory of action*. 4<sup>a</sup> ed. Cambridge Mass.: Harvard University Press.
- . 1971 [1949]. "A estrutura social da família". Em *A família: sua função e destino*, editado por Ruth Nanda Anshen (coord.), 286-289. Lisboa: Editora Meridiano.
- Parsons, Talcott e Robert Freed Bales. 1956. *Family: socialization and interaction process*. International library of sociology and social reconstruction. London: Routledge & Kegan Paul.
- Patriarca, Fátima. 1994. "A Regulamentação Colectiva de Trabalho nos Primeiros Anos do Regime Corporativo". *Análise Social*. XXIX (128):801-839. .
- Paugam, Serge. 1996. *L'exclusion, l'état des savoirs*. Textes à l'appui. Paris: Ed. La Découverte.
- . 2000. *Le salarié de la précarité : les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Le lien social. Paris: Presses Univ. de France.
- Pfau-Effinger, Birgit. 2004. "Socio-historical paths of the male breadwinner model – an explanation of cross-national differences". *The British Journal of Sociology*. 55 (3):377-399.
- Pierson, Paul. 2003. *Dismantling the welfare state? Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment*. Cambridge studies in comparative politics. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- Pina, Cláudia e Graça Magalhães. 2014. "Principais tendências demográficas: as últimas décadas ". Em *Famílias no Censos 2011. Diversidade e Mudança*, editado por Anabela Delgado e Karin Wall. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, José Madureira. 1985. *Estruturas Sociais e Políticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*. Lisboa: Afrontamento.
- . 2004. "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas* (46):11-31.
- . 2006. "Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho". *Revista da Faculdade de Letras. Sociologia* (16):177-190.
- Pires, Rui Pena. 1999. "O Regresso das Colónias". Em *História da Expansão Portuguesa*, editado por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 182-196. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2007. "Árvores Conceptuais. Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura". *Sociologia, Problemas e Práticas* (53):11-50.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Ana Cristina Ribeiro. 2014. *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*. Lisboa.
- Pollock, Gary. 2007. "Holistic Trajectories: A Study of Combined Employment, Housing and Family Careers by Using Multiple-sequence Analysis". *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (Statistics in Society)*. 170 (1):167-183.
- Portugal, Sílvia. 2014. *Família e Redes Sociais: Ligações Fortes na Produção de Bem-Estar*. Coimbra: Almedina.
- Radl, Jonas. 2013. "Labour Market Exit and Social Stratification in Western Europe: The Effects of Social Class and Gender on the Timing of Retirement". *European Sociological Review*. 29 (3):654-668.
- Ramos, Vasco. 2014. "Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses". *Análise Social*. XLIX (212):626-649.
- Rato, Helena, César Madureira, Helena Alexandre, Miguel Rodrigues e Teresa Oliveira. 2007. *A Igualdade de Género na Administração Pública Central Portuguesa*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração I.P.
- Riley, Matilda White, Marilyn Johnson, Anne Foner, John A. Clausen e Richard Cohn. 1972. *A sociology of age stratification*. New York: Russell Sage Foundation.

- Rindfuss, Ronald R. 1991. "The Young Adult Years: Diversity, Structural Change, and Fertility". *Demography*. 28 (4):493-512.
- Rindfuss, Ronald R., C. Gray Swicegood e Rachel A. Rosenfeld. 1987. "Disorder in the Life Course: How Common and Does It Matter?". *American Sociological Review*. 52 (6):785-801.
- Ritschard, Gilbert, Alexis Gabadinho, Alexis Müller e Matthias Studer. 2008. "Mining event histories: A social science perspective". *International Journal of Data Mining, Modelling and Management*. 1 (1):1-23.
- Robette, Nicolas. 2010. "The diversity of pathways to adulthood in France: Evidence from a holistic approach". *Advances in Life Course Research*. 15 (2-3):89-96.
- Rodgers, Roy H. 1973. *Family interaction and transaction : the developmental approach*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Rodgers, Roy H. e James M. White. 1993. "Family Development Theory". Em *Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach*, editado por Pauline Boss, William J. Doherty, Ralph LaRossa, Walter R. Schumm e Suzanne K. Steinmetz. New York: Plenum.
- Rodrigues, Maria Cristina Fernandes. 2012. "Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)", Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, Maria João. 1985. "O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos". *Análise Social*. XXI (87-88-89):679-733.
- Roemer, John E. 1982. *A general theory of exploitation and class*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Rosa, Rodrigo. 2004. "Escolha do cônjuge e locais de encontro". Em *Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*. Braga, Universidade do Minho: APS.
- . 2005. "A escolha do cônjuge". Em *Famílias em Portugal - Percursos, Interacções, Redes Sociais*, editado por Karin Wall, 117-165. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Rosas, Fernando. 2001. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo". *Análise Social*. XXXV (157):1031-1054.
- Rousseeuw, Peter J. 1987. "Silhouettes: A graphical aid to the interpretation and validation of cluster analysis". *Journal of Computational and Applied Mathematics*. 20 (0):53-65.
- Rowland, Robert. 1997. *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora.
- Ryder, Norman B. 1965. "The Cohort as a Concept in the Study of Social Change". *American Sociological Review*. 30 (6):843-861.
- Sá, Teresa. 2010. "“Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral". *Configurações* (7):91-105.
- Santos, Boaventura Sousa. 1985. "Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o Caso Português". *Análise Social*. XXI (87/88/89):869-901.
- . 1993. "O Estado, as relações salariais o bem estar social na semiperiferia: o caso português". Em *Portugal: um retrato singular*, editado por Boaventura Sousa Santos (org.), 17-56. Porto: Centro de Estudos Sociais/Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa, José Reis e Maria Manuel Marques. 1990. "O Estado e as transformações recentes da relação salarial". Em *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)* editado por Boaventura Sousa Santos (org.), 151-191. Porto: Afrontamento.
- Sapin, Marlène, Dario Spini e Eric Widmer. 2007. *Les parcours de vie : de l'adolescence au grand âge*. Le savoir suisse. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes.



- Saraceno, Chiara e Wolfgang Keck. 2010. "Can we identify intergenerational policy regimes in Europe?". *European Societies*. 12 (5):675-696.
- Savage, Michael. 2000. *Class analysis and social transformation*. Sociology and social change. Philadelphia, Pa.: Open University.
- Scherer, Stefani. 2005. "Patterns of Labour Market Entry – Long Wait or Career Instability? An Empirical Comparison of Italy, Great Britain and West Germany". *European Sociological Review*. 21 (5):427-440.
- Schoon, Ingrid. 2010. "Becoming adult: the persisting importance of class and gender". Em *Gender inequalities in the 21st century: new barriers and continuing constraints*, editado por Jacqueline L. Scott, Rosemary Crompton e Clare Lyonette, 19-39. Cheltenham: Edward Elgar.
- Scott, Jacqueline L., Rosemary Crompton e Clare Lyonette. 2010. *Gender inequalities in the 21st century: new barriers and continuing constraints*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Scott, John. 1996. "Comment on Goldthorpe". *The British Journal of Sociology*. 47 (3):507-512.
- . 2002. "Social Class and Stratification in Late Modernity". *Acta Sociologica*. 45 (1):23-35.
- Seabra, Teresa. 2009. "Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais". *Sociologia, Problemas e Práticas* (59):75-106.
- Sennett, Richard. 2006. *The culture of the new capitalism*. The Castle lectures in ethics, politics, and economics. New Haven: Yale University Press.
- Settersten, Richard A., Jr. 2002. "Age structuring and the rhythm of the Life Course". Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan, 81-98. New York Kluwer Academic Publications.
- . 2007. "Passages to Adulthood: Linking Demographic Change and Human Development". *European Journal of Population / Revue européenne de Démographie*. 23 (3-4):251-272.
- Settersten, Richard A., Jr. e Karl Ulrich Mayer. 1997. "The Measurement of Age, Age Structuring, and the Life Course". *Annual Review of Sociology*. 23 (1):233-261.
- Shanahan, Michael J. 2000. "Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective". *Annual Review of Sociology*. 26:667-692.
- Shorter, Edward. 2001 [1975]. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar.
- Silva, Augusto Santos. 1994. "Alguns temas para pensar a mudança social". *Sociedade, Educação e Culturas* (1):105-128.
- Silva, Manuel Carlos. 2009. *Classes Sociais. Condição objectiva, Identidade e Acção Colectiva*. Ribeirão: Edições Húmus.
- Silva, Pedro Adão e Mariana Trigo Pereira. 2012. "As políticas de proteção no desemprego em Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas* (70):133-150.
- Singly, François de. 2000. *O eu, o casal e a família*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- . 2007. *Sociologie de la famille contemporaine*. 3ª ed., Sociologie. Paris: Armand Colin.
- Skeggs, Beverley. 2004. *Class, Self, Culture*. London: Routledge.
- Smart, Carol e Beccy Shipman. 2004. "Visions in monochrome: families, marriage and the individualization thesis". *The British Journal of Sociology*. 55 (4):491-509.
- Sobotka, Tomas e Laurent Toulemon. 2008. "Overview Chapter 4: Changing family and partnership behaviour: Common trends and persistent diversity across Europe". *Demographic Research*. S7 (6):85-138.
- Soeiro, José. 2014. *Reforma Agrária. A Revolução no Alentejo*. Lisboa: Página a Página.

- Soronkin, Pitrim. 1994 [1927]. "Social and Cultural Mobility". Em *Social Stratification in Sociological Perspective*, editado por David B. Grusky. San Francisco: Westview Press.
- Spanier, Graham B., William Sauer e Robert Larzelere. 1979. "An Empirical Evaluation of the Family Life Cycle". *Journal of Marriage and Family*. 41 (1):27-38.
- Spilerman, Seymour. 1977. "Careers, Labor Market Structure, and Socioeconomic Achievement". *American Journal of Sociology*. 83 (3):551-593.
- Stoer, Stephen R. 2008. "A reforma de Veiga Simão no ensino: Projecto de desenvolvimento social ou "disfarce humanista"?". *Educação, Sociedade & Culturas* (26):17-48.
- Strauss, Anselm L. 1971. *The contexts of social mobility : ideology and theory*. Chicago: Aldine.
- Studer, Matthias, Gilbert Ritschard, Alexis Gabadinho e Nicolas S. Müller. 2011. "Discrepancy Analysis of State Sequences". *Sociological Methods & Research*. 40 (3):471-510.
- Therborn, Göran. 2006. *Inequalities of the world. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*. London; New York: Verso.
- Thevenon, O. 2009. "Increased women's labour force participation in Europe: Progress in the work-life balance or polarization of behaviour?". *Population*. 64 (2):263-303.
- Thomas, William I. e Florian Znaniecki. 1984 [1928]. *The polish peasant in Europe and America*. Chicago: Illinois Press.
- Tilly, Charles. 2005. "Historical perspectives on inequality". Em *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, editado por Mary Romero e Eric Margolis, 15-30. Malden: Blackwell.
- Tilly, Charles e Sidney G. Tarrow. 2007. *Contentious politics*. Boulder, Colorado: Paradigm.
- Torres, Anália, Rita Mendes e Tiago Lapa. 2008. "Families in Europe". *Portuguese Journal of Social Sciences*. 7 (1):49-84.
- Toulemon, Laurent. 2010. Transition to adulthood in Europe: Is there convergence between countries and between men and women? Em *Research Note for the European Commission*. Paris: INED.
- Vasconcelos, Pedro. 2003. "Famílias complexas: tendências de evolução". *Sociologia, Problemas e Práticas*, (43):83-96.
- . 2014. "Famílias complexas: tendências presentes". Em *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, editado por Anabela Delgado e Karin Wall, 197-208. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- Vogel, Joachim. 2002. "European Welfare regimes and the transition to adulthood: A comparative and longitudinal perspective". *Social Indicators Research*. 59 (3):275-299.
- Wall, Karin. 2003. "Famílias monoparentais em Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas. Dossiê Famílias no Censo 2001: Caracterização e Evolução das Estruturas Domésticas em Portugal* (43):51-66.
- . 2005a. *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*. Editado por Karin Wall (org.). Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2005b. "Introdução". Em *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais*, editado por Karin Wall, 35-49. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2005c. "Os grupos domésticos de co-residência". Em *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, editado por Karin Wall, 553-597. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- . 2007a. "Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa". Em *Família e Género em Portugal e na Europa*, editado por Karin Wall e Lúcia Amâncio, 211-257. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- . 2007b. "Main patterns in attitudes to the articulation between work and family life: a cross-national analysis". Em *Women, Men, Work and Family in Europe*, editado por Rosemary Crompton, Clare Lyonette e Suzan Lewis, 86-115. Houndmills: Palgrave.
- . 2010. "Os homens e a política de família". Em *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, editado por Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha, 67-94. Lisboa: CITE.
- . 2011. "Intervenção do Estado: Políticas Públicas de Família". Em *História da Vida Privada em Portugal. Vol. 4*, editado por Ana Nunes de Almeida, 340-374. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Wall, Karin e Sofia Aboim. 2003. "Perfis Regionais de Mudança Familiar. Síntese final". *Sociologia Problemas e Práticas. Dossier Famílias no Censo 2001: Caracterização e Evolução das Estruturas Domésticas em Portugal* (43):97-100.
- . 2015. "Gender in ageing Portugal: following the lives of men and women". Em *Population ageing from a life course perspective. Critical and international approaches*, editado por Kathrin Komp e Stina Johansson. Bristol: Policy Press.
- Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos. 2001. "Families and Informal Support Networks in Portugal: The Reproduction of Inequality". *Journal of European Social Policy*. 11 (3):213-233.
- Wall, Karin, Sofia Aboim, Vasco Ramos e Cátia Nunes. 2013. *Geographical Mobility and Family Life: Comparing Generations from a Life Course Perspective*. Vol. 38, 2013.
- Wall, Karin, Vanessa Cunha e Susana Atalaia. 2013. "Família". Em *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto* editado por Pedro Magalhães, José Machado Pais e José Luís Cardoso, 70-78. Lisboa: Expresso/Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Vanessa Cunha e Vasco Ramos. 2014. "Evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011". Em *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, editado por Anabela Delgado e Karin Wall, 43-60. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin e Cristina Lobo. 1999. "Famílias monoparentais em Portugal". *Análise Social*. XXXIV (150):123-145.
- Ward, Joe H. 1963. "Hierarchical Grouping to Optimize an Objective Function". *Journal of the American Statistical Association*. 58 (301):236-244.
- Weber, Max. 1978 [1920]. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Editado por Guenther Roth e Claus Wittich. II vols. Berkeley: University of California Press.
- Wengraf, Tom, Prue Chamberlayne e Joanna Bornat. 2002. "A Biographical Turn in the Social Sciences? A British-European View". *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*. 2 (2):245-269.
- Widmer, Eric D. 2010. *Family configurations: a structural approach to family diversity*. Farnham: Ashgate.
- Widmer, Eric D. e Jacques-Antoine Gauthier. 2013. "Cohabitation trajectories". Em *Gendered Life Courses Between Standardization and Individualization. A European approach applied to Switzerland*, editado por René Levy e Eric D. Widmer, 53-69. Zurich; Berlin: LIT Verlag.

- Widmer, Eric D. e Gilbert Ritschard. 2009. "The De-Standardization of the Life Course: Are Men and Women Equal?". *Advances in Life Course Research*. 14 (1-2):28-39.
- . 2013. "Life course changes in late modernity: towards destandardization and de-gendering?". Em *Gendered Life Courses Between Standardization and Individualization. A European approach applied to Switzerland*, editado por LIT Verlag, 161-181. Berlin; Zurich.
- Widmer, Eric D., Gilbert Ritschard e Nicolas S. Müller. 2009. "Trajectoires professionnelles et familiales en Suisse: quelle pluralisation?". Em *Transitions dans les parcours de vie et construction des inégalités* editado por Michael Oris, Eric D. Widmer, Anik de Ribaupierre, Dominique Joye, Dario Spini, Gisela Labouvie Vief e Jean-Marc Falter. Lausanne: Presse polytechnique et universitaire romandes.
- Wiggins, Richard D., Christian Erzberger, Martin Hyde, Paul Higgs e David Blane. 2007. "Optimal Matching Analysis Using Ideal Types to Describe the Lifecourse: An Illustration of How Histories of Work, Partnerships and Housing Relate to Quality of Life in Early Old Age". *International Journal of Social Research Methodology*. 10 (4):259-278.
- Wright, Erik Olin. 1985. *Classes*. London: Verso.
- . 1997. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Studies in Marxism and social theory. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Erik Olin, ed. 2005. *Approaches to Class Analysis*. Cambridge University Press.
- Wu, Lawrence L. 2000. "Some Comments on "Sequence Analysis and Optimal Matching Methods in Sociology: Review and Prospect"". *Sociological Methods & Research*. 29 (1):41-64.
- Yamaguchi, Kazuo. 1991. *Event history analysis*. Applied social research methods series. Newbury Park, London: Sage.